

Vol. 2

ESTUDOS DE LINGUAGEM

Linguagem e democracia

*Teorias do texto, do discurso
e da tradução*

Organizadores:

**Fabio André Cardoso Coelho
Phellipe Marcel da Silva Esteves**

Estudos de linguagem: Linguagem e democracia

vol. 2

– Teorias do texto, do discurso e da tradução –

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem

Coordenação-geral

Ivo da Costa do Rosário

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Coordenação de linhas de pesquisa

Linha 1 – Teoria e Análise Linguística – Luciana Sanchez Mendes

Linha 2 – Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução –
Beethoven Alvarez

Linha 3 – História, Política e Contato Linguístico – Xoán Lagares

Equipe de revisão dos e-books

André Marques da Silva

Cessiani Monteiro

Cláudio de Oliveira Martins

Elizabeth Telles Motta

Fernanda Lessa Bezerra

Fernanda Porto

Idrissa Novo

Marcella Karoline Rodrigues

Maria Clara Schaeffer

Milena Saldanha

Rudá Perini

Esta obra foi avaliada e aprovada por pareceristas no sistema de duplo-cego.

Obra editada e produzida com verba oriunda do processo
E-26/211.017/2021 da Faperj

**Fabio André Cardoso Coelho
Phellipe Marcel da Silva Esteves
(Organizadores)**

**Estudos de linguagem:
Linguagem e democracia**

vol. 2

– Teorias do texto, do discurso e da tradução –



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Fabio André Cardoso Coelho; Phellipe Marcel da Silva Esteves [Orgs.]

Estudos de linguagem: linguagem e democracia. vol. 2. Teorias do texto, do discurso e da tradução. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 544p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0670-7 [Digital]

1. Estudo de linguagem. 2. Linguagem. 3. Democracia. 4. Teoria do texto, discurso e tradução. 5. Linguística. I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

Sumário

Apresentação	11
Fabio André Cardoso Coelho, Phellipe Marcel da Silva Esteves	
Bloco I - Análises do Discurso	
O empreendedorismo na educação básica — o caso do Sebrae	17
Ana Patricia Rosinek	
Silenciamentos, exclusões, positivamente de corpos trans: espaços possíveis de (se) dizer de outro modo	31
André Cavalcante	
Representação negra e ensino de espanhol: quem fala nos livros didáticos?	45
Douglas Coelho	
Caracterizando a interação professor-alunos no ambiente virtual de aprendizagem (ava) e a assimetria no discurso institucionalizado	61
Fabiana Correa Castagnaro, José Carlos Gonçalves	
Tiktok, um fenômeno no tempo da pandemia: a escuta do discurso do adolescente na relação mãe-filho	77
Fabiana M.C. Azambuja	

História discursiva dos livros: enciclopédias e livros-reportagem como produtores de sentidos em bibliotecas	89
Gustavo José Pinheiro, Nathalia Batista Pereira, Phellipe Marcel da Silva Esteves	
Línguas adicionais: educação ou mercadoria? A relação entre o tratamento de temáticas sobre famílias, gêneros e sexualidades em livros didáticos e educação pública de qualidade	105
Liliane Maria Hanovich Novaes da Silva	
Feminismo e rap em discurso: trabalho, arte e resistência	117
Marcella Karoline Belo Rodrigues	
A perspectiva intercultural no livro didático de espanhol como língua estrangeira	131
Mariana Assumpção da Silva	
A linguagem do trigésimo oitavo presidente em cena: notas sobre falas públicas oficiais	143
Rudá da Costa Perini	
Pseudodemocracia e sua constituição pelo poder da linguagem	155
Shayane França Lopes	
O discurso fabular: a construção de personagens da ficção ao discurso jornalístico	171
Wellton da Silva de Fatima	
Bloco II - Estudos da tradução	
A ausência como poética em “The vulture”, “Alba” e “Dortmunder”, de Samuel Beckett	187
Alan Cardoso da Silva	

Bloco III - Linguística textual

“O Brazil não conhece o Brasil”: um estudo acerca do processamento textual na leitura da hq digital ‘Confinada’ 201
Janayna Rocha da Silva

Diálogos necessários: letramento digital e ensino antirracista 217
Vívian Lúcia Xavier Pereira

Bloco IV - Teoria de análise do discurso semiolinguística

***Fake news* e pós-verdade: a relação China-Covid-19 e o mundo da (des)informação sob o olhar da semiolinguística** 235
Alessandro Alves dos Santos, Rosane Monnerat

“Peguei sua opinião, um, dois, pisei”: os imaginários sociodiscursivos envolvidos no cancelamento de Karol Conká 253
Ana Carolina dos Santos, Ilana da Silva Rebello

Dizeres sobre racismo na capa da *Veja*: uma análise semiolinguística da materialidade verbo-visual 269
André Marques da Silva

Candomblé no samba-enredo: uma análise acerca dos estereótipos 285
André Luiz dos Santos

Argumentando a expressão afetiva: uma análise discursiva do afeto 305
Beatriz Bezerra Carvalho Maia

A construção do ethos de Gregório Duvivier: um jogo de interpelação	321
Caroline Lourenço Monteiro	
A emoção entre o informar e o pedir: a patemização no discurso jurídico de uma petição inicial que alega dano moral	337
Douglas do Carmo Araújo, Ilana da Silva Rebello	
Uma análise da identidade do cronista Leandro Karnal na midiaticização do discurso científico	353
Graziela Borguignon Mota, Patricia Ferreira Neves Ribeiro	
Interpretação, compreensão e modo narrativo da semiolinguística em livros <i>crossover</i>	369
Júlia Vieira Correia	
Entrelaçamento de conceitos: a linguística textual e a semiolinguística	385
Karine Duarte Souza Andrade	
Super-heroínas vs princesas: Mulher-Maravilha e Cinderella — uma análise discursiva dos imaginários sociodiscursivos	401
Lucas de Souza Mathias	
Heroínas, combatentes e pioneiras: a presença feminina no exército brasileiro sob a perspectiva semiolinguística	413
Luciana Cavalcante Matos de Mello	
A pandemia do coronavírus em 2021: a construção de um roteiro narrativo-midiático	429
Luciana da Silva Gomes	

O *ethos* coletivo e o *ethos* singular como estratégia discursiva para o diálogo entre universidade e periferia em um vídeo do chavoso da USP 443

Murilo Alberto Martins Silva

O black é power e pop: imaginários sociodiscursivos sobre representatividade negra em propagandas de produtos para cabelos 459

Raquel Monteiro de Rezende

Entre a ficção e a realidade: o localizar-situar de modo descritivo em “A cartomante” 475

Thainá França Coelho

Bloco V - Semiótica

A semiótica tensiva, o sentido e a dança: estudos preliminares aplicados ao projeto tradutório de uma obra clássica do ballet 493

Camila do Amaral Gomes Lopes

A Amiga Genial de Elena Ferrante: um estudo semiótico do tratamento de pessoa e de espaço na tradução do italiano para o português 509

Cecília Maculan Adum

A entrevista de emprego como prática semiótica 525

Elisa de Brito Quintanilha

Apresentação

Fabio André Cardoso Coelho
Phellipe Marcel da Silva Esteves
Organizadores

Este volume reúne trabalhos decorrentes do XII SAPPIL Linguagem (Seminário dos Alunos do Programa de Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense). Os autores são jovens pesquisadores: alunos de pós-graduação e também alunos de graduação (nas modalidades de Iniciação à Docência e Iniciação Científica). O SAPPIL Linguagem é um evento anual organizado pelos alunos de mestrado e doutorado do programa com o objetivo de promover um espaço de debate de pesquisas em andamento ou já finalizadas, em interação com pesquisadores da UFF e com convidados de outras instituições.

Em 2021, o evento foi realizado pela segunda vez em modalidade exclusivamente remota por conta das restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Todo o aprendizado obtido em 2020 foi empenhado para que, mais uma vez, fossem realizados, juntamente com o SAPPIL Linguagem, outras duas atividades do programa: a XII JEL (Jornada de Estudos de Linguagem), com convidados do Brasil e do exterior, e o III Seminário de Egressos, com participação de ex-alunos egressos do doutorado do programa.

O tema do evento, *Linguagem e Democracia*, seguiu e aprofundou reflexões que vêm sendo feitas nos últimos anos no âmbito do programa. Em 2020, o tema *Reflexões sobre Diversidade* marcou o primeiro ano da implementação das políticas de ações afirmativas no processo seletivo de ingresso para o mestrado do POSLING-UFF. Em 2021, as discussões sobre as políticas afirmativas se aprofundaram e o programa elaborou um instrumento de inclusão social próprio para sua seleção de doutorado, com o acréscimo de vagas para optantes negros, indígenas, pessoas trans

e indivíduos com deficiências. Assim, esses dois anos pandêmicos, marcados por muitos desafios nos programas de pós-graduação de todo país, ficaram registrados no POSLING-UFF como o biênio em que os temas da diversidade e da democracia foram a tônica. Com isso, acreditamos ter deixado um legado para a história do programa. Numa conjuntura em que justamente a diversidade, como princípio civilizatório e como modo de vida, é atacada e em que a democracia é diuturnamente posta em xeque, foram esses dois valores que prevaleceram nas atividades desenvolvidas pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF. Não se faz ciência fora das condições históricas em que ela se desenrola, e este livro é uma demonstração disso. Em 2022, essas reflexões estão em continuidade e, esperamos, trarão uma nova perspectiva para quem faz pesquisa no Brasil.

No volume 2 da obra, vemos artigos escritos no âmbito da linha 2 do programa, a saber, Teorias do texto, do discurso e da tradução. Isso significa que os textos que aqui podem ser lidos são representativos das diversas teorias que circulam nessa linha, a saber: análises do discurso (em diversas abordagens, como a materialista, a dialógica, a cartográfica e a sociointeracional), estudos da tradução, linguística textual, semiolinguística e semiótica. Foi com base nesses eixos disciplinar-epistemológicos que também organizamos o livro em blocos. Há bastante proximidade temática entre diversos artigos, e incentivamos que o leitor faça o exame integral da obra, entretanto, como modo de fortalecer o vínculo teórico de nosso corpo discente, decidimos por apresentar artigos que possam atuar, de imediato, em sua formação como pesquisadores dos estudos de linguagem, com especificidade para determinada perspectiva de análise. Trata-se também de uma forma de os discentes – e interessados – conhecerem os diversos modos de fazer pesquisa nas diferentes linhas teóricas presentes no POSLING.

Com isso, ficamos muito satisfeitos em apresentar um volume que conta com textos das mais diversas temáticas nas perspectivas teóricas plurais que marcam o POSLING-UFF: ensino de língua (materna, estrangeira, adicional); discurso político; questões étnico-

raciais; relações entre língua e mercado; a imbricação entre o linguístico-semiótico-discursivo, o corpo e as sexualidades; educação (e formas de vida) no espaço digital; língua e arte/indústria cultural; língua e literatura/tradução literária; leitura e letramento crítico; produção de sentido e *fake news*; semioses e relações identitárias etc. Isso para mencionar apenas alguns dos assuntos e objetos tratados neste livro, que de certa maneira atualiza a “cara”, o perfil, de pesquisas do nosso Programa. Alguns dos textos são assinados em coautoria com os respectivos orientadores, mas são os discentes que dão o tom do que acaba sendo pesquisado em nível de pós-graduação na UFF.

Como se pode notar com essa sinopse bem enxuta do que os leitores podem esperar, este volume potencialmente auxiliará na escrita de muitos outros artigos, mas também de dissertações e teses no âmbito do POSLING. Além disso, talvez inspire alunos que ainda não passaram pelo processo seletivo do Programa a escrever seus pré-projetos e estudar para as provas. Por fim, vale afirmar o que nós, os organizadores, esperamos dos leitores: que os textos que seguem possam contribuir para sua formação crítica e cidadã. Para seu compromisso com a transformação social e com a interpretação não enviesada pelos mais asquerosos poderes. Para a não capitulação ante a evidência dos sentidos. Que venha 2023.

Bloco I

Análises do Discurso

O empreendedorismo na educação básica — o caso do Sebrae

Ana Patricia Rosinek¹

Introdução

As recentes políticas educacionais de viés neoliberal que têm sido adotadas pelo MEC propiciam a entrada de instituições com fins lucrativos no ramo da Educação Básica, isso se reforça a partir da aprovação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Surge assim, nesta seara, a educação empreendedora, e, como esperado, um órgão de caráter privado, o Sebrae, que firma um acordo com o MEC para implementar o tema na Educação Básica no Brasil. Nesse sentido, analisaremos um documento publicado pela referida instituição, intitulado “Empreendedorismo no currículo do Ensino Médio”, procurando, com base no material mencionado, pensar dentro do quadro das cenas da enunciação que aí se produzem, temática proposta por Maingueneau (2013, p. 95), a cenografia produzida no material, com a intenção de perceber como se constroem os sentidos para Educação Básica e suas finalidades no âmbito da educação empreendedora. Além disso, falaremos também sobre o Sebrae, inicialmente voltado exclusivamente para o setor econômico de pequenas e médias empresas, na intenção de recuperar as características desta instituição que, a partir de certo momento, passa a oferecer serviços para a Educação Básica, caracterizando assim, o perfil de instituições que passam a fazer parte das escolas com as recentes reformas educacionais. A seguir, apresentaremos a história da instituição mencionada.

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense com tese de doutoramento sob orientação da Prof^a. Dra. Maria del Carmen Fátima Gonzalez Daher. Bolsista Capes.

O Sebrae

A origem do Sebrae, então conhecido como CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas), se deu na década de 1970, especificamente no ano de 1971, sendo sua criação uma proposta da BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que foi acatada e deu origem ao Cebrae em 1972. Neste período, o governo era liderado pelo presidente Médici (1969-1974), que procurava dentro de suas medidas impulsionar o crescimento das pequenas empresas. Neste contexto, o Cebrae tinha a função de prestar assistência gerencial às empresas que buscavam crédito dos bancos de financiamento, uma vez que se havia identificado à época, segundo levantamentos da FIPEME (Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa), as dificuldades dos pequenos e médios empresários: despreparo do empresário, estrutura empresarial e contábil imperfeitas e falta de informação sobre o mercado (MELO, 2008, p. 41). Por isso, se considerou importante que, além do capital, existisse também uma espécie de acompanhamento deste público realizado pelo Cebrae, no intuito de propiciar o sucesso das pequenas e médias empresas.

Até meados de 1985, a atuação do Cebrae era vinculada a programas de crédito para as pequenas e médias empresas, bem como para a formação de consultores, que se dava por uma abordagem de viés comportamentalista. Neste período, os dirigentes do sistema realizam viagens para formação em outros países no intuito de desenvolverem metodologias e materiais que agregassem ao desenvolvimento da pequena empresa. Segundo Melo (2008, p. 47), os materiais produzidos pelo Sebrae naquela época até hoje possuem forte influência em ideias que marcam a identidade da instituição, tais como a ideia de que o empresário é despreparado e de que, por influência do modelo comportamentalista do contexto, o sucesso ou o fracasso é de inteira responsabilidade do indivíduo.

Até o ano de 1989, durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990), a liderança do Cebrae era composta por indivíduos que apresentavam competência técnica para estar no cargo, porém no ano de 1989, Sarney escolhe como presidente do Cebrae Paulo Lustosa, um político, o que marca a mudança na liderança da instituição, que, a partir daí assume um caráter de indicação política. A influência política dentro do Cebrae fica bastante evidente, quando em meados dos anos 90, com as políticas de enxugamento estatal, se considera a extinção do Cebrae, neste momento, Lustosa em sua administração atuou politicamente para que o Cebrae não fosse extinto.

Vemos assim que a instituição em questão surgiu vinculada à Administração Pública, de início fazendo parte do Ministério do Planejamento (1972), passando à administração do Ministério da Indústria e Comércio no governo de José Sarney (1985-1990). Em meados de 1990, porém houve mudanças em seu estatuto, e ele passa então a um serviço social autônomo, do mesmo caráter de outras instituições como SESI, SENAI, SENAC etc. Ou seja, passou a fazer parte do chamado Sistema S e passa então ao que conhecemos hoje SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Esta mudança ocorre por meio do Decreto N° 99.570 de 9 de outubro de 1990 que torna o Sebrae uma entidade privada.

Boa parte do custeio do Sebrae vem do Estado, assim como de todas as instituições do sistema S, porém não há obrigatoriedade de repasses, por isso, o órgão precisa estar sempre engajado na busca de custeio para se manter. Uma das formas de conseguir manter suas finanças é a promoção de eventos e serviços, como o que será analisado aqui, acordos com o Ministério da Educação para formação de alunos e professores da Educação Básica acerca do empreendedorismo. É o que se percebe no Estatuto do Sebrae:

Parágrafo único — O SEBRAE poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços intrinsecamente ligados aos seus objetivos, desde que os resultados auferidos sejam aplicados na manutenção das atividades previstas neste Estatuto (SEBRAE, 2009, s/p).

Nesse sentido, no decorrer de sua existência, o Sebrae vem se vinculando a várias parcerias com o setor público para conseguir subsistir, dentre elas, algumas especificamente no ramo da Educação Básica, o qual inicialmente não contemplava o público desta instituição, que era voltada exclusivamente para pequenas e médias empresas. Entre as parcerias, ocorreu uma no governo de Fernando Henrique Cardoso com o Sebrae no ano 2000, desta vez especificamente vinculado ao Ministério da Educação, trata-se do Programa Técnico Empreendedor, segundo o organismo, o objetivo foi “levar preceitos da educação e da cultura empreendedora a alunos que estudam nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (CASTRO, 2019, p. 45).

Castro (2019, p. 46) destaca que durante os governos seguintes, com Lula da Silva e Dilma Rousseff, o Sebrae continuou gozando de prestígios e realizando várias parcerias e vinculações junto ao governo, dentre as apontadas pelo autor, destacamos a que se desenvolveu junto ao MEC, o programa Pronatec Empreendedor. Até aqui, vimos duas iniciativas que marcaram a presença do Sebrae, disseminando o empreendedorismo na Educação Básica, porém, até este momento, as ações eram voltadas para o ensino profissional e técnico. Isso muda quando ocorre, em 2009, a partir da parceria entre Sebrae e MEC, a criação do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) e, como desdobramento de tal, em 2011, a ampliação do programa para todo território nacional com o Jovens Empreendedores Pequenos Passos (JEPP) que, segundo o Sebrae, “trabalha na capacitação de jovens para o empreendedorismo desde o Ensino Fundamental”.

No ano de 2020, em meio a pandemia de Covid 19, o Sebrae publica em sua página *web* o documento “Empreendedorismo no currículo escolar do ensino médio”, que analisaremos na sequência. Neste material, o Sebrae defende a importância do ensino do empreendedorismo, as políticas apresentadas na BNCC e procura defender sua trajetória no sentido de mostrar-se como órgão ideal para atuar na Educação Básica, difundindo o empreendedorismo.

Parece que os pedidos do Sebrae são atendidos, já que no início de 2021, o MEC assina acordo com o Sebrae para disseminar a cultura empreendedora no ensino formal.²

O Sebrae e a educação empreendedora – Cenografia

Iniciaremos nossa análise procurando refletir sobre os gêneros discursivos, mais especificamente as cenas da enunciação que aparecem no documento “Empreendedorismo no currículo escolar do ensino médio”. A reflexão a partir deste marco teórico nos ajuda no sentido de entender que se trata de uma organização privada — o Sebrae- que visa a adentrar o espaço da educação pública com o tema do empreendedorismo que passa a ser ofertado no currículo escolar. Nesse sentido, há um modo de enunciar no material para que ele possa ser aceito pelos indivíduos/instituições a que se destinam.

Maingueneau (2013, p. 96) instituiu o que chama de quadro cênico, com as duas cenas (englobante e genérica) mais estáveis do enunciado. Sendo assim, teríamos a cena englobante que é aquela que se refere ao tipo de discurso, que é a cena na qual nos situamos para interpretá-lo, com que finalidade ele foi organizado. Por exemplo, quando recebemos um panfleto na rua, situamo-nos em uma cena de possível anúncio de produtos ou serviços. E, se verifica também a cena genérica, que é aquela que nos situa em um gênero do discurso, e se refere aos papéis existentes naquele gênero, por exemplo, num panfleto de campanha eleitoral, um candidato dirigindo-se a eleitores.

Há ainda uma outra cena, a cenografia, que é aquela com a qual se confronta o leitor. Já a respeito dela, diz-nos que é:

[...] ao mesmo tempo fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la estabelecendo que

² Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-e-sebrae-firmam-acordo-para-desenvolver-a-cultura-empreendedora> Acesso em dezembro de 2021.

essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém. (MAINGUENEAU, 2013, p. 98)

A cenografia também é referida como uma espécie de “cilada” para o leitor (MAINGUENEAU, 2013, p. 97), pois quando ele recebe o texto, defronta-se com a cenografia inicialmente, mas à medida que avança na leitura, acaba se deparando com o quadro cênico, que o desloca para outra posição. É o que podemos observar em diversos panfletos publicitários que se utilizam muito desta estratégia. Por exemplo, podemos ter uma publicidade de um produto de beleza que é constituída por uma conversa entre duas amigas, onde uma conta à outra as maravilhas do produto que está utilizando. É nesse sentido que se fala de “cilada”: primeiro, o leitor se depara com a cenografia de conversa entre amigas, e logo depois se dá conta de que se trata de um anúncio publicitário. A seguir, apresentaremos como se mostra a cenografia do material em análise, já que esta categoria nos apresenta importantes considerações sobre como é vista a Educação Básica a partir da educação empreendedora no currículo escolar.

Analisando o texto “Empreendedorismo no currículo escolar do ensino Médio”, com relação à cenografia, que é aquela com a qual o leitor se depara inicialmente, a cilada, o modo de enunciar, entendemos que se trata de uma publicação científica. Nossa aposta neste gênero vem de que, logo no primeiro contato com o texto, é possível identificar uma série de elementos que podem nos levar a identificar características pertencentes a este universo, seja pela apresentação, que contém uma contracapa, sumário, referências, remetendo a uma organização de trabalho científico, seja porque é recorrente durante todo o texto a preocupação com embasar aquilo que se fala. Acerca desta preocupação com o embasamento, identificamos que ele ocorre no material a partir de três categorias: leis, organismos internacionais e pesquisa científica, a seguir detalharemos melhor cada uma delas.

1. Leis

Nesta categoria, encontramos menções a três tipos de leis: Constituição Federal, Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006) e leis relativas às mudanças recentes no âmbito da educação (BNCC, Reforma do EM e modificações realizadas na LDB a partir delas). Vemos que há um destaque deste tipo de fundamentação no material em questão, o que se justifica, pois temos um órgão privado que se dispõe a prestar serviços para escolas que são justamente regidas por estas mesmas normas, por isso é importante que o Sebrae se mostre conhecedor delas. Além disso, mostrar que o tema do empreendedorismo, bem como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, possuem sustentação legal é importante, pois se trata de algo que já foi legitimado, por isso já tendo sido discutido, uma ideia de que há consenso. Porém é conhecido que estas políticas têm sido um alvo constante de descontentamento por parte da sociedade civil e de profissionais da educação, o que é apagado no material.

Isso fica claro em um dos trechos do material do Sebrae (SEBRAE, 2020, p. 5), onde verificamos que o Sebrae “parabeniza” a equipe responsável pela elaboração da BNCC, por incluir o empreendedorismo em seu texto, dessa forma “acompanhando uma tendência mundial”. Nota-se assim, ainda que restrita ao que interessa ao Sebrae, o tema do empreendedorismo, há uma visão positiva com relação à BNCC, uma vez que se parabeniza pelo trabalho. Nota-se que não há qualquer perspectiva de questionamento sobre o documento, cria-se uma ideia de que a BNCC é boa, um consenso sobre isso. Porém, não é o que verdadeiramente ocorre, é possível perceber isso já que há uma série de articulações contra o texto BNCC, isso até mesmo antes de sua aprovação efetiva. Citamos por exemplo matéria da revista Carta Capital, do dia 20 de agosto de 2018 chamada “Luta contra a

BNCC do Ensino Médio mostra a vitalidade popular”³ de José de Ribamar Virgolino Barroso a qual apresenta uma série de questionamentos e descontentamentos com a BNCC.

2. Organismos internacionais

Com relação a esta categoria, verificamos a presença de órgãos internacionais ligados ao desenvolvimento econômico dos países do globo, com exceção do NEA que é um sindicato dos EUA. São mencionados os seguintes: CGDEV, Comissão Europeia, Comissão das Comunidades Europeias, OECD, Education for life and work, NEA, UNESCO. Sobre eles:

[...]as diretrizes delineadas por esses organismos buscam construir um consenso sobre os rumos das reformas educacionais nos países da América Latina”. Nesse sentido, as políticas para a educação pública são o resultado de “imposições das instituições internacionais, particularmente do Banco Mundial, nas prescrições socioeducacionais, não apenas pelo monte de recurso financeiro de que dispõem, mas pela capacidade de gerenciar e manipular os governos[...] (SILVA, 2002, p. 2)

Com a referência constante aos órgãos desta categoria, fica evidente a ideia de que educação e economia se relacionam, pois a maioria deles procura apresentar soluções e tendências para melhorar o desenvolvimento econômico dos países. Estas soluções são elaboradas através de alguns índices apontados por eles que avaliam alguma perspectiva e a partir disso oferecem algumas soluções. Citamos por exemplo o Pisa, frequentemente apontado por algumas instituições do âmbito educacional para mostrar como a educação brasileira não é boa, e inclusive servir de argumento para mudanças como a Reforma do EM e a BNCC, o que inclusive ocorre no material do Sebrae (SEBRAE, 2020, p. 36)

Além disso, é comum que em alguns documentos relativos à Educação Básica apareçam os pilares educacionais propostos pela

³ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/luta-contr-a-bncc-do-ensino-medio-mostra-a-vitalidade-popular/>. Acesso em dezembro de 2021

UNESCO em 2001: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Três anos mais tarde da publicação dos pilares já citados, em 2004, a Unesco adicionou um novo: aprender a empreender. No documento do Sebrae isso é destacado:

Nota-se que, em 2004, um estudo do Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC) acrescentou como complemento aos quatro pilares da educação para o século XXI um quinto pilar: aprender a empreender, de forma a transformar o conhecimento aprendido em prática. Implica contribuir para discernir qual é o sentido da educação num mundo de incerteza e mudança. É preciso agregar, às aptidões que oferece a educação atual, abordagens para o exercício da cidadania e para a construção de uma cultura de paz. Os quatro pilares de aprendizagem do Informe Delors são um guia excelente para interrogar-se sobre os sentidos da educação; aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos. O PRELAC explicita, por sua importância, um pilar adicional: aprender a empreender (SEBRAE, 2020, p. 11).

Aponta-se um caráter prático para esse pilar, que é uma transformação de que foi aprendido em prática, além disso, se destaca o mundo de incerteza e mudança e qual seria o papel da educação neste meio. Entende-se assim que a educação deve ganhar sentidos num mundo de incerteza e mudança, sendo assim é possível destacar o caráter de adaptação, uma vez que não se discute porque é incerto, mas é preciso inclusive que a educação ganhe novos sentidos neste mundo, ou seja, preparar o estudante para ele e adaptá-lo.

Observando a citação a estes organismos internacionais, vemos que o critério para uma Educação Básica é o Capital, uma vez que se recorre a organismos de países economicamente ricos, sendo este o critério de modelo de políticas educacionais. Além disso, a educação passa a servir ao capital uma vez que estes órgãos prezam por tratar a educação básica como algo que ajuda no desenvolvimento econômico dos países.

3. Pesquisas científicas

Nesta última categoria de análise, agrupamos as obras que fazem parte de livros e pesquisas do âmbito acadêmico. São eles:

- BENNIS W. & NANUS. *Leaders: Strategies For Taking Charge*. New York: Harper & Row. 1997.

- DAMON, Willian. *O que o jovem quer da vida?* Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. São Paulo: Summus 2009.

- MAPP, Karen. *Powerful Partnerships: A Teacher's Guide to Engaging Families for Student Success*. New York: Scholastic. 2017.

- MORAES, Roselaine Monteiro. *Educação Empreendedora no Ensino Fundamental: Uma investigação sobre o Programa Nacional de Educação Empreendedora-JEPP em Pejuçara, RS* (Dissertação de Mestrado, 2019).

- TOFFLER, Alvin. *Choque do futuro*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1970.

É possível perceber logo de início que praticamente todas as obras mencionadas pertencem a autores estrangeiros, especificamente norte-americanos, com exceção de Roselaine Monteiro Moraes, sobre a qual falaremos a seguir.

Destacamos acerca dos autores e obras aqui mencionados que nem todos pertencem a pesquisas que estejam relacionadas à educação, havendo um certo desprestígio desta área, uma vez que ela deveria merecer um destaque maior por se tratar justamente de um documento que aborda o currículo escolar. Além disso, há um desprestígio à pesquisa brasileira, já que há apenas uma contemplada, ou seja, as pesquisas e obras que merecem ser mencionadas são as que pertencem a países desenvolvidos economicamente, este é o critério, mais uma vez perpassado pelos ideais do Capital. Assim, se apagam as várias universidades que promovem pesquisas e são referências, até mundial, no âmbito da pesquisa acadêmica no Brasil, com autores bastante renomados como Paulo Freire, conhecido internacionalmente, e patrono da educação brasileira.

Porém, há apenas uma pesquisa que foge a esta regra e aparece nas referências do documento do Sebrae, trata-se da dissertação de mestrado de Roselaine Monteiro Moraes. Pelo resumo da pesquisa

mencionada, vemos que se trata de uma pesquisa que valoriza o programa JEPP do Sebrae, apontando os pontos positivos dele. A seguir apresentamos um trecho do currículo da pesquisadora:

Mestre em Gestão Educacional (2019) — Unisinos, especialista em Gestão de Redes de Cooperação — Unisinos (2006) e Bacharel em Administração — Unisinos (2002). Atua no SEBRAE/RS desde 2000. No momento, exerce o cargo de Analista de Políticas Públicas coordenando e articulando estratégias e ações em Educação Empreendedora e Desenvolvimento Territorial juntamente com entidades públicas, privadas e instituições do terceiro setor. (Fonte: Plataforma Lattes⁴).

Portanto, a autora da pesquisa é formada em Administração e possui mestrado em gestão educacional, além disso, ela trabalha no Sebrae desde 2000, ou seja, quando desenvolveu a pesquisa, ela trabalhava no Sebrae atuando justamente na educação empreendedora. Ou seja, a pesquisa e a autora possuem vínculo com o Sebrae, uma instituição privada, o que dificilmente poderia indicar possíveis críticas ao programa, correndo risco de demissão. Nesse sentido, notamos também a presença de uma interdição, já que se selecionam somente pesquisas que corroboram as ideias apresentadas pelo Sebrae, apagando qualquer contradição.

Outro ponto que destacamos sobre esta categoria é que há uma dificuldade de acessar as obras mencionadas, com exceção da Dissertação de Roselaine, que se encontra disponibilizada na *web*; a dificuldade se deu por encontrar tanto o material para compra, como escassez de resumos e resenhas sobre elas. Além disso, há outro fator que corrobora esta dificuldade que é o idioma inglês. Na lista, vemos que há duas obras citadas que não foram traduzidas para o português, e, portanto, é preciso ter conhecimento do idioma para poder ter acesso a elas. Infere-se assim que é preciso conhecer a língua dos países mais desenvolvidos, isso corrobora inclusive o texto da BNCC, que determina que a única Língua Estrangeira ensinada na escola seja o inglês.

⁴Disponível em <http://lattes.cnpq.br/0816280642292701>. Acesso em novembro de 2021.

Vemos assim, após as análises realizadas, elementos preocupantes, em que a educação básica passa a ser instrumento do Capital, ou seja, passa a ser usada com fins de adaptar os alunos para o mercado de trabalho, em que se forma a ideia de que não há opções além desse caminho:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu — no seu todo — ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2005, p. 35)

Referências

BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estratégias para la educación* — estudo sectorial del Banco Mundial. Washington, DC: Banco Mundial, 1995.

BRASIL. *MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO n° 9394/96*. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em jan/2021.

_____. *Base Nacional Comum Curricular*. SEB/MEC, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4414481/mod_folder/content/0/BNCC/BNCC_19mar2018_ver_saofinal.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. *Resolução N° 3, de 21 de novembro de 2018*. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB. 2018. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em jan/2021.

CASTRO, L. F. de. *“Aprender a empreender”*: o projeto de educação do SEBRAE para a educação básica pública. Dissertação de Mestrado.

Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2019.

CARVALHO, S. M. de. *Análise linguístico-discursiva do projeto planos de aula Nova Escola*. 2019, 108 f. Dissertação (Mestre em estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2019.

CARVALHO, L. M. *Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do pisa como instrumento de regulação*. Dossiê: “Conhecimento e política”. Revista Scielo, 2009.

DELORS, J. *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, E. B. de M. *O Sebrae na estrutura sociopolítica brasileira: origens atuação em um sistema social e estatal híbrido*. Cadernos de Campo, n.6, 1999.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organizado por Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MELO, N. M. e. *SEBRAE e empreendedorismo: origem e desenvolvimento*. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

OCDE. *El programa PISA de La OCDE: Qué ES y para qué sirve*. Instituto Nacional para La Evaluación de La educación, México, 2007.

SEBRAE. *Resolução CDN Nº. 189/2009*. Brasília, DF, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estatuto%20Social%20Sebrae.pdf>>. Acesso em 28/06/2018.

SEBRAE. *Empreendedorismo no Currículo do Ensino Médio*. Brasília, Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Empreendedorismo-no-curri%CC%81culo-do-Ensino-Me%CC%81dio.pdf> . Acesso em novembro de 2021.

SILVA J.R. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

Silenciamentos, exclusões, positavações de corpos trans: espaços possíveis de (se) dizer de outro modo

André Cavalcante¹

Perguntou meu nome várias vezes naquela noite, parecia esquecê-lo no instante que o escutava, algo que é comum. Ninguém nomeia as travestis, salvo nós mesmas. O resto das pessoas ignora nossos nomes [...]. Eu o repetia várias vezes, Camila, Camila, e ela sorria e dizia que era um nome muito bonito, muito feminino, apesar de eu saber muito bem o que meu nome significava: a que oferece sacrifícios. (VILLADA, 2021, p. 75)

Inicio essa escrita com uma epígrafe do texto *O parque das irmãs magníficas*, no qual Camila Sosa Villada, de forma literária, narra sua história como mulher trans em um ponto de prostituição na Argentina. A partir do romance podemos refletir sobre algumas questões que dizem respeito às pessoas que se inscrevem no campo das identificações da transgeneridade.

Camila diz de uma prática de não lembrar o nome das travestis, de uma insistência em não recordar algo que dá existência e lugar ao sujeito, a inscrição do nome próprio. Uma prática comum, sobretudo, quando estamos pensando nos sujeitos-trans. Camila repete seu nome, marca sua existência, e reflete que ele significa “a que oferece sacrifícios”. Esse significante, sacrifício, aqui nos chama a atenção para pensar também qual corpo (se) oferece (em) sacrifício.

Nessa seara, no panorama brasileiro, nosso foco, muito se tem discutido, visto e lido sobre pessoas trans, nas artes, na política, no

¹ Doutor em Estudos de Linguagem pela UFF (2021), com tese orientada pela professora doutora Vanise Medeiros. Financiamento: Capes 2017-2019 e FAPERJ Nota 10 2019 a 2021. Atualmente é pós-doutorando em Análise do Discurso pela FFCLRP/USP.

dia a dia, para além das notícias de programas policiais. E, nos últimos anos, nos deparamos com uma demanda de grupos LGBTQIA+,² sobretudo pessoas trans não-binárias, para a uma linguagem inclusiva, não-sexista, abordagens com algumas propostas diferentes. Pela justificativa normativa, de proteção da língua, várias leis e projetos visam barrar esses usos linguísticos e, por conseguinte, os sujeitos que reclamam uma linguagem na qual se sintam incluídos, são silenciados pela língua de madeira, a língua do Estado, a qual Gadet e Pêcheux (2010 [1981]), refletem como a língua de dominação, a partir da qual Estado absorve e anula as diferenças.

Como nos diz Kilomba (2019, p. 14), “a língua, por mais poética que possa ser, tem também a dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência”. A partir dessa desconfiância da língua(gem), que tão bem nos ensina também a Análise do Discurso (AD), partirmos da inquietação sobre as palavras, sobre seus usos, suas lacunas e ausências. Pela linguagem também, o discurso da lei, da ciência e da militância entram em conflito no discurso da/sobre a transgeneridade.

São diversas formas de exclusão e silenciamentos de corpos-trans. Frente a isso, há também um espaço de positivação, luta para que os sujeitos-trans produzam seus discursos. Interstícios que se abrem nas falhas do ritual ideológico para (se) dizer de outro modo. Nas palavras de Pêcheux, resistência, “formas, de aparição fugidia de alguma coisa ‘de uma outra ordem’ vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 278).

Em consonância com Pêcheux (*ibidem*), ao entender que não há ritual sem falhas, enfraquecimentos e brechas, tenho me dedicado

² Aqui utilizo uma das siglas que objetiva agrupar um grupo bem diverso de gêneros e sexualidades dissidentes da cisheteronormatividade. Tal sigla reúne Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e outras formas de subjetivação.

a refletir a relação entre corpo-trans, discurso e resistência, pensando a transgeneridade como uma forma de ir de encontro a interpelação ideológica, desde-sempre-já gendrada. Por ora, trago um recorte das discussões que empreendi em minha tese de doutorado intitulada *O corpo que habito: resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans*, defendida neste programa em fevereiro de 2021, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF.

O recorte temporal do *corpus* da pesquisa de doutoramento se dá a partir dos anos de 2016, marcado, historicamente, pelo decreto da presidenta Dilma Rousseff, que permitiu o uso do nome social das pessoas trans em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais. Um outro momento histórico que nossas análises perpassam é o processo eleitoral de 2018, no qual ocorreram as últimas eleições presidenciais, que tiveram como pauta os vários embates discursivos sobre gênero, sexualidade, impulsionando sentidos diversos sobre esses temas. Com isso, chega-se ao marco final do período de coleta, que se dá no primeiro ano governo de Jair Bolsonaro, em 2019.

Entendemos, o corpo “como uma construção social e discursiva que se dá através da linguagem. Nesse sentido, ser homem, ser mulher, ser não binário é algo que corresponde às práticas desses sujeitos na/pela linguagem, produzidas através do imaginário” (CAVALCANTE, 2021, p. 17).

A partir do referencial teórico da AD, objetivamos compreender se as resistências dos corpos trans poderiam representar a fragmentação da forma-sujeito capitalista e identificar como a (des)estabilização de sentidos pode produzir as fissuras no rito de interpelação ideológica e compreender como os discursos da/sobre a transgeneridade mobilizam sentidos sobre os corpos-trans. Aqui traremos algumas sequências discursivas que exemplificam os três eixos de análise que organizamos na tese. Quais sejam: 1. Violências, silenciamentos e deslegitimação das identidades transgêneras. 2. Exclusão social e transgeneridade. 3. Posituação do corpo e (não) alteração corporal. Ademais, traremos

uma quarta SD para discutir o discurso sobre a transgeneridade e o embate de diferentes domínios de saber sobre a temática.

A sequência discursiva 1, publicada na página Travestis e Transexuais Brasileiras, inscreve-se no eixo 1.

Sequência Discursiva 1 (SD1)



Fonte: *Printscreen* do Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/TRAVESTISETRANSEXUAISbrasileras/posts/1654879711270094>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Na sequência discursiva acima, há a legenda dizendo que o jornalista Luiz Bacci, em um programa de jornalismo policial, trata a travesti Paola Oliveira diversas vezes no masculino e ainda expõe seu nome de registro, nome próprio, que, como discutem Klein e Pinto (2020), é a primeira marcação de gênero. Abaixo desses dizeres, estão fotos que materializam esses corpos, um, à esquerda, à margem dos grandes centros urbanos, em um cenário simples, um corpo de uma travesti negra, na rua, antes de sua morte trágica, a qual foi violentamente, assinada com 4 tiros, em Goiás.

Do outro, um homem cisgênero branco, em um estúdio de gravação, lugar de trabalho que lhe dá autorização ao seu dizer. Assim, esse jornalista desrespeita Paola Oliveira, tratando-a no masculino, usando determinantes masculinos como “um travesti” “esse travesti”, como comparece na matéria. Essa é uma segunda violência sobre esse corpo. Outra forma de violência subscreve-se entre essas duas: espacialização onde se encontram os sujeitos, uma à rua, como lugar de trabalho; o outro em um estúdio, trabalhando, como se pode ver na imagem.

A prática de dizer de um nome que não cola com o sujeito é também uma forma de silenciar a transgeneridade. Nome que não produz laço social. A primeira violência diz respeito à morte dela, que foi assassinada, ao circular pelo espaço da cidade. Os assassinos, ao suporem que ela estava armada, usam como justificativa para este extermínio.

Essa negação ao gênero de Paola produz a instauração do silêncio constitutivo (ORLANDI, 2013), se diz algo para não se dizer outro, silenciando sentidos possíveis. Ela é referida no masculino, o nome de registro é revelado para não dizer que Paola, em seu corpo travesti, é uma mulher. Não se considera, a partir dessa posição-sujeito, que travestis e mulheres trans são identidades femininas que foram designadas como homens ao nascer, e que se identificam com o gênero oposto; impede-se, assim a própria existência destas.

A próxima SD faz parte do eixo corpo trans e exclusão social.

Sequência Discursiva 2 (SD2)



The image is a screenshot of a Facebook post. At the top, the profile name is 'Cartazes & Tirinhas LGBT' with a rainbow flag icon. Below the name, it says 'Ontem às 15:48'. The main image shows a woman with dark curly hair, wearing a white t-shirt, sitting at a desk and working on a laptop. Behind her is a bookshelf filled with books. Below the image, the text reads 'G1.GLOBO.COM' and the headline 'Apenas 4% das pessoas trans têm trabalho formal'. A sub-headline says 'Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais mostram que s...'. There are 484 reactions (sad face, thumbs up, shocked face) and 8 comments and 186 shares. At the bottom, there are icons for 'Curtir', 'Comentar', and 'Compartilhar'.

Fonte: *Printscreen* do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartazesLGBTAIQ/posts/2359977907435358>. Acesso em: 08 jan. 2020.

Na SD acima, há uma mulher trans, utilizando um computador, em um cenário formal, onde podem ser encontrados livros. Isso produz um efeito de que o sujeito em questão tem alguma formação. A formalidade também se demonstra através da vestimenta do sujeito em questão. A partir da imagem, pode-se ter duas possibilidades de leituras. Ela estaria inclusa dentro dos 4%, trabalhando, com trajes para tal, ou estaria, fora desse percentual, e à procura de emprego? O olhar pouco entusiasmado, a posição dos braços, produzem um efeito de espera, de não inclusão no mercado de trabalho. Essa exclusão se ratifica na materialidade verbal da notícia “Apenas 4% das pessoas trans têm trabalho formal”.

Como reflete Soares (2019), as porcentagens não são evidentes. Então, em qual lugar estariam os outros 96% das pessoas trans em trabalhos informais? A reflexão sobre o trabalho para sujeitos trans,

é, também, uma das redes de enunciados que circulam nos dizeres da/sobre a transgeneridade.

A próxima SD está inscrita no eixo 3, o da positivação e (não) alteração dos corpos trans.

Sequência discursiva 3 (SD3)

O modelo Sam Porto, homem trans de 25 anos, fez história durante os desfiles do São Paulo Fashion Week, que ocorreu até esta sexta-feira (18), no Pavilhão das Culturas Brasileiras, em São Paulo.

Ele foi o recordista de desfiles da temporada – nove, para marcas como Ellus e Cavaleira - e usou um dos momentos de holofote para levantar a bandeira trans.

<http://nlucon.com/.../modelo-sam-porto-faz-historia-no-48o-s.../>



NLUCON.COM

Modelo Sam Porto faz história no 48º SPFW ao reivindicar Respeito Trans

👍❤️😄 650

20 comentários 95 compartilhamentos

Fonte: *Printscreen* do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/nlucon/posts/2126207737480095>. Acesso em: 24 out. 2019.

A SD3, que circulou na página *Nlucon*, traz marcação/intervenção do sujeito no seu corpo. Intervenção cirúrgica e intervenção de escritura no corpo. Corpo que é base material de significação e de resistência em meio a uma sociedade transfóbica.

Na postagem, há os seguintes dizeres: “o modelo Sam Porto, homem trans de 25 anos, fez história durante os desfiles do São Paulo Fashion Week [...]”. Sam Porto é representado na imagem,

desfilando. Aqui, chamamos a atenção para o fato que a moda produz um efeito de domesticação dos corpos, colocando alguns destes como o padrão para os desfiles. No entanto, um corpo trans estar nesse lugar produz uma possibilidade de leitura de que algo está em vias de mudança na estrutura social. Como tais corpos são colocados na lógica capitalista de trabalho? Há fissuras no ritual da interpelação?

O cenário exposto na SD acima é de uma passarela, os olhos da plateia estão voltados para ele que, sem camisa, mostra as marcas da mastectomia. Ademais, no seu corpo se ins/escreve o enunciado: “respeito trans”, que marca duplamente essa resistência do/pelo corpo em se afirmar trans, pela escrita e pelo corpo, ao mostrar as marcas corporais ou pelo enunciado de apelo ao respeito às pessoas trans. No simbólico, marca-se a resistência e isto inscreve-se nessas duas materialidades significantes. Esse apelo/chamado ao público nem sempre é correspondido, como analisaremos na próxima SD.

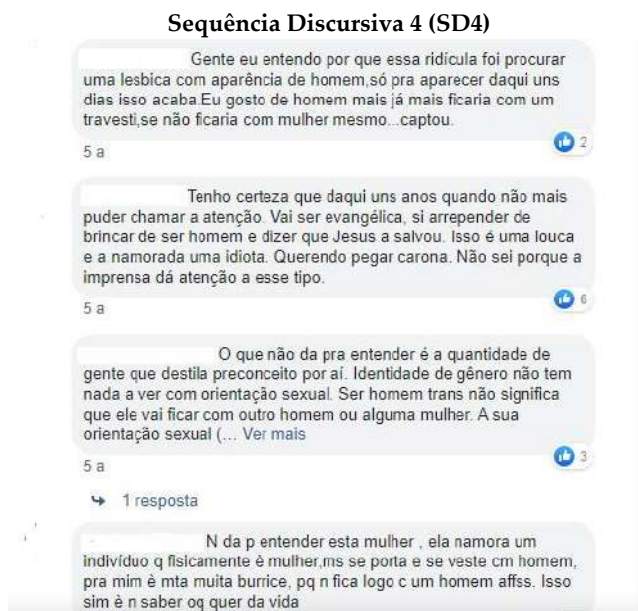
Essas três SD nos remetem a discussão que realizamos na tese que:

Nos discursos dos/sobre os sujeitos-trans, percebe-se que estes apresentam uma relação com o corpo, seja com o com o qual não se identificam, podendo modificá-lo ou não. Ou, então, dizem da leitura cisnormativas que coloca estes corpos como estranhos. Nessa rede de sentidos, há também a afirmação de um corpo que resiste aos sentidos já estabilizados sobre o que é ser homem, mulher e ter um corpo distinto do previamente estabelecido. (CAVALCANTE, 2021, p. 22)

As SDs anteriores dizem respeito a sujeitos que são mortos, estão fora do mercado de trabalho ou, quando escapam disso, se colocam como possibilidade outra de subjetivação a partir da identificação com transgeneridade em espaços não esperados. Estão em cena, no discurso, corpos-trans, seja na ausência ou na presença. Como trouxe na citação acima, corpos que por uma leitura cisnormativa são colocados como estranhos, mas que a por

em questão as evidências dos dizeres biologicizantes sobre o corpo, desestabilizam os já-sabidos sobre masculinidades e feminilidades.

Para refletir sobre os dizeres sedimentados sobre os gêneros, trago uma última SD que também representa o *discurso sobre a transgeneridade*. O *print* diz respeito a comentários do Facebook sobre uma matéria sobre Thammy Miranda, homem trans, apresentando sua nova namorada.



Fonte : *Printscreen* do Facebook. Disponível em:

https://www.facebook.com/metropolesdf/posts/1673390386284271?comment_id=1805624309720317&ref=notif¬if_t=share_comment¬if_id=1477664517251549. Acesso 21 dez. 21.

Trago alguns dizeres que se encontram nessa imagem, discursos de 4 diferentes sujeitos:

1. "Lesbica com aparência de homem."
2. "Brincar de homem."
3. "Identidade de gênero não tem nada a ver com orientação sexual."

4. “Fisicamente é uma mulher, ms se porta e se veste cm homem.”

Aqui estamos encarando uma disputa por dizer sobre a transgeneridade, que trazem os já-ditos sobre o que é ser homem e ser mulher numa perspectiva cisnormativa, isto é, pela visada biologicizante que normativa e enquadra sujeitos de acordo com sua genitália. Thammy Miranda, mesmo há anos afirmando sua identificação como homem trans, não é lido e respeitado como tal. É, para uns sujeitos, uma lésbica que tem aparência de homem, que brinca com a masculinidade e que apesar de se vestir como homem e se portar como tal, não o é. São dizeres que determinam o que esse sujeito pode ser a partir de discursos violentos, transfóbicos e deslegitimadores. Por outro lado, nessa disputa por dizeres, há um sujeito que tenta explicar a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, colocando-se seus dizeres em favor da luta trans. Nos comentários, observam-se emergir diferentes posições-sujeito discursivizando sobre a transgeneridade.

Para pensar a relação entre corpo e normatividade, Rodrigues discute que

o corpo é, de acordo com a dominante representação simbólico-discursiva do gênero, naturalizado como objeto primeiro que “precisaria” ser adequado a normas sociais, ou seja, se constitui como um dos efeitos materiais dos processos de subjetivação e é lugar onde agem as institucionalizações que o (re)produzem enquanto materialidade do gênero. De acordo com essa defesa, o corpo “deveria” adequar-se a uma linguagem articulada que manifeste a correspondência com os sentidos convencionados ao exercício sócio-histórico de masculinidades e feminilidades. Esse material anatômico-discursivo, então, permite o exercício ou a vivência social do gênero pois, nele, estão articulados os signos físico-políticos de masculinidades e feminilidades, como também a própria materialização dos efeitos de assujeitamento aos sentidos de gênero (RODRIGUES, 2021, p. 63-64).

Então, em consonância com o autor, a perspectiva da normatividade dos corpos e gêneros, naturaliza os corpos como se fosse necessária uma adequação às normas sociais. Assim, haveria

uma correspondência do corpo a sentidos convencionados para os campos das masculinidades e das feminilidades.

No entanto, o corpo trans não se filia ao logicamente estabilizado (PÊCHEUX, [1983] 2015), sendo um objeto paradoxal, pois organiza dizeres idênticos e contraditórios, marcando a reprodução e transformações de dizeres no rito de interpelação ideológica do gênero e inscrevendo-se em formações discursivas diferentes.

Para Haroche, Pêcheux e Henry, as formações discursivas (FD) são

o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada: o ponto essencial aqui não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras (HAROCHÉ; PÊCHEUX; HENRY [1971] 2011, p. 27).

Na pesquisa de doutoramento, usamos a noção de FD como uma ferramenta teórico-metodológica que pode agrupar diferentes formas de significar os sentidos sobre a transgeneridade, levando em consideração, também, a heterogeneidade e as fronteiras difusas entre esses domínios de saberes. A partir das análises, delimitamos duas formações discursivas a FD1, a da transgeneridade, onde circulam dizeres de sujeitos-trans e de posições-sujeito militantes, a favor da causa trans, em luta por seus direitos. A FD2, anti-causa trans, na qual são inscritos dizeres de violência, desrespeito, deslegitimadoras, e que fazem calar e morrer os sujeitos-trans. Como essas redes de saberes são heterogêneas, por onde perpassam, também, outras FD, há um espaço intervalar onde se situam dizeres que se afastam das duas FD. Portanto, o corpo trans tem diferentes formas de ser significado.

Corpos pavoneiam, como reflete Foucault (2017), em *A história da sexualidade*. Nesse texto, o autor diz que, no século XIX, as práticas não procuram um segredo, as palavras eram ditas, as

coisas eram feitas sem tanto disfarce. Aqui, neste trabalho, procurei dar vistas a esses corpos, compreender como “pavoneiam” e, por conseguinte, dizer da subjetivação de sujeitos demasiadamente silenciados na história e escutar sentidos que se impõem no fio do discurso, sobretudo, pela resistência. Resistir para existir, para ser ouvido, para pavonear no social. E, assim, poder (se) dizer de outros modos.

Referências

CAVALCANTE, A. *O corpo que habito: resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans*. 2021. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello. Campinas: Editora RG, 2010.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2 ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Pedro & João Editores, [1971] 2011.

KILOMBA, G. *Memória da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Combogó, 2019.

KLEIN, M. S.; PINTO, D. M. As Marias da terra de Nheçu e Sepé Tiaraju. In: DARÓZ, E. et al. *Tramas, linhas e bordados: o feminino em discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

_____. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2015.

RODRIGUES, A. L. *Subjetividades em trama, corpos em transe: os mo(vi)mentos de identificação de sujeitos transgêneros no entremeio dos sentidos de feminilidades e masculinidades*. 2021. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SOARES, A. S. F. O corpo trans: o significante uniforme. In: SOARES, A. S. F.; *et al* (orgs.). *Discurso, interlocução e...* Caxias do Sul: Educs, 2019.

VILLADA, C. S. *O parque das irmãs magníficas*. São Paulo: Planeta, 2021.

Representação negra e ensino de espanhol: quem fala nos livros didáticos?

Douglas Coelho¹

Introdução

Este trabalho é um recorte de minha pesquisa de mestrado que visa a analisar a presença e a ausência de negros e negras em livros didáticos de espanhol para o Ensino Médio, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012 e 2018. Esses foram o primeiro e o último ano em que o componente curricular Língua Estrangeira Moderna esteve presente em editais do PNLD, tendo em vista que foi retirado da Educação Básica brasileira com a imposição do componente Língua Inglesa pela Medida Provisória 746/2016, convertida na Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017).

A representação e a representatividade negra no espaço escolar, assim como o papel da escola, dos professores e dos livros didáticos na luta antirracista são temas muito ricos para pesquisas sobre educação linguística. Assim, perceber a representação negra nos livros didáticos é uma forma de refletir e de incentivar o debate sobre temas como racismo e desigualdade social no espaço escolar, e suas consequências fora dele, já que vivemos em uma sociedade organizada por e para brancos, na qual os negros e as negras, historicamente escravizados, sofrem com o sistema opressor ao qual foram e ainda são submetidos. Por isso, promover a discussão desse tema na educação linguística é fundamental para a construção do cidadão crítico, objetivo principal da educação escolar (BRASIL, 1996), pois os estudantes devem conhecer não só

¹ Mestrando e bolsista CAPES no programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, orientado pela profa. dra. Luciana Maria Almeida de Freitas.

os problemas sociais do Brasil e do mundo, mas também como eles foram historicamente construídos.

Nesse sentido, o tema dessa pesquisa é a representação negra em livros didáticos de espanhol aprovados no primeiro e no último edital do PNLD em que constavam esse componente (2012 e 2018), como já foi mencionado. As imagens de negros e negras, assim como os textos e atividades dos materiais selecionados serão analisados a partir da perspectiva da Sociologia do Discurso do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2003; VOLÓCHINOV, 2017; 2019), a fim de observar as diferenças entre o tratamento de questões antirracistas nesses dois períodos e de avaliar possíveis avanços.

Cabe aqui destacar que ser negro em uma sociedade racista me despertou o interesse pelo tema, mas é importante salientar que não é obrigação de toda pessoa negra estudar e debater temas relacionados ao racismo. Podemos escrever e falar sobre temas diversos, assim como atuar em diferentes áreas do conhecimento. A desigualdade racial deve ser combatida por todos, mesmo que seja por perspectivas distintas, já que uma pessoa negra e uma pessoa branca, como defende Ribeiro (2019), possuem lugares de fala diferentes e, logo, falam a partir de experiências sociais distintas.

Outra questão importante de se ressaltar é o fato de que ser negro não torna a pessoa apta a falar sobre o racismo ou não significa que ela precise sempre se posicionar sobre situações racistas. De acordo com Almeida (2019, n.p):

Pessoas negras podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Somente a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo que o circunda para além do imaginário racista. (ALMEIDA, 2019, n.p)

Nesse sentido, assim como muitas pessoas brancas precisam se desconstruir constantemente, muitas pessoas negras também precisam, pois estamos todos inseridos em uma sociedade que apresenta costumes, ideologias e vocabulários racistas que, para

muitos indivíduos, são características comuns e aceitáveis em nosso contexto social.

Por que discutir sobre representação negra na escola e nos livros didáticos?

A discussão sobre representação negra é fundamental para o desenvolvimento da luta antirracista, considerando que muitas pessoas não percebem a ausência de pessoas negras em cargos vistos com prestígio pela sociedade ou em papéis de destaque nas novelas, filmes, capas de revista e livros, por exemplo.

Segundo Fernandes (1972, p. 15), “o negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como igual”. Ser negro e negra em um mundo explicitamente racista que não apresenta representação em diversos contextos demanda muita resistência e reexistência, já que a perpetuação do racismo e de outras questões históricas, especialmente a escravidão, afetam a população negra até os dias atuais e seguem organizando a sociedade moderna. Representação negra importa e é mais que necessária na educação, na comunicação, nas artes, nos esportes e em todos os campos de conhecimento da nossa sociedade.

Nesse sentido, promover a representação negra na equipe de professores e nos materiais usados em aula também é papel de toda a comunidade escolar. Como um espaço de formação de cidadãos críticos, a escola deve incentivar o diálogo sobre as desigualdades sociais no Brasil e no mundo, assim como promover atividades que estimulem a reflexão sobre temas como racismo, machismo, homofobia, xenofobia, etarismo, inclusão de pessoas com deficiência etc.

Além disso, é de suma importância que os estudantes se vejam nos materiais usados durante as atividades, em especial no livro didático, que é um instrumento pedagógico muito presente no processo de ensino-aprendizagem. Acreditamos que “os livros didáticos são instrumentos de reflexão e devem estimular as

competências profissionais e pessoais tanto do educador quanto do estudante” (GUIMARÃES; FREITAS, 2018, p. 27), por isso a análise da representação negra nesses materiais enriquece a discussão sobre educação linguística e sobre racismo, além de auxiliar na formação de cidadãos humanizados.

Como material presente na maioria dos contextos educativos, os livros didáticos podem gerar reflexões e estimular a construção do pensamento crítico do estudante tanto sobre a língua adicional, nesse caso, o espanhol, quanto sobre sua própria língua, além de desenvolver uma diversidade de letramentos que as distintas situações de interação proporcionam. Vale destacar aqui também que o setor de livros didáticos foi o que mais cresceu no mercado editorial entre 2006 e 2015 (SNEL, 2016), o que mostra o destaque que esses materiais vêm ganhando na educação brasileira.

É de grande importância que os nossos alunos se vejam nos materiais usados durante as atividades e sejam estimulados a refletir sobre nossa ancestralidade. Conforme afirma Silva (2004, p. 26), também em pesquisa sobre a negritude em livros didáticos: “compreender o conceito de representação social, a sua função em nível do social e seu histórico, bem como ‘por que’ ela é produzida, é importante para a interpretação das transformações da representação social do negro, bem como dos determinantes dessa transformação”. Os livros didáticos e a educação linguística podem e devem contribuir para a compreensão do período da escravidão no Brasil e no mundo, além de possibilitar reflexões sobre os problemas da construção de uma sociedade racista e excludente, que traz em sua memória as marcas de um passado escravocrata que ainda define as organizações sociais nos tempos atuais.

Metodologia

Como já foi mencionado, o foco dessa pesquisa está na análise de livros didáticos de espanhol para o Ensino Médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático 2012 e 2018. As imagens de negros e negras, assim como os textos e atividades dos materiais

selecionados serão analisados a partir da Sociologia do Discurso do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2003; VOLÓCHINOV, 2017).

A fim de observar as diferenças entre as propostas de atividades e os textos selecionados que envolvam questões antirracistas, será realizada uma comparação entre os anos de 2012 e 2018, avaliando possíveis avanços. A metodologia se divide em dois passos: o primeiro procedimento da análise visa a apresentar dados quantitativos em relação à representação negra nos materiais selecionados. Sobre as imagens que apresentam pessoas, apresento o número total de cada livro e, em seguida, esse número total de pessoas aparece dividido em pessoas brancas, pessoas não brancas (incluindo pessoas negras) e somente pessoas negras. Já o segundo procedimento consiste em analisar os textos e as atividades de forma qualitativa, observando algumas questões como: quem fala, quem é visto e se há estímulo a práticas antirracistas.

A tabela abaixo mostra um exemplo do primeiro passo da metodologia:

Tabela 1. Análise quantitativa de imagens e textos verbais/verbo-visuais

Livro	Páginas	Imagens de pessoas	Imagens de brancos	Imagens de não brancos	Imagens de negros e negras	Textos verbais / verbo-visuais de/sobre negros
<i>Enlaces 3</i> (2012)	208	78	64	15	13	11
<i>Confluencia 1</i> (2018)	128	49	33	16	10	2

Fonte: livros *Enlaces 3*² e *Confluencia 1*³

De acordo com a tabela, no livro *Enlaces 3*, de 2012, a diferença entre a quantidade de imagens de brancos e não brancos e a

² OSMAN, S. et al. *Enlaces: español para jóvenes brasileños*. São Paulo: Macmillan, 2010.

³ CORREA, P. et al. *Confluencia*. Volume 1. Manual do Professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

quantidade de imagens de negros e negras é bastante significativa negativamente: 19,2% (15 entre 78) de não brancos e 16,6% (13 entre 78) de pessoas negras em relação ao total de imagens de pessoas nesse material. No livro *Confluencia 1*, de 2018, percebemos que a diferença é um pouco menor entre o número de imagens, apesar de não ser um número satisfatório, o percentual de imagens de não brancos é de 32,6% (16 entre 49) e a de negros e negras é de 20,4% (10 entre 49) em relação ao total de imagens de pessoas.

É importante destacar que nenhuma dessas porcentagens alcança o quantitativo de negros (pretos e pardos) da população brasileira, já que vivemos em um país com 56% da população formada por negros e negras. Para exemplificar o segundo passo da metodologia, como exemplo de análise inicial, apresento atividades de cada um dos materiais já citados:

Figura 1

Unidad 4

Hablemos de...

1. Lee las siguientes informaciones; luego contesta las preguntas.

 **Evo Morales es el primer indígena en ocupar la presidencia de Bolivia**
Evo Morales comenzó su discurso pidiendo un minuto de silencio por "los millones de seres humanos caídos en toda América", mencionando a Manco Inca, Tupac Katari, Amaru, Simón Bolívar, Che Guevara, los cocaleros, los mineros y otros más. Luego, contó la situación de la población indígena boliviana: "Hemos sido marginados, condenados a la extinción; esta es nuestra historia... Estamos acá para cambiarla para acabar con esta injusticia, con esta desigualdad".

 **Juruna: el primer diputado indígena de Brasil**
Famoso por su lucha contra la discriminación racial, Mario Juruna, que llegó a ser diputado (1983-1987), no hizo más que evidenciar el rasgo distintivo de la tribu que lideraba, los Xavantes. Reclamaba de la Funai (Fundación Nacional del Índio) un mayor compromiso con los derechos de los indígenas.

 **Zumbi: el rey de Palmares**
Fue líder del Quilombo de Palmares (Alagoas), lugar icónico de la resistencia negra, que luchó contra los ataques colonialistas en 1694. Zumbi, con otros compañeros, logró huir y resistir hasta que el 20 de noviembre de 1695, fue asesinado en una emboscada. Fue decapitado y su cabeza se expuso públicamente en Olinda para acabar con la idea que había entre los negros esclavizados, de que el líder quilombola era inmortal. El día de su muerte se recuerda y conmemora como "Día Nacional de la Conciencia Negra".

 **El Negro Miguel: líder negro de rebeliones en Venezuela en el siglo XVI**
Nacido en San Juan de Puerto Rico, el Negro Miguel nunca aceptó su condición de esclavo, así que huyó con unos compañeros a las montañas, desde donde preparó y encabezó la primera gran rebelión de esclavos. Creó un reino independiente que, durante dos años, combatió y desencadenó sublevaciones de negros e indios por toda la región de San Felipe, Barquisimeto y El Tocuyo. Finalmente, Diego de Losada lo degolló y aniquiló su reino.



a) Además de haber sido los primeros indígenas en ocupar cargos políticos mencionados, ¿qué otro elemento común hay entre Evo Morales y Juruna?

b) ¿Qué causa defendían Zumbi y el Negro Miguel?

c) ¿Crees que los ideales defendidos por estos cuatro personajes históricos siguen vigentes en la sociedad brasileña actual? ¿Por qué?

60

Fonte: Seção "Hablemos de...", Unidade 4 / Enlaces 3⁴.

⁴ OSMAN, S. et al. *Enlaces: español para jóvenes brasileños*. São Paulo: Macmillan, 2010.

A unidade inicia com a seção “*Hablemos de...*”, que tem a função de ativar os conhecimentos dos estudantes sobre o tema que será abordado nas atividades a continuação. A seção começa apresentando uma atividade que utiliza quatro textos criados para fins didáticos sobre dois negros (Zumbi dos Palmares e Negro Miguel) e dois indígenas (Evo Morales e Juruna) e não há a imagem deles, apenas as bandeiras da Bolívia, do Brasil e da Venezuela, seus países de origem. Nessa ausência, podemos perceber que há relação dialógica de “coexistência” (ARÁN, 2006, p. 87) com a invisibilidade das populações negra e indígena no Brasil e no mundo, já que, historicamente, pessoas negras e pessoas indígenas não são visivelmente representadas, mesmo quando são o tema em debate. Além disso, representar indivíduos com histórias impactantes e necessárias para a formação da sociedade somente com a bandeira de seus países pode sugerir uma generalização que invisibiliza suas individualidades ou pode sugerir uma relação de pertencimento à pátria que não leva em consideração todo o histórico de luta e resistência contra os sistemas opressores de seus países.

As duas primeiras questões sobre os resumos são baseadas na identificação de informações explícitas sobre as quais os estudantes podem localizar as respostas nos textos sem reflexões sobre a leitura. A terceira questão é a que mais se aproxima de uma reflexão sobre a relação desses personagens históricos com a sociedade brasileira atual, mas o tema do racismo não é aprofundado, e a atividade sobre os resumos apresentados se encerra. Ainda que sejam as atividades iniciais da unidade, os resumos dariam insumos para uma reflexão mais detalhada sobre esses personagens mencionados. Dessa forma, podemos perceber que os textos são usados como um pretexto para iniciar a abordagem do tema e que a atividade poderia apresentar informações sobre quaisquer pessoas indígenas ou negras somente para abordar a luta desses povos de forma geral, sem aprofundar detalhes sobre os indivíduos.


Figura 2

Lectura

Lee ahora este poema de Magia López y Alexei Rodríguez Mola, titulado "Mi belleza", y contesta las cuestiones en tu cuaderno.

Magia López es una poeta y cantante de hip-hop cubana. Integra con Alexei Rodríguez Mola el dúo Olusegún. Es también directora de la Agencia Cubana de Rap. En sus composiciones predomina la reivindicación antirracista y de la mujer afro-cubana.

Alexei Rodríguez Mola es considerado uno de los mayores representantes del hip-hop cubano. Además de autor e intérprete es productor musical. Fundó también, con otro grupo de rap, Doble Filo, la Fabe K, para desarrollar en su país acciones comunitarias de carácter sociocultural.



Mi belleza

Mi belleza es punto de partida para cada **hazaña**.
Es limpia, no se **disfrasa**, no se engaña.
Comienza desde mi céntra y me crea un aura de luz,
De la que muchos se asustan y ponen los dedos en cruz.
Yo soy bella y eso conserva mi espíritu, guía mis pasos,
Encasa mis azares...
Me da clases de **sofism**.
Mi belleza afronta mis desafíos, **ahuyenta** mis titubeos.
No es la de revista, no es la que estás imaginando.
No es la clásica belleza eurocentricamente hablando.
Mi belleza no escandaliza a los ojos.
Ella elige las miradas y los **manejo** a su **estrujo**.
Es tierna y brutal, así como el mar, de las que da que hablar,
De armar tomar.

Mi belleza no necesita patrocinio para su proyecto.
Ella cuenta con suficiente presupuesto.
Habla su propio lenguaje no se **desvaloriza**.
Yo soy bella, no me niegues que eso te alfabetiza.
Mi belleza no se desarma en piezas,
es un todo **apobullante** que sale a divertirse y regresa.
Es tierna y brutal, así como el mar, de las que da que hablar,
De armar tomar.

GLOSARIO

hazaña: acción heroica digna de ser destacada.
disfrasar: en el texto, disimular, encubrir.
encasac: concluir, encaminar.
azar: casualidad, desmorvejo repentino.
sofism: lección y orientación de la rima musical.
ahuyentar: hacer huir, apartar persona o sentimiento que afecta o molesta.
manejo: en el texto, gobernar, dirigir, controlar.
al anhojo de ovo: de acuerdo con el deseo caprichoso de alguien.
desvalorizar: quitar valor, prestigio o consideración.
apobullante: que produce asombro o admiración.

84 **lectura y rúbrica**

Fonte: Continuação da seção "Para pensar y debatir", Unidade 3 / Confluencia¹⁵.

¹⁵ CORREA, P. et al. *Confluencia*. Volume 1. Manual do Professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

A atividade escolhida do livro *Confluencia 1* faz parte da Unidade 3, intitulada *Cuerpos*. As Figuras 2 e 3 apresentam uma atividade de leitura que apresenta um poema dos poetas e cantores afro-cubanos Magia López e Alexei Rodríguez Mola: *Mi Belleza*. O poema é uma exaltação à beleza negra e uma crítica ao padrão de beleza europeu. O texto selecionado para essa atividade se trata de uma mulher negra e de um homem negro exaltando sua própria beleza a partir de suas experiências com o racismo. Podemos perceber que se trata de um enunciado que parte do lugar de fala de quem sofre com esse sistema de opressão e, por meio da arte, resiste aos padrões estéticos impostos pela sociedade. Além disso, o livro apresenta uma fotografia dos autores e, assim, deixa em evidência de onde vêm as perspectivas de vivência de quem fala no texto.

Figura 3

1 En el poema el "yo lírico" afirma que su belleza es limpia, que no se disfraza y que no engaña. ¿Cómo entiendes esa afirmación? *Respuesta personal. Respuesta posible: Es una belleza "limpia", es honesta, sencilla, transparente en sus intenciones en el mundo.*

2 En el verso "No es la clásica belleza eurocentricamente hablando" se utiliza un adverbio, formado a partir del adjetivo "eurocéntrico", para modificar el verbo "hablar". ¿Conocias ese adjetivo? ¿Qué significa hablar de la belleza de una persona "de una manera eurocéntrica"? *La primera pregunta es de momento importante en relación la palabra "eurocéntrico" que viene de "euro" que se refiere al concepto que surge a una visión de mundo por parte de la mayoría de las personas. En este caso, hablar de belleza como a través de cuatro palabras "eurocéntrica" se refiere a utilizar (trabaja) también en personas blancas y caucásicas.*

3 En el verso "Yo soy bella, no me niegues que eso te alfabetiza", el poema se dirige a una segunda persona, que representa a un presunto interlocutor. De alguna manera, aquí se afirma el carácter reivindicativo y formativo de esta afirmación poética de la belleza negra. ¿Por qué esa afirmación en 1.ª persona de la belleza sería también un ejercicio de afirmación racial, y por lo tanto, social, y no una simple autoafirmación individual? *Respuesta personal. Se afirma que el/la estudiante puede reflexionar sobre el carácter reivindicativo del poema, que surge precisamente de una observación social, de una comprensión que una afirmación de la belleza personal puede tener, sobre sí, como consecuencia, una dimensión que sea de lo colectivo.*

4 La expresión "de armas tomar" se utiliza para referirse, normalmente, a personas con personalidad fuerte, metafóricamente "bélicas". ¿Por qué piensas que el "yo poético" dice que su belleza es "de armas tomar"? *Respuesta personal. Respuesta posible: Porque en una persona que se se conforma con los modelos impuestos, y que por lo tanto, tiene el poder de reivindicación y de protesta.*

Poslectura

1 ¿Observas en tu entorno actitudes de discriminación con relación al color de la piel y a los rasgos físicos identificados socialmente con una etnia concreta? En grupos de cuatro, comparte con tus compañer(as) tus impresiones. *Respuesta personal.*

2 Discutan qué otros grupos sociales podrían hacer ejercicios de afirmación y de orgullo por ser como son, de la misma forma que se hace en el poema "Mi belleza". *Respuesta abierta.*

Comprensión oral 2

Preaudición

Contesta las siguientes cuestiones en tu cuaderno.

1 Otra modificación corporal a la que las personas se someten es la cirugía estética. ¿Qué te parece: es una cirugía típica de mujeres o también gran cantidad de hombres se someten a ella? *Respuesta personal. Se afirma que sólo el estudio científico que hay de la cirugía ha una gran cantidad de hombres que se someten a esta procedimiento.*

2 Hay cirujanos plásticos que defienden que las cirugías estéticas contribuyen a la salud del paciente. ¿En qué fundamentarán esta opinión? *El primer fundamento es el apoyo en que las cirugías estéticas contribuyen al bienestar personal, ya que la salud significa tanto el bienestar del cuerpo, como del de la mente.*

3 Además de cuestiones de salud, la gente también se opera buscando belleza. ¿Crees que la belleza ayuda a conseguir ciertos puestos de trabajo? ¿Dónde, por ejemplo? *Respuesta personal. En ciertos sectores algunos puestos de trabajo están relacionados a la belleza, por ejemplo, en la televisión se gana.*

¿cómo y cómo 85

Continuação da seção "Para pensar y debatir", Unidade 3 / Confluencia 1⁶.

⁶ CORREA, P. et al. *Confluencia*. Volume 1. Manual do Professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

As questões de leitura (Figura 3) promovem reflexões sobre os padrões europeus de beleza e incentivam a valorização e autoaceitação da beleza negra por meio da retomada de fragmentos da poesia. Encerrando a atividade, a pós-leitura sugere a observação de atos de discriminação racial no contexto social em que os estudantes estão inseridos e estimula a discussão sobre outros grupos que também sofrem com o racismo.

Quem fala nos livros didáticos?

A análise inicial foi importante para despertar diversos questionamentos. Uma questão fundamental observar é quem fala nos livros didáticos, ou seja, é importante perceber se os autores dos livros didáticos e dos textos selecionados para as atividades são negros ou negras. Cabe aqui destacar que as duas autoras do livro *Enlaces 3* não são negras, assim como não há autores negros no livro *Confluencia 1*.

No que diz respeito à autoria dos textos selecionados para as atividades propostas nos LDs, realizar essa observação sobre quem fala nesses materiais é relevante porque o lugar de fala dos autores influencia diretamente na produção dos textos já que “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2019, p. 69) e essas experiências refletem na escrita e na fala, mesmo de forma não intencional.

Nesse sentido, a produção de textos de pessoas negras e de pessoas brancas sobre racismo partem de perspectivas diferentes, pois, ainda de acordo com Ribeiro:

peças negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2019, p. 85).

Quando não há vozes de negros e negras contando suas próprias experiências e falando sobre temas diversos, há

silenciamento de histórias e culturas. De acordo com Kilomba (2019, p. 49), “a própria ausência (no centro) da voz da/o colonizada/o pode ser lida como emblemática da dificuldade de recuperar tal voz, e como a confirmação de que não há espaço onde colonizadas/os podem falar”. Por isso, é mais que urgente que nossas vozes alcancem esses espaços e sejam ouvidas, porque já fomos muito silenciados pela História e, ainda nos dias de hoje, milhares dos nossos semelhantes continuam nessa situação.

Considerações finais

As análises iniciais apresentadas neste trabalho mostram que, por meio dessa pesquisa, pode-se depreender a contribuição dos livros didáticos na formação de cidadãos críticos e humanizados atentos à diversidade racial e cultural da sociedade. Promover debates e reflexões sobre respeito, igualdade e tolerância é mais que urgente, pois ainda presenciamos casos de racismo no Brasil e no mundo com muita frequência.

Por isso, não podemos desistir de estimular o combate ao racismo e a qualquer tipo de preconceito em nossas aulas e nos materiais didáticos que produzimos, mesmo que estejamos em um contexto político-social em que muitas pessoas estão expondo seus preconceitos sem medo de sofrer as consequências jurídicas devidas. Sofremos muitas tentativas de silenciamento, mas devemos ser resistência e reexistência não só no espaço escolar, como também em todos os âmbitos da nossa sociedade.

É importante destacar mais uma vez que estudar e debater temas relacionados ao racismo não é “obrigação” de toda pessoa negra. Existe uma cobrança muito forte da sociedade para que estejamos sempre prontos para nos posicionarmos contra um problema que não foi criado por nós. Podemos escrever e falar sobre temas diversos, assim como atuar em diferentes áreas do conhecimento. A desigualdade racial deve ser combatida por todas as raças, mesmo que seja por perspectivas distintas; por isso, é

fundamental que as pessoas brancas reconheçam seus privilégios e comecem a combater o racismo.

As práticas antirracistas podem surgir desde a escolha de uma música de um artista negro que não se encaixa no padrão de artistas musicais presentes nas paradas de sucesso até a escolha de textos de autores negros sobre assuntos diversos, por exemplo. É comum apresentar artistas e autores negros aos alunos somente no mês de novembro para “celebrar” o Dia da Consciência Negra e para falar sobre o racismo, mas em outros meses do ano, ao abordar temas variados, esses artistas e autores são invisibilizados. Fazendo uma adaptação na conhecida frase da filósofa e militante norte-americana Angela Davis: numa escola racista não basta não ser um professor racista, é preciso ser um professor antirracista.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ARÁN, O. P. *Nuevo diccionario de la teoría de Mijail Bajtin*. Córdoba, Argentina: Ferreyra Editor, 2006. 284p.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-84123 dez. 1996

BRASIL, Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 11 jul. 2020.

CORREA, P. *et al.* *Confluência. Volume 1. Manual do Professor*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2016. v. 1.

FERNANDES, F. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1972.

GUIMARÃES, A.; FREITAS, L. M. A. Memória do livro didático de espanhol no Brasil: um panorama. In: BARROS, C. S.; COSTA, E. G. M.; FREITAS, L. M. A. (orgs.). *O livro didático de espanhol na escola brasileira*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

OSMAN, S. *et al.* *Enlaces: español para jóvenes brasileños*. São Paulo: Macmillan, 2010. 2ª edição.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SILVA, A. C. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2004.

SNEL. *Desempenho do mercado livreiro: uma análise de 10 anos da pesquisa, produção e vendas do setor editorial brasileiro*. Disponível em: ><https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2018/02/desempenho-do-mercado.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

Créditos das imagens

Figura 1: extraído de OSMAN, S. *et al.*, 2010, p. 60.

Figura 2: extraído de CORREA, P., *et al.*, 2016, p. 84.

Figura 3: extraído de CORREA, P., *et al.*, 2016, p. 85.

Caracterizando a interação professor-alunos no ambiente virtual de aprendizagem (ava) e a assimetria no discurso institucionalizado

Fabiana Correa Castagnaro¹

José Carlos Gonçalves²

Introdução

Este artigo insere-se na linha de pesquisa Teorias do texto, do discurso e da interação, e tem como tema abordar, especificamente, as características da interação entre professora e alunos na sala de aula virtual e verificar como a assimetria, em tal interação linguística, pode ser minimizada.

Atualmente, a função mediadora do professor tem se fortalecido devido às exigências de configuração do novo ambiente de estudos. Nesse sentido, o professor, além de ser o vetor de informações, é também animador da interação e avaliador da aprendizagem. Em decorrência desse tríptico papel, cabe ao docente incentivar a participação dos alunos, de forma a minimizar o grau de assimetria na interação dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Na plataforma *Moodle*, a professora-pesquisadora envia, frequentemente, e-mails para os alunos com o intuito de lembrá-los quanto à elaboração das atividades e prazos de entrega. Isso ajuda os alunos a enviarem a atividade no prazo, e motiva a turma a

¹ Foi orientada pelo prof. dr. José Carlos Gonçalves. É mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² É Ph. D. em Sociolinguística pela Universidade de Georgetown, Washington DC, Estados Unidos e Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas – SP.

participar com empenho. Dessa forma, a mediação se caracteriza por estimular maior presença do aluno na Educação a Distância (EaD). Para Biocca (1997, apud TORI, 2010, p. 103), há três formas de presença fundamentais para o processo ensino-aprendizagem: 1) *presença física*: a sensação de “estar lá”; 2) *presença social*: a sensação de estar com alguém; e 3) *autopresença*: a sensação de autoconsciência, de pertencer ao grupo. Na sala de aula virtual, é importante também que o professor se faça presente, a fim de diminuir a distância entre ele e os alunos, mostrando que está sempre pronto a ajudá-los no desenvolvimento das atividades. Assim, eles perceberão que o docente está acompanhando quem está interessado e quem está participando das tarefas de aprendizagem, que fazem parte do curso.

Diante disso, a análise deste artigo se baseia em uma perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica (ACE), no que tange à organização e à sequencialidade da fala-em-interação; combinada com uma visão Sociolinguística Interacional que analisa as categorias, tais como os enquadres, *footings* e alinhamentos dos participantes durante a interação (GOFFMAN, 2013), assim como as pistas de contextualização e estratégias de aproximação, propostas por Gumperz (1982), nas interações ocorridas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A partir dessas perspectivas, tomou-se como **objetivo geral** deste artigo estudar a interação professor-aluno no contexto virtual e verificar como a assimetria pode ser reduzida. Ao objetivo geral, foram adicionados os seguintes **objetivos específicos**: a) conhecer os parâmetros reguladores da institucionalização do discurso; b) exemplificar recursos que o professor pode usar para tornar a interação menos assimétrica; e c) verificar os graus de assimetria na interação.

Para tanto, selecionou-se, inicialmente, como *corpus*, mensagens de e-mails de um grupo de alunos e de uma professora do Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Para atingir o objetivo principal deste artigo, pergunta-se: A

interação entre professor e alunos em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) é sempre assimétrica?

Fundamentação teórica e metodologia de pesquisa

O artigo propõe-se analisar a interação no contexto virtual, por intermédio da mediação entre a professora e os alunos inscritos na disciplina Português VIII, do Curso de Letras da UFF, através da Fundação CECIERJ/Consórcio CEDERJ, provenientes do Rio de Janeiro e de outros municípios, tomando por base a ACE, a Análise Sociolinguística Interacional e, conseqüentemente, algumas categorias de análise, tais como: os alinhamentos, os enquadres, as pistas de contextualização, entre outras.

A metodologia de pesquisa é semi-etnográfica, incluindo a observação participante da professora-pesquisadora e seus alunos, em interações extraídas da plataforma *Moodle*, autorizadas pela Diretoria Acadêmica do Curso, no primeiro semestre de 2017. Cabe observar que será focado o conceito de estratégias de aproximação, para examinar sua relevância na estrutura conversacional e verificar se reduzirá as assimetrias, no discurso entre professor e alunos em AVA.

Análise da Conversa Etnometodológica (ACE)

A ACE é voltada para o estudo da ação social humana, situada no espaço e no decorrer do tempo real. Garcez (2008, p. 17) esclarece que a ACE pode ser entendida a partir da proposta da teoria social feita por Harold Garfinkel (1967), chamada de Etnometodologia.

Com o objetivo de mostrar que as pessoas se organizam socialmente, através da fala, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003, p. 14-15) descrevem as **características da conversa** como um fenômeno organizado:

(1) A troca de falante se repete, ou pelo menos ocorre;

- (2) Na grande maioria dos casos, fala um de cada vez;
- (3) Ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves;
- (4) Transições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns. Junto com as transições caracterizadas por breves intervalos ou ligeiras sobreposições, elas perfazem a grande maioria das transições;
- (5) A ordem dos turnos não é fixa, mas variável;
- (6) O tamanho dos turnos não é fixo, mas variável;
- (7) A extensão da conversa não é previamente especificada;
- (8) O que cada um diz não é previamente especificado;
- (9) A distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada;
- (10) O número de participantes pode variar;
- (11) A fala pode ser contínua ou descontínua;
- (12) Técnicas de alocação de turnos são obviamente usadas. Um falante corrente pode selecionar um falante seguinte (...) ou as partes podem se autosselecionar para começarem a falar;
- (13) (...)Os turnos podem ser projetadamente a 'extensão de uma palavra' ou podem ser a extensão de uma sentença (...).

Assim, tais descrições evidenciam que os falantes se organizam na fala-em-interação, ratificando o principal objetivo da ACE, que é descrever e explicar as ações sociais empreendidas pelos atores sociais ao se engajarem em um processo de interação social. O objeto da ACE não se restringe apenas à conversa cotidiana, mas se estende à fala-em-interação em geral.

Os participantes precisam o tempo todo analisar o que “está acontecendo” entre eles, cabendo aos analistas articular o que eles tacitamente fazem. Dessarte, é privilegiada a perspectiva situada dos participantes na análise. Outra característica da ACE é o procedimento de articulação da análise, turno a turno, que os próprios participantes empreendem e demonstram uns para os outros. Então, é fundamental que um mostre para o outro como foi entendido o que o outro disse e o que fez, no turno anterior, tendo “a chance de suspender o andamento das ações para proceder a ajustes quanto ao entendimento que o outro revela da sua própria produção, procedendo à iniciação de reparo sobre alguma fonte de problema na sua própria fala ou na fala de outro participante” (GARCEZ, 2008, p. 25). Além disso, a sequencialidade se destaca

nessa perspectiva, pois ela descreve e explica os elementos sequenciais da fala-em-interação.

Análise Sociointeracional do Discurso

A Sociolinguística Interacional tem como precursores John Gumperz e Erving Goffman. Ela propõe o estudo do uso da língua, na interação social. Por isso, é comum a investigação de trabalhos com interações em contextos institucionais.

Gumperz (1982) considera as pistas de natureza sociolinguística que o falante utiliza para sinalizar os seus propósitos comunicativos, ou para inferir os propósitos conversacionais do interlocutor. Assim, ele elabora conceitos como *pistas de contextualização* que contribuem para a interpretação do que está sendo dito e feito na interação comunicativa. Já Goffman (1974) se dedicou à compreensão do discurso oral e à análise da interação, ao trabalhar com alguns conceitos, como enquadre, *footing* e alinhamento.

Pistas de Contextualização e Estratégias de Aproximação

Gumperz (2013, p. 151) pressupõe que uma elocução pode ser compreendida de maneiras diversas e os interlocutores decidem interpretar, com base em suas definições, o que está acontecendo no momento da interação. Isso quer dizer que as pessoas definem a interação em termos de um enquadre pela associação de pistas linguísticas e paralinguísticas, chamadas *pistas de contextualização*. Diante disso, pode-se afirmar que essas pistas não determinam o significado, e sim, limitam a interpretação, destacando alguns aspectos do conhecimento de mundo e minimizando outros. Entre essas pistas, ocorrem as *estratégias de aproximação* (recursos linguísticos verbais e não-verbais), que são utilizadas, estrategicamente, para diminuir a distância e a diferença entre os interlocutores.

Enquadres e alinhamentos

O conceito de *enquadre* foi introduzido por Gregory Bateson e desenvolvido por Erving Goffman. Segundo Goffman (2013, p. 107), “o **enquadre** situa a metagem³ contida em todo enunciado, sinalizando o que dizemos ou fazemos, ou como interpretamos o que é dito e feito”. Ele também introduziu o conceito de *footing*, “que representa o alinhamento, a postura (...) de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”. Entende-se que uma mudança de *footing* resulta de uma mudança no alinhamento que o falante assume para ele mesmo e para os outros presentes, ou melhor, é um outro modo de falar que acontece uma mudança em seu quadro dos eventos. Os participantes mudam constantemente seus *footings*, enquanto vão falando, sendo essas mudanças uma característica inerente à fala natural (GOFFMAN, 2013, p. 113-114).

Introdução à análise de dados

A interação em AVA só se efetiva quando professor e alunos utilizam as ferramentas que a máquina possui e se comunicam. Ou melhor, para que haja interação e formação de um novo saber, é fundamental que o professor motive os alunos a realizar atividades complementares, e também a participar das discussões no AVA, por meio de objetos de aprendizagem ou dispositivos. Esses dispositivos podem ajudar a transformar o aluno em um indivíduo ativo e crítico em relação a sua sociedade, no AVA. Isso possibilitará ao aprendiz relacionar o que já sabe às novas ideias presentes nos dispositivos, interagindo com outros indivíduos envolvidos, desenvolvendo e buscando o seu próprio saber. Além

³ “Metagem é tudo aquilo que rodeia as palavras: estilo conversacional, atitudes de um para com o outro, a ocasião, os recursos paralinguísticos e os suprasegmentais”. Disponível em: <http://sociolinguisticainteracional.blogspot.com.br/2009/10/metagens-e-comunicacao-nao-verbal.html>. Acesso em: 05 out. 2021.

disso, o educador poderá direcionar o aluno, com base em estratégias, como o aconselhamento, o incentivo, etc.

Durante as aulas de Português VIII, a professora-pesquisadora procurou facilitar a aprendizagem, sugerindo informações, solicitando reflexões sobre os estudos realizados, incentivando os alunos ao diálogo, reparando mal-entendidos, lembrando sobre a feitura das atividades, entre outras estratégias. Nessa perspectiva, sabe-se que a interação é o meio pelo qual os interlocutores se constituem como sujeitos sociais. O sujeito professor, representante da instituição escolar, possui legitimação para expor um determinado saber e possui legítimo poder para direcionar o aluno. Por isso, a mediação é um elemento fundamental, a fim de tornar o diálogo menos assimétrico e mais igualitário e significativo, para todos os participantes da conversa.

O Discurso Institucionalizado Assimétrico

Gonçalves (1995, p. 264) define **Discurso Institucionalizado** (DI) como “um termo genérico para uma grande variedade de gêneros discursivos que compartilham uma série de fatores e traços que os caracterizam”. Um exemplo de DI é a interação professor-aluno. Ele ocorre em interações assimétricas nas quais os interagentes estão em desigualdades em termos de distância social, o que gera um rígido controle das estruturas de participação dos interagentes no discurso.

Nesse sentido, Gonçalves (1995, p. 265-267) destaca alguns parâmetros reguladores da **institucionalização do discurso**: a) *controle do tópico*: os tópicos não estão sujeitos à livre negociação entre os participantes e são revestidos com o poder institucionalizado que o seu papel social lhes atribuem; b) *organização tática da interação*: o sistema de troca de turnos, vez de falar, escolha, nomeação do próximo falante são impostos pelo poder hegemônico interacional de um dos participantes; c) *grau de planejamento e o nível de formalidade*: os discursos institucionalizados são mais formais e estão mais próximos da língua escrita; d)

reciprocidade/não-reciprocidade do discurso: o grau de reciprocidade é menor nos gêneros discursivos institucionalizados, uma vez que a participação no discurso é monitorada por um ou mais falantes; e) *linguagem funcional*: é a sequência e tipos de atos de fala (diretivos, ordens, pedidos, perguntas) que constituem o DI; e f) *saber técnico*: é específico de cada área, pois emprega um vocabulário que pode ser fonte de discrepâncias conceituais e lexicais.

Observa-se que a maioria das interações no AVA é, em maior ou menor grau, assimétrica, pois sempre haverá algum tipo de dominação (quantitativa, semântica, interacional, estratégica) em algum momento da interação. A sala de aula virtual é o lugar social que institui o professor como sujeito institucionalmente autorizado a controlar e distribuir os turnos no espaço escolar, como também a transmitir o conhecimento previamente planejado em determinada disciplina. O discurso se torna mais simétrico, quando é dado aos participantes maior poder de decisão e autonomia, num ambiente mais igualitário. É papel do professor incentivar o aluno a se envolver nas atividades propostas, mas, para isso, é fundamental estabelecer um clima de coparticipação entre ele e os alunos, que poderá facilitar melhor compreensão e domínio dos conteúdos veiculados na sala de aula.

Galembeck (2005, apud LINS, 2013, p. 16) trata de alguns **recursos** que o professor pode usar para tornar a interação menos assimétrica e para negociar a construção do conhecimento: a) *recursos fáticos*⁴: emprego de primeira pessoa do plural (nós) ou de um pronome de segunda pessoa (você), perguntas retóricas, marcadores de assentimento, apelo à participação, emprego de linguagem coloquial; e b) *recursos de construção e reconstrução do texto falado*⁵: os exemplos e a analogia, alusão a aulas anteriores, uso da paráfrase, repetições.

Na EaD, o que se busca é a minimização da diferença entre professor-aluno, através de procedimentos estratégicos, com o

⁴ Estabelecem o contato entre os interactantes.

⁵ Facilitam a compreensão da mensagem.

propósito de garantir eficácia no processo ensino-aprendizagem, bem como desenvolver estratégias de aproximação, que remetem a uma matriz discursiva que precisa considerar o outro para obter resultados satisfatórios. Essas estratégias discursivas são usadas pelo professor para mitigar o seu *status* superior frente aos alunos, facilitando e efetivando o fluxo interativo, sem o qual não será possível realizar integralmente os objetivos previstos para a aula.

Análise e discussão de dados

Na interação da sala de aula virtual, os interactantes estão continuamente trabalhando suas posturas, seus alinhamentos, negociando seus objetivos e o contexto de fala, dentro de um consenso de trabalho. Contudo, pode haver maior ou menor rigidez do professor no controle da tomada de turnos, durante a conversa. No excerto a seguir, serão analisados e discutidos os dados extraídos do dispositivo e-mail. Trata-se de uma interação entre alunos e professora sobre trabalho em grupo. Nele, há algumas **estratégias linguísticas** utilizadas pela professora (destacadas entre parênteses), e as reações verbais e não verbais dos alunos.

Turno	Interactante	Data/ Horário	Mensagem
01	Aluno A ⁶	27/04/2017 21:03	(cortesia/saudação) <i>Prezada tutora,</i> (requerimento/justificativa) <i>Preferi usar este canal para solicitar autorização a senhora para dividir o grupo x, pois há um cidadão polêmico que não aceita a nossa versão do trabalho, onde já incluímos várias partes de suas boas ideias. Porém, nunca está satisfeito, a ponto de que eu, coordenador, tive de apelar para a votação e a votação da maioria venceu. (...)(fecho de cortesia de distanciamento)</i> <i>Atenciosamente.</i>

⁶ Os nomes dos interactantes foram “mascarados”, a fim de resguardar as identidades e garantir as privacidades, conforme os preceitos da ética e pesquisa.

02	Professora	27/04/2017 21:40	(alerta) <i>Muita calma nesta hora!</i> O grupo tem de entrar num consenso. (orientação) <i>Se ele é minoria... Vocês devem mostrar-lhe o motivo pelo qual não irão considerar as ideias dele. Faça isso sutilmente e seja polido!</i> (cortesia) <i>Boa noite!</i>
03	Aluno A	28/04/2017 01:46	(explicação) <i>Professora, isso nós já fizemos e com muita polidez, porém o indivíduo quer que inclua no relatório sua lamúria que deve conter umas 3 páginas (...). Sou obrigado a incluir o relato dele? (súplica) Por favor, autorize em caráter excepcional a divisão do grupo, o assunto é bem sério (...).</i>
04	Professora	28/04/2017 06:51	(pedido de esclarecimento) <i>Quem é o aluno? Qual é o grupo? Essa discussão está no fórum para que eu possa intervir?</i>
05	Aluno A	28/04/2017 08:55	(explicação) <i>Professora, sou o coordenador do grupo x e o mais velho do grupo, um cara pacífico, fiz de tudo para agradar o indivíduo, porém ele é difícil, metuculoso ao extremo, dono da verdade e nos ataca de forma tal (...).</i> (mal-entendido) <i>Depois de o trabalho pronto, que ele não aceitou na votação, agora quer fazer um relato particular dentro do relatório (relato com mais folhas que o trabalho). Outro impasse, pois se ele mandar o relato, teremos de mandar também um relato nosso, (...).</i> (pedido) <i>Por favor, professora, abra essa exceção de ele enviar o trabalho à parte. (...).</i> (fecho de cortesia de distanciamento) <i>Atenciosamente.</i>
06	Professora	28/04/2017 11:47	(orientação) <i>Eu vou escrever lá na plataforma que a sua função de coordenação será a de formatação final e concatenação do texto. Ou seja, quem define a versão final é você. (...). Pronto.</i>
07	Aluno A	28/04/2017 12:18	(aceitação da orientação) <i>Acatarei a sua decisão, informando que não enviarei o relato dele (...).</i>

08	Professora	28/04/2017 12:51	(aviso) Mandeí “e-mail” para todos os alunos e posteí nos grupos. Fique tranquilo. (orientação) Se ele falar algo, você diga que eu mandei um “e-mail” falando sobre a versão final e a postagem. (cortesia/polidez) Abç. F.
09	Aluno B	29/04/2017 21:26	(saudação/cortesia) Boa noite, professora! (...) (pedido de desculpas) Me desculpe. (justificativa) Pretendia entrar em contato com a senhora só ao final do curso. (...) Vou ter que me reportar à sra. por questão de um impasse no grupo que gerou uma restrição: não respeitaram a minha voz no relatório.(...) (agradecimento) Obrigado.
10	Professora	29/04/2017 21:44	(saudação) B., (orientação) não fique aborrecido, mas o trabalho deve ser breve, no máximo de quatro laudas. E o relatório uma ou duas páginas no máximo. (...) Penso se cada um fizer algumas linhas, não sobrecarregará para ninguém.
11	Aluno B	1º/05/2017 22:29	(saudação/cortesia) Boa noite, professora. (explicação) A sra. pode ter certeza que é uma situação até embaraçosa para eu ter que reportar o ocorrido: (desabafo) que cinco graduandos não tomaram as melhores decisões num trabalho materialmente comum ao nosso curso. Quando disse que eles restringiram minha voz foi porque realmente eles cercearam, negaram minha fala no relatório. (...) Pedi, ao menos, que minha fala fosse resguardada no relatório. Não aceitaram o texto inicial. (...) (solicitação) Peço, por gentileza, (...), se possível, a sra. avaliar a “VERSÃO C”. Ela contempla todos os membros. (...) (agradecimento) Obrigado.
12	Aluno B	10/05/2017 08:32	(saudação) Bom dia, cara professora! (solicitação) Por gentileza, gostaria de receber uma resposta quanto ao meu último “e-mail”.(...) Verifiquei no Sistacad ⁷ a nota

⁷ SISTACAD significa Sistema Acadêmico.

			da AD2, (elogio) <i>foi uma excelente nota, contudo, (...), eu buscava o 10. Então, desejaria saber se meus pedidos foram concedidos. (agradecimento) Obrigada.</i>
13	Professora	10/05/2017 10:53	(breve explicação) <i>A nota é do grupo.</i>

No *excerto*, o evento interacional pode ser considerado como **mal-entendido**⁸ entre os alunos do mesmo grupo. Na análise, nota-se a falta de harmonia no grupo por causa da relutância de um aluno para desenvolver a atividade proposta. A seguir, os turnos serão comentados com maior detalhe.

No turno 01, o coordenador do grupo pede à professora autorização para dividir o grupo, porque um dos membros está causando transtornos para elaborar o trabalho. Nota-se o **enquadre de tensão** instaurada no grupo a partir da fala tensa do aluno A. No turno 02, a professora busca resguardar a face do aluno A, orientando-o, a fim de diminuir a assimetria entre os alunos, por meio do uso de alguns recursos (uso do pronome de segunda pessoa –“você”; emprego de linguagem coloquial–“Muita calma nesta hora!”), conforme aponta Galembeck (2005, apud LINS, 2013, p. 16). Em razão disso, a professora assume o **enquadre de orientação**, alinhando-se ao discurso do aluno. Porém, no turno 03, o aluno A torna a explicar que o aluno B insiste em incluir um texto maior do que deveria no trabalho, faz uma súplica, de forma estratégica, para sensibilizar a professora.

No turno 04, a professora pede esclarecimento ao aluno, a fim de amenizar a discussão entre eles e o trabalho fluir. Nota-se a iniciativa e preocupação da professora em querer mediar à situação, para a aprendizagem do grupo não ser prejudicada. No turno 05, o mal-entendido incorpora-se à conversa. Além disso, o aluno A reforça o pedido da divisão do grupo, com o intuito de

⁸ Mal-entendido é a discrepância entre a **intenção** comunicativa do participante A (o que se quer comunicar) e a **interpretação** do participante B (o que foi entendido). Nem sempre a intenção do falante é igual à interpretação do ouvinte.

resolver o problema e acabar com o enquadre de tensão. No turno 06, a professora lhe responde, encorajando-o e definindo, explicitamente, o seu papel de coordenador do grupo. Nesse momento, ela passa o poder ao aluno A para que a situação se resolva. Observa-se que, nesse caso, o que se busca é a diminuição da assimetria entre os alunos através de procedimentos estratégicos (formatação e concatenação do texto), garantindo eficácia no processo ensino-aprendizagem. Então, a professora usa a “função do coordenador” para amenizar as tensões no grupo e aproximar os integrantes para obter resultados satisfatórios.

No turno 07, o aluno A aceita a decisão da professora e relata que avisará o aluno B sobre a sua orientação. No turno 08, a professora mostra-se receptiva e amiga do aluno B, o tranquilizando e explicando sobre sua intervenção. Após o e-mail enviado por ela para todos os grupos, no turno 09, o aluno B se manifesta, mostrando-se distante da professora e relatando superficialmente sobre seus problemas pessoais e sobre o impasse instaurado no grupo. No turno 10, a professora explica como deve ser o trabalho e sugere que cada membro deve participar colaborativamente. Ela atua, realizando seu papel de orientadora e delimitando sua própria posição através da sua fala (GOFFMAN, 2013, p. 135).

No turno 11, o aluno B insiste em relatar o ocorrido. Ademais, ele confessa que sua participação no texto produzido era grande e comprometia os demais alunos do grupo; em seguida, ele se queixa da postura do grupo quanto à sua participação, por não conseguirem inserir tudo o que ele escreveu com empenho. Por esse motivo, solicita à professora que avalie a sua versão do trabalho que inclui também a participação dos demais colegas. A professora, estrategicamente, não lhe responde, tampouco considera o seu pedido, para não estender a conversa e não causar desconforto. Para ela, os alunos deveriam se entender para desenvolver o trabalho em conjunto, com êxito e da maneira como ela propôs para todos os grupos. Por fim, no turno 12, o aluno B solicita retorno do e-mail anterior e tece comentário positivo sobre a sua nota final. Mesmo com a excelente nota, ele ainda vislumbra

nota dez. A professora, para não beneficiar somente o aluno B, é objetiva em sua resposta: “A nota é do grupo”. Nesse momento, a interação foi interrompida (turno 13).

Considerações finais

Neste trabalho, foi analisado um evento interacional, contendo treze turnos. Neles, através dos conceitos da ACE, a pesquisadora descreveu os procedimentos usados por quem conversava para produzir o próprio comportamento e para entender e lidar com o comportamento dos alunos. Para tanto, destacaram-se, na análise, a organização das interações, a fim de dar melhor sentido à conversa; o recurso de explicabilidade utilizado pelos falantes, para justificar algo na fala; e a sequencialidade da fala-em-interação, com o propósito de verificar como os participantes demonstravam entendimento do que estava sendo dito e feito durante a conversa. Em parceria com a Análise Sociointeracional do Discurso pode-se observar como as pistas de contextualização, as estratégias de aproximação, os enquadres interacionais, os *footings* dos participantes eram negociados no AVA. A noção desses fenômenos foi fundamental para entender o modo como os interactantes desenrolavam a interação.

A partir da análise de dados, verifica-se que a natureza da interação pode ser considerada tensa (assimétrica) no grupo, em razão do *footing* dos alunos na conversa (GOFFMAN, 2013). Também foi verificado que a professora soube expor suas ideias sem “golpear” os alunos com palavras que pudessem aborrecê-los e prejudicar as suas aprendizagens. É muito importante saber escutar o aprendiz, mas isso não significa o professor concordar com tudo que o aluno fala. É salutar que o docente tenha uma postura dialógica, respeite a autonomia e os argumentos do aluno, bem como a sua reflexão crítica sobre a sua prática desenvolvida na atividade proposta. Face ao exposto, conclui-se que não é aconselhável o professor entrar no enquadre de tensão instaurada entre os alunos, mas tentar mudar o enquadre de tensão ou conflito

para o de união do grupo. A mediação do professor, ao agir com atenção e firmeza, pode tornar a interação do grupo mais eficaz.

Por fim, nota-se também formalidade nas falas dos alunos. Suas falas são muito mais próximas da língua escrita (*Sra., Atenciosamente, Prezada etc.*) do que da língua falada. O que revela que os discentes têm consciência da importância da formalidade e propriedade da linguagem formal no trato de questões delicadas na interação professor (a)-alunos, ou seja, não só o que se fala, mas também como se fala é regulado na interação assimétrica da sala de aula. Além disso, verifica-se na fala da professora uma linguagem funcional, que dá sequências na conversa aos diferentes tipos de fala (diretivos, ordens, pedidos, perguntas), características que constituem um DI. Embora a professora tenha o poder institucionalizado do discurso, ela usou recursos, termos coloquiais (*Abraço, Fique tranquilo, Muita calma nessa hora!, etc.*) que suavizaram o seu discurso e minimizaram a assimetria entre os interlocutores. Isso facilitou a comunicação e ajudou a construir um discurso em que a argumentatividade dela foi suficientemente forte, para que o grupo respondesse positivamente à sua proposta pedagógica. Portanto, os dados evidenciam que pode haver diferentes graus de assimetria na interação entre professora-alunos e alunos-alunos.

Referências

- BIOCCA, F. 1997. The cyborg's dilemma: progressive embodiment in virtual environments. In: TORI, R. *Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem*. 2. ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2010, p. 103.
- GALEMBECK, P. de T. O tópico discursivo: procedimentos de expansão. In: PRETI, D. (Org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p. 16.
- GARCEZ, P. M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L. L.; e JUNG, N. M. (orgs.). *Fala-em-Interação Social:*

Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. p. 17-38.

GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.

GOFFMAN, E. *Frame Analysis*. New York: Harper & Row, 1974.

_____. Footing. In: RIBEIRO, B. T., GARCEZ, P. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 135.

GONÇALVES, J. C. Tópico Discursivo no Discurso Institucionalizado. In: *Investigações — Linguística e Teoria Literária*. Vol.5. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística — Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Dez/1995. p. 263-285.

GUMPERZ, J. J. (1982). Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 2013, p. 149-182.

LINS, N. F. Estudos conversacionais e a relação de poder em sala de aula. *Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*. Ano 09, n. 16, 2013. 19p. Disponível em: http://www.letramaagna.com/art_16_10.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas*, v. 7, n.1-2, p. 9-73, 2003. Trad. de Adriana Maria Soares da Cunha, Camila Ferrarezi Duque, Jésus Ribeiro Medeiros, Luciana de Mesquita Silva, Milene de Paula Borges e Mônica Beatriz Pedrosa Schittini. [SACKS, H., SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, v. 50, p. 696-735, 1974.]

Tiktok, um fenômeno no tempo da pandemia: a escuta do discurso do adolescente na relação mãe-filho

Fabiana M.C. Azambuja¹

Introdução

Gostaria de iniciar este trabalho apresentando o que me motivou a colaborar com o mundo acadêmico, quando resolvi fazer a prova de mestrado da UFF, no ano de 2020. Estava imersa na escuta de adolescentes, que se viam presos em suas casas, sem poder sair, encontrar com os amigos, ir para a escola, vivendo um isolamento físico, mas também afetivo e social. Por outro lado, na escuta também de pais em situação não muito diferente. Isso devido ao surto de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, que em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, surgia com seu primeiro caso. No Brasil, o paciente-zero foi diagnosticado em 25 de fevereiro de 2020. A Organização Mundial da Saúde logo declarou que se tratava de uma pandemia, e o isolamento social foi indicado como a mais eficiente estratégia para enfrentar o vírus. A pandemia trouxe consigo um estado de alerta às pessoas do mundo inteiro, uma emergência que impôs mudanças dramáticas na vida diária.

Por coincidência ou não, também proveniente da China, o TikTok entrava no Brasil com força total justamente em 2019, e fiquei observando esse fenômeno, uma rede social que fazia sucesso. Inquietada, fui pesquisar com os próprios adolescentes do que se tratava esse novo espaço digital. Descobri que, para fazer sucesso e viralizar nesse aplicativo, e quem sabe até se tornar um *tiktoker*, era preciso ter muitas visualizações e seguidores nessa

¹ Orientada pelo prof. Phellipe Marcel da Silva Esteves.

ferramenta, e ainda compartilhar os seus vídeos em outras redes sociais, como o Facebook, Twitter e principalmente o Instagram.

O sucesso do TikTok se dá, em parte, por conta da inteligência artificial do aplicativo, que detecta quais vídeos têm maior potencial de viralizar, num movimento algorítmico que prioriza a visualização de algumas produções em detrimento de outras. Isso porque a plataforma foi criada justamente para tornar as criações de (alguns de) seus usuários um grande sucesso, primeiro, dentro da própria plataforma e, posteriormente, em outras redes sociais. Por esse motivo, muitos sujeitos já considerados influenciadores criam uma conta no aplicativo. Aliás, alguns criadores de conteúdo somente ficaram conhecidos por conta do TikTok (GAIATO, 2021).

Além de possibilitar a fama para alguns, a monetização no TikTok — *app* que conta com moeda própria, chamada *Rubis* — é calculada por meio de visualizações: 10 mil rubis equivalem a R\$1. O usuário recebe de acordo com a quantidade de minutos assistidos: 3 minutos = 300 rubis. Para isso, é preciso manter uma frequência de publicação, pesquisar os melhores horários de postagem e evitar ficar muito tempo sem publicar um vídeo. Dessa forma, o próprio algoritmo do TikTok irá identificar o perfil como ativo e acabará indicando seus vídeos para outros usuários além de seus seguidores.

Isolamento, pandemia, fama, dinheiro sem sair de casa: parecia que os ingredientes para um novo alimento estavam à mesa para sujeitos-adolescentes. Fui me aproximando, então, dos vídeos que circulavam entre os adolescentes, jovens, e também entre os adultos que encontraram neste espaço digital um lugar para extravar a limitação que a pandemia lhes obrigava a viver.

Novamente uma promessa dos tempos digitais, que repete parafrasticamente a de outras redes sociais, do Orkut ao Twitter: ali, qualquer sujeito podia gravar o que quisesse, além de estar na mídia. De tal modo, a rede social TikTok se tornava, em diversas formações imaginárias, uma aliada em tempos difíceis para o entretenimento sem sair de casa.

O lar virou cenário, os cômodos, as coisas cotidianas, o fazer rir, o fazer humor com coisas banais, mas também com as sérias,

uma grande fenda aberta, sem censura explícita da rede social, para colocar ali não algo, mas o próprio sujeito.

Para o *corpus* do meu projeto, escolhi dois vídeos em circulação na rede social TikTok, de 60 segundos cada, em que os *tiktokers* são dois adolescentes diferentes: trata-se dos usuários Viktoriano e João Pedro²⁻³, os quais retratam histórias cotidianas com suas mães.

Segundo Dias (2012), o digital produziu uma mudança na discursividade do mundo, nas relações históricas, sociais e ideológicas, na constituição dos sujeitos e dos sentidos, mas também na forma dos relacionamentos, do trabalho, da mobilidade, dos encontros, até mesmo do fazer científico, do qual faz parte a maneira de sua produção e seus meios de circulação.

Conversa a três: AD, discurso digital e escuta

Serão abordadas neste trabalho as noções teóricas de *discurso*, de acordo com os pressupostos teóricos da *Análise de Discurso* (AD) de filiação pècheuxtiana, bem como das seis características do *discurso digital*— a composição, a deslinearização, a ampliação, a relacionalidade, a investigabilidade e a imprevisibilidade—, conforme a abordagem de Marie-Anne Paveau, e de *escuta*, segundo a Teoria de Carl Rogers. O *corpus* discursivo para este artigo será constituído de um vídeo realizado por um influenciador digital adolescente, o *tiktoker* João Pedro, organizado em 3 cenas, das quais somente uma será objeto de análise para este trabalho. Por se tratar de materialidades digitais, as análises serão feitas considerando as especificidades deste meio em que circulam.

A noção teórica de discurso, em AD, coloca em suspenso aquilo em que se acredita e parece óbvio, evidente. Tradicionalmente, há um entendimento de que na comunicação,

² Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZM8E7VgRS/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2022.

³ Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZM8E7sgve/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

existe um emissor, um receptor e uma mensagem. Com esse raciocínio, pode-se ter a falsa ideia de que o discurso ocorre de forma automatizada. Isso desde as conversas que realizamos, já pela manhã, ao sairmos de casa ao cumprimentarmos o motorista do ônibus, ao “bom dia” para aqueles que convivem em nossas casas, até a escrita de um artigo científico, de um livro, de uma reportagem, de uma postagem, de um *card* para o *status* do WhatsApp, de uma legenda para uma foto nos *stories* do Instagram, etc. Nesse sentido, a noção de discurso abarca diversas materialidades e funcionamentos, indo do entendido como mais ordinário ao mais complexo pelo senso comum.

Como afirma Pêcheux (1969), discurso é o “efeito de sentidos entre interlocutores”, não é mensagem, mas a posição do sujeito no texto constituída na linguagem. Em outras palavras, como postula Gallo (2008), “na relação discurso-texto, pode-se dizer que o discurso inicia muito antes do que é tomado como início do texto e termina muito depois do que é tomado como fim do texto”.

A dificuldade, talvez, para nós, enquanto sujeitos, é aceitar essa dispersão do discurso, pois poderia revelar a própria dispersão do sujeito. Isso leva o analista do discurso a olhar o seu *corpus* numa ótica ao revés, não contando com aquilo que parece ser o evidente, mas justamente buscando desfazer essas evidências. Para esse olhar, mais do que uma lupa, o analista vai precisar de diferentes lentes de microscópio, e também de um telescópio, a fim de analisar as condições de produção que nesse discurso importam, comportam, reportam, transportam e também não importam.

E, se vamos ainda para a análise dos discursos que circulam no meio digital, precisamos, como afirma, Cortes (2015, p. 29) “considerar que a internet surge em condições sociais determinadas historicamente e afetadas pela ideologia.” Assim, é importante compreender as condições de produção do discurso digital.

Na perspectiva de Paveau (2021), ao tratar do “discurso digital” de materiais produzidos na e para a internet, algumas características precisam ser observadas: a composição, a deslinearização, a ampliação, a relacionalidade, a investigabilidade

e a imprevisibilidade. Em resumo, essas características consistem no seguinte:

1. *Composição*: designa a copresença do languageiro e do técnico nos discursos nativos da internet; para dar conta desses discursos, devemos adotar uma perspectiva que vá além da ideia de uma separação entre o linguístico e seus exteriores, e modificar a concepção de língua para pensá-la como constituída com o outro.

2. *Deslinearização*: consiste na intervenção de elementos clicáveis no fio do discurso, que direcionam o leitor-escritor de um fio do discurso-fonte a um fio do discurso-alvo, instaurando uma relação entre (pelo menos) dois discursos.

3. *Ampliação*: a ordem da enunciação é implicada e modificada; a pergunta “quem fala”, no contexto digital, sofre um deslocamento, e a noção de enunciador deve ser revisada graças à noção de ampliação.

4. *Relacionalidade*: qualquer enunciado on-line é materialmente relacional, o que constitui uma propriedade nova em relação aos enunciados pré-digitais.

5. *Investigabilidade*: repousa no caráter relacional dos tecnodiscursos: se eles estão ligados, então podem ser buscados, encontrados e redocumentarizados a partir da exploração dos links.

6. *Imprevisibilidade*: resulta da impossibilidade de o enunciador-escritor prever a forma, a circulação ou mesmo o conteúdo de suas produções languageiras *online*.

Essas características serão levadas em conta em nosso trabalho de análise na dissertação de mestrado. Quanto à noção teórica de escuta, para Rogers (1992), “o terapeuta deve desenvolver em si a habilidade de escutar, compreendendo o que é dito e como é dito e ainda o não dito. É um escutar sincero, participativo, sem pretensão de traçar um diagnóstico, ou simplesmente resolver o problema”. Percebe-se a partir da afirmativa de Carl Rogers que esse novo conceito de ajuda requer do terapeuta um desenvolvimento da habilidade de escutar, em uma escuta sem pretensões de resolver

problemas, porém ativa, com integração, para que favoreça o relacionamento de encontro com o outro.

Gesto de análise

Para entrar nos funcionamentos dessas noções apresentadas, as materialidades selecionadas foram organizadas em uma cena, expostas a seguir.

Cena1⁴: Começa com a interpretação da mãe, batendo no personagem adolescente do *tiktoker* com um chinelo, e dizendo que, ao bater nele, isso dói nela tanto quanto no rapaz. Ao receber a chinelada, o adolescente, então, desloca esse discurso da mãe, e pede o chinelo, para testar se, de fato, há veracidade nessa sentença enunciada pela mãe. E o diálogo fica suspenso. O local em que acontece a cena é no quarto.

Diálogo A.

Mãe: — Fazer isso dói tanto em mim, quanto em você, tá bom?

Adolescente: — Se dói tanto em você, mãe, então me empresta o chinelo, me empresta o cinto aí, só quero testar uma coisinha.

A cena inicia com um gesto de agressão física, ao bater com o chinelo, algo que evoca a situação histórica vivida, por conta da pandemia. Pois, como afirma relatório da Human Rights Watch (ACEBES, 2017), “o aumento da violência contra mulheres e crianças no ambiente doméstico e familiar durante a quarentena tem sido uma constante”. O estar em casa o tempo todo deflagrou a fragilidade das relações familiares e o convulsionamento interno, em estar em meio a uma situação de medo da morte, da dor, do hospital, de enfrentamento de perdas.

Ao pensar na noção de discurso apresentada pela AD de filiação pècheuxtiana, de que as palavras vão além da literalidade e de que a língua está sujeita a falhas, e por isso, se inscreve na história para significar, propomos nosso gesto de análise. Na Cena1, ao bater com o chinelo, e em seguida dizer “*Fazer isso dói*

⁴ Na dissertação será abordada a noção de “cena” de Dominique Maingueneau.

tanto em mim, quanto em você, tá bom?”, há uma reversão de literalidade do dito quando, imediatamente, o filho adolescente questiona cada palavra mencionada: *“Se dói tanto em você, mãe, então me empresta o chinelo, empresta o cinto aí, só quero testar uma coisinha”*. O que será que dizemos quando dizemos o que dizemos? Portanto, para significar isso que foi dito, qual a história que existe na relação entre essa mãe e esse filho, para que ele traga a dúvida daquilo que ela está dizendo, usando a conjunção condicional *“se”* ao pedir então o chinelo para provar o enunciado produzido pela mãe? E, além da história específica entre essa mãe e esse filho, pensando especificamente nas posições ocupadas na malha do discurso, podemos pensar na inscrição desses dizeres na história: a mãe (e pais) é autorizada a violência física contra filhos, mesmo adolescentes, como modo de *“correção”*.

Ao conversar com as características apresentadas por Paveau, algumas análises muito incipientes, a respeito do discurso digital. Pode ser que ao se fazer uma busca desse vídeo na internet ele não esteja mais disponível, ou seja, sua circulação teve seu instante, o que caracteriza a sua instabilidade. Com relação à dimensão e heterogeneidade, o TikTok traz exatamente esse propósito, de que as pessoas repitam esses vídeos, os chamados *trends*. Os usuários e a própria rede social nomeiam por *trends*, os desafios, músicas, coreografias, tutoriais de maquiagem ou dublagens, que muitos estão reproduzindo em suas contas. Denominadas como sucessos que podem começar a partir de um único vídeo, e transformar-se em uma inspiração viral para toda a rede, as *trends* espalham-se rapidamente com a ajuda dos *challenges* (desafios), das músicas, das *hashtags* e dos efeitos que estão sendo mais usados pelos usuários.

Ao pensar na noção de escuta, deparo-me com um acontecimento tão cotidiano, que acontece na maioria das famílias brasileiras no século XXI: uma mãe e um filho adolescente tentando dialogar. A história entre esses dois sujeitos — aqui, no caso, um adolescente representando teatralmente tanto o próprio lugar como adolescente quanto o lugar da mãe —, é enriquecida com a incorporação do universo existencial da mãe pelo filho (há como

elementos de representação da mãe uma peruca e uma roupa feminina, bem como a própria encenação).

O diálogo desconstrói a ideia de que o sujeito é dono do seu dizer, em dois efeitos de sentidos. No primeiro, desnutrindo o lugar da autoridade da mãe, e o lugar da não submissão do filho, pela linguagem. Pois o adolescente se vale justamente do dizer da mãe para desdizer o que ela pensa estar afirmando. Deixamos como questões em aberto aqui quem seriam esses “mim” e esse “você”?

Nesse diálogo tão curto percebe-se um discurso carregado de efeito(s) de sentido(s) entre lugares sociais. Quantas mães e pais, e quantos adolescentes, em outros momentos, mesmo distantes, ao assistirem a esse vídeo, dizem imediatamente “Isso já aconteceu comigo!”, em um efeito de identificação.

E também no real, quer dizer, no que não pode ser dito na língua, o impossível que constitui a língua, o inconsciente dessa mãe, desse adolescente ali representados, de certa forma, no TikTok teatralizado pelo adolescente, que “veste” o papel do adolescente e também “veste” o da mãe, e se confrontam, numa tentativa, talvez, de se perceber um no processo do outro. Um impossível de ocupar dois corpos em um só, mas que significa.

Conclusão

Ao analisar o *corpus* discursivo deste trabalho, que consiste em uma cena de um vídeo realizado por um influenciador digital adolescente no TikTok, levando em conta as noções teóricas de discurso, as seis características do discurso digital (bem como outras variáveis e a noção de escuta na perspectiva da abordagem psicológica, criada pelo psicólogo norte-americano Carl Rogers, seriam muitas as indagações.

Quanto a discurso, vale perguntar: será que esse diálogo acontece por conta de uma pandemia, de um isolamento? Ou em outros tempos e épocas ele também se inscreveria para significar alguma coisa? Que tipo de sujeitos estão estabelecendo relação? Qual tipo de relação? Será que a convenção de um relacionamento

entre mãe e filho, vivido, talvez, no *offline* da vida, dos quartos, das cozinhas, dos banheiros, agora está em compartilhamento com o mundo? Que desconforto para uns, que conforto para outros...

No que diz respeito às características do discurso digital à circulação dessa cena, nesse vídeo, destaco o da ampliação, pois a ordem da enunciação é implicada e modificada: “quem fala” no contexto digital? Na cena, no diálogo entre o “filho” representado ou representando adolescente ou adolescentes, “quem fala”? E o “filho”, representando ou representado a mãe ou as mães, “quem fala”?

Outra característica do discurso digital que chama atenção é a característica da imprevisibilidade, que resulta da impossibilidade de prever a forma, a circulação ou mesmo o conteúdo desse tipo de produções *online*.

Imprevisibilidade, imprevisível: parece-me interessante encerrar com essas palavras, pois, talvez, elas signifiquem os deslocamentos e os equívocos que uma pesquisa da linguagem, em redes sociais, em um período de pandemia produzido por adolescentes, pode oferecer para a sociedade.

Já quanto à noção de escuta, provavelmente uma pergunta pode passar pela cabeça de muitas pessoas que lidam no seu dia a dia com os adolescentes: “Como faço para dialogar com esses jovens”?

Essa escuta, como a proposta por Rogers, pode favorecer a escuta do discurso dos adolescentes, por se tratar de uma escuta sincera e participativa, sem pretensão de traçar diagnósticos. Como afirma Orón (2015), “uma das chaves para o diálogo com os adolescentes é não oferecer-lhes respostas prontas. Esta forma de diálogo favorece, com que eles se lancem em buscar alternativas criativas para seus conflitos, dos mais cotidianos aos mais graves”.

Ao apresentar essa proposta de pesquisa da linguagem em redes sociais, em um período de pandemia produzido por adolescentes, com reflexões e perspectivas de como um ambiente de escuta pode ajudar o jovem a buscar caminhos para resolver os seus conflitos familiares cotidianos, é preciso apontar a realidade atual e emergente de as pessoas quererem, e de fato, precisarem ser escutadas. Essa escuta evoca o silêncio, que por sua vez evoca

Orlandi (2012), ao compará-lo ao mar incalculável, disperso, profundo, imóvel em seu movimento monótono, do qual as ondas são as frestas que o tornam visível.

Referências

- ACEBES, C. M. *O CHAME fornece apoio jurídico, psicológico e social a vítimas de violência doméstica*. Human Rights Watch, 2017.
- CORTES, G. R. O. *Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica*. 2015. 266 f. (Tese de Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015.
- DIAS, C. *Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- GAIATO, K. *7 curiosidades sobre o TikTok que você provavelmente não conhecia*. Canaltech. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/curiosidades-sobre-tiktok-161412/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- GALLO, S. L. Autoria: do sujeito e efeito do discurso. In: TASSO, Ismara. *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. São Carlos: Claraluz, 2008.
- ROGERS, C. R. *A terapia centrada no cliente*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.
- PAVEAU, M. *Les énoncés natifs du web: analyse du discours des réseaux sociaux numériques (Twitter, Facebook, Pinterest)*. Campinas: Unicamp, 2014. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/anexos/MAP-Conf.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- _____; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- ROGERS, C. R. *A terapia centrada no cliente*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2012.

ORON, J.V.; NAVARRO-RUBIO, S.; LUIS, E.O. Emotional education for personal growth in the early years. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 41. (2), p. 115–130, 2021. Acesso em: 12 fev. 2022.

História discursiva dos livros: enciclopédias e livros-reportagem como produtores de sentidos em bibliotecas

Gustavo José Pinheiro¹

Nathalia Batista Pereira²

Phellipe Marcel da Silva Esteves³

Dois olhares discursivos sobre e nas bibliotecas

Entre tantos gêneros⁴ de obras presentes nas bibliotecas, dois que não possuem muito em comum (re)produzem sentidos onde estão. Enciclopédias e livros-reportagem, como qualquer outro livro, não são simplesmente um amontoado compilado de papéis com palavras escritas, assim como qualquer outro livro não se resume a isso. Ao (não) estarem presentes, inúmeros sentidos (não) circulam, e isso tem diversas implicações, sendo uma delas a

¹ Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (2018). Graduando em licenciatura de Letras Português/Italiano na Universidade Federal Fluminense. A pesquisa de Iniciação Científica é financiada pela FAPERJ e realizada na mesma instituição de ensino do curso, sob orientação do prof. Phellipe Marcel da Silva Esteves.

² Está finalizando a graduação em licenciatura de Letras Português/Literaturas na Universidade Federal Fluminense. A pesquisa de Iniciação Científica é financiada pelo CNPq e realizada na mesma instituição de ensino do curso, sob orientação do prof. Phellipe Marcel da Silva Esteves.

³ Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Letras (Língua Portuguesa) pela Uerj e graduado em Comunicação Social pela UFRJ. Atualmente professor na mesma instituição, lotado no Departamento de Ciências da Linguagem. Artigo decorrente de projetos contemplados com Auxílio a Pesquisador Recém-Contratado (ARC-Faperj) e PDPA (PMN-FEC-UFF).

⁴ Utilizamos aqui uma noção fraca de gênero, sem teorizar sobre ela, mas reconhecendo o potencial que uma classificação de materialidades discursivas em gêneros produz no sentido de formação de imagens sobre os objetos significados. Assim, embora sejamos críticos a essa noção, defendemos que nela reside um importante juízo de valor de linguística espontânea/popular.

circulação de alguns discursos depreendidos em nossas pesquisas e que propomos analisar neste trabalho.

Como buscaremos mostrar, estar ou não nas bibliotecas significa muito esse espaço, ao passo que enciclopédias e livros-reportagem vão sendo também significados. É com base teórica-metodológica na Análise de Discurso materialista, da História das Ideias Linguísticas e da História dos Livros, os três campos-guia de nossas pesquisas, que propomos analisar discursos que circulam sobre esses objetos e essas instituições, levando em conta a posição sujeito-profissional-de-bibliotecas⁵ em relação aos sujeitos-leitores, e também aos objetos e à instituição.

Para este artigo, então, tomamos como materialidade de análise entrevistas feitas com profissionais de bibliotecas. Se inicialmente nossos projetos tinham como pretensão uma entrada física nos arquivos de bibliotecas, sobretudo públicas, do estado do Rio de Janeiro, com a pandemia de Covid-19, o cenário de biossegurança e a consequente necessidade de fechamento dessas instituições, precisamos nos adaptar. Fazer entrevistas foi um modo de tentar entender as condições de produção do discurso das bibliotecas. Ao tomarmos as Bibliotecas Populares de Niterói, buscamos pensar quais sentidos são produzidos nos discursos sobre e a partir da construção do acervo dessas bibliotecas, o que implica, como pretendemos mostrar um “movimento de política linguística”, e que estatuto simbólico as enciclopédias possuem atualmente nessas bibliotecas. Além das bibliotecas municipais de Niterói, também incorporamos ao presente artigo sequências

⁵ Tal designação busca recobrir os dizeres que são produzidos a partir da posição de heterogeneidade profissional que ocupa o lugar de profissional dentro das bibliotecas. Ante a escassez de concursos públicos para bibliotecários com formação na área, depreendemos, por meio das entrevistas, que quem trabalha nas bibliotecas muitas vezes é servidor readaptado, muitas vezes professores com problemas de saúde que impedem sua atuação em sala de aula. Dizer “posição sujeito bibliotecário”, desse modo, reduziria em muito o entrecruzamento de saberes e de lugares empíricos que tomam a palavra como trabalhadores dos livros das bibliotecas.

extraídas de uma entrevista feita com um profissional da biblioteca do Museu do Índio. Ao tomarmos a Biblioteca do Índio, buscamos pensar como o sujeito-índio vai sendo discursivamente imaginado, considerando como hipótese que indígenas são significados num entrelugar de carnavalização e estigmatização também numa biblioteca hospedada num museu dedicado a questões sobre nativo-americanos.

Desse modo, trazemos para este artigo duas questões: a) quais sentidos são produzidos nos discursos sobre e a partir da construção do acervo das Bibliotecas Populares em Niterói? Isso implica, como pretendemos mostrar, que, no que cabe não somente às enciclopédias, tal montagem constitui um movimento de composição de política linguística, um de nossos objetivos de pesquisa; b) que estatuto simbólico as enciclopédias possuem nessas bibliotecas? Tais questões são respondidas considerando-se as posições-sujeito de trabalhadores em bibliotecas.

Do movimento de política linguística e dos estados da língua e dos livros

Conforme Orlandi (2002),

haverá sempre diferentes sentidos a atribuir ao que é a política linguística, indo-se da tematização formal de uma política linguística explícita, planejada, assumida claramente como organizacional, até a observação de processos institucionais menos evidentes, presentes de forma implícita nos usos diferenciados (e que produzem diferenças) das línguas (ORLANDI, 2002, p. 95).

É sobre esses processos institucionais menos evidentes que nos debruçamos, ao tomarmos a montagem do acervo das bibliotecas como uma forma de organizar e selecionar o conhecimento e consequentemente, neste caso, a língua.

Para que pudéssemos cumprir com nossos projetos, que antes da pandemia envolveria a ida até as bibliotecas, foi preciso contornar a situação devido às medidas de segurança, mesmo

porque, como diversas outras instituições, as bibliotecas ficaram fechadas. Sendo assim, conseguimos contato com algumas bibliotecas e, dessa forma, temos podido realizar nossos trabalhos. Graças à participação e colaboração dos funcionários, temos também encontrado mais do que buscamos com as entrevistas cedidas por eles e elas.

Nossas entrevistas, ponto fundamental para desenvolvimento de nossos projetos, têm focado em alguns aspectos comuns que desejamos saber a respeito, principalmente, tanto em relação às enciclopédias quanto aos livros-reportagem, quais são adquiridos ou excluídos, como funciona tal processo de decisão, como esses livros ocupam o espaço da biblioteca, quais relações existentes entre tais objetos, sujeitos-funcionários e sujeitos-usuários. Entretanto, no decorrer das entrevistas, tem havido a imbricação desses temas com outros, o que é de grande valor para nossas pesquisas. Surgem discursividades sobre os projetos das bibliotecas, suas formas de funcionamento, suas histórias.

No caso do acervo das Bibliotecas Populares, de acordo com as entrevistas que realizamos, não há comissão para a montagem de seus acervos, o que implica na falta de um plano de aquisição que permita às bibliotecas se autoconstruírem. Assim, ocorre uma montagem feita por doações: o modo de aumentar e mesmo de modificar o acervo, hoje, se dá por livros ganhados. O que não influi no entendimento ou em uma possível projeção quanto ao que se busca significar ou mesmo se depreender da construção dos sentidos gerados para/por uma Biblioteca Popular (diferentemente do observado na Biblioteca do Museu do Índio, em certa medida), como podemos notar na sequência discursiva (doravante SD) 1. Em outras palavras, como veremos, parece-nos que as bibliotecas populares são significadas pela posição sujeito-profissional-de-bibliotecas como lugares em que falta uma especificidade responsável por um aprofundamento. Vejamos:

SD1: *“Passando por todas as áreas do conhecimento, a gente tem um pouquinho de cada coisa, mas a gente não entra muito especificamente, porque*

não é uma biblioteca especializada, uma biblioteca que vai atender o público em geral” (Todos os destaques nas SDs são nossos para fim de análise).

Podemos notar pelas orações adversativa e explicativa, respectivamente em destaque, a reiteração da função de uma Biblioteca Popular, ou pelo menos do que podemos chamar de um imaginário do que seja (ou do que está em processo de ser entendido discursivamente como) *popular*. Ainda que seu acervo seja composto por doações, projeta-se uma autoimagem de ser um lugar que ofereça todo tipo de conhecimento — ainda que em doses homeopáticas — e seja popular. O verbo de movimento “entrar”, anteposto pelo advérbio “não” e posposto pelo advérbio “muito”, produz o efeito de que a uma biblioteca popular o que cabe é ficar na porta, no limite. Mal se entra na especificidade. O que fica e sai, em termos de acervo, obedece a outra ordem.

Para fazer a seleção dos livros entre as doações, dentre os critérios relatados, dois nos chamaram a atenção: o estado físico e o “estado” da língua. A questão desses “estados” é o que nos permite começar a observar o que nos referimos anteriormente como um “movimento de composição de política linguística”, pois através das escolhas dos livros, a língua materializada nesses suportes está sendo, de certa forma, escolhida também. Tomemos agora as seguintes SDs:

SD2: “recebe coisas que não estão devidamente adequadas para biblioteca, ou porque *já está fora da língua, fora da norma*, porque a norma mudou, ou porque *o estado físico do livro não deve ficar na biblioteca*”;

SD3: “o livro não está em *bom estado*, mas nesse meio, a gente recebe muito *material bom*”

SD4: “Então, basicamente, chegou uma doação, a gente já seleciona, *vê o estado físico*, se está para entrar, *ou se a gente já tem o livro*”;

SD5: “A gente recebe, mas a gente recebe *coisa muito velha*”;

SD6: “*mas a gente recebe muita coisa muito antiga, muito velho*. Então, assim, *tanto já de desatualizado com a língua quanto de o material já estar deteriorado*”.

Nas sequências discursivas recortadas podemos notar como a montagem constrói discursos sobre a língua e sobre a validade de

um livro no acervo de uma Biblioteca Popular. Primeiro, apontamos sobre o estado físico dos livros: se não está *bom*, se está *velho*, *antigo*, ele não deve estar na biblioteca. O oposto para isso é marcado na SD3 quando temos a conjunção “mas”, que opõe a ideia anterior, e o sintagma “*muito material bom*”. De qualquer forma, o que se projeta é um imaginário de biblioteca composta com o “novo”, com livros significados como atuais ou atualizados, pois são eles que devem e podem permanecer. Nesse movimento, o que se constrói, o que se projeta como uma biblioteca popular e pública, atualmente, é que a ela pertence o novo, o atual. E, nesse sentido, não podemos deixar de afirmar que esse funcionamento se dá em contraste com o de outras bibliotecas, cujo acervo é composto muitas vezes exclusivamente por obras raras, escassas, antigas — o que em muito é valorizado em diversas formações discursivas — das mais conservadoras às mais progressistas.

Ademais, como dito mais acima, essas escolhas implicam na seleção da língua. Novamente, a questão do “novo” não para somente nos suportes da língua, ela chega à língua. Retomando as sequências discursivas 2 a 6, podemos notar que a língua acaba sendo enquadrada em uma seleção de qualidade. A língua não é fixa e imutável, mas notamos, na posição sujeita em exposição, como há um recorte da mesma em parâmetros qualitativos, numa demonstração de como há juízos de valor linguísticos em área tão próxima à Linguística, mas sem a necessária formação ou treinamento na área que possibilite reflexão crítica sobre o que se entende como atual linguisticamente.

O ponto em que nos detemos é o trecho da SD2 “*já está fora da língua, fora da norma*”. Produz-se aqui o efeito de que estar fora da norma é estar fora da língua. Negar os recortes feitos na língua pelas reformas ortográficas pregressas é negar o processo histórico da língua; é naturalizar que a língua sempre foi assim, que a língua sempre foi essa. Neste processo, o “movimento de composição de política linguística” se faz presente, ao passo que significa a língua “da Biblioteca Popular” como a língua atualizada, o livro “dentro da língua”. Desse modo, ao passo que busca se construir como

biblioteca, pública e popular, se autossignifica como instituição, mas se significa também a língua. As bibliotecas, assim, se constituem como lócus privilegiado de observação de uma política linguística em composição, em constante atualização (e a polissemia aqui é pretendida). Também podemos dizer que as discursividades em análise nos parecem apontar para mais uma especificidade do funcionamento do discurso das bibliotecas populares: caberia a elas arranhar a superfície do saber e também mostrar um certo estágio da língua, sem que haja choque com outros estágios seus. Uma biblioteca de formação, didática.

Não buscamos fazer juízo de valor, dizer o que está certo ou não quanto às práticas do sujeito com a língua. Procuramos demonstrar como e quais os efeitos de sentidos são produzidos a partir das práticas discursivas e das escolhas materiais do sujeito, ou seja, os suportes da língua em relacionamento com os sujeitos, resultando nisso que estamos trazendo e entendendo por “movimento de composição de política linguística”. Logo, o “novo” sobrevaler ao “velho”, dentro dos vieses analítico-metodológicos aqui adotados, nos mostra, ao menos, um caminho de interpretação/efeito de sentido sobre essas bibliotecas. Poderíamos ainda trazer como contraponto o imaginário de que a biblioteca vai pertencer o que é velho (se pensarmos principalmente nas enciclopédias), quase como (um imaginário sobre) os museus. Uma contradição produtiva. Em tempos em que os próprios livros são significados como obsoletos (diante de outras discursividades que disputam a atenção dos sujeitos, como plataformas de *streaming*), lugares em que os livros são guardados, disponibilizados e consultados também produzem efeitos sobre o que pode e deve ser interpretado como válido por meio de critérios de novidade e atualização⁶.

⁶ Agradecemos à prof. dra. Luciana Iost Vinhas (UFRGS) pela reflexão sugerida em nossa apresentação no XII Seminário dos Alunos do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras – “Estudos de Linguagem: Linguagem e Democracia” sobre o ponto das enciclopédias e bibliotecas como espaço

Feita essa observação, passemos à questão do estatuto simbólico das enciclopédias nas bibliotecas atualmente analisadas em nossas pesquisas.

Enciclopédia, biblioteca e sujeito-leitor no tempo

Sobre que estatuto simbólico as enciclopédias possuem nessas bibliotecas, trazemos uma comparação com o papel que as enciclopédias exerciam quando as bibliotecas públicas começaram a surgir no Brasil por volta do século XIX, como aponta Suaiden (2000), com o papel delas hoje. Neste mesmo trabalho, Suaiden (idem) aponta algumas questões sobre o funcionamento das bibliotecas públicas e as enciclopédias aparecem com um papel diferente do que foi relatado sobre sua participação atualmente.

Segundo o autor,

o que prevalecia sempre era a cópia a dicionários e enciclopédias e os recursos humanos existentes nas bibliotecas públicas atendiam aos estudantes, e os recursos financeiros existentes eram aplicados nos livros didáticos e na compra de dicionários e enciclopédias (SUAIDEN, 2000, p. 55).

O autor ressalta ainda que “neste estudo de prioridades para o desenvolvimento de serviços bibliotecários, ficou comprovada uma tendência de que as bibliotecas especializadas⁷ e centros de documentação que começavam a ser criados tinham mais recursos que os demais tipos de bibliotecas” (idem, p. 54). Assim, a formação de algumas bibliotecas públicas também foi feita por doação em alguns casos, gerando já na época uma deficiência, que permanece até hoje, uma vez que as bibliotecas especializadas recebiam mais investimento (tanto público quanto privado).

imaginado como museu, onde estaria tudo que é passado, obsoleto e em certa medida esquecido.

⁷ Essa afirmação de certo modo nos ajuda a pensar no discurso em circulação sobre bibliotecas especializadas como instituições que vão além desse efeito de arranhar a superfície produzido pelas bibliotecas populares.

Quanto às enciclopédias, o que começamos a notar é um processo/efeito de desuso.

(...) as enciclopédias, vistas como instrumentos linguísticos de metassaberes, funcionam regularmente como uma vitrine dos saberes de referências: daí propormos também uma ressignificação do sintagma “obras de referências”, em que se enquadram as enciclopédias. A nosso ver, elas são esse tipo de obra, de modo geral, por referirem os sentidos dominantes, mas também por servirem de referência para quem procura *qualquer* saber (ESTEVEVES & ALVARENGA, 2019, p. 478).

Essa função de livro com todos os conhecimentos já parece desaparecer em termos simbólicos e imaginários, apenas de o elemento de composição “pédia”, como redução de “enciclopédia”, ser produtivo na formação de diversas palavras novas que produzem efeitos de arquivos de totalidade. Ao mesmo tempo, o termo “enciclopédia” hoje também é mobilizado para significar coleções (a ver, por exemplo, a Enciclopédia de jogos, produzida pela fábrica Mitra)⁸. Ainda assim, as enciclopédias, enquanto livros, que por anos permaneceram como obra de referência para toda pesquisa por “portarem todo o conhecimento”, já não ocupam o mesmo lugar de importância. A exemplo, tomemos a SD7.

SD7: “Falando da enciclopédia, assim, *a gente não tem muita procura*. Nós é que, às vezes, *insistimos* com o aluno. *Ele quer pesquisar pela internet*. Ele acha que a pesquisa rápida e, às vezes, a gente fala assim: “não, dá uma olhada aqui. Isso você não vai achar na internet”. A gente que tenta puxar eles para eles usarem. *Eles não querem mais usar a enciclopédia*. Dicionário também muito difícil”.

Vemos que parece ocorrer um “conflito” entre posição sujeito-profissional-de-biblioteca e sujeito-leitor, devido à disputa de atenção que a enciclopédia tem com a internet. Algumas vezes, então, o sujeito-leitor investe mais tempo na busca on-line que na busca física, o que produz o efeito de desuso sobre a enciclopédia física dito mais

⁸ <http://www.mitra.net.br/produtos/enciclopedias-de-jogos/enciclopedia-jogos>.

acima. Avançamos assim para pensar não apenas em espaço, mas também no tempo como uma materialidade discursiva.

Livros-reportagem, biblioteca e mídia

Em um primeiro momento, pensamos no livro-reportagem como um objeto de mídia, comparável ao próprio discurso jornalístico, mas com algumas diferenças determinantes em relação a (tele)jornais, revistas etc., visto que, por ser um livro, não está em constante atualização, porém é assinado por um jornalista. Assim, decidimos analisar livros-reportagem por produzirem esse efeito de incógnita e propriamente de equivocidade entre literatura e mídia.

A decisão da busca dos livros-reportagem nas bibliotecas públicas está muito ligada também à questão da permanência, porque são livros selecionados pelo Estado para ficarem presentes em um Aparelho Ideológico do Estado, seguindo a noção proposta por Althusser (1970), tendo em vista que é um espaço de constante circulação de sentidos e de reprodução tanto da força de trabalho quanto das relações de produção.

A forma como a Biblioteca produz a memória se dá com base na escolha e na organização de seus acervos, então, pensamos quais livros-reportagem foram escolhidos para preservar essa memória e como essa noção de memória como algo histórico e que engendra efeitos de coletividade leva à seleção de determinadas obras e não de outras.

Livros-reportagem sobre favela

Em nossa busca no acervo on-line das bibliotecas que tinham essa opção — já que as bibliotecas municipais não apresentam nenhum tipo de catálogo on-line; embora utilizem software de digitalização de busca no acervo, ele não está integrado à internet nem mesmo à intranet da prefeitura — encontramos os livros-reportagem *Abusado* (Barcellos, 2003) e *Cidade Partida* (Ventura, 1994) na Biblioteca Central do Gragoatá e na Biblioteca Parque de

Niterói, os dois falando de favela e focando na questão da violência. Conforme Cassano (2006), questionamos: “Que leitores seriam esses? Quais seriam a situação, a finalidade e as etapas de uma atividade intelectual que pressuporia a recorrência aos livros? Que imagem de leitor e dessa biblioteca se desejaria projetar no futuro?”, ou seja, cabe pensar: quais seriam as formações imaginárias que direcionam a disponibilizarem determinados livros-reportagem sobre favela, quais são as memórias já existentes quando se faz necessário tocar nesse assunto? Quais fatores determinaram as escolhas de um livro e não o outro? Essas são questões norteadoras da pesquisa.

Acerca disso, Mariani fala que: “Sobre as instituições recai uma forte carga do controle social: elas servem para modelar as práticas sociais existentes” (MARIANI, 1999, p. 48).

Minorias e formação de imaginários

Conforme já afirmamos, devido ao fechamento das bibliotecas por causa da pandemia de COVID-19, buscamos formas de fazer entrevistas on-line. Assim, conduzimos uma sessão com um funcionário do Museu do Índio que atendeu ao nosso pedido. Assim como ocorre com sujeitos moradores de favelas, produz-se um imaginário estigmatizado e carnalizado em relação ao indígena. Por isso, foi importante entrevistar um funcionário de uma biblioteca voltada para o tema indígena para entender a construção de sentidos presentes naquele espaço.

Pêcheux (1993 [1969]) postula que o que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Tanto a biblioteca quanto o leitor ocupam lugares determinados socialmente e estabelecem relações de poder. A biblioteca, como produtora de sentidos, seleciona o seu acervo e atualiza a memória institucional, a memória de arquivo e, nesse caso, os discursos sobre os indígenas.

Contudo, em relação a essas questões, tivemos algumas respostas durante a entrevista que nos levantaram algumas dúvidas. Ao perguntarmos sobre a aquisição de livros, tivemos a seguinte resposta:

SD8: “A gente *não adquire livros há, pelo menos, seis anos* (...) a gente consegue aumentar o acervo *através de doações e essas doações é o que chega*”;

SD9: “Até onde eu saiba [quando os livros eram comprados] sempre foi *sobra de orçamento*, sobrava tanto, temos que destinar esse tanto a alguma coisa, então vamos comprar livros pra biblioteca”.

Essas duas SDs delimitam uma regularidade: as doações, de diversas ordens, substituem o investimento necessário para a seleção do acervo. Isso nos faz questionar como é possível fazer a construção dos sentidos e formular a criação de um imaginário, se não há exatamente uma seleção com base nos critérios do público-alvo imaginário, por exemplo, mas sim sobra de orçamento ou doação. A memória institucional, no caso das bibliotecas em tela, é produzida com base “no que dá”, não num desejo institucional em forma de projeto. Não estamos com isso negando que haja recortes — sempre há —, mas afirmando que as condições de produção da constituição do acervo nos levam a jogar equivocidade no que se tem chamado de memória institucional. Nas palavras de Eni Orlandi (2010):

“(...) a memória institucional ou a que chamo a memória de arquivo ou simplesmente o arquivo, é aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museus, políticas públicas, rituais, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantêm os sujeitos em certa circularidade” (ORLANDI, 2010, p. 9).

Sobre a formação de um imaginário sobre o indígena, a seguinte SD nos chamou atenção:

SD10: “O que eu posso dizer é que *a gente tem muito pouca literatura indígena dentro da biblioteca do museu do índio, a gente tem muito sobre os indígenas, mas pouco de autoria de indígenas.*”

Na SD10, entendemos que a construção de um imaginário sobre o sujeito indígena, dentro da biblioteca do Museu do Índio, na maior parte das vezes, não é feita a partir do próprio indígena, mas por outros autores que escrevem sobre a vida, cultura e costumes desses povos. Logo, temos um *discurso sobre* e não um *discurso de* na produção desse imaginário. Sabendo que a autoria faz diferença para a produção de uma memória, algumas questões foram levantadas a partir disso. Vemos que o entrevistado materializa uma leitura sobre literatura indígena: para ser uma literatura indígena, haveria a necessidade de ela ser escrita por um indígena. Assim, cabe também opacizarmos o próprio nome da instituição: Museu *do* Índio, não Museu *sobre o* Índio. Se para ser literatura indígena há a necessidade de autoria de indígena, para ser Museu *do* Índio essa injunção não se faz contingente. Há uma tensão, assim, entre a posição sujeito-profissional-de-biblioteca e o nome da instituição em que trabalha.

Essa relação também foi feita com o imaginário criado pela favela, porque as vozes mais ativas para a criação desse imaginário eram da mídia ou de pessoas renomadas, como se fosse necessário ter uma ponte para a comunicação ocorrer.

Um salto para as bibliotecas minorizadas em pesquisas acadêmicas

Produzir um breve artigo que fosse a notícia de duas pesquisas em andamento sobre bibliotecas é um desafio num cenário em que os projetos foram submetidos antes da pandemia por Covid-19 e seguimos completando quase dois anos de conjuntura sanitária insegura para a investigação *in loco*. Entretanto, ao tentarmos encontrar alternativas, também nos deparamos com outras questões que nos fizeram chegar sobretudo a uma compreensão de

que nas bibliotecas se produzem políticas linguísticas no ordinário do sentido, fora de documentos escritos, mas nas práticas das posições sujeito-profissionais-de-bibliotecas. Ao mesmo tempo, as duas pesquisas que registram aqui alguns de seus resultados dão a ver a importância de se dedicar tempo à análise do discurso produzido em instituições muitas vezes interpretadas como menores, por não terem o estatuto de bibliotecas gerais, nacionais ou modernas, como as bibliotecas parque. Há um número significativo de consulentes desses acervos, e movimento que se constitui não apenas com livros, mas em oficinas, em lançamentos, em leituras, em recitais, em prestação de serviços. Novamente, no ordinário do sentido, que constitui a trama da vida cotidiana.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*. Trad.: Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideolc3b3gicos-do-estado.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022
- ALVARENGA, J.; ESTEVES, P. M. da S. “Povo”, “popular”, “people(s)”: efeitos de minoração e facilitação de leitura em enciclopédias ditas populares. *Calidoscópio*, v. 17, n. 3, p. 478, 2. sem. 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2019.173.04/60747396>. Acesso em: 03 jan. 2022
- CASSANO, M. da G. *O papel das bibliotecas públicas na produção dos sentidos de língua, leitura e nação no Brasil do século XIX*. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- MARIANI, B. Discurso e Instituição: a imprensa. *Revista RUA*, Campinas, Labeurb, n.5, p. 47-61, 1999.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil* / Eni P. Orlandi — São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia — discurso eletrônico, escola, cidade. *RUA [online]*, v. 2, n. 16, p. 9, 2010. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=91>. Acesso em: 05 jan. 2022.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

Línguas adicionais: educação ou mercadoria?

A relação entre o tratamento de temáticas sobre famílias, gêneros e sexualidades em livros didáticos e educação pública de qualidade

Liliane Maria Hanovich Novaes da Silva¹

Abordagens teórico-metodológicas em diálogo

Este trabalho tem como finalidade apresentar resultados e questionamentos da defesa da tese de doutorado “Colégio Pedro II Na Mira: quais gêneros, sexualidades e famílias estão presentes em materiais didáticos de línguas adicionais?” (HANOVICH, 2021). A pesquisa enfocou os livros didáticos adotados pelos departamentos de línguas adicionais do Colégio Pedro II a partir de uma proposta teórico-metodológica que considerou o atravessamento de diferentes campos teóricos que contribuíram para uma visão social da linguagem.

A partir das análises realizadas, podemos afirmar que é nítida a diferença de adequação ao contexto de ensino de línguas adicionais na escola pública entre os materiais aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o material importado, que tem como finalidade o ensino em cursos de línguas de diferentes partes do mundo. Destacamos que nas obras brasileiras é aparente o cuidado com a formação cidadã de coenunciador-alune, por trazer textos de circulação social que discutem as realidades sociais às quais está inserido, possibilitando caminhos de eventos de letramento em línguas adicionais

¹ Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, orientada por Luciana Maria Almeida de Freitas.

considerando a língua desde uma perspectiva que possibilite sua atuação no mundo social.

O dialogismo bakhtiniano (BAKHTIN, 2018; VOLÓSHINOV, 2009) nos permitiu caminhar pelos sentidos possíveis dos textos, apreender as interdiscursividades que nos levaram a contextos de produção e sujeitos sócio-historicamente situados, imprescindível para conceber a troca dos enunciados concretos entre os estudos de linguagens e as teorias sobre gêneros e sexualidades na análise de livros didáticos. A interdisciplinaridade nos fez possível um olhar crítico e eficaz para dar conta de chegar a respostas e novos questionamentos que se estabeleceram no cenário do *corpus* analisado.

Evidenciar as relações dialógicas faz com que vislumbremos como se desenham as confrontações, as adesões, as fricções e outras possibilidades do campo discursivo. Essa compreensão de que a língua é um evento social nos permite interagir de forma consciente no que concerne à responsabilidade que é vincular um elo na cadeia discursiva relativo à formação e inclusão social entre tantos outros elos que se querem correntes para segregar, limitar, e, sim, escravizar uma grande parte da população.

Nós analisamos a partir de uma perspectiva discursiva estudos sobre gêneros e sexualidades e por isso acreditamos necessária uma aproximação entre conceitos de Bourdieu (2011) e estudos de gêneros de Scott (1989), Butler (2003) e Louro (2001, 2004, 2011). Compreendendo que há uma maquinaria de poder (FOUCAULT, 2011) que se estabelece pela docilização dos corpos, a dominação masculina por meio das violências simbólicas contribui para enxergar como as performatividades de gêneros e sexualidades são motivos de disputa em nossa sociedade.

O tratamento dos gêneros e sexualidades fora do padrão heteronormativo estabelece uma cisão entre propostas teórico-metodológicas. Um material que aborda tais questões está de acordo com a formação crítica de alune e dialoga com a visão de língua como bem cultural. No entanto, quando privilegia a heteronormatividade, atende aos interesses de mercado e visão de

língua como bem de consumo. Podemos igualmente estabelecer a inscrição de docente: no primeiro caso, é responsável pela condução de propostas teórico-metodológicas em prol da formação crítica de alune; enquanto no segundo caso, é relegado ao papel de mero instrutor (sic), peça substituível (FREITAS, 2010) que obedece a determinadas funções.

As revelações das análises de três livros para o ensino médio do Colégio Pedro II

Em seguida apresentamos exemplos de análises dos materiais didáticos de línguas adicionais para o ensino médio utilizados pelos departamentos de francês, inglês e espanhol (nessa ordem) do Colégio Pedro II no momento de realização desta pesquisa (2018-2021). Cabe ressaltar que no Colégio Pedro II há a oferta das três línguas adicionais, havendo a possibilidade de escolha em alguns casos. Nos anos finais do ensino fundamental, são duas línguas adicionais obrigatórias: a língua inglesa e o alune pode escolher (dependendo do número de vagas) entre a espanhola ou a francesa. No ensino médio, há a oferta de uma língua adicional obrigatória, de acordo com vagas na turma, e há a possibilidade de escolha entre espanhol, francês ou inglês².

Diferentemente do que propõe a BNCC, é essencial que tenhamos políticas públicas que prezem pela formação integral, de qualidade, com vistas à continuidade da formação acadêmica após o ensino médio, com a presença da pluralidade linguística e não uma educação unicamente objetivando a formação técnica, a fim de cumprir funções laborais imediatas e com perspectivas limitadas. As análises nos levaram a entender que as representações de famílias, gêneros e sexualidades quando tratadas de forma a excluir a diversidade, como vemos no exemplo abaixo do livro de francês, compactuam com esse modelo restrito:

² Mesmo após a chamada Reforma do Ensino Médio, Lei 13.405/2017 (BRASIL, 2017), que impôs a língua inglesa como obrigatória, a escola manteve essa prática.

Figura 1. Atividade do Livro Adosphère 4

PHONÉTIQUE

15 Lis et écoute le poème. Signale les mots où tu entends [ɥ] et [wi].

17 Puisque c'est lui
Puisque c'est Louis
Puisque je l'aime
Puisqu'il m'aime
On s'est dit « Oui »
« Oui » pour la vie.



Les semi-consonnes [ɥ] et [wi]

[ɥ] C'est lui, j'en suis sûr !
[wi] Ils se sont dit « Oui ». Louis, c'est toi ?

Fonte: GALLON, Fabienne. e MACQUART-MARTIN, C. Adosphère 4, méthode de français. Paris: Hachette, 2012, p. 30

A questão tem como foco aspectos fonéticos da língua e o texto está presente como um pretexto para esse objetivo. É um texto sem referência, o que nos leva a inferir que foi criado para fins didáticos. Isso contribui para a naturalização do tema, por não ter uma visão crítica sobre ele e acabar funcionando como um exemplo “padrão” a ser vislumbrado. E o que diz esse padrão? Que um poema com temática de amor e casamento direcionado a um homem só pode ter como enunciador uma mulher.

O binarismo está em associar papéis de acordo com o gênero: a imagem, identificada como mulher, se veste de cor de rosa, usa brinco de flor, elementos que muitas vezes são atribuídos discursivamente como femininos, e vai casar-se com um homem, Louis. O fato da conjunção “*puisque*” introduzir uma causa óbvia, já conhecida, amplifica o sentido de heteronormatividade compulsória, isso porque presume que seja de conhecimento geral que é dessa forma, e não de outra, que uma relação amorosa é estabelecida, por isso, uma construção na raiz da matriz heterossexual.

A questão 1 da página 27 tem como objetivo o trabalho com o léxico da língua. Para a proposta, apresenta a imagem de uma família e justamente o modelo que atende ao padrão privilegiado, exposto por Louro (2011). O enunciador-LD³, na letra “a”, requer que coenunciador-alune complete as frases em DDS⁴ com os termos adequados equivalentes a “primogênita(o), irmã(o) do meio e caçula”. Para tal, cria uma família fictícia a partir de nomes próprios, vocabulário e da imagem em questão. A letra “b” associa diretamente a imagem ao DDS, num movimento em que ela traduz o padrão adotado pelo enunciador-LD. Ou seja, a questão naturaliza o seu modelo como o padrão ao associá-lo ao léxico de família: é a relação entre a aprendizagem de uma língua e o grupo que a domina.

Figura 2. Atividade do Livro Adosphère 4

Entraîne-toi

LEXIQUE

La fratrie

1 a. Dis quelle place ils occupent dans la fratrie : *cadet(te) / benjamin(e) / aîné(e)* ?

- Enzo sera toujours pour ses parents « le petit dernier » : c'est le / l'...
- Clément, c'est le premier enfant de Thierry et Aurélie : c'est le / l'...
- Aline a un grand frère, Clément, et un petit frère, Enzo. C'est la / l'...

b. Observe la photo. Dis le prénom de chacun grâce aux indices de l'exercice a.

Exemple :
La N1, c'est...

A fotografia mostra cinco pessoas sorrindo. Um homem no topo esquerdo é rotulado com o número 1. Um homem no topo direito é rotulado com o número 2. Uma mulher no meio esquerdo é rotulada com o número 3. Uma mulher no meio direito é rotulada com o número 4. Uma mulher no fundo é rotulada com o número 5.

Fonte: GALLON, Fabienne. E MACQUART-MARTIN, C. Adosphère 4, méthode de français. Paris: Hachette, 2012, p. 27

³ Livro didático.

⁴ Discurso direto simulado.

Além da questão analisada, todos personagens principais das outras propostas da unidade são brancos e podem se aproximar desse modelo, já que não têm nenhuma marca explícita de diferença do padrão, aproximando-os da heteronormatividade compulsória (BUTLER, 2003). Há um evidente apagamento da população negra e árabe da França, país de origem do livro, o que aponta ainda com mais força o posicionamento de exclusão da diferença adotado pelo LD, diferentemente da descrição metodológica que afirmava haver “uma abertura ao mundo francófono de maneira transversal com todas as lições apresentando reflexão intercultural”.

Podemos concluir que a unidade sobre família do LD *Adosphère 4* privilegia um modelo de família compatível com o androcentrismo e marcadamente alimentado por violências simbólicas de dominação e de vigilância por meio da naturalização da punição. Não há presença de diversidade de famílias, gêneros e sexualidades, assim como não foi perceptível a presença de atividades que efetivamente incluíssem a heterogeneidade dos possíveis coenunciadores-alunos.

As violências simbólicas ali presentes marginalizam grupos sociais e docilizam os corpos de forma a estagnar sua atuação social, pois quando é uma família heteronormativa e francesa que predomina o espaço dialógico do material, está dito para determinados grupos seu não pertencimento. Dar prioridade para que a sociedade representada seja a que se aproxima da classe média francesa gera o apagamento que conduz à subserviência da família brasileira, aquela que entra em contato como espectadora de um modelo inalcançável.

Por outro lado, as coleções *Circles* e *Sentidos en Lengua Española*, apresentam um enorme avanço em relação a estudos anteriores (NOVAES, 2014), o que atesta a evolução do PNLN em prol de um ensino de qualidade. Não somente a presença das diversidades de gêneros e sexualidades compactuam com discursos de inclusão, como está aliada a abordagens teórico-metodológicas que não têm como foco a sistematização da língua, o que direciona a

aprendizagem para o acesso a gêneros discursivos, entendendo aluno como sujeito capaz de promover mudanças no meio em que vive por meio de suas relações dialógicas, como vemos nos exemplos abaixo:


Figura 3. Atividade do Livro Circles

3. Look at the picture on the right. This person was considered very influential because she was the first black woman to become a state representative in Brazil. Think about that and try to unscramble the verbs to complete the following sentences. Record your answers in your notebook.

a. She became a deputy just 3 years after women had **redquecon** the right to vote.
conquered

b. Antonieta had to **movecoer** many barriers to conquer some space, which was unusual for women. *overcome*

c. As an educator, Antonieta **edfnoud** a course (Antonieta de Barros Private Course) aiming at the literacy of the poor. *founded*



Poster of the movie *Antonieta*

4. Now, choose some problems women face nowadays. Then, work in pairs in order to discuss possible causes and solutions for these obstacles. Remember that you can use the language structures presented in the Grammar box (*should, must, and have to*) and the words in Activity 2 to carry on your discussion.

Personal answer. Possible answer: A lot of women have important jobs nowadays, but, unfortunately, many people still believe women have to do the housework only. To fight that and encourage women empowerment, TV channels should broadcast movies and programs in which this gender stereotype is tackled. Esta pode ser uma boa oportunidade para incentivar os estudantes a aprofundar a discussão sobre a importância da igualdade de gêneros e usar mais livremente as estruturas gramaticais apresentadas no boxe Grammar e o léxico presente em Vocabulary. Para mais informações, ver Guia Didático.

KIRMELENE, Viviane.; PEREIRA, Carolina.; LADEIA, Rita. Circles 1º ano: Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2016. p. 90

A questão 3 sublinha que a imagem é da “primeira mulher negra a se tornar uma representante estatal do Brasil”. Ao fazer isso, o fato de ela ser negra aparece em diálogo de adesão (FREITAS; SELLES, 2021) com as tensões que envolvem gênero e racismo. As perguntas de “a” a “c”, contribuem para uma aproximação com a história da Antonieta e são ponto de partida para a questão 4, “agora, escolha alguns problemas que as mulheres enfrentam nos dias atuais. Então, trabalhem em duplas para discutir possíveis causas e soluções para esses obstáculos [...]” e acrescenta as estruturas da língua a serem utilizadas. Ao partir da história da Antonieta, questões que atravessam os problemas de gênero podem surgir. E passamos agora para uma atividade do livro de espanhol:

Figura 4. Atividade do Livro Circles

Entretextos

1 Observa las siguientes imágenes y haz lo que se te pide a continuación.

a Describe las imágenes. *Respuesta esperada:* son diferentes familias, con parejas heterosexuales, homosexuales, mujeres y hombres solos, todas ellas con hijos, incluso adoptivos. *Objetivo:* comprender globalmente los textos no verbales.

b Todas esas personas pueden educar con respecto a los niños. ¿Por qué? Justifica tu respuesta. *Respuesta personal:* Profesores/Profesora, si te parece conveniente, se puede hacer un debate en clase sobre el respeto a los distintos tipos de familia. *Objetivo:* reflexionar críticamente sobre los textos. *(Habilidad crítica).*

2 Lee el siguiente fragmento de un artículo publicado en una revista científica y luego contesta las preguntas.



FREITAS, Luciana M.A.; COSTA, E.G.M. Sentidos en lengua española. Vol. 3. Manual do professor. 1ª edição. São Paulo: Richmond, 2016.p. 74

A proposta da atividade consiste em que coenunciador-alune observe as imagens para depois responder às questões “a” e “b”. O enunciador-MP⁵ traz como resposta esperada a constatação de que as imagens representam diferentes famílias e explicita que são formadas por casais heterossexuais, homossexuais, mulheres e homens solos, todas com filhas, inclusive adotivas. A presença de famílias fora do padrão heteronormativo dá visibilidade à grande parte da população que não se enquadra no modelo padrão, o que representa um importante trabalho educativo para diminuir a rejeição a essas famílias e aproximar alunes da convivência com o

⁵ Enunciador-manual do professor.

diferente; além disso, pode possibilitar que alguns alunos reconheçam sua própria família representada no material.

A letra “a” pede que coenunciador-alune descreva as imagens, o que propicia que estudantes dialoguem a partir de suas próprias inferências. Na letra “b”, o enunciador-LD afirma que todas as famílias podem educar seus filhos com respeito e questiona a coenunciador-alune o porquê disso, além de pedir que a resposta seja justificada. A forma como a questão é construída não dá margem para posicionamento de ódio, uma vez que não é questionado o fato de as famílias terem a capacidade ou não de criar com respeito. Sendo assim, dentro do contexto discursivo sobre família, essa questão é propícia para o dialogismo de adesão a reflexões sobre preconceitos e discriminações que as famílias fora do padrão branco e heteronormativo sofrem.

A violência simbólica permeia os enunciados da nossa sociedade em diferentes níveis, porém, ambas as coleções analisadas mostram um posicionamento em prol do reconhecimento da diversidade e isso incide diretamente no combate à maquinaria de poder alimentada por ela. A sociedade representada pelos dois LD dialoga com famílias existentes em nosso meio, não há a imposição de um modelo único heteronormativista. Pelo fato de o vocabulário relacionado à família não ser o objetivo central, encontramos temáticas que dizem respeito às mais diversas possibilidades de se conceber as famílias que associam a aprendizagem de línguas adicionais a partir do pensamento crítico sobre questões de importância social.

Considerações finais

O resultado das análises dos livros didáticos e suas relações dialógicas com outros enunciados presentes no contexto social nos permite ressaltar a importância da escolha sob uma visão crítica, principalmente, quanto ao conceito de língua e de sujeito na educação em línguas adicionais. O Colégio Pedro II é, sem dúvida alguma, uma escola tradicional. O risco desse título é perder o

tradicional que o Colégio carrega em si por ter sido, no passado, modelo de ensino, e a tradição de determinadas escolhas teóricas.

As escolhas teóricas sofrem avanço com o decorrer do tempo, seguir esses avanços é manter a tradição de um Colégio que se preocupa com a excelência educacional. Por outro lado, manter abordagens que não dialogam com as novas realidades sociais faz perder a tradição de inovação e enfraquece o posicionamento político-pedagógico. Isso porque permitir que materiais que partem de políticas mercadológicas e, muitas vezes colonialistas, se infiltrem na educação pública é compactuar com a maquinaria de poder, e isso significa tanto a exclusão da diversidade constitutiva do corpo discente, quanto a docilização dos corpos dos docentes como peças substituíveis de uma visão taylorista da docência.

O crescimento de cursos livres que tratam a língua como bem de consumo (FREITAS, 2010), assim como a intervenção de políticas internacionais sobre as nossas línguas adicionais, são ameaças à educação linguística brasileira. Ter consciência de que a língua adicional que ensinamos, independentemente de suas raízes, é oferecida por brasileiros para outros brasileiros e, portanto, brasileira, é fundamental para trocar o foco de um ensino preciosista à sistematização gramatical para um bem cultural que permite maior inserção da população no meio em que vive.

É preciso cuidado para não ceder aos interesses mercadológicos, é preciso o desenvolvimento de um ensino que abandone o medo de “errar” o sistema da língua do outro, para não errar com os interesses da nossa sociedade. A conscientização de que o erro faz parte da aprendizagem, de que não é necessário o conhecimento prévio de sistematizações para ter acesso a produções em outras línguas, são imprescindíveis para a escolha ou elaboração de materiais. A demanda da educação hoje caminha para entender a língua como atividade concreta de formas verbais, desde uma abordagem que parta de textos produzidos no mundo social, estando eles de acordo ou não com a gramática normativa daquela língua, mas que apresentem realidades que levem a um pensamento crítico.

Esperamos, com o resultado desta pesquisa, contribuir minimamente para o contínuo desenvolvimento de uma educação linguística de qualidade, ou seja, inclusiva, crítica, de formação cidadã. Deixamos evidente a necessidade de aprofundamento sobre as questões relativas à escolha e elaboração de materiais didáticos para o ensino de línguas adicionais, além da importância da abordagem da diversidade, aqui especificamente a de famílias, gêneros e sexualidades, mas também os atravessamentos inerentes a elas, como classe, etnia, cor e todas performatividades possíveis.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir — história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramalhe. 39. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- FREITAS, Luciana M.A. *Da fábrica à sala de aula: vozes e práticas tayloristas no trabalho do professor de espanhol em cursos de línguas*. 2010. 311f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- _____; COSTA, E.G.M. *Sentidos en lengua española*. Vol. 3. Manual do professor. 1. ed. São Paulo: Richmond, 2016.
- _____. *O Círculo de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev*. No prelo, 2021.
- _____; SELLES, S. E. Prática e estágio nas normativas brasileiras sobre formação docente: sentidos em construção. *In: Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 29 (110), 2021.

- GALLON, F. e MACQUART-MARTIN, C. *Adosphère 4, méthode de français*. Paris: Hachette, 2012
- HANOVICH, L. M. N. S. *Colégio Pedro II Na Mira: quais gêneros, sexualidades e famílias estão presentes em materiais didáticos de línguas adicionais?*. 2021. 248f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- KIRMELIENE, V.; PEREIRA, C.; LADEIA, R. *Circles 1º ano: Ensino Médio*. São Paulo: FTD, 2016.
- LOURO, G. L. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. *Um Corpo Estranho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/Ed. da Unicamp, 1997
- _____. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola editorial, 2004
- _____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola editorial, 2008
- _____. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez Editora, 2013
- MOITA LOPES, L. P. (org) *Por Uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NOVAES, L. *Família, Gênero e Sexualidade: o que diz o livro didático de espanhol*. 2014. 195f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- SCOTT, J. W. *Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disciplinas da USP. São Paulo: 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em 15 jul 2021
- _____. *História das Mulheres*. In: BURKE, P. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.
- VOLÓSHINOV, V. N. *El Marxismo y la Filosofía del Lenguaje*. Buenos Aires: Ediciones Godot Argentina, 2009.

Feminismo e rap em discurso: trabalho, arte e resistência

Marcella Karoline Belo Rodrigues¹

Considerações iniciais

No presente artigo, busco apresentar alguns dos resultados que obtive a partir da minha pesquisa de mestrado, bem como tecer considerações a partir das contribuições dos professores que constituíram a banca examinadora.² Em minha dissertação, procurei pensar o espaço discursivo do rap produzido por mulheres subalternizadas como um lugar de possíveis deslocamentos de sentidos na língua e de ruptura ideológica, compreendendo o rap como um trabalho artístico. Foram mobilizadas algumas categorias do materialismo histórico que vieram a compor, tendo como base a sua relação com a Análise do Discurso, os fundamentos teóricos da nossa pesquisa. Ficou definido como objeto discursivo o que aqui denominamos “trabalho artístico”, que motivou o surgimento de outras questões de pesquisa. Sejam elas: Por que estudar o rap das mulheres? O que se entende aqui por trabalho artístico como categoria analítica? Quais as condições de produção do rap dessas mulheres periféricas?

¹ Mestre em Estudos da Linguagem, com dissertação defendida em agosto de 2021 na Universidade Federal Fluminense, orientada pelo prof. dr. Phellipe Marcel da Silva Esteves.

² Deixo aqui os devidos agradecimentos ao meu orientador, prof. dr. Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF), e às professoras que compuseram a banca e contribuíram na reflexão de novos caminhos de pesquisa possíveis a partir da minha escrita na dissertação, a profa. dra. Vanise Gomes de Medeiros (UFF) e a profa. dra. Lidia Maria Marinho da Pureza Ramires (UFAL). Agradeço também à minha coorientadora, profa. dra. Leila Salim Leal.

Adotamos, no trabalho de dissertação, o feminismo materialista, que compreende a noção de trabalho como central na discussão de gênero, como perspectiva que atravessa a análise. Para Biroli e Miguel, a luta feminista, nesse sentido, busca transformações em direção a uma sociedade mais justa sem desconsiderar a especificidade do gênero (2014, p. 9). No capitalismo contemporâneo, opera a ilusão de uma meritocracia em que a elite global do Norte gerencia a produção de bens e acumula progressivamente a riqueza produzida, e impossibilita a emancipação para a maior parte dos trabalhadores que compõem as classes subalternizadas. Entre as mulheres, só algumas alcançam altos cargos e salários. As mulheres mais pobres permanecem exercendo majoritariamente o trabalho reprodutivo mal remunerado. De acordo com Arruzza (2010 p. 101), o capitalismo funciona por meio da exclusão da mulher do setor produtivo e do processo de hierarquização social da força de trabalho, mecanismos que têm como consequência a continuidade da ordem patriarcal e a marginalização social da mulher.

A precarização da existência da mulher se torna ainda mais grave no caso de mulher que ocupa alguma posição subalternizada na estrutura econômica capitalista, como é o caso das mulheres do Sul Global, das mulheres pobres, racializadas, periféricas, indígenas, dentre outras. Nestes casos, ainda que uma determinada classe de mulheres consiga alcançar sua independência econômica, como é o caso das mulheres burguesas do Norte Global, há uma terceirização da opressão, como indicam Arruzza, Batthacharya e Fraser, porque

permite que mulheres em postos profissionais-gerenciais façam acontecer precisamente por possibilitar que elas se apoiem sobre mulheres imigrantes mal remuneradas a quem subcontratam para realizar o papel de cuidadoras e o trabalho doméstico (ARRUZZA et al, 2019, p. 38).

Apesar das opressões que incidem sobre as mulheres em posições subalternizadas, observamos que essas trabalhadoras encontram formas diversas de promover alterações nos seus modos

de vida, seja por meio de greves seja pela participação no espaço público. Compreendemos o meio artístico como um desses lugares em que a voz das mulheres não privilegiadas pode ser encontrada e o rap como um espaço em que os discursos dominantes são postos em questão pela presença das mulheres. Procuramos identificar no *corpus* em análise como estão discursivizadas as relações das rappers com o mundo do trabalho e, mais especificamente, com o fazer artístico que caracteriza a produção do rap.

Questões de pesquisa

A primeira questão de pesquisa que se coloca diz respeito ao porquê de nosso objeto de estudo ser a produção de rap da mulher periférica. Levantamos como hipótese que a inserção da mulher no rap atende à necessidade de inscrição em outras posições-sujeito, representando uma possibilidade de ruptura com os discursos reproduzidos nas canções explicitamente machistas e a construção, através de diferentes processos discursivos, de imagens distintas daquelas existentes no discurso predominante. Tomamos como *corpus* para análise algumas letras de canções de rap de grupos formados por mulheres ou de rappers mulheres da região metropolitana do Rio de Janeiro, sejam elas: grupo ABRONCA, Aika Cortez, Kamila CDD, Nega Gizza e Samantha Zen.

Com a segunda questão de pesquisa procuramos construir uma compreensão do trabalho artístico como categoria analítica. Nesse sentido, consideramos uma interseção entre a noção de trabalho e arte a partir do materialismo histórico. A noção de trabalho, no materialismo histórico, é compreendida como a produção humana em condições reais de existência, sendo central na compreensão do processo de produção que estrutura as formações sociais. (MARX, 2012 [1867]). A consequência de abordar a arte pelo método materialista é entendê-la como trabalho: uma mediação entre um ser humano e a natureza, em que determinada matéria será transformada pela força sobre ela exercida, resultando num produto com certo valor de uso e, no

capitalismo, um valor de troca. Eagleton (2011 [1976]) aponta a função do autor como produtor na medida em que os produtos do trabalho artístico não são meros artefatos desprovidos de valor, pelo contrário, eles encarnam na sociedade capitalista um valor de troca, constituindo-se uma mercadoria. Os artistas também produzem na necessidade de receber um salário: sua produção artística é o seu meio de vida

Há, entretanto, algumas especificidades quando se fala em trabalho artístico. Entendemos que o discurso da arte consiste, em muitos casos, no lugar privilegiado da polissemia, possibilitando deslocamentos de sentidos. A produção artística é, para Pêcheux (2015 [1988], p. 52) o espaço das discursividades não-estabilizadas. Assim, posições outras podem irromper como um acontecimento, fenômeno marcado pela singularidade, o que estremece a estrutura discursiva e possibilita o seu movimento. Estrutura e acontecimento são dois conceitos estudados em AD que esclarecem este aspecto de “movência” característico da produção artística. Assim, há sempre pontos de deriva possíveis. Como resultado deste processo, promove-se um reordenamento estrutural no nível do discurso, de modo que posições antes subordinadas possam emergir tomando o lugar das posições até então hegemônicas.

Por último, a terceira questão de pesquisa diz respeito à consideração das condições de produção do rap das mulheres periféricas. Nesse sentido, remontemos à história do *rap* e do *hip hop*. O movimento *hip hop* surgiu nos EUA, na segunda metade do século XX. Com a entrada massiva de imigrantes vindos do México e do Caribe, no final da década de 1960, instaura-se nos guetos dos EUA uma cultura negra influenciada pela cultura jamaicana, sobretudo em relação à tradição das festas populares lideradas pelos MC's. A partir de então, desenvolvem-se na região periférica da cidade de Nova York o grafite e o break dance, elementos que virão a compor, com o rap, o movimento hip hop.

No Brasil, o rap e a cultura hip hop tiveram destaque, primeiramente, na periferia de São Paulo. São Paulo, assim como Nova York, tem uma estrutura urbana baseada no desenvolvimento

de um grande centro industrial e a existência de regiões periféricas, onde estão alocadas as populações marginalizadas. Na periferia, o rap e o movimento hip hop despontam como caminhos de organização de jovens periféricos. Hoje o movimento hip hop e o rap são encontrados em diversas metrópoles do Brasil. Em relação à questão de gênero, o rap produzido hoje possui, em alguma medida, elementos do discurso machista, reproduzindo a ideologia dominante. Diversos trabalhos têm investigado a posição da mulher no rap para além da sua presença indireta nas letras das músicas; ou seja, cresce o interesse por compreender a participação da mulher como voz no rap, como rapper.

A análise

A análise foi realizada tendo como referência duas diferentes propostas teóricas que aplicamos em dois níveis linguísticos. A proposta de Courtine (2014) acerca do procedimento de análise de sequências discursivas foi aplicada à compreensão do nível lexical nas composições analisadas. Por outro lado, adotamos a teoria da Enunciação proposta por Authier-Revuz (1998) como base para a entender a heterogeneidade enunciativa.

Neste artigo, para manter a objetividade e apresentar alguns dos resultados da pesquisa, o foco incidirá na análise do nível lexical, cujo estudo foi desenvolvido tendo em conta três diferentes objetos discursivos relacionados ao nosso objeto de estudo: o sujeito do trabalho artístico, o processo de produção do trabalho artístico e o produto do trabalho artístico. Demonstrarei um breve panorama da realização da análise desenvolvida no que diz respeito à análise do processo de discursivização do que chamamos “produto do trabalho artístico”, tendo em vista que a própria construção do objeto discursivo em questão — o produto do trabalho artístico — se dá na medida em que a análise se desenrola.

Conforme explicitado anteriormente, a análise dos objetos discursivos em seu nível lexical tem como referência o trabalho desenvolvido por Courtine (2016), a respeito das sequências

discursivas de referência (SDRs) e os esquemas interdiscurso de referência (EIR). De acordo com o autor (COURTINE, 2016, p. 26), a seleção do *corpus* discursivo e dos recortes está ligada delimitação de uma sequência discursiva representativa da realização de um intradiscurso e tomá-la como ponto de partida para a organização dos elementos do *corpus*. De acordo com Serrani (1997, p. 60), SDR é sequência a partir da qual os outros elementos do *corpus* receberão sua organização. Adotou-se como sequência discursiva de referência, no sentido que Courtine define, a SD abaixo, recorte da canção — em que já destacamos as formulações consideradas (e) — “Chegando de Assalto”, lançada no ano de 2017, no álbum homônimo, do grupo ABRONCA:

SDR — Chegando de Assalto (Grupo ABRONCA)

e1: Há, chegando de assalto, há!

e2: É ABRONCA neguin, chegando de assalto, há!

e3: Chegando de assalto rap feminino, respeita minha banda

e4: Minha gangue subindo é assim que constrói

e5: Escutar nossa voz crescer meu império, um drink pra nós

[...]

e20: Alô, alô Snike, passa a visão Jay, foco na rima, no esquema tey

e21: As minas chegando e a nossa gangue passando, no novo hit, vamos caminhando

e22: Com peso na rima, na disciplina, mantendo a fé, com a força domina

e23: Somos que somos junto com os meus manos, ouro e sucesso vamos reinando sempre

e24: Com peso na linha, não vai sem doutrina, eu me vi partir da garagem pro mundo

e25: E ainda quem diga que vim da favela já está destinado a crescer vagabundo

e26: Mas nesse ramo nem todos são aptos aqui pela Saco muda como o clima

e27: Eis a pessoa que esse som é bom, mas só assim você chega por cima

e28: Aprimorei minhas rimas, meio pro mundo dessa zorra,

e29: E mesmo que digam que não trabalho o dobro e provo que é possível essa porra

e30: Sai da minha frente que minha sede de ganhar esse jogo tá maior que tudo, e eu não quero pouco

Refrão:

e31: Subindo pro topo, quero tudo de ouro, minha gangue subindo, minha gangue no topo

e32: Chegando de assalto rap feminino, respeita minha banda

e33: Minha gangue subindo é assim que constrói

e34: Escutar nossa voz crescer meu império, um drink pra nós

e35: Chegando de assalto rap feminino, respeita minha banda

e36: Minha gangue subindo é assim que constrói. Escutar nossa voz crescer meu império.

Os conceitos de formulação e enunciado também entraram em jogo nesta metodologia de análise, de acordo com Courtine (2014), a existência do discurso se dá em dois níveis, o do enunciado (E) e o da formulação (e). O enunciado, segundo o autor, é “uma forma ou esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações” (COURTINE, 2014 [2009], p. 119), sendo esta “um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações que constituem as formulações possíveis de [E]” (COURTINE, 2014 [2009] p. 119). Esse desnivelamento das formulações refere-se à dimensão vertical (interdiscursiva) do enunciado. Assim, no nível do enunciado, descreve-se o interdiscurso de uma Formação Discursiva (doravante FD), na medida em que este é pensado como uma articulação contraditória de FD e de formações ideológicas, constitutivo de um “domínio do saber” próprio a esta FD. Esse domínio do saber atua como um “princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações”, realizando um fechamento instável das fronteiras entre o interior da FD e o seu exterior. O interdiscurso de uma FD é, portanto, delimitado por esta fronteira instável, que passa por seguidas reconfigurações, incorporando elementos pré-construídos do exterior de si mesma, ao mesmo tempo que reorganiza a repetição de seus próprios elementos, eventualmente levando ao seu apagamento. Em suma, “O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/ repetição/ transformação/ dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras” (COURTINE, 2014, p. 90).

Assim, no procedimento de análise que aqui adotamos, são considerados, etapa por etapa, os dois níveis de existência do discurso, as formulações e os enunciados, com o objetivo de reconstituir as redes de repetibilidade dos elementos do saber que compõem a FD em que se constituem os discursos analisados. As

noções de intradiscurso e interdiscurso são assim estruturantes à produção do que chamamos Esquemas interdiscursivos de repetibilidade (EIR), uma vez que a constituição dos enunciados — nível interdiscursivo — só se dá a partir da consideração das redes de formulação — nível intradiscursivo. A respeito deste funcionamento, Courtine afirma:

toda caracterização em termos de funcionamento ou de efeitos discursivos envolve assim uma relação do enunciado com a formulação, da dimensão vertical e estratificada onde se elabora o saber de uma FD com a dimensão horizontal em que os elementos desse saber se linearizam tornando-se objetos de enunciação (COURTINE, 2014 [2009], p. 102)

As etapas 1 e 2 consistiram na escolha de formulações de referência no intradiscurso das sequências analisadas e na consideração dos contextos intradiscursivos. Primeiro, produzimos a lista das formulações de referência, tendo com o Sequência Discursiva de referência a canção Chegando de Assalto, do grupo ABRONCA, de modo que pudemos extrair o seguinte enunciado de referência:

E= Chegando de assalto, com confiança e foco no rap, com fé, aprimorei minhas rimas. Minha gangue vai subindo e chegando no topo.

Verificamos a ressonância significativa do enunciado nas demais sequências discursivas e chegamos a duas compreensões: (i) na primeira, entendendo produto estritamente como mercadoria, pensamos a produção da vida econômica dessas mulheres dentro de uma sociedade de classes caracterizada pelas relações de dominação, exploração e luta, e aí encontramos formulações como “crescer meu império; inconformismo me trouxe progresso; ocupando meu espaço na diretoria.”; (ii) na segunda, pensamos o efeito do discurso como constitutivo dos processos de identificação característicos da subjetivação na sociedade capitalista, incluindo aí as suas contradições inerentes e as contradições constitutivas da forma-sujeito do capitalismo, que se enquadra na lógica da busca por méritos individuais a partir do

trabalho, como a fama, o dinheiro e o sucesso, e encontramos formulações como “minha gangue subindo; crescer meu império; fazendo festa com a minha grana”. Talvez como uma forma de “ruptura” a essa posição, há elementos que remetem ao fruto do trabalho como a expressão das vozes normalmente silenciadas, inclusive com a referência à ancestralidade, como nas formulações “escutar nossa voz; canto por todas as minas singelas; descendência africana expressada no meu canto”.

Na etapa 3, realizamos a exploração dos domínios interdiscursivos da formação discursiva de referência. Pensamos a formação discursiva de referência também a partir de uma sequência discursiva de referência. Foi selecionada como sequência discursiva de referência a composição “Capítulo 4, versículo 3”, do grupo Racionais Mcs. Além da composição fazer parte do imaginário discursivo do rap brasileiro, tal escolha se justifica pela heterogeneidade que pode trazer ao nosso estudo, o que possibilita realizarmos um estudo contrastivo, verificando o quanto se aproximam ou se distanciam o rap produzido pelos homens e aquele produzido por mulheres. Abaixo segue um recorte da SDR:

SDR do subcorpus — Canção Capítulo 4, versículo 3 (Racionais Mcs)³

- e1: Minha intenção é ruim, esvazia o lugar*
- e2: Eu tô em cima, eu tô a fim, um, dois pra atirar*
- e3: Eu sou bem pior do que você tá vendo*
- e4: Preto aqui não tem dó, é 100% veneno*
- e5: A primeira faz bum, a segunda faz tá*
- e6: Eu tenho uma missão e não vou parar*
- e7: Meu estilo é pesado e faz tremer o chão*
- e8: Minha palavra vale um tiro, eu tenho muita munição*
- [...]
- e29: Depois te joga na merda, sozinho*
- e30: É, transforma um preto tipo A num neguinho*
- e31: Minha palavra alivia sua dor*
- e32: Ilumina minha alma, louvado seja o meu Senhor*

³ A letra completa da canção também está disponível em: [https://docs.google.com/document/d/11qf1m8BLVViaqWLVyTPt45hurP26AR-moYrwzsYAjFQc/edit?usp=sha ring](https://docs.google.com/document/d/11qf1m8BLVViaqWLVyTPt45hurP26AR-moYrwzsYAjFQc/edit?usp=sharing)

- e33: Que não deixa o mano aqui desandar*
e34 E nem sentar o dedo em nenhum pilantra

Na etapa 4, realizamos a elaboração de esquemas interdiscursivos de repetibilidade. Para o produto do trabalho artístico, consideramos a seguinte lista de formulações de referência:

Lista de formulações de referência a respeito do produto do trabalho artístico e esquema interdiscursivo de repetibilidade

- e5: A primeira faz bum, a segunda faz tá*
e7: Meu estilo é pesado e faz tremer o chão
e8: Minha palavra vale um tiro, eu tenho muita munição
e31: Minha palavra alivia sua dor
e32: Ilumina minha alma, louvado seja o meu Senhor

No que diz respeito ao produto do trabalho artístico não observamos, ao menos na sequência discursiva tomada como referência, em termos de efeitos de sentido, a produção material do meio de vida como um possível produto do trabalho artístico, como havíamos notado na produção das mulheres. Nota-se, entretanto, como efeito do trabalho artístico ora o estopim que leva à destruição, isso é, reconhece-se no *rap* o lugar para o revide ao sistema e a afirmação da violência por meio do discurso, e, por outro lado, a possibilidade de redenção proporcionada pelo fazer artístico, inclusive com a materialização de significantes como “alma” e “meu Senhor”, ligando explicitamente o discurso do *rap* ao discurso religioso, questão que já notamos no *rap* das mulheres e que será discutida com maior profundidade na seção interpretativa deste capítulo. Temos então que o produto do trabalho artístico se constitui pela oposição semântica dos polos destruição e redenção.

<p>EIR: produto do trabalho artístico OPOSIÇÃO SEMÂNTICA DESTRUIÇÃO ⇔ REDENÇÃO</p>
--

Finalmente, na etapa 5, retornamos ao intradiscorso para realizar uma análise contrastiva entre o Esquema Interdiscursivo de Repetibilidade a respeito do produtivo do trabalho artístico e o E extraído da SDR que constitui o *corpus* principal do trabalho. Partindo do EIR, construído com base na FDR do interdiscorso, notamos a presença de uma estrutura de oposição. Observa-se a oposição semântica entre os elementos destruição e redenção como efeitos possíveis do fazer artístico no *rap*. Voltemos ao intradiscorso dos *raps* que constituem o *corpus* de nosso trabalho, para verificar a existência de significantes que possam estar em relação de paráfrase discursiva na construção do objeto discursivo produto do trabalho artístico. Vejamos abaixo novamente o Enunciado extraído da SDR:

E= Minha gangue subindo, construindo e crescendo meu império. Fazendo festa com a minha grana, saiu mais um hit. Faço escutar nossa voz, virei terrorista do trap... mas de que adianta eu ser famosa se a favela não abraça?

No que diz respeito à primeira rede de sentidos, a da destruição, não encontramos a sua disseminação no discurso do *rap* das mulheres, ao menos quando pensamos no produto do trabalho artístico. No que se refere ao produto do trabalho artístico do discurso dos *raps* do nosso *corpus* principal, conforme é possível destacar no E, acima transcrito, o produto da produção artística desdobra-se em duas possibilidades: (a) o produto material desse trabalho, na medida em que se produz uma mercadoria, e (b) o valor de troca dessa mercadoria no mercado do capitalismo, ainda que não no mercado da indústria fonográfica tradicional, uma vez que estamos lidando com produções independentes. Assim, a rede de formulações presentes nos discursos dos *raps* das mulheres aqui analisados estão ligados, ao polo *redenção*. Isto se dá na medida em que o produto do trabalho artístico é significado como emancipação econômica, inclusão no mercado de trabalho e participação na produção da vida material.

Desse modo, como efeito de mercadoria com valor de troca, a produção artística no *rap* das mulheres vincula-se ao sentido da

produção, portanto, das condições de materiais de existência, isto é, sustento econômico e ascensão social, conforme materializam no fio do discurso os significantes *um drink pra nós* (SDR — e5); *fazendo festa* (DSR — e18); *ocupando seu espaço na diretoria, lá no alto* (SD2 — e17).

Além disso, também encontra-se no discurso espaço para a produção de sentidos que significam o produto do trabalho como efeito simbólico, uma vez que o *rap* seria não só constitutivo da subjetividade, mas tem um valor que está ligado ao sucesso e a fama, ao reconhecimento — ainda que esse reconhecimento seja colocado em questão, por exemplo, na SDR — e10 (*mas de que adianta eu ser famosa se a favela não abraça, né*). É interessante notar que, aqui, mesmo quando não se fala de um produto que altere materialmente a vida econômica do indivíduo, promovendo ascensão social, ele promove uma alteração simbólica em sua identidade, tornando palpáveis as perspectivas de sucesso e fama, de modo que essa identidade constrói-se também a partir da afirmação da ideologia capitalista, já que se compreende possível a realização individual e a ascensão social como frutos do trabalho. Por outro lado, afirmar a sua identidade através da função de autoria dos *raps*, requerendo para si os frutos do seu trabalho, materialmente e simbolicamente, proporciona às mulheres trabalhadoras colocar-se na posição de produtoras, isto é, de *sujeitas* do *rap*.

A análise aqui apresentada a respeito do produto do trabalho artístico corresponde a apenas uma faceta da categoria analítica denominada trabalho artístico. Refletimos, além do que está aqui apresentado, na dissertação, sobretudo, a respeito de como trabalho artístico constitui uma possibilidade de deslocamento de sentidos outros a respeito da sua produção artística, isto é, no sentido de deslocamento do sujeito mulher periférica e *rapper* de uma posição de *mãe* ou *puta*, na produção do *rap* masculino, para a função de autora do seu próprio *rap*, significando a si mesma como mulher trabalhadora, periférica e preta. Falar por si e de si pode soar banal, mas não para todos os sujeitos.

Considerações finais

Notamos a discursivização do trabalho artístico no *rap* das mulheres periféricas, através da análise do produto do trabalho artístico, como um objeto discursivo vinculado à emancipação econômica e ascensão social. Para além desse funcionamento, devemos considerar os efeitos simbólicos do trabalho artístico. Nesse sentido destacamos a função da autoria na produção artística das mulheres. Devemos lembrar que a formação social capitalista tem como característica o fato de que o capital se sobrepõe ao trabalho. Concretamente, na divisão social do trabalho, isso quer dizer que o capitalista se apropria do produto do trabalho e a classe trabalhadora, possuidora apenas de sua força de trabalho, não tem acesso — ou o tem de forma muito restrita — aos bens que produz. Assim, o fruto do trabalho é expropriado do trabalhador. Ao colocar-se como autora, a enunciadora assume a autoria e a propriedade do produto de seu trabalho artístico, o que não impede expropriação por parte do capitalista, mas dificulta a alienação do trabalhador ante o objeto de seu trabalho. A arte permite a criação de espaços em que essa “marcação” de autoria se torna possível em uma FD dentro de uma sociedade capitalista.

Em nossa reflexão a respeito do *trabalho artístico* no discurso das mulheres *rappers*, identificamos que o trabalho é discursivizado para as mulheres periféricas não só como uma emancipação material e que, ainda que esse não tenha efeitos estruturais de transformação na sociedade capitalista, trata-se de uma “vitória local”, uma vez que rende a possibilidade de promover rupturas e deslizamentos de sentido dentro da FD do *rap*.

Referências

ARRUZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Editora Combate, 2010.

- AUTHIER-REVUZ. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1976].
- MARX, Karl. *O capital*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (1975) In: Gadet & Hak (orgs) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- _____. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In: *Análise de Discurso*. Textos selecionados: Eni Orlandi. Campinas, SP: 4ª ed. Pontes Editores, 2015.
- _____. As massas populares são um objeto inanimado? In: Michel Pêcheux. *Análise de Discurso: Textos selecionados: Eni Orlandi*. Campinas, SP: 4ª ed. Pontes Editores, 2015.
- _____. Metáfora e interdiscurso. In. *Análise de Discurso*. Textos selecionados: Eni Orlandi. Campinas, SP: 4ª ed. Pontes Editores, 2015.
- SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

A perspectiva intercultural no livro didático de espanhol como língua estrangeira

Mariana Assumpção da Silva¹

Introdução

Opta-se por trabalhar primeiro o que é, discursivamente, a interculturalidade, estabelecendo diferenças conceituais entre ela e o multiculturalismo. O multiculturalismo, de acordo com Silva (2016), faz com que várias culturas ocupem o mesmo local, sem haver uma interação entre elas. Isso é um tema obrigatório a ser discutido dentro da sociedade (MAINGUENEAU, 2007), encarando-o como parte constitutiva de um discurso (KRIEG-PLANQUE, 2010), e, portanto, de uma ideologia, entendendo que ela faz parte do sujeito (ALTHUSSER, 1985 [1970]).

Segundo Candau, a interculturalidade pretende pensar em “uma educação para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais” (CANDAU, 2010, p. 223), visto que, de acordo com Bosi (2008) não há cultura homogênea: as formas de viver — assim como os discursos — misturam-se em experiências que são vividas e compartilhadas pelos seres sociais. No caso da aprendizagem de uma língua estrangeira, o compartilhamento de experiências se faz cada vez mais essencial, pois, segundo Revuz (1998), adquirir uma língua estrangeira é ver o mundo a partir de outra perspectiva e tornar-se uma outra pessoa por isso, o que também traz benefícios para a construção subjetiva. Orlandi (2012, p. 6) também discute a ideia de

¹ Graduada em Letras (Português — Espanhol) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduanda em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e mestranda em Linguística pela Universidade Federal Fluminense (UFF), orientanda do prof. dr. Phellipe Marcel da Silva Esteves.

que o contato linguístico entre várias línguas vai trazendo mudanças para ambas:

Não há país que não seja multilíngue. Dito de outro modo: não há país monolíngue. Não há Estado que, embora em sua institucionalidade apresente sua ou suas línguas oficiais, nacionais, não se faça no contato com múltiplas línguas. E a língua não é una, não é uma, não é pura. É feita de falhas, de mudanças, de contatos variados. As línguas mudam, entram em contato entre si, desaparecem, se criam. Estão sempre incompletas, em movimento, assim como as identidades são um movimento na história. Não há Nação que não produza uma riqueza imensa na relação de sua(s) língua(s) e sua(s) cultura(s). Relação complexa, portanto, que não existe em linha reta, não é exata e demanda que se pense a história, a sociedade, e a política. (ORLANDI, 2012, p. 6)

Menciona-se como exemplo desse intercâmbio cultural o próprio processo de colonização vivido pelos países da América Latina: aqui, já existiam povos que se encontram com outros povos, de maneira mais ou menos violenta. Hoje, o que se tem são culturas que buscam construir suas raízes, mas que vivenciam conhecimentos construídos a partir dessa ocupação de territórios. Mariani (2004, p. 23-24) discorre sobre esse reflexo da colonização na ideologia e no discurso:

Se considerarmos o período das descobertas do novo mundo, observa-se que o discurso da História proveniente do colonizador, enraizado na ideologia do eurocentrismo, justifica e valoriza suas próprias ações visando ao povoamento e à defesa de uma terra conquistada, ao mesmo tempo em que silencia sobre as lutas pela imposição e/ou preservação das identidades. (MARIANI, 2004, p. 23-24)

Vale frisar também que, devido à forma truculenta com que se deu a colonização, os habitantes que viviam aqui foram obrigados a se calar, praticando o que Orlandi (2007, p. 101) chama de “silêncio da opressão”. Atualmente, é possível analisar discursivamente esse silêncio como o que a autora também chama de Discurso da Resistência. Orlandi (2007 [1992], p. 57) completa

também que “o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil”.

A consequência da colonização, além de se materializar no discurso e na ideologia, também ganha forma nos livros didáticos, onde, na maioria das obras, aparecem muitas referências linguísticas e culturais oriundas da Espanha, país colonizador da maior parte dos países da América Latina que possui o Espanhol como língua oficial, numa relação polêmica, confusa e extremamente oscilante com outras línguas desse Estado-nação. A preocupação, em muitos livros didáticos, é que a interculturalidade se faça presente nas aulas, sobretudo nas de língua estrangeira, estando de acordo com o que propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais e com o que discute a estudiosa Edleise Mendes:

No ensino-aprendizagem de línguas, o sentido que atribuo ao termo intercultural é o de um esforço, uma ação integradora, capaz de suscitar comportamentos e atitudes comprometidos com princípios orientados para o respeito ao outro, às diferenças, à diversidade cultural que caracteriza todo processo de ensino-aprendizagem, seja ele de línguas ou de qualquer outro conteúdo escolar. É o esforço para a busca da interação, da integração e da cooperação entre os indivíduos de diferentes referências culturais. (MENDES, 2012, p. 360)

Considerando o cotidiano escolar e a própria interculturalidade como atos políticos (além de serem também historicizados como ideias linguísticas e/ou pedagógicas), pode-se afirmar que a língua é atravessada pelo aspecto político, já que ela constitui a interação entre sujeitos que estão inseridos em uma sociedade, em uma história e em um contexto de vida, como ressalta Orlandi (2007).

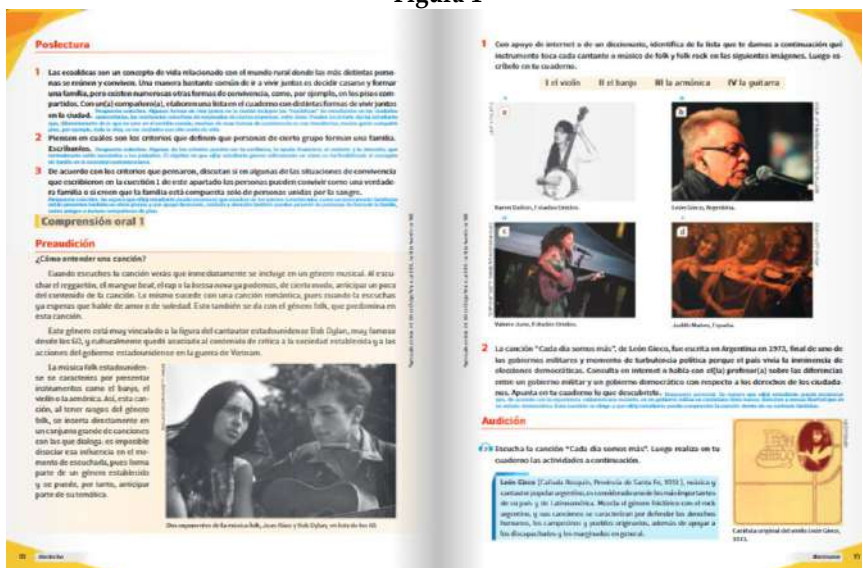
Desenvolvimento

A coleção *Confluencia*, como já foi dito anteriormente, é um conjunto de obras didáticas que integrou o Programa Nacional do Livro Didático de 2018, ou seja, é a escolha mais recente e foi um

dos livros mais vendidos, de acordo com os dados fornecidos pelo Portal da Transparência, acessado no dia 02 de outubro de 2021.

Foi publicado pela Editora Moderna e escrito por uma equipe de professores composta por Paulo Pinheiro-Correa e Xoán Carlos Lagares. Destinado para turmas dos três anos de Ensino Médio, o livro conta com quatro unidades, sendo uma para cada bimestre do ano letivo. Dentro das unidades, o ensino de espanhol se divide, de acordo com o desenvolvimento do que é convencionalmente chamado de quatro habilidades linguísticas: compreensão auditiva e leitora, produção escrita e oral, que se apresentam na obra da seguinte maneira: *apertura de la unidad, para entrar en materia* (com textos e compreensão oral), *para investigar el género, para pensar y debatir, para escribir, para movilizar mi entorno, autoevaluación, para disfrutar e comentario lingüístico*. A lição começa com perguntas sobre um grande tema e perpassa essas habilidades linguísticas, culminando sempre em alguma produção realizada pelos alunos, o que Solé (1998) chama de pós-leitura. Isso é visto na figura à frente e reproduzido no livro, valorizando a realização de tarefas e a integração dos saberes adquiridos pelos estudantes.

Figura 1



Páginas 18 e 19 do Livro *Confluencia* de PINHEIRO-CORREA et al (2016)

A figura 1 ilustra uma parte da primeira lição. Aqui, é possível destacar, como primeiro ponto a ser discutido, os comandos das questões. Elas não suscitam algum trabalho realizado pelo ensino instrumental da língua, ou seja, os alunos são estimulados a produzirem textos em espanhol sempre. Além disso, as perguntas privilegiam o *tuteo* como forma de tratamento equivalente à segunda pessoa do singular. Pode-se dizer que, por meio do uso do pronome de segunda pessoa do singular (tú), e conseqüentemente, pela conjugação dos verbos nessa pessoa, há uma tentativa de se aproximar do público-alvo desse material didático, visto que esse uso pronominal é feito em contextos informais em alguns países que possuem o Espanhol como língua oficial, conforme estuda Andru Shively (2015).

Há, também, presença de elementos culturais latino-americanos nas questões propostas no livro, o que engrandece o repertório de conhecimento dos alunos. Os Estados Unidos são representados por cantoras nativas desse país, e talvez isso se dê pela relevância que os Estados Unidos possuem para os países

latino-americanos. Esse país é o principal destino de pessoas latino-americanas que buscam por melhores condições de vida.

Figura 2



Página 23 do Livro *Confluencia* de PINHEIRO-CORREA et al (2016)

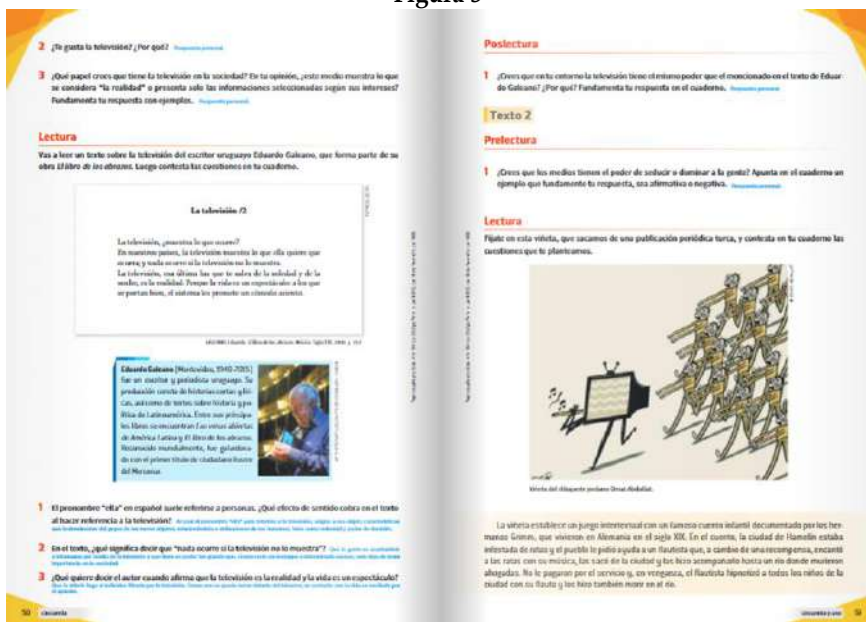
Na figura 2, é perceptível como funciona o trabalho sobre gêneros textuais proposto pelo livro didático estudado. Há uma variedade de textos, nos seus mais diferentes gêneros e tipos, nesse sentido, permitindo os estudantes conhecerem os gêneros circulantes na sociedade, como propõem os documentos direcionadores da Educação brasileira. O livro se inscreve naquilo que Vera Lúcia de

Albuquerque Sant'Anna e Del Carmen Daher chamam de responsabilidade para contribuir com o ensino de língua:

Na mesma direção, situamos o livro como objeto ético que deve assumir suas responsabilidades ao indagarmos se o LD contribui para a apreensão das relações que se estabelecem entre a língua estrangeira e suas funções socioculturais. Isto porque é da natureza da língua ser constituída “na” e constituir “a” relação entre as pessoas: a descrição teórica dos elementos que compõem a língua não é a língua em interação. Portanto, o sociocultural é o atributo principal que determina o modo pelo qual a língua estrangeira deve ser apresentada pelo LD. (DAHER; SANTANA, 2016, p. 14)

Na página 23, escolheu-se abordar cartazes de campanhas publicitárias, de anúncios e de movimentos sociais. Esses últimos podem ser remetidos à resistência mencionada por Pêcheux (1990) como uma falha no ritual de linguagem, visto que pensar neste ritual é encarar a resistência como algo positivo — segundo Leandro Ferreira (2000, p. 24) —, ou seja, como um portal de mudanças para a sociedade, e não como uma guerra ou afrontamento.

Figura 3



Páginas 50 e 51 do Livro *Confluencia* de páginas 50 e 51 de PINHEIRO-CORREA et al (2016)

Um aspecto igualmente interessante do livro didático analisado é que ele fomenta o consumo de arte, ou seja, em cada unidade há referências artísticas das mais diferentes modalidades como artes visuais e literatura. Na figura 3 (página 50), pode-se observar que há um texto de Eduardo Galeano, importante escritor e jornalista uruguaio.

O letramento literário, enquanto prática, representa uma oportunidade que o leitor possui de enxergar a vida sob uma outra perspectiva, como discute Cosson (2006). Ou seja, a presença de Galeano no livro didático é capaz de estimular a leitura e a inserção dos estudantes em temas sociais presentes nas obras literárias, como feminismo, questões sociais e étnico-raciais que fazem parte dos sujeitos e, portanto, da sociedade. Por isso, é tão fundamental que os discentes acessem textos autênticos.

Na mesma figura (página 51), existe uma charge de um jornal turco sobre o poder das mídias e da imprensa, seguindo o grande

tema abordado na unidade. Novamente, a interculturalidade se produz como prática integradora: um livro de espanhol que aborda tantos pontos da cultura hispana e tenta contemplar os 22 países do mundo que têm a língua espanhola como língua oficial traz também um texto não-verbal turco.

Conclusão

O trabalho ainda está em andamento e tem como objetivo analisar a perspectiva intercultural como uma ideia linguística e como ela é apresentada no livro didático, em suas unidades e textos escolhidos para o trabalho e desempenho no desenvolvimento linguístico dos estudantes. Neste artigo, então, pretende-se apenas dar a ver parte da pesquisa.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1970].
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa popular*. 12. ed. São Paulo: Vozes, 2008.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, diversidade cultura e educação: a tensão entre igualdade a diferença. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves (organizadoras) *Direitos humanos na educação superior: subsídios para educação em direitos humanos na Pedagogia*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. p. 205-227.
- COSSON, R. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DAHER, D. C.; SANT'ANNA, V. Avaliação do livro didático de língua estrangeira: em busca de um objeto ético. In: BARROS, C. COSTA, E. e GALVÃO, J. (Orgs). *Dez anos da "Lei do Espanhol"* (2005-2015). Belo Horizonte, 2016.

- EDITORA MODERNA. Confluencia. Editora Moderna – Espanhol, 2018. Disponível em: <<https://pnld2018.moderna.com.br/-/confluencia?disciplina=Espanhol>>. Acesso em: 14 junho 2021.
- LEANDRO FERREIRA, M. C. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- KRIEG-PLANQUE. *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar, 2007 [1984]
- MARIANI, Bethânia. *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes Editores, 2004.
- MENDES, E. (2012). Aprender a ser e a viver com o outro: materiais didáticos interculturais para o ensino de português LE/L2. In: SCHEYERL, D & SIQUEIRA, S. (eds). *Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: Contestações e Proposições* 355-378. Salvador: EDUFBA.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio*. Campinas: Unicamp, 2007 [1992]
- _____. (org). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012^a
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].
- _____, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, p. 724, jul./dez. 1990.
- REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998. p. 213-230.
- SHIVELY, Andru. *Voseo, tuteo y ustedeo en el español uruguayo: Uso, variación pragmática y cambios generacionales*. IULC Working Papers 15.1 (2015).
- SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, D.B. Dizer na cultura para dizer da diferença: o discurso da diversidade no discurso da política no Brasil. Diss. Universidade Federal Fluminense, 2016.

<http://www.portaltransparencia.gov.br/>, acesso no dia 2 de outubro de 2021.

A linguagem do trigésimo oitavo presidente em cena: notas sobre falas públicas oficiais

Rudá da Costa Perini¹

Introdução

Com este texto, pretendo, em linhas gerais, apresentar um recorte do que tenho desenvolvido em minha tese de doutoramento, na qual analiso falas oficiais do trigésimo oitavo presidente brasileiro. O foco aqui, portanto, incide em duas falas públicas oficiais pronunciadas nos primeiros meses de governo.

Um conceito caro à análise que empreendo é o de condições de produção (PÊCHEUX, [1969] 2014; PÊCHEUX, [1975] 2014; COURTINE [1981] 2014; ORLANDI, 2017), haja vista que os discursos são produzidos necessariamente em certas condições históricas e ideológicas, em dada formação social, em determinado estado da luta de classes.

Nessa visada, busco compreender que saberes e que efeitos de sentidos vêm sendo institucionalizados por meio do discurso presidencial, considerando o que Piovezani e Gentile (2020) e Indursky (2020) têm chamado de *língua fascista*. Isto é, as análises que tenho feito são permeadas pelo pressuposto de que os discursos presidenciais atualizam elementos de discursos fascistas, produzindo um saber fascista outro, já são outras as condições de produção, a conjuntura social, política e ideológica brasileira.

¹ Mestre em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (PosLing UFF), sob orientação da profa. dra. Vanise Gomes de Medeiros com pesquisa financiada por bolsa CAPES. Atualmente, cursa doutorado em Estudos de Linguagem na mesma instituição sob orientação da profa. dra. Vanise Gomes de Medeiros com pesquisa financiada por bolsa CAPES.

Portanto, meu objeto é o discurso presidencial oficial. A adjetivação “presidencial oficial” pode soar redundante à primeira vista, mas faz-se necessária em tempos de presidente tagarela, que fala do lugar institucional, mas fala (muito mais, o que pode ser lido como sintoma) em suas *lives* e postagens regulares no *Facebook*, em tuítes quase diários, em não raras participações em programas de rádio ou televisão alinhados ao governo, em eventos extraoficiais e em conversas com apoiadores no famigerado “cercadinho”. Tenho pensado que essa tagarelice embaça, assim, a fronteira entre o lugar institucional e o ordinário, não como simples efeito do acaso, mas como um projeto autoritário de poder que, primeiro pela linguagem, se propõe a erodir os alicerces das instituições democráticas.

Corpus discursivo

O que tomo como material de análise em meio a esse falatório irrefreável são particularmente as falas proferidas em eventos oficiais, solenidades e em pronunciamentos.

A fim de sistematizar o material, visando à construção de um *corpus* discursivo, recorri aos seguintes procedimentos metodológicos: começando pelo arquivo institucional de discursos e pronunciamentos presidenciais, disponível no site do Governo Federal (<https://www.gov.br/planalto/pt-br>), realizei um primeiro levantamento de falas oficiais, por título, no período de 2019 a 2020, recorte temporal que julgamos suficiente; em seguida, por meio do trabalho de dessuperficialização (ORLANDI, 2012) dos títulos dessas falas, apreendi algumas regularidades. A partir desse levantamento, os títulos foram mapeados e dispostos em série, o que viabilizou estruturar seis eixos do discurso presidencial oficial. Os eixos foram nomeados da seguinte maneira: 1. Povo em cena; 2. Militares em cena; 3. Bíblia em cena; 4. Agro em cena; 5. Leis armamentistas em cena; 6. Pandemia em cena. Delineado o mapeamento, produzi seis quadros agrupando esses títulos nos respectivos eixos. Esses títulos remetem a cerimônias e eventos

solenes registrados em vídeo, encontrados nos canais do governo na plataforma *YouTube*, a saber: *Planalto* e *TvBrasilGov*. O processo pode ser ilustrado da seguinte maneira:



Fonte: autoria própria

A análise dos vídeos, no batimento com a análise dos textos transcritos, viabiliza um olhar mais apurado para condições de produção em que as falas foram produzidas, tendo em vista que tais condições ficam, de certa forma, opacizadas quando olhamos apenas para o arquivo institucional de discursos e pronunciamentos.

Assim, para meu *corpus* coloco questões como: em que conjunturas enunciativas fala o sujeito-presidente? Para quem fala? Quando fala? O que, pelo discurso, faz saber e faz calar suas falas?

Discursos presidenciais: militares em cena

No trabalho em tela, trago uma análise de materialidades que se inscrevem no eixo que denominei de *militares em cena*. Assim, tenho tentando compreender que processos discursivos comparecem nas interlocuções entre sujeito-presidente e sujeitos ou instituições militares.

A relação entre esses vem de longa data. O sujeito-presidente, ex-militar, capitão reformado do Exército Brasileiro, entra para a

vida política erigindo a bandeira dos direitos dos militares. Quando eleito presidente, não tardou a incorporar gradativamente cada vez mais militares em cargos no governo, a começar pelo cargo de vice-presidente concedido ao general Amilton Mourão.

Desde o golpe de 2016, o contingente de militares ocupando o governo nunca cresceu tanto em tão pouco tempo. Entre março de 2016 e março de 2020, de acordo com Santos (2020), que retoma um relatório publicado pelo TCU, houve crescimento de 108,22% no contingente.

Na leitura do conjunto de títulos das falas públicas oficiais proferidas pelo sujeito-presidente, como disponível no arquivo institucional do governo, salta aos olhos a quantidade de vezes em que falou aos militares.

Entre tantas falas, analiso aqui dois vídeos: cerimônia de transmissão do cargo de Ministro da Defesa, ocorrida em 02/01/2019; cerimônia de cumprimentos aos Oficiais-Generais recém-promovidos, ocorrida em 05/04/2019. Destaco, pois, alguns funcionamentos.

Em primeiro lugar, destaco o funcionamento de dizeres e gestos que apontam para uma relação de intimidade, amizade, cumplicidade entre o sujeito-presidente e os militares. Vejamos 3 recortes.

Recorte 1





Fonte: TVBRASILGOV (2019a, 41min 32seg)

Recorte 2

Meu muito obrigado, comandante Villas Bôas. O que nós já conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por estar aqui. Muito obrigado, mais uma vez.

Fonte: TVBRASILGOV (2019a, 42min 05seg)

Recorte 3

Mas o momento hoje é para saudar a chegada de um sangue novo na Defesa, o general Fernando, meu colega contemporâneo da Academia Militar das Agulhas Negras, que pega, obviamente, o Ministério da Defesa mais do que bem arrumado pelo Silva e Luna, um excelente homem, que pretendo, sim, se for interesse dele, aproveitar em nosso governo. Ele não vai botar o pijama, não. Tenha certeza disso.

Fonte: TVBRASILGOV (2019a, 47min 58seg)

No recorte 1, vê-se sujeito-presidente abraçando prolongadamente o general Villas Bôas, então comandante geral do Exército. Em seguida, em recorte 2, ao tomar a palavra, se reporta a ele como “um dos responsáveis por estar aqui”, o que pode ser interpretado como “um dos responsáveis por chegar à presidência”. Chama a atenção o modo como o discurso presidencial inscreve sentidos de cumplicidade e confidencialidade em “O que nós já conversamos morrerá entre nós”.

Vale abrir um parêntese para sublinhar que Villas Bôas esteve envolvido em um caso de ampla repercussão em 2018, ao publicar um tuíte em tom de ameaça ao STF na véspera do julgamento sobre a liberdade do ex-presidente Lula, no âmbito da operação Lava Jato. O caso veio novamente à tona quando no início de 2021, no livro “General Villas Bôas: conversa com o comandante”,

organizado por Celso Castro, o general reformado confessa que esse e outros tuítes foram produzidos em coautoria com outros militares do alto escalão do Exército. O tuíte em questão dizia: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais.”² Fecho parêntese.

No recorte 3, os sentidos de intimidade e amizade aparecem no emprego de um registro mais informal, rompendo com o ritual solene que dá forma à cerimônia, o que se marca em: “chegada de um sangue novo na Defesa”, “Ele não vai botar o pijama, não”.

Assim, o rito cerimonial reveste-se com ares de informalidade, sugerindo uma espécie de encontro informal entre amigos confidentes.

O segundo funcionamento a destacar está em enunciados que apontam para o sentido de pertencimento do sujeito-presidente à instituição militar, apesar de não ocupar mais seu antigo posto. Vejamos os recortes 4 e 5.

Recorte 4

*Depois **tivemos** o senhor Fernando Collor de Mello. Eu não posso deixar de citar a Lei Delegada nº 12, onde Vossa Excelência conseguiu e, por intermédio dela, **reestruturou a nossa carreira**, criando a gratificação de atividade militar. Muito obrigado pelo reconhecimento.*

Fonte: TVBRASILGOV (2019a, 43min 42seg).

Recorte 5

*Prezado Fernando, mais antigo do que eu um ano, mas como **eu sou artilheiro** e ele é infante, **a gente empata aqui a hierarquia**.*

Fonte: TVBRASILGOV (2019b, 05min 57seg).

Em recorte 4, comparece o emprego da primeira pessoa do plural (nós) em “reestruturou nossa carreira” que, na enunciação,

² Disponível em: https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336. Acessado em: 28 out. 2021.

faz com o que sujeito-presidente se inclua, paradoxalmente, na corporação militar. Em recorte 5, na cerimônia de cumprimentos aos Oficiais-Generais recém-promovidos, fala perpassada de nostalgia dos tempos de exercício militar, o emprego da primeira pessoa em “eu sou artilheiro” e “a gente empata aqui em hierarquia” sustenta esse efeito de um “nós = sujeito-presidente + militares”. Assim, no jogo de formações imaginárias, vai se construindo a imagem de um sujeito do discurso, ao mesmo tempo, amigo íntimo e parte das Forças Armadas. Um conjunto de práticas discursivas e gestos aponta para esse processo de constituição de uma posição-sujeito, contraditoriamente, não mais e, ao mesmo tempo, militar. A posição sujeito que vai se construindo no fio do discurso funde o lugar institucional militar com o lugar institucional político de presidente. Logo, interpreto que aí se produz uma autoimagem de um sujeito-presidente-militar.

Recorte 6

O tempo passou, as nossas Forças Armadas sofreram um brutal desgaste perante a classe política, mas não junto ao povo brasileiro, que continuou acreditando em nós. E as Forças Armadas sempre refutaram a citação de sociedade civil, que somos uma sociedade só.

Fonte: TVBRASILGOV (2019a, 45min).

Ainda sobre o funcionamento desse “nós” inclusivo, convém ressaltar que ele comparece em muitas formulações componentes da materialidade em análise, configurando-se assim como uma regularidade no processo de construção da autoimagem sujeito-presidente-militar. Retomando a cerimônia de transmissão de cargo ao Ministro da Defesa, no recorte 6, vemos que o “nós” comparece na formulação “O tempo passou, as nossas Forças Armadas sofreram um brutal desgaste perante a classe política, mas não junto ao povo brasileiro, que continuou acreditando em **nós**”. Nesse recorte, interpreto dois outros funcionamentos. Ao evocar o discurso outro, da instituição Forças Armadas, que “refutaram a citação de sociedade civil”, afirma-se um sentido de unidade em “somos uma sociedade só”. Ou seja, o “nós” inclusivo expande-se para incluir também “sociedade civil”, pois nessa

discursividade a divisão militares/sociedade civil é interdita pelo discurso militar citado no discurso presidencial. O sintagma “povo brasileiro” funciona aí como pré-construído (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 89), como algo já sabido por todos, produzindo o efeito de massa homogênea. Assim, materializa-se o efeito de que as Forças Armadas gozam de apoio popular. Esse efeito se sustenta no discurso presidencial:

Recorte 7

[...] instituições [Forças Armadas] que eu tenho o prazer de anunciar, neste momento, em recente pesquisa da XP, como em primeiro lugar com 66% de aprovação popular, e também dizer que a Presidência da República está em quarto lugar com 45%.

Fonte: TVBRASILGOV (2019b, 03min 50seg).

No recorte 7, por meio do efeito de evidência que recobre os números de uma pesquisa, vai se sustentando que as Forças Armadas é a instituição com maior aprovação popular ao passo que a Presidência da República seria a quarta mais aprovada. No não dito, entretanto, a aprovação popular imaginária das Forças Armadas se transmite à presidência por meio da projeção de uma autoimagem sujeito-presidente-militar, ficando imbricados, assim, os lugares da instituição militar e da instituição política. Esse funcionamento fica esquematizado assim:



Fonte: autoria própria

Tais processos discursivos me levam a interpretar que na língua do trigésimo oitavo presidente, a significação desse imbricamento institucional vai se constituindo como algo positivo, até bem-vindo, e não como uma violação constitucional, como um modo de organização política que fere princípios democráticos.

Para, por ora, concluir

Então, para fechar, interpreto que esses e outros funcionamentos são sintomáticos de certas condições de produção que favorecem a reentrada dos militares na política, o que, no discurso presidencial, se marca nos sentidos de cumplicidade, confidencialidade e amizade; no funcionamento de um “nós” inclusivo (“nós = sujeito-presidente + militares”) e na constituição de uma posição-sujeito-presidente-militar. Se alinhamos essa leitura, esses funcionamentos discursivos, ao fato de que tem crescido o contingente de militares ocupando cargos civis no

governo, como mostra Santos (2020) ao se referir a publicação de um relatório do TCU, somos levados a interpretar que está em curso, para dizer o mínimo, um agravamento da militarização do espaço político.

Referências

- COURTINE, J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. [1981]. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- INDURSKY, F. *O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil*. Revista da ABRALIN, v. XIX, n. 3, p. 365-388, 2020.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6 ed. Campinas: Pontes, 2011.
- _____. *Análise de discurso princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes Editores, 2012.
- _____. *Análise de Discurso*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. *Discurso e Textualidade*. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- PÊCHEUX, M. *Análise automática do Discurso (AAD-69)*. [1969]. In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- _____.; FUCHS, C. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)*. [1975]. In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- _____. *Ler o arquivo hoje*. [1982]. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014, p. 57-68.
- PIOVEZANI, C; GENTILE, E. *A linguagem fascista*. 1 ed. São Paulo: Hedra, 2020.
- SANTOS, Rafa. *Mais de 6 mil militares já exercem funções civis no governo federal, diz TCU*. *Consultor Jurídico*. 17 jul. 2020.

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SANTOS, R. Mais de 6 mil militares já exercem funções civis no governo federal, diz TCU. *Consultor Jurídico*. 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal>. Acesso em: 14 jul. 2021.

TV BRASILGOV. *Cerimônia de transmissão de cargo ao Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo*. Vídeo. [ONLINE]. 2019a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bMmGd3HdHTY&t=407s>. Acesso em: 03 ago. 2021.

TV BRASILGOV. *Agenda do Presidente — 05/04/2019*. Vídeo. [ONLINE]. 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dOXCxPahoac>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Pseudodemocracia e sua constituição pelo poder da linguagem

Shayane França Lopes¹

E tudo se fez pela linguagem, e tudo se faz pela linguagem. Assim como também se desfez e se desfaz pela linguagem. Manipula-se o dito e transforma-o em não-dito, o não-dito ganha destaque quando é posto em evidência pelo olhar daquele que o tira do espaço de silenciamento. E assim a vida se constrói em todas as suas vertentes, indissociavelmente, tais como vertentes sociais, ideológicas, históricas, religiosas, filosóficas, acadêmicas, profissionais, familiares, relacionais, em espaços de hierarquia e fora desses espaços, de forma democrática, pseudodemocrática ou antidemocrática. Nossa compreensão acerca de democracia se alinha à de Rancière, para quem “[a] democracia nunca se identifica com uma forma jurídico-política. Isso não quer dizer que lhe seja indiferente. Isso quer dizer que o poder do povo está sempre aquém e além dessas formas” (RANCIÈRE, 2014, p. 71-72).

O ensino em tempo integral, as avaliações externas de aprendizagem e a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) são algumas representações ditas democráticas que se sustentam por, pelo menos, dois motivos: interesse de quem tem o poder para fazer essas determinações e um Estado Democrático de Direito roto em que se mostra apenas o que se quer valorizar para, assim, conquistar um mínimo de adesão visando justificar essas práticas.

Um grande paradoxo da educação brasileira — campo de grande disputa e pouco consenso — é a BNCC, documento que autoriza intervenções e materializa o livre acesso do mercado à educação pública. Diante dessa afirmação, buscamos compreender

¹ Cursando doutorado, orientada pela profa. dra. Del Carmen Daher.

como, discursivamente, os segmentos privatistas alheios às práticas de formação e à atuação no âmbito escolar das redes públicas de ensino vêm ocupando espaços de fala dos efetivos profissionais do campo da educação. Tendo como propósito vir a contribuir para a ampliação das problematizações que estão em embate no âmbito da Educação Básica, particularmente no Ensino Médio, o objetivo geral da pesquisa que conduz à busca por responder essa questão se concentra em identificar, pelo viés da análise cartográfica do discurso, características discursivas comuns em enunciados relativos à educação, sobretudo pública, produzidos especialmente por três representantes dos segmentos privatistas: Movimento pela Base (doravante MPB), Todos Pela Educação (doravante TPE) e Fundação Lemann (doravante FL). Dois densos objetivos específicos foram definidos: mapear as práticas institucionais que sustentam os discursos dos segmentos privatistas visando à apropriação de efeitos de verdade; desnaturalizar, por meio das análises linguístico-discursivas, as verdades constituídas pelos segmentos privatistas sobre a educação pública brasileira.

O curto período de cinco meses em que a Medida Provisória nº 746, conhecida como MP da Reforma do Ensino Médio, foi convertida na Lei 13.415/2017 fez com que muitos olhares se lançassem sobre a imposição. Por meio da Lei, legitimava-se a Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio (doravante BNCC-EM) que, à época, ainda não estava pronta. Essa legitimação se deu por meio da linguagem, no momento em que se referia ao documento BNCC-EM antes da sua existência.

A proposta deste texto é tornar evidentes e públicos os impactos que se materializam na educação, a partir de interferências, constituídas pela linguagem verbal, provenientes de decisões tomadas por pessoas alheias à área educacional.

A discussão teórica se apoia na concepção da Linguística Aplicada de vertente discursiva, tendo como base preceitos da Análise do Discurso (AD), tais como discurso (MAINGUENEAU, 2008), interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008), interincompreensão (MAINGUENEAU, 1997, 2008; DEUSDARÁ; ROCHA, 2021), prática

discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008; FOUCAULT, 2009; DEUSDARÁ; ROCHA, 2021) e, no campo dos estudos da cartografia social, os conceitos de rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995) e de cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 1995; PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010; SOUZA, 2019; DEUSDARÁ; ROCHA, 2021).

A grande contribuição da Linguística Aplicada para esta pesquisa consiste na sua interface entre o linguístico-discursivo e o social, transitando entre as áreas humanas e as áreas sociais — uma relação fundamental considerando que é via linguagem que o social vai sendo construído, já que tudo o que se diz sobre o social se diz pela linguagem.

Esta pesquisa se apoia em uma perspectiva teórica rizomática, o que quer dizer que nos opomos à ideia de que há um núcleo no qual o conhecimento habita e se manifesta de forma hierarquizada. Nossa compreensão se dá a partir das ideias de Deleuze e Guattari (1995, p. 15) para quem o conhecimento se refere “a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas”. A natureza cartográfica do rizoma nos coloca de frente a inúmeras possibilidades de conexões entre os diversos sujeitos, instituições e posicionamentos sem ser mediadas por um ponto central, podendo estabelecer vínculos imprevisíveis, uma vez que sempre haverá diversos pontos de entrada e de saída neste mapa. E, por ser da ordem do mapa, o rizoma pode ser constantemente construído, desmontado, reconectado.

Quanto à metodologia, recorremos a Daher; Vargens e Giorgi (2021, p. 10-11) para fundamentar a escolha metodológica por um não-método, tendo em vista a AD em que nos inscrevemos, que é incompatível com um modo preestabelecido de fazer pesquisa:

[...] estamos abertos a não-métodos [...], a novas perspectivas teóricas e metodológicas que permitam dar conta da complexidade do cotidiano contemporâneo, à heterogeneidade do sujeito social, a novos modos de subjetivação. Intentamos [...] não buscar interpretações evidentes, desacreditar em um sentido oculto de verdades à espera de serem desveladas, afastarmo-nos da estabilidade do pré-concebido. A pretensão,

assim, é vir a contribuir com a demanda por um novo modo de entender um sujeito que não é pré-linguístico, e sim constituído em meio a questões históricas, relações de poder e saber. Tais reflexões se afastam de propostas vistas, por alguns pesquisadores, como acadêmicas e se aproximam de questões éticas, com um modo de agir no mundo.

A ruptura com métodos pré-determinados se alinha a questões éticas, sociais e políticas e busca tanto dar-lhes visibilidade quanto promover um engajamento, traçando possibilidades de atuação no social, tendo no uso da linguagem uma forma de intervenção. Por esse viés, é possível entender que a produção do conhecimento é inerente ao ser social, por intermédio da linguagem, que permeia a vida, a sociedade e as ações. Com base em Deusdará e Rocha (2021), compreendemos que alguns procedimentos são necessários para se caminhar na direção de passos metodológicos de uma pesquisa sob a perspectiva cartográfica a partir de um corpús, tais como a relação entre formação do pesquisador e do cidadão, que é indissociável do procedimento de pesquisa, tendo em vista que a busca é por cartografar o real, e não representações. A isso está intrínseco o trabalho com as instituições em articulação com uma abordagem do plano enunciativo. Por isso é tão importante que o pesquisador se deixe afetar por questões relevantes do ponto de vista social em vez de simular uma pesquisa. A linguagem, concebida como uma forma de intervenção, permite uma interferência na realidade, o que imprime ainda mais relevância às implicações.

A partir da fundamentação teórica apresentada, a proposta é analisar discursivamente, por meio das categorias do não-dito (FOUCAULT, 2008) — sob a base da prática discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008; FOUCAULT, 2009; DEUSDARÁ; ROCHA, 2021), que nos permite ir além da materialidade linguística —, do discurso relatado (MAINGUENEAU, 2011) e da semântica global (MAINGUENEAU, 2008), enunciados sobre educação proferidos por três atores distantes do chão da escola: MPB, TPE e FL. Em virtude de os enunciados sobre educação serem de extensão inapreensível, decidiu-se por fazer um recorte com base em enunciados acerca da BNCC-EM sendo, para esta

publicação, considerados apenas um de cada enunciador institucional representante dos três segmentos privatistas mencionados anteriormente: Documento Conceito: Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum (MOVIMENTO PELA BASE, 2015); IDEB 2017: O que podemos aprender, mesmo (quase) sem novidades (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018); Debater a BNCC do Ensino Médio é uma oportunidade de mudança (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018). A partir desses enunciados buscou-se compreender relações de interesse que se dão entre público e privado na educação brasileira dita democrática.

Recorremos à noção de semântica global, partindo da teoria exposta por Maingueneau (2008), uma vez que esse conceito viabiliza uma análise do discurso por meio de instrumentos linguísticos e históricos que nos permitem compreender o discurso em sua integralidade linguístico-histórica. De acordo com o funcionamento do sistema de coerções, não faz sentido considerar os planos isoladamente ou de maneira hierarquizada, uma vez que sua ação pode ser detectada em qualquer ponto do texto. A especificidade de um discurso não se define por seus enunciadores, vocabulário, temas, cena, cronologia etc., mas por seu posicionamento discursivo. Por essa razão, o discurso assim concebido é apreendido não “privilegiando esse ou aquele dentre seus ‘planos’, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 75).

Os planos são, portanto, instâncias discursivas que se imbricam nos textos, sendo impossível isolá-los, a não ser como ponto inicial de uma observação que remeterá, sempre, a uma semântica global, reiterada nas outras instâncias. Para o autor, não há que se separar o essencial do superficial, mas, ao contrário, a significância discursiva precisa ser considerada em seu conjunto: “Não pode haver fundo, ‘arquitetura’ do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões” (MAINGUENEAU, 2008, p. 76). Por isso a ideia de planos, como se um ficasse entremeado, integrado ao outro, sem que haja uma relação hierárquica entre eles. A não

hierarquização dos planos da semântica global converge para o conceito de prática discursiva, garantindo

[...] a indissociabilidade entre os textos e seus ambientes de ocorrência: a produção de textos é acompanhada da produção de um espaço que lhes será compatível (espaço esse que se apreende no tipo de sociabilidade instituída entre os coenunciadores) e, de forma análoga, a produção de uma dada forma de sociabilidade sempre estará ancorada em textos que lhe trarão concretude (AGUIAR; ROCHA, 2015, p. 65).

Desse modo, todos os planos do discurso estão submetidos ao mesmo sistema de restrições globais, funcionando como um filtro que determina os critérios que, em uma FD específica, identificam o que é autorizado ou não para ser enunciado do interior daquela formação. A noção de semântica global é capaz de explicar esse funcionamento harmonioso que percorre o *cópus*, visto que todos os planos do discurso são regrados por um sistema de restrições. Disso decorre uma análise integrada e global, e não em etapas hierarquizadas. O universo de sentido propiciado pelo discurso é construído não só pelo que se enuncia, mas também pelo modo como se enuncia. Assim, é possível compreender como os sistemas de restrições semânticas promovem os sentidos de um discurso, que se dão pelo que é dito e também pelos não-ditos.

Ao optar-se por dizer algo, opta-se igualmente por muitos não dizeres e há um sentido nessas escolhas. Uma formulação visível pode estar associada a outra não dita que a orienta. E, assim, as coisas ditas dizem por elas mesmas e muito mais, pois o não-dito se encontra no dito. Foucault (2008, p. 125) alerta que “O enunciado não é assombrado pela presença secreta do não-dito, das significações ocultas, das repressões; ao contrário, a maneira pela qual os elementos ocultos funcionam e podem ser restituídos depende da própria modalidade enunciativa.” O que não é dito ou o que é silenciado constitui o sentido fundamental em alguns enunciados. Entre o dizer e o não dizer, constrói-se uma significação com efeitos de sentido que transitam entre o que se quer dizer e o que não se quer dizer.

Feitos alguns esclarecimentos e tendo em vista as necessárias limitações desta publicação, selecionamos apenas algumas análises a partir da categoria dos não-ditos.

Tendo como ponto de partida o enunciado “Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum”, o enunciador MPB busca dar como evidência uma base nacional comum que ainda não existe em 2015, data do Documento Conceito. A estratégia de falar de algo que ainda não existe como se já existisse é utilizada também na Lei 13.415/2017 que cita a Base Nacional Comum Curricular treze vezes, sem que, no entanto, a BNCC-EM estivesse pronta. A Lei, nesse aspecto, funciona como um legitimador da BNCC-EM que só seria homologada aproximadamente dois anos depois.

Uma das estratégias linguístico-discursivas para se construir consenso é a citação, que exerce um papel crucial ao inserir no texto falas que são tomadas como argumentos de autoridade. Além da citação, outras estratégias contribuem para a construção de consenso, tais como autoverdade que, segundo Brum (2018), diz respeito a uma verdade autoproclamada, cujo valor localiza-se no ato de dizer e não no conteúdo. A autoverdade se manifesta, entre outras formas, pelo plano da intertextualidade, por meio do discurso relatado. Citar a Constituição Federal e a Lei 12.796/2013, que altera a LDB, permite ao Documento Conceito construir visibilidades sobre a necessidade da BNCC por meio da linguagem, recorrendo ao discurso relatado marcadamente entre aspas. Para dar evidência à base que ainda não existe em 2015, o enunciador MPB, ao afirmar que é preciso ter uma Base Nacional Comum (com letra maiúscula) como “expressamente exigido pela Constituição Federal no artigo 210”, marca no enunciado a exigência estipulada pela Constituição Federal (CF) no que diz respeito a ter uma Base Nacional Comum, e o modalizador “expressamente” enfatiza esse sentido. Segue o fragmento:

No entanto, os currículos de todas as escolas, sejam elas quais forem, naquilo que se refere ao que deve ser ensinado, *precisam* ter uma Base Nacional Comum, como expressamente exigido pela Constituição Federal no artigo 210 que diz “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental,

de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, ou como definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), que em seu artigo 26 explicita que “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio *devem* ter Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)” (MOVIMENTO PELA BASE, 2015, grifos nossos)

Ao ler o artigo 210 da CF, não há informações por meio das quais se possa afirmar que a Base Nacional Comum seja uma exigência do texto constitucional. A articulação linguística é feita de modo que o texto da Constituição se mistura ao texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), uma vez que as aspas da citação referente à CF não são fechadas e essa citação é englobada na citação da LDB, que é transcrita alterando-se as letras iniciais das palavras “base”, “nacional”, “comum”, escritas no texto fonte com iniciais minúsculas. Embora a citação devesse ser fiel ao texto citado — justamente por ser uma citação e por estar entre aspas, o que pressupõe a intenção de citar o texto literal sem paráfrases ou alterações —, o enunciador institucional modifica a fonte legal, transformando um substantivo comum em substantivo próprio.

No campo do discurso, nossa compreensão se alinha à de Maingueneau (2011, p. 185), para quem o nome próprio se refere “a um objeto particular presumidamente já identificado pelo coenunciador”. Buscando, assim, criar a sensação de que o coenunciador, por já ter um conhecimento prévio acerca da b(B)ase, seu surgimento não causa surpresa ou estranhamento.

No campo da língua, essa alteração para as iniciais maiúsculas sinaliza que a Base já seria um documento, real, pronto, cuja existência é indiscutível.

O caráter imperativo que o DC assume por meio de modalizações deônticas (como em “precisam ter” e “devem ter”), reforça o teor injuntivo na esfera da obrigação ou da proibição, da necessidade e da permissão, sendo coerente com um enunciado

que tem como objetivo justificar a necessidade que se apresenta já no título do Documento — *Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum*. Em outro fragmento, o enunciador institucional MPB diz que

não existe um consenso nacional do que é exatamente a Base Nacional Comum a que se referem à Constituição federal e à LDB de 1996. Em particular, não há uma lei federal que defina a Base Nacional Comum referida nesses documentos. Esta ausência tem consequências. Uma das mais invisíveis, mas das mais graves, é que muitos estudantes não adquirem conhecimentos e habilidades que todo brasileiro tem direito a adquirir. Isso é uma das causas das grandes *desigualdades educacionais* existentes no Brasil. (MOVIMENTO PELA BASE, 2015, grifo nosso)

Pelo não-dito, naturaliza-se a BNCC-EM como um documento que irá solucionar as questões referentes às “desigualdades educacionais existentes no Brasil”. No entanto, basta observar a instituição dos itinerários formativos (BRASIL, 2017) para compreender que as desigualdades serão, ao contrário, intensificadas, uma vez que as ofertas dos itinerários se darão pelos sistemas de ensino e não pelas escolas e muito menos pelas demandas dos estudantes, como instituído na Lei 13.415/2017:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: (BRASIL, 2017).

Dessa forma, a divulgação acerca do Novo Ensino Médio como promotor da liberdade de escolha e do protagonismo do estudante não se constitui como algo factível. Todavia, o movimento de conceber os itinerários formativos como algo favorável para os estudantes é uma prática comum nos segmentos privatistas, que insistem em dizer que a política curricular instituída na/pela BNCC resolve a causa das desigualdades educacionais.

O enunciado do MPB se constrói entrelaçando, de um lado, argumentos favoráveis à necessidade e à criação da Base Nacional

Comum, e do outro lado fatos recortados e manipulados, desprezando a realidade da educação pública brasileira. No entanto, esse entrelaçamento é feito por não-ditos marcados pelo não espaço à voz de participantes efetivos da educação (como professores e estudantes da rede pública principalmente, já que é a rede que concentra maior quantitativo de estudantes brasileiros, conforme notas estatísticas do último Censo Escolar disponibilizado pelo INEP em 2021) e pelo silenciamento de outras concepções de educação — sobretudo as provenientes de pesquisas acadêmicas da área educacional — com posicionamentos diferentes dos assumidos pelo enunciador MPB.

O enunciador institucional FL compreende os itinerários como protagonismo do jovem e liberdade de escolha, o que é visto nas grades semânticas da caracterização positiva do documento:

Essa versão também avança na promessa de oferecer aos jovens o *protagonismo* na sua trajetória curricular. [...] Não há país no mundo com bons índices de aprendizagem e de conclusão da Educação Básica que não ofereça aos jovens alguma *escolha de percurso*. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018, grifos nossos).

Não se menciona, por exemplo, que a chamada escolha de percurso limita os estudantes aos conhecimentos de Português, Inglês e Matemática, os três únicos componentes curriculares obrigatórios e comuns de acordo com o Art. 36 da Lei 13.415/2017, o que corrobora para uma forma de conceber a educação focada apenas na inserção no mercado de trabalho, retirando do estudante a verdadeira liberdade de escolha.

Em alinhamento com a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e com a BNCC-EM, o enunciado do TPE destaca a importância da equidade educacional detectada com base nos índices de qualidade da Educação: “Os casos do Ceará e de Pernambuco mostram, portanto, que é possível melhorar os índices de qualidade da Educação em escalas maiores, sem desprezar o *desafio da equidade educacional*.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, grifos nossos). Ao dizer que não se despreza o “desafio da equidade

educacional”, ignoram-se características de desigualdade promovidas pelo sistema de avaliações externas, por exemplo, que parte de resultados gerais, que são incapazes de detectar contextos em que se deu evasão/reprovação ou ainda especificidades de alunos do nível insuficiente. Em um outro fragmento, o enunciador faz referência às taxas de rendimento das escolas:

Os resultados do Saeb são publicados a cada dois anos e são usados para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), composto pelo desempenho dos alunos nessas avaliações e pelas taxas de rendimento (*aprovação, reprovação e abandono*) das escolas. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, grifos nossos).

Uma das estratégias linguístico-discursivas para se construir consenso é não abrir espaço para questionar que esse sistema de avaliação externa não contempla as razões e as minúcias que levaram à aprovação, à reprovação ou ao abandono. Não basta tomar esses dados como estatística, é preciso problematizar essas afirmações, considerando o efeito de sentido dos não-ditos acerca dessas taxas de abandono ou de reprovação. Os não-ditos acerca dos resultados do SAEB, da (não) liberdade de escolha, do (não) protagonismo do estudante, da (não) necessidade da Base Nacional Comum reforçam o empenho dos segmentos privatistas para se fazer cumprir seus interesses. Rocha (2014, p. 622) explica que “a apreensão de uma dada identidade discursiva sempre estará na dependência de seu outro, isto é, de uma forma qualquer de alteridade”, por isso essa análise dos não-ditos é capaz de fornecer tantas informações acerca do Mesmo: tudo pelo que se opta por dizer muito diz.

Mais uma vez, observar os não-ditos reforça a compreensão acerca do que o enunciador TPE quer fazer ver. Os não-ditos sobre as testagens externas indicam o silenciamento de inúmeras pesquisas da área da educação que argumentam em favor das deficiências desse tipo de dispositivo de controle, assim como sobre os prejuízos que esses dispositivos acarretam para a educação. Ravitch (2010) e Oliveira e Menegão (2012) se aprofundam nessa

discussão e detalham de que forma a responsabilização baseada nas avaliações externas passou a ser o foco da educação, tudo sob patrocínio e gestão de segmentos privatistas.

As avaliações externas parecem ser compreendidas pelo enunciador institucional TPE, em alinhamento com outros atores dos segmentos privatistas, como produtoras de verdade acerca da qualidade da educação, uma vez esses dispositivos são apresentados como uma ferramenta de referência positiva, sem ao menos mencionar a visão de inúmeros pesquisadores que assumem um posicionamento distinto. Por esse não-dito, estabelecem-se linhas de contato com uma determinada visão acerca do que se compreende por educação ao marcar seu posicionamento — e é evidente que só se recuperam as falas de quem colabora com o Mesmo.

Com base nas breves análises apresentadas, os enunciados do MPB, do TPE e da FL se destacam por um alinhamento em diversos aspectos no que diz respeito à alegação de urgência da crise do sistema educacional público que, posta em evidência por atores dos segmentos privatistas, só pode ser resolvida com a lógica do mercado, por meio de metas mensuráveis nas avaliações externas de aprendizagem que devem ser atingidas em um tempo pré-determinado. Devido ao recorrente e comprovado fracasso escolar registrado nos resultados das avaliações externas, esses enunciadores institucionais apresentam estratégias tomadas como soluções educacionais que só podem ser colocadas em prática a partir das suas próprias intervenções, viabilizadas pela BNCC, que passa obrigatoriamente pelo apoio de agentes públicos e privados.

As análises empreendidas nos permitiram compreender a presença dos segmentos privatistas no campo da educação pública como algo que se constrói a partir de práticas, interesses e abertura do próprio Estado ao capital privado em forma de organizações de filantropia familiar, organizações não governamentais e organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIPs.

A abertura do Estado à quase irrestrita interferência do capital privado tangencia pontos da educação democrática, contudo, a

esse respeito, é preciso refletir sobre os sentidos de democracia. Este trabalho dialoga com a noção exposta por Rancière:

“[...] o que chamamos de democracia é um funcionamento estatal e governamental que é o exato contrário: eleitos eternos, que acumulam ou alternam funções municipais, estaduais, legislativas ou ministeriais, e veem a população como o elo fundamental da representação dos interesses locais; governos que fazem eles mesmos as leis; representantes do povo maciçamente formados em certa escola de administração; ministros ou assessores de ministros realocados em empresas públicas ou semipúblicas; partidos financiados por fraudes nos contratos públicos; empresários investindo uma quantidade colossal de dinheiro em busca de um mandato; donos de impérios midiáticos privados apoderando-se do império das mídias públicas por meio de suas funções públicas.” (RANCIÈRE, 2014, p. 93-94)

Essa entrada dos segmentos privatistas é articulada rizomaticamente com aqueles que têm poder de decisão política amparados pela democracia em que vivemos, com autoridade para criar leis e alterar as que já existem, para que seja possível transitar pelo campo da educação nacional semeando nele seus interesses e projetos em forma de políticas que são levadas a cabo nas salas de aula, criando um impacto em massa de estudantes de todo o país.

Diante das significativas interferências que os segmentos privatistas têm na educação pública é preciso ponderar quem promove, facilita e permite a ação desses representantes. Exigências que partem do BM e passam pela UNESCO e pela OCDE prescrevem mudanças para a educação a partir de políticas educacionais que buscam produzir trabalhadores a baixo custo para o mercado de trabalho, em uma lógica distante da noção na qual acreditamos: uma educação emancipadora que, como prática social, forma sujeitos em condições de superar as práticas empresariais e mercadológicas presentes nas políticas públicas que insistem em limitar as possibilidades de acesso e permanência ao conhecimento.

Referências

AGUIAR, Denise Brasil Alvarenga; ROCHA, Décio. Ritos genéticos: uma abordagem discursiva do texto literário e suas contribuições para a Teoria da Análise do Discurso. *In: SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, n. 18/2, p. 50-69, dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRUM, Eliane. Bolsonaro e a autoverdade. *El País*, 16 de julho de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html. Acesso em: 19 out. 2021.

DAHER, Del Carmen; VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros; GIORGI, Maria Cristina.

Análise do discurso: conceitos e percursos de pesquisas em linguagem-intervenção. *In: ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva; SILVA, Silmara Dela (orgs.). Estudos de Linguagem: teorias do texto, do discurso e da tradução*. Niterói: EDUFF, 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Introdução: Rizoma. *In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs (Capitalismo e esquizofrenia)*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995. Disponível em: http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Rizoma-Deleuze_Guattari.pdf. Acesso em: 28 abr. 2020.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. 1ª edição. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Debater a BNCC do Ensino Médio é uma oportunidade de mudança*. São Paulo, 11 de maio de 2018a. Disponível em: <https://fundacaolemenn.org.br/noticias/debater-a-bncc-do-ensino-medio-e-uma-oportunidade-de-mudanca>. Acesso em: 13 abr. 2020.

INEP. *Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico* [recurso eletrônico]. Brasília, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª edição. São Paulo: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOVIMENTO PELA BASE. *Documento Conceito: Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum*. 2015. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/necessidade-e-construcao-base-nacional-comum.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

OLIVEIRA, Sara Badra de; MENEGÃO, Rita de Cássia Silva Godoi. Resenha de “vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação” de Diane Ravitch. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 647-660, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Qqd35PSq9Zmx3HTVwHy7KDF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2021.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAVITCH, Diane. Nota mais alta não é educação melhor. [Entrevista cedida a] Simone Iwasso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Ciência, 02 de agosto de 2010. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor-imp-,589143>. Acesso em: 13 fev. 2021.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.

SOUZA, Alice Moraes Rego de. *Base nacional comum para quê/quem? Uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial*. 2019. 362 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *IDEB 2017: o que podemos aprender, mesmo (quase) sem novidades*. 03 set. 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/ideb-2017-o-que-podemos-aprender-mesmo-quase-sem-novidades>. Acesso em: 13 abr. 2020.

O discurso fabular: a construção de personagens da ficção ao discurso jornalístico

Wellton da Silva de Fatima ¹

Introdução

A partir da apresentação de minha dissertação de mestrado na sessão de egressos no Seminário de Alunos dos Programas de Pós-graduação do Instituto de Letras da UFF, abri para o debate alguns encaminhamentos que vinha pensando dar a alguns pontos do trabalho que não puderam ser aprofundados na ocasião de seu desenvolvimento. Um deles, que desenvolvo ao longo desse texto, tinha a ver com um certo funcionamento linguístico, que a princípio identifiquei como textual, que colocava os textos que compunham meu corpus numa relação muito próxima ao funcionamento da fábula².

Na dissertação, cujo título é *As sexualidades mal ditas no discurso religioso neopentecostal* (FATIMA, 2018), trabalhamos com textos que circularam no jornal Folha Universal, da Igreja Universal do Reino de Deus. Nosso objetivo, naquele momento, era compreender os processos de semantização para determinadas questões de gênero e de sexualidade — aquelas que fugiam ao padrão cis/heteronormativo —, nas páginas do jornal. Com esse objetivo, recortamos matérias que abordavam ou tangenciavam o assunto,

¹ Atualmente cursando doutorado em Linguística (IEL/Unicamp), sob orientação de Mónica Zoppi-Fontana, cursou, entre 2016 e 2018, mestrado em Estudos da Linguagem (UFF), sob orientação de Bethania Mariani. E-mail wellton.fatima@ifal.edu.br

² Refiro-me ao gênero literário, geralmente presente em livros infantis, e que se caracteriza pela presença da prosopopeia, de um ensinamento de fundo moral ao fim, dentre outros elementos.

mesmo quando a temática parecia interdita — ou “mal dita”, conforme chamamos naquele momento.

Ocorre que, mediante nossa tarefa, e tendo em vista o processo discursivo que flagramos e descrevemos³, deparamo-nos com textos majoritariamente produzidos em uma certa coluna do jornal, a coluna “Libertação”. Isso compareceu como uma regularidade demasiadamente marcante, pois a mencionada coluna tinha características muito específicas dentro do jornal. A “Libertação” de cada edição do *Folha Universal* contava sempre uma história devastadora vivida por uma pessoa, que dava o seu testemunho de libertação dos males por ela vividos, redenção que ocorria a partir do encontro com a igreja. Nas edições analisadas, era muito comum que as pessoas relatassem experiências com crime, drogas, experiência de quase morte, prostituição, perturbações psicológicas, dentre outras coisas, além de experiências sexuais com pessoas do mesmo gênero — que era o que mais nos interessava na época, dada a nossa ênfase na questão da discursivização da sexualidade.

Além dessa regularidade, digamos, temática, algo mais nos chamou muito a atenção: a similaridade dos textos em sua forma. As histórias narradas são sempre introduzidas com um parágrafo formulado por meio de uma questão (não raro, reflexiva sobre a existência), desenvolve-se pela apresentação e descrição (caracterização) das personagens e pela narração de fatos por elas vividos e finaliza-se após dar-se o encontro com a igreja, seguindo-se de uma espécie de moral da história, segundo a qual se dão a compreender os erros cometidos e a lição aprendida através da história relatada.

A presença dessa moral da história nos levou a considerar um caráter fabular — ou fabuloso — que se repetia nos textos da coluna. E foi a partir dessa notação que nos propusemos a desenvolver a presente reflexão.

³ Recomendamos a leitura do livro *O discurso religioso e as sexualidades mal ditas* (2020), lançado pela Editora Appris.

Antes de fazer intervir a teoria da Análise do Discurso, que dará suporte teórico-e-metodológico para nossas reflexões, revisitamos a crítica literária para saber o que se pode dizer sobre esse gênero literário, a fábula, e como o seu funcionamento pode nos ajudar a pensar isso a que temos chamado *discurso fabular* – ou *fabuloso*. A seguir, a fim de compreender a importância da construção de personagens tanto na literatura quanto no discurso jornalístico, retomamos alguns trabalhos para dar suporte a algumas reflexões para nós fundamentais. Finalmente, ainda fazemos algumas considerações a partir do corpus que reunimos e analisamos.

Sobre o gênero literário “fábula”

Desde há pelo menos 4 décadas, existem importantes estudos no Brasil acerca da fábula. De lá pra cá, muito se pensou principalmente sobre o fato de que esse gênero literário é vastamente explorado como suporte de aprendizagem nas aulas de leitura e interpretação de texto, conforme discute Freire (2012).

No âmbito da crítica literária, a fábula pode ser definida como “uma narração breve, em prosa ou em verso, cujos personagens são, via de regra, animais e, sob uma ação alegórica, encerra uma instrução, um princípio geral ético, político ou literário, que se depreende naturalmente do caso narrado” (PORTELLA, 1983, p. 121)

É interessante notar que, classificada como gênero oratório, na perspectiva aristotélica e remontando-se a discussão à Esopo, a Fábula em muito já se apresentava por meio de “histórias inventadas ou reais como meio atraente e eficaz de persuasão” (PORTELLA, 1983, p. 120). O autor reconhece que “a fábula, por muitos séculos e ainda hoje, exerce um papel de singular importância como suporte didático na transmissão de conhecimentos relacionados à moral e aos bons costumes” (p. 120). Daí a produtividade sobre a qual disserta Freire (2012) e outros autores também no ambiente escolar, notadamente um espaço em que o didatismo e os ensinamentos de cunho ético e moral se fazem presentes.

Têm-se então que a fábula, ao ser mobilizada nesse contexto de disseminação de parâmetros éticos e morais, cumpre uma função explicitamente ideológica, a depender do ideário a que serve. Esse ideário é posto em circulação a partir de verdades gerais corporificadas na narrativa (ou que se pretendem verdades gerais, porque dizem — ou devem dizer — respeito à toda a humanidade). Na crítica literária, isso é chamado de “alma” da fábula.

Para tornar a discussão que empreendemos mais palpável, apresentamos um exemplo de “verdade geral”, conceito sobre o qual tratamos acima. Portella (1983) comenta, a partir de uma conhecida fábula, que o enunciado “é melhor prometer menos e fazer mais” é um desses princípios formulados como verdades gerais, afinal todo mundo sabe que é boa regra de vida cumprir aquilo que se promete. Retomaremos a questão das verdades gerais mais adiante, quando tratarmos da questão do funcionamento da ideologia no ponto de vista da Análise do Discurso.

Um elemento importante que diz respeito à autoria no universo da produção de fábulas é que, de acordo com Portella (1983, p. 122), inicialmente, era tarefa do leitor deduzir dos textos escritos os princípios éticos e morais gerais a serem compreendidos. No entanto, a partir de Esopo e Fedro, há uma explicitação desse princípio ético e moral, pois, ainda segundo o autor, aparentemente não se poderia confiar na dedução do leitor para a eficácia da mensagem a ser transmitida. Portella (1983, p. 123) comenta que enquanto La Fontaine “deu ênfase especial à narrativa, deixando a lição moral para ser deduzida pelo leitor ou pelo ouvinte”, de outro modo, Esopo e Fedro, “em virtude de verem na fábula um instrumento pedagógico, sacrificaram facilmente a ação, o drama, a vivacidade das imagens para chegar mais diretamente ao alvo pretendido que foi o ensinamento moral ou a crítica” (idem). Assim, temos pela fábula o estabelecimento de uma tradição em que sua mobilização explicitamente ideológica se dá a ver.

Ainda a respeito da apresentação formal, enquanto um gênero específico, é possível afirmar que a fábula é uma espécie fusão entre o provérbio e a anedota. “O provérbio é só moralidade, ao passo

que a anedota é só narrativa. A fábula contém ambos, sob o manto de uma alegoria”, afirma Portella (1983, p. 123). Entra em cena outro elemento importante na constituição e no funcionamento das fábulas que é a alegoria. Para Portella (1983, p. 123), na fábula “a narrativa toda se desenvolve através de imagens e figuras”. Por meio de imagens construídas e figuras evocadas pelo processo descritivo e também pelo próprio imaginário existente, a alegoria comparece como elemento ficcional que tem por função representar algo para suscitar outra coisa que lhe seja semelhante. Daí a presença dos animais alegorizados, por meio da personificação, nas ações humanas.

Assim, a fábula funciona pela necessidade de ensinamento de princípios morais e éticos por meio da alegorização, que se dá pela construção de ações e condutas estereotipadas de personagens. O que isso teria a ver com os textos recortados por nós para constituir nosso corpus de análise tanto em nossa dissertação e livro (FATIMA, 2018; 2020) quanto neste texto? A seguir, discutiremos a importância da construção de personagem no discurso jornalístico, inclusive para sua própria caracterização enquanto tal e a relação entre essa construção e o funcionamento da fábula — em suas forma e função — no que chamamos discurso fabular.

Da estereotipificação das personagens: o discurso jornalístico e o discurso fabular

Durante a apresentação deste trabalho no SAPPIL 2021, um dos pontos que mais renderam discussão foi justamente a necessidade que o discurso jornalístico tem de construir personagens para que haja identificação entre as narrativas nele empreendidas e o imaginário em que o sujeito que o lê está circunscrito.

Para a Análise do Discurso (ORLANDI, 2013), sujeito e sentido se constituem mutuamente, o que significa, dentre outras coisas, que à medida que o sujeito dá sentido a algo ele constrói a si mesmo no interior de uma formação discursiva (cf. Pêcheux, 2014a [1969];

2014b [1975]). Definido o discurso efeitos de sentido entre interlocutores (PÊCHEUX, 2014a), temos, a partir de Mariani (1998), o desenvolvimento da noção de discurso jornalístico como uma discursividade que coloca o mundo como objeto, operando pelo didatismo, engendrando um modo específico de narrativizar o mundo, próprio da grande imprensa. Essa narrativização do mundo se dá sob efeito do funcionamento ideológico. Para Pêcheux (2014b),

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc... evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’ aquilo que chamaremos o caráter material dos sentidos das palavras e enunciados. (p. 160)

Por meio da ideologia, portanto, produzem-se os efeitos de evidências e efeitos de verdade que possibilitam a produção de verdades universais que, aliás, sustentam a difusão de princípios éticos e morais, tão caros à constituição e circulação das fábulas enquanto tais. No ponto de vista da Análise do Discurso, esses efeitos de verdade não funcionam somente no universo ficcional, como é o caso das fábulas. Esses efeitos organizam o mundo semanticamente estável e pragmaticamente organizado, como diria Pêcheux (2014a), para que as coisas façam sentido e para que os sujeitos existam. É justamente nesse ponto que retomamos nosso corpus de análise, com dois exemplares de textos veiculados pelo *Jornal Folha Universal*, na coluna *Libertação*, para então dar prosseguimento às nossas discussões. Vejamos.



Monique Brancos monique.brancos@folha.com.br
@moniquebrancos

O medo pode ser normal na vida de uma pessoa que carregue traumas do passado. Mas até quando é necessário permanecer escravo desse modo?

Existe uma mania de colocar um fim ao sofrimento. Foi o que fez Monique Duarte, de 19 anos. Após enfrentar um trauma na infância, ela escolheu os piores caminhos para tentar apagar as marcas do passado.

Aos 7 anos, ela foi abusada sexualmente por um familiar e isso desencadeou sentimentos de ódio e raiva. Ela começou a ouvir vozes e a ver visões e o medo passou a tomar conta dela. Ela não conseguia ficar

sozinha em seu quarto nem ficar no escuro. "Por ser um vazio dentro de mim, comecei a me envolver com vários rapazes, principalmente pessoas da periferia, homens homicidas e assaltantes de banco", conta a jovem.



Nenhuma dessas escolhas deu certo. O vazio dentro dela só aumentava e ela mergulhava nas drogas e na bebida. "Uma vez bebi tanto que entrei em coma alcoólico. E, como se não bastasse, tive um príncipe de overdose. Nesse momento, fui abusada por um grupo de homens que estava comigo. Depois, eles me largaram na praia", lembra.

Aos 16 anos, ela se envolveu com um traficante e engravidou dele. O rapaz não aceitou a gravidez e a ameaçou de morte. "Eu tive que fazer o aborto, mas quase morri nos procedimentos, pois perdi muito sangue, fiquei fraca. Cheguei a manter relações sexuais com animais e praticava orgias com homens e mulheres", diz.

Os familiares não aguentaram ver a filha mancando e chegaram a desajar sua morte. Ela não tinha paz, pois era constantemente ameaçada de morte. A jovem teve que mudar de endereço, mas não conseguiu mais deixar a

Aos 16 anos, ela se envolveu com um traficante e engravidou do rapaz

vida que levava. "Durante as festas, eu indicava as meninas a ficarem nuas, além de conversar várias a entrar no mundo das drogas", relata.

Monique engravidou de outro rapaz, mas teve que assumir sozinha a filha, pois

ele não quis saber da criança. Em meio a todo esse sofrimento, ela foi convidada por uma tia a participar de uma reunião na Universal.

Foi quando ela percebeu algo diferente e viu que poderia ressurcir. Ela investiu na corrente de libertação e, com sua decisão e entrega, ela se libertou das drogas. Monique levou a sério o que aprendia nas reuniões e logo se batizou nas águas.

Após a decisão de mudar suas atitudes, ela conseguiu perdoar as pessoas que lhe fizeram mal. "Hoje eu sou uma pessoa completamente transformada. Eu vez daquele medo, tenho paz e alegria. Deus realmente ressurciu a minha história", completa. ✪

Fonte: Jornal *Folha Universal* Disponível em:

<https://pt.calameo.com/read/0007247972d25fb91ed11> Acesso em: 23/12/2021

FOLHA UNIVERSAL DOMINGO, 2 DE OUTUBRO DE 2016 **libertação** 29



Quando a pessoa se enche de sentimentos ruins

Karla dos Reis e Digorgio dos Santos se uniram para resolver as suas dores, mas só pioraram a situação em que viviam

libertação e levou Karla, mas, no início, ela não queria participar. “Meu esposo estava determinado a lutar pela nossa vida. Eu estava sem forças e não queria mais nada com Deus. Um dia, assistindo a um programa da Universal na TV, ouvi falar dos sintomas de uma pessoa presa e perchei que tinha todo. Minha ficha caiu e vi que meu esposo estava certo”, afirma.

Depois de praticar tudo o que foi ensinado, eles se libertaram dos acatamentos ruins, dos vícios e da prostituição. Hoje, a vida sentimental e financeira do casal está restaurada. “Encontramos a verdade: fidelidade que é conhecer a Deus. As vezes o problema aparecerá, mas hoje temos sabedoria para resolvê-lo”, conta Karla.

UMA VIDA TRANSFORMADA
No passado (acima), o casal vivia uma vida destruída. O casamento chegou ao fundo do poço. “Meu esposo estava determinado a lutar pela nossa vida. Eu estava sem forças e não queria mais nada com Deus”, lembra Karla.

Milão Francisco *colunista de espiritualidade*
@colunista_milaofrancisco

Que conteúdo você traz para dentro de você? O que você tem internamente é o que define a sua vida. Se você está preso, não desprimido diante das situações, isso é reflexo de um conteúdo interior pobre. Karla dos Reis, de 34 anos, cresceu em um lar repleto de amor, carinho e respeito e com condições financeiras, mas o vício que sentia lhe dava a sensação de desvalorização e infidelidade.

Na fase da adolescência, Karla se relacionou com um homem casado e se viu com as falsas promessas dele. Ele a abandonou e isso gerou

muitas frustrações. “Tá colando na cabeça que homem vendem pra você. Me relacionei com outros pessoas e sofri mais ainda”, relata.

Apesar de não acreditar no bom casamento, Karla achava que o casamento era a única maneira de mudar de vida. Ela se casou com Digorgio dos Santos, mas os sofrimentos que ambos carregavam tornaram infelicidade à toa.

“Minha vida estava muito desorganizada, um vício que não era procurado com nada. Me aproximei com homens e mulheres, me senti muito e procurei a sensação de bem-estar, mas era tudo momentâneo”, recorda Karla.

Seu esposo lutava que eles tinham uma vida financeira estável, mas, por causa da falta de conduta e do casamento, o vício em drogas que ele já tinha aumentou mais ainda.

“Não tínhamos paz e as agressões aumentaram”, diz.

Ao colocarem em prática o que aprenderam, eles se libertaram dos vícios

Certo dia, Karla jogou as drogas de no vaso sanitário e isso o deixou irado. Ele se descontrolou, mudou a roupa e a torturou com choques.

“Como eu estava muito fraca por dentro, pedi para ele ajudar comigo”, conta Karla.

Quando Digorgio descobriu as traições de Karla, quis revê-la e passou a trazer mulheres para dentro de casa e a se drogar com elas. Essa situação piorou até o dia em que Digorgio caiu em depressão por não aguentar mais viver daquela maneira.

“Fiquei três dias na cama sem comer, sem beber ou ir ao banheiro. Estava arrasado com tudo. Depois de três dias, determinei que iria buscar Deus para nos ajudar”, relata Digorgio.

Ele tinha vontade de falar das Realizações de Libertação na Universal e foi procurar ajuda. Conseguiu a chave e escreveu de

NA SEXTA-FEIRA

REUNIÃO DE LIBERTAÇÃO
Venha se libertar do que o impede de progredir. Todas as sextas-feiras no Templo de Salomão e em uma Universal mais próxima de você. Para saber os horários, acesse universal.org/enderecos

Fonte: Jornal *Folha Universal* Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0007247976b5bbe10166e> Acesso em: 23/12/2021

Analisando os dois textos que tomamos como exemplares para discutir o processo discursivo que apreendemos ao longo dos nossos estudos, podemos perceber importantes similaridades — regularidades —, que logo nos chamam a atenção.

A primeira delas, quanto à forma e ao conteúdo, tem a ver com o modo de introduzir o texto. Por meio de questionamentos mais gerais, que evocam uma reflexão bastante abrangente, o texto introduz uma problemática para, em seguida, situar a personagem

nesse ínterim. Recorrendo a enunciados como “que conteúdo que você carrega dentro de você” e “até quando é necessário permanecer escrava desse medo?”, o texto se dirige diretamente também ao leitor, implicando-o na proposta de reflexão.

Recorrendo a essa reflexão mais geral, inicia-se o processo de construção da personagem, a partir da narração de ações e da descrição de suas características e comportamentos. Além de serem apresentadas, de início, como pessoas que não conheciam a igreja, as personagens sofrem e desempenham ações próximas da criminalidade, do uso de drogas, do abuso sexual e de práticas sexuais estigmatizadas — a respeito deste último, ver Fatima (2020) — e são descritas como incosequentes, psicologicamente frágeis e instáveis e fortemente necessitadas e dependentes de ajuda.

O estatuto das personagens se modifica forte e repentinamente a partir do encontro com a igreja, que se dá de diferentes maneiras. Daí em diante, há uma conclusão que evoca um princípio ético e moral, ideologicamente proselitista quanto à existência e à atuação da igreja. Esse princípio se faz presente através de testemunhos como “Hoje eu sou uma pessoa completamente transformada. Em vez daquele medo, tenho paz e alegria. Deus realmente reescreveu a minha história” e “Encontramos a verdadeira felicidade que é conhecer a Deus. Às vezes os problemas aparecem, mas hoje temos sabedoria para resolvê-los”. Eis então, um ensinamento a ser apreendido pelo leitor.

Conforme já afirmamos, a questão da construção de personagens no discurso jornalístico não é fato novo. Dela Silva (2021, p. 5956), ao abordar a discursivização das *fake news* na relação com o discurso político no Brasil a partir dos, assim chamados, serviços de checagem de fatos, mostra como o discurso jornalístico recorre à construção de personagens para produzir sua eficácia. Na ocasião, a autora demonstra como o serviço de checagem de fatos do jornal Estadão retoma a história do Pinocchio⁴ para tornar paupável

⁴ História que parte originalmente do romance italiano no século XIX para, posteriormente, se popularizar nas histórias infantis em diferentes versões.

para seu leitor um fazer jornalístico até então novo, desconhecido. Trata-se de jogar com um imaginário logicamente estabilizado para dar sustentação a uma narrativa que precisava se dar a ver.

Em outro gesto analítico, Flores e Neckel (2019), ao abordarem a construção discursiva da mulher na política a partir de imagens do jornalismo político à época do Governo Dilma Rousseff no Brasil, demonstram o modo como a personagem bruxa é retomada em cadeias parafrásticas nas imagens produzidas pela mídia. As autoras nos permitem notar a importância dessa personagem, a bruxa, e das imagens de suas caça e queima públicas, para narrativizar a, nas palavras das autoras, “queima simbólica” (FLORES e NECKEL, 2019, p. 265) a que fora submetida Dilma naquela ocasião.

Mariani (1998), por sua vez, ao investigar a discursivização do comunismo e dos comunistas nas páginas da grande imprensa carioca de boa parte do século XX, demonstra como a estereotipificação desses sujeitos é função necessária no modo de operar dessa modalidade de discurso jornalístico, a da imprensa de massa.

Nas páginas do jornal *Folha Universal* não é diferente. Essa estereotipificação se dá por meio da evocação de imagens e da convocação de imaginários já em circulação em nossa formação social. Esse processo se materializa — toma forma — pelo funcionamento das alegorias, funções de linguagens extremamente produtivas na forma das fábulas, o que encaminha para a existência de um discurso fabular.

Convém pontuar, no entanto, que, no discurso da IURD, a alegoria animal/humano sai de cena para dar lugar a outro processo de alegorização: aquele que representa quem está sofrendo um mal para suscitar quem esteja sofrendo um sem-número de outros males. Eis aí um dos principais mecanismos de operação e sustentação das narrativas que constituem nosso corpus. De acordo com Portella (1983, p. 134), nas fábulas, “a preferência por animais deve-se, sem dúvida, ao fato de que seus caracteres, qualidades e temperamento são sobejamente conhecidos, não sendo então necessária a prévia descrição destes animais”. E o autor prossegue afirmando que “ao

tomarmos, por exemplo, como personagem de uma fábula o Lobo, sabemos de antemão que se trata de um personagem de caráter prepotente, voraz, anti-social, etc., ao passo que o cordeiro é símbolo da inocência, mansidão, ingenuidade” (idem). Ao abandonar esse princípio inicialmente fundamental da constituição das fábulas, que são os animais como personagens, mas ainda recorrendo ao funcionamento fabular — ou fabuloso —, o discurso da IURD lança mão da descrição tipicamente dispensada de modo a alegorizar (produzir imagens e evocar figurar) essa personagem para seu leitor.

Instala-se, assim, uma discursividade que permite a produção de textos que, embora não alegorizem por meio da figura de animais, buscam outros modos de identificação, igualmente eficazes, que enredam o leitor em função do ensinamento de princípios éticos e morais que, conforme pressupõe a Análise do Discurso, se dão sempre a partir de funcionamentos ideológicos, neste caso a doutrina evangélica neopentecostal.

Considerações finais

O discurso fabular⁵ é aquele que, fora do universo ficcional, se engendra a partir da alegorização na construção das personagens, em narrativas breves e de poucos personagens, com o objetivo explícito de ensinar um princípio ético e moral, segundo um funcionamento ideológico específico. Essa discursividade se apoia no reconhecimento da estrutura da fábula, enquanto gênero literário, que circula vastamente como ferramenta didática, para se valer em seus objetivos.

O discurso da *Igreja Universal* e, mais especificamente, o de seu jornal, o *Folha Universal*, funciona sob um viés ideológico muito particular. Por esse motivo, as verdades gerais — constituídas como efeitos de evidência — evocadas pelos princípios éticos e morais não raro serão aqueles tradicionalmente conhecidos na discursividade religiosa.

⁵ Ou discurso fabuloso.

O discurso fabular, no entanto, não se restringe a esse universo. Temos notado, por exemplo, no discurso empreendedor, fortes indícios do funcionamento do discurso fabular e esperamos poder dar prosseguimento a essas investigações em breve.

Por fim, ressaltamos que nossas afirmações neste trabalho estão em fase de amadurecimento e contamos com o diálogo do leitor para o aprimoramento das questões que aqui levantamos, às quais pretendemos dar continuidade em breve.

Referências

DELA-SILVA, Silmara. **“Checar fatos e desmentir boatos”**: fake news e discurso político no Brasil. Fórum Linguístico, Florianópolis/SC. V. 18. n. 2 pp. 5950-5961 abr/jun 2021.

FATIMA, Wellton da Silva de. **As sexualidades mal ditas no discurso religioso neopentecostal**. Dissertação de mestrado. Niterói/RJ: UFF, 2018.

_____. **O discurso religioso e as sexualidades mal ditas**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2020.

FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M. **Notícia ou informação? Efeito de neutralidade e silenciamentos históricos**. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.S.; SOBRINHO, H.F.S. (org.). **Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 261-274.

FREIRE, Brennda V. **O gênero discursivo fábula: um estudo em perspectiva bakhtiniana**. Travessias Interativas, São Cristóvão/SE. V. 2. n 4. p. 81-95 jun/dez 2012.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6 ed. Campinas/SP: Pontes, 2013.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. 1969. *In*: Françoise Gadet & Tony Hak. **Por uma análise automática do discurso**: introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014a.

_____. 1975. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 6 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PORTELLA, Oswaldo. **A fábula**. Revista Letras, Curitiba/PR. v. 32. p. 119-138, 1983.

Bloco II

Estudos da tradução

A ausência como poética em “The vulture”, “Alba” e “Dortmunder”, de Samuel Beckett

Alan Cardoso da Silva¹

Introdução

A minha pesquisa de mestrado está sendo desenvolvida sobre a tradução integral do livro *Echo's Bones and Other Precipitates* (1935) do poeta irlandês Samuel Beckett (1906-1989). Atualmente a poesia do autor é pouco estudada se comparada à sua dramaturgia ou à sua prosa (MCDONALD, 2006) e, até o presente momento, não há nenhum livro dedicado à tradução da poesia de Beckett em português brasileiro. Além disso, minha pesquisa de mestrado é um desdobramento da pesquisa que fiz durante a graduação, em que traduzi três poemas escritos pelo autor durante a Segunda Guerra Mundial.

Neste artigo, assim como na fala que proferi durante o XII SAPPIL Linguagem em 2021, analiso os poemas “The Vulture”, “Alba” e “Dortmunder”, desviando-me ligeiramente do resumo enviado à organização do evento na época, já que nele me propunha a discutir somente o poema “The Vulture”. Contudo, levando em conta a relação de continuidade entre os três poemas, analiso-os em conjunto. Pretendo ao longo de minha análise apresentar propostas de tradução para os poemas, ancorado na teoria da “poética do traduzir” de Henri Meschonnic (2010).

Como dito anteriormente, os três poemas fazem parte de um mesmo livro que contém ainda outros dez poemas mais. O livro foi lançado em 1935 pela Europa Press em Paris, sendo parte de uma

¹ Licenciado em Letras Português-Literaturas (UFF), Mestrando da Linha 2 do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (UFF) sob orientação da profa. dra. Carolina Geaquinto Paganine.

série de seis livros de poemas publicados pela editora. À época, o livro foi um fracasso de vendas, tendo Beckett afirmado em carta que mesmo após vinte anos da publicação tinha em sua posse “grandes pilhas²” (LAWLOR; PILLING, 2012, p. 260, tradução minha). Para as minhas traduções utilizo a edição crítica *The Collected Poems of Samuel Beckett* (2012) editada por Seán Lawlor e John Pilling.

No início da pesquisa, minha hipótese era de que, assim como os poemas que traduzi durante a graduação, escritos durante a Segunda Guerra Mundial, os poemas de *Echo's Bones and Other Precipitates* pudessem dar testemunho do momento político conturbado pelo qual passava a Irlanda (à época Estado Livre Irlandês). Além disso, percebi que os poemas “The Vulture”, “Alba” e “Dortmunder”, e, na minha leitura, também os outros poemas de *Echo's Bones and Other Precipitates*, nas palavras de Sławomir Studniarz (2020, p. 124, tradução minha):

provêm ampla evidência de que, mesmo nesse estágio de sua carreira, o escritor irlandês abordava a noção de (f)utilidade da arte em um mundo repleto de sofrimento inevitável como parte da condição humana, tentando formular uma resposta poética à dor e à luta pela sobrevivência, e considerando a possibilidade de redenção ou transcendência através da criação artística e da contemplação estética³

Desse modo, minha abordagem para traduzir os poemas foi entendê-los como sistemas portadores de uma poética, à maneira proposta por Henri Meschonnic (2010). Para Meschonnic, a poética consiste em reconhecer no texto, senão todos, a maioria de seus princípios organizadores. Tais como sua oralidade, historicidade, identidade e alteridade. A poética consiste em pensar o texto para

² “a fat pile”

³ “provide ample evidence that, already at this stage of his career, the Irish writer grappled with the notion of the (f)utility of art in the world filled with inevitable suffering as part of the human condition, trying to formulate a poetic response to the pain and struggle of existence, and entertaining the possibility of redemption or transcendence through artistic creation and aesthetic contemplation”

além do sentido, expandindo, portanto, as possibilidades do traduzir. Porque, para Meschonnic (2010, p. 57), não são decomponíveis os princípios do texto:

a implicação recíproca dos problemas de literatura, dos problemas da língua e da sociedade constrói o que eu [Meschonnic] chamo, e o que se tornou, para mim, a poética. Contra a autonomia desses problemas, em termos de disciplinas tradicionais, separadas.

Assim, procurei no texto seus princípios organizadores, isto é, sua poética própria. Como a prática da tradução quase sempre antecede a teorização sobre o fazer tradutório, traduzi para encontrar a poética dos poemas. Através da atividade da tradução, percebi no poema “The Vulture” uma série de palavras que apontavam para o campo semântico da ausência. Dessa maneira, proponho uma chave de leitura em que os poemas de Beckett e as minhas traduções se organizem sobre o que daqui em diante chamarei de uma “poética da ausência”. Minha fidelidade aqui seria, portanto, a essa poética. Afastando-me, em princípio, da fidelidade estrita ao sentido ou às convenções de uma época. Pois, como propõe Meschonnic (2010, p. lxiv):

Se a infidelidade não fosse assunto exclusivo da filologia, de saber, ela seria julgada rapidamente. A fidelidade não se contenta com uma confrontação termo a termo. Ela impõe a questão do conjunto, a da coerência interna do texto, de sua oralidade, de sua poética como um sistema de discurso. [...]. A fidelidade a uma época parece mais tarde infidelidade, porque ela era, sem o saber, uma fidelidade não ao texto, mas à época.

Ora, se a tradução é possível somente dentro daquilo que eu tradutor penso sobre a linguagem e sobre a literatura, o que considero ser possível ou impossível de realizar (MESCHONNIC, 2010, p. 22), ela é uma atividade — e não um produto (Idem, p. xix) — em que eu me inscrevo como sujeito de um (novo) discurso gerado a partir de um sujeito outro (neste caso, Beckett) e seu próprio discurso (o poema original). Assim, ainda de acordo com Meschonnic (2010, p. xxxiv), creio que

quanto mais o tradutor se inscreve como sujeito na tradução, mais, paradoxalmente, traduzir pode continuar o texto. Quer dizer, em um outro tempo e uma outra língua, dele fazer um texto. Poética pela poética.

Portanto, como poeta-tradutor, meu objetivo é criar um texto que apresente “isomorfia” (CAMPOS, 2013, p. 24) em relação ao texto de Beckett. Meu objetivo é criar um texto que, idealmente, atenda aos parâmetros de um sistema análogo ao sistema beckettiano. Um texto que apresente uma continuidade em relação à poética do texto de Beckett. E, para isso, recorro à noção de “palavra-valor” empregada por Meschonnic (2010, p. 159) na análise de *Eine Kleine Frau de Kafka* — neste caso Meschonnic pôde perceber a textualização da pequenez da mulher no conto através do uso de palavras com prefixo de negação — e ao conceito de “redes de significantes” de Antoine Berman (ano, p. 78). Já que

[t]oda obra comporta um texto “subjacente”, onde certos significantes chave se correspondem e se encadeiam, formam redes sob a “superfície” do texto

O que venho chamando de “poética da ausência” seria o modo como os poemas de Beckett se organizam e o modo como organizo meus poemas-traduições. A destruição das redes de significantes subjacentes é, para Berman, uma das tendências deformadoras praticadas na tradução. Ambiciono aqui recriar uma rede de significantes que, assim como a que eu identifiquei nos poemas de Beckett, aponte para o tema da ausência. As “palavras-valor” de Meschonnic relacionar-se-iam aos “significantes chave” de Berman. Seriam, portanto, palavras na tessitura do poema capazes de apontar para um significado outro que não o expresso no “texto manifesto, dado à simples leitura” (BERMAN, 2013 p. 79). Assim, creio que as palavras que, de uma forma ou outra, expressam o tema da ausência nos poemas de Beckett “simboliza[m] uma de suas dimensões essenciais” (BERMAN, 2013, p. 79), e precisam ser levadas em consideração em minha tradução.

Traduções e comentários

“The Vulture” é um poema de seis versos organizado em três dísticos. Seu título faz referência ao poema “Harzreise im Winter” de Goethe (1749-1832), que teria causado uma forte impressão em Beckett (LAWLOR; PILLING, 2012, p. 261). Em “The Vulture”, Beckett se apropria do abutre como uma alegoria do poeta em busca de sua presa, o próprio poema. Como observa Studniarz (2020, p. 118) o poema se organiza a partir de uma impessoalidade para uma subjetividade.

The Vulture

dragging his hunger through the sky
of my skull shell of sky and earth

stooping to the prone who must
soon take up their life and walk

mocked by a tissue that may not serve
till hunger earth and sky be offal

O abutre

arrasta sua fome pelo céu
do meu crânio concha de céu e terra

abaixa até o alvo que deve
logo tomar sua vida e andar

zombado por tecido que não serve
até que fome terra e céu se eviscerem

No primeiro verso de “The Vulture” o abutre é tratado em terceira pessoa somente para ser recuperado no verso seguinte “of my skull shell of sky and earth” que confina tanto a ave de rapina quanto a paisagem ao seu redor dentro do crânio do poeta. Abutre e paisagem, elementos do mundo sensível, são, portanto, metamorfoseados no processo psíquico da busca do poeta pelas

palavras certas para o seu poema. Para Studniarz (2020, p. 118), tal movimento do impessoal para o pessoal pode ser observado em todo *Echo's Bones and Other Precipitates*, sendo uma característica fundamental da obra poética de Beckett.

O dístico seguinte traz-nos ao momento em que o abutre mergulha, descendo dos céus em direção à presa indefesa que, no entanto, não morre. Mas sim se levanta e anda, como o morto ressurrecto por Jesus Cristo em João 5:8. Ridicularizado, ao abutre resta o nada, resta a zombaria do papel em branco em que não foi capaz de fixar a presa (e aqui, vem a calhar o cacófato produzido por “zombado por tecido que não serve”, que pode soar como “zombado por ter sido o que não serve”). Assim, o abutre é capaz somente de puxar de suas entranhas a sua fome, o céu e a terra vazios. “The Vulture” introduz-nos ao modo de composição de Beckett, em que a sintaxe truncada, as repetições de palavras e as referências a outros textos (por vezes tão retrabalhadas pelo autor que a referência se torna obscura), constroem uma dicção própria, verborrágica e ao mesmo tempo emudecida.

O tema da ausência pode ser observado na paisagem desértica sobre a qual circunvaga o abutre e sua fome, pela oquidão do crânio-concha vazio (vazio porque morto ou vazio porque sem ideias), pelo tecido (que neste caso pode ser tecido de órgãos) e pelas vísceras que em si próprias são resto descartável, mas que no poema existem em ausência, nos sonhos do abutre que deixa escapar a presa. Foi a partir da tradução de “The Vulture” e da identificação de suas “palavras-valor” organizadas em uma “rede de significantes” que cheguei à formulação de uma possível “poética da ausência”, a qual tento observar nos outros dois poemas que apresento neste artigo.

Em “Alba”, poema inspirado no gênero alvorada da poesia provençal (LAWLOR; PILLING, 2012, p. 270) em que os amantes se despedem um do outro quando chegada a manhã — depois de uma noite de amor proibido — podemos observar o mesmo método de composição utilizado em “The Vulture”. Para Seán Lawlor (2007, p. 228) o poema se dirige à Beatriz da *Comédia* (1472) e se divide em

três momentos, que coincidem com as divisões em sua estrutura: a antecipação, a consumação e o desapontamento transformador.

Alba

before morning you shall be here
and Dante and the Logos and all strata mysteries
and the branded moon
beyond the white plane of music
that you shall establish here before morning

grave suave singing silk
stoop to the black firmament of areca
rain on the bamboos flower of smoke alley of willows

who though you stoop with fingers of compassion
to endorse the dust
shall not add to your bounty
whose beauty shall be a sheet before me
a statement of itself drawn across the tempest of emblems
so that there is no sun and no unveiling
and no host
only I and then the sheet
and bulk dead

Alba

antes que amanheça estarás aqui
e Dante e o Logos e todos os mistérios dos círculos
e a lua manchada
além do alvo plano de música
que deverás estabelecer aqui antes que amanheça

som de seda grave suave
abaixa até o negro firmamento de arecas
chuva nos bambus flor de fumaça viela de salgueiros

quem no entanto abaixas com dedos compassivos
para apontar o pó
não deverá somar à tua glória
cuja graça será um véu diante de mim
uma afirmação de si traçada sobre a tormenta de símbolos

até que não haja nem sol nem desvelo
nem tropa
só eu e então o véu
e colinas de mortos

Na primeira estrofe do poema, o uso de sucessivos “and” expressam o desejo não sanado pela amada e aceleram o texto ritmicamente, marcando a pressa do sujeito poético pelo encontro. Os advérbios “before” e “beyond” e o emprego do tempo futuro em “you shall be here” deixam óbvia a distância de Beatriz tanto física quanto temporalmente. Restando ao sujeito poético antecipar em sua mente o que sucederá com a chegada da amante e tudo que ela traz (o próprio Dante, o Logos, os mistérios...). Já na segunda estrofe, o encontro se consuma. Contudo, em se tratando de um amor idealizado, não de maneira carnal, mas sim musical (LAWLOR, 2007, p. 228). Através da musicalidade das assonâncias entre “grave” e “suave” e das aliterações em /s/ entre “suave”, “singing”, “silk” o “alvo plano de música” previsto na estrofe anterior é, enfim, estabelecido. Somente para ser dissolvido no verso seguinte pelo contraste com o “black firmament”.

A musicalidade persiste nas aliterações em /l/ entre “flower”, “alley” e “willow”, mas o tema da alvura, e conseqüentemente, a da pureza da mulher idealizada são perdidos. A pureza ausente é posta no texto mais uma vez através da obscurecida citação da *Bíblia*, na qual, em João 8:6-11, Jesus Cristo escreve com o dedo na terra convidando os acusadores de uma mulher adúltera que a condenem, mas somente se eles próprios estivessem sem pecado. A mulher possível não é, portanto, idealizada, mas nem por isso passível de condenação. Ainda assim, permanece o sujeito poético apegado aos símbolos em tormenta e ao véu que o separam da realidade. “Alba”, assim como “Dortmunder”, que veremos a seguir, ainda se organiza na “poética da ausência” que identifiquei em “The Vulture”, mas acrescenta à sua organização interna uma certa musicalidade. Aqui, as aliterações e as assonâncias emulam a música do Paraíso (LAWLOR, 2007, p. 209), metonimicamente associando a amada e ausente Beatriz à divindade.

Por fim, “Dortmunder”, assim como “Alba”, se organiza na ausência do amor ideal e traz mais uma vez o tema da música. Apesar de não fazer referência direta a um gênero musical como houve em “Alba”, o poema apresenta-nos à cena de um bordel onde uma cafetina toca um Qin, um alaúde chinês, transformando o encontro do sujeito poético com uma prostituta em um momento mágico, coberto pelas sombras do crepúsculo homérico.

Dortmunder

In the magic the Homer dusk
past the red spire of sanctuary
I null she royal hulk
hasten to the violet lamp to the thin K'in music of the bawd.
She stands before me in the bright stall
sustaining the jade splinters
the scarred signaculum of purity quiet
the eyes the eyes black till the plagal east
shall resolve the long night phrase.
Then, as a scroll, folded,
and the glory of her dissolution enlarged
in me, Habbakuk, mard of all sinners.
Schopenhauer is dead, the bawd
puts her lute away.

Dortmundano

Na magia o crepúsculo homérico
além do pináculo rubro do santuário
eu nulo ela colosso real
avança até a lanterna violeta até a súpil música do Qin da cafetina.
Ela fica diante de mim na luzente cabina
sustentando as lascas de jade
o lacerado signáculo da pureza quieto
os olhos os olhos negros até o leste plagal
deverão sanar a longa frase noturna.
Então, como um rolo, dobrada,
e a glória da sua ruína ampliada
em mim, Habacuque, merda dos pecadores.
Schopenhauer morreu, a cafetina
põe de lado o alaúde.

De acordo com Studiniarz (2020, p. 123), o título do poema vem do nome da cidade alemã de Dortmund, ou, de acordo com Harvey (apud LAWLOR; PILLING, 2012, p. 273) do tipo de cerveja produzido nessa cidade (“Dortmunder beer”), que Beckett estaria consumindo enquanto escrevia o poema. Studiniarz (2020, p. 123, tradução minha) decompõe o nome da cidade em

‘Dort’, significando ‘lá, além’, e ‘mund’, ‘mundo’. Assim, [Dortmund] pode significar tanto ‘o outro mundo’ ou algo que não seja deste mundo, que não pertença a este mundo, e o neologismo inteiro apontaria para um enigmático ‘morador do outro mundo’⁴.

Quer seja pelo efeito do álcool quer seja pela etimologia sugerida por Studiniarz, “Dortmunder” se desenvolve em um cenário de certo modo sobrenatural. A paleta de cores empregada por Beckett, que vai dos tons róseos do crepúsculo, passando pelo vermelho do bordel e do hímen lacerado, pelo violeta da lamparina, até o negro dos olhos e do céu noturno, fazem-no contrastar com seu antecessor “Alba” que empregava tons radiantes de branco. Para Lawlor e Pilling (2012, p. 273) tal contraste não é acaso, mas sim um desenvolvimento do mesmo tema, visto por um ponto de vista diferente. Porque, enquanto “Alba” versa sobre o amor idealizado, “Dortmunder” trata do amor real, carnal, o amor possível. Enquanto em “Alba” o sujeito poético antecipava, passivo, a chegada de sua amada, em “Dortmunder” ele ativamente a segue até o lugar onde deverão sanar suas paixões (LAWLOR, 2007, p. 233). Ainda assim é ela quem o domina, através de sua magia, como o fez a feiticeira homérica Circe (SEGAL apud LAWLOR, 2007, p. 233-234).

O tema da ausência em “Dortmunder” pode ser percebido no cenário em que se desenvolve a narrativa do poema. A ausência da Beatriz de “Alba” (que impulsiona o sujeito poético ao prostíbulo),

⁴ “Dort,” meaning ‘there, not here’, and ‘mund’, ‘world’. In effect, it may signify either ‘the other world’ or something not of this world, not belonging to this world, and the whole coinage would point to an enigmatic ‘dweller not of this world’”

a ausência de luz, a nulidade do sujeito poético frente à todopoderosa prostituta, a ausência de integridade do jade em lascas e do hímene lacerado, a ruína da cafetina ampliada em um sujeito que se compara aos dejetos de Habacuque, a ausência de vida em Schopenhauer e a ausência de toque no alaúde posto de lado.

Considerações finais

O que proponho, portanto, é a identificação desse princípio organizador, a poética dos poemas de Beckett, no qual me baseio para criar minhas traduções. De maneira preliminar, creio ser possível encontrar nos outros poemas de *Echo's Bones and Other Precipitates* a mesma "poética da ausência". Posto que as referências à *Comédia*, em especial à Beatriz, apontam para o tema da busca do ideal. Como dito anteriormente, Beckett acreditava que a criação artística e a contemplação estética eram meios de alcançar redenção e transcendência. Beatriz é, em seus poemas, a meta do poeta. Mesmo que esteja ausente em poemas como "The Vulture" e "Dortmunder", a busca pela expressão poética perfeita é trabalhada nos três poemas. Para Beckett, Beatriz é a poesia. Contudo, como o nome da coleção denuncia quando alude ao mito de Eco e Narciso, o que podemos esperar da busca pelo amor ideal — neste caso da ninfa para com o semideus — é o completo esvaziamento do ser. À ninfa rejeitada sem poder consumir seu amor resta a morte, apenas a sua voz e os ossos transformados em pedra permanecem. A busca do poeta esvazia-o, o que sobra de sua empreitada são suas precipitações, a voz sem corpo, os poemas-ossos-pedras.

Referências

BECKETT, Samuel. *The Collected Poems of Samuel Beckett*. LAWLOR, Seán; PILLING, John (ed). Nova Iorque: Grove Press, 2012.

BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Trad. Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan, Andreia Guerini. Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.

CAMPOS, Haroldo de. Da tradução como criação e crítica. In: NÓBREGA, Thelma Médici; TÁPIA, Marcelo (org.). *Haroldo de Campos — Transcrição*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

LAWLOR, Seán. “Alba” and “Dortmunder”: Signposting Paradise and the Balls-aching World. In: *Samuel Beckett Today*, vol. 18, “All Sturn and no Drang”: Beckett and Romanticism, Beckett at Reading. Países Baixos: BRILL, 2007.

MCDONALD, Rónán. *The Cambridge Introduction to Samuel Beckett*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2006.

MESCHONNIC, Henri. *Poética do Traduzir*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva, 2010.

STUDNIARZ, Sławomir. Echo’s Bones and Samuel Beckett’s Early Aesthetics: “The Vulture”, “Alba” and “Dortmunder” as Poetic Manifestos. In: *Estudios Irlandeses*, 15 (2020): p. 116-129. Espanha: 2020. Disponível em: <https://www.estudiosirlandeses.org/wp-content/uploads/2020/03/DEFSTUDNIARZ.pdf>

Bloco III

Linguística textual

“O Brazil não conhece o Brasil”: um estudo acerca do processamento textual na leitura da hq digital ‘Confinada’

Janayna Rocha da Silva¹

Palavras iniciais

Globalmente, o ano de 2020 foi atravessado por discursos que remetiam a crises, em diversas esferas — de saúde, econômica, política —, em virtude da pandemia do novo coronavírus, transmissor da Covid-19, doença que tem levado a óbito muitas vidas pelo mundo inteiro. Antes do advento da vacina, a única forma de prevenção era o isolamento social. Essa medida preventiva, no entanto, afetou de forma negativa, principalmente, o cotidiano das classes mais vulneráveis, as quais viviam em meio ao dilema de ter que cumprir o isolamento e não poder fazê-lo pela falta de condições para manutenção da renda pessoal e familiar.

Essa realidade foi exposta em diversas mídias, que, por meio da linguagem, (re)construíram as situações vividas por diferentes cidadãos na quarentena como na história em quadrinhos (HQ) *Confinada*, de Leandro Assis e Triscila Oliveira, publicada periodicamente na página do ilustrador Leandro Assis, na rede social Instagram. A HQ narra a dicotomia do cotidiano das classes sociais brasileiras — a classe média alta e as classes socioeconomicamente menos favorecidas — durante o período de quarentena.

É preciso destacarmos que este trabalho denomina a obra de Leandro Assis e Triscila Oliveira como ‘história em quadrinhos’ tendo como base os postulados de Ramos (2010). De acordo com o

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense. Orientada pelo prof. dr. Fabio André Cardoso Coelho. E-mail: rochajanayna1412@gmail.com

autor, o termo ‘história em quadrinhos’ seria um grande ‘guarda-chuva’ que abarcaria uma diversidade de gêneros como charge, cartum, *graphic novel*, *comics*, tirinhas etc., fazendo uso da verbo-visualidade para a produção de sentidos, sendo, portanto, um *hipergênero*.

Assim, o trabalho proposto objetiva refletir acerca dos três grandes sistemas de conhecimento envolvidos no processamento textual: o linguístico, o enciclopédico e o interacional. Acreditamos que pensar os três sistemas de conhecimento em um gênero textual – HQ digital –, cuja veiculação é realizada nas redes sociais digitais, seja uma forma de contribuir para as práticas escolares de leitura em ambiente digital.

A internet e as HQs digitais

Em 1895, Richard Outcault criou a lâmina *The yellow kid* – O menino amarelo – para o jornal *New York World*. Tal composição marca o surgimento das histórias em quadrinhos como conhecemos na atualidade: narrativa estruturada em uma sequência de quadros que apresentam personagens constantes, legendas e falas organizadas em balões, temáticas diversas. Goida (2011) *apud* Xavier (2016) aponta que

no princípio, a figura fazia parte de um painel maior; o sucesso levou Outcault a produzir algum material semanal, no qual havia pequenas histórias distribuídas em quatro ou mais imagens; em alguns momentos, o garoto amarelo falava em balões; estava, assim, “lançada a moda”. (p. 9)

O sucesso das HQs, contudo, só ocorre em meados do século XX, especificamente, no pós-Segunda Guerra Mundial. As HQs que traziam como actantes heróis norte-americanos foram difundidas no mundo inteiro, sendo, muitas vezes, não só traduzidas, mas também adaptadas ao contexto cultural de cada país. Patati e Braga (2006, p. 9) salientam que as histórias em quadrinhos são “um dos mais difundidos meios de fabulação visual e popular do planeta”, sendo

uma “importante ferramenta na construção do imaginário coletivo de povos ocidentais e orientais” (PATATI; BRAGA, 2006, p. 12).

Will Eisner (2010, p. 9) define as HQs como um “veículo de expressão criativa, uma disciplina distinta, uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia”. Utilizada como um gênero que permite a veiculação de opiniões e críticas, as HQs, seja em forma de tirinhas, charges ou cartuns, penetraram também no espaço escolar, uma vez que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa salientam que a

unidade básica do ensino só pode ser o texto. Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino. Nessa perspectiva, é necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas (BRASIL, 1998, p. 23; grifo nosso).

O ensino, portanto, deve contemplar uma diversidade de gêneros, dentre os quais está a HQ. Com o surgimento da *Web 2.0*, um novo formato de HQs surgiu: as HQs digitais. De acordo com Franco (2009) *apud* Krening; Silva; Silva (2015, p. 38),

as HQs digitais compõem uma das novas linguagens características da contemporaneidade e da convergência midiática e estas não vieram para competir com suas contrapartes impressas, mas sim, para abrir novos espaços, possibilitando o convívio das linguagens.

As tecnologias digitais e a internet trouxeram significativas mudanças para as histórias em quadrinhos. Scott McCloud (2006), um dos pioneiros no estudo das histórias em quadrinhos em ambiente digital, aponta três revoluções no que tange às HQs e às tecnologias digitais: produção digital, difusão digital e histórias digitais.

A produção digital modificou a forma como as histórias em quadrinhos são criadas, “tarefas como finalização, colorido e

letreiramento, antes feitas de forma analógica, foram em sua maior parte digitalizadas, especialmente pela questão do tempo de produção” (KRENING; SILVA; SILVA, 2015, p. 38). Por sua vez, a difusão digital impactou a indústria e a produção de HQs, tendo em vista que existem inúmeras formas de se publicar histórias em quadrinhos nas redes sem que para isso seja preciso a intermediação de uma editora. Como mencionado anteriormente, Leandro Assis e Triscila Oliveira publicam as suas histórias na rede digital Instagram. Há, portanto, um contato direto entre artista e público sem que para isso haja a mediação de uma editora. Luna (2014) *apud* Krening; Silva; Silva (2015, p. 39) aponta três motivos para o crescimento dos quadrinhos na internet,

o primeiro, seria a interatividade, na medida em que o retorno de algo postado na internet é imediato. Em segundo lugar, a questão de espaço. O autor destaca que a produção e impressão no Brasil ainda é cara e que o suporte digital permite a publicação sem tais custos. Por fim, o autor destaca a abrangência. A internet permite que qualquer pessoa no mundo possa ler a HQ, inclusive utilizando as ferramentas de tradução hoje disponíveis.

Por fim, as histórias digitais referem-se à evolução dos quadrinhos em um ambiente digital. Mendo (2008) *apud* Santos (2014, p. 44) lista cinco grupos de HQs digitais: as HQs que, em um espaço digital, reproduzem a página da impressa, as que reproduzem o formato impresso, mas o adaptam a tela do computador, as com interface característica dos meios digitais, as com utilização moderada dos recursos digitais e as HQs com recursos avançados de animação, som e interatividade.

A obra de Assis e Triscila pode ser classificada como pertencente às HQs que, embora sejam produzidas para o ambiente digital, apenas o utilizam como um meio de veiculação, tendo em vista que há uma reprodução do que seria a versão impressa. Além de publicarem as suas histórias, periodicamente, no Instagram, os

quadrinistas optaram pelo formato Carrossel², o que proporciona ao leitor a sensação do ‘virar a página’, ademais construíram as narrativas por meio de personagens constantes e organizaram as falas em balões e legendas, promovendo, portanto, um simulacro da HQ impressa.

Há, portanto, um universo inteiro para ser explorado no que concerne às HQs digitais e já há artistas experimentando as possibilidades que a Internet oferece. A nossa próxima seção versará sobre o contrato comunicativo, um conceito caro à Teoria Semiociológica de Análise do Discurso.

A Semiociológica e o contrato comunicativo

A Teoria Semiociológica de Análise do Discurso, postulada pelo professor Patrick Charaudeau, apresenta o ato de linguagem como uma encenação discursiva realizada por sujeitos que interagem entre si, em um determinado contexto situacional, regidos por um contrato comunicacional. O emprego do termo contrato comunicacional, retirado do domínio jurídico, é um conceito significativo. Todo ato de linguagem está inserido em um contrato de comunicação que, normalmente, é acordado entre os parceiros da troca linguageira. Segundo Charaudeau; Maingueneau (2016, p. 132), o contrato de comunicação define-se como:

o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja a sua forma, oral, escrita, monolociativa ou interlocutiva). É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias).

² O formato carrossel no Instagram é aquele que funciona como uma espécie de álbum no qual é possível inserir até dez itens no mesmo *post* bastando arrastar para o lado para ver imagens ou vídeos em sequência.

Para fins didáticos, vejamos o esquema do contrato de comunicação formulado por Charaudeau:

Esquema 01. Contrato de comunicação



Fonte: Charaudeau (2016, p. 77)

Os contratos, portanto, podem ser entendidos como os contextos específicos nos quais ocorrem as trocas entre os sujeitos que se comunicam. Dentro de tais contratos, há um espaço de restrições e outro de estratégias que surgem das condições específicas do ato comunicativo.

É válido dizer que o contrato é sempre condicionado pelo gênero textual escolhido, o qual determina também a seleção, a organização e a revisão das ideias para os ajustes/reajustes necessários, tendo em vista a eficiência e a eficácia da comunicação (RIBEIRO, 2016, p. 60).

Assim, o texto se estabelece por meio de um contrato comunicativo que apresenta restrições e rituais próprios de um circuito de comunicação. É preciso destacarmos com qual noção de texto este trabalho se coaduna. Pensamos o texto a partir dos pressupostos de Cavalcante (2020, p. 19):

Hoje, o entendimento sobre o que vem a ser um texto é balizado pela noção de interação. O texto, então, é tomado como um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto

sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção dos sentidos e das referências dos textos.

Ao aplicarmos o dispositivo do contrato de comunicação ao *corpus*, observamos que, em “Confinada”, no lugar das condições de produção, o Eu-comunicante é materializado por meio dos escritores Leandro Assis e Triscila Oliveira e do quadrinista Leandro Assis. Enquanto no lugar de construção do texto, o Eu-enunciador é concretizado através de um narrador implícito e dos personagens. Já no lugar das condições de interpretação, temos o Tu-destinatário, que surge no leitor idealizado pelo Eu-comunicante, em outras palavras, é o público-alvo de Assis e Oliveira, enquanto o Tu-interpretante corporifica-se no leitor real, aquele que, de fato, tem contato com a obra.

A próxima seção trará os conhecimentos necessários para o processamento textual.

A Linguística Textual e o processamento textual

Antes de abordarmos os três grandes sistemas de conhecimento por meio dos quais se realiza o processamento textual, faz-se necessário pensarmos a concepção de leitura com a qual este trabalho se associa.

A leitura é uma atividade humana importante, estando presente em nosso cotidiano, seja quando lemos a bula de um remédio, seja quando utilizamos o celular, por exemplo. Koch; Elias (2015) apontam que a concepção do que é leitura pode ser diversa, já que depende da noção que se tenha de sujeito, língua e texto. Assim, para alguns, a leitura pode ser entendida como uma atividade de captação das ideias do autor; para outros, como uma atividade que exige do leitor foco no texto, em sua linearidade, nos ditos. Há ainda uma terceira concepção, com a qual este trabalho se coaduna, que pensa a leitura como uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos.

Dessa forma, a atividade de leitura e produção de sentido exige do sujeito-leitor que ele acione várias estratégias sociocognitivas. Segundo Koch e Elias (2015), tais estratégias mobilizam vários tipos de conhecimentos por meio dos quais se realiza o processamento textual.

Dizer que o processamento textual é estratégico significa que os leitores, diante de um texto, realizam simultaneamente vários passos interpretativos finalisticamente orientados, efetivos, eficientes, flexíveis e extremamente rápidos. (p. 39)

Há, portanto, três grandes sistemas de conhecimento para o qual o leitor recorre a fim de processar o texto. Vejamos cada um deles a partir de Koch e Elias (2015):

a) *Conhecimento linguístico*: Abarca o conhecimento gramatical e lexical. Por meio deste tipo de conhecimento, é possível compreender a organização do material linguístico, o uso de coesivos para efetuar a remissão ou a sequenciação textual e pela seleção lexical adequada ao tema. Neste momento, o olhar volta-se ao contexto.

b) *Conhecimento enciclopédico (ou conhecimento de mundo)*: Refere-se aos conhecimentos gerais sobre o mundo ao qual o sujeito-leitor adquire ao longo de sua vida, seria uma espécie de *thesaurus* mental.

c) *Conhecimento interacional*: Compreende as formas de interação que ocorrem por meio da linguagem. Ele divide-se em ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural. O conhecimento ilocucional permite ao leitor que reconheça os objetivos e propósitos do texto. Já o conhecimento comunicacional aponta para a quantidade de informações necessárias para que o parceiro da troca comunicativa possa reconstruir o objetivo da produção do texto, além da adequação da variante linguística e do gênero textual selecionados. Por sua vez, o conhecimento metacomunicativo permite ao locutor assegurar a compreensão do texto e conseguir a aceitação pelo parceiro dos objetivos com que é produzido. Por fim, o conhecimento superestrutural é aquele que

permite o reconhecimento dos gêneros textuais adequados aos diversos eventos da vida social.

É importante destacarmos que a divisão dos três grandes grupos de conhecimento — linguístico, enciclopédico e interacional — ocorre meramente por questões didáticas, tendo em vista que todos esses estágios mentais são ativados simultaneamente durante a leitura e a interpretação textual. Por meio do episódio nº 03, *Get shit done*, da série “Confinada” buscaremos mostrar como ocorre o processamento textual. Vamos, então, a nossa próxima seção que trará a análise do *corpus*.

Análise do *corpus*

A HQ “Confinada” ilustra os sentimentos advindos do confinamento. De um lado, a classe média alta, representada por Fran, que se encontra entediada em decorrência da privação das atividades presenciais, e com a necessidade de se autoafirmar nas redes sociais enquanto ser humano equilibrado, consciente, que pensa no bem-estar coletivo e, portanto, precisa ficar em casa. Do outro lado, as classes dos trabalhadores assalariados, informais, moradores de comunidades, representados por Ju, que se encontra em meio a dor de ter que se distanciar da família, ficando no trabalho para garantir uma menor exposição, ou a de ter que continuar se expondo e, com isso, arriscar também toda a família.

Em meio a esse enredo, o episódio número 3, *Get shit done*, narra uma proposta de trabalho recebida por Fran. Ela é convidada a anunciar a marca *Apes*, um aplicativo de entrega, em suas redes sociais. Vejamos, portanto, os três grandes grupos de conhecimento a partir do episódio em questão.

O conhecimento linguístico pode ser ativado levando o sujeito-leitor a explorar os quadros. Ao realizar tal exploração, os elementos linguísticos, os não linguísticos, a disposição dos balões, as legendas, a seleção lexical, entre outros recursos presentes na superfície do texto, são observados.

No primeiro quadro, por exemplo, elementos icônicos mostram o personagem Thade, situado em um espaço que se assemelha a um escritório, vestindo uma camisa com a imagem de um macaco que carrega uma mochila térmica, seguida pelo nome “Apes”. Nos balões, a cadeia referencial — “mercado”, “business”, “campanha forte” e “marca” — delinea o campo semântico da proposta de trabalho e permite inferir que “Apes” é o nome da empresa de Thade.

Figura 1. Thade



Fonte: Página de Leandro Assis no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/leandro_assis_ilustra/. Acesso em: 01dez. 2021.

O referente “Apes” relaciona-se ao símbolo da camisa (macaco carregando a mochila), indicando, através de uma metáfora visual construída pelo valor conotado dado à imagem, que esta marca se refere a um serviço de entrega, visto que, no contexto, a mochila térmica alude às entregas, enquanto o macaco, aos entregadores.

Faz-se necessário lembrar, no entanto, que estes sentidos não são dados *a priori*, mas advêm das relações entre os sujeitos e seus conhecimentos de mundo, sendo estes resultantes “de aspectos socioculturais estereotipados” (KOCH; TRAVAGLIA, 2005). Logo, a inferência processada a partir da leitura complementar entre

imagem e palavra só é possível, porque processamos cognitivamente os conhecimentos que são socialmente construídos. Portanto, neste momento, temos o conhecimento enciclopédico acionado.

A progressão da narrativa, no entanto, explicita que nem todas as vidas poderão contar com o serviço e, conseqüentemente, serem salvas, uma vez que a personagem Ju, por exemplo, sendo empregada doméstica, continua a frequentar o mercado para realizar compras para a sua patroa e a se expor a aglomerações nos transportes urbanos para ir trabalhar, assim como os entregadores da marca.

Figura 2. Ju



Fonte: Página de Leandro Assis no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/leandro_assis_ilustra/. Acesso em: 01dez. 2021.

Essas informações, inferidas da leitura das imagens, reforçam ainda mais a distinção dos grupos, já que também promovem outra conotação ao sentido dos elementos linguísticos utilizados por Thaede e Fran para significar a campanha a qual esta promoverá com sua imagem.

Figura 3. Fran



Fonte: Página de Leandro Assis no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/leandro_assis_ilustra/. Acesso em: 01dez. 2021.

Como podemos observar, o significado das expressões referenciais — “nosso usuário”, “nossa galera”, “nós” e “nossos amigos”, “nossa família” e “pessoas que importam de verdade”, é concretizado na dessemelhança entre esses signos linguísticos e as imagens comentadas que levam a entender que nem todos os indivíduos estão englobados nessas formas nominais indicativas de plural utilizadas por Fran e Thade, portanto nem todos realizarão a quarentena, nem estarão a salvo do contágio.

Dando continuidade aos sistemas de conhecimento, chegamos ao conhecimento interacional que, como foi dito anteriormente, divide-se em ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural. O sujeito-leitor, ao entrar em contato com a HQ de Assis e Oliveira, reconhece, por meio do conhecimento ilocucional, que se trata de uma narrativa cujo propósito é apontar para o confinamento e a abissal desigualdade social vivida pelos brasileiros. Ademais, em relação ao conhecimento comunicacional, o gênero HQ apresenta como uma de suas características o uso da linguagem informal, o que podemos observar, por exemplo, na fala de Thade com as expressões ‘briga de cachorro grande’ e ‘dar um

gás'. Já o conhecimento metacomunicativo se dá por intermédio dos formatos dos balões e das legendas. Os balões pontilhados, por exemplo, indicam que Fran ao mesmo tempo em que ouve a proposta de Thade através de uma chamada de vídeo, conversa, presencialmente, com Ju.

Figura 4. Fran conversa com Ju



Fonte: Página de Leandro Assis no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/leandro_assis_ilustra/. Acesso em: 01dez. 2021.

Por fim, o superestrutural permite ao leitor identificar o texto como uma HQ. Isso ocorre pelos quadros, balões, diálogos e o amálgama entre a parcela verbal e a parcela visual presentes no texto. O processamento textual, portanto, é o resultado das várias estratégias sociocognitivas que, ao lermos, colocamos em ação. Os leitores ao entrarem em contato com o texto realizam vários passos interpretativos, por intermédio dos três grandes sistemas de conhecimento, o que permite que eles caminhem em direção à interpretação textual.

Considerações finais

É importante ressaltar que, em sua estrutura, a HQ inaugura uma multiplicidade de espaços discursivos. Assim, apesar de sabermos

que, enquanto texto narrativo, a HQ possui um narrador, sujeito enunciador, que apresenta uma identidade social e intencionalidades para o discurso, como a de levar a sociedade a refletir sobre as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira, procedemos a uma análise textual-discursiva, considerando espaço e situação comunicativa dos personagens, os quais, no contexto, assumem identidades sociais próprias e, discursivamente, agem de forma apropriada ao alcance dos objetivos visados.

Assim, a partir do percurso de leitura apresentado, foi possível traçar um dos possíveis caminhos para a competência leitora. Acreditamos que, na contemporaneidade, as redes sociais possibilitam novas formas de comunicação, além de estarem cada vez mais inseridas em nosso cotidiano. Esses novos modos de comunicação pressupõem novas capacidades para uma interação eficiente. Dessa forma, entendemos que trabalhar a leitura de textos que estão inseridos no terreno digital em sala de aula é uma prática que deve ser realizada de forma sistematizada.

Referências

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/bibliografia0210.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.
- CAVALCANTE, M.M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2020
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.
- EISNER, W. *Quadrinhos e arte sequencial: princípios e práticas do lendário cartunista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FRANCO, E. S. Novos suportes para as narrativas sequenciais. *Entrevista realizada pelo professor Roberto Elísio dos Santos em dezembro*

de 2008. In: Caderno.com: Publicação do Curso de Comunicação Social da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. V.4, n. 1 jan/jun 2009. São Caetano do Sul: USCS, 2009. P. 3-6.

GOIDA, H. C. *Pequena história das histórias em quadrinhos*. In: GOIDA, H. C.; KLEINERT, A. Enciclopédia dos quadrinhos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e Compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____; TRAVAGLIA, L.C. *Texto e coerência*, 10. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

KRENING, T. S.; SILVA, T. L. K.; SILVA, R. P. *Histórias em quadrinhos digitais: linguagem e convergência digital*. São Paulo: 9ª arte, v.4, p. 35-44, 2º sem. 2015.

LUNA, P. de. *HQs digitais e quadrinhos na internet*. In: LUIZ, Lucio (org.). *Os quadrinhos na era digital: HQtrônicas, webcomics e cultura participativa*. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial Editora, 2014.

MCCLOUD, S. *Reinventando os quadrinhos*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2006.

MENDO, A.G. *História em quadrinhos: impresso vs. Web*. São Paulo: Unesp, 2008.

PATATI, C.; BRAGA, F. *Almanaque dos quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, P. F. N. Práticas de leitura mediada no ensino básico: entre situações, sentidos e formas. In: DIAS, A.; FERES, B. dos S.; ROSÁRIO, I. da C. (orgs.). *Leitura e formação do leitor — Cinco estudos e um relato de experiência*. 7 Letras: Rio de Janeiro, 2016

SANTOS, R. E.; CORRÊA, V.; TOMÉ, M. L. As webcomics brasileiras. In: LUIZ, Lucio (org.). *Os Quadrinhos na era digital: HQtrônicas, webcomics e cultura participativa*. Nova Iguaçu: Marsupial Editora, 2014.

XAVIER, G.K.R.S. *Efeitos da encenação descritiva e narrativa na verbo-visualidade da Turma da Mônica Jovem*. 2016. 235 p. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2016.

Diálogos necessários: Letramento digital e ensino antirracista

Vívian Lúcia Xavier Pereira¹

Primeiras palavras

Este trabalho pretende ofertar algumas diretrizes que motivem a afluência entre ensino e a formação antirracista, na tentativa de instigar as práticas pedagógicas progressistas e democráticas, no que se refere ao campo da inclusão e da diversidade, acreditando, sempre, no caminhar em direção à igualdade. Assim, pensando em articular os processos culturais do contexto social atual, conjuntamente com as manifestações multissemióticas do terreno digital, assentaremos o olhar nas expressivas contribuições da Teoria Semiolinguística da Análise do Discurso, em especial, na noção de contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2018), bem como, as de estereótipos e imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2017a).

Pensando, também, na área educacional, em diálogo com o letramento digital, elegemos, aqui, a rede social digital *Instagram*, a fim de alargarmos o conceito de hipertexto (KOCH, 2015) e os processos de multilinearização, multissequenciação e não determinação de espaço no ambiente virtual, em específico, os destaques nomeados como *#vozesnegrasimportam*, expostos no perfil *@quebrandootabu*, com a finalidade de reconhecer e valorizar a importância da pluralidade humana, sobretudo, no que diz respeito à raça, ao gênero, levando em conta que essa diáde, historicamente, foi e ainda é escravizada, silenciada, desmerecida e

¹ Vívian Lúcia Xavier Pereira — Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense — UFF. Orientada pelo prof. dr. Fabio André Cardoso Coelho

submetida à exclusão e à privação de direitos fundamentais, por ser marcada pelos estereótipos que alicerçam a discriminação e a desigualdade.

Desse modo, avaliar, hoje, as relações sociais exige, automaticamente, uma reflexão acerca das redes sociais. Essa dinâmica social possibilita que sujeitos invisibilizados protagonizem espaços, que por séculos foram negados. Não é à toa que o *corpus*, aqui recortado, é composto pelas palavras “vozes negras importam”, precedidas do elemento *hashtag*, cuja função é impulsionar essas “vozes”, fazendo com que elas transitem em terrenos tecnológicos variados, com a finalidade de promover o reconhecimento da dignidade e da igualdade entre pessoas negras e não negras. E, sobretudo, desacorrentar negros e negras que ainda carregam amarras derivadas da situação colonial, como diz Fanon em *Peles Negras, Máscaras Brancas*:

Sim, como se vê, fazendo-se apelo à humanidade, ao sentimento de dignidade, ao amor, à caridade, seria fácil provar ou forçar a admissão de que o negro é igual ao branco. Mas nosso objetivo é outro. O que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial (FANON, 2008, p. 44).

Nessa organização de temas, que engloba letramento digital e uma proposta de ensino antirracista, nota-se que, dentro do ordenamento social, a linguagem tem sido trampolim impulsionador de saltos transformadores para um mundo mais justo. Assim, considerando a importância da multidisciplinaridade, recorreremos aos pressupostos da Linguística Textual, relativos aos hipertextos, impulsionados por *hyperlinks*, a fim de demonstrar novas possibilidades metodológicas vinculadas ao ensino. As bases teóricas que fundamentam esta pesquisa são os estudos de Charaudeau (2018), Charaudeau (2017a), Charaudeau (2017b), Koch (2015), Santaella (2009), Almeida (2021), Gomes (2027), entre outros. Esses autores vêm desenvolvendo discussões de ordem social, aproximando, principalmente, o letramento tecnológico. Este aspecto tem representado um expressivo avanço nas propostas de ensino.

Tabus a serem ressignificados

A palavra “tabu”, mesmo que não inserida em um contexto determinado, desperta pensar em algum significado próximo à condenação cristalizada socialmente. Ao nomearmos algo como “tabu”, estamos nos referindo à fuga dos padrões, sejam eles morais, sexuais, religiosos, que fazem parte de uma cultura solidificada. No entanto, esses tabus, na maioria das vezes, estão relacionados com convenções que ferem à existência de indivíduos que margeiam a preservação dos “bons costumes” de determinadas sociedades. Por essa razão, a *internet* tem se tornado uma grande aliada na propagação discursiva de assuntos, que antes, tinham baixa notoriedade. O racismo no Brasil, por exemplo, é uma prática continuada exercida pelos grupos hegemônicos, formados, geralmente, por pessoas não negras, que exercem hábitos de superioridade somente em razão da cor da pele.

Em *Racismo Estrutural*, Silvio Almeida (2021) afirma que as desigualdades que envolvem raça são sustentadas pela manifestação de três pilares que confluem para as abissais desvantagens, a saber: *racismo, preconceito e discriminação*. Sendo racismo

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2021, p. 32).

O *preconceito* racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias, tais como: negão (sexualizado); nega maluca (desequilibrada ou cômica); negro de alma branca (bem educado, contrariando os moldes instituídos à população negra); favelada (marginal); crioulo doido, entre outros.

Pensando no valor semântico das palavras racismo e preconceito (racial), recorreremos à ótica de Charaudeau, a fim de considerar, também, os apontamentos acerca de estereótipos e

imaginários sociodiscursivos, no que se refere a cristalizações na sociedade. A temática dos imaginários sociodiscursivos confere o reconhecimento de que os imaginários surgem a partir dos mecanismos advindos da representação social que o sujeito imprime ao mundo, representando, assim, a realidade através dos saberes compartilhados entre os indivíduos. São saberes que subsidiam o sistema de pensamento, construído pelos grupos sociais, com o objetivo de edificar a construção de valores e identidades fundamentais para a estruturação desse grupo social, ou seja, concepções sobre o mundo e sobre os seres que alimentam a construção do real, das representações sociais.

Cada sociedade determina os objetos de conhecimento, classifica-os de certa maneira em domínios de experiência, atribui-lhes valores. Isso se faz mediante a atividade de linguagem que *tematiza* esses objetos e esses domínios, *problematiza* a maneira como se deve considerá-los, precisa o *posicionamento* daquele que fala: dizer do que se trata, qual questão se coloca e eventualmente o que responder (CHARAUDEAU, 2017 b, p. 188, grifos do autor).

Para Charaudeau (2017b, p. 203), o imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações, ao contrário do seu emprego corrente, ou seja, imaginário não é estritamente o avesso do real. Na verdade, o imaginário se constrói através de um processo recíproco: a relação que o homem mantém com a realidade e a percepção da realidade significada pelo homem. Embora, para Charaudeau, *imaginário*, *estereótipos* e *representação social* possuam características próximas, aqui, destacamos os estereótipos que giram em torno da população negra, sobretudo da mulher negra, bem como, do porquê dessas mulheres estarem em uma crescente de notabilidade dentro e fora das telas, combatendo, portanto, a discriminação — um dos pilares mencionado por Silvio Almeida (2021). Em que o autor declara que

é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem

o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (ALMEIDA, 2021, p. 32).

Charaudeau (2017b) acentua que o imaginário não pode querer testemunhar uma verdade, pois todo imaginário é um imaginário de verdade essencializado em um saber do mundo. O imaginário reflete a visão que o homem tem do mundo, construída a partir de percepções individuais. Charaudeau (ibid.) implica que, para funcionar como espelho identitário frente aos membros de um grupo social, esse imaginário deve projetar-se em uma preparação discursiva. Tais imaginários circulam em um espaço de interdiscursividade e dão um testemunho das identidades coletivas, da percepção e dos julgamentos que os grupos fazem dos fatos sociais.

Almeida (2021) ramifica a discriminação em *direta* e *indireta*, sendo esta marcada pela ausência de marcas explícitas relacionadas à condição racial e aquela, motivada exclusivamente pelo quesito racial, sendo a estratificação social o resultado dessas práticas discriminatórias perpassadas por gerações, impondo aos indivíduos negros posições específicas de servilismo.

Diante desse cenário secular de submissão e disparidade social, negras e negros, historicamente, organizam-se, com o firme objetivo de angariar espaços de respeito, de direitos e de disputa, na luta pela quebra dos estereótipos que alimentam a ideia de que a identidade negra possui inferioridade intelectual.

Nilma Lino Gomes (2020) enumera algumas conquistas fundamentais, alcançadas com o sangue e o suor das organizações dos movimentos negros, das quais destacam-se, na conjuntura brasileira, algumas ações afirmativas na educação e no trabalho. Gomes (ibid., p. 35) cita, no plano acadêmico, a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) nos anos 2000; em 2004, o Ministério da Educação institucionalizou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que visava alargar as políticas públicas que contemplassem as demandas apresentadas pelo Movimento

Negro. Um ano antes, em 2003, houve o sancionamento da Lei 10.639, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos fundamental e médio, que posteriormente foi alterada pela Lei 11.645, no ano de 2008, com o abarcamento da temática indígena. Ademais, diversas universidades públicas abriram as portas para o acolhimento de alunas e alunos que disputaram vagas a partir das políticas enredadas nos estudos que apontaram para a inclusão das cotas raciais.

Chegado até aqui, nota-se a importância dos movimentos sociais no que concerne às reivindicações emancipatórias na luta contra a desigualdade social, nascida, em especial, em berços racistas, preconceituosos e discriminatórios. Cabe, portanto, salientar que essas conquistas emergiram com mais volume a partir dos mesmos anos em que a *internet* também estava em ebulição no Brasil. Sem contar que esses primeiros passos, no sentido de uma tentativa de reparação racial, deram-se no período em que o leme político brasileiro estava sendo guiado por dirigentes progressistas, adeptos ao diálogo com as minorias populacionais. À vista disso, com base na tríade: movimento negro — expansão da *internet* — políticas progressistas, vimos ebulir uma nova roupagem vestindo os movimentos sociais: as mobilizações em redes sociais digitais, que, aqui, serão mostradas pela página @quebrandootabu na rede social *Instagram*.

Ativismo Digital: Vozes Negras Importam

O expressivo aumento do acesso à *internet* possibilitou que novas configurações de organizações despontassem nas redes sociais, incitando, automaticamente, um ativismo digital, nomeado por alguns estudiosos como *ciberativismo*.

Santaella (2009) afirma que a revolução tecnológica “é ainda mais profunda do que foi a explosão da cultura de massas, com seus meios técnicos mecânicos-eletrônicos de produção e transmissão de mensagens” (SANTAELLA, 2009, p. 389). Assim, a

tecnologia da revolução informacional propiciou o desenvolvimento de uma nova linguagem: a hipermídia.

Antes da era digital, os suportes estavam separados por serem incompatíveis: o desenho, a pintura e a gravura nas telas, o texto e as imagens gráficas no papel, a fotografia e o filme na película química, o som e o vídeo na fita magnética. Depois de passarem pela digitalização, todos esses campos tradicionais de produção de linguagem e processos de comunicação humanos juntaram-se na constituição da hipermídia. Para ela convergem o texto escrito (livros, periódicos científicos, jornais, revistas), o audiovisual (televisão, vídeo, cinema) e a informática (computadores e programas informáticos) (ibid., p. 390).

Faz-se fundamental dizer que a estrutura desses organismos de enfrentamento, inicialmente, formavam-se por grupos de indivíduos, com uma determinada face política – possivelmente partidária, uma demanda específica e uma liderança.

Com o alastramento da *internet* no Brasil, sobretudo, das redes sociais digitais, essa estrutura praticada pelos movimentos sociais sofreu significativas transformações. Santaella (2016), fundamentada em Alain Touraine, busca compreender essa expansão.

Os novos movimentos sociais vieram ganhar incremento ao tirar proveito dos aparatos das redes digitais. Antes estritamente dependentes das praças públicas, bloqueios de estradas e de avenidas etc., hoje, sem deixar de fazer uso desses meios de visibilidade, eles adquiriram aceleração e amplitude graças às tecnologias computacionais interativas, especialmente as nômades, que se desvencilham dos limites impostos pelos fios (SANTAELLA, 2016, 62-63).

Essa estrutura das redes é sistematizada por hipertextos conduzidos por *hiperlinks*, que conectam e guiam sujeitos por afinidades ou por necessidades. Koch (2015) considera a hipótese sociocognitiva sobre a linguagem, vista como uma atividade interativa, o que leva necessariamente a uma concepção processual da construção de sentido. Assim, o hipertexto constitui-se como um suporte capaz de congrega muitas mídias (som, imagem, escrita), transformando-se em uma ferramenta hipermidiática. Os

hipertextos acontecem dentro e fora do ambiente que contenha *internet* (redes, *blogs*, *sites*, *e-mail* etc).

Refletindo, agora, acerca do perfil @quebrandootabu, assentaremos o olhar para o destaque nomeado como “vozes negras importam”.



Fonte: Instagram, @quebrandootabu. <https://www.instagram.com/quebrandootabu/>. Acesso em: 24/06/2021.

Vemos na figura um amontoado de informações, sustentadas por *hiperlinks*, que direcionam o usuário para outros *links*, formando uma cadeia imensurável de construção de sentido. Para tanto, voltamos aos postulados de Charaudeau (2016), a fim de entendermos o ato de linguagem, visto que esta página do *instagram* une sujeitos possuidores do mesmo propósito, qual seja, afirmar a

importância de vozes negras. O despertar desse sentido se dá pelos saberes do ambiente da rede e das implicações advindas dos saberes individuais dos usuários, regulados por um contrato de comunicação. A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de reconhecimento análoga a sua. Nessa perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência (ibid., p. 56).

Todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e explícito (CHARAUDEAU, 2016, p. 52). Ainda que imaterial, há uma amarração entre quem emite e quem recebe, é no reconhecimento dessas restrições que o contrato de comunicação se constitui. Charaudeau e Maingueneau (2018) atestam que o contrato de comunicação é um conceito fundamental, definindo-o como o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação. É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias). Ao reproduzirmos a afirmação “vozes negras importam”, os sujeitos se fundem em uma identificação discursiva para além da materialidade textual, dentro de uma comunidade social, aqui, escorada em hipertextos.

Koch (2015) pensa o hipertexto como

um suporte linguístico-semiótico hoje intensamente utilizado para estabelecer interações virtuais desterritorializadas. Segundo a maioria dos autores, o termo designa uma escritura não sequencial e não linear, que se ramifica e permite ao leitor virtual o acesso praticamente ilimitado de outros textos a partir de escolhas locais e sucessivas em tempo real. Trata-

se, pois, como afirma Marcuschi (1999, p. 1), de um processo de leitura/escrita multilinearizado, multissequencial e não determinado, realizado em um novo espaço — o ciberespaço (KOCH, 2015, p. 83).

Logo, respaldados por esses pressupostos, entendemos que o percurso entre um sujeito e outro passa a ser conduzido por *clicks* de mouse dentro dessa agigantada teia virtual, sendo a tecnologia uma grande aliada no que se refere às articulações para além do digital.

O pós-digital serve para colocar em relevo que o digital não se reduz a telas, mas inclui o uso escultural de redes e hardware, a arte do software e do código, as práticas do novo conceptualismo, estas que vão da arte ativista aos objetos que se apresentam sob a rubrica da pós-internet (SANTAELLA, 2016, p. 88).

Ao clicarmos no *hiperlink*-destaque intitulado “vozes negras importam”, somos direcionados para um acervo de mulheres negras que possuem credenciais na vida profissional, na formação acadêmica, nas carreiras das artes etc, legitimando, assim, a afirmação de que “vozes negras importam”.

Figuras 2, 3, 4, 5 e 6. Print Instagram



Figura 2
@quebrandootabu - #vozesnegrasimportam



Figura 3
@quebrandootabu - #vozesnegrasimportam



Figura 4
@quebrandootabu - #vozesnegrasimportam



Figura 4
@quebrandootabu - #vozesnegrasimportam

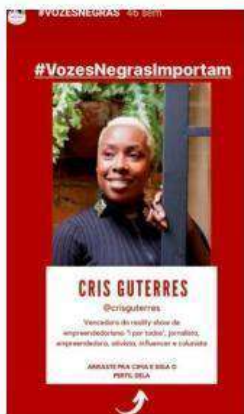


Figura 5
@quebrandootabu - #vozesnegrasimportam



Figura 6
@quebrandootabu - #vozesnegrasimportam

Fonte: Instagram, @quebrandootabu. <https://www.instagram.com/quebrandootabu/>. Acesso em: 24/06/2021.

A palavra *vozes* evidencia o fim do silenciamento e, com isso, garante uma participação sólida no discurso, sublinhando a importância da construção de uma justa identidade feminina negra. Percebe-se que as postagens relacionadas à frase *vozes negras importam* constituem-se a partir de um cruzamento de existências, engendrando, assim, uma identidade coletiva, como abordado em Charaudeau (2016).

Entendendo essas interseções identitárias, chega-se à reflexão sobre representatividade. Como essas mulheres negras estão sendo representadas nos espaços democráticos? Ao ler o relato de Djamila Ribeiro (2018) nas primeiras páginas de *Quem tem medo do feminismo negro?*, pulsa pensar na prática docente, no que diz respeito ao combate ao racismo.

Na maior parte da minha infância e adolescência, não tinha consciência de mim. Não sabia por que sentia vergonha de levantar a mão quando a professora fazia uma pergunta já supondo que eu não saberia a resposta. Por que eu ficava isolada na hora do recreio. Por que os meninos diziam na minha cara que não queriam formar par com a “neguinha” na festa junina. Eu me sentia estranha e inadequada, e, na maioria das vezes, fazia as coisas no automático, me esforçando para não ser notada (RIBEIRO, 2018, p. 7).

Urge dizer que, ainda nos dias de hoje, há Djamilas escondidas dentro de suas próprias existências. É preciso colocar a educação no cerne desse processo de conscientização e humanização, cuja finalidade é o equilíbrio sócio-racial, sem esquecer do letramento digital, que atravessa todas as esferas organizacionais da sociedade.

Análise das abordagens Pedagógicas – Letramento Digital

Coscarelli e Novais (2010) percebem a leitura como um processo complexo. Essa perspectiva a respeito da leitura, dialoga diretamente com as características do hipertexto elencadas por Koch (2015, p. 64), a saber: não linearidade, volatilidade, espacialidade topográfica, fragmentaridade, multissemiótica, interatividade, iteratividade e descentração. Ao colocarmos em análise as postagens exibidas após clicarmos nos destaques *vozes negras importam* (figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7), teremos caminhos de leitura um pouco diferenciados dos materiais impressos. Em um livro, por exemplo, encontramos capa, sumário, citações, figuras etc, geralmente, em ordem sequencial. Já na postagem, temos elementos que caracterizam uma função dêitica, guiados por

hiperlinks, que levam o usuário-leitor a outras trilhas, denotando, assim, os processos de multilinearização, multissequenciação e não determinação de espaço.

Pegando a *figura 04* como amostragem analítica, vemos:



O objetivo, nesta pesquisa, não é enumerar encadeamentos didáticos, mas sim, refletir sobre as profundas navegações nesse oceano tecnológico. Ao mergulhar nessa investigação, pensamentos didáticos-teóricos foram aflorados: averiguação de novos gêneros textuais; relações de coordenação e subordinação; neologismos; estrangeirismos; fatores de textualidade; leitura multissemiótica, entre outros. Isso, somando à noção de contrato de comunicação, acrescido de assuntos que contribuam com a redução de estereótipos difundidos nos imaginários sociodiscursivos.

Últimas palavras

Foi possível perceber que, para movimentar as estruturas sociais mais orgânicas e conservadoras, faz-se urgente pensar nas

transformações do ensino institucional, aliando-o ao letramento digital. Esta abordagem inclinou-se na direção do ensino antirracista, pautado na realidade dos representantes que sofrem com as cicatrizes seculares produzidas por grupos que detêm a soberania, monopolizada, sobretudo, pela cor da pele e pelos traços físicos que os distinguem daqueles que, em contrapartida, carregam características contrárias (cabelos, lábios, cor de pele). O recorte foi extraído da página “Quebrando o tabu” da rede social digital *Instagram*, antecedido por uma breve explanação a respeito dos movimentos sociais. Viu-se, aqui, que os pilares *racismo*, *discriminação* e *preconceito* sustentam a estratificação social, dispondo, indubitavelmente um fardo mais penoso à população negra. Constatou-se que não há mais como tolerar a omissão dos organismos que cumprem papéis formativos, dentre os quais destaca-se o ambiente escolar. Os poderes institucionais devem direcionar as lentes aos novos engenhos na luta por um ensino que ressignifique as histórias que circulam no entorno da cultura afro-brasileira, sem perder de vista os mecanismos tecnológicos, formando alunos críticos, atentos, humanos e progressistas.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. Coleção Feminismos Plurais / Coordenação Djamilá Ribeiro.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação e tradução Fabiana Komesu. 3ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017a.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2017b.

- _____. *Discurso das mídias*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- COSCARELLI, C. V.; NOVAIS, A. E. Leitura: um processo cada vez mais complexo. *Letras de Hoje*, v. 45, n. 3, p. 35-42, jul/set, 2010.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, N. L. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- SANTAELLA, L. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal*. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2009.
- SANTAELLA, L. *Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política*. São Paulo: Paulus, 2016. Coleção Comunicação.

Bloco IV

**Teoria de análise do discurso
semiologia**

***Fake news* e pós-verdade: a relação China-Covid-19 e o mundo da (des)informação sob o olhar da semiolinguística**

Alessandro Alves dos Santos¹

Rosane Monnerat²

Considerações iniciais

Desde a segunda metade do século XX, com o aprimoramento cada vez mais avançado de novas tecnologias, em diversos setores da atividade humana, desenhou-se um cenário global em que se faz imperioso sermos cada vez mais imediatistas em nossas vidas e em nossas ações. Nesse sentido, a comunicação, suportada como forma de expressão pela linguagem, que, por sua vez, acompanha todas as atividades humanas, acaba, por consequência, adaptando-se cada vez mais à realidade desses novos tempos. Dessa forma, surge a comunicação virtual.

A comunicação virtual, conforme nos consagra Lemos (2008), determinou a circulação das informações *em rede*, na qual cada sujeito, ao se colocar como um “nó” nessa “teia” infinita, virtual e global de interação, torna-se, portanto, o ponto focal da comunicação. Assim sendo, a comunicação em rede, segundo o autor, subverte o eixo tradicional de comunicação *eu-todos*, colocando o sujeito como autônomo e ávido consumidor de informação, ao mesmo tempo, na qualidade de leitor/interpretante e de emissor/comunicante multilateral da informação e do saber

¹ Mestrando em Estudos de Linguagem pela UFF, sob a orientação da profa. dra. Rosane S. M. Monnerat.

² Doutora em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora titular da Universidade Federal Fluminense (UFF).

para vários “nós”, delineando, assim, um fluxo informacional *todos-todos*. Sobre esse fato, o autor comenta que

As novas tecnologias são o resultado de convergências tecnológicas que transformam as antigas através de revisões, invenções ou junções. Ao modelo *Um-Todos* dos media tradicionais opõe-se o modelo *Todos-Todos*, ou seja, a forma descentralizada e universal (tudo pode ser convertido em bits – sons, imagens, textos, vídeo...) de circulação das informações (LEMOS, 2008, p. 79, **grifo nosso**).

Tal caráter libertário de comunicação, associado à atual facilidade de acesso à informação, faz com que, nesse ambiente, construam-se cada vez mais “guetos virtuais”, os quais reúnem sujeitos afins em ideias que fazem circular, rapidamente, os discursos e as ideologias que defendem. Consoante nos diz Martinho:

Na medida em que as redes se caracterizam pela existência de laços firmados a partir de interesses comuns, é possível verificar a formação de todo tipo de agrupamento para troca de informações, ideias e matérias, gerando não apenas uma interação entre participantes no sentido de compartilhar conhecimentos, mas, também, o engajamento em questões políticas, sociais e culturais (MARTINHO, 2018, p. 58).

Nesse cenário, tal estruturação virtual de comunicação permite que os sujeitos da interação, impulsionados por dadas intencionalidades e por determinados interesses, distorçam e manipulem informações, fazendo do campo virtual um poderoso **mecanismo de desinformação**, possibilitando, desse modo, a criação das *fake news*. Um exemplo atual desse fato é a relação perpetuada por algumas nações que associam a China à pandemia do coronavírus. Na geopolítica, a China, nos últimos tempos, vem alcançando sólido protagonismo econômico perante o mundo, incomodando, possivelmente, potências tradicionais às quais têm feito frente.

Tal desconforto diplomático, associado às representações sociais que se concebem historicamente dos chineses por algumas culturas ocidentais, foi potencializado pelo fato de ter sido nesse país que ocorreu o primeiro caso de contaminação pela COVID-

19, gerando teorias não comprovadas cientificamente de sua culpabilidade, que vêm causando grande desinformação pelo mundo.

Visto isso, este artigo objetiva mostrar, calcado na Teoria Semi linguística de Análise do Discurso, criada por Patrick Charaudeau (2005; 2008; 2016a; 2016b; 2019), nos preceitos de comunicação virtual vistos por Lemos (2015) e Martinho (2018) e nas noções de *fake news* e de *pós-verdade* defendidas por D’Ancona (2018) e Monteiro (2020), como as *fake news* consistem em uma valiosa estratégia discursiva de *desinformação*, sobretudo, em *ambiente virtual*, que se volta para a manipulação das grandes massas, no âmbito do *discurso informativo*, promovendo, como produto final dessa estratégia, a *pós-verdade* na mente leitora. A partir dessa noção, tendo como cenário a relação da China com a pandemia do coronavírus, consideramos a hipótese de que determinados comunicantes usaram tal empreendimento discursivo com a intenção de reforçar, no imaginário coletivo, a falsa ideia de uma China que causou propositalmente a pandemia, sob a intencionalidade de controle social e econômico do planeta.

A Análise Semi linguística do Discurso e a sua adaptabilidade para a comunicação virtual

A *Análise Semi linguística do Discurso*, criada por Patrick Charaudeau em 1983, em consonância com os estudos da Linguística da Enunciação e da Pragmática, percebe o discurso, expressado pelo ato de linguagem, como produtor de sentido intencional por parte de um emissor que se propõe, sempre, a influenciar um dado receptor, com ambos os sujeitos guiados, externamente à enunciação, por um dado contexto sócio-histórico.

O *ato de linguagem*, segundo o linguista francês, como competência humana cognitiva, psicossocial e semiótica, viabilizaria a produção final de sentido e, conseqüentemente, a própria comunicação, cuja manifestação se daria por uma “*mise-en-scène*” discursiva, encenada por *sujeitos psicossociais e discursivos* que

se articulariam em um jogo de influências que se desenvolveria conforme o propósito comunicativo de cada interação. Os *sujeitos*, por sua vez, seriam entendidos como os seres participantes da enunciação, isto é, o “eu” (quem fala ou escreve) e o “tu” (quem ouve ou lê, em um processo de interpretação e de compreensão), que se manifestariam, de forma integrada, por dois circuitos: o *circuito externo do fazer* e o *circuito interno do dizer*.

O *circuito externo do fazer* determina o contexto do ato de linguagem, em que os sujeitos, na condição de *parceiros* da interação, de “carne e osso”, tendo características psicossociais reconhecidas em sociedade, são nomeados *eu-comunicante (EUc)*, o emissor da mensagem, e *tu-interpretante (TUi)*, o receptor. Esses sujeitos são tidos como os responsáveis por porem a interação em prática, pela delimitação e pela aceitação das estratégias discursivas postas em ação no jogo interativo, sendo concebidos como *seres de fazer*.

O *circuito interno do dizer* ocupa o espaço interno do circuito languageiro, em que os sujeitos, entendidos como *protagonistas*, isto é, “seres de papel” ou “seres discursivos”, são construídos como elementos estratégicos de representação dos papéis languageiros, tidos como fundamentais para se pôr o projeto de intencionalidade discursiva do sujeito falante em ação na *mise-en-scène* comunicativa. O *EUc*, ao projetar, mentalmente, em sua aposta contratual de influência do *TUd*, um interpretante virtual, chamado de *tu-destinatário (TUd)*, que venha a aderir, de forma consensual, ao seu discurso, de acordo com a demanda de um dado *contrato de comunicação*³, constrói, como estratégia, uma imagem discursiva sua, chamada de *eu-enunciador (EUe)*. Tais sujeitos discursivos, por sua vez, são concebidos como *seres de dizer ou seres de palavra*,

³ Inspirada na noção de contrato jurídico, a noção de contrato de comunicação é o propósito comunicativo, dentro das esferas de atividade humana, que é travado, em um jogo de aposta, entre as instâncias responsáveis por fazerem a interação acontecer, isto é, os sujeitos “eu” e o “tu”, “ligando-os em uma espécie de aliança objetiva que lhes permite coconstruir sentidos e se legitimarem” (CHARAUDEAU, 2008, p. 16).

porque eles existiriam tão-somente no ato discursivo. Sobre isso, Charaudeau afirma que

o TU não é um simples receptor de mensagem, mas sim um sujeito que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso e, portanto, sobre o EU (interpretar é sempre instaurar um processo para apurar as intenções do EU) (CHARAUDEAU, 2016b, p. 44).

Para que o ato discursivo em questão logre êxito, espera-se que, em uma “via de mão dupla”, o *TUd* pensado pelo *EUc* coincida, de fato, com a compreensão real do *TU_i*, assim como o *TU_i* perceba que o *EUc* pensado e conhecido previamente por ele condiga com o *EUe* projetado no discurso, reafirmando, nesse sentido, na/pela enunciação, as noções de *legitimidade*, de *credibilidade* e de *direito à palavra* reconhecidas coletivamente, que, de seu lugar, norteiam a aceitação ou não de determinados discursos.

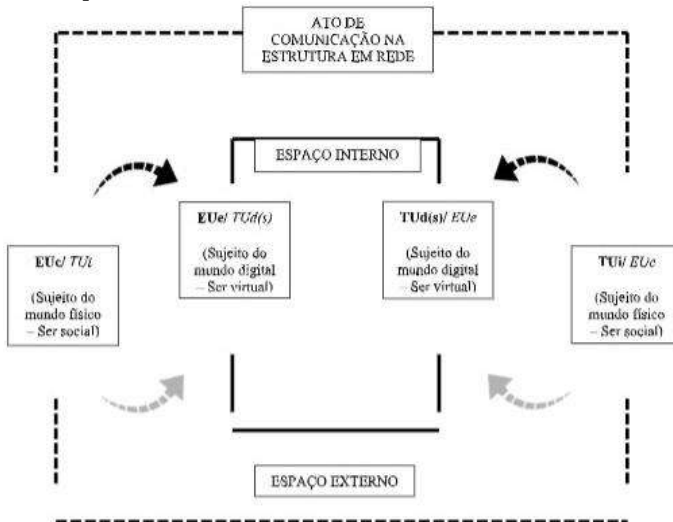
Entretanto, faz-se imperioso haver um olhar apurado, hoje, para a comunicação virtual, cujas redes sociais estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano, fazendo mudar, consideravelmente, a nossa forma de interagir, ao permitirem que um comunicante direcione a enunciação, ao mesmo tempo, para infinitos tu-interpretantes possíveis e de diferentes perfis psicossociais. Segundo Monteiro (2020), as distintas características das redes sociais, tais como *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, *Telegram*, *Instagram*, entre outras, propõem uma infinita e complexa teia discursiva em que os sujeitos se colocam, ao mesmo tempo, na qualidade de comunicantes e de interpretantes com múltiplas e independentes possibilidades de gerenciamento e de direcionamento de seus discursos. Como afirma o pesquisador,

as peculiaridades dos suportes de redes sócio-interativas-digitais desenham uma nova configuração para o ato de linguagem, uma vez que cada indivíduo assume uma dupla e simultânea função, passando a ser ao mesmo tempo, *EUc* e *TU_i* (ou *EUe* e *TUd*), na medida em que está na posição de exercer e de sofrer sua ação no ato de comunicação em rede. Isto é, cada

indivíduo tem possibilidade de [...] gerenciar, com relativa autonomia, sua própria rede de comunicação (MONTEIRO, 2020, p. 253).

Veja, a seguir, a estruturação do ato de linguagem proposta por Monteiro, adaptada do circuito comunicativo de Charaudeau (2016b, p. 52) para o ambiente de comunicação virtual:

Quadro 1. Composição da *mise-en-scène* comunicativa virtual



Fonte: adaptada por Monteiro (2020, p. 253).

No circuito integrado em questão, o EUC, ao fazer uma postagem ou um compartilhamento pelo *Facebook* ou pelo *WhatsApp*, por exemplo, coloca-se como um comunicante imediato para uma quantidade imensurável de TUi.

O informar, o saber e o manipular para a Semiologia

Para Charaudeau, a definição mínima e tida como comum da palavra *informar* seria “a transmissão de um **saber**, com a ajuda de uma determinada **linguagem**, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo” (CHARAUDEAU, 2019, p. 33). Portanto, concebe-se, nesse sentido, em função de linguagem referencial, que o sujeito, ao receber um novo saber de alguém, seria retirado de um

estado de **alienação**, sendo permitido a ele, de forma “caridosa”, por esse emissor detentor do saber, passá-lo de um *status* de desconhecimento a um estado de conhecimento.

Ao procurar responder tais informações, o linguista pensa que não há como dissociar o **ato de informação** da **linguagem**. Dessa forma, o teórico francês explica que o processo de **informação**, na interação, é totalmente suportado pela linguagem, seja verbal, seja não verbal, expressado em **ato de discurso**. Consoante a Semiologia, vale lembrar que o discurso teria a função de organizar atos de fala dentro da linguagem, em uma relação forma-sentido que se realizaria, de forma conexa, por fatores intralinguísticos e extralinguísticos, regulado por um dado **contrato de comunicação**, pelo chamado **processo de semiotização do mundo** (CHARAUDEAU, 2005, p. 13-14). Na realidade do *discurso informativo*, esse processo, ao transformar a realidade que nos cerca em signos, ou seja, **de um mundo a significar a um mundo significado**, “o mundo a significar” passaria a ser entendido como um “mundo a descrever e comentado” e o “mundo significado”, como “um mundo descrito e comentado”.

Os **saberes**, para Charaudeau (2019, p. 43), como construção humana pelo ato linguageiro, surgem no sentido de tornar o mundo inteligível para quem o recebe, e a estruturação deles será feita de acordo com a percepção da realidade que o homem tem. Quando o seu olhar se volta para o mundo, de forma comprovada, objetiva e racional, o indivíduo o descreve pelo viés do **conhecimento**; quando se volta para si, logo, de forma subjetiva, hipotética e provável, ele o constrói pelo sentido da **crença**.

Tanto os **saberes de conhecimento quanto os de crença** são guiados, implicitamente, pelas **representações sociais**, termo da Antropologia e da Psicologia Social, teorizado por Moscovici (2013), ou pelos **imaginários sociodiscursivos**, termo criado por Charaudeau (2015; 2019). Estes, ligados à cultura e aos ritos sociais de um grupo, são sistemas mentais de interpretação dos fatos e das coisas que nos cercam, sedimentados pelo discurso, na troca interativa, ao longo do tempo, representando a forma de ver o

mundo de uma dada coletividade, sendo, inclusive, concebidos como a gênese dos **estereótipos** e dos **juulgamentos sociais**.

Segundo Amossy e Pierrot (2004), os **estereótipos**, embasados em opiniões compartilhadas em grupo, consistem em discursos cristalizados, geralmente, em sentido pejorativo, que delimitam características individuais ou coletivas, ajudando na construção das representações sociais. Tais características, por sua vez, são percebidas em sistemas enunciativos mais complexos que são reforçados na interação ao longo do tempo, não sendo associados, em geral, com a realidade. Assim sendo, os estereótipos fundamentam-se, via de regra, em crenças e em saberes ingênuos – alocados, portanto, **no campo dos saberes de crença**.

Isso posto, poderemos entender, sobretudo, que os **saberes de crença**, sob uma dada intencionalidade, podem servir como um eficiente instrumento para a manipulação das grandes massas. Charaudeau entende o ato de **manipular** como um *processo intencional de incitação* por parte de um comunicante que, ao se mostrar com legitimidade para tal, esconde o seu real empreendimento, mostrando, para a sua execução, um discurso que soe como algo favorável ao interpretante, quando, na realidade, pode não o ser. Sobre isso, o linguista afirma que

Num sentido geral, a **manipulação** procederia da visada discursiva de incitação a agir: quando se está numa situação em que há a necessidade do outro para realizar um projeto, e não se tem autoridade sobre este outro para obrigá-lo a agir de um determinado modo, empregam-se **estratégias** de persuasão ou de sedução que consistem em fazer com que o outro (indivíduo ou público) compartilhe de uma certa crença. Assim sendo, todo discurso que corresponde a uma visada de incitação seria manipulador (CHARAUDEAU, 2016a, p. 68, **grifos meus**).

Dessa forma, nota-se, cada vez mais, a desinformação como estratégia de manipulação sob dadas intencionalidades, cujo maior representante se mostra, sobretudo, em ambiente virtual e midiático, pelas *fake news*. Em sentido causal, pode-se entender que tal

estratégia, em sociedade, atuaria como possível formadora e reforçadora de opiniões de *pós-verdade*. É o que veremos a seguir.

Fake News, pós-verdade e Semiologia

Convém indagarmos, sempre, no discurso informativo, sobre o processo de construção de sentido nas mídias, a **natureza do saber** que é transmitido pela enunciação e a diferença existente entre **o valor de verdade** e **o efeito de verdade** produzido pelo saber na instância de recepção (o leitor).

O **valor de verdade**, de acordo com Charaudeau (2019), seriam saberes transmitidos ao interpretante por meio de uma construção explicativa calcada em fundamentações científicas, algo que está no campo do “ser verdadeiro”. Já o **efeito de verdade** seriam valores construídos no campo das convicções e das evidências, sedimentando crenças que geram opiniões e julgamentos, com os sujeitos, em relação a eles, “acreditando serem verdadeiros”.

Esses saberes só existiriam dentro de um mecanismo enunciativo de influência entre os indivíduos, em que se visa, sobretudo, à credibilidade de ser o portador da verdade. Sobre esse fato, Charaudeau reflete que “*O que se busca, então, não é tanto a verdade em si, mas sim a “credibilidade”, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam*” CHARAUDEAU, 2019, p 49).

Viabilizada pela comunicação virtual em rede, instrumentalizada por potentes e apuradas tecnologias que permitem perfeitas edições de imagens, de vídeos e, até, de fatos, a informação passou a ser questionada em seus valores de verdade, ficando cada vez mais sujeita à **manipulação**, influenciando, desse modo, nos efeitos de sentido produzidos no leitor. Assim, em certos contextos informativos midiáticos, passou-se a operar a **desinformação**, motivada por possíveis interesses.

Sob o olhar da Semiologia, podemos pensar a *desinformação* como uma estratégia discursiva, impulsionada pela *visada de incitação* (CHARAUDEAU, 2019), que, por uma oportuna

escolha de signos verbo-visuais, visa a escamotear a verdade, partindo de um projeto discursivo intencional ou de interesse do EUc, em *fazer crer* a um TUi, mediante a projeção de um TUD ideal, que tal informação não verídica passada ao receptor se mostra como segura e confiável, promovendo, logo, um *efeito de verdade*. Os maiores representantes dessa estratégia discursiva da mentira, sobretudo, nas mídias e na política, são as *fake news* e os seus desdobramentos, como a *pós-verdade*. Vamos entender, em seguida, a diferença de cada uma.

As *fake news* consistem em um processo intencional e visado de desinformação, amplamente disseminadas na internet, que se mostram, em geral, repletas de erros e de informações falsas. Ao serem emitidas por um dado EUc, os seus elementos verbo-visuais são conscientemente forjados e concretizados em narrativas que servem a interesses ou a objetivos que venham a causar, pela **manipulação** e pela **patemização**⁴, a mobilização do TUi, seja este individual, seja este coletivo, no sentido de fazê-lo entender as notícias mentirosas como valor de verdade. Geralmente, as *fake news* giram em torno de algum assunto polêmico. Conforme as palavras de Monteiro,

Propomos chamar *fake news* uma estratégia de desinformação, veiculada em um gênero informativo, caracterizada por uma linguagem simples e modalizada, comumente associada a uma imagem que, em uma simbiose com o conteúdo verbal, visa a provocar efeitos patêmicos no TUi. Na era da internet, ganhou força e destaque devido às peculiaridades de divulgação de informações proporcionadas pelo ciberespaço: comunidades estruturadas em rede, redundância informativa, hipervelocidade, tribalismo e presenteísmo (MONTEIRO, 2020, p. 256).

A *pós-verdade*, de seu lugar, configura a apropriação de determinados saberes individuais, tidos como verdades absolutas

⁴ O processo de *patemização*, segundo Charaudeau (2018), advém do *pathos*, um elemento da retórica aristotélica que lida com mecanismos discursivos de persuasão do comunicante que se voltam para a captação do interpretante pelas suas paixões ou pelas suas emoções.

pelo sujeito leitor, ainda que se tenham comprovações científicas ou empíricas sobre eles; nesse movimento, os saberes de conhecimento são veementemente questionados pelos sujeitos em seus valores de verdade. Dessa forma, a nosso ver, pode-se entender que a pós-verdade, possivelmente, é retroalimentada por sucessivas leituras de *fake news* sobre um dado assunto, ao longo do tempo, colocando-se, portanto, como o efeito resultante dessa ávida leitura.

Trazendo tal fenômeno discursivo para as informações que circulam sobre a pandemia do coronavírus, nota-se que o processo de desinformação se tornou um perigo para a humanidade, visto que o discurso negacionista perante a eficiência da vacina, construído pela pós-verdade, anda ceifando vidas na pandemia. Conforme nos afirma D’Ancona,

Essas prioridades da pós-verdade orientaram a ascensão do “negacionismo científico”: a crescente convicção de que os cientistas, em comum acordo com o governo e as corporações farmacêuticas [...] estão em guerra contra a natureza e os melhores interesses da humanidade. Para algumas pessoas, a resposta necessária equivale a nada mais do que consumir alimentos orgânicos, comprar produtos locais e ingerir grandes doses de vitaminas e suplementos todas as manhãs. [...] No entanto, o recuo em relação à ciência se torna perigoso quando ameaça a saúde pública ou a segurança dos outros. (D’ANCONA, 2018, p. 68).

Dito isso, veremos, a partir de agora, como esse *continuum fake news*-pós verdade se constrói, como discurso, no *corpus* que iremos analisar a seguir, composto por dois textos retirados da internet. Vamos a eles.

Uma breve análise de *corpus*: a (des)informação na prática

Mediante uma abordagem qualitativa, pretendemos apresentar, a seguir, dois textos, tirados, respectivamente, dos contratos de comunicação *postagem* e *notícia*, ambos em **suporte**

textual virtual⁵, como exemplares respectivos de *fake news* e de *pós-verdade* que se difundiram, recentemente, nas mídias e nas redes sociais brasileiras, em caráter manipulatório, a respeito da suposta relação existente entre a China e a presente pandemia do coronavírus, o que nunca foi provado até agora.

As informações em questão foram, possivelmente, motivadas e espalhadas, em conjunto, em razão de alguns fatores, tais como, o incômodo protagonismo econômico e tecnológico que o país exerce na economia mundial, bem como o preconceito e a xenofobia contra os chineses por parte dos países do Ocidente, refletidos nas representações sociais e nos diversos estereótipos que deturpam, historicamente, a imagem do país, e, sobretudo, no fato de ter sido o local em que houve, comprovadamente, a primeira pessoa contaminada pelo vírus, na cidade de Wuhan, em dezembro de 2019.

Desse modo, entendemos que o compartilhamento em rede e, ao mesmo tempo, a aceitação de tais informações não comprovadas sobre a China, por diversos EUC e TUi, implementaram, conforme possíveis intencionalidades discursivas de um dado EUC, um terreno fértil para a **desinformação como estratégia de manipulação**, intentando fazer entender ao mundo que a China seria a culpada pela implementação da pandemia. Vejamos os exemplos a seguir:

⁵ Conforme Marcuschi (2008, p. 174), entende-se por *suporte textual* “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. Assim dito, podemos entender o papel, o livro, a internet, o telefone, por exemplo, como bases de concretização do texto.

Figura 1. Postagem disseminada no *Facebook* acerca da tecnologia 5G, que atuaria no espalhamento do coronavírus, afetando a imunidade das pessoas.



Fonte: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/08/e-fake-que-redes-5g-disseminam-o-novo-coronavirus.ghtml>>. Acesso em 7 dez. 2021.

Temos, nesse primeiro caso, retirado de uma postagem do *Facebook*, um claro exemplo de *fake news*. Nele, um determinado EUC, movido por uma dada intencionalidade pragmática, ao projetar um TUD possivelmente desinformado e imediatista, que pouco checa a veracidade das fontes midiáticas, usa a desinformação como estratégia discursiva. Nesse sentido, percebe-se que tal texto prima por uma organização formal de signos verbo-visuais característicos do gênero discursivo *postagem*, como a imagem de uma antena 5G sendo referendada, verbalmente, por escolhas lexicais que aguçam o imaginário do leitor pela patemia específica do medo.

Tal empreendimento discursivo, por sua vez, atua no sentido de *fazê-lo crer*, mediante uma série de saberes de crença sobre a China, que a tecnologia 5G, criada nesse país, difundiria, por suas antenas, o vírus mortal para toda a população mundial, excluindo a população chinesa, que estaria supostamente protegida. Essa informação ajuda a inculcar ainda mais, no imaginário coletivo, a

culpabilidade desse país oriental na manutenção da pandemia. Tal fato foi desmentido pelo site *Fato ou Fake*, do site *G1*, do Grupo Globo de Comunicação.

Figura 2. *Vacina pode não ser obrigatória, mas quem não tomar enfrentará restrições*



Fonte: <https://exame.com/brasil/vacina-pode-nao-ser-obrigatoria-mas-quem-nao-tomar-enfrentara-restricoes/>. Acesso em 3 dez. 2021

O segundo trecho, retirado do site da revista *Exame*, representado por um texto do contrato de comunicação *notícia de internet*, foi veiculado no dia 03 de novembro de 2020, por conta de um protesto contra a vacina obrigatória da COVID-19 em São Paulo. Embora, há quase um século, já se saiba da comprovação científica da eficiência das vacinas no controle de diversas doenças, mostrada por saberes de conhecimento (CHARAUDEAU, 2019), há uma onda de questionamentos quanto aos valores de verdade difundidos pela ciência. Em um contexto de pandemia, que acenava, até então, para a possibilidade de as vacinas de fabricação chinesa serem uma das primeiras a nos proteger da COVID-19 (o

que, de fato, aconteceu), uma parte da população ocidental, incluindo alguns brasileiros, passaram a refutar, de forma enérgica, a vacina como meio de prevenção, em um claro exemplo de discurso de *pós-verdade*.

Na notícia em questão, por intermédio da imagem de uma mulher, em cuja máscara verde e amarela consta o texto “VACHINA NÃO”, nota-se a consolidação da *pós-verdade*. Tal protesto, inclusive, foi motivado, possivelmente, por alguns imaginários estereotipados, e por certos preconceitos, postos em ação por diversas *fake news* circulantes sobre o assunto, em uma meticulosa e paulatina estratégia de manipulação das massas via enunciação acerca da China e dos chineses. Isso posto, defendemos que a *pós-verdade*, nesse caso, atuou como uma estratégia de desinformação coletiva, ajudando a consolidar o ideário de uma China que seja “um mal para o mundo”, com a verdade factual, nesse caso, não sendo levada em consideração por parte dessas pessoas, indo de encontro a uma verdade individual e inexorável que venha a alimentar as suas crenças e as suas concepções subjetivas de mundo.

Considerações finais

A partir do aporte teórico adotado para a análise de *corpus* proposta, pudemos entender, sobretudo, pelo viés da Semiolinguística, como as *fake news* são utilizadas como potentes estratégias discursivas no intuito de se mostrar uma visão distorcida de dada realidade, de acordo com uma determinada intencionalidade do EUC. A *pós-verdade*, por sua vez, na qualidade de opinião reforçada por saberes não comprovados cientificamente, isto é, os saberes de crença, seria, possivelmente, um fenômeno discursivo motivado pelo consumo ávido de *fake news*, que atuaria em sedimentar a falsa informação na mente das pessoas.

Transportando essa hipótese inicial para a análise do nosso *corpus*, especificamente, no caso da China, entendeu-se, portanto, que tais estratégias de desinformação, em caráter manipulatório de

discurso, vêm atuando, sobretudo na Internet, em colocar a China como a culpada global pela pandemia, tanto em sua introdução massiva pelas redes sociais (pelas *fake news*), quanto em sua manutenção (pela *pós-verdade*), aproveitando-se dos imaginários sociais fundamentadores de preconceitos que surgem da **patemia** do TUi coletivo, logo, viabilizados pela mobilização de suas paixões, de suas emoções e de seus medos.

Ainda que tais fatos estejam sendo desmentidos pelas mídias de credibilidade, as avalanches de falsas notícias contra o país oriental ainda insistem em surgir. Nesse sentido de insistência, aliado ao caráter tribalista das redes sociais, vale salientar que essa forma de escamoteamento e de manipulação do real e de propagação da mentira atua não só no discurso político, mas também no das mídias como uma valiosa ferramenta discursiva no sentido de favorecer e de reforçar determinadas ideologias e formas de pensar o mundo e a vida.

Referências

- AMOSSY, R; PIERROT, A. H. *Estereotipos y clichés*. Trad. Lelia Gándava. Buenos Aires: Eudeba, 2004.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. 2 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- _____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016a.
- _____. *Linguagem e discurso — modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016b.
- _____. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (orgs.). *Discurso e desigualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Vander (orgs.). *Análises do discurso hoje*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

LEMONS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINHO, L. M. S. *Teoria das mídias digitais: Linguagens, ambientes e redes*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

MONTEIRO, A. H. S. *Fake news: uma análise semiolinguística e algumas taxonomias*. In: REBELLO, I. S.; ROSÁRIO, I. C. (orgs.). *Linguagem em diálogo com a sociedade: Teorias do texto, do discurso e da tradução*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 253-260.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Créditos das imagens

<<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/08/e-fake-que-redes-5g-disseminam-o-novo-coronavirus.ghtml>>. Acesso em 7 dez. 2021.

<<https://exame.com/brasil/vacina-pode-nao-ser-obrigatoria-mas-quem-nao-tomar-enfrentara-restricoes/>>. Acesso em 3 dez. 2021

“Peguei sua opinião, um, dois, pisei”: os imaginários sociodiscursivos envolvidos no cancelamento de Karol Conká

Ana Carolina dos Santos¹

Ilana da Silva Rebello²

Introdução

Em 2019, o dicionário australiano Macquarie, famoso por selecionar anualmente palavras e expressões que caracterizariam o comportamento humano do momento, elegeu o termo “cultura do cancelamento” como a palavra daquele ano. O comitê responsável pela seleção justificou sua escolha ao destacar que a prática do ostracismo digital é “uma atitude tão difundida que se tornou, para o bem ou para o mal, uma força poderosa”.³

O movimento, que tem força principalmente nas redes sociais, possui como prerrogativa a conscientização do sujeito e, por consequência, a interrupção do apoio às personalidades públicas que demonstrarem algum tipo de postura considerada inaceitável. Entretanto, os discursos de verdade incitados na rede passaram a aprisionar indivíduos que, diante do iminente julgamento do “tribunal da Internet”, são punidos sem o direito ao diálogo e à defesa.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da profa. dra. Ilana da Silva Rebello Viegas.

² Profa. dra. do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem.

³ Fonte: site Macquarie Dictionary, disponível em <https://www.macquariedictionary.com>. Acesso em 24 de setembro de 2021.

Considerando que a prática do cancelamento acontece por meio da linguagem, este estudo, recorte da dissertação em andamento, utilizará como *corpus* de análise publicações da rede social *Instagram* para, com base nos pressupostos da Teoria Semiollingüística do Discurso desenvolvida por Patrick Charaudeau, investigar os diferentes imaginários sociodiscursivos (2018) delineados no cancelamento da cantora Karol Conká. Ainda à luz de Charaudeau, este também abordará o processo de semiotização do mundo (2005) e o conceito de sujeitos da linguagem (2001), a fim de analisar como a prática da cultura do cancelamento pressupõe uma intencionalidade dos protagonistas da troca languageira. A noção de representações sociais de Jodelet (2002) também será brevemente apresentada, uma vez que a “correção” do indivíduo, praticada pelos adeptos da cultura do cancelamento, é discursivamente orientada por um sistema de interpretação da realidade capaz de conduzir as formas pelas quais o sujeito se relaciona com o mundo e com os demais sujeitos.

A teoria Semiollingüística e o processo de semiotização do mundo

No campo dos estudos discursivos, a Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau incorpora o discurso em uma situação comunicativa, cujos fatos da linguagem e certos fenômenos psicológicos e sociais articulam-se numa perspectiva lingüística. Dessa maneira, a construção de sentido, inscrita em um dispositivo languageiro, é competência de um sujeito movido por intencionalidades que visam a influenciar alguém. Nesse contexto de significação, encontram-se os processos de transformação, cuja ação do sujeito falante é responsável por representar o mundo a um destinatário, e de transação, que faz dessa representação de mundo um objeto de troca.

Antes de analisar como se constrói a semiotização do cancelamento de Karol Conká, faz-se necessário explicar a origem desse acontecimento: em janeiro de 2021, a cantora, então participante de um *reality show*, torna-se responsável pelas

principais polêmicas do programa, chegando a ser acusada nas redes sociais de xenofobia, racismo e tortura psicológica. O engajamento do público no cancelamento de Karol, além de gerar uma das maiores rejeições registradas pela atração, resultou em perda de seguidores e, por conseguinte, de alguns contratos de trabalho.

Tendo como base os fatos anteriores, o esquema a seguir apresenta a articulação dos processos de transação e transformação envolvidos na significação de uma das falas discutíveis de Conká.

Esquema do processo de semiotização da fala de Karol Conká com base na Teoria Semiológica de Charaudeau (2005)



Fonte: Criação nossa a partir de <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/caso-karol-conka-existe-um-limite-para-o-cancelamento/>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

Avaliando como ocorre o processo de transformação na fala da cantora, fica evidente que Karol, ao se deparar com a personalidade da participante nordestina ("mundo a significar"), tenta justificar sua falta de empatia com a colega por meio de suas diferenças regionais. Para tanto, constrói a identificação do seu texto com base em substantivos ligados ao meio sociocultural (jeito, pessoa, terra, Curitiba, cidade, educação), ao mesmo tempo que recorre a adjetivos de valor subjetivo (normal, reservadinha) para, de certa forma, caracterizá-los. A desvalorização das características regionais da participante é evidenciada por Karol através da expressão "falar assim" e ao inferir que, diferente dos nordestinos, os curitibanos possuem educação para interagir com as pessoas.

A semiotização também ocorre por intermédio do processo de transação, uma vez que, na tentativa de explicar sua antipatia por

uma participante, o vocabulário escolhido conscientemente pela cantora e a evocação de imaginários partilhados socialmente sobre nordestinos e sulistas visam a fundamentar essa rejeição ao outro, expondo, portanto, o princípio da alteridade.

Os sujeitos do discurso e o ato de linguagem

A proposta de um duplo processo de semiotização de mundo pressupõe, como mostrado no tópico anterior, uma intencionalidade daqueles que participam do ato linguageiro. Decorrente desse ato, acontece o jogo entre conhecimentos revelados e possíveis inferências, que nasce em situações de discurso específicas e que se concretiza no ponto onde se encontram os processos de produção e interpretação. Com efeito, para que as “regras” desse jogo sejam compreendidas, devem-se considerar duas instâncias distintas: o dizer, responsável pelo nível interno e discursivo da comunicação, e o fazer, espaço exterior à verbalização em que se encontram os seres reais do ato de linguagem.

Para encenar essa espécie de “jogo comunicativo”, a Teoria Semiolinguística evoca no mínimo quatro sujeitos comunicacionais: dois externos, seres reais responsáveis pela relação contratual do ato de linguagem, e dois internos, entidades discursivas projetadas pelo falante de acordo com sua intencionalidade. Dessa forma, Charaudeau (2001) revela os parceiros do *fazer* EU-comunicante e TU-interpretante como os sujeitos articuladores da palavra e os protagonistas do *dizer*, EU-enunciador e TU-destinatário, como as imagens constituídas pelos seres de fala durante o processo de interação linguística.

Em relação ao *corpus* analisado, os sujeitos que constituem o circuito externo são o EU-comunicante Karol Conká e o TU-interpretante espectadores que, de fato, assistem ao *reality show* e avaliam a conduta da cantora, ou seja, são os seres de identidades sociais que colocam em prática a encenação do processo comunicativo. Já no espaço interno do ato de linguagem, encontram-se o EU-enunciador Karol Conká participante de um

reality show, que imagina ter se comportado de forma equilibrada e assertiva ao apresentar sua percepção no que diz respeito ao comportamento “expansivo” de outra integrante da atração, e o TU-destinatário público-alvo de programas de TV que expõem o cotidiano das celebridades, isto é, são indivíduos que possuem o perfil de acompanhar ativamente o “espetáculo da vida real” e que se reconhecem nas atitudes dos participantes.

Assim sendo, no processo de semiotização da fala da *rapper*, visto no tópico anterior, o TU-destinatário (público que reconhece positivamente as ações da cantora) não corresponde ao TU-interpretante (espectadores que avaliam de forma preconceituosa a conduta de Karol). A não coincidência dos sujeitos da recepção resulta na deslegitimação do projeto de fala do EU-comunicante e, por conseguinte, na rejeição da imagem reservada e educada projetada pelo discurso do EU-enunciador.

Mais uma vez vale destacar que, no contrato de comunicação estabelecido pela fala de Karol, a divergência entre o destinatário ideal e o sujeito que dá início ao processo de interpretação é intensificada pela identidade social que a cantora possui: a *rapper* é reconhecida socialmente por suas letras de canções que visam, sobretudo, à valorização da diversidade. Portanto, suas ações durante a participação no programa vão de encontro aos valores defendidos por Karol enquanto artista que busca por meio de seu trabalho dar voz às minorias.

Representação dos sujeitos envolvidos no projeto de fala de Karol Conká



Fonte: Criação nossa baseada no esquema de encenação da linguagem de Charaudeau (2019).

Por meio desse dispositivo, observa-se que a Teoria Semiolinguística problematiza o acontecimento do ato de linguagem, compreendendo que a situação de comunicação “inclui todo um conhecimento prévio sobre a experiência do mundo e sobre os comportamentos dos seres humanos vivendo em coletividade” (CHARAUDEAU, 2005, p. 18) e que, quando se fala de um ato de linguagem, o emissor não deve ser compreendido como uma simples fonte de codificação, mas como um sujeito munido de intenção e investido de um projeto de fala. Tal concepção mostra que para construir o significado de uma mensagem é necessário estar atento ao espaço do *fazer*, pois é na interação linguageira que o “jogo” comunicativo é iniciado. No entanto, é no espaço do *dizer* que a identidade enunciativa do sujeito se constrói, ou melhor, que o enunciador instaura, de forma tática e planejada, a sua projeção discursiva.

A cultura do cancelamento à luz das Representações Sociais

Fruto da interação e dos laços sociais estabelecidos pelo homem, o fenômeno das representações envolve a noção de

pertencimento social dos indivíduos, assim como as implicações afetivas e normativas que tal pertença constrói ao interiorizar pensamentos e modelos de conduta. Enquanto sistema de interpretação da realidade, as representações orientam e conduzem as formas pelas quais o sujeito se relaciona com o mundo e com os demais sujeitos, sendo responsáveis por definirem a identidade pessoal e coletiva dos indivíduos. Sob a luz dessa definição, a professora Denise Jodelet (2002), no livro “As representações sociais” pontua que “de fato, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito se reporta a um objeto. [...] o conteúdo concreto do ato de pensamento traz a marca do sujeito e de sua atividade” (JODELET, 2002, p. 22 e 23).

Nesse contexto, os imaginários partilhados sobre a cultura do cancelamento, por exemplo, evocam crenças relacionadas à “correção” de um indivíduo, à visibilidade de grupos minoritários e à eliminação de um discurso discriminatório. Tais representações, difundidas constantemente pelas redes sociais, relacionam-se diretamente com a forma de pensar do sujeito, uma vez que, inserido coletivamente nessa atmosfera ostracista, o mesmo é engajado a interagir socialmente para, então, se tornar parte da realidade comum.

É por meio desse engajamento que o público-alvo do *reality show*, utilizando as redes sociais como ferramenta de exposição e julgamento, lida com as atitudes polêmicas de Karol Conká. Alvo do descontentamento do público, o perfil da artista no *Instagram*, a cada nova atitude hostil da cantora, transforma-se em palco para a exposição de seu “sentenciamento”. A ação do público, que deveria ter como intenção principal a visibilidade daqueles que se sentiram oprimidos pelas ações da cantora, se transforma em ataques agressivos, materializados em postagens preconceituosas e intolerantes, com conteúdos, inclusive, semelhantes às falas que levaram Karol ao banimento do ciberespaço.

Publicação do perfil de Karol Conká na rede social *Instagram*



Fonte: <https://www.instagram.com/karolconka/> . Acesso em: 17 jun. 2021.

Nas postagens anteriores, observamos que os seguidores do perfil de Karol Conká, ao serem confrontados com uma nova postura da *rapper*, recorrem ao discurso de ódio e a reprodução de estereótipos para conseguirem dar conta da familiarização das condutas não-usuais da cantora. Por meio de nomeações como “ridícula”, “nojo”, “decepção”, “diabo”, além da expressão discriminatória “*lado mais negro de sua personalidade*”, os seguidores do perfil de Conká apresentam a pior face das representações sociais: ao classificar algo ou alguém, institui-se uma idealização do modelo a ser seguido, ou seja, um protótipo do objeto analisado e, por conseguinte, a perseguição daquele que é diferente de mim.

Diante disso, por meio do fenômeno das representações sociais é possível compreender como o cancelamento da cantora Karol Conká está ligado a uma realidade predeterminada por convenções estigmatizantes: inserindo o comportamento desconhecido da cantora numa categoria particularmente apropriada (diabólico, nojento, decepcionante), é possível classificar e tornar comum algo originalmente “perturbador”. Portanto, quando a alteridade confronta os padrões convencionais de uma sociedade, é por meio do processo de estereotipagem que se representa aquilo que não é usual. Ou melhor, é através dos imaginários, chamados por Charaudeau de sociodiscursivos, que conseguimos simbolizar os fenômenos do mundo e tudo aquilo que nos cerca.

Os imaginários sociodiscursivos

Conforme afirma Charaudeau (2018), ao atribuir valores de experiência aos objetos de conhecimento, cada sociedade utiliza a linguagem como meio de tematizar, problematizar e precisar o posicionamento do sujeito que fala. Portanto, ao enunciar que “*É triste conhecermos uma pessoa que se diz pública pelo lado mais negro de sua personalidade*”, o seguidor que se expõe na publicação de Conká (figura 1) apresenta um ato de linguagem que problematiza o caráter da *rapper*, evidencia o tratamento depreciativo dado aos artistas que participam de *reality show*, ao mesmo tempo que ratifica o preconceito racial por meio de uma expressão que reproduz o discurso de “inferioridade dos negros”.

Esse fato linguístico demonstra como o sujeito, mesmo manipulando determinadas liberdades em seu discurso, é submetido ao propósito do campo temático em que sua situação de comunicação está inserida. Acerca de tal submissão, Charaudeau vai afirmar que, “de um lado, o homem é dominado por um mundo que se impõe a ele, mas, de outro, é pelos sistemas de representação que ele o apreende, sistemas que o próprio homem constrói e que dependem ao mesmo tempo de sua vivência” (CHARAUDEAU, 2018, p. 191).

Inseridas no cenário da análise do discurso, as representações sociais devem ser consideradas aliadas a uma teoria do sujeito, uma vez que problematizam a atividade de linguagem com base nos objetos de conhecimento da sociedade e na forma como esta classifica o mundo por meio de determinados domínios de experiência. A definição discursiva das representações, portanto, expõe o modo como os interagentes necessitam de referências previamente instituídas para conduzir o processo de significação do mundo e de interpretação da realidade.

Partindo de tal ponto de vista sobre as representações, Charaudeau formula a hipótese de que o modo como o sujeito significa discursivamente o mundo possibilita a instauração de saberes que constituem maneiras de ver e de julgar a vida em

sociedade. Nessa perspectiva, distantes da definição de simples organização mental, os saberes constituem concretos sistemas de pensamento que configuram e definem o comportamento social por intermédio da linguagem. Para demonstrar como os saberes compartilhados são responsáveis por estruturar as representações sociais, Charaudeau agrupa-os em saberes de conhecimento, explicações do mundo através da razão, e saberes de crença, atrelados ao pensamento afetivo do ser humano.

Portanto, os imaginários materializam-se em práticas sociais e atividades coletivas que resultam de “uma dupla interação: do homem com o mundo, do homem com o homem” (CHARAUDEAU, 2018, p. 205). Esse processo interacional é responsável por fundar a identidade de um grupo na medida em que consolida seu universo de valor e, por conseguinte, reflete a visão desse grupo sobre o mundo.

A presença dos imaginários sociodiscursivos no cancelamento de Karol Conká

Difundidos em um espaço de interatividade e corporificados por meio dos saberes que circulam no meio social, os imaginários são responsáveis não apenas por engendrar as identidades coletivas, mas, sobretudo, por influenciar o sujeito em seus respectivos julgamentos. Retomando o cancelamento ocorrido com a *rapper* Karol Conká, vale ressaltar que o movimento de “boicote virtual” teve início quando a cantora, ao destinar comentários e práticas ofensivas aos participantes do programa, sendo eles uma mulher nordestina e um jovem negro, vai de encontro aos imaginários projetados pela sua imagem enquanto artista.

Mais do que expor seus colegas de confinamento, Karol Conká, após praticar em um canal de televisão aberta os comportamentos anteriormente mencionados, desconstrói a identidade discursiva que mantinha na mídia e, por conseguinte, deslegitima os imaginários que circulavam a respeito da sua imagem. Imaginários relacionados aos movimentos negro,

LGBTQIA+ e feminista, somados ao discurso de resistência e de denúncia social, podem ser facilmente identificados em sua rede social *Instagram*:

Publicações do perfil de Karol Conká na rede social *Instagram*



Fonte: <https://www.instagram.com/karolconka/>. Acesso em: 26 set. 2021.

Observando a construção identitária de Karol, as publicações anteriores nos auxiliam a compreender como o *ethos*⁴criado pela cantora (feminista, resistente, empoderada, emancipadora) é capaz de estabelecer um sistema de pensamento que sustenta os imaginários de resistência, de ativismo e do direito à igualdade nos quais a artista se inscreve. De fato, a inserção de Karol em tais imaginários é, de certa forma, um dos fatores que delimita seu cancelamento, uma vez que, enquadrada pela população e também por si mesma no discurso de contestação às relações hegemônicas de poder, a *rapper* desempenha um papel social que não dialoga com as atitudes preconceituosas desenvolvidas no reality show.

⁴ No dicionário de análise do discurso de Charaudeau e Maingueneau (2020), o verbete “*ethos*” é apresentado como “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”. Essa noção faz referências às modalidades verbo-visuais da apresentação do EU-comunicante no processo de interação.

Isto posto, é possível afirmar que os saberes partilhados sobre a vida de Karol foram refutados pelo próprio discurso da cantora durante a sua breve participação no programa. Tal controvérsia entre a identidade discursiva e a identidade social da artista provoca seu cancelamento: Karol, que inicia sua participação no *reality show* com 1,7 milhão de seguidores no *Instagram*, contabilizava 1,3 milhão⁵ no dia de sua saída. Não obstante, na tentativa de rechaçar ainda mais a cancelada, os usuários da referida rede social incitam sua “demissão” no perfil de uma das empresas patrocinadoras do programa:

Publicação do perfil da empresa Avon na rede social *Instagram*



The image shows a screenshot of an Instagram post from the account 'avonbrasil'. The post features a purple background with two text boxes. The top box says: 'Eu só queria saber o **marca do batom** a Juliette tava usando ontem, a menina levou uma **caçamba de água na cabeça e não usou o batom**'. The bottom box says: 'quero muito saber o **nome desse batom** **perfeito** que a Sarah e a Juliette estão usando. Já vou **solicitar a revista** amanhã dona Avon.' Below the text is a photo of two women, one smiling and one wearing glasses. The post has 62,193 likes and is captioned: 'avonbrasil O batom que já é queridinho das sisters pode ser o seu também! Já que ele resiste até na água, né? Então corre pra comprar e garanta já o seu Power Stay Vermelhaço. 🍷👀👀 #AvonTáOn'. There are several comments on the right side of the post, mostly from users with blue names, expressing interest in the lipstick and some criticism of Karol Conka.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CLF-2B4Jh-8/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Ao analisar as postagens, observa-se como o discurso externalizado pelos usuários do *Instagram* está associado a alguns

⁵ Fonte: <https://jovempan.com.br/entretenimento/tv-e-cinema/saiba-quantos-seguidores-karol-conka-tinha-antes-do-bbb-21.html>

imaginários sociodiscursivos ligados aos saberes de crença. A maioria das publicações solicita duas mulheres brancas como embaixadoras da marca. Inclusive, há referência às “verdadeiras mulheres do Brasil”, registro linguístico que reitera a tentativa de inferiorizar as capacidades físicas e culturais de Karol. As “sisters” que ilustram a publicação são chamadas de “anjas”, enquanto Karol é definida como “bruxa”, nomeações que retomam o imaginário religioso ao colocar em oposição a imagem “sagrada” das participantes e a representação “profana” de Karol.

Em uma outra publicação, uma usuária afirma que “não só as negras são vítimas”, discurso que advém dos imaginários sociodiscursivos ligados à equidade: a mensagem expõe a ideia de que pessoas negras sofrem as mesmas dificuldades que as pessoas brancas, algo que remete ao conceito equivocado de “racismo reverso”. Sobre o imaginário de igualdade, Charaudeau (2018) revela que “o discurso do igualitarismo prega uma sociedade fundada na (ou que procura atingir a) justiça absoluta. Isso implica o apagamento de certas diferenças entre os indivíduos que vivem em uma mesma comunidade, ao menos no que diz respeito à sua identidade [...]” (CHARAUDEAU, 2018, p. 232-235).

Fica evidente que o imaginário de igualdade que influencia a mensagem analisada não pretende, portanto, reivindicar oportunidades iguais para as participantes retratadas na imagem da postagem e a recém-cancelada Karol Conká. Nesse caso, o saber de opinião visa à manutenção de uma imposição de inferioridade no momento em que, por meio da linguagem, procura “neutralizar” a condição estereotipada da mulher negra, cuja constituição se deu a partir das condições históricas dessa população na sociedade brasileira.

Em última análise, as publicações testemunham os saberes de opinião coletiva, sustentados pelo imaginário da “soberania popular”. Os seguidores, por meio de suas mensagens, “ameaçam” a empresa de não mais adquirirem seus produtos, caso a marca permaneça vinculada à imagem de Karol Conká, a qual, nesse processo do boicote virtual, já não é vista como uma pessoa, mas

como um conceito moralmente inaceitável que deve ser a qualquer custo combatido. O cancelamento da cantora passa a ser observado como um “bem comum”, uma imposição que beneficiaria a todos os seres e que, na condição de não se realizar de forma espontânea, a autoridade dos canceladores tomará as devidas decisões para que este assim seja realizado. Charaudeau afirma que o imaginário da soberania popular evoca o “mito da democracia”, pois:

O povo é, então, erigido em entidade abstrata de razão, representante de uma opinião coletiva consensual resultante de uma deliberação ao longo da qual foram confrontados pontos de vista diferentes e tomadas decisões contrárias. Assim impõe-se a todos uma opinião majoritária. [...] esse imaginário imponha uma luz pela vontade de um grupo, mesmo que este seja guiado por elites que se beneficiam dessa situação, pois a maioria jamais nasce espontaneamente. (CHARAUDEAU, 2018, p. 227)

Portanto, analisando o cancelamento da *rapper*, fica claro que os imaginários são caracterizados pelas apropriações que fazemos da realidade, assim como pelos juízos que realizamos das condutas sociais, sejam elas coletivas ou individuais. Tais considerações são reproduzidas por meio dos discursos que circulam na comunidade e reiteradas histórica e socialmente pelo sujeito. Este, munido estrategicamente dos saberes partilhados pela comunidade, utiliza-se das ferramentas digitais para reverberar saberes que justifiquem e credibilizem suas ações em sociedade, ainda que tal atitude tenha como objetivo principal o silenciamento do outro.

Considerações finais

Este artigo, realizado a partir da investigação do cancelamento midiático da cantora Karol Conká, buscou flagrar as representações sociais e, por conseguinte, os imaginários sociodiscursivos envolvidos no processo de linchamento virtual da *rapper*. A capacidade coercitiva dos saberes partilhados em sociedade ficou evidente nessa análise, ancorada, sobretudo, nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Semiolinguística do Discurso.

Na tentativa de dar voz ao oprimido e evidenciar atitudes consideradas questionáveis, conforme vimos no *corpus* escolhido, a cultura do cancelamento regula os discursos sociais permitidos e, com a promessa de “correção do outro”, acaba reproduzindo determinados estereótipos e crenças que corroboram mais com o emudecimento do outro do que com a refutação do cenário antidemocrático.

De fato, ao analisar os saberes envolvidos no julgamento de Karol Conká pelo tribunal da Internet, faz-se necessário pontuar que, na tentativa de instituir um “ciberativismo”, os usuários das redes criam, conduzem e mantêm imaginários de grande potencial identitário, capazes de justificar práticas sociais que visam, sobretudo, a não realização do debate público.

Referências

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2001.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*. Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 571-591, set. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857/433>. Acesso em: 28 nov. 2021.

_____. *Discurso Político*. 2. ed. Trad. Dilson F. da Cruz, Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. MAINGUENAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2020.

JODELET, Denise. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

Dizeres sobre racismo na capa da *Veja*: uma análise semiolinguística da materialidade verbo-visual

André Marques da Silva¹

Considerações iniciais

A instância midiática, desde os primeiros jornais do século XIX, construiu e/ou reproduziu imaginários e estereótipos raciais derogatórios em torno da identidade negra. Esses imaginários e estereótipos funcionaram, ao longo do tempo, como *dizeres* de poder, de discriminação e de dominação, que legitimaram historicamente o discurso de superioridade racial de um grupo hegemônico sobre minorias étnico-raciais. Esses dizeres é que corroboram, por meio do discurso, a institucionalização e a perpetuação do racismo estrutural nas mídias. Como a língua e o discurso são formas de manutenção e manifestação de poder e de controle social, é necessário analisar esses *dizeres sobre raça e racismo* na mídia, a fim de desconstruir imaginários derogatórios e discursos racistas, identificando *quem diz, como diz e a quem diz*.

À luz da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, baseada em Charaudeau (2005, 2008, 2018a), tendo como *corpus* uma capa da revista *Veja*, publicada em 2017, analisam-se os processos de *transformação* e *transação* que materializam os dizeres sobre o racismo estrutural e seus reflexos/pregnância na sociedade contemporânea, a situação de comunicação e o contrato de comunicação, considerando o gênero capa e sua função

¹ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), com bolsa de fomento do CNPq, tendo como orientadora a profa. dra. Beatriz dos Santos Feres. E-mail: prof_andremarques@hotmail.com.

sociodiscursiva, a identidade dos sujeitos da linguagem, as visadas discursivas, o projeto de influência e o propósito comunicativo.

A Teoria Semiolingüística

A Teoria Semiolingüística, postulada pelo linguista francês Patrick Charaudeau, integra a corrente das teorias do discurso que concebem a significação do ato de linguagem como resultado de um processo de interpretação que não se limita a análises do sistema/estrutura imanente da língua ou de uma materialidade semiológica. Na perspectiva teórico-metodológica de análise semiolingüística do discurso (AD), Charaudeau (2005) concebe o ato de linguagem como uma atividade de semiotização do mundo, cuja compreensão, além de competência lingüística, exige análises dos fatores situacionais e extralingüísticos como a situação de comunicação, o contexto sócio-histórico e os sujeitos da linguagem.

Na concepção de Charaudeau (2005), semiotizar o mundo significa textualizar a realidade por meio de dois processos: *transformação* e *transação*. A transformação é a passagem de uma realidade a significar (mundo ontológico) a um real significado (mundo textualizado) seja por meio de uma língua natural, seja por meio de uma materialidade semiológica. Assim, a constituição verbo-visual de um texto se processa por meio das operações: i) de *identificação*, representação do mundo fenomenológico; ii) de *qualificação*, apresentação das propriedades e características dos seres; iii) de *ação*, seres em movimento, praticando ou sofrendo a ação; e por último, iv) de *causação*, relação de causalidade entre eventos. O processo de transação, por sua vez, engendra um *contrato de comunicação*² que envolve pelo menos, quatro sujeitos: dois no circuito interno, que são sujeitos do discurso; e dois no

² O contrato de comunicação é regulado por quatro princípios: *princípio de alteridade* (troca), *princípio de pertinência* (saberes compartilhados), *princípio de influência* (finalidade intencional) e *princípio de regulação* (regulação do jogo de influências).

circuito externo, que são sujeitos de existência real. A transação, portanto, consiste na relação de alteridade entre os sujeitos³ da troca linguageira que se situam em dois polos: de um lado, no eixo da produção (EUc), o locutor/autor do enunciado e, de outro, no eixo da recepção (TUi), o interlocutor que interpreta o enunciado.

Ethos da Revista Veja

A revista *Veja*⁴ construiu ao longo do tempo uma identidade empresarial que lhe conferiu socialmente uma imagem de si e uma legitimidade institucional para atuar no mercado editorial de jornalismo como *revista informativa*⁵. A identidade dos profissionais, responsáveis pela produção de conteúdos/dizeres, funde-se à imagem discursiva da empresa, constituindo, assim, numa instância compósita do *espaço externo-interno* de produção, um *ethos* discursivo. Segundo Amossy (2016), *ethos* é um conceito de retórica do discurso que remonta ao modelo aristotélico de argumentação. Trata-se, assim como o *logos* e o *pathos*, de uma

³ Para Charaudeau (2008), os sujeitos “externos” são o EUc (eu-comunicante) e o TUi (tu-interpretante) e os sujeitos “internos”, o EUE (eu-enunciador) e o TUD (tu-destinatário).

⁴ A revista *Veja*, do grupo Abril, foi fundada em 1968 por Roberto Civita, no período do regime Militar. Com o AI5, em dezembro, a revista passou por censura, tendo edições vetadas e/ou retiradas dos locais de venda. A revista informativa semanal aborda temáticas sociais, econômicas, políticas e culturais. Interessa-nos observar como a revista aborda as questões raciais e seus desdobramentos. Na esteira do que Maingueneau (2019) chama de *ethos* editorial, percebemos que a *Veja* apresenta um *ethos* mais inclinado a tendências político-ideológicas da direita, o que de certa forma explica a ausência ou a quantidade reduzida de algumas pautas sociais e raciais ao longo de sua história.

⁵ Segundo Charaudeau (2018b), uma empresa de comunicação (máquina midiática) constitui um duplo espaço: o *externo-externo*, que é o órgão empresarial/instituição; e o *externo-interno*, que é constituído pelos profissionais responsáveis pela produção do *fazer comunicativo* da empresa em um espaço público, servindo-se, para tanto, de dispositivos e de aparatos tecnológicos e digitais como suporte organizacional para veiculação do discurso.

técnica usada pelos antigos oradores em seus discursos para captar, persuadir e/ou seduzir o auditório.

Amossy (2016, p. 9) entende que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. O *ethos* é assim uma imagem que o sujeito comunicante constrói de si através do discurso, quando se insere numa atividade enunciativa. É nesse sentido que, quando produz um ato de linguagem, a revista Veja apresenta no discurso uma imagem de si, projetada tanto pelos elementos linguísticos e imagéticos, quanto pelos efeitos de engajamento e/ou neutralidade em relação a temáticas sociais e a temas fraturantes. Nessa perspectiva, não se trata apenas do que a revista Veja (EUc), como fiador do discurso, quer dizer e/ou mostrar explicitamente (sou isso ou aquilo), mas a maneira como a revista veicula os dizeres, como aborda certos temas para captação/adeseção do auditório/público e como o público-alvo lê/vê e interpreta essa imagem produzida no/pelo discurso.

É necessário salientar que, na lógica comercial, o mercado consumidor exerce uma influência considerável tanto na seleção, quanto na produção de conteúdos informativos veiculados na instância midiática. No que diz respeito ao público (TUd) idealizado, o perfil de leitor que historicamente caracteriza o público-alvo da revista Veja projeta o *ethos* do leitor mais alinhado ao eixo centro-direita e ao liberalismo econômico⁶, que é mais comum entre grupos de leitores das camadas média e média alta, setores mais “conservadores” e resistentes a pautas identitárias e a temáticas raciais. Em outras palavras, o leitor que compra ou que é assinante da revista Veja mantém certas expectativas não apenas acerca do conteúdo produzido pela revista, mas também de sua posição de engajamento ou de neutralidade, delineada pela

⁶ Ver *ethos* dito da revista Veja em: <https://veja.abril.com.br/brasil/de-que-lado-esta-veja/>. Acesso em: 05 mar. 2021. Aqui a instância midiática atribui a si um posicionamento pela economia de mercado e, embora afirme sofrer críticas da direita e da esquerda, percebe-se que os leitores alinhados à direita têm mais identificação com os conteúdos produzidos pela revista, sobretudo, no que tange à economia e ao posicionamento político.

maneira como desenvolve o propósito comunicativo e como busca atingir determinados efeitos visados.

A capa de revista e a verbo-visualidade

Para Bakhtin (2011, p. 261), “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” e “cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados”. Em outros termos, todo ato de linguagem se materializa por meio de um gênero do discurso, que assume determinada forma/estrutura e função sociodiscursiva, a fim de estabelecer interação entre dois sujeitos: um *locutor* na instância de produção e um *interlocutor* na instância de recepção. Como parte constitutiva de um gênero da instância midiática, a capa de revista funciona como uma visada de *marketing*⁷ para atrair a atenção dos leitores, tanto pelo sentido visual, provocando a curiosidade por meio de imagens/fotografias, diagramação, cores e formatos que atraem olhares, quanto pelo sentido da temática, apresentando temas fraturantes, imaginários de apelo social, com estratégias semiolinguístico-discursivas, jogos de sentido/ambiguidade, trocadilhos, intertextualidade/interdiscurso etc. Visa-se, pois, a despertar o interesse do leitor (TUi), uma vez que a capa é *a parte de um todo* comunicativo que constitui o primeiro contato do *leitor-consumidor* com a *revista-produto* de consumo.

Na construção do propósito comunicativo, o processo de *transação* que se estabelece no *contrato de comunicação* do gênero capa coloca em cena os sujeitos da troca linguageira: o EUc (VEJA) e o TUi (leitores), engendrando os processos de alteridade, pertinência, influência e regulação: *Quem sou eu? Com que leitor falo? O que devo falar e com que finalidade? Como devo me dirigir a este leitor?*

⁷ Segundo Charaudeau (2004), os efeitos visados correspondem a uma intencionalidade psicossociodiscursiva do EUc no ato de produzir o discurso para um público que se quer captar e do qual se espera aceitação, interpretação e compreensão dos atos linguageiros produzidos.

O que meu interlocutor espera ler? Essas indagações revelam a intencionalidade e as expectativas do sujeito comunicante (EUc). O processo de transformação, por sua vez, materializa o texto verbo-visual, por meio de elementos linguísticos e multissemióticos, com as operações de *identificação*, *qualificação*, *ação* e *causação*.

A natureza verbo-visual da capa de revista é um traço constitutivo do gênero. Elementos verbais e visuais estabelecem relações semântico-discursivas para construir o sentido global da capa, considerando o propósito comunicativo da matéria selecionada e sua visada de *marketing*. É necessário reiterar, portanto, que a seleção da imagem, em conjunto com outros elementos constitutivos do gênero, é estrategicamente pensada pela instância compósita para construir um determinado propósito comunicativo/dizeres, tendo como base os efeitos visados e seu grau de afetamento sobre a instância de recepção idealizada (TUd).

Ao selecionar, por exemplo, uma imagem fotográfica para compor uma capa de revista, a instância de produção considera o objetivo pretendido, o impacto/efeito que a visualidade pode causar no público leitor e, a partir de sua visada de patemização e de *marketing*, explora as propriedades constitutivas da imagem tais como o fato e/ou drama social captado pelas lentes, as cores/efeitos cromáticos da imagem, o ângulo, o enquadramento do objeto e, sobretudo, a representação/semiotização daquilo que vai constituir o principal *referente* visual da imagem fotográfica.

Segundo Santaella e Nöth (2015), existem diferentes gêneros de imagens que podem, pela natureza do signo e pela sua relação com o objeto, apresentar propriedade mais icônica, mais indexical ou mais simbólica. Para ilustrar, os autores citam alguns protótipos de imagens: i) *pinturas não-figurativas* ou *abstratas* são protótipos de imagens icônicas; ii) *imagens figurativas*, como fotografias e pinturas realistas, são protótipos da imagem indexical; iii) *pinturas codificadas iconológicas* ou iconograficamente são protótipos da imagem simbólica. Interessa-nos, pois, nesta análise, a relação indexical (secundidade) que um *sin-signo* (imagem fotográfica) mantém com seu objeto (realidade recortada, estática, fato, evento),

no que tange ao cerne desta investigação, isto é, na identificação/qualificação e representação da identidade negra.

Algumas análises e resultados

O ato de linguagem na instância midiática põe em cena, ao menos, duas identidades sociais: a identidade de um profissional da comunicação (jornalista, colunista, articulista, cronista, chargista etc.), e a identidade social da empresa/instituição do setor de comunicação a que se subordina este profissional. É a legitimidade social, atribuída tanto ao profissional, quanto à instituição/empresa de comunicação, que confere ao órgão de imprensa (EUc), *a priori*, a autoridade para desempenhar determinados papéis sociais, como o *fazer saber* na instância midiática.

A edição de capa da revista *Veja*, publicada em novembro de 2017, apresenta o *fazer saber* ao público leitor com o seguinte agenciamento de informação em sua materialidade verbo-visual: i) uma fotografia/foto-sintoma de uma mulher negra no período de escravização; ii) uma manchete principal: *como é ser negro no Brasil*, apontando os problemas sociais derivados do racismo e do período de escravização; iii) manchetes secundárias: indicações de pesquisa sobre *um país com muito racismo e poucos racistas*; iv) referências a *dados oficiais que mostram que os negros vivem pior porque são negros e não porque são pobres*; v) referências a *testes de preconceitos em 85 estabelecimentos em sete capitais traz esperança*; vi) mais: referências a matérias com contribuições de pesquisadores sobre a temática racial, entrevistas e depoimentos de personalidades negras, como Pelé, Taís Araújo, Lázaro Ramos etc. Analise, a seguir, a materialidade verbo-visual da capa *Veja*:

Figura 1. Como é ser negro no Brasil



Fonte: Revista VEJA 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/as-capas-sobre-racismo-publicadas-por-veja/>. Acesso em: 15 set. 2019.

Além do nome — VEJA — que designa a identidade institucional da revista de informação, a capa constitui-se de uma imagem fotográfica e de hipertextos que funcionam na materialidade verbal como manchete principal e manchetes secundárias, cumprindo um *projeto do dizer*, dotado de intencionalidade. A materialidade visual, constituída por uma imagem fotográfica, e a materialidade verbal, constituída por hipertextos, formam um todo significativo que deve ser considerado em sua dimensão sociodiscursiva para a construção e compreensão do sentido global da capa. Observe, a seguir, a organização do discurso na composição desta edição da capa:

i) Delocução — desenvolve a temática racial, apresentando uma foto-sintoma sobre o período da *escravização*, problematizando um tema/assunto: “*Como é ser negro no Brasil*”, assumindo um modo enunciativo-delocutivo em relação ao tema racismo e escravidão. As manchetes secundárias funcionam como proposição/argumentos numa dimensão argumentativa do gênero;

ii) Modos descritivo e argumentativo — no contrato de comunicação *capa de revista*, a instância de enunciação procura descrever uma cenografia racializada (uma foto-sintoma, uma situação-problema) para persuadir o sujeito interpretante-leitor, na instância de recepção, a crer em sua asserção de partida/proposição, tendo uma imagem como ilustração do argumento;

iii) Modo narrativo — a imagem evoca/apresenta uma história/fato que se desenvolveu no espaço-tempo *anterior*, servindo-se de elementos verbo-visuais para contar/narrar e argumentar.

O *projeto do dizer* na capa da *Veja*, regulado pelos princípios de alteridade, pertinência, influência e regulação, é engendrado para apresentar ao seu leitor uma matéria sobre o racismo estrutural no Brasil, situando-o em um recorte espaço-temporal da história, capaz de rememorar o período de escravização e encetar uma comparação entre o passado escravista (século XIX) e a realidade do racismo contemporâneo. O saber a ser mobilizado pelo leitor, na instância de recepção, a fim empreender uma leitura que interprete e compreenda o sentido global da semiose verbo-visual, deve passar por acionamentos do seu acervo sociocognitivo, do conhecimento histórico acerca da escravização, dos imaginários sociais/raciais e das relações de poder e de hierarquias entre raças.

Na operação de *identificação*, *qualificação*, *ação* e *causação*, que imbricam a materialidade verbo-visual do gênero *capa*, o processo de semiotização apresenta os seguintes procedimentos: i) *identificação/qualificação*: uma mulher negra e com uma criança branca carregada em suas costas; ii) *ação*: cuidar, tomar conta; iii) *causação*: por ser negra/escravizada. Nessa operação semiolinguística, entende-se que a imagem visual funciona como

um texto narrativo-descritivo. A operação de identificação e qualificação, que põe em cena uma mulher negra e uma criança branca, evoca uma relação indicial da imagem com o período pré-abolição, não apenas pelo fenótipo e/ou pela identidade racial das pessoas ali representadas, mas pela cenografia do arranjo social captado e enquadrado no plano fotográfico, que materializa visualmente um registro histórico de uma sociedade racialmente dividida, hierarquizada e escravista.

Considerando os efeitos cromáticos, a imagem fotográfica constrói uma cenografia que evoca um passado mais distante, não contemporâneo ao contexto de produção. Esse efeito de sentido de tempo passado/transcorrido é corroborado pelo aspecto envelhecido da imagem, com tons de sépia que, com matizes quentes de marrom e dourado/amarelo, evocam uma época mais antiga, em que se situa o período de escravização. A instância de produção serve-se, portanto, de uma foto-sintoma que funciona como um documento histórico que atesta e autentica uma relação estrutural entre a *situação do negro*, no passado, em uma sociedade que o escravizava, e a *situação do negro*, na contemporaneidade, em uma sociedade que legitima e perpetua práticas racistas e racializadas.

Segundo Charaudeau (2013), a foto-sintoma é uma imagem fotográfica que apresenta uma forte carga semântica e que, por isso, evoca situações análogas àquela imagem captada. Nessa perspectiva sintomática, essa foto representa todas as situações de mulheres negras em situação de escravização, que tinham como função/atribuição cuidar de crianças brancas. A imagem, que constitui uma foto-sintoma, revela a identidade social/racial de uma mulher negra escravizada, cuja atribuição — babá ou ama de leite de uma criança branca — aponta não só as relações sociais entre brancos e negros em uma sociedade escravista do século XIX, mas também um traço histórico da organização racial do trabalho, que coloca a mulher negra, diacronicamente, como a figura central de um determinado tipo de atividade laboral, sempre ocupando espaços de subserviência e submissão em relação ao grupo racial branco, que é social e historicamente privilegiado.

Desse imaginário social, histórico e diacrônico, derivam-se alguns dos principais estereótipos raciais que associam, de forma reiterada e cristalizada, a mulher negra à imagem da empregada “doméstica” ou da “criada” que trabalha em “casa de família” branca. Nesse sentido, a foto-sintoma da revista evoca a origem de certos *dizeres*, bem como os imaginários raciais e os estereótipos que os legitimam socialmente, fazendo-os circular, de forma mais ou menos consciente, em nossa sociedade.

O hipertexto verbal, “*como é ser negro no Brasil*”, que está em destaque com letras em negrito e em caixa alta, afixado na parte inferior da capa, sobrepõe-se à imagem-índice que rememora o *período de escravidão*. O componente verbal, como defendem Rojo e Moura (2019), é como uma etiquetagem que funciona como elemento interpretativo da materialidade visual. Nessa cenografia que corrobora o sentido indicial da fotografia, a imagem, como defende Santaella (2012), estabelece com a materialidade verbal uma relação semântica de complementaridade, em que a foto-sintoma reforça a proposição de denúncia/constatação sobre *como é ser negro no Brasil*, amalgamando o passado escravista do século XIX, representado pelo texto visual fotográfico, com uma contemporaneidade racista, que continua reproduzindo hierarquias raciais e impondo à população negra condições de vulnerabilidade, de subalternidade e subserviência social.

A arquitetura semântico-discursiva que constitui a materialidade verbo-visual permite depreender que o atual quadro sócio-histórico do país ainda mantém traços semelhantes aos do período de escravidão da população negra. No hipertexto “*Dados oficiais mostram que os negros vivem pior porque são negros e não porque são pobres*”, a instância de produção, numa organização delocutivo-argumentativa, ao apresentar referências a dados oficiais de pesquisa, visa a conferir um *ethos* de confiabilidade e de credibilidade à matéria produzida. Na lógica argumentativa, essa alusão a dados oficiais, além de funcionar como efeito de *logos* e/ou argumento de que a revista é capaz de apresentar um saber científico sobre racismo na sociedade brasileira, desconstrói um dos principais

mitos do imaginário da democracia racial: o de que a desigualdade entre negros e brancos se deve somente a fatores sociais.

Nessa lógica argumentativa, a capa apresenta-se ao leitor com um grau relevante de informatividade, o que pode suscitar seu interesse em comprar uma edição ou assinar a revista. A instância de produção, ao destacar em uma manchete que *os negros vivem pior não porque são pobres, mas porque são negros*, estabelecendo uma relação causal entre identidade racial (ser negro) e desigualdade social (viver pior/ser pobre), estabelece uma relação de complementaridade semântico-discursiva entre a foto-sintoma e a manchete “como é ser negro no Brasil”. O sentido global da capa leva o leitor a fazer uma reflexão sobre racismo e desigualdade: a desigualdade social entre brancos e negros funda-se em fatores histórico-raciais — escravização, colonialismo, racismo, violência racial — que correlacionam o racismo estrutural institucionalizado do presente ao passado histórico.

A manchete secundária, “*pesquisa exclusiva da Veja apresenta um país com muito racismo e poucos racistas*”, expõe um traço característico da identidade brasileira que é a negação e a denegação do racismo. Se, de um lado, a pesquisa revela que os entrevistados admitem a existência de racismo estrutural no Brasil, por outro, indica que parte desses entrevistados nega e/ou não admite que eles sejam agentes de práticas ou de comportamentos racistas. É parte constitutiva do imaginário brasileiro a defesa do mito de uma democracia racial, que se fundamenta, na lógica de Charaudeau (2018a), em um *saber de crença* e de *opinião*. Apesar de se admitir, em algum grau, a existência do racismo ou do que se chamou outrora de *preconceitos de cor*, afirma-se que não se pode considerar o Brasil um país racista, porque além de ter havido um progressivo processo de miscigenação entre as três raças, não se desenvolveu (abertamente) políticas de Estado de segregação racial, nem deflagração mais grave de conflitos étnico-raciais. Esse imaginário construído é que explica o paradoxo de ser um país com muito racismo e poucos racistas, porque, historicamente, como defende Moreira (2019), o brasileiro nega ou contemporiza o racismo, por não (querer) identificar, admitir ou

reconhecer que determinadas práticas, comportamentos, falas, “piadas”, gestos, imaginários ou estereótipos constituem práticas ou discursos racistas.

Considerações finais

Este capítulo apresenta apenas uma pequena parte das análises desenvolvidas na pesquisa de dissertação de mestrado, intitulada “*O racismo institucional na mídia: uma análise semiolinguística dos imaginários sociodiscursivos*”, defendida em abril de 2021, no Pos-Ling (UFF).

De maneira objetiva, é possível afirmar que os *dizeres sobre raça e racismo* na instância midiática — revista *Veja* — têm caráter sazonal, com predominância de publicações de capas em datas comemorativas e em tematizações de questões raciais que criam polêmicas no espaço público, como as cotas raciais, por exemplo. Até 2018, ano do cinquentenário da revista⁸, a *Veja* havia publicado apenas nove capas com temáticas sobre racismo ou sobre questões raciais, sendo a primeira em 1988, por ocasião do centenário da promulgação da Lei 3.353/1888 — Lei Áurea. A nosso ver, o número de publicações sobre temáticas raciais e/ou racismo revela-se relativamente incipiente, se levarmos em conta o longo período de atuação da revista no mercado editorial e a dimensão do racismo estrutural no país.

Pela análise da capa é possível depreender que o enunciador revista *Veja* (EUE), ao tematizar o racismo estrutural na sociedade brasileira, busca projetar na encenação linguageira um *ethos* discursivo de revista que, além de cumprir sua função de informar/comunicar aos leitores os temas atuais e relevantes, mostra-se atenta e/ou atualizada sobre questão racial. Esse *ethos* discursivo contrasta com a imagem construída pela revista ao longo de sua produção editorial.

⁸ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/as-capas-sobre-racismo-publica-das-por-veja/>. Acesso em: 19 set. 2019.

Outro ponto a se considerar é que os dizeres sobre raça e racismo se ampliaram a partir dos anos 2000, quando se implementavam políticas afirmativas em universidades públicas e, posteriormente, quando houve a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial. Esses dois fatos fizeram eclodir nas instâncias midiáticas as tensões raciais entre brancos e negros, com debates, controvérsias e polêmicas, sobretudo no que tange às divergências de posicionamento político-ideológico sobre as ações afirmativas de cotas nas universidades públicas.

Para finalizar, a análise também permite compreender que embora o Brasil seja um país estruturalmente racista, a sociedade e as instituições, incluindo as instâncias midiáticas, atravessam um período de maior reflexão e de crítica sobre o racismo e sobre as condutas racistas. Esta consciência racial explica, em parte, a busca da revista *Veja* por construir uma imagem/*ethos* positivo de empresa antirracista, cidadã e preocupada com as questões raciais. Mas existe, por outro lado, uma visada econômica da revista, uma vez que a temática racial é um assunto em voga, o que pode atrair outros segmentos de leitores e fazer aumentarem as suas vendas/assinaturas.

Referências

- AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018a.
- _____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2018b.
- _____. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In: MENDES, E. (coord.); MACHADO, I. L. et alii. (orgs.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 383-405.

- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.
- MOREIRA, A. *Racismo recreativo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- ROJO, R.; MOURA, E. *Letramentos, mídias, linguagens*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- SANTAELLA, L. NÖTH, W. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- SANTAELLA, L. *Leitura de imagens: aplicações na hipermídia*. 3ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

Candomblé no samba-enredo: uma análise acerca dos estereótipos

André Luiz dos Santos¹

Introdução

A melhor forma de dominar um povo é destruir toda a sua ligação com sua cultura e impor a eles algo novo, com que não possam se identificar. Desde que o processo de escravização pelos europeus se inicia na África, muitas pessoas foram retiradas de seus territórios de origem e levadas para lugares que nem sabiam que existiam. Essa migração forçada, além da forma desumana como foi feita, também criou paradigmas falsos sobre todos aqueles capturados para que justificasse todos os horrores que eram feitos.

Distante de seu país e de tudo o que lhes fazia sentir existir, agora, homens e mulheres de todas as idades lutavam para permanecerem vivos e quem sabe um dia voltar para o seu solo e se reencontrarem com os seus. Sabemos que muito não conseguiram isso e acabaram morrendo nas travessias marítimas ou nos lugares onde foram escravizados, forçados a trabalhar sem dignidade.

A solução era se unir com outros escravizados, mesmo que de etnias diferentes, para manterem as tradições e cultura, unindo o que era de um com o que era do outro. Esse intercâmbio cultural forçado fez surgirem novas manifestações culturais como uma forma de estar mais perto de casa e não deixar com que os valores se perdessem. Ter um sentimento de conforto e esperança nos momentos mais difíceis de existência invisível vivida por ele. Assim nasceu o Candomblé no Brasil, a união de várias e distintas

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense, sob orientação da profa. dra. Beatriz dos Santos Feres.

formas de devoção a deuses africanos, ligados aos elementos da natureza. Com o surgimento dessa matriz, aparecem também o preconceito e os estereótipos negativos sobre as doutrinas dos negros, criando sentidos e significado demoníacos para tudo o que os escravizados faziam.

Esse pensamento se deve, primeiro, pelo desconhecimento das práticas religiosas diferentes das do cristianismo europeu presente em uma parte da Terra e que se consideravam os dominantes por serem “evoluídos”. Depois para que pudessem continuar dominando mais territórios e povos para obterem mais poder e a melhor forma de fazer isso era destruir toda a cultura que sustentava esses povos dominados, porque depois de um tempo, a identificação com sua cultura desapareceria. Muitos sucumbiram dessa forma, mas outros conseguiram, com muita luta, se manter e lutar contra o preconceito e lutam até hoje.

Este trabalho surge a partir das reflexões propostas no curso de Discursos da Diversidade, pela necessidade de se propor uma reflexão sobre os estereótipos inadequados impostos ao candomblé brasileiro, exemplo de luta e resistência contra a opressão e silenciamento eurocêntrico. Para tanto, convém a análise de sambas-enredos cujas temáticas vão de encontro a essa perspectiva, apresentando, ao invés de estereótipos negativos, arquétipos positivos dessa doutrina religiosa, como forma de criar identificação com os adeptos, para que não se sintam envergonhados por ter essa origem e oferecer o real conceito de seus valores para os que não os conhecem.

Farei um breve percurso histórico do Candomblé e do samba-enredo para que se possa ter um breve entendimento da origem similar das duas manifestações afro-brasileiras. Tomarei como base analítica o processo de semiotização de mundo, estereótipos e imaginários sociodiscursivos propostos por Charaudeau (2005, 2017) e os estudos das epistemologias de Sul, de Boaventura de Sousa Santos (2020). O objetivo é refletir sobre como diminuir as visões negativas do candomblé e apresentar novas perspectivas dessa cultura que foi marginalizada por muitos anos.

Do Candomblé ao samba-enredo

O candomblé é uma doutrina religiosa que surge no Brasil, após a chegada dos negros escravizados trazidos da África Ocidental, onde se praticavam as doutrinas da religiosidade Iorubá, Fon e Banto, pela necessidade de explicarem o mundo em que viviam e se organizarem para o melhor convívio de todos os indivíduos. Segundo Santos (2010), “o Candomblé é uma síntese de tradições religiosas da África Ocidental, especificamente, da Nigéria, Benin e Togo, além das influências de outras tradições religiosas.”. O culto desenvolve-se com a crença de que os homens e orixás vivam em harmonia, preservando os ensinamentos ancestrais como aconselhamentos, evolução e união de todos.

Na África, não existia apenas um candomblé, como no Brasil, mas ramificações com diferentes concepções e preceitos a serem seguidos por cada um dos povos. Isso se dá porque, naquele continente, cada região cultuava um único orixá, ligado à natureza da região. Ou seja, os habitantes da cidade de Ketu² (Queto) cultuavam³ o orixá Oxóssi, pois acreditavam que este tenha sido o primeiro rei daquela região. Então, todos os habitantes tinham toda a sua crença e rituais ligados a essa divindade. Além disso, os orixás têm o seu surgimento ligado aos elementos da natureza.

A palavra orixá, segundo Pai Paulo de Oxalá (2012), em sua coluna no jornal Extra:

A palavra em yorubá Òrìsà (Orixá) é uma modificação fonética de Orisè que vem de: Ibitiorí ti sè (a origem ou fonte de orí-cabeça) em referência que todo orí vem de Olórun, ou ainda, Orixá é “o Senhor e Guardião da nossa cabeça!”.⁴

² Queto é uma região do Benim. Localiza-se ao redor da cidade de Queto. Foi uma das mais antigas capitais dos iorubás.

³ Coloco o verbo no pretérito imperfeito do indicativo porque com a quase destruição total da cidade, no século XVIII, e assim fez com que o culto a Oxóssi tenha desaparecido quase que por completo.

⁴ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/pai-paulo-de-oxala/-sig-nificado-dos-orixas-para-os-yorubas-5353690.html>. Acessado em 1º dez. 2021.

Essa definição leva em consideração o poder espiritual exercido pelos orixás naqueles que são guiados por eles. Os candomblecistas são sempre consagrados a um orixá, que é o seu ancestral que os conduzirá em toda sua vida no mundo físico (aiyê). Todos os rituais serão feitos em louvor e respeito a essa divindade.

Além da visão espiritual, os orixás foram seres que, de fato, existiram, estiveram entre as pessoas e, depois da morte, tornaram-se seres espirituais dignos de serem idolatrados e venerados por aqueles que não tiveram, como eles, a mesma capacidade de controle dos elementos da natureza. Segundo Verger:

O Orixá seria, em princípio, um ancestral divinizado, que, em vida, estabelecera vínculos que lhe garantiam um controle sobre certas forças da natureza, como o trovão, o vento, as águas doces ou salgadas, ou, então, assegurando-lhe a possibilidade de exercer certas atividades como a caça, o trabalho com metais ou, ainda, adquirindo o conhecimento das propriedades das plantas e de sua utilização, o poder, axé, do ancestral Orixá teria, após a sua morte, a faculdade de encarnar-se momentaneamente em um de seus descendentes durante um fenômeno de possessão por ele provocada. A passagem da vida terrestre à condição de orixá desses seres excepcionais, possuidores de um axé poderoso, produz-se em geral em um momento de paixão, cujas lendas conservaram a lembrança (VERGER, 2000, p.3).

Na cosmovisão dos iorubás, os orixás são muito mais que simples forças espirituais sem o contato com os homens, eram humanos com altas habilidades para muitas tarefas ligadas a toda organização de vida e sociedade humana, seres que respeitavam e cultuavam a natureza, buscavam harmonia para uma vida melhor, mesmo tendo em alguns momentos defeitos humanos. Assim, podemos perceber que o culto aos orixás praticado na África era algo que mesclava o místico e o real, já que se tem a crença tanto na materialidade desses seres, quanto na origem das linhagens de reis e rainhas, os quais por muito tempo estiveram à frente de alguns povos naquele território.

A palavra Candomblé não existia na África e passou a designar no Brasil o conjunto de práticas que essas pessoas professavam para remontar os preceitos de seus lugares de origem,

conservando seus valores culturais, uma resistência contra as opressões vividas. A etimologia da palavra é repleta de controvérsias e nenhum estudioso chega a uma única conclusão, porém algumas definições seguem a mesma linha. Para Teixeira:

Kimbundo “Pequena Casa de Negros” ou “Pequena Casa de Nativos”. O “Ka” é utilizado como diminutivo. “Nzo” significa “Casa” e por fim, “Ndombe” (Negro/Nativo). Assim, acredita que o “Ka Nzo Ndombe” tornou-se “Ka Ndombe”, até popularizar-se como conhecemos e falamos hoje (TEIXEIRA, 2018, p. 2018).

Corroborando com esta definição, o autor e compositor de sambas Nei Lopes (2003, p. 62) indica que o termo é proveniente do quimbundo *Kiamdombe* (negros) e ao passar dos tempos teve o acréscimo do vocábulo *ilê* (casa). As duas acepções estão de acordo em afirmar que o termo no Brasil designa *casa*, ou seja, um lar, lugar familiar de paz, tranquilidade e amor. Assim foram formados os primeiros *ilês* da religião no país. Mais do que a doutrina religiosa, nesses lugares, os escravizados formavam uma nova família e se sentiam mais próximos de suas culturas. Rivais em outro momento, agora eram pais, mães e irmãos. Com isso, o culto passa a não ter mais um único orixá sendo cultuado por um povo, mas vários ao mesmo tempo, de acordo com a necessidade de cada um dos momentos vividos aqui. Cria-se um panteão de deuses africanos unificando alguns dogmas e deixando outros de lado, por uma questão simples, não havia neste solo aquilo de que necessitavam para continuar seus procedimentos, como plantas e animais.

Ao longo do tempo, o Candomblé se desenvolveu cada vez mais, primeiramente, na Bahia e, logo, em todas as regiões em que havia a chegada de escravizados. Formavam em cada lugar as nações (grupos organizados de acordo com as similaridades culturais e étnicas). As mais difundidas são as de Ketu, negros iorubás que cultuavam as divindades nomeada Orixás; Jeje, negros fons que cultuavam as divindades nomeadas Voduns; Angola, negros bantos que cultuavam divindades nomeadas Inkices. Para manter suas tradições ancestrais, essas nações começam a

sincretizar seus dogmas e filosofias com a doutrina religiosa do colonizador, criando uma identidade única ao candomblé brasileiro: associar os santos da igreja católica aos seus deuses.

Ao mesmo tempo, o desconhecimento sobre os ritos e preceitos do Candomblé fez com que surgisse um estereótipo: o de que a doutrina era uma seita demoníaca. Essa era uma forma de dominar e enfraquecer a religião como elemento de resistência do povo negro, que com ela se mantinha unido nos costumes e nas tradições. Essa tentativa de desarticulação ocorria desde o início, pois, quando embarcavam para o Brasil, os negros eram renomeados/batizados com nomes europeus e também eram obrigados a professar a doutrina cristã católica ocidental do colonizador, um processo de embranquecimento e europeização que lhes tirava a identidade subjetiva e social, o que dessa forma tornava a dominação mais fácil.

Entretanto, alguns lugares mantinham as suas tradições como forma de resistência e manutenção de identidade. Um dos lugares mais conhecidos do Rio de Janeiro era a Pequena África⁵, situada na área do cais do Valongo, hoje bairro da Saúde, região portuária e central da cidade. Era uma região em que habitavam e trabalhavam muito negros ex-escravizados e seus descendentes, que encontravam ali um lugar para tentativa de manter as suas tradições ancestrais. Era uma região com muita tensão, pois havia muita hostilidade contra o povo negro, muito marginalizado por sua condição social.

Uma das figuras que exerceu liderança para a continuidade da tradição afro-brasileira foi Tia Ciata⁶, famosa mãe de santo que, após as sessões em homenagens aos orixás, fazia um pagode com muita cantoria e comida. Com isso, sua casa ficou conhecida por

⁵ Este nome foi dado por Heitor dos Prazeres (Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1898 — Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1966) foi um compositor, cantor e pintor brasileiro.

⁶ Hilária Batista de Almeida (Santo Amaro da Purificação, 1854 — Rio de Janeiro, 1924).

muitos músicos da época, como Donga⁷, Sinhô⁸ e João da Baiana⁹, que frequentavam as festas e se interessavam por aquele novo estilo musical que dali vinha. As festas eram tão famosas que foram retratadas pela literatura.

A rotina no terreiro de Tia Ciata era algo que atraía muitos músicos famosos e boêmios. Sempre, após as sessões, todos se reuniam e começava a festa, regada de boa comida e bebida. Utilizavam, além dos instrumentos da cultura europeia (violões e cavacos), atabaques, agogôs, xequerês, misturando os ritmos, compondo novas canções e assim formatando aquele que viria a ser um dos maiores representantes de cultura nacional para todo o mundo.

As primeiras décadas do século XX se mostraram duras para as manifestações culturais de matriz africana, pois havia — como hoje — grande carga de preconceito, sobretudo, pela falta de conhecimento das práticas e doutrinas negras, o que se via, por exemplo, nas leis que criminalizavam os movimentos negros. Com isso, os sambistas também foram marginalizados, pois o samba ainda seguia a matriz rítmica vinda do candomblé, como já dito anteriormente. As forças de repressão policiais não sabiam diferenciar as cantigas para os orixás das novas canções que surgiam, mesmo após os terreiros terem a permissão para funcionamento, o que ocasionou muita confusão entre autoridades e adeptos do novo ritmo.

Neste universo conturbado, foi a casa de Tia Ciata que assistiu ao momento mais marcante do samba — chamado, naquele tempo, por alguns estudiosos, de “samba rural” — e que fez com que a história do samba mudasse. Os estudiosos afirmam que foi na casa

⁷ Ernesto Joaquim Maria dos Santos (Rio de Janeiro, 5 de abril de 1890 — Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1974) foi um músico, compositor e violonista brasileiro.

⁸ José Barbosa da Silva (Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1888 — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1930) foi um instrumentista e compositor brasileiro.

⁹ João Machado Guedes (Rio de Janeiro, 17 de maio de 1887 — Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1974) foi um compositor popular, cantor, passista e instrumentista brasileiro.

de Tia Ciata onde foi composto o (considerado por muitos) primeiro samba gravado: “Pelo telefone”, de Donga e Mauro de Almeida (1916). Muito se discute se este realmente foi o primeiro samba, pois havia relatos de outras composições do gênero anteriormente gravadas. Sérgio Cabral afirma que:

É indiscutível que, antes de *Pelo telefone*, foram gravados sambas sem que o disco informasse no selo tratar-se de sambas, foram gravados outros gêneros que não eram sambas com o nome de samba e foram até gravados sambas com identificação de samba. Portanto, seria fácil eleger qualquer desses discos como do primeiro samba gravado, se o *Pelo telefone*, não fosse aquele que desencadearia o processo através do qual o samba assumiria, como gênero musical, a hegemonia das músicas gravadas no Brasil (CABRAL, 1996, p. 22).

O lançamento deste samba, mesmo não sendo o primeiro composto, foi um marco na história da música brasileira. Agora um ritmo formatado pela cultura negra estava tocando em rádio de todos os lugares, tornando-se a música do carnaval. A partir deste momento, muitas transformações aconteceram com o samba. Primeiro se torna um gênero ligado ao carnaval, principalmente, com o lançamento de *Se você jurar* (Ismael Silva¹⁰, Nilton Bastos¹¹, Francisco Alves¹²), pois a partir dele novas formas de compor sambas caíram no gosto dos compositores de todas as partes da cidade, principalmente, daqueles que em breve fundariam as escolas de samba.

Nesse momento, os grupos carnavalescos se organizam e criam as escolas de samba que, na concepção de Ismael Silva, seria um lugar para ensinar a todos que quisessem o que era o samba. As novas agremiações demoram muito tempo para caírem no gosto da sociedade, porque vinham das áreas mais pobres da sociedade e

¹⁰ Milton de Oliveira Ismael Silva (Niterói, 14 de setembro de 1905 — Rio de Janeiro, 14 de março de 1978) foi um cantor e compositor brasileiro.

¹¹ Nilton Bastos (Rio de Janeiro, 12 de julho de 1899 — Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1931) foi um compositor e pianista brasileiro.

¹² Francisco de Moraes Alves (Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1898 — Pindamonhangaba, 27 de setembro de 1952) foi um cantor e compositor brasileiro.

ainda era uma época em que ranchos e cordões representavam a cultura carnavalesca da cidade. A criação das escolas de samba também tinha a intenção de acabar com o estereótipo negativo ainda imposto às manifestações negras. Então, organizar era a melhor forma de serem aceitos por toda a sociedade. Augras aponta:

Tudo faz supor que foram os mais velhos, os “bambas”, desejosos de mostrar que o jovem samba pode ser coisa de respeito, que foram, aos poucos, organizando esses novos blocos segundo uma estrutura semelhante à dos ranchos. É nessa perspectiva que se situa a adoção do nome “escola” para designar as novas formações (AUGRAS, 1998, p. 24).

A luta para não serem mais vistos como um grupo marginalizado foi aderida pela maioria das escolas. Muitas foram criadas em todas as regiões da cidade com o mesmo objetivo. A partir dessa organização, surgem os primeiros concursos de agremiações, regulamentos, normas para serem consideradas escolas de samba, até o momento em que o estado começa a organizar o desfile e aceita as agremiações como grupos não marginais. O samba viveu todas essas transformações.

Antes do regulamento de 1952, em um desfile, eram cantados mais de um samba, sem ligação com o tema apresentado pela escola e não existia o samba-enredo. A partir dos desfiles daquele ano, passa a ser obrigatório que letra e tema do desfile estejam em consonância, sendo criado o gênero samba-enredo para que fosse distinto das outras formas de samba existentes, uma canção criada para atender às necessidades dos desfiles de carnaval.

Escrever um samba-enredo torna-se arte dominada majoritariamente pelos compositores negros e pobres antes depreciados. Compôr para uma escola de samba e ter sua letra difundida por toda a sociedade quebravam os padrões impostos, mostravam que os marginalizados e silenciados criavam obras de arte poéticas muito relevantes. Na busca de mudarem a visão preconceituosa, sambistas criam muitas obras de arte do gênero, sendo reconhecidos por todos como verdadeiros artistas nacionais. O samba-enredo ajudou, de certa forma, o começo da quebra de

estereótipos enraizados na cultura e arte afro-brasileira, sendo uma forma de identificação e valorização do negro na sociedade. Ser sambista era ser artista e não alguém sem valor para a sociedade.

Estereótipos: uma nova perspectiva

Depois desse breve percurso histórico do candomblé e do samba-enredo, a reflexão sobre a importância desses dois movimentos culturais é necessária, na busca de romper e acabar com os estereótipos ainda encrustados na pele do povo negro Brasil. Mesmo estando no século XXI, ainda existem muitos organismos da sociedade com conceito malformado sobre a doutrina religiosa e o gênero musical. Sobre estudar e conhecer o candomblé, Carmo aponta:

O candomblé está na matriz da cultura negra brasileira. Ele mistura elementos centrais da cultura negra: religiosidade, estética, ética, música, dança e culinária. Mas preste atenção, não confunda o secundário do que é principal: é na concepção de mundo que está a real importância do candomblé. É essa concepção que o torna verdadeiramente ímpar no planeta e que influencia de maneira tão poderosa toda a cultura brasileira. O candomblé deve ser estudado porque o povo brasileiro, os artistas, escritores, cantores, compositores e até as novelas assimilaram a concepção de mundo do candomblé. Por isso, mesmo não sendo adepto, no seu dia a dia, o povo brasileiro vive sob a poderosa influência dessa matriz negra ancestral. (CARMO, 1987).

Uma parcela de formação da cultura brasileira parte do contato com o candomblé e da sua difusão. Mesmo sem saber, muitos, em seu dia a dia, praticam, dançam, cantam, comem e até pensam de uma forma ligada aos preceitos e fundamentos desta doutrina. Ter ciência dela, quais suas filosofias e fundamentos, é saber como foi fundamentada a nossa nação. Entender que, nesta religiosidade, a harmonia entre os homens com a natureza é um ensinamento para todos, pois, como já dito, os orixás não são perfeitos. De fato, são à semelhança dos homens; a diferença é a jornada, quando estiveram na terra, que lhes deu a oportunidade

de se tornarem ancestrais, viverem no plano espiritual e fazerem contato com os homens, através de manifestações corporais.

O samba-enredo é o *corpus* privilegiado para auxiliar nesta análise contra os estereótipos criados sobre o candomblé. O gênero musical surgiu dentro dos terreiros, carrega consigo essa ligação viva com toda a origem e história de preconceitos e demonização. Os dois tiveram um caminho tortuoso e similar para aceitação da sociedade. O samba teve êxito maior do que o candomblé, pois continua até os dias atuais sendo mal compreendido e carregando um estigma ruim.

O samba-enredo aqui é visto como uma das epistemologias do Sul, pois surge das lutas de resistência de um povo silenciado, oprimido e marginalizado pela sociedade brasileira. Em sua maioria, não tiveram respeitados os seus direitos e filosofias de vida, assim tendo em seus dogmas religiosos e criações culturais, uma arma contra todas as opressões vivida. Para Santos:

As epistemologias do Sul referem-se aos conhecimentos que surgem das lutas sociais e políticas e não podem ser separados dessas mesmas lutas. Não se trata, por conseguinte, de epistemologias no sentido convencional do termo. O seu objetivo não é estudar o conhecimento ou a crença justificada enquanto tais, e muito menos o contexto social e histórico em que ambos surgem (a epistemologia social é um conceito igualmente controverso). Trata-se de identificar e valorizar aquilo que muitas vezes nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão (SANTOS, 2020, p. 18).

Seguindo o que é exposto nesses conceitos de Santos (2020), o samba-enredo é primordial na luta contra estereótipos acerca do candomblé, por sua ligação histórica. As lutas sempre foram e são imensas e diárias. O desconhecimento traz a violência verbal e física com ataques cada vez mais frequentes, mesmo que existam leis contra esse tipo de postura, o acesso a ela e as punições são meramente ilustrativas em alguns lugares. Assim como reflete Santos:

Do mesmo modo, as comunidades negras da América Latina veem os seus jogos e suas danças seculares protegidos sob estatuto de patrimônio mundial intangível, enquanto suas comunidades continuam a ser negligenciadas, assoladas pela violência, apanhadas na materialidade da exclusão social, da vida precária, da falta de acesso à saúde e à educação, e correm risco de serem expulsas das suas terras por flat de documentos de propriedade “adequados” (SANTOS, 2020, p. 55).

Para buscar o fim dessas injustiças e a valorização da cultura negra, as epistemologias de Sul são essenciais, ouvem a voz de quem foi silenciado e mostra a sua visão sobre o mundo.

Dessa forma, trazemos aqui um samba-enredo da GRES¹³ Arame de Ricardo, 2018, *Agbayê – Dos Orixás Renasce a Vida*, cujos autores são Beto Rocha, Elson Ramires, Girão Alan Miranda, Jucelino D’menor, Nezinho Do Cavaco, Paulo Lopita 77, Samir Trindade, Thiago Alves, Wagner Rodrigues.

Olodumarê ao ver perdida sua criação
No infinito de Orum, reuniu os orixás
Para recriar a vida
Foi Exu o mensageiro a humanidade
Yansã limpou a terra
A chuva cai, no colorido de Oxumarê
Correm as águas de Oxum, ao mar de Yemanjá
Nascem as flores, os animais
Desabrocha a natureza
Ossain concede o poder, a cura
Das matas Oxossi é caçador
E Olodumarê sorria
Com a perfeição dos Orixás
Naná, a deusa das profundezas
Perguntou ao Deus maior
Se o homem podia desfrutar
Oxalá moldou da lama com suas mãos
Seres de esperança pra viver em paz
Kaô Xangô, espalha a justiça pelos corações
Correm em liberdade os ibejis
Obaluê traz a saúde
Pra vencer a bravura de Obá

¹³ Grêmio Recreativo Escola de Samba.

Um mundo novo em harmonia
Ôo Ogum com seu cavalo e sua lança
Ô luar de Ogum, o Arame vem proteger

Ao fazer a leitura e análise atenta do samba-enredo, é perceptível a intenção dos autores em apresentar um pouco da mitologia iorubá, gerando a semiotização do mundo, buscando transformar o mundo dos estereótipos negativos (mundo significado) em positivos (mundo a significar). Primeiro, identificamos a operação de identificação sendo representada pelo uso dos substantivos próprios, os nomes dos orixás (Olodumarê, Exu, Yansã, Oxumarê, Oxum, Yemanjá, Ossain, Oxossi, Olodumarê, Nanã, Oxalá, Ibejis, Obaluê, Obá, Ogum) responsáveis pela recriação do mundo. O processo de qualificação é identificado nas palavras que indicam os poderes de cada orixá como o da cura, caça, justiça para uma criação equilibrada e harmoniosa do mundo. A operação de representação dos fatos e ações é observada logo no título com o uso da forma verbal *renasce* e indica que o mundo era imperfeito e que somente o poder do candomblé pode fazer um lugar melhor para todos. Os outros verbos presentes no texto também apresentam essa ideia, pois cada orixá na ação formatou o mundo de uma forma melhor para a vivência humana.

Visando ao processo de transação, em relação ao princípio de alteridade, temos os compositores como EUC (ser social autor) que apresenta o EUE (imagem discursiva do eu lírico presente no texto, narrador observador). O EUC idealiza um TUD, (aquele público imaginado que ouvirá o samba e que assistirá ao desfile, o que inclui os componentes da escola e jurados). O TUI é, por sua vez, o público real que entra em contato como sujeito interpretante do samba-enredo. O EUC almeja um TUI, que é seu público-alvo. Aqui pensamos que o TUI pode ser toda a sociedade que ainda carrega os estereótipos negativos do candomblé. Os sambistas, com seu conhecimento de mundo e identidade cultural, mostram a legitimidade para compor sambas com essa temática, sendo provável que vivam essa realidade social. O princípio de

pertinência leva em consideração se os sujeitos compartilham os conhecimentos de mundo. Os compositores acreditam que os parceiros da comunicação têm o mesmo conhecimento de mundo. Neste caso, que as doutrinas de matrizes africanas sofrem há muito tempo com o preconceito. O princípio da regulação, o EUC tem a compreensão de que o TUI não está presente, que seu texto será veiculado de forma oral (canto), durante um tempo preestabelecido até o dia do desfile de carnaval, dia que passará pelo julgamento. Também segue as regras de construção de samba-enredo, compondo, a partir de um enredo e de seu conhecimento de mundo sobre o assunto. O princípio da influência é observado pelo fato de como os sambistas decidem apresentar as informações do enredo e como escolhem bem os termos e palavras ligados diretamente ao mundo dos que ouvem. O ponto de vista dos compositores é dar ao narrador uma voz que busca apresentar a cosmogonia africana, de forma a transformar o algo considerado ruim, em algo bom para ser aceito por todas as esferas sociais.

Este não é um samba-enredo muito conhecido do público, pertence a uma agremiação da terceira divisão do carnaval carioca, que desfila na Estrada Intendente Magalhães, bairro de Campinho. Fato que não retira o valor do samba, pois busca essa quebra de valores eurocêntricos cristãos, que demoniza as doutrinas afro-brasileiras.

Em 2019, o GRES Acadêmicos do Salgueiro trouxe o enredo *Xangô*. Era um tema há muito aguardado pela comunidade salgueirense, porque o orixá é o padroeiro da agremiação. Esse fato já mostra a ligação e admiração dos foliões com as temáticas ligadas ao candomblé. Ao contrário do samba-enredo do GRES Arame de Ricardo, a composição da escola da Tijuca caiu no apelo popular, dada a sua visibilidade de sempre postular o título da elite do carnaval carioca. Também era o momento em que a escola voltava a apostar em enredos afros. O samba composto por Dema Chagas, Francisco Aquino, Fred Camacho, Getúlio Coelho, Leonardo Gallo, Marcelo Motta, Renato Galante, Vanderlei Sena tem os versos:

Vai tropejar!
Abram caminhos pro grande Obá¹⁴
É força, é poder, o Alááfin de Oyó¹⁵
Oba Ko so¹⁶! Ao rei maior
É pedra quando a justiça pesa
O Alujá¹⁷ carrega a fúria do tambor
No vento, a sedução (Oyá)¹⁸
O verdadeiro amor (Oraiêiêô)¹⁹
E no sacrifício de Obà (Obà Xi Obà)²⁰
Lá vem Salgueiro!
Mora na pedreira, é a lei da Terra
Vem de Aruanda²¹ pra vencer a guerra
Eis o justiceiro da Nação Nagô
Samba corre gira, gira pra Xangô
Rito sagrado, ariaxé²²
Na igreja ou no candomblé
A bênção, meu Orixá!
É água pra benzer, fogueira pra queimar
Com seu oxê²³, chama pra purificar
Bahia, meus olhos ainda estão brilhando
Hoje marejados de saudade
Incorporados de felicidade
Fogo no gongá²⁴, salve o meu protetor
Canta pra saudar, Opanixé kâô!²⁵
Machado desce e o terreiro treme
Ojuobá!²⁶ Quem não deve não teme

¹⁴ Rei ou governante

¹⁵ Rei/Senhor do palácio da cidade de oyó.

¹⁶ “O rei não se enforcou”, referência ao mito da morte de Xangô.

¹⁷ Orifício ou perfuração, dança para Xangô.

¹⁸ Orixá feminina ligada a ventos e tempestades, uma das mulheres de Xangô.

¹⁹ Saudação a Oxum, orixá feminina ligada às águas doces amor e riqueza, uma das mulheres de Xangô.

²⁰ Orixá feminina ligada às águas revoltas dos rios, uma das mulheres de Xangô.

²¹ Mundo espiritual para a Umbanda.

²² Local no terreiro onde se enterram os fundamentos secretos.

²³ Machado de dois gumes que representa Xangô.

²⁴ Altar para imagens das entidades de umbanda.

²⁵ Saudação a Xangô que quer dizer “saúdem o rei que está na terra/na casa”.

²⁶ Título de alta dignidade no candomblé, dado a pessoas notáveis e de grande sabedoria na casa de Xangô. Literalmente: “os olhos do rei”.

Olori Xango²⁷ eieô
Olori Xango eieô
Kabesilé, meu padroeiro
Traz a vitória pro meu Salgueiro

Xangô é um dos orixás mais populares do candomblé brasileiro por sua simbologia estar ligada com a justiça independente de qualquer situação. Trazer essa divindade ao grande público, além de uma homenagem, busca mostrar aos desconhecidos uma figura de importância por estar ligada a um dos pilares de sustentação democrática de uma sociedade: a justiça. O pensamento estereotipado não tem a concepção de que nos mitos iorubás a justiça é também um elemento fundamental e essa composição apresenta essa visão.

Diferente do samba-enredo da escola do bairro de Albuquerque, os compositores do Salgueiro trazem muitas palavras de vocabulário iorubá, para fazerem a transformação do mundo significado ao mundo a significar. Fazer a utilização desses termos é uma forma de criar identificação; língua é resistência e poder, apresentar a língua ancestral é estimular a busca de significados para entender o que está sendo descrito. O EUc apresenta um EUe narrando toda a saga de Xangô, imaginando que tanto o TUD e o TUi não têm o conhecimento sobre os mitos da divindade. Os compositores apresentam uma legitimidade em apresentar o enredo por, provavelmente, serem adeptos de religião e/ou terem estudo muito sobre o assunto. No princípio da pertinência, é provável que uma parte dos sujeitos não compartilhasse do mesmo conhecimento que os compositores sobre o tema abordado, o que os leva agora a conhecer. O princípio da regulação e o princípio da influência são iguais ao do samba do GRES Arame de Ricardo por ser tratar do mesmo gênero com os mesmos objetivos de difusão e julgamento.

²⁷ Uma fortíssima evocação da espiritualidade de Xangô presente em cada um de seus filhos.

Os sambas-enredo mostram como ainda há muita luta contra os estereótipos negativos que pairam sobre as doutrinas religiosas de matriz africanas. Eles carregam em si uma dualidade que é vista por Charaudeau da seguinte forma:

Em outras palavras, deve-se conceder ao estereótipo a possibilidade de dizer qualquer coisa de falso ou verdadeiro, simultaneamente. Todo julgamento acerca do outro é ao mesmo tempo revelador de si mesmo: diz, talvez, algo torpe sobre outro (refração²), mas diz, ao mesmo tempo, algo de verdadeiro sobre aquele que pronuncia o julgamento (reflexão) (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

O preconceito acerca de valores desconhecidos é uma forma de também estabelecer visões deturpadas contra si mesmo sem por muitas vezes ter ciência disso. O (re)conhecimento dos estereótipos criados sobre o candomblé foi necessário para que atualmente as discussões sobre o assunto pudessem adentrar em todos os círculos da sociedade. Os estudos e pesquisas cada vez mostram como eram falsas as fantasias criadas, feitas como uma forma de dominar e retirar as forças daqueles que um dia poderiam se voltar contra os opressores. Julgar é ter medo de perder o poder instituído pela opressão, silenciamento e violência.

Com estes e mais sambas-enredo é possível que novos imaginários sociodiscursivos sejam criados, como aborda Charaudeau:

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Conclusão

Este artigo buscou uma reflexão acerca de como os sambas-enredo, com sua origem histórica ligada ao Candomblé, é um gênero textual que se enquadra como uma das epistemologias do Sul apresentadas no estudo de Boaventura de Sousa Santos (2020) por ser produzido por pessoas e grupos marginalizados na sociedade brasileira e que está ganhando as academias como um representante cultural de muito valor por expor a visão dos que muito foram silenciados e, agora, podem ter a sua voz ouvida.

O samba-enredo é capaz de levar muitas informações para a quebra de paradigmas sociais, como os criados sobre o Candomblé, não só nos dias de desfile de carnaval, mas também em todos os ambientes onde eles possam ser abordados para que se façam análise e reflexão. Dessa forma, será possível diminuir o que Boaventura chama de *linha abissal*. Todos devem reconhecer e entender o que isso significou ao longo dos tempos para diversos povos considerados inferiores.

É preciso entender cada movimento excluído, suas lutas, seus objetivos e não os enquadrar em uma mesma categoria, pois, se isso permanece, continuaremos com os mesmos estereótipos negativos, formando imaginários que são opostos a realidade.

Referências

ANDRADE, M. de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Villa rica editoras reunidas LTDA, 2004.

AUGRAS, M. *O Brasil do samba-enredo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CABRAL, S. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Lumiar, 1996.

_____. *As escolas de samba: o quê, quem, como, quando e por quê*. Rio de Janeiro, Fontana, 1974.

CARMO, J. C. *O que é candomblé*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CHARAUDEAU, P. *Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor*. Trad. André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras, Fortaleza*, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- Pai Cido Osun Eyin. *Candomblé, a panela do segredo*. Bahia: Arx, 2000.
- PRANDI, R. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTOS, B. S. *O fim de império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- TEIXEIRA, J. S. S. *Candomblé e educação não formal: a dinâmica da formação litúrgica em ambientes sagrados, a partir da contribuição da mulher negra, para reafirmação da identidade negra*. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Católica do Salvador, Bahia, 2018.
- VERGER, P. F. *Orixás*. Salvador: Corrupio, 2002.

Argumentando a expressão afetiva: uma análise discursiva do afeto

Beatriz Bezerra Carvalho Maia¹

Introdução

O mangá² possui peculiaridades que o distinguem das Histórias em quadrinhos ocidentais tanto em estética (onomatopeias que fazem parte da arte, leitura da esquerda para direita, texto principal em preto e branco, personagens com grandes olhos) como de serialização. Enquanto os quadrinhos ocidentais tendem a ser publicados em volumes, os mangás, a princípio, são publicados em capítulos. Estes podem ter frequência semanal, mensal ou quinzenal em revistas que são compêndios de várias histórias. O critério que une essas obras em uma mesma revista é a demografia, ou seja, o público-alvo, ao qual se destinam.

O mercado de mangás possui uma vasta segmentação demográfica. Além da segmentação por faixa etária, como mangás voltados para crianças (*Kodomo*) e adultos (*Seinen*), há também uma forte segmentação de gênero. Dentro da segmentação demográfica de gênero, encontram-se os *Shoujo*, mangás voltados para o público jovem feminino, e os *Shounen*, mangás voltados para o público jovem masculino. Inicialmente, apesar de o círculo e de o mercado literário terem contado desde muito cedo com a presença de uma literatura de produção feminina, os *shoujos*, assim como o resto do mercado de mangás, era um espaço majoritariamente masculino.

¹ Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Ceará, matriculada no programa de Mestrado em estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense sob a orientação da profa. dra. Rosane Santos Mauro Monnerat.

² Formado pela junção dos caracteres 漫 (man), que significa involuntário, e 画 (ga) que significa desenho/imagem.

Contudo, a partir da estreia da *mangaka* Machiko Satonaka em 1966, e com o “Grupo do ano 24”, em 1970, este passou a ser um setor com sólida produção feminina e que pouco destina atenção aos leitores masculinos.

As principais características do mangá *shoujo* são o foco nas relações interpessoais, a jornada de amadurecimento das protagonistas, narrativas que costumam se desenvolver pelo diálogo e uma arte gráfica muito chamativa com laços, flores, roupas com babados etc., muitas vezes apresentando um ideal de garota que deve ser, segundo Russell (2015), virginal, pura de coração e o caminho de salvação do homem que deseja se envolver em uma relação espiritual. Contudo, a demografia é ampla e abriga narrativas que vão do romance escolar à ficção científica. Assim, seria redutor pensá-la apenas sob a ótica de um tipo ideal de figura feminina.

O *mahou shoujo*³ pode ser considerado um dos gêneros que circulam dentro da demografia. Trata-se de histórias da ordem da aventura que entram em choque com a expectativa de uma figura feminina que cresce para ser uma boa esposa e mãe, legado de políticas educacionais e da literatura escrita por homens nos períodos Meiji e Taisho, ao apresentarem garotas desajeitadas, brincalhonas e com baixo rendimento acadêmico. Além disso, as narrativas desse gênero tendem a lidar com temas que denotam empoderamento feminino por meio do crescimento pessoal de uma protagonista que luta para defender algo.

Apesar de o mercado de mangás no Brasil contar com publicações de diversas editoras, inclusive editoras especializadas no gênero, como a JBC, a produção acadêmica em língua portuguesa pode ser considerada pequena, concentrada principalmente na área de estudos da comunicação e tratando predominantemente de obras não pertencentes à demografia de interesse deste artigo. Dentre as publicações existentes, destacamos, no campo da comunicação, Santilli (2018), que trata

³ Também referido como *magical girl* ou garota mágica.

dos vínculos afetivos na adaptação para anime de Sakura Card Captors. Entretanto, consideramos que, apesar da presença identidades e relações diversificadas na narrativa dessa obra, essas estão codificadas e, por vezes, ao romper com um padrão de comportamento, a narrativa acaba por instaurar outro padrão que poderia ser entendido como redutor, uma vez que tenta constantemente justificar a presença dessa diversidade por meio de construções de *ethos* extremamente positivos que tentam tornar imperativa a presença do afeto.

Metodologia

A escolha pelo mangá Sakura Card Captors se dá por ser um mangá amplamente conhecido pelo público brasileiro, tendo sido editado em 2002 e 2012 pela JBC e tendo sua adaptação para anime exibida em rede aberta e em canais de TV a cabo. Além disso, a história possui, assim como apontado por Santilli (2018), uma diversidade de relações afetivas e performances de gênero em uma narrativa voltada para o público infantil.

Sakura Card Captors é um mangá *shoujo*, inicialmente publicado pela revista Nakayoshi, de 1996 a 2000. Foi publicado no Brasil, pela primeira vez, em 2002, pela editora JBC, ganhando uma segunda edição em 2012. A análise se dará pela edição de 2012. Essa possui doze volumes e está no formato de *tankobon*⁴. A narrativa conta a história de Sakura Kinomoto, uma garota de 10 anos, estudante da fictícia cidade japonesa de Tomoeda, que, por acidente, abre um livro misterioso, chamado Livro Clow. As cartas provocam fenômenos estranhos ao redor de Sakura, que emprega os poderes das cartas já capturadas com seu báculo mágico para dominá-las e juntá-las à sua coleção, estabilizando as cartas e consolidando seu poder mágico. No decorrer da trama, além das histórias misteriosas que envolvem as cartas, também se fazem presentes histórias dos vínculos familiares da protagonista, suas

⁴ Formato de bolso que possui cerca de 200 páginas.

relações de amizade e romance, com destaque para suas relações com Tomoyo e Syaoran.

Fundamentação teórica

A análise se dará pelo aporte da análise do discurso combinando conceitos como a situação comunicativa da Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2019), *ethos* discursivo de Maingueneau (2020), as Tópicas de patemização de Charaudeau (2010), as Regras para suscitar emoções de Lausberg (PLANTIN, 2010) e as Tópicas das emoções apresentadas por Plantin (2010).

Para a semiolinguística, o locutor ocupará o centro de uma situação comunicativa, e esta constitui um espaço de troca no qual ele se relaciona por oposição com um parceiro, ou seja, o interlocutor. O sujeito que busca essa relação é dotado de intencionalidade e constrói um projeto de fala a fim de afetar o outro. Temos então que: o ato de linguagem nasce de circunstâncias de discurso específicas, se realiza no ponto de encontro dos processos de produção e interpretação, é encenado por entidades sociais e languageiras que o compõe de dois circuitos de produção do saber, conforme observado no quadro abaixo:

Quadro 1. Representação do Ato de Linguagem



Fonte: Charaudeau, 2019, p. 52.

Associadas ao processo interativo de influência discursiva, estão as instâncias do *Logos* — dimensão da razão —, *Ethos* — dimensão da própria imagem — e *Pathos* — dimensão da expressão emocional. São esses conceitos advindos da Retórica que ganharam espaço também na análise linguística.

O *Ethos*, nesse sentido, passa a ser concebido como uma noção que se constrói mediante o discurso. É a encenação de um “si” perante o outro por meio de características psíquicas (de caráter) e físicas (de corporalidade e/ou gestualidade). Enquanto conceito, Maingueneau (2020) inscreve o *ethos* como elemento que permite refletir a adesão dos indivíduos ao universo configurado pelo locutor. Assim, expandindo-se para além da retórica clássica, que associa *ethos* à oralidade, todo texto possui uma vocalidade específica, ou seja, uma instância subjetiva que se manifesta por meio de um corpo que, por seu tom, legitima o que é dito de modo que uma maneira de dizer implica uma maneira de ser. O Tu-destinatário se vê na posição de incorporar ou não, ou seja, conferir status de fiador das características psíquicas e físicas, bem como de

um mundo ético, inscrito no projeto de fala do Eu-enunciador. Essa incorporação é o processo pelo qual o destinatário se apropria do *ethos*, podendo acontecer em três planos: (1) uma corporalidade conferida pela enunciação ao fiador, (2) a assimilação de um conjunto de esquemas correspondentes a uma maneira de se relacionar com o mundo habitando seu próprio corpo e (3) a constituição, por meio dos dois primeiros planos, de uma comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso. Nesse sentido, a incorporação do *ethos* pode ser relacionada ao conceito de imaginário discursivo, um conjunto de representações e estereótipos mais ou menos estabilizados e socialmente aceitos que constitui o mundo ético ao qual o fiador garante o acesso e de que é parte integrante. Desse modo, o *ethos* possui três dimensões que abordam a grande diversidade de conteúdos atribuídos a ele: a categorial, que abrange os papéis discursivos; a experiencial, que abrange as categorizações sociopsicológicas estereotípicas e a ideológica, que abrange os posicionamentos. Essa imagem de si pode se dar de forma dita, a partir de fragmentos textuais em que o enunciador evoca sua personalidade, e de forma mostrada, decorrente da maneira como se enuncia.

Da interação entre o interlocutor e o *ethos* discursivo, um dos efeitos possíveis é desencadear emoções. Uma vez que, a partir do texto, não se pode prever como o Tu-interpretante foi afetado, a análise do universo patêmico se concentra no efeito visado, ou seja, como a obra se propõe a afetar as emoções do leitor. Assim, segundo Charaudeau (2010), as condições necessárias para que ocorra o efeito patêmico são: (A) que o discurso produzido se inscreva em um dispositivo comunicativo em que finalidade e lugares atribuídos aos parceiros predisponham o efeito patêmico; (B) o campo temático sobre o qual o dispositivo se apoia preveja a existência de um universo de patemização e proponha certa organização dos imaginários sociodiscursivos suscetíveis à produção de tal efeito; (C) que, no espaço de estratégia deixado pelas restrições do contrato comunicativo, a instância de enunciação se valha da *mise en scène* discursiva com visada patemizante.

É preciso, portanto, dar atenção ao componente cultural que influencia a expressão das emoções, bem como o estado psicológico representado pelo texto. É necessário, então, observar por meio de quais técnicas busca-se suscitar o efeito patêmico, dentre elas, destacamos as seguintes regras da retórica antiga:

(A) Regra de emoção encenada: Mostrar-se emocionado

Inicialmente, o orador deve se colocar no estado emocional que ele deseja transmitir. Deve produzir em si-mesmo os phantasiai que sustentarão sua emoção. Ou seja, o orador deve se colocar em estado de empatia com seu público; deve sentir/simular para estimular (PLANTIN, 2010 p. 65)

Trata-se de um momento essencial na construção do *ethos*, pois vem de figuras que autenticam a emoção do sujeito falante.

(B) Regra sobre mimese da emoção: Mostrar objetos emocionantes, imagens e emoção. Quando, não for possível mostrar, descrever coisas emocionantes.

O “mostrar” tem valor imprescindível para o objeto analisado, visto que a obra é construída tanto em torno da linguagem imagética quanto da linguagem verbal, tornando possível que uma intensifique a outra. O “descrever” está relacionado à amplificação, por meio de sua descrição das emoções, que talvez não possam ser mostradas.

Plantin também propõe que a representação do evento de estímulo das emoções é uma construção argumentativa, retórica e regulada por uma tópica, alertando que essa oscila entre cognitivo e linguístico, relacionando os conceitos clássicos com os princípios de inferência emocional propostos por Ungerer, categorias linguísticas de construção da emoção de Caff e Janney. Também, partindo do sistema de facetas teorizado por Scherer, organiza o seguinte quadro de tópicos da emoção que foi adaptado para contemplar a obra analisada:

Quadro 2. Tópica das Emoções⁵

T1: O QUE?	Captura das cartas
T2: QUEM?	Crianças e animais fantásticos
T3: COMO?	Batalhas
T4: QUANDO?	Aos 9 anos
T5: ONDE?	Em Tomoeda
T6: QUANTO?	Uma grande catástrofe
T7: POR QUÊ?	As cartas perdem o controle quando não estão seladas por um mago
T8: CONSEQUÊNCIAS?	Se não foram capturadas, o amor irá sumir
T9: NORMAS?	As pessoas estão em perigo
T10: CONTROLE?	Escolhida pelo destino
T11: DISTÂNCIA DE Y?	Amigos e família
T12: APROVAÇÃO?	Empreitada corajosa

Fonte: adaptado de Plantin, 2010, p. 73-74.

É preciso, assim, salientar que as emoções estão diretamente ligadas aos saberes de crença e, portanto, ligadas à cultura, sendo expressas de diferentes modos de acordo com a cultura a partir da qual se origina o texto. Destacamos, então, as seguintes tópicos da emoção propostas por Charaudeau (2010):

Quadro 3. Tópica das Emoções

Tópica	Forma de expressão	Enunciação ⁶	Figuras
Tópica da esperança	Sujeito em espera por algo positivo	Elocutiva e delocutiva	confiança, desejo, oração etc.
Tópica da alegria	Sujeito introspectivo em um estado de satisfação	Elocutiva	satisfação, contentamento, vaidade, orgulho etc.

⁵ Na primeira coluna encontram-se as características dos topos; na segunda coluna, exemplos.

⁶ Segundo Charaudeau, no comportamento elocutivo, o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo que pode ser especificado como modo de saber, avaliação, engajamento e decisão. No comportamento alocutivo, sujeito enuncia sua posição no mundo que pode ser superioridade ou inferioridade, e no comportamento delocutivo, o sujeito falante se apaga do ato de enunciação e não implica o interlocutor.

Tópica da simpatia	Sujeito sensibilizado por valores morais	Elocutiva e alocutiva	benevolências, compaixão, piedade etc.
Tópica de atração	Sujeito que essencializa o outro em uma imagem positiva ideal com a qual se relaciona pela aprovação.	Delocutiva	admiração, encantamento, fervor etc.

Fonte: Elaboração própria

Análise

A narrativa se inicia com Sakura apresentando a si e contando como se tornou uma caça-cartas, durante sua rotina de preparação para ir a escola. Enquanto a garota se define como uma menina divertida, retira a fita cassete que Keberos ainda estava assistindo, mostrando uma relação de confronto entre o que é enunciado e o que é mostrado. É interessante notar que o *ethos* efetivo da protagonista se dá, sobretudo nos primeiros seis volumes da obra, por uma relação majoritariamente de confronto entre o *ethos* dito ou o *ethos* prévio dela enunciado por terceiros e o *ethos* mostrado. Pode-se dizer que, ao deixar de lado sua característica positiva “divertida”, em prol da necessidade de devolver a fita à Tomoyo, o traço de caráter que se constrói é o da responsabilidade que mais tarde será atualizado em um *ethos* de salvadora, pela continuidade da tarefa de recuperar as cartas que é imposta a ela por Keberos, mesmo que apareçam outros card captors como Syaoran ou quando sua capacidade é questionada por outras personagens. A protagonista toma a responsabilidade para si sem considerar fugir ou abandoná-la, ainda que duvide de sua habilidade em alguns momentos. Quanto ao texto visual, é possível afirmar, pela expressão minimalista com que ela responde à Keberos, que a atitude de devolver algo pelo qual se responsabilizou ao pegar emprestado é óbvia, portanto, imperativa, dando a entrever como os valores éticos guiarão suas atitudes e a construção de seu *ethos*.

Figura 1. Tomoyo dramatiza a jornada de Sakura



Fonte: Sakura card captors, volume 1 (2012)

Vemos na figura 1, a exaltação desse *ethos* de salvadora por Tomoyo que o utiliza para justificar a admiração que tem por Sakura e a necessidade de filmar as façanhas da amiga. No plano visual dessa figura, podemos observar a protagonista em gestos que implicam desconcerto perante a constante exaltação com que a amiga a descreve. Traços indicando rubor, a cabeça baixa e a mão “abanando” ou atrás da cabeça e a expressão fora de balão “que exagerada” indicam que Sakura não percebe a si mesma como alguém especial, construindo uma figura de humildade que acaba por se caracterizar como inocência, quando Tomoyo a confronta com um discurso emocionado de exaltação ou quando ela afirma que o “gostar” de Sakura é diferente do seu, uma vez que a protagonista não percebe os sentimentos da outra de forma romântica. Pode-se também observar na fala de Tomoyo a tentativa de caracterizar um *ethos* experiencial evocado pelas figuras da valentia e coragem. Este é reafirmado pelas cenas seguintes em que a personagem se lança à batalha, mesmo sem conhecer todas as condições do embate. Nesse processo de argumentação da admiração, a personagem se utiliza das regras de emoção encenada

(mostrar-se emocionada) e da regra sobre a mimese (descrever coisas emocionantes). A expressão patêmica é amplificada pelas exclamações e a tentativa de essencialização e uma distinção exacerbada do caráter de Sakura, descrita repetidamente como única. Além disso, o verbo “ousar” reitera as ideias de coragem/valentia e singularidade da protagonista. Assim, é estabelecida uma tópica de atração que é intensificada pela linguagem visual, ao apresentar Tomoyo em uma posição “apaixonada”, com as mãos juntas ao peito, olhar voltado ao horizonte e olhos brilhantes.

As outras regras sobre a mimese da emoção podem ser percebidas ao mostrar cenas de confronto entre Sakura e as cartas, o báculo sendo utilizado para liberar o poder mágico e a rapidez dos movimentos envolvidos nas cenas. Esses elementos emocionantes são amplificados por Tomoyo ao verbalizar a figura de valentia da protagonista por meio de exclamação e por seu desejo de transformar a jornada heroica em um produto estético por meio da preparação de figurinos para cada luta e da filmagem dos embates. É possível ver organização de uma tópica da alegria por meio da linguagem visual que apresenta Tomoyo em posições de admiração e orgulho, com expressões felizes ou admiradas, mão apoiada na bochecha. Essa tópica é substituída por seu oposto, a tópica da tristeza, quando a menina apresenta desapontamento e frustração por não estar presente durante algumas batalhas.

Além disso, pode-se notar a construção de um *ethos* heroico por meio das cenas em que a personagem maneja seus poderes mágicos que estabelecem a protagonista como uma figura fisicamente capaz, algo pouco explorado pela demografia *Shoujo* e que entra em contraste com a imagem de “desastrada” das garotas mágicas apontada por Russel. Nesse sentido, entra em confronto o *ethos* prévio associado ao feminino e a excelente aptidão física de Sakura durante as lutas e outros eventos esportivos mostrados no mangá. Temos, portanto, uma figura fisicamente hábil cuja boa *performance* não se dá pelo simples talento, mas pelo aprendizado,

uma vez que as cenas em que ela se porta de maneira desajeitada diminuem conforme passa por diversas situações de risco.

Por fim, na figura 2, temos a expressão direta de afeto por Tomoyo. A codificação nesse caso, se dá pelo fato de, a princípio, essa expressão ser tomada como fraterna. A relação entre as duas personagens é caracterizada por muitos vínculos. Além de estudarem juntas, há alguns anos, Sakura descobre que são primas de primeiro grau e acaba tomando o afeto de Tomoyo como um afeto fraterno, sem interesses amorosos. Por isso, durante os primeiros capítulos, mesmo com expressões diretas de afeto, a fim de justificar seu comportamento, Sakura não consegue perceber a existência de um amor romântico de Tomoyo. Essa não compreensão do sentimento, em virtude dos laços já compartilhados pelas personagens, não se dá, porém, quando Syaoran expressa de forma direta seus sentimentos por Sakura.

Figura 2. Expressão direta de afeto



Fonte: Sakura card captors, volume 3 (2012)

Assim, o afeto romântico de Tomoyo é suposto majoritariamente pelo texto visual, por meio do rubor ou de uma expressão facial tenra. Diferente da figura 1, em que a gestualidade da personagem indica uma dramatização e, conseqüentemente, uma amplificação que pode ser tida como exagerada das emoções, temos situações, como na figura 2, em que a personagem não busca exaltar uma característica com o objetivo de convencer a protagonista de suas qualidades, mas demonstrar seu afeto, ainda que o justifique por seus laços de amizade e admiração. Assim como é possível depreender um certo sentimento de ciúme, quando Tomoyo pede para cortar o cabelo de Sakura da próxima vez, e descobre que Yukito havia feito isso no dia anterior. Essa interpretação pode ser suportada pela relação entre a tópica da dor que a garota sente, quando não está presente nos acontecimentos importantes da vida da outra.

Essa possibilidade só se confirma quando, em um monólogo, a garota afirma que o tipo de gostar que sente e o gostar que a amiga sente são diferentes. Além disso, fora Tomoyo e Keberos, as outras personagens não parecem sentir a necessidade de salientar as características do *ethos* de Sakura que compõem a organização das tópicas de emoção existentes na obra. Apesar de terem palavras elogiosas à protagonista, não condicionam essas expressões ao afeto sentido que também não é expresso de forma direta.

Nesse sentido, pode-se dizer que as regras de mimese e encenação de emoção também são aplicadas de forma diferente quando se trata da expressão de afeto romântico entre personagens do mesmo sexo, uma vez que a declaração de Syaoran para Sakura se deu ao fim da história, com duas ilustrações de página dupla, enquanto Tomoyo nunca expressou seu afeto para Sakura de forma que suas intenções fossem incontestáveis, tratando-se apenas de quadros regulares. É necessário destacar, entretanto, que as demonstrações de afeto romântico de Tomoyo são ainda mais sutis e codificadas que as de Syaoran por Yukito. Um possível relacionamento lésbico parece ser um tópico mais sensível. Talvez por *Yaoi*, gênero de mangás que trata de relacionamentos gays,

pertença à demografia *Shoujo* desde o pós-segunda guerra, enquanto o *Yuri*, gênero que trata de relacionamentos lésbicos, ter passado a integrar de forma mais expressiva esse universo apenas nos anos 70.

Conclusão

Considerando os excertos apresentados na análise, entendemos que as características que definem o *Mahou Shoujo*, apontadas por Russell (2015), são organizadas não só pela progressão da narrativa enquanto lógica ou sucessão de ações, mas, principalmente, pela relação entre diversas tópicas de emoção que possibilitam a progressão textual, ao se organizarem em torno da construção do *ethos* das personagens.

Além disso, a obra parece se ver obrigada a construir uma personagem isenta de falhas, forte compasso moral e estético, exaltando essas características em forma de um *ethos* que deixa a sensação de que seria impossível para Tomoyo não amar Sakura. Assim, acreditamos que se utiliza desse *ethos* como justificativa para a sugestão de um amor lésbico que não se sustentaria senão pela própria construção da protagonista. Desse modo, ao manter o amor de Tomoyo não reconhecido por Sakura e apresentá-lo, assim, como a afeição inicial de Syaoran por Yukito e a identidade de gênero de Nakuru, de forma codificada em que o leitor precisa se apoiar em elementos sutis, muitas vezes sem a confirmação verbal, acaba por reforçar a impossibilidade de uma descoberta natural da homossexualidade ou transgenericidade sem a necessidade de justificá-la por uma construção exaltada de características do *ethos* do indivíduo ou “uma atração natural entre pessoas com poder mágico”.

Ainda, ao observarmos como a obra cria um *ethos* ideológico de heroína e como esse *ethos* acaba por ser reproduzido na obra de sequência *Sakura Card Captors*: em *Clear Card* e em obras posteriores do mesmo gênero, é possível afirmar que acaba-se por se instaurar um novo padrão, excluindo a possibilidade de

representação de outros tipos de figuras femininas na posição de garota mágica. Entretanto, considerando que a representação da diversidade, sobretudo em *shoujos* voltados ao mundo infantil é escassa, pode-se avaliar como positivo o desenvolvimento de tais subtextos, ainda que em um regime muito parecido com segredo. Isso se deve ao fato de que nenhuma das personagens questiona ou reprime as expressões afetivas, sejam elas em relação ao amor de Tomoyo por Sakura, ou a afeição inicial de Syaoran por Yukito. Apesar de codificada, essa diversidade é tratada como natural, sem necessidade de acentuar uma tópica de dor, além da não correspondência de sentimentos.

Concluimos que, como estratégia para contornar as restrições supostamente impostas pelo público, a obra se utiliza da construção do *ethos* categorial, experiencial e ideológico de Sakura para amplificar a encenação e mimese de emoção, a fim de estruturar tópicos que induzam o leitor a compartilhar da mesma avaliação que as personagens fazem da protagonista. Nesse processo, vemos a valorização de características como humildade, coragem, timidez, inocência, habilidade física etc.; bem como a construção do *ethos* se dando, majoritariamente, por uma relação de confrontação entre dito e mostrado e prévio e mostrado.

Referências

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, P. Patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: CHARAUDEAU, P. *Emoções no discurso*. vol II. MENDES, E.; MACHADO, I. L. (orgs). São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

CLAMP. SAKURA CARD CAPTOR. São Paulo: JBC, 2012.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o Ethos*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

PLANTIN, C. As razões das emoções. In: PLANTIN, C. *As emoções no discurso*. MENDES, E.; MACHADO, I. L. (orgs). São Paulo: Mercado de Letras, 2010, p. 57-80.

RUSSEL, N. R. *Make-Up!:* The Mythic Narrative and Transformation as a Mechanism for Personal and Spiritual Growth in Magical Girl (Mahō Shōjo) Anime. 2015. Thesis (Master of Arts). University of Victoria, 2015.

SANTILLI, A. C. *Criança, narrativa e amor:* Os vínculos afetivos em Sakura Card Captors. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). 2018, 163 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo, 2018.

A construção do ethos de Gregório Duvivier: um jogo de interpelação

Caroline Lourenço Monteiro¹

Considerações iniciais

Segundo o linguista Patrick Charaudeau (2012a), o discurso da informação reflete os vínculos que determinada sociedade estabelece. A máquina midiática fabrica as informações, de acordo com um contrato pré-estabelecido com os seus interlocutores, no qual se permite ir além do que apenas relatar o acontecimento: ela pode transformar o acontecimento bruto em um acontecimento comentado. As mídias escolhem o fato que deve ser informação e como ele deve ser abordado, sob a égide também do acontecimento comentado, para que consiga captar o seu leitor e, assim, atender às expectativas mercadológicas.

Muitas empresas de mídia são acusadas de tomar partido deste ou daquele lado e cobradas por ferirem o princípio da imparcialidade, a qual sabemos ser ilusória, já que, se há linguagem, há posicionamento. Como ressalta o pesquisador francês Patrick Charaudeau (2012a, p.180), “diz-se que as mídias não têm de tomar posição, que devem mostrar neutralidade, mas sabe-se que essa neutralidade é ilusória”. O apagamento de ideologias foi almejado durante décadas pela imprensa, mas, na contemporaneidade, um jornalismo que vai além da informação, marcado por uma crítica que extrapola a argumentação de ponderação — sobretudo em gêneros redacionais dedicados mais ou menos a uma avaliação, como os editoriais, artigos de análise

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem (UFF — CNPQ), com orientação da profa. dra. Patrícia Ferreira Neves Ribeiro.

assinados e crônicas — é o que prevalece, seja nas mídias impressas, seja nas mídias digitais e televisivas.

Este artigo se volta para o jogo de interpelação entre os sujeitos interagentes existentes nas crônicas opinativas de Gregório Duvivier, publicadas no jornal Folha de São Paulo, para uma investigação de um suposto *ethos* engajado do sujeito enunciador. Em uma perspectiva mais específica, investigaremos como esse jogo aciona inferências que colocam em questão o leitor, apostando que será capaz de reconhecê-las pelo fato de partilharem os mesmos saberes de conhecimento e de crença, que refletirão imaginários sociodiscursivos também compartilhados, frente sobretudo às pautas mais humanitárias da contemporaneidade.

O duplo processo de semiotização do mundo

A concepção de linguagem apresentada por Charaudeau (2005 e 2012a) está atrelada à ideia de que o sentido não é construído apenas das combinações morfossintáticas ou semânticas tecidas entre os itens linguísticos (fatores internos), mas também por meio da ação de sujeitos interagentes em situação de troca social (fatores externos). Esse importante aspecto impõe que o processo semiotização do mundo — transformar um mundo a significar em um mundo significado discursivamente — para a Semiologia se realize a partir de duas frentes: o *processo de transformação* e o *processo de transação*.

No *processo de transformação*, o mundo extralinguístico (mundo real) passa a ter um significado (mundo discursivo), por meio da linguagem, sob os olhos de um sujeito falante. Esse processo compreende, em um espaço enunciativo mais restrito, cinco tipos de operações linguísticas:

- a) *Identificação*: na qual os seres do mundo são nomeados e conceituados, ou seja, transformados em “identidades nominais”;
- b) *Qualificação*: em que os seres do mundo são caracterizados, especificados, adquirindo, assim, uma “identidade descritiva”;

c) *Ação*: na qual os seres agem de acordo com uma determinada razão, transformando-se em “identidades narrativas”;

d) *Causação*: quando esses seres, já nomeados e qualificados, após realizar ou sofrer determinada ação, geram uma sucessão de fatos decorrentes que precisam ser explicados, formando, assim, uma cadeia de causalidade.

e) *Modalização*: quando esses seres enunciam um ponto de vista.

É mister destacar que cada um desses processos nos remete a determinadas categorias gramaticais, como substantivos, adjetivos, verbos, conectivos e modalizadores, logo, observamos que o resultado do processo de transformação pertence, exclusivamente, ao mundo linguístico.

Sob outra ótica, o *processo de transação* ocorre quando o sujeito falante, já conhecendo ou imaginando o sujeito destinatário, atribui uma significação psicossocial ao ato comunicativo, ou seja, reveste o ato de linguagem de um objetivo a ser atingido na dinâmica interacional. Esse processo, no âmbito de um espaço enunciativo considerado mais amplo, realiza-se de acordo com quatro princípios:

a) *Princípio de alteridade*: como o ato de linguagem é uma troca, cada um dos sujeitos, em uma relação assimétrica, passa pelo processo recíproco de reconhecimento e legitimação do outro. Para que essa troca ocorra, é preciso que *eu* e *tu* reconheçam as identidades — sociais e discursivas — um do outro, compartilhem saberes e tenham motivações em comum. Eles devem se reconhecer como semelhantes e diferentes para que cada um ocupe o seu lugar na cena enunciativa.

b) *Princípio de pertinência*: os parceiros devem reconhecer ou partilhar do mesmo universo de referência a que remete a troca linguageira, isto é, devem compartilhar — não, necessariamente, adotar — os mesmos saberes sobre o mundo, sobre comportamentos e sobre valores psicológicos e sociais.

c) *Princípio de influência*: todo sujeito que produz o ato de linguagem tem como objetivo atingir o seu interlocutor, seja para influenciá-lo, emocioná-lo ou informá-lo. Do mesmo modo, o sujeito destinatário sabe que há uma finalidade intencional, explícita ou implícita, em todo ato de linguagem.

d) *Princípio de regulação*: o sucesso da troca comunicativa depende de uma regulação das influências para que haja uma intercompreensão mínima. A fim de obter esse êxito, os sujeitos têm à disposição um espaço de manobras no qual podem recorrer a estratégias discursivas que os auxiliem a alcançar o seu projeto de dizer.

Cabe evidenciar que o *processo de transação* comanda o de *transformação*, já que o sujeito falante, antes de efetivar o ato de linguagem, precisa reconhecer o sujeito destinatário para que suas intenções e projetos de dizer fiquem claros e, conseqüentemente, consiga atingir o objetivo da troca comunicativa.

O ato de linguagem e o contrato de comunicação

Para explicar o que é comunicar, Charaudeau (2012b) utiliza a metáfora da encenação teatral, na qual os sujeitos locutores da troca linguageira são os atores que agem em função dos efeitos de sentido que desejam produzir nos interlocutores. Nessa *mise en scène* comunicativa, o locutor, como um diretor teatral que utiliza luzes, sons e cenários para atingir o público, usará esses componentes do dispositivo comunicativo para que os efeitos pretendidos sejam, de fato, alcançados pelo seu interlocutor.

Na construção de uma crônica, por exemplo, gênero ao qual pertencem os textos de nosso *corpus*, o autor, sob a máscara de cronista, utilizará artifícios que tornem o seu texto atraente para o público imaginado por ele como ideal para, assim, atingir os efeitos de sentido visados. Tendo em vista seu projeto de fala e obedecendo às condições do contrato de comunicação, o locutor escolherá qual modo de organização é mais adequado à sua

finalidade comunicativa e, dessa forma, fará escolhas lexicais consoantes à intencionalidade linguageira.

Nesse sentido, Charaudeau (2001, p.28) define o ato de linguagem como uma encenação interenunciativa entre sujeitos que não se encontram em uma relação simétrica, mas sim dialética, ou seja, trata-se de um processo de coconstrução.

1) Todo ato de linguagem é uma encenação que combina o fazer (instância situacional) e o dizer (instância discursiva). Essa dupla realidade faz com que o ato de linguagem seja uma totalidade que se desdobra em dois circuitos indissociáveis: um externo (fazer) e um interno (dizer).

2) O ato de linguagem é dotado de uma interação de intencionalidades, podendo ser comparado a um jogo no qual todos (locutores e interlocutores) querem ganhar. Sendo assim, não se pode deixar de considerar que existem estratégias discursivas postas em jogo no quadro da encenação do dizer, consideradas segundo as determinações do enquadramento da situação comunicativa.

3) Todo ato de linguagem é produzido por seres psicossociais, vinculados a práticas e imaginários sociais e rituais sociolinguageiros da comunidade a que pertencem.

Para Charaudeau (2012b, p.24-25), o ato de linguagem é caracterizado também por uma dupla dimensão: um *sentido explícito / simbolização referencial*, testemunha de uma atividade estrutural da linguagem, que pode ser percebido por meio de signos, nos quais associamos significantes e significados; e um *sentido implícito / significação*, variável de acordo com o extralinguístico, e testemunha de uma atividade serial da linguagem, resultante do que Charaudeau (2012b) denomina por *paráfrases seriais*. Este sentido implícito é responsável por transformar o enunciado em discurso, pois é preciso interpretar o enunciado não como um fim em si mesmo, mas como parte de uma totalidade discursiva.

Portanto, para a compreensão plena de mesmo enunciado, é preciso que haja a *compreensão no nível do sentido*, compartilhada por

todo sujeito que tenha conhecimento da língua, e a *compreensão no nível da significação*, alcançada apenas pelos sujeitos que forem capazes de captar as circunstâncias extralinguísticas que compõem a enunciação. Vale destacar que o enunciado pode apresentar *possíveis interpretativos* que não sejam previstos mesmo pelo sujeito falante no momento de produção.

A compreensão no nível do sentido pode, ainda, ser subdividida em compreensão literal do sentido e compreensão específica do sentido, que remetem a dois conceitos importantes para a Semiologia: o *sentido de língua* e o *sentido de discurso* (CHARAUDEAU, 1999). O *sentido de língua* remete à decodificação referencial (transparente) dos sentidos das palavras ou da combinação entre elas, ao código socialmente compartilhado entre os falantes, logo, advém de uma atividade estrutural da linguagem. Já o *sentido de discurso* resulta da imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas, ou seja, é o resultado da troca que ocorre entre os sujeitos do espaço do *dizer*, onde ocorre a fala configurada (circuito interno) e os sujeitos do espaço do *fazer*, externo à fala configurada (circuito externo).

Assim, a *compreensão literal do sentido* relaciona-se ao *sentido de língua*, pois, por meio de uma atividade interpretativa provável, descodifica os elementos do sistema de uma língua partilhada entre os sujeitos, pautando-se sobre atividade inferencial estrutural. Sob outra perspectiva, a *compreensão específica do sentido* relaciona-se ao sentido de discurso, uma vez que, por meio de uma atividade interpretativa plausível, considera o contexto e a situação comunicativa e possibilita a produção de inferências de natureza discursiva.

Os sujeitos do ato de linguagem: um jogo de máscaras e identidades

A concepção de sujeito é fundamental para entender o eixo teórico nuclear da Semiologia, pois ocupa o papel central no ato de linguagem. Diferentemente de outras vertentes da Análise

do Discurso que o consideram assujeitado, para a Semiologia, ele é dotado de intencionalidades e situado em um contexto sócio-histórico definido.

No processo de Produção, o EU se dirige a um TU, imaginando-o como destinatário ideal, com a intenção de comunicar algo. No processo de Interpretação, o TU' interpretante, interlocutor real, construindo uma imagem do EU', recebe e interpreta a mensagem destinada a ele. É importante destacar que, entre esses dois processos, existe uma zona de intercompreensão suposta, pois, para Charaudeau (2012b), o ato de linguagem é uma aposta na qual pode haver uma equivalência entre o que se deseja comunicar e o que é interpretado ou não.

É sobredeterminada pelo contrato de comunicação que a *mise en scène* linguageira se constrói. Todo ato de linguagem tem uma faceta teatral que contribui para a vida em sociedade, pois, em diversos momentos do dia a dia, os sujeitos utilizam diferentes máscaras para que possam conviver da melhor maneira nas mais diversas situações de troca linguageira — segundo diferentes relações contratuais — a que são expostos. A esse respeito diz Charaudeau:

várias máscaras são possíveis e, portanto, várias identidades são possíveis: mudamos a situação de troca, substituímos as máscaras. Assim, sabendo-o, pode-se jogar com as máscaras, e o outro, que também o sabe, entrará no jogo. (...) A máscara é o que constitui nossa identidade em relação ao outro. Em outros termos, no que é dito, há sempre o que é dito e o que não o é, um não dito que, entretanto, também se diz (CHARAUDEAU, 2017, p. 8).

Charaudeau (2009) também defende que a identidade do sujeito é um compósito formado por dados biológicos, dados psicossociais e dados construídos pelo comportamento, resultando, portanto, numa dupla identidade: uma *identidade social* e uma *identidade discursiva*. A *identidade social* são os traços que compõem a formação identitária do sujeito, responsáveis por lhe trazer legitimidade e lhe conceder o “direito à palavra”. Ela deve

responder à questão “estou aqui para dizer o quê?”, já considerando a legitimidade do sujeito falante.

Sob outra ótica, a *identidade discursiva* é construída pelo sujeito enunciador e resulta das estratégias — *de credibilidade* e *de captação* — que variam de acordo com as intencionalidades de cada ato de linguagem. Ela deve responder à questão: “estou aqui para falar como?”. Para alcançar a credibilidade, o sujeito falante pode escolher diferentes atitudes discursivas: de neutralidade, apagando marcas de sua avaliação no discurso; de distanciamento, adotando uma atitude estritamente racional; ou de engajamento, ao optar por uma tomada de posição. Já para conseguir captar seu interlocutor, o sujeito falante tentará persuadi-lo ou seduzi-lo por meio de uma atitude polêmica, questionando ideias defendidas pelo interlocutor; uma atitude de sedução, fazendo com que o interlocutor se sinta um beneficiário; ou uma atitude de dramatização, tentando atingir o interlocutor por meio das emoções.

A *identidade social*, percebida no espaço externo ao ato de linguagem, não é suficiente para caracterizar um sujeito, já que nem todas as informações desse falante podem ser captadas de forma antecipada. Algumas delas só poderão ser observadas por meio do que o sujeito mostrar de si no espaço interno. Charaudeau (2009, p. 313-314) ressalta que “a identidade social necessita ser reiterada, reforçada, recriada, ou, ao contrário, ocultada pelo comportamento linguageiro do sujeito falante, e a identidade discursiva, para se construir, necessita de uma base de identidade social”.

Nosso *corpus* é composto por crônicas jornalísticas de Gregório Duvivier, publicadas semanalmente no jornal Folha de São Paulo. Nesse sentido, temos como *Eu Comunicante* Gregório Duvivier, humorista, roteirista, um dos fundadores do canal *Porta dos Fundos*, ator e cidadão politicamente engajado. Essas características, que compõem a *identidade social* do EUC, conferem a ele o direito à palavra, trazendo-lhe legitimidade. Já o *TU Interpretante* são os leitores de crônicas do jornal Folha de São Paulo, público pertencente, em sua maioria, a uma classe social mais favorecida economicamente, cujos interesses vão além da informação por

meio de notícias, almejando uma análise dos fatos noticiados. As identidades do comunicante e do interpretante serão bastante tratadas, no escopo desta pesquisa, frente à análise do jogo de interpelação que se estabelece entre ambos nas crônicas produzidas por Duvivier.

Por fim, cabe destacar que os traços identitários do sujeito também aparecem, quando se fala sobre um importante conceito advindo da Antiguidade Clássica que compõe a retórica aristotélica, o conceito de *ethos*, visto que, por meio deles, é possível observar que imagem de si o enunciador quer construir no discurso. No entanto, não se pode ignorar que o interlocutor constrói representações do *ethos* do enunciador, mesmo antes do ato de linguagem ser enunciado, vinculando, assim, o *ethos* à identidade social do sujeito.

O conceito de *ethos*

A terminologia *ethos*, na perspectiva da Análise do Discurso, diz respeito tanto aos textos orais, quanto aos escritos, nos quais os enunciadores oferecem uma imagem de si por meio do discurso. Essa noção, retomada em ciências da linguagem e, principalmente, na Análise do Discurso, refere-se às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. Quando se fala de *ethos* é imprescindível retomar a tradição antiga, já que a estilística orientada pelos estudos do texto e do discurso encontra sustento na tradição retórica, focalizando principalmente os preceitos de Aristóteles, responsável por sistematizar a Retórica como a arte da persuasão.

Para Maingueneau (2015), Aristóteles, ao escrever sua Retórica, almejava expor uma *technè* cujo objetivo não era examinar o que era persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipo de indivíduos. Causar boa impressão pela forma que se constrói o discurso e dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, com intuito de ganhar confiança, consiste na prova do

ethos que está ligado à própria enunciação, e não a um saber extradiscursivo sobre o locutor. Analise:

Persuade-se pelo caráter [=ethos] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé, pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do orador (MAINGUENEAU, 2015, p. 13).

De acordo com Amossy, “Os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. (AMOSSY, 2016, p. 10). Essa autora lembra ainda que Roland Barthes define o *ethos* como os traços do caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão.

A respeito disso, a eficácia do *ethos* reside no fato de ele intervir em qualquer enunciação sem ser explicitamente enunciado. “Para dar essa imagem positiva de si mesmo, o orador pode lançar mão de três qualidades fundamentais: a *phonesis*, ou prudência, a *aretè*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência.” (MAINGUENEAU, 2015, p. 13)

Na Retórica, o *ethos* faz parte, assim como o “*logos*” e o “*pathos*”, da trilogia aristotélica dos meios de prova e, em Aristóteles, adquire um duplo sentido: por um lado, designa as virtudes morais que garantem credibilidade ao orador, como a virtude, a prudência e a benevolência; por outro, comporta-se como dimensão social, à medida que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social. Nesses dois casos, tem-se a imagem de si que o orador produz em seu discurso, mas que não é a imagem de uma pessoa real.

A noção de *ethos* é retomada também nos manuais da Idade Clássica sob a denominação de “caracteres oratórios”, como se pode observar em Amossy (2016, p. 18): “A questão da autoridade moral ligada à pessoa do orador se recoloca: em um primeiro sentido, trata-se realmente dos seus caracteres reais.”

Entretanto, o conceito de *ethos* surge das reformulações, dos debates e no modo como a linguagem resgata a retórica. Em *O ethos do enunciador* (2004, p. 69), Fiorin postula que a construção de uma imagem de si no discurso está fortemente ligada à enunciação, por meio dos trabalhos de Émile Benveniste. Segundo esse pesquisador, Benveniste mostra que a enunciação, colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização, é a instância do “*ego, hic et nunc*” (FIORIN, 2004, p. 69). O “eu” é instaurado no ato de dizer: “eu” é quem diz “eu”. A pessoa a quem o “eu” se dirige é estabelecida como “tu”. O “eu” e o “tu” são os actantes da enunciação, os participantes da ação enunciativa.

Essa imagem de si é um fenômeno que se constrói quando o enunciador toma a palavra e se mostra por meio de seu discurso, chamado de instância enunciativa. Na abordagem do *ethos*, cada gênero do discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis que determinam, em parte, a imagem de si do locutor, que pode escolher mais ou menos livremente sua cenografia ou cenário familiar, que dita sua postura.

Tal noção de *ethos* compreende não apenas a dimensão vocal, mas a um conjunto de características físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas à personagem do enunciador. “Ao fiador, cuja figura o leitor deve construir a partir de diversas ordens, são atribuídos um caráter e uma corporalidade, cujo grau de precisão varia segundo os textos.” (MAINGUENEAU, 2001, p. 98).

Para Maingueneau (2001), o “caráter” está relacionado a uma gama de traços psicológicos, enquanto a “corporalidade” diz respeito a uma compleição corporal, ou seja, a uma disposição física e a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social. Nos textos escritos, não há representação direta dos aspectos físicos do orador, mas há pistas que indicam e levam o enunciatário a atribuir uma corporalidade e um caráter ao enunciador, categorias essas que interagem no campo discursivo.

O *ethos* está relacionado ao ato da enunciação. No entanto, não se pode ignorar que o público, ou o enunciatário, constrói representações do *ethos* do enunciador, mesmo antes que ele fale,

vinculando, assim, o *ethos* ao sujeito social. Desse modo, Maingueneau (2015) desmembra o *ethos* em: *ethos* pré-discursivo, que engloba as representações que o público constrói sobre o locutor antes da fala; e *ethos* discursivo, que designa a imagem do locutor como ser do discurso.

Essa posição é corroborada por Charaudeau (2017), pois, como em todo ato de linguagem, o locutor se divide em dois sujeitos — um ser social e um ser de fala —, a imagem de si construída pelo sujeito também está inserida em um contexto. Desse modo, o *ethos* não deve ser um conceito puramente discursivo. Para esse linguista, o desmembramento do *ethos* está diretamente relacionado à questão da dupla identidade do sujeito: uma identidade social e outra discursiva. A identidade social são os traços que compõem a formação identitária do sujeito, responsáveis por lhe trazer legitimidade e lhe conceder o direito à palavra; já a identidade discursiva é construída pelo sujeito enunciador e resulta das estratégias que variam de acordo com as intencionalidades de cada ato de linguagem. Assim, o *ethos* é resultado dessa dupla identidade, da qual todo sujeito é portador. Vale ressaltar que, por meio da identidade discursiva, a identidade social pode ser reconstruída ou mascarada, logo, o *ethos* também pode ser reconstruído ou mascarado.

Análise

A crônica “O pior inimigo do Bolsonaro é o brasileiro”, publicada em 05 de fevereiro, tem como alvo o presidente Jair Bolsonaro, criticando-o pelo fato de não ter valorizado a indicação do filme “Democracia em vertigem”, de Petra Costa, ao Oscar 2020, o maior prêmio de cinema mundial. Desse modo, Duvivier tece duras críticas ao presidente, acusando-o de não ser patriota por não aclamar a conquista brasileira e por divulgar um vídeo em que o jornalista Alexandre Garcia diz que, se o Brasil trocasse de população com o Japão, transformar-se-ia em potência do primeiro mundo. O cronista ainda deixa como sugestão que o político deixe

o Brasil e vá morar em outro país e aproveita para criticar as acusações de corrupção nas quais a família Bolsonaro está envolvida.

Para a análise dessa crônica escolhemos, a princípio, dois trechos em que é possível observar o jogo de interpelação feito pelo sujeito enunciador para colocar o leitor em questão, apostando que será capaz de identificar a inferência acionada por meio de um enunciado irônico. Desse modo, como defendido por Charaudeau (2012a, p.176), a leitura da crônica jornalística, um acontecimento comentado, envolverá o leitor numa atividade intelectual, um trabalho de raciocínio, uma tomada de posição contra ou a favor. Vale ressaltar que essa análise também vai apontar para o descortinamento do *ethos* do sujeito discursivo.

Na sequência, transcrevemos o trecho que nos servirá para a análise:

Trecho 1 — “Tem 190 países nesta vasta terra plana”

Inicialmente cabe analisar como se dá o *processo de semiotização do mundo* nesse enunciado. No *processo de transformação* — transformação do mundo real em um mundo discursivo — é importante destacar as operações de identificação — “países” e “terra” — e qualificação — “190”, “vasta” e “plana”, todas pertencentes ao mundo linguístico. É fundamental perceber também como o *processo de transação* será fundamental para a compreensão do trecho: o reconhecimento da identidade do sujeito comunicante e da finalidade do ato de linguagem, como também o compartilhamento de saberes entre sujeito e interlocutor.

Assim, o processo de semiotização apresenta-se como fundamental para a compreensão da pista linguística “terra plana” por meio de um processo inferencial. Para ir além da compreensão literal do sentido (como atividade interpretativa), que é resultado apenas da decodificação realizada pelo *processo de transformação*, é preciso reconhecer a identidade do sujeito comunicante —

Gregório Duvivier —, para que seja possível uma compreensão específica do sentido.

Essas inferências serão fundamentais para a identificação de fatores ligados ao *processo de transação*, como o reconhecimento de características da *identidade social* e *discursiva* do cronista. Sabendo que Duvivier é defensor da ciência, logo, contrário a teorias negacionistas, e que em seus textos sempre assume uma postura discursiva em que defende seus ideais, é notório que ele não defende o terraplanismo e que esse trecho deve ser identificado como uma ironia. O enunciado irônico aciona, então, uma inferência, na medida em que é exigido do leitor o reconhecimento de discursos pré-existentes: como o trecho sob análise é direcionado ao presidente Jair Bolsonaro, deve-se inferir o fato de que ele é um defensor do terraplanismo, posicionamento já divulgado em diversos veículos de comunicação.

Destacamos ainda, que, ao despertar no sujeito interpretante o imaginário da importância da ciência, o sujeito enunciativo, mais uma vez, demonstra apostar em determinado tipo de leitor, pois julga que esse seja um valor importante para ele também e, por isso, conseguirá tocá-lo. Prova dessa aposta é que não foi preciso explicar o terraplanismo em nenhum outro momento do texto e, em sua primeira aparição como referente — na cadeia coesiva do texto em questão —, já comparece em um enunciado irônico.

Considerações finais

Desse modo, é possível notar, após análise da crônica de Duvivier, a projeção de um *ethos* irônico, antinegacionista, que defende uma pauta humanitária recorrente aos ideais da corrente política de esquerda: a defesa da ciência. Cabe salientar, ainda, a importância de que o *sujeito interpretante* reconheça o *ethos pré-discursivo* do locutor, identificando a identidade social do *sujeito comunicante*, para que haja uma compreensão total do texto.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. Explication, compréhension, interprétation: interrogations autour de trois modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage. In: G. Achard-Bayle, M. Guérin, G. Kleiber et M. Krylychin (dir.) *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges: Lambert-Lucas, 2018, p.21-54.
- _____. *Discurso político*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- _____. *Discurso das mídias*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012a.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012b.
- _____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326. Disponível em <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>> Acesso em: 04 mai. 2020.
- _____. Identidade linguística, identidade cultural. In: Glaucia Proença Lara, Rita Pacheco Limberti (orgs.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015, p.13-30. Disponível em <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-linguistica-identidade.html>> Acesso: 16 mai.,2020.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In. GAVAZZI, Sigrid; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino (orgs.). *Da língua ao Discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.11-29.
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In. MARI, H, et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001, p.23-37.
- FIORIN, L. C. O ethos do enunciador. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, 2004
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A.R.; SALGADO, L. (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 11-29.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

A emoção entre o informar e o pedir: a patemização no discurso jurídico de uma petição inicial que alega dano moral

Douglas do Carmo Araújo¹

Ilana da Silva Rebello²

Introdução

Pertencente ao domínio jurídico, a Petição Inicial, doravante PI, é um instrumento jurídico que visa a atender um direito da pessoa e legitima o início de um processo, com vistas a resolver um conflito ou a reparar um dano. Trata-se de um gênero muito comum aos profissionais do Direito, sendo definido por Xavier (1998, p. 235) como

a formulação, por escrito, de um pedido à autoridade pública (juiz competente), invocando a prestação jurisdicional do Estado, no sentido de atender a um direito da pessoa. Diz-se inicial a primeira petição, ou seja, aquela em que o autor fundamentará a sua pretensão, dando início, assim, ao processo, à causa judicial.

Quanto ao formato do gênero PI, o Código de Processo Civil determina sua estrutura, o que faz com que sejam organizadas de forma semelhante, exceto no que diz respeito ao conteúdo: as escolhas lexicais e o modo de dizer, o que é o foco da nossa análise.

A importância de estudar esse gênero justifica-se pelo fato de a PI ser um dos principais textos aprendidos pelo estudante de

¹ Doutorando do programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense — UFF, sob a orientação da profa. dra. Ilana da Silva Rebello. E-mail: douglasaraujo_20@hotmail.com.

² Professora associada da Universidade Federal Fluminense — UFF, vinculada ao programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. E-mail: ilanarebello@id.uff.br.

Direito, o que pode permitir aos profissionais da área, bem como a qualquer pessoa interessada, entender como se organizam as estruturas da argumentação jurídicas, no gênero em questão, podendo, inclusive, auxiliar essas pessoas na feitura de suas teses.

Além disso, por meio da análise aqui proposta, busca-se tornar acessível a justiça, ao descrever como se estrutura a argumentação na PI, mostrando, conforme Igreja (2017, p. 11), que o direito está longe de ser uma entidade abstrata, já que está imerso em um contexto social, cultural e histórico específico, que lhe molda e lhe condiciona.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar uma petição inicial (PI) que alega dano moral, originada da esfera cível, a fim de mostrar como ocorre a construção da patemização nesse gênero discursivo, seja por meio das palavras que evocam emoções direta e indiretamente, seja por sentenças, que, em situações específicas, indiciam determinados afetos. A análise do *corpus* possui caráter qualitativo, uma vez que se baseia na interpretação dos dados de um exemplar do gênero petição inicial (PI), submetido ao poder judiciário estadual da comarca do Rio de Janeiro. Além disso, com base na Teoria Semiollingüística de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau, esta pesquisa apoia-se, principalmente, sobre o conceito de visada discursiva (CHARAUDEAU, 2004) e, também, sobre o postulado de patemização (CHARAUDEAU, 2010).

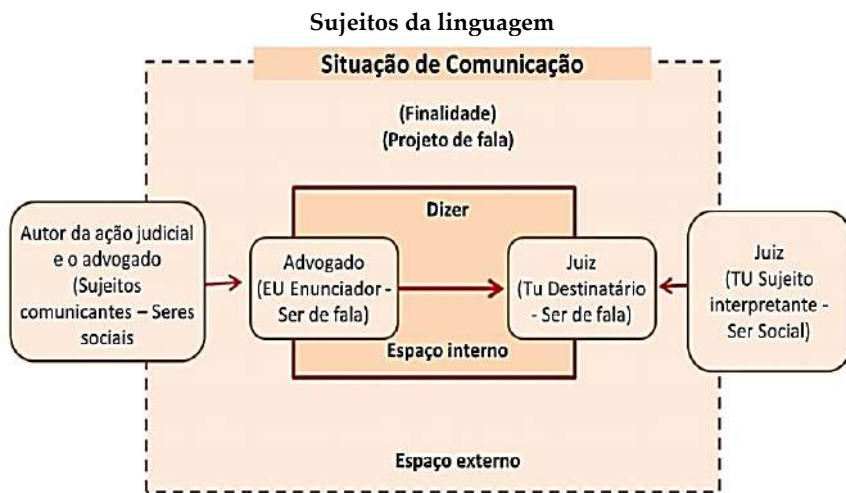
A teoria semiollingüística de análise do discurso

Proposta por Patrick Charaudeau, a Teoria Semiollingüística de Análise do Discurso é uma das teorias francesas de Análise do Discurso, que, segundo Oliveira (2003, p. 13-14), surgiu em meio à trama de teorias, ao longo do século XX. Uma das principais características é o fato de ela colocar o sujeito como responsável pela construção do sentido na sua prática languageira, visto que, conforme Machado (2001, p. 47), o uso da linguagem, nessa teoria, ocorre de forma intencional, em que o sujeito da linguagem, por

meio de seu projeto de fala, busca agir sobre seu interlocutor, influenciá-lo.

Sobre os sujeitos da linguagem, para Charaudeau (2014, p. 77), todo ato de linguagem é composto minimamente por quatro sujeitos, sendo o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUI) os seres reais, enquanto o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUD) são os seres projetados pelo EUC, estrategicamente, para lograr êxito em seu projeto de fala. Dessa forma, para o sucesso da prática linguageira do sujeito da linguagem, o sujeito enunciador (EUE) precisa estar adequado à situação comunicativa, bem como o sujeito destinatário (TUD) precisa coincidir com o sujeito interpretante (TUI).

Na PI analisada, os sujeitos da linguagem se organizam de acordo com gráfico:



Fonte: Charaudeau (2014, p. 77), adaptado.

De acordo com o gráfico, na instância de produção da PI analisada, o sujeito comunicante é formado pelo advogado e pelo autor, ou seja, é duplo, pois são seres reais que se projetam na voz do advogado da ação, que é o único enunciador, uma vez que se pressupõe comportar uma identidade capaz de transmitir maior credibilidade para o destinatário. Na instância de recepção, o juiz é

o sujeito destinatário, é o ser pensado na confecção da PI que, na maioria dos casos, coincide com o sujeito interpretante, quem efetivamente lida com essa produção.

Visadas discursivas

As visadas discursivas estão ligadas ao princípio da influência, em que o sujeito-comunicante tem como objetivo agir sobre o seu interlocutor, influenciando, assim, suas ações e seus pensamentos. Dessa forma, as visadas discursivas dão-se na instância de produção das práticas linguageiras e, segundo Charaudeau (2004), correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa do ato de linguagem do sujeito-comunicante e que, por conseguinte, deve ser reconhecida pela instância da recepção. Além disso, Charaudeau postula que as visadas discursivas são atitudes comunicativas determinadas pelas orientações pragmáticas, superando, então, sua ancoragem situacional (*op.cit.*).

As visadas discursivas classificam-se de acordo com a intencionalidade de cada prática de linguagem e, de acordo com Charaudeau, os seus tipos são definidos pelo critério da intenção do *eu* em relação ao lugar que ocupa como sujeito-enunciador e, também, pela posição que o *tu* deve ocupar (*op.cit.*).

Para entendermos melhor sobre as visadas discursivas, vejamos a seguir a descrição feita por Charaudeau (2004) acerca de alguns tipos de visada e, resumidamente, sua aplicação nas PIs, objeto de nossa pesquisa.

Visada de prescrição é a visada em que o *eu* quer “mandar fazer” (*faire faire*), e ele tem autoridade de poder sancionar, enquanto o *tu* se encontra em posição de “dever fazer” (*op.cit.*). Nas PIs, esse tipo de visada não é acionada, uma vez que, na prática de linguagem desse gênero, o enunciador, que é o advogado, não está em posição, hierarquicamente, superior ao sujeito destinatário, que é o juiz.

Visada de solicitação é a visada em que o *eu* quer “saber”, porém ele está em posição de inferioridade de saber diante do *tu*,

apesar de possuir legitimidade em sua demanda (*op.cit.*). Sendo assim, essa visada põe o *tu* em posição de “dever responder” à solicitação do *eu*. Essa visada ocorre nas PIs, já que o contrato discursivo nesse gênero diz respeito ao pedido do profissional jurídico (EU) ao juiz (TU). Cabe, então, ao juiz responder, sendo favorável ou não ao pedido feito pelo *eu*. A própria nomenclatura do gênero “petição” nos remete à ação de solicitar algo a alguém que tem autoridade para conceder ou não o pedido.

Visada de incitação é a visada em que o *eu* quer “mandar fazer” (*faire faire*), mas, não estando em posição de autoridade, não pode senão incitar o *tu* a fazer (*op.cit.*). Nesse caso, o enunciador deve “fazer acreditar”, por meio da persuasão ou sedução, ao *tu* que ele será o beneficiário de seu próprio ato, cabendo, no entanto, ao *tu* a posição de “dever acreditar”. Essa visada é recorrente nas PIs. Ela ocorre quando o profissional jurídico (EU) incita a benevolência do Juiz (TU), fazendo-o acreditar que fará justiça, caso seja favorável à demanda do *eu*.

Visada de informação é a visada em que o *eu* quer “fazer saber” e está legitimado em sua posição de saber, no entanto, o *tu* encontra-se na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento (*op.cit.*). Na narração dos fatos, em que se verifica a utilização da visada da informação, o profissional jurídico informa ao juiz sobre a demanda da PI.

Visada de instrução é aquela em que o *eu* quer “fazer saber-fazer”. Para tanto, o *eu* encontra-se ao mesmo tempo em posição de autoridade de saber e de legitimação para transmitir o saber (*op.cit.*). O *tu*, nesse caso, está em posição de “dever saber fazer”, segundo um modelo (ou modo de emprego) que é proposto por *eu*. Essa visada é evidente nas PIs quando o profissional jurídico fundamenta seu pedido na literatura jurídica (leis e jurisprudências), indicando para o Juiz como agir.

Visada de demonstração é aquela em que o *eu* quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas”, segundo uma certa posição de autoridade de saber, enquanto o *tu* está em posição de ter que

receber e “ter que avaliar” uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo (*op.cit.*). Essa visada ocorre no item “das provas” das PIs e, também, no decorrer do ato de linguagem desse gênero. Nesse caso, o profissional jurídico (EU) recorre às estratégias discursivas de credibilidade para construir uma verdade e demonstrá-la ao juiz (TU), que fica responsável por avaliá-la.

Vale ressaltar que as visadas discursivas são orientadas pelas motivações pragmáticas e que, sendo assim, a classificação da sua forma irá depender da intenção que o *eu* projeta sobre o *tu*, a partir do seu ato de linguagem. Podemos encontrar, por exemplo, um gênero textual idêntico à PI, sendo parte de um livro que divulga modelos de PIs, algo que é comum na literatura jurídica, mas que, nesse caso, apresenta apenas a visada de instrução, uma vez que tem como finalidade orientar os profissionais jurídicos sobre como construir Petições Iniciais. Dessa forma, podemos verificar que cada tipo de visada está ancorado em uma situação concreta e específica, possuindo uma finalidade determinada que, de acordo com as estratégias e efeitos que o *eu* deseja produzir sobre o *tu*, orientará a organização da matéria linguística.

A patemização

Em sua obra, Plantin (2010, p. 57) afirma que é possível “argumentar emoções”, bem como defende que o discurso argumentativo se funda no “dever crer”, no “dever fazer” e no “dever experienciar”. Assim, para o autor, a intenção do discurso está vinculada a uma conclusão visada, formulada por enunciado de emoção, que indica um estado psicológico.

No que diz respeito aos enunciados de emoção, Plantin (2010, p. 59) destaca que as experiências humanas são categorizadas por meio da língua, havendo múltiplas maneiras de designá-las, como o que ocorre nos contrastes existentes entre os léxicos das emoções de diferentes línguas, visto que sua força enquanto argumento depende de aspectos culturais de seu uso, ou seja, de seu contexto.

Quanto ao tratamento dado ao léxico das emoções, Plantin (2010, p. 59) afirma que, enquanto os psicólogos preferem trabalhar a partir dos substantivos, os linguistas, além do léxico, valem-se dos verbos de emoção, bem como da direção para qual são orientados os discursos emocionados.

Para o autor (2010, p. 60), há argumento de uma emoção, quando a questão que o sustenta apoia-se sobre uma emoção e, conseqüentemente, as respostas suscitadas visam a legitimar essa dada emoção. Considerando esse entendimento, Plantin (2010, p. 61-62) apresenta como técnica de análise das emoções determinar a conclusão visada em um ato argumentativo:

- a) considerando os atores do texto;
- b) determinando os lugares psicológicos possíveis a que serão atribuídas as experiências;
- c) determinando os termos de emoções atribuídos e;
- d) determinando os enunciados de emoção.

Os lugares psicológicos dizem respeito ao locutor e ao interlocutor de uma prática discursiva, como os sujeitos da linguagem, apresentados anteriormente. Os termos de emoções podem se dar por meio da:

- a) designação direta, por meio de uso dos substantivos, verbos e adjetivos, como em “Autor sua honra enxovalhada”.
- b) designação indireta, por meio de reconstrução de índices linguísticos, como em “QUE USA DE BOA LÁBIA PARA ENGANAR”, usado para designar o autor da ação, sugerindo tratar-se de uma pessoa inescrupulosa.
- c) designação indireta, tendo como base lugares comuns situacionais e atitudinais, como o sentimento de preocupação que se pode depreender da ação de “baixar a cabeça” e;
- d) enunciados psicológicos e de emoção, como ocorre ao dizer que uma pessoa está pensativa, para designar tristeza ou preocupação.

Na visão de Plantin (2010, p. 65), de forma geral, o argumento é todo enunciado que contém um ou vários traços argumentativos. Já os argumentos para uma emoção são aqueles que não possuem

palavras de emoção, mas são orientados para uma, sendo, assim, os traços argumentativos emocionais denominados de patemas, segundo o autor.

Assim, no *corpus* a ser analisado, é possível verificar variados patemas, sobretudo, para demonstrar a extensão das ofensas sofridas pelo autor da ação e, conseqüentemente, o abalo da sua imagem, o dano moral provocado pela ação da ré.

Charaudeau (2010, p. 23), por sua vez, propõe abordar a emoção sob a ótica da Análise do Discurso, diferenciando sua abordagem de outras disciplinas e ressaltando que seu ponto de vista é atravessado por uma teoria dos sujeitos e pela situação de comunicação.

No entanto, o autor (2010, p. 26) ressalta que o objeto emoção é propício à interdisciplinaridade, porque nela estão imbricados diferentes mecanismos, que podem auxiliar na definição daquilo que chama de “efeito patêmico”. Baseado nesse caráter interdisciplinar, o autor defende que são essenciais para o tratamento discursivo das emoções as seguintes ideias: de que elas são de ordem intencional, de que estão ligadas aos saberes de crença e de que se inscrevem numa problemática da representação psicossocial.

Charaudeau defende que a emoção é efetivamente um tipo de estado mental racional, visto que se dá por meio da interpretação das circunstâncias, apoiada em valores de ordem moral e baseada nos saberes de crença. Dessa forma, emoção e crença estão indissolúvelmente ligadas, ao ponto de qualquer alteração de crença implicar modificação de uma emoção.

A partir disso, o autor (2010, p. 30) afirma que: a) as crenças são constituídas por um saber polarizado em torno de valores socialmente compartilhados; b) o sujeito mobiliza redes inferenciais propostas pelos universos de crença disponíveis para desencadear nele um estado emocional e; c) o desencadeamento do estado emocional (ou a sua ausência) o coloca em contato com uma sanção social que culminará em julgamentos diversos de ordem psicológica ou moral.

Quanto à sua inscrição em uma problemática da representação, Charaudeau (2010, p. 31) defende que é possível uma representação ser patêmica, bem como ser chamada de sociodiscursiva, visto que ela se materializa, a partir de um sistema de signos.

Dito isso, o autor (2010, p. 33) destaca que, para definir uma análise do discurso das emoções, torna-se necessário abordar os seguintes problemas: a determinação do objeto do tratamento discursivo, a organização do campo temático da emoção e a determinação das marcas que seriam vestígios de emoção.

Além disso, Charaudeau (2010, p. 34) destaca que, tendo em vista sua falta de meios metodológicos, a emoção pode ser estudada a partir da noção de possibilidade, até porque não há garantias de que um efeito visado seja efetivamente alcançado. Isso justifica o motivo pelo qual o autor prefere a denominação de “efeito patêmico”.

No que diz respeito à organização do universo das emoções, Charaudeau (2010, p. 36) aponta que podemos classificá-las a partir do seu grau de generalidade, racionalidade e reacionalidade. Porém, ele destaca que há emoções que atenderiam a mais de um critério, o que dificulta sua classificação. Nesse sentido, considerando que a organização do universo patêmico depende da situação social e sociocultural na qual se inscreve a troca comunicativa, o autor propõe uma classificação da emoção a partir da natureza patêmica: situação de comunicação, universos de saber partilhado e estratégia enunciativa.

Considerando essas proposições, Charaudeau (2010, p. 37-38) concebe que as estratégias de patemização são possibilitadas por meio de:

- a) palavras de tonalidade patêmica;
- b) palavras que descrevem emoções e;
- c) enunciados de efeitos patêmicos, que dependem das inferências acionadas pelo conhecimento de mundo dos parceiros da situação comunicativa.

A partir disso, Charaudeau (2010, p. 39) propõe tratar a patemização como categoria de efeito, que depende de três condições: a) dispositivo comunicativo, visto que a finalidade e os lugares que são atribuídos aos parceiros da troca predis põem o efeito patêmico; b) campo temático, visto que mobiliza determinados imaginários sociodiscursivos e; c) espaço de estratégias.

A respeito disso, no fragmento da PI analisada, a finalidade é influenciar o juiz a deferir o pedido da PI, no entanto, os argumentos utilizados são desencadeadores de efeito patêmico, pois atribui infelicidade ao autor, ao ter sua credibilidade afetada devido às postagens da Ré em uma rede social.

Análise dos dados

O *corpus* selecionado para a análise surge como desdobramento de um conjunto de publicações disponibilizadas em uma dada rede social. Trata-se de um evento comum, que, ao ser judicializado por meio de uma PI, adquire caráter jurídico.

Assim, na PI analisada, o autor da ação quer a reparação por danos morais, alegando que sua reputação foi abalada após publicações de teor difamatório a seu respeito. As partes, autor e ré, são médicos³, que atuam na área da estética e que têm significativos números de seguidores na rede social em que ocorreu o fato.

Sendo assim, não é demais destacar que as imagens do autor e da ré fazem parte do universo mercadológico do produto que vendem, por meio da prestação de serviço: a beleza, a autoconfiança, o respeito e outros atributos que, dentro de um senso comum, são creditados à reparação estética.

Dito isso, vejamos a seguir o fragmento a ser analisado:

³ Com o propósito de garantir o direito à privacidade, os elementos que identificassem as partes envolvidas no processo analisado foram ocultados.

Tabela 1. *Corpus* — fragmento do item “dos fatos” do gênero PI.

Note-se que a Demandada utilizou, com o objetivo de ampliar o alcance das levianas e difamatórias agressões de cunho calunioso e irresponsável, o perfil de sua clínica e parentes próximos, buscando com seu ato doloso irresponsável, alcançar de forma monstruosa seus sórdidos objetivos.

Note-se que a parte Demandada é dermatologista e cirurgiã esteta, e, portanto, defensora árdua dos interesses e reserva de mercado para a classe, e fica notado que não poupa esforços para esses fins, quando levemente e sem qualquer embasamento, acusa o Autor de imperícia e sem habilitação para atuar em estética, de ser CHARLATÃO, PICARETA, ASSASSINO E ESTELIONATÁRIO, UM SEM CARÁTER E IRRESPONSÁVEL E INEXPERIENTE MÉDICO, QUE USA DE BOA LÁBIA PARA ENGANAR E CEIFAR VIDAS DOS PACIENTES POR TER A MAIOR REDE DE SEGUIDORES EM ESTÉTICA DO BRASIL, além de criminosamente utilizar produtos ilegais, a saber o PMMA (Polimetilmetacrilato), produto com registro Anvisa e indicado para correções volumétricas e estética médica.

Vale mencionar que, a Demandada não somente comentou de forma pejorativa, denegrindo a reputação profissional e a imagem do autor, da seguinte forma, PUBLICOU USANDO A HASHTAG DO AUTOR COM OS DIZERES, ENTENDIMENTO, COMPARTILHAMENTO E IMPULSIONAMENTO DE COMENTÁRIOS: ASSASSINO, BANDIDO, PICARETA, CHARLATÃO, IMPÉRITO, NEGLIGENTE, IMPRUDENTE, NÃO HABILITADO, IRRESPONSÁVEL, ANTIÉTICO, NÃO CONFIÁVEL E DE ATUAÇÃO ILEGAL, ALÉM DE CITAR O SUCESSO DO AUTOR COMO MÉDICO EM ESTÉTICA COMO UMA FORMA DE LUDIBRIAR OS PACIENTES E SEGUIDORES, UM MÉDICO SEM QUALIDADE (conforme documento em anexo). Visando, portanto, denegrir seu trabalho, sua competência, sua integridade, sua moralidade e sua confiança e crédito perante milhões de pessoas, e ao mesmo tempo, criando supostas leis que apontassem seu trabalho como o único correto, legal e confiável, uma reserva de mercado portanto.

Assim, teve o Autor sua honra enxovalhada injustamente perante a sociedade, com a exposição da imagem, bem como publicações e postagens na PAGINA PESSOAL da Demandada e PÁGINAS onde figura como COLABORADORA DE CIRURGIA E ESTÉTICA, de forma difamatória e caluniosa, a qual ganhou repercussão viral, como acontecem na internet dos dias atuais.

A demandada levemente para atingir incalculável repercussão de sua leviana publicação, marca HASHTAGS com todas as áreas de trabalho do Autor, além da Hashtag da marca registrada do Autor para garantir que suas caluniosas e difamatórias informações tenham um alcance de milhões de pessoas interessadas nos assuntos.

Ressalto para o magistrado que não se trata de somente a foto com a legenda pejorativa e difamatória, mas todo o texto que se deu a seguir em sua publicação e os posteriores comentários de seguidores à publicação da demandada, além de compartilhamentos virais. (SIC)

Fonte: Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro — <https://www3.tjrj.jus.br/>.

Nessa encenação discursiva, os comunicantes estão em uma situação de pedido, ou seja, eles querem que seu destinatário, o juiz, atenda ao pedido, que é a reparação de dano moral, que, na esfera cível, é convertida em valor pecuniário, como forma de compensação.

No entanto, o referido dano é de difícil comprovação, visto que é subjetivo e, por vezes, invisível, aparentemente. Logo, sua prova pode ocorrer por meio da repercussão da ofensa, se provada, ou pela ofensa em si, visto que, enquanto sujeito inserido no mundo real, o juiz pode entendê-la como ensejadora de um dano.

Então, a partir desse conhecimento da situação comunicativa, os comunicantes, por meio da voz do sujeito enunciador, somente a do advogado, recorrem aos saberes partilhados com o destinatário, para emocioná-lo, ou seja, fazem uso de estratégia de patemização como forma argumentação.

Assim, nesse fragmento, as estratégias patemizantes podem ser verificadas:

a) No uso de palavras que não descrevem emoção, mas podem desencadeá-las, como “irresponsável”, “monstruosa” “oportunista”, “leviana”, que são termos que apontam o olhar do enunciador para a ré, pessoa que lhe gerou um dano. Dentro da configuração da PI, a ré é representada como algoz da autora, que, por sua vez, é a vítima e, portanto, deve ser protegida pelo destinatário, o juiz.

É importante destacar que a ofensa proferida pela ré à autora, nas redes sociais, gerou um dano, supostamente, passível de retratação, porém, dentro do processo, a ofensa advinda do autor para com a ré é interpretada como indignação, é forma de instigar seu interlocutor a sentir, o que a parte a ser protegida sentiu/sente,

diante dos fatos relatados. Inclusive, há proteção jurídica para o advogado nos casos de excessos⁴.

O efeito de patemização é produzido, também, no discurso reportado do autor. Trata-se da reconstrução do discurso de ódio que lhe foi proferido, como “BANDIDO, PICARETA, CHARLATÃO, IMPERÍTO, NEGLIGENTE, IMPRUDENTE, NÃO HABILITADO, IRRESPONSÁVEL, ANTIÉTICO, NÃO CONFIÁVEL E DE ATUAÇÃO ILEGAL”. Embora não designe emoção de forma direta, a reprodução exata das palavras escolhidas pela ré, para ofender o autor nas redes sociais, pode impulsionar o destinatário a colocar-se no lugar do autor da ação. Aparentemente, o discurso reportado não comporta filtros, o que o faz receber o valor de verdade. Assim, ao reproduzir na PI a ofensa recebida, o autor busca agir sobre seu interlocutor, ativando os imaginários que os léxicos utilizados podem suscitar.

b) No uso de modalizadores, como em “levianamente”, “injustamente” e “sem fundamentação”, pois são termos que alteram o sentido de um verbo, tornando mais grave as ações da ré, suas falhas. Esse recurso auxilia a manutenção de que o autor é uma vítima de ações, se não premeditadas, controláveis por meio da ética, podendo provocar emoções diversas no interlocutor.

É válido ressaltar que a PI analisada comporta uma estrutura sintática rica em adjuntos adnominais e adverbiais, termos acessórios que possuem, nesse contexto, caráter patêmico no plano situacional, comportando, inclusive, exageros, como no primeiro parágrafo do fragmento analisado. Seria ingenuidade não atribuir uma intencionalidade a esse tipo de construção, que é rica em elementos qualificadores.

c) No uso da avaliação axiológica, como em “forma monstruosa”, que denota o estado psicológico do enunciador,

⁴ Segundo artigo 7º, XXI, 3, § 2º da lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, o advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos.

também, podendo provocar emoções no interlocutor. Além disso, em “caluniosas e difamatórias informações” e “legenda pejorativa”, os caracterizadores são selecionados pelos comunicantes a partir de seus filtros subjetivos, que, enquanto estratégia de patemização, acreditam produzir, também, efeito de influência sobre o destinatário.

d) No uso da expressão “não poupa esforços”, já que se pressupõe que há uma intencionalidade clara da parte ré em expor o autor. Assim, trata-se de um enunciado capaz de produzir efeito patêmico, sobretudo, ao intensificar o modo de atuação da ré, nesse caso, para fazer algo nocivo: depreciar o autor.

Ademais, o discurso da PI analisada revela, por vezes, de forma implícita e, por vezes, de forma explícita, que há intenção da ré de captar os seguidores do autor ao proferir suas ofensas na rede social, ainda mais pelo fato de ambos serem médicos atuantes na área da estética. Essas insinuações têm a função de demonstrar inferioridade moral da ré perante o interlocutor, o juiz.

e) No uso da caixa alta e negrito, que, dentre outras funções, pode chamar a atenção do juiz para o desespero do autor, que precisa gritar para ser ouvido, que precisa reproduzir com destaque cada ofensa recebida. Vale ressaltar que, a partir dos imaginários construídos socialmente, é desonroso para um médico ser chamado de “assassino”, visto que é compartilhado socialmente que sua profissão é responsável por trazer vida.

No que diz respeito às visadas, como postula Charaudeau (2014), as visadas discursivas correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa do comunicante no ato de linguagem e que deve ser reconhecida pelo seu interlocutor. Na PI analisada, verificamos a existência das visadas: de solicitação, já que a PI diz respeito a um pedido; de incitação, uma vez que o comunicante quer fazer o seu interlocutor voltar-se contra à Ré, ou seja, fazer o juiz reconhecer que houve um dano que precisa ser reparado; de informação, quando o comunicante coloca-se no dever de trazer ao conhecimento do a juiz toda a repercussão que o dano gerou; e de

demonstração, quando o comunicante se constrói como sendo capaz de provar que o dano foi intencional para alcançar “sórdidos objetivos”.

Considerações finais

A visada de informação, muito comum em vários momentos da PI analisada, pode ser encontrada no item em que o enunciador busca fazer o seu interlocutor saber do dano. O juiz, nessa encenação, encontra-se na posição de “dever saber” sobre o que é dito.

Quanto à visada de solicitação, em todas as PIs, ao final, o enunciador postula “Termos em que, pede deferimento” ou “Nestes termos, pede deferimento”, evidenciando, claramente, que toda a encenação discursiva da PI é um pedido.

A partir da análise, percebemos que, por meio da patemização, o comunicante mostra ao seu destinatário o quanto as ofensas recebidas afetaram/afetam seu estado psicológico, visto que quanto maior for o sofrimento da parte Autora, maior é a chance de ele emocionar seu interlocutor, o juiz, e de conseguir deferimento ao seu pedido.

Dessa forma, dramatizar contribui para colocar os sujeitos dessa prática discursiva em um mesmo patamar, pois um auditório comovido pelo discurso do orador tende a ser um auditório inclinado a atender ao que é pedido. A simetria entre orador e auditório, nesse caso, pauta-se na emoção que o primeiro provoca no segundo. Assim, como no excerto analisado, o objetivo dos oradores desse gênero transcende ativar os conhecimentos jurídicos, visto que visa a, também, ativar os sentidos de humanidade do auditório para captá-lo.

Referências

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia Machado e MELLO, Renato de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFGM, 2004.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lucia (orgs.). *As emoções no discurso*, volume 2, Campinas (SP): Mercado de Letras, 2010, p. 23-56.

IGREJA, R. L. O Direito Como objeto de estudo empírico: o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em Direito. In: Maíra Rocha Machado. (Org.). *Pesquisar Empiricamente o Direito*. 1ed. São Paulo: REED, 2017, v. 1, p. 11-37.

MACHADO, I. Uma teoria de análise do discurso: a Semiolinguística. In: MACHADO, I.L.; MARI, H.; MELLO, R.. (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM – Segrac Editora, 2001, v. 01, p. 39-62.

OLIVEIRA, I. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PLANTIN, C. As razões das emoções. In: MENDES, Emília. MACHADO, Ida Lucia (orgs.). *As emoções no discurso*. Volume II. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, p. 57-80.

XAVIER, R. C. *Português no Direito*. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

Uma análise da identidade do cronista Leandro Karnal na midiatização do discurso científico

Graziela Borguignon Mota¹
Patricia Ferreira Neves Ribeiro²

Considerações iniciais

O progresso da ciência apresenta desdobramentos nos eixos centrais da existência humana, principalmente quando pensamos em saúde, em qualidade de vida, em tecnologia, em engenharia, entre outros. Com base nesses pressupostos, entende-se que interessa a todos os membros da sociedade o conhecimento adquirido por meio das pesquisas científicas, em virtude das melhorias que podem ser aplicadas de imediato na vida das pessoas e nas atividades cotidianas.

Para que a sociedade, de uma forma geral, possa usufruir desses ganhos promovidos pelo avanço científico, todo esse conhecimento precisa ser compartilhado, comunicado; ou seja, esse deve ser um objeto “social”, disponível para todos os membros de uma comunidade. Nesse sentido, cabe aos cientistas transmitir os resultados das famigeradas pesquisas realizadas, quais as descobertas, quais caminhos foram trilhados; para quais problemas surgiram novas soluções. De maneira ampla, podemos afirmar que se faz ciência não só com a sua finalidade primeira, que é fomentar o conhecimento, mas também se tem como propósito a sua divulgação.

¹ Doutoranda do Programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem – UFF / CAPES

² Docente e orientadora do Programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem – UFF

Nesse ponto, é importante salientar que a divulgação de pesquisas científicas tem enorme valia para a sociedade, e os motivos são variados. Entre muitas razões para se ampliar a comunicação científica, podemos mencionar a divulgação e a sua difusão, que podem ser formas de investimento para a própria prática de investigação científica, já que, grosso modo, a partir dessa inserção na sociedade gera-se uma “propaganda” involuntária do campo científico, já que esse movimento também legitima a práxis científica. A questão da comunicação humana está inserida em uma problemática da identidade do sujeito falante, como ser comunicante, o qual deseja estabelecer seu direito de comunicar. Segundo Charaudeau (2008, p. 11), “para todo sujeito que quer falar se coloca a questão de saber se ele está legitimado para fazê-lo, sem o que ele não existiria enquanto sujeito falante”. O linguista francês postula, ademais, à luz do conceito retórico de *ethos* que “não há, pois ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Desde o instante em que se fala, aparece, transparece, emerge de si, uma parte do que se é através do que se diz” (CHARAUDEAU, 2016, p. 72).

A maneira como o enunciador se comporta discursivamente no texto é que pode garantir credibilidade para o texto opinativo. Nesse sentido, a exemplo do historiador, escritor e acadêmico, Leandro Karnal, que exerce um papel de realce nos diversos meios de comunicação, interessa-nos elaborar uma reflexão acerca de sua produção discursiva, a partir da publicação de suas crônicas jornalísticas. A propagação de discursos proferidos por pesquisadores/acadêmicos, aliada a uma linguagem acessível, pode trazer à tona experiências acadêmicas, conhecimentos de base científica, os quais circulam, em geral, apenas nos ambientes prototipicamente acadêmicos. Esse alargamento do horizonte acadêmico pode gerar um retorno social imediato, como uma espécie de “democratização” dos saberes de cátedra.

A informação e os discursos midiáticos

Uma das possíveis definições para informar é transmitir um saber a quem não o possui; por essa hipótese, pode-se afirmar que o impacto da informação é tanto mais forte quanto maior é o grau de ignorância do público-alvo a respeito do saber que lhe é transmitido. Tem-se, então, segundo Charaudeau (2015), uma contradição: como medir o grau de qualidade da informação diante de um público amplo e heterogêneo? Como alcançar o grande público a não ser despertando o interesse e mobilizando a afetividade do destinatário da informação? A resposta talvez esteja em certa simplificação da informação.

Como nem todos os acontecimentos que surgem no espaço público podem ser transmitidos de maneira factual, é preciso que as mídias utilizem formas diversas para relatar esses acontecimentos e alcançar a audiência; assim, poderá cumprir seus objetivos comunicativos e comerciais. Para tanto, é importante abordar os seguintes tipos de discurso: o informativo, o propagandista, o demonstrativo e o didático.

Segundo Charaudeau (2015), o discurso informativo e o discurso propagandista se aproximam por ambos estarem voltados para seu público-alvo; enquanto o primeiro transmite o saber, o segundo intentar seduzir o alvo. Esses dois tipos de discurso apresentam muitas semelhanças, inclusive, quanto à construção das hipóteses a respeito de sua audiência, filtrando a abordagem comunicativa em detrimento das inferências criadas do que deseja o alvo. No entanto, esses discursos se afastam pelo processo de verificação, ou seja, pelo “status da verdade”. O discurso informativo é baseado nos acontecimentos, privilegiando a veracidade dos fatos para gerar credibilidade; já o discurso propagandista, atua no âmbito da promessa, isto é, da ordem do desejo.

O discurso informativo e o discurso científico se aproximam quando pensamos nas provas factuais; ora pela constatação no caso do informativo, ora pela demonstração racional do científico. O discurso informativo parte de um pressuposto diferente do

discurso científico, pois não se pode calcular o público como especialistas, pois se infere a existência de uma dissimetria entre a instância produtora e a instância receptora nesse processo comunicativo.

O discurso informativo e o discurso didático também se aproximam a despeito das diferenças na atividade de explicação. Trata-se de uma explicação explicitante, em que a verdade precisa figurar como uma evidência, de maneira acessível à farta audiência. Essa atividade é denominada como “vulgarização”. Por ser atravessada por uma visada de captação, a vulgarização midiática, por meio de seu efeito mágico, tende a ser transformada em uma vulgarização dramatizada. Para Charaudeau:

Ora, toda vulgarização é, por definição, deformante. Ela depende do alvo construído pelo sujeito que conta ou explica: quanto mais amplo for o alvo, tanto no plano sociológico, quanto no intelectual e cultural, maior a necessidade de que o saber que deu origem à informação seja transformado, ou mesmo deformado, para parecer acessível ao alvo. Isso explica, em parte, que a vulgarização praticada pela televisão seja mais deformante do que a praticada pelo rádio ou pela imprensa. A vulgarização, nas mídias, não se limita a procurar ‘explicar com simplicidade’, como se diz com frequência nas escolas de jornalismo. [...] Quanto mais uma explicação for precisa e detalhada, inscrevendo-se numa reflexão sistêmica pela ação de um especialista, menos ela será comunicável e explorável fora do campo de inteligibilidade que a produziu (CHARAUDEAU, 2015, p. 62).

Charaudeau (2015, p.63) postula que dentre os diferentes tipos de discurso que circula nas mídias, o informativo possui uma posição central, na medida em que os discursos científico, didático e propagandista de algum modo são permeados pela atividade informativa, já que “confere ao sujeito que procura seduzir, persuadir, demonstrar ou explicar uma posição forte de autoridade, pois em todos os casos é detentor de um saber que o outro não possui”. Desse modo, o discurso informativo possui estreita relação com os imaginários do saber e do poder, legitimando o “poder dizer” ao outro. Assim, pode-se afirmar que as mídias constituem, coletivamente, uma instância que “detém

uma parte do poder social”, ratificando a ideia de que a verdade está no efeito que o discurso produz ao se colocar em cena os *efeitos de autenticidade*, de *verossimilhança* e de *dramatização*. Diante dessa influência praticada nas mídias, é necessário para esta investigação dedicar um espaço para refletirmos a respeito da midiatização do discurso científico.

O modo argumentativo e o *ethos* discursivo

Do ponto de vista histórico, a argumentação está associada à complexidade da vida em sociedade. A palavra, de alguma maneira, funda um advento democrático: os conflitos não poderiam ser dissolvidos por força e destruição. “No contexto em que cidadãos eram chamados a resolver as questões da cidade é que surgem também os primeiros tratados de argumentação. Eles ensinavam a arte de persuasão” (FIORIN, 2016, p. 9).

É ventilado, com frequência, o enunciado que diz que todo discurso possui um viés argumentativo. Há diferentes maneiras de apresentação de um discurso argumentativo — de forma implícita ou explícita — contudo, todos os discursos podem ser considerados argumentativos. Segundo Fiorin (2016), confirma-se tal postulado acerca da tipologia em questão, pois o discurso é inerentemente dialógico e, também, porque o enunciador deseja sempre que suas convicções sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito, que o interlocutor, dessa forma, construa dele uma boa imagem.

Uma argumentação é estruturada por uma dupla indissociável na linguagem: o componente explícito e o componente implícito. Para Charaudeau (2008b), no entanto, os aspectos argumentativos mais relevantes em um ato de comunicação estão inscritos no nível implícito, já que o sentido implícito comanda o sentido explícito da linguagem.

O processo de argumentar é oriundo de uma dupla demanda: a “busca de racionalidade” e a “busca de influência”, uma atividade discursiva que se inscreve numa “finalidade racionalizante”, levando-se em conta, no jogo do raciocínio, uma

certa lógica, bem como o princípio da não contradição. A busca da racionalidade está associada tanto a um ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo, pautados em uma “certa” explicação centrada em parâmetros universais. Nessa busca, cria-se uma tensão entre a *experiência individual* — situada em um quadro espacial e temporal determinado — e as intituladas *operações do pensamento* — inscritas em um universo discursivo de explicação, pautadas em percepções coletivas. Norteadado pelo princípio da alteridade no processo de reconhecimento dos pares, o sujeito argumentante está em busca de uma verdade verossímil, que, de alguma maneira, está sobredeterminada pelas representações sociais e culturais compartilhadas pelos membros do grupo (CHARAUDEAU, 2008b, p. 206).

A noção de *ethos*, retomada da Retórica tradicional coloca a questão da moral, do caráter ligado à pessoa do orador, sendo este último atributo, o que legitima o discurso e convence o seu público do que foi dito. O locutor deseja construir uma imagem de si com o objetivo de gerar uma boa impressão no auditório, por isso, esse *ethos* está associado ao convencimento do outro por meio da enunciação discursiva.

Nesse sentido, o *ethos* está ligado ao que se demonstra ser, descortinando o discurso do locutor. A representação desse locutor pode ser construída a partir de seu estilo, suas crenças, seu comportamento linguístico. Assim, importa salientar que o *ethos* pode ser desnudado e percebido, no ato de enunciação, por meio das “maneiras” de se dizer algo. A imagem construída por meio do discurso levará em conta, portanto, os elementos interiores e exteriores à fala, constituindo um processo fundamentalmente interativo com vistas a agir sobre o outro.

O conceito de *ethos*, entretanto, como elaborado por Aristóteles, foi revisado e estudado, principalmente, por Maingueneau e Amossy, atribuindo novas interpretações, adequando-as aos estudos linguísticos, sobretudo, no que diz respeito aos Estudos de Linguagem. A “arte de persuadir” da Retórica tradicional, conforme definição de Amossy (2005, p. 10),

na atualidade, filiou-se, no rol de muitas correntes, à Análise do Discurso e à Pragmática ao compreender e explicar a construção do discurso, descrevendo as modalidades de interação, os procedimentos e estratégias de ordem linguística.

Ampliar os estudos sobre *ethos* significa alargar os domínios da argumentação, incorporando todos os tipos de texto, tanto os orais quanto os escritos, já que essa noção está para além dos domínios da oratória. Sobre o *ethos*, Charaudeau e Maingueneau definem o termo da retórica antiga como

a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. O *ethos* faz parte, como o “*logos*” e o “*pathos*”, da trilogia aristotélica dos meios de prova. Adquire em Aristóteles um duplo sentido: por um lado, designa as virtudes e morais que garantem credibilidade ao orador, tais quais a prudência, a virtude a benevolência; por outro lado, comporta uma dimensão social, na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social. Nos dois casos, trata-se discurso, e não de sua pessoa real. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 220)

Na concepção de *ethos*, como concebido por Maingueneau (2001), tanto o discurso oral quanto o escrito possuem um tom que dá autoridade ao que é dito. Assim, permite-se ao interlocutor construir uma representação do corpo do enunciador, que constitui o papel de fiador do que foi dito. Além das considerações históricas, uma versão atualizada da noção de *ethos*, como instrumento de análise, é encontrada em teóricos contemporâneos da argumentação. Percebe-se, atualmente, o interesse pelo *ethos* em áreas diversas do conhecimento, revelando esse conceito retórico uma preciosa “ferramenta” multidisciplinar (AMOSSY, 2005). No rol dessa multidisciplinaridade, será considerado o postulado de Perelman (2004), que leva em conta não só os fatos sociais timbrados na argumentação, mas também as imagens produzidas, reciprocamente, pelos interlocutores interagentes.

Adota-se o referencial do *ethos*, pois tal noção, de acordo com o viés preconizado pelos autores mencionados nesta seção, inscreve-se num quadro de Análise do Discurso. Nesse sentido, justifica-se tal posicionamento, já que essa noção de *ethos* permite refletir sobre o processo de adesão dos sujeitos a um determinado discurso.

De acordo com a Teoria Semiollingüística do Discurso, a realidade tem origem no processo de interpretação. Esta construção do real está associada ao sujeito e às condições de produção que emergem do contexto social em que ele está inserido. Por isso, segundo Charaudeau (2006, p. 195), as representações sociais devem ser consideradas aliadas a uma *teoria do sujeito*. Este, por sua vez, é em parte sobredeterminado pelas representações do grupo social ao qual pertence. Na troca comunicativa, os sujeitos interagentes criam elos sociais oriundos de normas de comportamentos e estabelecem representações necessariamente compartilhadas. “As representações sociais organizam os esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social e lhe permitem *exibir-se* através de rituais, de estilizações de vida, de signos simbólicos” (CHARAUDEAU, 2006, p.26).

A realidade não possui significação em si mesma. De acordo com Charaudeau (*op.cit.*), o significado é concedido pelo homem em interação social, a partir da relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação. Dessa maneira, as representações sociais constroem o real como universo de significação, constituindo-se em *imaginários*. Charaudeau funda assim o conceito:

Identificados por enunciados languageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 203)

Charaudeau (2006) baseado na noção de *imaginário social* propõe, para integrar o quadro teórico da Semiollingüística, o

conceito dos *imaginários sociodiscursivos*. Para desempenhar o papel de *espelho identitário* frente aos membros de um grupo social, os imaginários devem ser materializados. Isso pode advir dos comportamentos sociais e das atividades coletivas. No entanto, essa materialidade deve ser sustentada por uma racionalidade discursiva, que pode estar inserida nos textos escritos ou orais de assuntos diversos. Portanto, “esses textos são sociodiscursivos porque são representações construídas pelo dizer, sendo, pois perceptíveis e identificáveis nos e pelos discursos que circulam nos grupos sociais” (CHARAUDEAU, 2009, p. 326).

Os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, que se organizam em sistemas de pensamento coerentemente criados por valores, representam o papel de justificativa da ação social e se depositam na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2006b). Segundo o autor, os imaginários são apreendidos por meio do discurso e estão fundamentados em *saberes de crença* e *saberes de conhecimento*. Os saberes, portanto, são *maneiras de dizer* tais discursos enunciados, uma vez que colaboram para a estruturação dos sistemas de pensamento.

Análise do corpus

O cronista Leandro Karnal vem se dedicando, nos últimos anos, dentre outros temas atuais, à questão do “ódio” no Brasil. Além das palestras, vídeos e aulas sobre esse tema, o professor Karnal elaborou algumas crônicas jornalísticas inspirado nas pautas que circulam pelo noticiário brasileiro, que é notoriamente marcado pelo campo semântico e temático da violência. Há de se considerar que a escolha desse viés foi fomentada pela publicação do livro intitulado “Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia”. Nessa obra, consta uma coletânea de crônicas publicadas no **Estadão** entre os anos de 2016 e 2017. No rol das possibilidades de seleção para o *corpus*, para a composição deste estudo, foi selecionada a crônica intitulada “Paraíso pacifista”.

Karnal inicia a crônica supramencionada com uma afirmação bem contundente: “O quadro pintado é idílico”. Após essa catáfora (“quadro”), manifesta por meio de afirmações e negações, argumentos para fundamentar a tese apresentada. Ao final do parágrafo, ele afirma que esse quadro não resiste ao teste da história. Para tanto, nos parágrafos seguintes, o autor faz um apanhado histórico, mencionando algumas guerras ocorridas no Brasil. É importante mencionar que, segundo ele, no Brasil ocorreram dezenas de guerras civis, mas que, a despeito dessa constatação, nós não utilizamos essa expressão para defini-las. Nesse sentido, após narrar alguns detalhes sobre esses conflitos/guerras brasileiras, Karnal assegura que em qualquer outro país do mundo utilizaríamos o nome “guerra” para nomear tais “conflitos”. Esse exemplo de nomeação atribuído pelo enunciador-cronista pode ser um indício da avaliação que Karnal faz do comportamento, também linguístico, do brasileiro. É possível observar que Karnal inicia sua argumentação buscando “explicar” a diferença conceitual que existe entre esses dois substantivos (“guerra e “conflitos”), já que cada um deles aponta para um universo de significação.

Segundo o cronista, “fugimos do uso da expressão”: aqui é possível trazer à tona algumas discussões promovidas por ele: a hipocrisia do brasileiro “a violência é do outro, nunca minha”; a postura **negacionista** acerca de acontecimentos bárbaros, tais como genocídios históricos, decapitações, etc. Ressalta-se aqui um ponto importante e caro a este estudo: trata-se da representação identitária do brasileiro. Por meio de uma análise ainda incipiente dos textos que versam sobre a intolerância e o ódio, é possível considerar *a priori* que Karnal é contundente ao criticar a visão que o brasileiro tem de si. Esse pressuposto do brasileiro “cordial” é especialmente importante e será observado nas análises seguintes.

Karnal reitera que diferente de países como Estados Unidos, México, Argentina, nós rejeitamos a ideia de “guerra”, seu conceito e nome, “rejeitamos e suavizamos o conflito”. Importa salientar que o enunciador se coloca como partícipe desse grupo, ao utilizar o

pronome na 1ª pessoa do plural. A partir desse momento, ele reporta-se explicitamente à questão do **ódio**, nome bastante valoroso nesta investigação, já que o cronista dedicou uma obra a essa temática. Segundo o próprio historiador: “ninguém lutou por ódio” / No Brasil jamais houve ódio” / “**Nem sequer guerra**”. Esse trecho é bastante revelador da postura irônica adotada pelo cronista, não só pelas escolhas linguísticas, mas também pela sequência de orações que tornam o comentário de fácil apreensão pelo leitor, é o que Charaudeau denomina *fazer simples*, na encenação midiática do comentário. “Acrescentemos que, para tornar a explicação acessível, é necessário que as sequências dos raciocínios sejam simples, isto é, que sejam curtas, com algumas ideias-chave bem marcadas, sem muitas digressões nem parênteses” (CHARAUDEAU, 2015, p.181).

Karnal menciona Sérgio Buarque de Holanda com vistas a validar sua tese sobre a face violenta do brasileiro; ele traz à tona a célebre discussão sobre o “homem cordial”. Declara, em resumo, que o autor de “Raízes do Brasil” quis dizer que o brasileiro é passional, e não necessariamente pacífico, ou seja, esse “cordial” vem de *cordis*, no latim, assevera Karnal. Nessa passagem, salienta-se o recurso de menção a um forte argumento com vistas a gerar captação de seu público. Soma-se a isso o fato de nesse trecho a opinião surgir de maneira explícita. Para validar seus dizeres, ele alude a Sérgio Buarque e outros, utilizando mais uma vez a ironia.

Esse é o modo passional que Sérgio Buarque definiu como o homem cordial, um homem avesso a regras racionais, a sistemas unificadores, a sistemas impessoais. **No fundo — no que concordo plenamente — o que ele está dizendo é que, quando matamos, somos cordiais. Quando torturamos, somos cordiais.** Para Sérgio Buarque, a característica do brasileiro é colocar a passionalidade subjetiva e a motivação individual na frente da motivação política (KARNAL, 2017, p. 19 grifo nosso).

Apesar de Karnal (2017) ser reconhecidamente professor de história e utilizar como parte de seus argumentos o repertório concedido por essa ciência, ele afirma que “para entender o Brasil,

nós precisaríamos mais de Freud do que de Marx”. Depreende-se dessa assertiva que o cronista, além de considerar os fatos históricos para refletir sobre a identidade do brasileiro, recorre também a uma análise psicanalítica e subjetiva, contemplando comportamentos que apontam para um imaginário social de “nação violenta”.

Por meio de um diálogo com a história, Karnal narra os horrores da tradição escravista brasileira. Nesse momento, ele elenca passagens fortes do passado do país, como a morte de Zumbi dos Palmares, revelando que, historicamente, o Brasil abriga um repertório de tensão, violência e ódio. Essa imersão em argumentos tão contundentes, apresentados por meio da intertextualidade por alusão, são estratégias que validam sua tese acerca da verdadeira face do Brasil: um país intolerante, racista, preconceituoso. Importa salientar, sobre tal passagem, que Karnal utiliza uma postura de historiador e, ao mesmo tempo, “simplifica” a explicação à medida que estabelece a “vulgarização” do discurso científico por meio do discurso informativo.

Para ratificar esse cenário violento delineado na crônica, Karnal relata passagens pouco edificantes no que concerne às guerras civis brasileiras, em que a decapitação e outras formas igualmente violentas foram deflagradas. Nessa toada, ele reforça que “curiosamente, nossa história real não parece combinar com nossa representação ideal”; nota-se que, mais uma vez, o cronista-argumentador apresenta uma dura crítica à imagem equivocada (ou incauta) que o brasileiro tem de si, como pertencente a uma sociedade pacífica. Ainda no que se refere à encenação midiática, pode-se inferir que o cronista deseja gerar efeitos de sentido em seu interlocutor, os quais podem deslizar para o campo da polêmica e da grande repercussão.

Nesse percurso acerca da histórica violência brasileira, Karnal menciona as torturas no período da Ditadura Militar. Importa aqui salientar a associação feita entre a violência estabelecida nos anos de Ditadura Militar e a herança que ficou para os dias atuais. Para tanto, ele cita a tradicional intolerância aplicada a grupos

específicos, como negros, pobres, homossexuais. Nota-se que, para explicar o comportamento do brasileiro contemporâneo, Karnal revisita nossa história para, assim, solidificar sua tese acerca do “ódio nosso de cada dia”, impregnado na vida do brasileiro.

Ainda, no que diz respeito à origem da violência no Brasil, o historiador faz alusão a clássicos como “Casa Grande & Senzala” e “Raízes do Brasil”, atestando possuir um vasto repertório não só de História nacional, como também de áreas afins, a Literatura e a Filosofia. Nesse trecho, é válido acrescentar o conceito teórico de “Hiperenunciado” — estratégia utilizada para validar a proposta discursivo-argumentativa. Além disso, esse recurso gera credibilidade ao enunciador, ratificando seu *ethos* de homem culto, isto é, portador do conhecimento científico.

Para concluir o texto, após comparar a história do Brasil também a norte-americana, Karnal faz menção à celebre definição elaborada por Nelson Rodrigues — grande cronista brasileiro — a “síndrome de vira-lata”. Retomar esses dizeres rodrigueanos pode ser uma pista que aponta para mais uma “dose” de crítica categórica, dotada de traços de bom humor do narrador, no que diz respeito ao imaginário social da identidade do brasileiro. Notamos, portanto, que há neste texto a exposição da opinião do cronista ao *problematizar, elucidar e avaliar* o tema do ódio no Brasil e o respectivo imaginário social de país pacífico. Vale, então, considerar que, apesar da ponderada argumentação, todo comentário jornalístico carrega em si a apreciação dos sujeitos comunicante e enunciador.

Considerações finais

A escolha da crônica como objeto de estudo, diante de tantos outros ricos materiais produzidos por esse autor, originou-se pela maneira como ele se comporta discursivamente no texto escrito, sobretudo pelo sofisticado tratamento dado à linguagem em suas produções discursivas. Existem, portanto, diferentes

possibilidades e semioses disponíveis para empreender a análise do *ethos* do historiador Leandro Karnal.

Não só pelo aspecto composicional e estrutural das crônicas do autor, do ponto de vista macroestrutural do gênero, mas também pela abordagem temática e pelas estratégias adotadas por ele para captar seu leitor que notamos — com base em uma análise ainda prematura — uma grande adesão pela instância receptora dos textos elaborados pelo professor.

No que diz respeito ao *ethos*, ao problematizar a imagem que o brasileiro supostamente tem de si, Karnal apresenta muitas pistas acerca de sua própria identidade discursiva, a saber: alguns traços de ironia, um estilo bem-humorado e uma aparente preocupação com o leitor, buscando despertar a atenção de seu público. Foi possível perceber como o cronista delineou a *mecânica argumentativa* e a *encenação midiático-comentário* de maneira a construir um ser cronista bastante credível, o que pode despertar, por meio da abordagem temática e da disposição dos argumentos, um forte interesse e engajamento do seu público. Desse posicionamento enunciativo, pode-se flagrar um *ethos* de jornalista.

Além disso, notou-se também o recurso a estratégias de caráter subjetivo, vinculadas às maneiras de dizer, que visavam a facilitar o processo de compreensão e interpretação do leitor. Essas estratégias estão vinculadas ao que Charaudeau (2015) intitula de “vulgarização” do discurso; desvela-se, dessa característica do enunciator-cronista, um *ethos* de professor; ou seja, há diferentes papéis amalgamados na crônica de Leandro Karnal. Apesar de esse conceito ter sido abordado brevemente neste estudo, salientamos sua relevância, especialmente, para as próximas análises que serão elaboradas dos textos desse enunciator.

Com base nos papéis sociais e discursivos exercidos por ele, pode-se supor ser necessária uma análise que contemple o *ethos* desse enunciator e a profusão dos discursos (científico, didático e informativo) evocados nesses textos. Apesar dos imaginários sociodiscursivos que circulam acerca da imagem do professor Karnal — filósofo, culto, historiador, escritor — os quais, em tese,

seriam discursos reconhecidamente indecifráveis pelo senso comum, ele conseguiu, na atualidade, construir uma significativa interação com o heterogêneo público brasileiro, não só pelo expressivo alcance nas redes sociais, mas também pela sua frequente penetração nas mídias tradicionais e nos jornais de grande circulação, o que lhe rendeu a alcunha do “acadêmico pop”.

Referências

- AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTOTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs.). *A análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Núcleo de Análise do Discurso / FALE / UFMG, 2001, p. 23-38.
- _____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Langue(s), discours, vol. 4. Paris: Harmattan, 2006b, p.49-63.
- _____. *Linguagem e discurso: Modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Uma análise semiolinguística do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008b.
- _____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (Org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p.309-326.
- _____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2016.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. *In: JODELET, D. (Org). As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

KARNAL, L.. *Todos contra todos: O ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

MOSCOVICI, S. “Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história”. *In: JODELET, D. (Org.). As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 45-66.

PERELMAN, C. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Interpretação, compreensão e modo narrativo da semiolinguística em livros *crossover*

Júlia Vieira Correia¹

Introdução

Este artigo se configura como um recorte da pesquisa de mestrado, em que se pôde discorrer de forma mais aprofundada sobre a teoria, o *corpus* e a análise. O objetivo aqui é apresentar as relações estabelecidas entre a Semiolinguística e o fenômeno *crossover* em livros ilustrados considerados infantis, isto é, obras que são para todas as idades (BECKETT, 2009). Baseando-se prioritariamente na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, estima-se conceituar “interpretação”, “compreensão” e “modo narrativo” consoante Charaudeau (2016, 2018) e aplicá-los ao *corpus* composto por três livros ilustrados.

Fico à espera... (CALI, 2007) é em preto e branco e narra a história de um menino, da infância à velhice, e seus ciclos da vida. Cada ciclo se inicia com “fico à espera...” e a única cor é a do fio vermelho, que se reconfigura a cada página. As temáticas abordadas são profundas e requerem conhecimentos prévios, como guerra, casamento, primavera, etc. *A parte que falta* (SILVERSTEIN, 2018a) e *A parte que falta encontra o grande O* (SILVERSTEIN, 2018b) são livros que trazem personagens em formato de figuras geométricas “incompletas” buscando sua parte que falta. Assim, de forma metafórica, estabelecem-se leituras profundas que agradam,

¹ Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense sob orientação da profa. dra. Beatriz dos Santos Feres, com bolsa da Fundação Euclides da Cunha. Doutoranda em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa da Fundação Universitária José Bonifácio.

principalmente, os leitores mais maduros. Ambos os livros apresentam um processo interpretativo mais cauteloso e trabalhoso, além de um esquema narrativo mais complexo.

Entre interpretar e compreender

Compreender e interpretar são termos rotineiramente utilizados como sinônimos, tanto nas instituições de Ensino Básico, quanto nas de Ensino Superior. Não se pode negar que os conceitos se relacionam; no entanto, dentro das Ciências da Linguagem, principalmente no que diz respeito à Semiologia, há definições diferentes. Cabe destacar que, no decorrer deste estudo, serão empregados “sentido”, “significado” e “significação” tendo como fundamentação exclusivamente a Teoria Semiológica, que nesse aspecto vai de encontro à Semântica, por exemplo. Na outra teoria, há definições que não serão relevantes aqui.

Charaudeau (2018) apresenta uma reformulação do seu ponto de vista acerca de “interpretar” e “compreender”, uma vez que já havia outras publicações do mesmo autor seguindo por outro caminho. Para evitar equívocos, optou-se por consultar apenas a produção de 2018. Nesse seu trabalho mais recente, o autor parte de uma revisão histórica dos termos e traça uma boa relação com a filosofia para depois chegar à Linguística Moderna.

Na área de Ciências da Linguagem, “compreender” e “interpretar” são palavras mencionadas nos livros das mais diversas áreas desde a Antiguidade e isso reflete, em algum nível, nas definições a serem apresentadas em breve. Para a área da Filosofia, interpretações são fundamentais, mesmo que afastadas da objetividade e calcadas na subjetividade dos seres. Essas subjetividades, naturalmente, diferem de sujeito para sujeito. Fazendo um paralelo com a Semiologia, as subjetividades de alguns sujeitos podem equivaler às projetadas inicialmente pelo eu-comunicante, havendo então uma simetria entre os TUs. Quando isso não ocorre, há assimetria entre tu-destinatário e tu-interpretante, podendo coexistir diferentes interpretantes.

Tendo tudo isso como base, Charaudeau (2018, p. 26, com grifos no original) pôde chegar a uma afirmativa: “conclui-se que a *compreensão* é concebida como um resultado, e a *interpretação* como uma atividade”². Logo, interpretar precede compreender. Mesmo que agora haja um esclarecimento maior acerca das duas ações, é preciso ainda discorrer a fundo sobre cada uma delas.

A interpretação seria, então,

concebida como uma *atividade de decifração* e de extração do sentido, anterior à construção da compreensão, o que Ricoeur exprime recorrendo à noção de *explicação*: “a explicação é então o caminho obrigatório da compreensão”³. Se, como diz Schleiermacher, “quando se compreende, não se interpreta mais”⁴ e se a interpretação é algo de inacabado no momento de aplicação a uma situação particular, como diz Gadamer, é porque a interpretação é anterior à compreensão. Pode-se então, considerar, no que concerne a linguagem, que a interpretação é uma atividade concebida como *condição de construção da compreensão*. (CHARAUDEAU, 2018, p. 27-28, com grifos no original)⁵

No trecho acima, trata-se tanto da interpretação quanto da compreensão, já que o objetivo de interpretar é atingir a compreensão plena de um texto. A ação de interpretar, assim sendo, pode variar em sua extensão, podendo ser ora mais breve, ora mais longa, a depender de diversos fatores, como grau de

² Em tradução livre. Original: “Ensuite, que la compréhension est conçue comme un résultat, et l’interprétation comme une activité.” (CHARAUDEAU, 2018, p. 26)

³ No original consta a seguinte referência: Ricoeur, P. (1986, p. 110).

⁴ No original consta a seguinte referência: Schleiermacher, F. (op. cit., p. 173).

⁵ Em tradução livre. Original: “Est conçue comme une activité de déchiffrage et d’extraction du sens, préalable à la construction de la compréhension, ce que Ricoeur exprime en ayant recours à la notion d’explication : « l’explication est désormais le chemin obligé de la compréhension ». Si, comme le dit Schleiermacher, « quand on comprend, on n’interprète plus », et si l’interprétation est un inachevé dans le moment d’application à une situation particulière, comme le dit Gadamer, c’est bien que l’interprétation est un avant de la compréhension. On pourra donc retenir, pour ce qui concerne le langage, que l’interprétation est bien une activité conçue comme condition de construction de la compréhension.” (CHARAUDEAU, 2018, p. 27-28)

complexidade do enunciado, nível de desenvolvimento da leitura, conhecimento acerca dos imaginários sociodiscursivos, e tantos outros. A interpretação também pode não chegar ao fim, de modo que o leitor não chegue a um veredito final e esteja constantemente refazendo suas proposições.

Dado isso, compreensão ocorre, pois, quando o sujeito tem a impressão de ter recuperado as intenções do sujeito comunicante. Conhecendo o ato de linguagem e suas circunstâncias, sabe-se que essas intenções podem não ser recuperadas. Por isso, o autor utiliza a expressão “ter a impressão”, haja vista que, na verdade, é quando o sujeito interpretante acredita ter encerrado o processo interpretativo e chegou a alguma conclusão. Quando não se tem essa impressão, o processo interpretativo está em aberto e ainda não há compreensão.

Sabendo que a compreensão é um produto, o resultado da interpretação, pode-se relacionar isso tudo às principais teorias do campo da Semiologia, como a dos imaginários sociodiscursivos e a do ato de linguagem. Pode-se afirmar, inclusive, que dentro de um ato de linguagem, isto é, dentro de uma comunicação, há interferências do imaginário sociodiscursivo. As menções que exigem conhecimentos dos imaginários são peça-chave para o processo interpretativo e, dessa forma, influenciam na compreensão final de um texto. Por isso, a compreensão é variável e subjetiva, não sendo comum equivaler às apostas iniciais do emissor. A respeito disso, Charaudeau propõe que

a compreensão traz então, efetivamente, a marca de uma *relação intersubjetiva* entre sujeito falante e sujeito interpretante numa relação assimétrica entre o que um quis significar (o *sentido intencional*) e o que o outro interpreta (*sentido reconstruído*), o que remete à distinção que sempre defendemos entre o *efeito visado* pelo sujeito falante e o *efeito produzido* e construído pelo sujeito interpretante.⁶ Assim sendo, todo ato de linguagem é o resultado de uma *co-construção de sentido*, pelo fato de haver, aí, o encontro entre duas intencionalidades de sentido. Por conseguinte, um mesmo enunciado é suscetível de receber várias significações que não são

⁶ No original consta a seguinte referência: Cf. Charaudeau, P. (2006, p. 15-39).

necessariamente previstas pelo sujeito falante, e essas significações podem variar segundo a natureza e o status do sujeito interpretante.⁷ (2018, p. 33, com grifos no original)

Nesse momento, faz-se uma distinção entre “sentido intencional”, oriundo do Eu, e “sentido reconstruído”, oriundo do tu-interpretante, que (re)construiu um sentido, (res)significando uma mensagem. O ato de linguagem, logo, passa a ter uma atuação mútua dos interagentes, sendo ambos fundamentais no papel ativo de significar. A respeito das inúmeras possibilidades de compreensões finais, constata-se que é impossível um mesmo Tu compreender todas as possibilidades que um texto poderia propor. A compreensão final não é isso, mas sim o resultado posterior a um processo interpretativo já concluído.

Um bom exemplo para ilustrar a questão “interpretar *versus* compreender” é o livro de Cali Fico *à espera...* (2007). O processo interpretativo deve ocorrer, como de praxe, durante a leitura e a compreensão somente após a conclusão do livro. Por exemplo, somente ao finalizar a leitura é que se tem certeza de que o personagem principal é o mesmo e o fio vermelho é o fio da vida: apresenta-se em situações de nascimento e morte, ligando sempre uns aos outros e as situações entre si. Contudo, devido à sua elevada abstração, é possível que os interpretantes, ao finalizarem a leitura, não tenham concluído o processo interpretativo. Questionamentos e lacunas podem se manter após a passagem das

⁷ Em tradução livre. Original: “La compréhension porte donc bien la marque d’une relation intersubjective entre sujet parlant et sujet interprétant dans une relation asymétrique entre ce que l’un a voulu signifier (le sens intentionnel) et ce qu’interprète l’autre (sens reconstruit), ce qui renvoie à cette distinction que nous avons toujours défendue entre l’effet visé par le sujet parlant et l’effet produit et construit par le sujet interprétant.⁴⁵ Au total, tout acte langagier est le résultat d’une co-construction de sens, du fait de la rencontre entre deux intentionnalités de sens. Il s’ensuit qu’un même énoncé est susceptible de recevoir plusieurs significations qui ne sont pas nécessairement prévues par le sujet parlant, et que ces significations peuvent varier selon la nature et le statut du sujet interprétant” (CHARAUDEAU, 2018, p. 33).

últimas páginas. Em uma segunda leitura, caso tenham a sensação de que conseguiram recuperar as mensagens implícitas, terminarão a interpretação e já terão compreendido a história. Ademais, outro detalhe pertinente é que, mesmo com poucos enunciados verbais e muitas ilustrações, o livro exige um tempo mais amplo para uma boa e atenta leitura.

Por conseguinte, uma compreensão completa advém de um processo interpretativo calcado não apenas nos elementos textuais, mas num todo que abarca relações intratextuais e extratextuais, como, por exemplo, conhecimentos de mundo e memórias pessoais. Além disso, é preciso analisar a situação de comunicação, o contexto, a língua, a(s) linguagem(ns), os interagentes, o discurso, a escolha lexical, a opacidade da língua e tantos outros fatores. Um mesmo enunciado pode ter sentidos diferentes de acordo com o seu entorno e, com isso, chega-se à significação.

Um exemplo que traz a necessidade de analisar os elementos intra e extratextuais no processo interpretativo está na figura a seguir. Na obra de Cali (2007), cada ciclo da vida se inicia com “fico à espera”. Os dois primeiros são positivos: infância e adolescência. Neste, há a busca pelo amor romântico; naquele, o encantamento e a pureza das expectativas de uma criança. O terceiro ciclo, por outro lado, apresenta, no verbal “Fico à espera / ... da partida do trem” (CALI, 2007, p. 16-17). A leitura do fragmento pode sugerir uma conotação positiva, continuando os ciclos anteriores. A partida do trem poderia ser o início de uma viagem inesquecível, a realização de um sonho em um lugar distante, ou algo semelhante.

Figura 1. Exemplo



Fonte: CALI, 2007, p. 16-17.

A ilustração mostra, todavia, o fio se partindo com a ida do homem. A mulher se despede, com lágrimas nos olhos, enquanto ele acena de volta. Essa troca de olhares, já com o trem em movimento, demonstra possivelmente o descontentamento de ambos acerca da separação. Ainda durante o processo interpretativo, podem ocorrer análises superficiais, como o entendimento dessa cena como algo positivo, ou como se a história inteira não trouxesse um mesmo personagem. Já que a cada momento ele se encontra em um momento da vida diferente, pode-se pensar que são pessoas diferentes.

Para melhor entender como se estabelece a diferenciação (e a complementação) entre “sentido”, “significado” e “significação”, traz-se Charaudeau (2018, p. 35), que postula que “a interpretação do sentido é então necessária, mas não suficiente, para permitir ao receptor determinar, através do ato de fala realizado, a intenção

comunicativa do locutor. É preciso acrescentar, à interpretação do sentido, a interpretação da significação⁸. A relação tanto temporal, quanto hierárquica entre ambos fica nítida aqui. Interpretar precede compreender, ao passo que a interpretação do sentido antecede a interpretação do significado, porque a posterior sempre depende da anterior. A compreensão pode nem ser atingida, haja vista que o processo interpretativo tem demandas específicas. As lacunas previstas são inúmeras, como também ocorre nas obras de Silverstein (2018a, 2018b).

Para finalizar, cita-se Charaudeau (2018, p. 33, com grifos no original), mais uma vez: “todo enunciado, então, é pleno de potencialidades de sentidos, o que, de nossa parte, chamamos de *possíveis interpretativos* que o sujeito analisante faz emergir da diversidade semântica⁹”. Entende-se aqui a semântica não como a área de pesquisa, mas sim como um dos níveis da língua, como o morfológico, o fonológico, o sintático, o pragmático, etc.

Modo narrativo

Inicialmente, faz-se necessário apontar que, dentro da teoria de Charaudeau, a Semiolinguística do Discurso, gêneros textuais não são o mesmo que modos de organização do discurso. Da mesma forma, esses também são diferentes dos gêneros e dos tipos textuais da Linguística Textual, com Marcuschi (2008). O modo narrativo, logo, apresenta-se como um componente de algo maior: o ato de comunicação. Charaudeau (2016) propõe que esse ato de comunicação pode ser representado como um dispositivo. Nele, há

⁸ Em tradução livre. Original: “L’interprétation du sens est donc nécessaire, mais point suffisante, pour permettre au récepteur de déterminer, à travers l’acte de parole accompli, l’intention communicative du locuteur. Il y faut ajouter conjointement l’interprétation de la signification” (CHARAUDEAU, 2018, p. 35).

⁹ Em tradução livre. Original: “Tout énoncé est donc gros de potentialités de sens, ce que, pour notre part, nous avons appelé les *possibles interprétatifs* que le sujet analysant fait émerger de la diversité sémantique” (CHARAUDEAU, 2018, p. 33, com grifos no original).

a relação entre os parceiros: sujeito falante (ou locutor) e interlocutor, grosso modo.

Ao realizar uma pesquisa em dicionários, como mostra Charaudeau (2016), não há uma satisfatória definição dos termos “narrar”, “narração” e “narrativa”, tratados como sinônimos e associados a “história” ou “contar história”. Rotineiramente, não há problemas nessas equivalências, mas, neste trabalho, haverá algumas distinções. Porém, para diferenciar os termos, Charaudeau (2016) diz que contar, grosso modo, é a descrição de uma sequência de acontecimentos. No entanto, isso pode não configurar uma narrativa. Entende-se, portanto, que contar é uma espécie de hiperônimo de narrar, podendo a narrativa estar contemplada ou não no contar. Logo, questiona-se: o que de fato é a narrativa? Para responder, cita-se Charaudeau:

Para que haja uma narrativa, é necessário um “contador” (que se poderá chamar de *narrador, escritor, testemunha, etc.*), investido de uma intencionalidade, isto é, de *querer transmitir alguma coisa* (uma certa representação da experiência do mundo) a alguém, um “destinatário” (que se poderá chamar de *leitor, ouvinte, espectador, etc.*), e isso, de uma *certa maneira*, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa. Evidentemente, não estão excluídas dessa intencionalidade todas as significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário (2016, p. 153, com grifos no original).

Simplificando, é preciso haver três fatores fundamentais para a narrativa: um Eu, um Tu e um contexto. Junto disso, vêm as intenções do Eu e as percepções do Tu, bem como as especificidades do contexto criado.

Tendo-se recorrido sobre a narrativa, pode-se indagar por que Charaudeau (2016) fala em “o narrativo”, no masculino. O professor francês explica que são termos e conceitos diferentes, sendo o termo no feminino uma totalidade e o termo no masculino um dos componentes da versão feminina. Explorando essa diferenciação, Charaudeau propõe que

a narrativa corresponde à finalidade do “que é contar?”, e para fazê-lo, descreve, ao mesmo tempo, *ações* e *qualificações*, isto é, utiliza os modos de organização do discurso que são o *Narrativo* e o *Descritivo*. É preciso, então, não confundir *narrativa* e modo *Narrativo* (ou *Descritivo*), a primeira englobando os dois outros. (2016, p. 156, com grifos no original)

Parece ficar clara, com base no trecho anterior, a associação entre os modos narrativo e descritivo postulados por Charaudeau (2016). Nos livros didáticos do Ensino Básico, costuma-se verificar roteiros explicativos para a análise e a produção de textos narrativos: propõe-se iniciar o texto com uma descrição dos personagens e dos espaços e, na sequência, iniciar a sequência de fatos que deverá ter, obrigatoriamente, um clímax, e, na sequência, um desfecho, que encerrará o texto. Assim, as crianças crescem vendo a relação entre narrar e descrever, mas, muitas vezes, imaginam que a parcela descritiva dos textos só se apresenta nos parágrafos iniciais, ao passo que, na realidade, o texto pode ser inteiramente permeado por descrições e sem narração.

Retornando à Semiologia, Charaudeau (2016) pauta a distinção entre os modos descritivo e narrativo no tipo de visão de mundo construída pelo sujeito que vai descrever ou narrar e no papel desempenhado por cada um desses sujeitos, isto é, na função deles. Acerca dos papéis dos sujeitos ou de suas funções, Charaudeau (2016, p. 157, com grifos no original) diz que “o *sujeito que descreve* desempenha os papéis de *observador* (que vê os detalhes), de *sábio* (que sabe identificar, nomear e classificar os elementos e suas propriedades), de *alguém que descreve* (que sabe mostrar e evocar)”. Vale mencionar, nesse momento, que o autor não utilizou a palavra “narrador”. Isso se dá ao fato de que quem descreve não necessariamente é também narrador, pois nem todo texto descritivo é também narrativo.

Já para o papel do sujeito que narra, Charaudeau (2016, p. 157) afirma que esse “desempenha essencialmente o papel de uma testemunha que está em contato com o vivido (mesmo que seja de uma maneira fictícia), isto é, com a experiência na qual se assiste a como os seres se transformam sob o efeito de deus atos”. Não se

mencionou a descrição, visto que narrar pode ser independente. O narrativo se configura, principalmente, no encadeamento progressivo de ações e transformações.

Isso tudo leva a crer que apenas um fato não é uma sucessão de ações nem uma transformação, logo, não pode ser uma narração. Talvez, caso haja a observação desse fato, seja uma descrição. Pode ser, também, que a sucessão de descrições estabeleça um encadeamento de transformações que origine uma narração. As possibilidades são várias, só não se deve fazer uma análise superficial dessas realizações, para evitar erros.

Tendo como base as definições dadas aos modos descritivo e narrativo, pode-se discorrer sobre o princípio de organização e sobre os discursos que são construídos:

O discurso construído pelo *Descritivo* mantém-se integralmente (esgota-se) na sua manifestação, na sua superfície “descritora”. Não obedece a nenhum princípio de *fechamento* (eis porque não se pode resumi-lo), nem de *lógica sintática* além daquela que lhe é imposta pelo que lhe é exterior (pela margem de legibilidade). (CHARAUDEAU, 2016, p. 157, com grifos no original)

Fica nítido, com base no excerto anterior, que não há uma ordem correta ou ideal para se construir o texto pertencente ao modo descritivo, não havendo aquela ideia de “início, meio e fim”. Existem, claro, percursos mais amenos e agradáveis para estabelecer uma descrição, porém, o não cumprimento dessa máxima não prejudica o todo, diferentemente do que ocorreria com o modo narrativo, em que predomina o tempo cronológico (mas não havendo prejuízos caso haja *flashbacks*). Ademais, por não ter trechos de maior relevância que outros, não é viável “escolher” as informações mais importantes em uma síntese, inclusive, porque descrições costumam ser subjetivas e esse caráter inviabiliza os resumos.

Na seqüência, tem-se o outro discurso:

O discurso construído pelo *Narrativo* dá-se em dois níveis: uma *estrutura lógica* subjacente à manifestação, espécie de espinha dorsal narrativa, e uma *superfície semantizada* que se baseia na estrutura lógica e, ao mesmo tempo,

joga com ela, a ponto de transformá-la. Esse discurso obedece a um princípio de *fechamento* e de *lógica sintática* que permite fazer operações de *redução* ou de *amplificação* em torno da espinha dorsal da narrativa. (CHARAUDEAU, 2016, p. 157, com grifos no original)

No modo narrativo, pois, é necessário ter o famoso “início, meio e fim”, que funciona como a lógica tradicional da história narrada. Nesse caso, é possível resumir a narrativa com base nos principais elementos, podendo estes serem os conhecidos “elementos da narrativa”, trabalhados na Escola Básica: narrador observador ou personagem; personagens; espaço / lugar / cenário; tempo; enredo; clímax / ápice / complicação; desfecho / solução. Da mesma forma, é possível ampliar o texto, trazendo acontecimentos novos e/ou descrições mais detalhadas ou anteriormente desconhecidas. Mais uma vez, o modo descritivo se faz presente, entrelaçando-se ao narrativo. Sobre a “espinha dorsal”, pode-se dizer que é o enredo da história, em que prevalece um mesmo tipo de narrador, os mesmos personagens (em sua maioria) e uma ordem cronológica dos fatos (mesmo que em *flashbaks*, a ordem não pode ser trocada), com o previsível clímax e o esperado desfecho.

Com essa espinha dorsal do modo narrativo, é possível fazer uma comparação. Na obra *Fico à espera...* (2007), que é uma narrativa bem complexa, fora do padrão esperado, um elemento visual facilita o entendimento: é o fio vermelho que liga os personagens, as páginas e os ciclos de vida. Esse elemento funciona como a espinha dorsal desse texto tão difícil, até para adultos letrados.

Quadro 1. Espinha dorsal do modo narrativo

(1)	(2)	(3)	
Estado inicial	Estado de atualização	Estado final	(+) êxito
→	→	→	↕
Falta	Busca	Resultado em relação ao objeto da Busca	(-) fracasso

Fonte: CHARAUDEAU, 2016, p. 168.

Charaudeau (2016), na sequência da apresentação desse último quadro, disserta sobre cada uma das colunas. Na de número um, há um estado inicial em que surge uma “falta”, inaugurando-se a possibilidade de um processo de “busca” para a ocupação ou o preenchimento dessa “falta”. Naturalmente, na segunda coluna há uma atualização: de fato, começa a ocorrer aquela “busca” por um “objeto” que preenche a “falta”. Na sequência, na coluna três, conclui-se o processo e finaliza-se o ciclo: encontrou-se ou não o “objeto”, podendo, então, o final / desfecho ser positivo ou negativo.

Esse ciclo parece se repetir várias vezes nos títulos estudados na pesquisa de mestrado¹⁰. No campo do literal, afirmaria-se que são justamente narrativas sobre uma falta, passando pelo estado de atualização, que é a busca pelo objeto que supre a falta, e chegando ao estado final de êxito ou fracasso na busca pelo objeto. Na maioria das vezes, o resultado é negativo ou momentaneamente positivo — neste caso, logo em seguida algo volta a “dar errado” e a busca se reinicia, principalmente em Silverstein (2018a, 2018b). Já em Cali (2007), são ciclos mais “naturais”, pois se baseiam na passagem do tempo e nos acontecimentos da vida “humana”, com personagens humanos que apresentam demandas de “faltas”.

Embora haja esse roteiro repetidas vezes, trata-se de livros com outras mensagens por trás. Contudo, não se pode negar que esse princípio da intencionalidade se faz presente, ou, melhor dizendo, rege a construção das obras. Por fim, vale mencionar, o modo narrativo é extenso e repleto de aprofundamentos. Para este artigo, que versa de forma sucinta sobre três obras ilustradas consideradas infantojuvenis (CALI, 2007; SILVERSTEIN, 2018a, 2018b), alguns pontos da Teoria Semiolinguística não foram explicitados ou analisados.

¹⁰ Dissertação completa disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21863>. Outros artigos referentes a essa pesquisa foram publicados nas outras duas edições dos e-books do SAPPIL.

Conclusões

Como resultados, a pesquisa de mestrado e este recorte em específico puderam verificar como as narrativas se configuram de forma complexa, estabelecendo-se diversos ciclos com pontos de estabilidade e instabilidade recorrentes, indo de encontro ao prototípico em livros com destinação prioritária a crianças ou a leitores mais iniciantes, conforme Coelho (2000). Em somatória, a partir de um quadro teórico atualizado, com Charaudeau (2018), investiga-se como as novas concepções de “interpretação” e “compreensão” se aplicam na prática e como isso influencia nos processos de leitura, principalmente, desses livros classificados como *crossover* para Beckett (2009) ou “sem idade”, para Ramos (2014, 2017).

Para a última autora,

tem se diluído cada vez mais as fronteiras entre livros escritos para adultos e para estes públicos. Os temas estão cada vez mais transversais: os livros falam de morte, sexo e violência. Cada vez mais, adultos, jovens e crianças compartilham os mesmos livros (RAMOS, 2014, p. 01).

Embora sua especialidade não seja a categoria *crossover*, mas sim os temas transversais, a pesquisadora portuguesa ainda complementa:

cada vez mais há esta elisão das fronteiras, com aquilo a que chamamos uma literatura ‘cross over’¹¹. (...) Talvez seja uma literatura transversal que, ao mesmo tempo, se dirige a públicos muito heterogêneos (RAMOS, 2017, p. 01).

Assim, as seqüências narrativas dessa literatura mais sofisticada propiciam processos interpretativos diversos, que podem chegar ou não à compreensão total das camadas mais profundas e implícitas do texto verbo-visual. Por isso, a análise da

¹¹ A escrita do termo costuma ser “*crossover*”. Porém, optou-se por manter a grafia de acordo com o texto original. Possivelmente, ocorreu um equívoco na transcrição da entrevista.

narrativa, pautada na Semiologia, contribui positivamente para o reconhecimento e a classificação do *corpus* como uma literatura mais sofisticada, condizendo com a noção de *crossover*, proposta por Beckett (2009).

Referências

BECKETT, S. *Crossover fiction: global and historical perspectives*. New York: Routledge, 2009.

CALI, D. *Fico à espera....* Trad. Marcos Siscar. Ilustrações: Serge Bloch. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Compréhension et interprétation. Interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage. In: ACHARD-BAYLE, G.; GUÉRIN, M.; KLEIBER, G.; KRYLYCHIN, M. (dir.). *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2018. p. 21-54.

COELHO, N. N. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

RAMOS, A. M. *Autora Ana Margarida Ramos aponta tendências na literatura infantojuvenil*. [Entrevista concedida a] Marciano Diogo. NdmMais, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/entretenimento/autora-ana-margarida-ramos-aponta-tendencias-na-literatura-infantojuvenil/>. Acesso em jul. 2020.

_____. *Toda literatura é educativa*. [Entrevista concedida a] Educatio. Educatio Madeira, Madeira, 2017. Disponível em: <https://medium.com/educatio-madeira/toda-a-literatura-%C3%A9-educativa-5118167e8e32>. Acesso em jul. 2020.

SILVERSTEIN, Shel. *A parte que falta*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018a.

_____. *A parte que falta encontra o grande O*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018b.

Entrelaçamento de conceitos: a linguística textual e a semiolinguística

Karine Duarte Souza Andrade¹

Considerações iniciais

Nas aulas contemporâneas de Língua Portuguesa, ainda nos deparamos com práticas de ensino e aprendizagem que não estão de acordo com os inúmeros estudos e pesquisas voltados para a análise de um texto, considerando seus aspectos linguísticos e discursivos. Como apontado por Santos (2008), várias teorias e conceitos já discutidos e publicados não chegam às salas de aula. Há uma lacuna entre os estudos teóricos e a prática pedagógica. Há uma falta de integração entre o que é discutido pelos pesquisadores e o que de fato é aplicado durante as aulas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acentuam a ideia de aluno como coautor, a visão interacional do ensino e o estudo da gramática a serviço do reconhecimento do sentido textual. Os documentos abordam o ensino de Língua Portuguesa associado ao desenvolvimento da competência linguística que abarca a leitura, a interpretação, a produção de textos e a análise linguística.

Comungamos da ideia defendida por Antunes (2010) de que o sucesso do trabalho pedagógico pode estar atrelado a uma integração entre os conceitos teóricos adotados e as metodologias aplicadas ao processo de aprendizagem. Por outro lado, segundo Travaglia (2019), o ensino de Língua Portuguesa voltado para as inovações pode ainda,

¹ Mestra em Estudos da Linguagem (UFF), orientanda da profa. dra. Beatriz dos Santos Feres. Licenciada em Português-Inglês pela UNIPLI. Professora de Língua Inglesa da rede privada e da rede pública de educação.

nos dias atuais, ser prejudicado pela falta de conhecimentos dos professores a respeito de teorias do texto e do discurso.

Este artigo pretende apresentar alguns conceitos da Linguística Textual e da Teoria de Análise Semiolinguística do Discurso que podem ser ponderados pelos docentes ao elaborarem ou selecionarem atividades sobre textos.

O *corpus* é constituído de exercícios extraídos do *blog portuguescompartilhado.com.br* propostos para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental. A escolha dessas atividades deu-se pelo fato de serem intituladas como questões de leitura e, conseqüentemente, de interpretação textual, porém abordam apenas conteúdos gramaticais, sem tratar os aspectos linguísticos e extralinguísticos do texto. Portanto, propomos não só uma breve análise dos exercícios, como também um novo modelo de questão que apresenta o sistema da língua para a construção do sentido do texto e para o desenvolvimento da autonomia leitora dos educandos.

Alguns conceitos importantes da Linguística Textual

Além do diálogo entre a teoria e a prática, observa-se que a integração entre teorias também é válido quando os conceitos, ideias e perspectivas se completam.

A teoria Semiolinguística de Análise do Discurso possui uma abordagem psicossociocomunicativa e enfatiza os fatores extralinguísticos na análise dos textos. Essas investigações também apontam as estratégias e as seleções linguísticas feitas pelo produtor do texto e que, ao longo da leitura, devem ser descobertas pelo leitor. O foco do estudo do texto está nos aspectos discursivos que são manifestados e construídos por determinadas escolhas e combinações.

Como este trabalho visa a analisar questões de interpretação e de compreensão textual, vale explicitar o conceito de texto que estamos adotando. Para isso, iremos dialogar com a Linguística Textual, por ser uma teoria que apresenta definições bastante claras

para o trato com o texto e por enfatizar a materialidade linguística na construção de seu sentido.

Baseando-se nas noções de texto de Beaugrande e Dressler (1997), Costa Val (2006), Marcuschi (2008) e Koch e Elias (2008 e 2016), podemos afirmar que, de uma forma ou de outra, todos apresentam o texto como uma unidade, um evento comunicativo, interacional, cujo sentido é expresso por meio de um propósito situado em contexto sociocomunicativo. Sua configuração, seus aspectos linguísticos e formais devem ser observados para o seu entendimento global, mas outros aspectos extralinguísticos também merecem atenção. Assim, tomamos o texto como um espaço sociocomunicativo e interativo irrepitível que agrega dois universos diversos que se completam, o linguístico e o extralinguístico, e cuja construção e apreensão de sentido por parte dos interlocutores se dá de acordo com as circunstâncias contextuais.

Dessa forma, considerando que um texto é constituído com base em elementos textuais e em elementos extratextuais, Beaugrande e Dressler (1997) afirmam que, para ser identificado como um evento comunicativo, ele precisa atender a sete fatores de textualidade: a coesão, a coerência, a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade e a intertextualidade.

O mosaico desses fatores é o que configura um texto. Costa Val (2006, p.5) define a textualidade como um “conjunto de características que fazem com que um texto seja considerado um texto, e não apenas uma sequência de frases”. Nessa mesma direção, como bem destaca Marcuschi (2008), reafirmando as ideias de Beaugrande e Dressler (1997) sobre a sua configuração, não podemos confundir a presença de fatores ou critérios de textualidade com normas prescritivas de elaboração textual.

O sentido de língua e o sentido de discurso

Para a Semiologia, os discursos são analisados não só a partir de dados internos do texto (a construção do texto e a

construção do sentido), como também a partir de dados externos ao texto (a situação de comunicação, a lógica das ações e a influência social).

No processo interpretativo, percebe-se a coexistência de dois sentidos que engendram o texto: o sentido de língua e o sentido de discurso. Para Charaudeau (2018a), o sentido de língua está relacionado ao significado transparente das palavras, ao sentido direto ou explícito das palavras, às regras de combinação dos signos, a uma visão simbolizada referencial do mundo, e a um autor-leitor ideal, ou seja, está ligado à decodificação textual. Para compreender esse sentido, o leitor precisa ter um saber idiomático, reconhecer o significado das palavras, identificar as categorias de língua (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios, etc.) e saber identificar a combinação desses elementos, de acordo com as regras do sistema linguístico. Conforme o referido teórico, o sentido de língua está relacionado a um signo linguístico que é capaz de associar um significante a um significado pleno nas suas relações sintagmáticas e paradigmáticas.

Já o sentido de discurso envolve não apenas o sentido das palavras e as suas regras de combinação, mas também o sentido opaco, o sentido indireto, de ordem inferencial, as circunstâncias de uso, as relações sociais entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante, as experiências e os conhecimentos compartilhados. Para compreender o sentido de discurso, o leitor precisa estar atento aos encadeamentos de sentido evocados pelas pistas linguísticas para, por meio delas, desvendar os implícitos do texto. O sentido de discurso refere-se ao saber fazer as associações de categoria dentro do texto (CHARAUDEAU, 2018a). O signo remete a um significado, mas não pode ser analisado de forma isolada, a partir de um valor absoluto, mas apenas como portador de sentido que precisa ser articulado com outros signos e com a prática social. O sentido discursivo engloba toda a situação de comunicação e os princípios que constituem a troca comunicativa.

Todo ato de linguagem é moldado a partir de uma finalidade. Nota-se que os dois sentidos que configuram um texto são

construídos e apreendidos em função de uma intencionalidade. A relação dos sujeitos se estabelece no ato de troca por meio dos princípios de influência, de pertinência e de regulação, ou seja, o objetivo do sujeito comunicante é conduzir o sujeito interpretante a acreditar que o seu discurso é verdadeiro, seja por persuasão ou por sedução (CHARAUDEAU, 2018b). Mas, para que essa interação aconteça de forma efetiva, os sujeitos envolvidos na situação de comunicação precisam compartilhar não só de conhecimentos linguísticos como também de certas ideias sobre o mundo e sobre os comportamentos sociais que regem determinadas circunstâncias. Os saberes de conhecimento e os saberes de crença regem o ato de comunicação, sendo construídos e/ou reconstruídos a cada troca.

As concepções de compreensão e de interpretação também merecem destaque no estudo e na análise de um texto. Fundamentados pela Semiolinguística, esses dois conceitos sofreram recentemente uma atualização e reformulações propostas por Charaudeau (2018a). A primeira concepção passou a ser equivalente ao produto final, ou melhor, à compreensão do sentido global de um texto e a última pode ser entendida como os diferentes processos interpretativos que são acionados para se chegar à apreensão de sentido.

Já que o entendimento global de um texto se dá por meio de atividades inferenciais, vale reafirmar que vários são os processos que corroboram para a ativação de conhecimentos prévios no ato da leitura. Aqui, iremos destacar apenas a classificação de inferências apresentada por Charaudeau (2018a) para construção de sentido por parte do leitor. O autor, com base nos níveis de compreensão de sentidos, constata que, em um texto, coexistem dois modos de inferências que são acionados durante o processo interpretativo: as *inferências centrípetas internas* e as *inferências centrífugas externas*.

As primeiras inferências são internas, pois atuam em um movimento para dentro do texto, para as marcas linguísticas, para o explícito, para os componentes do enunciado. Elas estão associadas

às escolhas lexicais e gramaticais, às suas redes de relações e de combinação no eixo paradigmático e no eixo sintagmático.

Já o outro tipo de inferência apresentado por Charaudeau (2018a), o das *centrífugas externas*, auxilia o leitor na construção da significação, um movimento para o exterior do texto, para a situação de comunicação, para os saberes e para os implícitos. Essas inferências atuam como processos que vão além da apreensão do sentido literal. Elas auxiliam na construção do sentido de discurso, ou seja, da significação do texto. As inferências externas estão subdivididas em *situacionais* (a identidade dos sujeitos, a finalidade e o dispositivo da troca), *interdiscursivas* (saberes de conhecimento e saberes de crença) e *metadiscursivas* (quando os dados coletados são relacionados ao quadro teórico-metodológico escolhido e que deu origem à pesquisa ou quando os resultados de uma análise são comparados com outras teorias que abordam um objeto semelhante). Na análise exploraremos como essas inferências internas e externas podem ser acionadas na realização da questão proposta.

O entrelaçamento de alguns conceitos

Reafirmando que a Linguística Textual salienta em sua análise aspectos voltados para a materialidade linguística, sem deixar de ponderar os aspectos extralinguísticos e que Semiologia prioriza os fatores discursivos, a situação de comunicação, os papéis dos sujeitos, examinando, também, as escolhas linguísticas e textuais que configuram o sentido visado pelo produtor e construído pelo receptor, faremos relações entre alguns conceitos propostos pelas duas teorias.

Gouvêa, Pauliukonis e Monnerat (2017) fazem conexões entre o sentido de língua, o sentido de discurso e os conceitos de coesão e de coerência, demonstrando como eles estão interligados para manifestar os aspectos linguístico-discursivos embutidos na produção e na interpretação de textos. Se, por um lado, por meio da escolha de palavras e de suas redes de combinação, o eu

comunicante constrói um sentido literal ou explícito, um sentido de língua, que se estrutura de acordo com critérios de coesão, mediante processos inferenciais linguísticos e extralinguísticos, ele constrói também um sentido indireto ou implícito, um sentido de discurso que se apreende segundo critérios de coerência.

A intencionalidade e a aceitabilidade, fatores de textualidade da Linguística Textual podem ser relacionados, respectivamente, aos princípios de influência e de pertinência da teoria Semi linguística. A intencionalidade está associada ao sujeito comunicante, às estratégias de captação e às visadas discursivas. Por outro lado, a aceitabilidade está ligada ao sujeito interpretante e a maneira como ele interpreta a legitimidade e a credibilidade do sujeito comunicante e as regras sociais impostas pela troca comunicativa.

Já a coerência pode ser lembrada em vários conceitos apresentados pela Semi linguística. O princípio de regulação, como o próprio nome já alude, faz uma menção às regras que regulam a troca, ou seja, regula a maneira de dizer, o que é adequado, de acordo com os padrões sociais impostos pela situação comunicativa. A coerência está profundamente ligada ao contrato de comunicação, responsável por todo ato de linguagem, envolvendo o reconhecimento da identidade social dos sujeitos, dos saberes de conhecimento e dos saberes de crença partilhados pelos interlocutores, assim como, a ativação de competências situacionais, discursivas e semi linguísticas ao longo do processo de troca. Tanto as estratégias linguísticas como os fatores extralinguísticos contribuem para a configuração do texto e para a construção de sua coerência. Esse fator de textualidade só é identificado pelo sujeito interpretante se ele consegue ao longo do texto desvendar o seu sentido, ativando conhecimentos prévios sobre o assunto proposto, percebendo o lugar de fala do produtor, as adequações, as escolhas linguísticas e a composição textual, interagindo com o texto e o associando ao contexto imediato e ao contexto sócio-histórico.

Dessa maneira, a coerência engloba os aspectos textuais e os aspectos discursivos. Para apreender o sentido do texto, o leitor precisa observar as escolhas linguísticas na superfície textual e associá-las às regulações vinculadas ao contrato de comunicação. Esse movimento pode ser feito de acordo com a intenção do leitor, de dentro para fora do texto ou vice-versa. É importante durante o processo de leitura que tanto os fatores textuais quanto os fatores discursivos sejam analisados.

A construção de sentido com base em marcas textuais

A atividade a seguir começa com o enunciado: “Leia abaixo parte do anúncio de ofertas de uma loja para responder às questões”. Esse é um dado muito caro para este estudo, pois verificamos que grande parte das atividades analisadas solicita a leitura dos textos, mas não abordam os sentidos que podem ser inferidos.

Ao nos depararmos com um exercício sobre um texto publicitário, como esse, esperamos encontrar propostas que acionem no leitor inferências em relação ao gênero e à linguagem utilizada para a captação do público consumidor. No entanto, ao nos debruçarmos sobre a atividade, reparamos que o sentido discursivo não foi aludido.

O anúncio abaixo apresenta uma chamada das Casas Bahia, uma loja de eletrodomésticos e móveis, para atrair seus consumidores, enfatizando suas condições de pagamento como as melhores do mercado.

Quadro 1. Anúncio



Fonte: Texto retirado da atividade. Disponível em: <https://www.portuguescompartilhado.com.br/2017/01/exercicios-sobre-tipos-de-sujeito-para.html#more>. Acesso em: 04 jan. 2021.

O quadro 2 apresenta todas as perguntas sobre o anúncio retiradas da atividade.

Quadro 2. Questões analisadas

- a) Transcreva a locução verbal que foi utilizada na chamada do anúncio.
- b) Qual é o sujeito a que essa locução verbal se refere?
- c) Essa locução é típica da linguagem mais formal ou mais informal?
- d) De acordo com a gramática normativa da língua, o verbo deve concordar em número e pessoa com o sujeito a que se refere. Para seguir essa regra, como deveria ficar a frase?

Fonte: Texto retirado da atividade. Disponível em: <https://www.portuguescompartilhado.com.br/2017/01/exercicios-sobre-tipos-de-sujeito-para.html#more>. Acesso em: 04 jan. 2021.

A primeira questão direciona o aluno para a identificação da locução verbal "Tá faltando". Para responder a essa pergunta, basta o aluno acionar os seus conhecimentos linguísticos referentes à definição de locução verbal, como uma sequência formada por um ou por mais verbos auxiliares e um verbo principal e que, juntos, exercem a função morfológica de um só verbo. Sem se preocupar com significado das palavras e com o sentido do texto, o aluno apoiado no conceito gramatical, consegue identificar a locução verbal.

O mesmo raciocínio ocorre em função da segunda pergunta, pois, sabendo a denominação de sujeito, o aluno reconhecerá que a locução verbal, "Tá faltando", faz alusão "às melhores condições de

pagamento". É uma questão voltada para a identificação do sujeito e do predicado da frase. Porém, da mesma maneira que a pergunta anterior, essa atividade só mobiliza o sentido de língua tocante à classificação e à metalinguagem.

Diferentemente das perguntas a e b, a questão c está fundada em um "raso" cálculo de sentido. Para respondê-la o aluno aciona conhecimentos linguísticos fundados no significado da expressão e nos conhecimentos extralinguísticos concernentes à situação de uso. O problema está no fato de a pergunta continuar sendo classificatória "formal ou informal" e não apontar para a situação de uso da expressão na propaganda, para o aspecto de adequação da linguagem em função da situacionalidade e da intencionalidade do texto.

A última pergunta prioriza a gramática normativa da língua e exige do aluno uma habilidade concernente à concordância do sujeito com o verbo do predicado, ou melhor: como o sujeito está no plural, o verbo do predicado também deve estar. Para realizar essa tarefa, basta o aluno ter conhecimentos relativos a essas regras gramaticais.

Ponderando a adequação da linguagem à situação de comunicação e às escolhas lexicais como estratégias discursivas, reformulamos o exercício de forma que contribua para desenvolver algumas habilidades e inferências que levem o aluno a pensar na situação de comunicação, no gênero discursivo, nos interlocutores, na finalidade da troca e a compreender o sentido global do texto.

Quadro 3. Proposta de atividade

Uma característica da linguagem publicitária é persuadir as pessoas por meio de recursos verbais e visuais atraentes. Levando em consideração o gênero e a intencionalidade da troca comunicativa, explique por que a locução verbal "tá faltando" não está concordando em número com o sujeito da frase.

Fonte: Proposta de questão elaborada pela autora.

Sabendo-se que essa proposta é uma questão para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, espera-se que eles sejam capazes de responder que a locução verbal utilizada é a forma reduzida de

“está faltando” e pode ser considerada como uma expressão coloquial, característica de uma linguagem informal.

Ativando os seus conhecimentos linguísticos, o aluno acionará outras inferências extratextuais para entender a mensagem do texto. Ao observar o nome da loja, “Casas Bahia”, o leitor já ativa certas competências enciclopédicas vinculadas à marca, pois é uma empresa que parcela as compras em várias vezes para que todos possam adquirir utensílios e aparelhos modernos.

O prestígio social da marca por meio de suas campanhas vem sendo conferido a empresa ao longo de sua trajetória. Essa legitimidade ao ser inferida pelo leitor pode auxiliá-lo a compreender certos implícitos e a mensagem manifestada pelo texto. A ideia da atividade é levar o aluno a perceber que a utilização da forma reduzida “Tá faltando” e a escolha da não concordância com o sujeito “melhores condições de pagamento” foram propositais, pois o eu comunicante utiliza a concordância adequadamente em “Casas Bahia têm”. Identificar a intencionalidade do texto e o papel dos interlocutores no ato de comunicação é crucial para que o aluno amplie suas habilidades de leitura.

A interpretação de textos publicitários possibilita ao aluno refletir que devido à competitividade do mercado, atualmente, muitas empresas têm tentado se apropriar de estratégias criativas e inovadoras em suas campanhas para atrair compradores. Não é apenas para vender um produto que a publicidade é difundida, mas há também uma forte intenção de se construir e de se manter uma imagem frente ao público consumidor. É evidente que como empresa há uma preocupação com as vendas e com o mercado, mas, em algumas campanhas, esse não é o único foco da marca. Tanto a utilização de uma linguagem mais informal quanto a transgressão de uma regra gramatical de concordância podem ser atestadas como estratégias da marca para demonstrar uma forma de interação com o público consumidor.

Os fatores de textualidade contribuem para a construção do texto como uma unidade de sentido e podem ser alcançados para a realização da proposta. A materialidade linguística, no caso, a

locução verbal salientada reflete a situacionalidade (finalidade da troca comunicativa, os sujeitos e o tema). A escolha de uma linguagem informal e a combinação dos elementos dentro do contexto podem ainda ser aludidas, quando o foco da atividade interpretativa for a coesão textual. Mesmo o enunciado não estando de acordo com as regras da norma culta padrão, essa seleção está de acordo com as regras impostas pelo gênero e com a intencionalidade projetada pela marca para atrair o público consumidor e, consequentemente, para vender os seus produtos.

As inferências mobilizadas nessa questão podem motivar a abordagem da intertextualidade, indicada através do diálogo com outras campanhas que também ressaltam a intenção da empresa de se aproximar do público consumidor e de exaltar as suas condições de pagamento, como “Dedicação total a você” e “Quer pagar quanto?”. Essas frases de efeito servem para fixar a marca e para comprovar a ideia transmitida no texto em análise de que além dos produtos, nas Casas Bahia o consumidor também encontra formas de pagamento adequadas “ao seu bolso”. O grau de informatividade também pode ser considerado na análise da questão. O anúncio apresenta um dado novo ou é uma informação já anunciada pela marca em outras campanhas? Pode-se ainda pensar como a compreensão do texto é apreendida.

Os objetivos da aula de leitura e de interpretação do texto em destaque devem ponderar a mediação do professor e levar o aluno a perceber que as pistas linguísticas, a concordância e não concordância dos termos, o cumprimento das regras gramaticais ou a transgressão das mesmas, os conhecimentos extralinguísticos sobre a marca e sobre os “supostos” consumidores, a informação transmitida, o gênero e a intenção comunicativa configuram a coerência textual.

Considerações finais

Relembrando que o objetivo principal do estudo foi apresentar alguns conceitos da Linguística Textual e da Semiologia que

podem ser ponderados nas atividades de leitura e de interpretação de textos em sala de aula, verifica-se que os conhecimentos linguísticos acionados pelas perguntas retiradas do *blog* pouco favorecem os processos interpretativos necessários para a compreensão global do texto.

Apontando os limites entre as duas teorias, destacamos que a Linguística Textual apesar de ter o seu foco de análise na materialidade do texto, não deixa de destacar os elementos extratextuais. Alguns fatores de textualidade, como a intencionalidade a aceitabilidade e a situacionalidade atuam fora do texto, mas têm papel fundamental para a produção de sentido. Os outros fatores também refletem a interdependência entre o linguístico e o extralinguístico, mas podem ser comprovados na superfície textual. Já a Semiologia evidencia em sua análise os aspectos discursivos e como podem influenciar as escolhas linguísticas, abrangendo a situação de comunicação e a intencionalidade da troca comunicativa.

Enquanto a análise baseada na Linguística Textual propõe um movimento de dentro para fora do texto, a Semiologia pretende o movimento inverso, de fora para dentro. A maneira como o sentido do texto é captado, do cotexto para o contexto situacional ou do contexto situacional para o cotexto depende dos objetivos da aula de leitura e de interpretação de textos. As atividades inferenciais devem ser propostas de acordo com as metas a serem alcançadas, seja para o estudo da materialidade linguística, das escolhas lexicais e gramaticais, das conexões entre as ideias, da configuração textual ou para ampliar o repertório discursivo do aluno e acionar saberes de crença e de conhecimento. O que precisa estar claro é que as questões devem sempre refletir esses dois movimentos.

Não existe uma fórmula mágica para o professor tornar o seu aluno competente linguisticamente, mas conhecer as ideias apresentadas pelas teorias e pelas abordagens textuais pode auxiliá-lo tanto na elaboração de atividades que contribuam para o desenvolvimento das habilidades de leitura e de interpretação de

textos, como também evitar que cometa equívocos relacionados à abordagem textual em sala de aula, como priorizar o estudo de questões voltadas para a metalinguagem quando o objetivo fundamental deveria ser a análise dos efeitos de sentido produzidos por determinadas escolhas linguísticas, textuais e discursivas.

Referências

ANTUNES, I. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.

BEAUGRANDE, R. de; DRESSLER, W. U. *Introducción a la lingüística del texto*. 1. ed. em español. Barcelona: Ariel, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Pleno. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 de nov. 2021.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Compréhension et interpretation: interrogations autour de deux modes d'appréhension du sens dans les sciences du langage. In: ACHARD-BAYLE, G. et al. (orgs.). *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges, Les Éditions Lambert-Lucas, 2018a, p. 21-55. Disponível em português em: <<https://ciadrj.letas.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/11/ARTIGO-CHARAUDEAU-2019-3.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2021.

_____. *Discurso político*. 2. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018b.

- COSTA VAL, M. da G. *Redação e Textualidade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GOUVÊA, L. H.; PAULIUKONIS, A. L.; MONNERAT, R. Texto, cotexto e contexto: processos de apreensão da realidade. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. *Linguística Textual e ensino*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 49-68.
- KOCH, I. V. e ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. O texto na linguística textual. In: BATISTA, R. de O. (org.). *O texto e seus conceitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 31-44.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- SANTOS, L. W. dos. Abordagem textual e ensino de língua portuguesa. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 1-5.
- TRAVAGLIA, L. C. O que é inovação do/no ensino de Língua Portuguesa? In: *Anais do IV Seminário de Línguas da UFRRJ*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2020, p. 7-28.

Super-heroínas vs princesas: Mulher-Maravilha e Cinderella — uma análise discursiva dos imaginários sociodiscursivos

Lucas de Souza Mathias¹

Introdução

Este trabalho tem como tema os imaginários sociodiscursivos presentes no universo das princesas da Disney e das Super-heroínas dos quadrinhos da empresa DC Comics. Assim, o presente artigo tratará da representação da mulher nesses dois universos, tendo a Cinderella, como princesa, e a Mulher-Maravilha, como super-heroína, como enfoque deste estudo. Assim, como objetivo geral, pretende-se fazer uma análise comparativa, à luz da Semiolinguística, dos imaginários sociodiscursivos acionados nas construções das princesas Disney, comparando-os com os acionados nas construções das Super-heroínas.

Como corpus selecionado, destaca-se o filme *Cinderella*, de 2015 (*live action*²), por se tratar da segunda princesa criada pela Disney e, principalmente, por ser tratar de um filme que é uma adaptação mais fiel à personagem Disney; e o filme *da Mulher-Maravilha*, de 2017, por ser o primeiro filme de super-heroína produzido no século XX. Além disso, por ambos filmes serem do mesmo século com uma diferença de apenas dois anos.

Já como objetivos específicos, destaca-se, primeiramente, (I) a análise das diferenças de gêneros entre os diretores e como isso

¹ Orientadora: Beatriz dos Santos Feres, mestrando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

² *Live action* é uma expressão do inglês que traduzindo para o Português seria “ao vivo”, mas o conceito da expressão significa filmes que são adaptações de desenhos ou quadrinhos com atores e pessoas reais.

afeta as duas obras, uma vez que o diretor de *Cinderella* é homem, Kenneth Branagh, enquanto em *Mulher-Maravilha* o diretor é uma mulher, Petty Jenkins. Como segundo objetivo específico, (II) salienta-se a investigação das possíveis diferenças entre as obras e como essas corroboram para a representação da mulher. Além disso, ressalta-se que (III) destacar-se-á os principais imaginários sociodiscursivos que são acionados nas construções das personagens, *Cinderella* e *Mulher-Maravilha*, quais imaginários são mantidos; quais são atualizados; e quais são confrontados na criação do filme, em 2015, e em 2017, visto que a princesa é criada em 1950 como animação, no período que se chama a era de ouro das Princesas Disney, e a heroína é criada em 1941, nove anos antes, na era de ouro dos quadrinhos de super-heróis.

Como fundamentação teórica, será usada como base desta análise a corrente de Análise de Discurso francesa Semiolinguística do Discurso do Professor e Linguista Patrick Charaudeau da Universidade de Paris XIII.

A metodologia empregada consiste em uma análise qualitativa e comparativa de trechos selecionados dos dois filmes. Primeiramente, comparar-se-á os dois filmes com suas respectivas obras de origem, isto é, confrontaremos o filme *Cinderella* live action de 2015 com a Animação Cinderela de 1950 e o filme *Mulher-Maravilha*, de 2017, com o quadrinho *All Star Comics* nº 8, de 1941, em que se dá a primeira aparição da personagem. Com isso, compararemos as duas obras, destacando os imaginários sociodiscursivos, no objetivo de estabelecer a representação da mulher, em ambos os longas-metragens.

Por fim, como justifica, salienta-se que compreender como se dá universo das Princesas e dos Super-heróis, as visadas de sentido, e como se dá a representação da mulher por meio dos imaginários sociodiscursivos acionados nas obras se faz necessário, uma vez que se vive um período de intensa misoginia no mundo e, com isso, há o aumento da violência contra mulher, principalmente frente a um cenário de pandemia do Covid-19, em que se registou o aumento em média de 30% de denúncias de acordo com G1. Para

além disso, salienta-se que, como professor, é importante compreender como se dá a representação das mulheres nesses dois universos, tão famosos às crianças e aos jovens, para que se possa combater a opressão contra as mulheres e ensinar aos alunos a respeitar não só as mulheres, como qualquer minoria, para que a realidade vigente possa ser transformada.

A teoria semiolinguística

A Semiolinguística é uma corrente linguística de Análise do Discurso (AD) de origem francesa, formulada por Patrick Charaudeau, professor da Universidade de Paris XIII. Esta corrente está presente no campo da AD francesa juntamente a outras teorias, como a Análise do Discurso de Pêcheux e a Semântica Argumentativa do Discurso de Ducrot. A AD é um campo científico bem grande que pode ser dividido em duas grandes esferas, as correntes de AD francesa e as de origem americana. A Semiolinguística popularizou-se bastante na academia francesa e, depois, popularizou-se no Brasil. Hoje, tal vertente tem grande destaque no país, com as universidades federais UFMG, UFRJ, UFF e a UERJ. Essa corrente define-se por fazer a análise de variados discursos, nos demais gêneros possíveis, levando em consideração, além dos elementos internos — como o código linguístico — o ato de linguagem e os elementos exteriores à produção discursiva, por exemplo, o contexto, mas, principalmente, a situação de comunicação.

Os sujeitos da linguagem

Na teoria Semiolinguística, há um quadro de sujeitos da linguagem que combina o ato de fazer com o ato de dizer. Mas, antes de entrarmos nesse ponto, precisamos entender que, na teoria proposta por Charaudeau, a comunicação é uma *mise-en-scène*, isto é uma encenação, a qual postula dois “Eus” e dois “Tus”: O Eu-comunicante, o Eu-enunciador, o Tu-interpretante e o Tu-destinatário.

O Eu-comunicante e o Tu-interpretante são pessoas reais, com identidades psicossociais e, por isso, eles são chamados de parceiros da comunicação, já que a comunicação só ocorre por meio deles. Assim, eles localizam-se dentro do ato de fazer, logo estão no circuito externo. Já o Eu-enunciador e o Tu-destinatário são entidades que existem apenas na teoria, ou seja, existem apenas no discurso, que são chamados de protagonistas. Por esse motivo, localizam-se no ato do dizer, o qual faz parte do circuito interno (Charaudeau, 1983 apud MARI; MACHADO; MELLO, 2001).

Dessa forma, de maneira mais didática, o Eu-comunicante será aquele que fala ou que escreve, e o Tu-interpretante aquele que escuta ou que lê. Porém, o Eu-enunciador e o Tu-destinatário serão imagens idealizadas pelo Eu-comunicante, o Eu-enunciador a imagem de si mesmo e o Tu-destinatário a imagem do seu Tu-interpretante.

Definição de imaginários sociodiscursivos

O imaginário sociodiscursivo é um dos conceitos mais caros à Teoria Semiolinguística. Esse conceito é melhor definido em dois textos do professor Charaudeau: no livro *Discurso Político* (2018) e no artigo *Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor* (2017). Dessa forma, grosso modo, os imaginários sociodiscursivos indicam o lugar cuja organização dos saberes se dá, e essa realização determina os ideais e os valores de uma sociedade, os quais são postos como título sem pré-julgamento ao sistema de pensamento a que tais saberes podem corresponder. Logo, na proporção em que esses saberes estabelecem, de certa maneira, o real como universo de significações — uma vez que são postos como representações sociais — falar-se-á em imaginários. Considerando que esses saberes são reconhecidos por enunciados linguageiros concebidos de vários modos, e são semanticamente reagrupáveis nos discursos, serão denominados “imaginários discursivos”. Por fim, considerando que esses saberes transitam num dado grupo social, determinando regras de referência para seus membros,

denominar-se-ão “imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2018).

Desse modo, por um lado, observa-se que o imaginário social, ao passo que é o universo de significações, é o formador da identidade de um grupo social, pois é o que mantém uma sociedade unida, é o que solidifica esse universo de significações. Por outro, observa-se que o sentido que é relacionado ao imaginário não é verdadeiro e nem falso, também não se pode dizer que é verificável ou falsificável. Assim sendo, constata-se que o imaginário é da ordem do verossímil, do princípio de coerência, isto é, é da ordem daquilo que parece ser possível de ser verdadeiro.

À vista disso, dizemos que os imaginários executam o papel de espelho identitário, uma vez que (já que os imaginários sociais constroem o real universo de significações) é por meio deles que as identidades são construídas. Para que isso se realize, todavia, esses imaginários (fragmentados instáveis e essencializados) precisam ser materializados. Essa materialização acontece de formas distintas, por exemplos nos tipos de comportamentos sociais ou nas atividades coletivas que têm por efeito dar corpo aos imaginários (CHARAUDEAU, 2018).

Análise de corpus

A análise de corpus deste artigo se deu em uma única etapa, a qual consistiu na comparação entre os dois filmes quanto aos imaginários sociodiscursivos. Isto é, foi analisada a representação de mulher que os dois filmes projetam por meio dos imaginários sociodiscursivos invocados.

Comparando as histórias

De início, destacamos que os filmes tratam de adaptações de obras do século passado. *Mulher-Maravilha* é uma adaptação dos quadrinhos da heroína e *Cinderella* uma adaptação da animação de

Walt Disney de 1950. Ambos longas-metragens são protagonizados por mulheres. Outro fator interessante, é que assim como a Cinderela é segunda princesa a ser criada pela Disney, a Mulher-Maravilha é a segunda heroína que surge no mundo dos quadrinhos por mais que achem que ela é a primeira. (A primeira princesa criada pela Disney é a Branca de Neve em 1937 e a primeira super-heroína da editora DC é a Mulher-Gavião em 1940.)

No entanto, apesar de algumas semelhanças, os dois filmes são bem diferentes por inúmeras questões. A primeira por se tratar de Universos literários diferentes, enquanto Diana, que também é uma princesa, faz parte do Universo de Super-heróis, Cinderella faz parte do Universo das princesas. Contudo, o que chama atenção da análise é que os filmes projetam representações da mulher diferentes baseadas em imaginários sociodiscursivos. E é justamente nesse ponto que essa parte da análise se foca. A representação de mulher que se tem em Mulher-Maravilha se choca com a representação da representação em Cinderella. Isso acontece porque a ideia de mulher que é trazida com a Mulher-Maravilha nos quadrinhos é extremamente fora dos padrões da época, no entanto, a da representação da de Cinderela é dentro dos padrões estipulados. Isso ocorre, porque Diana Prince, a Mulher-Maravilha, tem a sua própria história, vem de uma ilha só de mulheres guerreiras e valentes para lutar por justiça e igualdade no mundo dos homens. Como pode ser observado pelas imagens do filme da heroína:

Figura 1: Cenas de Mulher-Maravilha 2017



Figura 2: Cenas de Mulher-Maravilha 2017



Desse modo, a representação de mulher que é projetada em Mulher-Maravilha é de uma mulher forte, já que é mais forte que qualquer homem na terra, e realiza feitos que nenhum deles é capaz de fazer; independente, já que ela não depende nem financeira nem amorosamente de homem nenhum e independente porque, diferente das outras mulheres dos quadrinhos ou de filmes de heróis, ela não precisa ser protegida ou ser resgatada. Pelo contrário, ela é quem protege e resgata o Steven Trevor; uma mulher guerreira já que ela foi treinada desde pequena para o combate, e, principalmente, uma mulher feminista, porque, no filme, se coloca contra a opressão de gênero sofrida pelas mulheres. Por exemplo, na cena em que ela ordena aos homens que fiquem escondidos enquanto ela vai à frente da batalha ou na cena em que ela questiona Steven Trevor dizendo que ela é o homem que pode resolver o problema da Guerra.

Quanto à representação de mulher que é projetada em Cinderella é diferente da projetada em Mulher-Maravilha, porque, a princesa segue o imaginário de mulher da época, uma vez que a animação é feita na década de 1950, mesmo com o movimento

feminista em ascensão, o padrão de comportamento feminino era ser igual ao da Cinderela. Dessa forma, por ser tratar de uma adaptação fiel à animação, no *live action*, será uma representação de mulher ainda muito parecida coma de 1950, uma vez que os imaginários de rivalidade feminina e objetificação feminina são mantidos e o de passividade é atualizado, mas ainda mantido. Dessa forma, a representação feminina que é traçada em Cinderella é de uma mulher submissa, passiva em suas ações, gentil, bela e responsável pelas tarefas domésticas, já que Ella se submete a voltar à casa de seus pais porque ela é “responsável” por ela agora, e com isso se submete a trabalhar para a madrasta e suas filhas; passiva de ações, porque, por mais que no *live action* isso seja atualizado, Ella é ainda presa pela madrasta no sótão sem reagir e ainda é salva pelos amigos ratinhos que pula na alavanca para que a sua voz ecoasse na casa e pudessem ouvi-la; passiva ainda de ações, porque sua salvação está no casamento com o príncipe, isto é, ela só é salva da vida de servidão à madrasta, pelo príncipe, por um homem; e gentil, porque ela foi gentil até quando, claramente, suas irmãs e a madrasta não mereciam gentileza alguma.

Diferentemente, em *Mulher-Maravilha*, os imaginários sociodiscursivos que foram mantidos não estão relacionados à opressão feminina, mas os que são confrontados, sim. Dessa forma, no *live action* de *Mulher-Maravilha*, os imaginários sociodiscursivos, os mesmos que aparecem em Cinderella, — e, por isso, têm a mesma base no saber de revelação — são contrapostos. Isso ocorre principalmente por dois motivos que destacamos: O primeiro é a própria origem do personagem. A heroína baseia-se em um novo tipo de mulher da sociedade da década de 1940, período em que a personagem foi criada, a mulher que é progressista — nome dado às mulheres que eram adeptas aos ideais feministas do início do movimento. Enquanto Cinderela é baseada no modelo ideal de mulher da década de 1950.

O segundo motivo, e talvez mais importante, é quanto aos diretores do *live action*, que nesse caso funcionam como sujeitos-comunicantes, uma vez que são responsáveis por um enunciado

dotado de sentido. Em *Mulher-Maravilha*, o diretor é uma mulher, Patty Jenkins, a qual se coloca como feminista, contudo, em *Cinderella*, o diretor responsável é um homem, Kenneth Branagh.

Normalmente, o perfil dos sujeitos comunicantes não é levado em conta quando se faz uma análise de discurso. Todavia, sendo a semiolinguística a Análise do Discurso que vai levar em conta a situação de comunicação, o contexto histórico e o perfil dos enunciadores, isso vai importar para a análise deste trabalho, visto que a diferença de gênero influencia nos acionamentos dos imaginários sociodiscursivos que estão presentes na obra. Isso pode ser percebido porque, em *Mulher-Maravilha*, em toda a narrativa do filme, imaginários acerca da mulher são confrontados e estereótipos são quebrados acerca do que é ser mulher, além dos que foram falados aqui. Por exemplo, o imaginário de passividade feminina que aparece em *Cinderella* animação e é atualizado em *Cinderella (live action)* não aparece na HQ, de 1941, porque a personagem Diana é justamente ao contrário. Diana, no *live action*, pula no mar para salvar Steven Trevor; Diana luta contra os exércitos alemães, rouba a armadura de sua mãe; desobedece a ordem direta da rainha, porque acreditava que poderia parar a Guerra; Diana lidera o ataque aos campos alemães que estava bombardeando um vilarejo e salva a vida de todos que estavam naquele lugar. Enquanto Diana salva, *Cinderella* esperava ser salva.

Considerações finais

Como falado anteriormente, o foco deste trabalho era fazer uma análise, à luz da Semiolinguística, teoria do campo da Análise do Discurso, acerca do Universo das Super-heroínas, tendo a *Mulher-Maravilha* como representante, e do universo das princesas Disney, sendo a *Cinderella* a representante desse. Assim, nosso objetivo geral era analisar os imaginários sociodiscursivos acionados nos dois filmes *Live action*, *Cinderella* de 2015 e *Mulher-Maravilha* de 2017 e como eles constroem a representação de mulher em cada obra cinematográfica.

Por fim, chegamos à ideia final de que as duas obras cinematográficas projetam duas representações de mulher diferentes e que se chocam, porque tais representações estão baseadas em imaginários sociodiscursivos que estão em choque, porque, de acordo com Charaudeau, os imaginários sociodiscursivos estão pautados ou em saberes ou de crença ou de conhecimento. Nesse caso, esses imaginários se confrontam porque uns são baseados em saberes de conhecimentos, saberes objetivos que estão livres a subjetividade humana, e outros em saberes de crença, saberes em que a subjetividade humana se impõe ao mundo, ambos acerca do que é ser mulher.

Dessa forma, a representação social que se tem de mulher projetada em *Mulher-Maravilha*, apesar de ser uma ficção, fora da realidade, é pautada em saberes de conhecimento, porque não há nenhum tipo de evidência científica que diz que a mulher é, por exemplo, dependente amorosamente ao homem. Além disso, apesar do homem ter uma maior produção de testosterona e isso faz com que ele tenha ossos maiores e mais músculos e, por conseguinte, terá uma propensão maior a ter mais força que uma mulher, não há nenhuma evidência científica de que as mulheres sejam frágeis e que não possam realizar os mesmos atos que homens, por exemplo, liderar um exército na frente de batalha.

Diferentemente, em *Cinderella*, a representação social que se tem de mulher é pautada em saberes de crença (Charaudeau, 2018), como o imaginário de submissão feminina ao homem, o da felicidade feminina estar pautada no casamento, o da rivalidade feminina. Assim, percebe-se que tais representações presentes no filme traduzem a realidade, já que o sujeito é, de acordo com Karl Marx (1845), produto do meio do qual ele veio, as produções cinematográficas serão interpeladas pelos imaginários sociodiscursivos que por sua vez apontarão para a ideologia por trás de cada obra.

Referências

BORGES, Beatriz; LARA, Wallace. *Casos de violência contra mulher aumentam 30% durante a quarentena em SP, diz MP*. G1. 13 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/13/casos-de-violencia-contramulher-aumentam-30percent-durante-a-quarentena-em-sp-diz-mp.ghtml>> Acesso em: 20 abril de 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.

_____. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CINDERELLA. Direção de Kenneth Branagh, Walt Disney, 2015. 105 minutos (1 hora e 44 minutos).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MULHER-MARAVILHA. Direção de Patty Jenkins, Warner Bros. Pictures, 2017. 141 minutos (2 horas e 21 minutos)

Heroínas, combatentes e pioneiras: a presença feminina no exército brasileiro sob a perspectiva semiolinguística

Luciana Cavalcante Matos de Mello¹

Considerações iniciais

Em um campo de atuação onde a presença masculina foi, por muito tempo, quase exclusiva, convém destacar a participação das pioneiras no Exército Brasileiro (EB). Optou-se, então, por focalizar dois momentos dessa participação. O primeiro deles ocorreu na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que sessenta e sete mulheres se voluntariaram para ingressar no EB e integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), atuando como enfermeiras em hospitais na Itália. O segundo, em 2021, foi marcado pela conclusão do curso de Bacharel em Ciências Militares pelas primeiras vinte e três oficiais combatentes do sexo feminino. Esses dois momentos foram retratados em textos jornalísticos dos quais analisaremos um de cada período, sob a perspectiva Semiolinguística, a fim de verificar a construção da identidade da mulher militar e sua inserção em um espaço antes restrito aos homens.

O Exército Brasileiro: missão e constituição

O Exército Brasileiro, assim como as demais Forças, tem sua missão estabelecida na Constituição Federal, em seu artigo 142 que diz: “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes

¹ Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação da profa. dra. Rosane Santos Mauro Monnerat.

constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988, s/p.).

Considerar sua missão de defesa nacional gera o entendimento de uma característica própria desse grupo social, pontuada por Lasswel: a “administração da violência” (LASSWEL *apud* HUNTINGTON, 2016). Para Huntington, cabe às Forças Armadas o combate armado bem-sucedido. Por muito tempo, essa missão de Defesa Nacional era desenvolvida por homens.

Bourdieu (2010) e DaMatta (2013) fazem referência a uma dualidade de espaços, propondo a divisão do trabalho atrelada ao sexo. Bourdieu (2010) denomina esses dois espaços como *mercado e casa*, enquanto DaMatta (2013) os nomeia como *rua e casa*. Culturalmente, associa-se o homem, ao mercado/rua e a mulher à casa, com as atribuições que esses dois espaços designam.

Considerando a divisão espacial proposta pelos autores Bourdieu (2010) e DaMatta (2013), entende-se que os quartéis constituíram, por certo tempo, um desses espaços designados como mercado/rua, lugar culturalmente associado aos homens, fato que acarretou um acesso tardio das mulheres à carreira das armas.

Seguindo o entendimento de Carreiras (2006) sobre as tendências sociológicas globais, percebe-se que espaços anteriormente atribuídos aos homens passam a ser compartilhados com as mulheres e vice-versa, ou, como afirma DaMatta (2013), “Casa e rua se misturarão ao lado das tarefas masculinas e femininas” (DAMATTA, 2013, s/p.).

Atualmente, o Exército conta com um efetivo total de cerca de 200.000 integrantes dos quais 13.009 são do sexo feminino (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2021, s/p.). Com a abertura para a área combatente no EB, esses dados tendem a aumentar.

A mulher militar: das heroínas de 1943 às oficiais combatentes de 2021

A presença feminina no Exército Brasileiro (EB) ainda é um fato relativamente recente. Carreiras (2006) pontua que essa

inserção nas Forças Armadas do ocidente teve início na década de 1970, promovendo mudanças a tradição da exclusividade masculina nesse campo de atuação.

Antes do ingresso sistematizado, como afirmam Mello e Monnerat (2020), ocorrido na década de 1990, a mulher já se fez presente na instituição. Em 1943, por exemplo, com a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o envio de tropas à Itália, houve a necessidade de apoio de pessoal de saúde. Assim, 73 enfermeiras voluntárias foram convocadas, das quais 67 eram do Exército Brasileiro, integrantes da FEB.

Rigoni (2017) assim descreve esse período:

Na urgência dos acontecimentos, o presidente Getúlio Vargas promulgou o decreto nº 6.097 que criou o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército, quando estas foram integradas ao Serviço de Saúde da FEB. (RIGONI, 2017, s/p.)

Figura 1. Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira



Fonte: Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.ahex.eb.mil.br/component/phocagallery/8-enfermeiras-na-ii-guerra-mundial/detail/666-enfermeiras-na-ii-guerra-mundial&Itemid=0>. Acesso em: 25 ago. 2021.

A atuação dessas profissionais durante a Segunda Guerra foi reconhecida e seu pioneirismo destacado, conforme será visto quando da análise do texto jornalístico do período.

No ano de 1957, o Projeto 2.891 incluiu essas militares na Reserva do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. Entretanto, não houve continuidade de ingresso de mulheres no EB.

O ingresso feminino sistematizado no EB teve início em 1992, no Quadro Complementar de Oficiais. Desde então, outras oportunidades surgiram para as mulheres, sendo a mais recente, a possibilidade de ingresso na Linha Bélica, em 2017.

A Lei nº 12.705, artigo 7º, assim promulgou essa inserção: “O ingresso na linha militar bélica de ensino permitido a candidatos do sexo feminino deverá ser viabilizado em até 5 (cinco) anos, a contar da data de publicação desta Lei” (BRASIL, 2012). Conseqüentemente, em 2016, houve o primeiro concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) com vagas destinadas às mulheres, conforme quadro a seguir.

Figura 2. Panorama do 1º concurso com a possibilidade de ingresso feminino na EsPCEEx

Vagas		Inscritos		Relação candidato/vaga	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
400	40	22.055	7.706	55,14	192,65

Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017, p.9.

Assim, em 2017, quarenta mulheres ingressaram na Linha de Ensino Militar Bélico, formação que envolve um ano na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), em Campinas-SP, e quatro anos na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ. Em 27 de novembro de 2021, vinte e três mulheres foram declaradas Aspirantes à oficial (do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico), por terem concluído a referida formação. Esse momento também foi retratado e um dos textos jornalísticos será comentado na análise.

Figura 3. Primeiras cadetes do sexo feminino por ocasião da entrega dos Espadins em 2018.



Fonte: Título: Primeira turma da AMAN com cadetes mulheres recebe o espadim. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/primeira-turma-da-aman-com-cadetes-mulheres-recebe-o-espadim>. Acesso em: 25 ago. 2018.

O contrato de comunicação do texto jornalístico e o duplo processo de semiotização

Na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, Charaudeau (2014, p. 56) apropria-se do termo contrato, oriundo do domínio jurídico e o insere como um de seus conceitos centrais. O contrato de comunicação impõe restrições, mas também possibilita estratégias.

Em um texto jornalístico, esse contrato é marcado por uma manchete, uma fotografia e um relato dos fatos de interesse para a sociedade. Ao escrever a manchete e escolher a imagem, a instância de produção buscará captar a atenção de seu leitor, para enveredar na leitura do texto em sua íntegra, utilizando-se de estratégias para tal.

Interessante mencionar que o texto jornalístico está inserido em um contexto sociocultural e, portanto, ao olharmos para um texto produzido na década de 1940, por exemplo, é preciso considerar as representações sociais próprias daquele período.

O texto jornalístico possui uma tipologia, das quais destacamos a notícia e a reportagem. Se a notícia corresponde a um “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público” (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 40); a reportagem, conforme afirma Gomes (2012, p. 11) corresponde a “[...] um relato de factos actuais, que não apenas notícias, e a procura de contar o essencial dos referidos pressupostos bem como as circunstâncias explicativas em que cada um deles é explorado [...]”. Os textos jornalísticos selecionados para o presente capítulo enquadram-se nessa segunda categoria.

Na construção desses fatos atuais, vale ressaltar um aspecto destacado por Charaudeau (2017): a transformação da realidade (mundo a significar) em real (mundo significado) (CHARAUDEAU, 2017) que ocorre por meio de um duplo processo de semiotização do mundo.

O primeiro processo é o de transação, constituído por quatro princípios: a alteridade — um pensar no outro a quem o projeto é direcionado; a pertinência — um pensar naquilo que é apropriado à finalidade e à situação de comunicação; a influência — um considerar da intencionalidade do ato de comunicação e do resultado que se deseja atingir e a regulação — um zelar pela manutenção do projeto, evitando possíveis quebras ou rupturas.

Esse processo de transação é a base determinante para as escolhas do segundo processo, destacado por Charaudeau (2015), o processo de transformação.

O processo de transformação, por sua vez, é constituído por cinco princípios: a identificação — a nomeação de um dado objeto; a qualificação — a apresentação das características do objeto nomeado; a ação — a exposição das ações realizadas ou sofridas pelo objeto; a causação — a explicação dos motivos pelos quais a ação desenvolveu-se e a modalização — a avaliação do objeto, de suas características, de suas ações e de suas causas. A seleção lexical desse processo de transformação possibilita a percepção do ponto de vista da instância de produção em relação ao objeto tratado.

Análise

O primeiro texto a ser considerado faz parte do acervo do jornal *O Globo* — instância de produção externa ao Exército Brasileiro — e foi publicado no ano de 1944, tendo como manchete: *Júbilo entre as enfermeiras expedicionárias pelas vitórias da FEB*². Reproduz-se, a seguir, a imagem veiculada com a referida reportagem, na qual vemos o redator entrevistando as enfermeiras da FEB.

Figura 4. Enfermeiras expedicionárias



Da esquerda para a direita: o redator do GLOBO e as enfermeiras expedicionárias, Maria Aparecida França, Amerina Moura, Heloisa Batista, Nicea Sampalo e Dirce Costa Leite

Fonte: O GLOBO, 1944.

Nos primeiros parágrafos desse texto jornalístico, lê-se:

Nos primeiros **momentos de fervor patriótico**, quando o povo saiu à rua em busca de desagravo pelo afundamento de navios de nossa Marinha Mercante, **lá estava a mulher brasileira**, gritando bem alto, pedindo que lhe vingassem o marido, o filho e o irmão assassinados de toacaia.

E não ficou nisso. Aceito o estado de beligerância, a mulher brasileira procurou todos os lugares onde se organizava a luta contra o nazifascismo e ofereceu-se voluntariamente.

A Legião Brasileira de Assistência acolheu milhares e milhares, que trabalham dia e noite pelas forças militares. Substituiu os homens nos

² O texto na íntegra pode ser lido em <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=enfermeiras+feb>.

escritórios, nas fábricas e no campo. **Ofereceu-se como enfermeira expedicionária** (O GLOBO, 1944, s/p. Grifo nosso).

As escolhas do processo de transformação são reveladoras do ponto de vista da instância de produção frente ao objeto tratado: a participação da mulher brasileira na FEB. Há uma descrição do período como sendo *momentos de fervor patriótico*, promovendo um enaltecimento das ações de enfrentamento que se sucederam. A participação feminina, nessa realidade da guerra também é exaltada e diz estar presente em todos os setores da sociedade nos quais foram requisitadas (escritórios, fábricas etc.), culminando com o serviço como enfermeiras militares. O verbo escolhido para descrever a ação dessas mulheres ao optarem pelo serviço na FEB — *ofereceu-se* — traz uma valoração positiva, apontando para o aspecto sacrificial envolvido nesse voluntariado.

O texto prossegue, trazendo a descrição das Febianas, conforme:

Temos que dedicar palavras especiais a coragem dessas **moças** que abandonam os lares, o carinho da paz, para servir a pátria na guerra. São como nossos homens que lutam na Itália, **heroínas** do antifascismo, **heroínas** da busca pela liberdade. Meses atrás as encontrávamos nos escritórios, nas casas bancárias, como auxiliares de consultórios, em hospitais. Hoje as vemos **fardadas de verde-oliva, garbosas nos seus uniformes**. Os riscos que enfrentarão são iguais aos dos expedicionários. Estarão nos aviões transportando feridos, nos hospitais da frente, muito perto dos bombardeios, sorrindo no meio do perigo, servindo de **mãe** e de **irmã** (O GLOBO, 1944, s/p. Grifo nosso).

Considerando a operação de identificação, convém observar a forma como essas pioneiras são nomeadas na referida reportagem. A nomeação dessas militares como *moças* traz aspectos como a juventude, por exemplo. Entretanto, a nomeação é ampliada pelo emprego, por duas vezes, do signo *heroínas*, que agrega aspectos como coragem, por definir um indivíduo que enfrenta desafios e supera obstáculos, principalmente os relacionados ao combate e à guerra. Tal informação é complementada no texto ao se mencionar

os riscos a serem vivenciados por essas enfermeiras militares em seus locais de atuação na Itália. Destaca-se, ainda, a adoção dos signos *mãe* e *irmã*, que parecem apontar para o arquétipo do feminino, em um serviço de cuidado.

O texto de 1944 destaca que as enfermeiras estavam “[...] fardadas de verde-oliva, garbosas nos seus uniformes” (O GLOBO, 1944, s/p.), fazendo menção a sistemas simbólicos que conferem uma marca identitária do EB e, conseqüentemente, o pertencimento à instituição. Woodward apresenta esse postulado, afirmando que “As identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000, p. 8), demonstrando como os símbolos promovem a delimitação de uma identidade.

A reportagem traz, ainda, o discurso reportado dessas militares. O repórter solicita às enfermeiras que deixem mensagens para os Febianos que já se encontravam na Itália, sob o título *AS MENSAGENS PARA ALÉM-MAR*. Além de trazer as falas na íntegra, uma síntese dessas mensagens é apresentada entre aspas e em caixa alta, como um subtítulo na reportagem, que antecede o discurso reportado dessas militares, conforme: “ESPERO O MOMENTO DE IR”, “VOLTAREMOS COM A VITÓRIA”, “REZO POR ELES” e “NÃO TEMEMOS CARETAS”. A síntese apresentada promove a construção identitária das militares da FEB como patriotas, corajosas, tementes a Deus etc.

O segundo texto jornalístico a ser analisado — *Exército forma 1ª turma feminina de combatentes*³ — foi publicado pelo jornal *Correio Popular*, em 2021, ano em que a primeira turma com participação feminina concluiria o curso na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). A referida reportagem inicia com o seguinte trecho:

2021 é um **ano histórico** para o Exército Brasileiro. É quando se forma a primeira turma de **mulheres combatentes** dessa que é uma das três Forças Armadas do País. Elas terão a oportunidade de seguir a carreira de oficial,

³ A reportagem na íntegra pode ser lida em https://correio.rac.com.br/2021/03/campi_nas_e_rmc/1071557-exercito-forma-1-turma-feminina-de-combatentes.html.

alcançar a maior patente da corporação, tornando-se **generais**, e até mesmo ir à guerra lutar nas trincheiras (VALLI, 2021, s/p. Grifo nosso.).

Novamente, observam-se as operações de identificação e de qualificação promovendo uma construção valorativa da participação feminina nas fileiras do Exército.

O momento em que tais militares cursam seu último ano na AMAN e o concluem, é descrito como *ano histórico*, apontando para o caráter do pioneirismo dessa formação.

As pioneiras são descritas como *mulheres combatentes*, dando ênfase à sua formação para atuação na atividade-fim da Força. A reportagem prossegue, fazendo menção à participação das militares da FEB e à atuação das militares não combatentes no EB, estabelecendo um paralelo entre “[...] mas não tinham permissão para pegar em armas e lutar em campo” e “[...] até mesmo ir à guerra lutar nas trincheiras” (VALLI, 2021, s/p.), estabelecendo o caráter inovador dessa formação militar e o papel assumido pela mulher no Exército Brasileiro.

Ainda outro signo convém ser citado: *generais*, signo que descreve a possibilidade futura na carreira dessas pioneiras na Linha de Ensino Militar Bélico, que poderão ascender aos mais altos postos da instituição.

Interessante destacar que o discurso reportado comparece no texto, trazendo tanto a fala dos comandantes inseridos no processo de formação da turma concluinte em 2021 quanto a opinião de uma das combatentes da referida turma que diz: **“Ser mulher em um universo masculinizado demonstra um olhar de igualdade de oportunidades.** Homens e mulheres trazem consigo um histórico biológico. O fato de conviverem juntos só tende a somar para a formação” (VALLI, 2021, s/p. Grifo nosso.). Tal fala expressa o entendimento do caráter inovador da inserção da mulher na linha bélica.

Considerações finais

Considerar os textos jornalísticos publicados em 1944 e 2021 possibilita um olhar sobre dois importantes momentos da trajetória feminina no Exército Brasileiro.

A sociedade tem buscado uma igualdade na divisão do trabalho. O Exército Brasileiro, como parte dessa sociedade, também se insere nessa busca por isonomia entre homens e mulheres em suas fileiras. Assim, a presença feminina nessa instituição vem se consolidando ao longo dos anos.

Nos textos do *corpus* — textos jornalísticos de 1944 e de 2021 —, nota-se uma construção valorativa dessa presença. As operações de nomeação, qualificação, ação e causação (CHARAUDEAU, 2015) revelam esse posicionamento.

As escolhas lexicais, próprias do processo de transformação (CHARAUDEAU, 2015, p. 41), constroem a identidade daquelas que enveredaram pelo pioneirismo na Força. No texto de 1944, as militares da FEB são nomeadas como *heroínas*. Embora não fizesse parte de suas atribuições atuarem combatendo, elas estavam no combate e esse signo traz o reconhecimento do êxito obtido pelas enfermeiras na Segunda Guerra Mundial bem como dos desafios e obstáculos enfrentados por essas militares. No texto de 2021, por sua vez, as militares são descritas como *combatentes*, sendo inseridas na atividade-fim do EB.

O contrato de comunicação desses textos jornalísticos não apenas descreve essa participação, mas, através do discurso reportado, traz a voz dessas militares e constrói a identidade dessas *heroínas e combatentes*.

Referências

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 12.705*. 2012.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

_____. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XII, n. 116. 1957. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06JUL1957>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CARREIRAS, H. *Gender in the military: Women in the Armed Forces of Western Democracies*. New York: Routledge, 2006.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem, os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*, n.1, v. 7. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. Fortaleza, p. 571-591, 2017.

_____. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2014.

DAMATTA, R. Quem arrumará a cama? *Revista Época* [online]. Não paginado. 2013. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/opiniao/roberto-damatta/noticia/2013/04/quem-arrumara-cama.html>. Acesso em: 06 fev. 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Verde-Oliva*, n. 237. Brasília-DF: CComSEx, 2017. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/exercito-brasileiro/read/001238206993ef61f042e>>. Acesso em: 30 dez. 2021.

GOMES, R. M. O. *A queda da reportagem e os contributos da Internet para o sedentarismo da prática jornalística*. 2012. 396f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação — Jornalismo) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7470>. Acesso em: 05 jan. 2022.

HUNTINGTON, S. P. *O soldado e o estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2016.

MELLO, L. C. M. de.; MONNERAT, R. S. M. A mulher militar: uma análise semiolinguística das capas da revista verde-oliva. In: ROSÁRIO, I. C. do; REBELLO, I. S. (orgs.). *Linguagem em diálogo com a sociedade*. Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 251-266. Disponível em: <[424](http://posling-uff.com.br/wp-</p></div><div data-bbox=)

content/uploads/2020/07/UFF_Livro2_FINALcompactado.pdf>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Ministério da Defesa conta com mais de 34 mil mulheres em seus quadros*. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ministerio-da-defesa-counta-com-mais-de-34-mil-mulheres-em-seus-quadros>.

Acesso em: 06 nov. 2021.

O GLOBO. Júbilo entre as enfermeiras expedicionárias pelas vitórias da FEB. In: *Acervo O Globo*. 1944. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=enfermeiras+feb>.

Acesso em: 21 ago. 2021.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. *Dicionário de comunicação*. 5ª ed. 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/28561275>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RIGONI, C. L. *As Enfermeiras Brasileiras e o Serviço de Saúde da FEB*. Curitiba: IHGPR, 2017. Disponível em: <http://www.portalfeb.com.br/as-enfermeiras-brasileiras-e-o-servico-de-saude-da-feb/>.

Acesso em: 04 mar. 2020.

VALLI, R. Exército forma 1ª turma feminina de combatentes. In: *CORREIO POPULAR*. 2021. Disponível em: https://correio.rac.com.br/2021/03/campinas_e_rmc/1071557-exercito-forma-1-turma-feminina-de-combatentes.html. Acesso em: 24 ago. 2021.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (org.); HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

A pandemia do coronavírus em 2021: a construção de um roteiro narrativo-midiático

Luciana da Silva Gomes¹

Considerações iniciais

Diante de uma grave crise sanitária², provocada por um novo coronavírus³, batizado de Sars-CoV-2, a população mundial encontra-se, no ano de 2020, desarmada e totalmente despreparada para se defender dessa partícula viral, provocadora de danos econômicos, políticos, sociais, educacionais e sanitários. Sob um mundo interconectado e globalizado, o novo coronavírus ultrapassa todas as fronteiras nacionais e tende a colocar, em alerta, governos e cidadãos, que tentam compreender o que está acontecendo e dimensionar o que está por vir.

Tal fato, de consequências ainda incalculáveis para a trajetória humana no planeta Terra, motiva a elaboração deste artigo, que se justifica, primeiramente, pelo próprio ineditismo do contexto global em foco. Além disso, este artigo encontra justificativa no

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos de Linguagem, na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da profa. dra. Patrícia Ferreira Neves Ribeiro, na linha de pesquisa: Teorias do texto, do discurso e da tradução.

² Essa crise inicia-se no dia 01 de dezembro de 2019, na China, na cidade de Wuhan, e se alarga em decorrência da rápida disseminação, por todos os continentes, desse novo vírus, agente de instauração de uma nova doença, denominada Covid-19, de caráter elevadamente letal.

³ Coronavírus, do ponto de vista genético, é o nome de uma grande família de vírus conhecida, que possui uma estrutura em formato de coroa, identificados, segundo o Ministério da Saúde, desde meados da década de 1960. Eles causam infecções respiratórias e já provocaram outras doenças, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), em 2003, e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (Mers), em 2012.

desejo mesmo de se refletir, em dimensão nacional, sobre as roteirizações da narrativa midiática brasileira hegemônica estabelecida para a pandemia do novo coronavírus.

Nossa principal hipótese centra-se no fato de que a narrativa midiática acerca da pandemia do novo coronavírus nas capas de um jornal popular — *Extra* —, considerado de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, é orientada por um imaginário sociodiscursivo de banalização da doença, a longo prazo, por parte da população brasileira.

Assim, este artigo aborda a roteirização narrativa da crise pandêmica do novo coronavírus em atenção a imaginários sociodiscursivos orientadores dessa encenação discursiva no escopo da mídia hegemônica brasileira. De forma particular, nos atemos à investigação do roteiro narrativo midiático construído a partir da notícia de capa publicada no dia 24 de março de 2021. A partir da descrição desse roteiro midiático, visamos, em sentido amplo, detectar o(s) imaginário(s) sociodiscursivo(s) — relativos a seres e a cenas de vida — que orienta(m) tal roteirização narrativa sobre a pandemia do coronavírus.

De modo amplo, a respeito dos imaginários sociodiscursivos, Charaudeau (2010, p. 32) ressalta que

as representações sociodiscursivas são como mininarrativas que descrevem seres e cenas de vida, fragmentos narrados [...] do mundo que revelam sempre o ponto de vista de um sujeito. Esses enunciados circulam na comunidade social criando uma vasta rede de intertextos que se reagrupam constituindo aquilo que chamo de “imaginário sociodiscursivo”. (grifo nosso)

Também, em dimensão mais sintética, o estudioso elucidava, o conceito de “imaginário sociodiscursivo”, sob a seguinte perspectiva (Charaudeau, 2017, p. 578):

o imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual [...] constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional

através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. *Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação.* (grifo nosso)

De acordo com esse autor, essa dupla função de criação de valores e de justificação da ação pode ser produzida em um domínio de prática social — midiática, política, artística, educativa, religiosa, jurídica, publicitária — ou pode ser construída no bojo das relações pessoais, caso se refira à própria história dos seres em suas singularidades.

Sempre que nos comunicamos, temos um projeto de fala, que é elaborado em função dos conhecimentos de mundo (relacionados a valores) e dos julgamentos que fazemos dele (pela justificação dos atos). Por conseguinte, o locutor, no nosso caso, a instância midiática de produção *Extra*, ao executar o seu projeto de fala, carrega consigo a intenção de seduzir e influenciar o seu interlocutor, com a finalidade de que o seu ato de linguagem seja aceito por ele; ato noticioso circunscrito a imaginários sociodiscursivos criadores de valores e justificadores de ações.

Optar por pesquisar a construção de roteiros midiáticos em um jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro acerca do eixo temático da roteirização midiática de notícias sobre a pandemia do novo coronavírus revela-se como uma maneira de pensar sobre práticas sociais de comunicação em plano nacional. Trata-se de oportunidade para uma reflexão sobre nós mesmos — como cidadãos — e nossos comportamentos, enquanto atores idealizados por veículos de mídia e atuantes nesse cenário constituído como um “real significante”, a criar valores — a serem desvendados — e ações, cujas justificativas devem ser interpretadas, no âmbito do que Charaudeau (2017) define como imaginários sociodiscursivos.

Neste artigo, ancorados, sobretudo, na Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, criada pelo professor Patrick Charaudeau (2018, 2017, 2012, 2010, 2008, 2007), analisamos algumas estratégias linguístico-discursivas presentes em apenas uma notícia de capa do

jornal *Extra*, publicada no dia 24 de março de 2021 e reproduzida no site www.vercapas.com.br, a fim de descortinar o(s) imaginário(s) sociodiscursivo(s) orientador(es) do roteiro midiático em estudo, pautados em mecanismos linguageiros empregados por esse periódico, enfatizando as cenas de vida e os seres focalizados.

Nesse sentido, aplicamos alguns conceitos principais da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, a saber: o ato de linguagem, os sujeitos linguageiros, o processo de semiotização da língua, o sentido de língua e o sentido de discurso, o contrato comunicativo midiático e o modo de organização narrativo do discurso.

Convém enfatizar que, para Charaudeau, faz-se essencial analisar o processo de construção psicossociodiscursiva do sentido, objetivando-se verificar “como a *significação é significada*” (CHARAUDEAU, 2012, p. 19). Em outras palavras, segundo esse semiolinguista (2007, p. 27), “é na carga semântica das palavras, através dos modos de organização do discurso que as integram, e em situação de troca que se pode recuperar os traços desses jogos de interesse.”. Observar a carga semântica das palavras, no âmbito das operações de semiotização do mundo, por meio da roteirização narrativa midiática de *Extra*, nos levará justamente a atestar os ditos traços dos jogos de interesse desse periódico.

A construção de um roteiro narrativo

Marcuschi (2008, p. 230) afirma que “compreender não é uma ação apenas linguística ou cognitiva. É muito mais uma forma de inserção no mundo e um modo de agir sobre o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade”. Desse modo, transmitimos ideias usando a língua.

Para que sejamos compreendidos, é fundamental que, além de falarmos a mesma língua, compartilhemos um grande número de informações, pertençamos a meios culturais semelhantes e, em certa medida, tenhamos crenças em comum. É preciso que os conhecimentos — enciclopédico ou de mundo, sociointeracional,

procedural, textual, linguístico, visual, estilístico, tipológico, dentre outros — sejam, ao menos em parte, compartilhados.

Nessa perspectiva, entende-se o contexto como parte integrante da própria ocorrência linguística e depreende-se que a língua funciona como meio de interação. Assim, pelo processo de transação, proposto por Charaudeau (2007, p. 15), estamos em consonância com o princípio de alteridade e de pertinência.

Convém ressaltar que a mudança de contexto altera significativamente o sentido de uma frase, uma vez que “o significado de uma frase não é simples função de seus elementos constitutivos, mas depende ainda de informação extralinguística” (PERINI, 1997, p. 59). Portanto, “a comunicação linguística precisa apoiar-se, a todo instante, no conhecimento de uma infinidade de coisas não linguísticas, informações gerais sobre o mundo” (ibid., p. 61). Sendo assim, é essencial que saibamos em que gênero discursivo e modo discursivo a informação está inserida, quem são os interlocutores em cena, em que suporte a informação foi veiculada e de que repertório sobre o tema a encenação se serve.

Nessa direção, Charaudeau (2007, p. 16) salienta a importância do quadro situacional para o processo de comunicação ao afirmar que “postular a dependência do *processo de transformação* para com o *processo de transação* equivale a marcar uma mudança de orientação nos estudos sobre a linguagem, buscando-se conhecer o sentido comunicativo (seu valor semântico-discursivo) dos fatos de linguagem”. Desse modo, o contexto cognitivo dos interlocutores engloba todos os tipos de conhecimentos reunidos na memória dos atores sociais, que precisam ser acionados no momento da interação verbal — escrita ou falada.

A fim de que o sujeito interpretante compreenda as notícias produzidas pela instância midiática *Extra*, faz-se necessário que ele coloque em cena o seu conhecimento de mundo e construa “pontes” de sentido que amarrem o texto, tornando-o uma unidade coesa e coerente. Dessa forma, ele também produz sentidos para o texto ao elaborar hipóteses que o auxiliam na interpretação textual-discursiva. As relações entre as informações explícitas e implícitas

são articuladas em função do contexto sociocognitivo, em dimensão discursiva.

No sentido proposto pela Teoria Semiolinguística, o fenômeno linguageiro, materializado em *texto*, é tomado como *discurso*. Charaudeau (2008, p. 18) postula que o termo “discurso” pode ser empregado em dois sentidos. Enquanto o primeiro estaria ancorado ao fenômeno de encenação do ato de linguagem; o segundo estaria associado a um conjunto coerente de saberes compartilhados construído pelas pessoas de um determinado grupo social. Esses discursos sociais ou imaginários sociais revelam o modo como certas práticas sociais são vistas em um determinado contexto sociocultural e racionalizadas em termos de valor.

Com isso, salientamos que, durante a atividade de leitura, é essencial que percebamos a intencionalidade⁴ do discurso, dando-lhe sentido, uma vez que os signos verbais e não verbais são organizados de acordo com a nossa intencionalidade, que é permeável aos impactos do inconsciente, do contexto imediato e ao contexto sócio-histórico.

Todo ato de linguagem é produzido por um emissor determinado, em um dado contexto sócio-histórico. De acordo com Charaudeau,

o processo de comunicação não é resultado de uma única intencionalidade, já que é preciso levar em consideração não somente o que poderiam ser as intenções declaradas do emissor, mas também o que diz o ato de linguagem a respeito da relação particular que une o emissor ao receptor (2012, p. 16)

Desse modo, o ato de linguagem, oriundo de uma situação concreta de troca, dependente de uma intencionalidade, é estruturado simultaneamente num espaço de restrições e num espaço de estratégias. Enquanto aquele estabelece as condições mínimas necessárias para a sua validação, ou seja, caso isso não

⁴ Em seu livro *Linguagem e discurso: modos de organização*, o linguista francês afirma que o conceito de “intencionalidade” abarca um conjunto de intenções que podem ser mais ou menos conscientes. Para ele, “intencionalidade é diferente de *intenção* e equivale ao termo *projeto de fala*” (CHARAUDEAU, 2012, p. 48).

aconteça, pode não haver comunicação; este refere-se às escolhas possíveis, à disposição dos sujeitos, para o alcance de seus objetivos durante a encenação do ato de linguagem.

Extra em análise

Figura 1. Recorte da capa do jornal *Extra* de 24 de março de 2021

CORPO DO TEXTO: “Enquanto o mundo vê o número de mortes por Covid cair, o Brasil assiste a uma disparada nos óbitos. O país já é o responsável por um terço deles no planeta a cada dia, tendo mais que o dobro do segundo colocado nesse triste ranking. Ontem, um novo recorde sombrio foi batido com o registro de mais de três mil vidas perdidas nas últimas 24 horas. Em rede nacional de TV, Bolsonaro mudou seu discurso e defendeu a vacinação, um ano após menosprezar a doença e chamá-la de ‘gripezinha’.”

LEGENDA: “**Tragédia sem fim:** No cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, parentes enterram uma vítima da Covid”



País	Mortes
Brasil	2.349
Estados Unidos	878
Itália	470
Reino Unido	437
China	404
Coreia do Sul	370
Países Baixos	284
França	261
Indonésia	199

No dia 24 de março de 2021, a instância midiática receptora do jornal *Extra* — o leitor — depara-se, de imediato, com o seguinte sobretexo: “3.158 mortes em 24 horas”. Logo, compreende estar diante de um enorme **PROBLEMA** — o poder de disseminação e de letalidade do novo coronavírus. Acrescenta-se a esse problema a ambiguidade sugerida pelo título principal “Brasil acima de todos”. Diante dessa enunciação, nota-se a intencionalidade da instância jornalística de fazer uma crítica velada ao presidente da República, Jair Bolsonaro, ao produzir o trocadilho a partir da frase

bastante utilizada por ele durante a campanha à Presidência da República⁵, em 2018: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

Esse bordão⁶ “faz referência ao brado da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, criado no final da década de 1960, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985)”. Além disso, pode estar relacionado ao fato de o Brasil estar literalmente “acima de todos” (os outros países) no número de óbitos.

Nesse sentido, de acordo com o **modo de organização narrativo**, a instância midiática de produção — o jornal *Extra* —, pelo sobretexto e pelo título principal, expõe indiretamente o **actante-agressor voluntário** — Jair Bolsonaro — como o responsável por provocar o malefício de expor a população brasileira — **actante-vítima** — à contaminação pelo novo coronavírus e suas variantes, **actantes-agressores involuntários**, no momento em que menosprezou a pandemia de Covid-19, que assolou os cinco continentes, e desprezou a vacinação, como revela o corpo do texto: “Em rede nacional de TV, Bolsonaro mudou seu discurso e defendeu a vacinação, um ano após menosprezar a doença e chamá-la de ‘gripezinha’”. Face a essa cena enunciativa, percebe-se que o presidente da República negligenciou a gravidade do problema na condução do enfrentamento à pandemia de Covid-19 — “o país já é o responsável por um terço deles (dos óbitos) no planeta a cada dia” e colocou a população brasileira em perigo diante da presença de um inimigo — invisível e desconhecido — causador de danos à saúde e de potenciais mortes — “3.158 mortes em 24 horas”.

⁵ Durante essa campanha presidencial, Jair Bolsonaro dispôs de “uma base de apoio composta pelos evangélicos (a bancada da Bíblia), pelos defensores das armas de fogo (a bancada da bala) e pelos agropecuaristas (a bancada do boi). Foram os três grupos de poder, todos a favor da censura, da restrição das liberdades, da violação dos direitos humanos, encarregados de ajudar o presidente a impor a máxima “Brasil cima de tudo, Deus acima de todos” (BLAY, 2021, p. 197-198).

⁶ Conferir o site <https://istoe.com.br/brasil-acima-de-tudo-globo-faz-critica-a-bolsonaro-com-trocadilho-ao-noticiar-mortes-por-covid-19/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

Por essa razão, o chefe de Estado adquire qualificações negativas de imprudência (“um ano após menosprezar a doença e chamá-la de ‘gripezinha’”) e de inabilidade e despreparo (“novo recorde sombrio foi batido com o registro de mais de três mil vidas perdidas nas últimas 24 horas”) relativamente à gestão da pandemia em âmbito nacional.

Do dia 12 de março de 2020 até a presente data — 24 de março de 2021 —, verificamos que, de acordo com a notícia em tela, o governo federal não age diante do enfrentamento ao **PROBLEMA/FALTA** — a pandemia do coronavírus que recrudesce no país. Todavia, diante do fato de que “o Brasil assiste a uma disparada nos óbitos” (corpo do texto), parece que o presidente da República decide “mudar o seu discurso e defender a vacinação”, como preconiza a Ciência. Assim, de **actante-agressor** torna-se **actante-aliado**, já que se associa ao **actante-vítima** — a população brasileira —, no intuito de defendê-la, agora no ano de 2021, do novo coronavírus por meio da imunização.

A população brasileira é um **actante-vítima**, pois sofre a ação de viver assombrada pela exposição ao vírus invisível e letal e por assistir a uma “tragédia sem fim”, conforme salienta a legenda. Diante, pois, desse cenário pandêmico, o jornal aponta para a inércia do governo federal até o presente momento (março de 2021). Nesse sentido, revela a posição de descomprometimento do governo federal perante a crise causada pela Covid-19 no Brasil.

Tomado, na sequência, o **processo de semiotização do mundo**, os componentes que estruturam a notícia jornalística em tela evidenciam o agravamento da pandemia do novo coronavírus no Brasil no mês de março de 2021. Mais uma vez, a cena enunciativa aborda um cenário de “guerra”, na medida em que:

- a **quantificação** “3.158”, no sobretexo, reverbera a realidade fria dos números. Estabelece o número exato de **actantes-vítimas**, que perderam a vida para a doença Covid-19 nas últimas 24 horas e dá credibilidade ao fato noticiado.

- ainda no sobretexo, a **nomeação** do ser “mortes” mostra com clareza a urgência em enfrentar com seriedade o grave

PROBLEMA/FALTA sanitário vivido pelos **actantes narrativos** – governo federal e população brasileira –, visto que, pelo corpo do texto, “mais de três mil vidas (foram) perdidas nas últimas 24 horas.”.

• no momento em que o sujeito comunicante inicia o corpo do texto com o seguinte período “Enquanto o mundo vê o número de mortes por Covid cair, o Brasil assiste a uma disparada de óbitos”, depreendemos que existe uma intencionalidade na articulação das duas unidades de informação no discurso. Com o emprego da conjunção subordinativa “**enquanto**”, o sujeito comunicante pretende esboçar a posição do fato expresso pela oração base — “o Brasil assiste a uma disparada de óbitos” — na temporalidade, na linha do tempo (março de 2020 a março de 2021). Com isso, observamos que, nesse período, há uma discrepância entre a condução do enfrentamento à pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil, já que:

a) a descrição da ação “ver” dá a ideia de objetividade X a **descrição da ação “assistir”** dá a ideia de passividade diante da pandemia;

b) a descrição da ação “cair” indica diminuição do número de mortes;consequentemente, sucesso nas medidas para conter a pandemia X “disparar (disparada)” o número de óbitos salienta o descontrole sobre a pandemia; logo, atesta-se o fracasso nas medidas para contê-la.

• no segundo período do corpo do texto, lemos: “O país já é o responsável por um terço deles no planeta a cada dia, tendo mais que o dobro do segundo colocado nesse triste ranking.”. Logo, observamos que:

a) o quantificador “um terço” é um numeral fracionário que constitui forma particular para expressão de fração. Nesse caso, representa que o Brasil possui quase a metade do número de óbitos no planeta Terra, o que acaba por colocar o país em delicada posição relativamente à contenção da pandemia em termos mundiais. Já o **quantificador “dobro”** é um numeral multiplicativo, que assume o papel de substantivo. Segundo Neves

(2018, p. 705), “vem com um complemento iniciado por de o qual mostra a grandeza multiplicada pelo número indicado no numeral”, como observamos em “o dobro do segundo colocado”. Uma vez mais, o Brasil é colocado em posição desconfortável frente à necessidade de contenção da pandemia em nível internacional. Por fim, o **quantificador** “segundo” expressa ordem numérica dentro de uma série. Conforme o corpo do texto, tem “mais que o dobro do ‘segundo’ colocado”. Na verdade, de acordo com Neves (2018, p. 699), são “adjetivos classificadores com indicação de ordem numérica definida.”. Nesse caso, consoante a autora (ibid., p. 700), indica “qualidade exponencial, categoria distinguida”. Portanto, produz o efeito de sentido de exacerbar o país no ranking de mortes — está na frente dos Estados Unidos. Tal fato não deve passar despercebido, pois, de acordo com a situação comunicativa, o governo brasileiro agiu de forma similar ao governo americano. Ao escolher empregar esses **quantificadores**, o *Extra* visa a demarcar posicionamentos e julgamentos acerca da condução do enfrentamento à pandemia da Covid-19 no Brasil. Nota-se que o país não adotou as medidas sanitárias adequadas para combatê-la.

b) a nomeação do ser “planeta” atribui a dimensão exata da gravidade da crise sanitária que assola os cinco continentes. Trata-se de um **PROBLEMA/FALTA** de ordem global. A cena enunciativa abarca todos os seres sociais que habitam o planeta Terra. Nesse sentido, a crise sanitária no Brasil encontra-se tão fora de controle que o sujeito comunicante utilizou o substantivo “planeta”, a fim de defender a tese de que a descrença do governo federal e de uma parcela da população é o principal fator para que o Brasil se sobressaia negativamente no enfrentamento à pandemia de Covid-19. Assim, assume uma dimensão planetária.

c) o advérbio de tempo “já” se refere a representações do processo na sua duração. No caso do enunciado em questão, caracteriza o contraste entre a consumação “já é o responsável” e a não consumação de um processo, pois a pandemia ainda está em curso. Dessa forma, possui uma função argumentativa, pois, como aponta Azeredo (2012, p. 195), “serve para realçar premissas ou

suscitar inferências”, ratificando, assim, a gravidade da crise sanitária no Brasil.

d) o qualificador “responsável”, nesse contexto discursivo, assume um deslizamento de sentido — de positivo a negativo —, pois revela a relevância negativa que o Brasil assume perante os demais países. No dia 24 de março de 2021, o Brasil pôde ser considerado, praticamente, o epicentro da crise sanitária mundial. Logo, o sujeito comunicante visa fazer uma apreciação negativa do fato narrado. Já o **qualificador “triste”** representa uma caracterização mais subjetiva, no quadro da intencionalidade sugerida pelo sujeito comunicante.

Diante deste quadro pandêmico, o jornal *Extra* parece evidenciar, por meio dos qualificadores — “responsável” e “triste” — a responsabilidade do chefe de Estado por ter negligenciado a gravidade da doença na condução ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 — “menosprezar a doença e chamá-la de ‘gripezinha’”. O presidente da República, de acordo com Blay (2021, p. 207), “não é um cidadão comum, não tem o direito de dizer o que lhe vem à cabeça (...). Sua narrativa, como os seus atos, tem enorme valor simbólico. Governa-se através deles.”. Mais adiante, o jornalista (ibid., p. 208) afirma que o dirigente da nação “não pode dizer que a pandemia é um resfriadinho porque os seus apoiadores incondicionais passam a desprezar o isolamento, correndo soltos rumo ao risco de morte; não pode mostrar desprezo para com as vítimas da covid-19”.

O ato de comunicar, conforme Charaudeau (2012, p. 44), é visto como uma aposta. Logo, envolve riscos, que podem ocasionar vários efeitos performativos. No instante em que o jornal *Extra* leva a informação ao leitor — “faz saber” — e pode induzir alguém a fazer algo — “faz fazer”. Assim, o ato de conduzir para uma certa direção pode proporcionar o “fazer sentir”.

Desse modo, o sujeito comunicante seleciona, como marcas expressivas linguístico-discursivas, os adjetivos “responsável” e “triste”, em uso pelo enunciador, que apresentam valor semântico-argumentativo bastante patêmico, a fim de despertar a emoção do

sujeito interpretante, de modo que o leve a mudar de atitude e de comportamento.

e) o **pronome indefinido** “cada” (“a **cada** dia”), de acordo com Neves (2018, p. 631), “faz uma indicação particular dentro da indefinição: seu significado é distributivo”. Nessa perspectiva, mais uma vez, reforça-se a alta taxa diária de letalidade no Brasil.

• no terceiro período do corpo do texto “Ontem, um novo recorde sombrio foi batido com o registro de mais de três mil vidas perdidas nas últimas 24 horas”, temos:

a) o **adjunto verbal** “ontem”, que se refere semanticamente ao significado de uma época reconhecida pelo sujeito interpretante relativamente ao momento em que acontece a enunciação.

b) enquanto o **qualificador** “novo” deixa subentendido que outros recordes precederam as “3.158 mortes”. Trata-se de uma caracterização objetiva, uma vez que pode ser constatada por qualquer indivíduo; o **qualificador** “sombrio”, por sua vez, remete a algo fúnebre, que não tem luz; e o **qualificador** “perdidas”, por seu turno, significa que os **actantes-vítimas** — a população brasileira — foram derrotados pelo **actante-agressor** — coronavírus.

Da associação destes três **qualificadores** — “novo”, “sombrio” e “perdidas” —, inferimos que, talvez, essas mortes pudessem ter sido evitadas, caso o presidente da República não tivesse “menosprezado a doença e a chamado de ‘gripezinha’”, como é mencionado no quarto período do corpo do texto: “Em rede nacional de TV, Bolsonaro mudou seu discurso e defendeu a vacinação, um ano após menosprezar a doença e chamá-la de ‘gripezinha’”.

• a **qualificação** do ser “doença”, na notícia em tela, ocorre por meio do substantivo “gripe”, visto que muitas vezes não são claros e definidos os limites entre as classes gramaticais — substantivo e adjetivo (PERINI, 1997, p. 40). O item lexical “gripezinha” desempenha o papel de adjetivo e apresenta um grande potencial expressivo, pois rebaixa o poder de propagação e de letalidade, característico do **actante-agressor** — o novo coronavírus — ao

status de uma gripe qualquer, irrelevante. Tal fato é corroborado com o emprego do sufixo nominal “-inha” frequentemente empregado para formar diminutivos de substantivos. Nesse caso, a utilização do sufixo “-inha” apresenta exclusivamente a função de indicar uma atitude subjetiva do presidente da República — a depreciação do novo coronavírus. Estamos diante de um “diminutivo pejorativo”. Nessa direção, o uso do vocábulo “gripezinha” pelo dirigente da nação orienta o imaginário sociodiscursivo de uma parcela da população brasileira a considerá-lo **actante-agressor**, na medida em que “menospreza a doença” e não enfrenta o **PROBLEMA**. Sinaliza que, diante de um cenário pandêmico, o presidente da República questiona a relevância da Ciência e deprecia a doença Covid-19. Portanto, o emprego desse **qualificador** evidencia uma discrepância na **BUSCA** ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, já que a “gripezinha” e a “falta de vacinação” (**CAUSA**) ocasionaram a “disparada nos óbitos”, o “novo recorde sombrio”, a “tragédia sem fim” (**CONSEQUÊNCIA**).

- a **descrição das ações** “mudar” e “defender”, que expressa atitude, indica que existe uma possibilidade de que a conduta do presidente da República a respeito da pandemia de Covid-19 seja alterada, “após menosprezar a doença e chamá-la de ‘gripezinha’”. Orienta, portanto, o imaginário sociodiscursivo de que, agora, 24 de março de 2021, o dirigente da nação parece que dará credibilidade à comunidade científica.

- a **causação**, segundo todo o corpo do texto, indica que somente após a “disparada nos óbitos (“3.158 mortes em 24 horas”), vislumbra-se uma tentativa, uma **BUSCA** para o combate à Covid-19, já que o Presidente da República, “em rede nacional de TV, mudou seu discurso e defendeu a vacinação”. Tal fato indica que, a partir do dia 24 de março de 2021, o chefe de Estado parece estar mais comprometido com a Ciência no que tange à imunização da população contra a Covid-19. Percebe-se, assim, pelo conjunto dos recursos linguísticos e imagéticos mobilizados ao longo da notícia em tela, que, embora exista, por um lado, a construção de um

sentido negativo atribuído à gestão federal diante das condutas frente à crise sanitária, parece insurgir-se, por outro lado, um cenário positivo quanto à atuação do governo da federação face à pandemia em nível nacional.

Considerações preliminares

A partir da detalhada análise da notícia de capa sobre a pandemia do novo coronavírus, publicada no jornal *Extra*, no dia 24 de março de 2021, constatamos que a narrativa midiática proposta delinea-se sob uma determinada orientação interpretativa.

Além disso, uma sucessão de ações delimitadas em seu princípio e em seu fim é constatada. Essas ações são motivadas pela intencionalidade do sujeito comunicante — a instância midiática *Extra* —, que possui um projeto de fazer/dizer diante de seu destinatário idealizado. Nesse sentido, observamos mininarrativas que descrevem seres e cenas do cotidiano pandêmico no Brasil.

Pelos mecanismos linguístico-discursivos empregados na notícia em tela, relativamente ao roteiro narrativo midiático constituído em dimensão macroestrutural e às operações de semiotização que o compõem em perspectiva microestrutural, verificamos que a produção de efeito de sentido foi orientada por um imaginário sociodiscursivo de banalização da pandemia de Covid-19 por parte do governo federal e de uma parcela da população brasileira.

Convém salientar que a seleção lexical apresentada pelo sujeito comunicante pode ou não coincidir com a realidade, pode ou não estar manipulada. Logo, o sujeito interpretante precisa compreender os efeitos de sentido produzidos na notícia analisada, a fim de perceber as intencionalidades da instância midiática *Extra*. Assim, o emprego de diferentes recursos linguístico-discursivos contribui para a estruturação discursiva dos sentidos.

Referências

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: PubliFolha, 2012.
- BLAY, Milton. *O vírus e a farsa populista*. São Paulo: Contexto, 2021.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Trad. André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Angela M.S. Corrêa; Ida Lúcia Machado. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (orgs.). *As emoções no discurso*. vol. 2. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 23-56.
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, V. (orgs.). *Análises do discurso hoje*, volume 1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 11-30.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-29.
- MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008. (Educação Linguística; 2).
- NEVES, M. H. de M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: UNESP, 2018.
- PERINI, M. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*. São Paulo: Ática, 1997.

O *ethos* coletivo e o *ethos* singular como estratégia discursiva para o diálogo entre universidade e periferia em um vídeo do chavoso da USP

Murilo Alberto Martins Silva¹

Introdução

A existência da barreira entre a academia e as periferias urbanas segue sendo recorrente na realidade brasileira. Do que se produz no ambiente acadêmico, pouco circula nos espaços não formais de educação e, devido a isso, há considerável dificuldade em estabelecer o diálogo entre a cultura acadêmica e a cultura das periferias urbanas. Entendemos que

um dos principais desafios na educação das juventudes das periferias urbanas na contemporaneidade é pensar estratégias de aproximação da cultura acadêmica com a cultura popular e construir caminhos nos quais os jovens de origem popular consigam sentir-se parte da comunidade acadêmica e escolar, ainda que nela não se encontre formalmente matriculada como estudante dos cursos regulares, com vistas a pensarmos estratégias para possibilitar a construção de trajetórias de escolarização mais bem-sucedidas para esse grupo social no nosso sistema de ensino (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2019, p. 42).

Dessa maneira, é necessário que se pense em estratégias que propiciem a democratização do conhecimento, de modo que o jovem morador das periferias urbanas tenha acesso aos saberes que circulam na academia. Neste artigo, buscamos entender, a partir do ponto de vista discursivo, como uma estratégia que possibilita a diminuição da barreira existente entre periferia e universidade se

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense sob orientação da profa. dra. Beatriz dos Santos Feres.

configura, mesmo não sendo no âmbito de um contexto em que o jovem precise estar matriculado formalmente em alguma instituição para ter acesso ao conhecimento. Questões que envolvem o acesso formal de jovens das periferias a cursos regulares são ligadas a ações afirmativas. Refletir, entretanto, sobre questões de políticas públicas não é nosso objetivo neste artigo, uma vez que o recorte do objeto para análise desta investigação se trata de um texto publicado na internet, cujo acesso não envolve questões burocráticas referentes ao registro como estudante de um curso regular.

Além disso, é importante que as estratégias sejam pensadas de forma que haja o diálogo efetivo entre o conhecimento produzido na comunidade acadêmica e a realidade dos jovens da periferia. Para que isso aconteça, não se pode ignorar o espaço não formal como importante componente desse processo, juntamente com o espaço formal, uma vez que

compreendemos que espaços de educação formal e não formal são espaços privilegiados de ação, transformação e criação de linguagens novas que poderão ser utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a criação de uma rede de professores, educadores e estudantes jovens e periféricos, com vistas a promover uma educação libertadora, que construa com a cultura local, novas possibilidades de inserção dos jovens das periferias na educação, tais como: diminuição da repetência e evasão escolar (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2019, p. 42).

Desse modo, é importante que reconheçamos a relevância de textos que circulam em espaços não formais de educação e que tragam saberes da realidade acadêmica para uma posição mais próxima da cultura das periferias urbanas. Assim, o conhecimento e as reflexões produzidas na universidade podem servir como ferramentas de ação, transformação e criação de linguagens que geram o senso crítico dos jovens moradores da periferia.

Dentro dessa visão, podemos considerar o *YouTube* como uma importante plataforma para a propagação de saberes, uma vez que se apresenta como um ambiente virtual, possibilitando o

surgimento de diversos gêneros de vídeos, que fazem uso da linguagem de forma dinâmica e conciliam imagem, movimento e som em seus enunciados. Foi dentro dessa plataforma que Thiago Torres encontrou um meio de propagar o conhecimento adquirido na universidade, abordando conceitos complexos por meio de linguagem simples e expondo suas vivências como um jovem da periferia, assumindo para si a identidade de Chavoso da USP. Assim, Thiago consegue fazer, por meio da identificação com sua imagem, com que mais jovens moradores das periferias urbanas tenham acesso ao conhecimento produzido na academia.

Portanto, este artigo lança o olhar da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso sobre um dos vídeos de Thiago Torres, a fim de compreender, por meio do entendimento acerca dos imaginários e do *ethos*, como o vídeo do Chavoso da USP pode ser considerado um material que efetive o diálogo entre a cultura das periferias urbanas e o conhecimento produzido pela academia.

Quem é o Chavoso da USP?

Nascido na Brasilândia, periferia da Zona Norte de São Paulo, Thiago Torres é estudante do curso de Ciências Sociais da USP. O jovem tem tatuagens grandes, usa óculos de lentes espelhadas, boné, correntes grossas no pescoço, relógio grande e camisa de time. É dessa forma que ele frequenta a universidade e se faz como voz de resistência da periferia na Universidade de São Paulo.

O modo de se vestir de Thiago é diretamente ligado ao ambiente da periferia urbana, frequentadores de festas de funk, que, por muitas vezes, não têm oportunidades suficientes de acesso ao ensino superior. Entendendo essa realidade a partir do olhar de um estudante de Ciências Sociais, Thiago criou um canal no *YouTube* chamado *Chavoso da USP*, usando seu lugar de fala a fim de influenciar outros jovens da periferia a ocuparem as universidades. Para isso, Thiago aborda questões envolvendo política, racismo, identidade, história, filosofia, sociologia, sempre alinhado a questões e pautas da esquerda. Assim, Thiago

possibilita reflexões para que os espectadores de seu canal possam ter acesso a informações, saberes e conhecimentos que só teriam no caso de ingressarem em uma universidade.

Desse modo, o Chavoso da USP faz de seu canal, na plataforma virtual, um ambiente não formal de educação e informação. Além disso, exerce influência sobre os jovens que se identificam com a imagem dele, possibilitando, assim, o interesse por ingressar na universidade. Para que possamos compreender esse processo a partir do ponto de vista discursivo, vamos abordar inicialmente as questões que envolvem os imaginários.

A questão dos imaginários acerca do termo “chavoso”

Para pensar acerca dos imaginários que envolvem o entendimento do conceito de “chavoso”, recorreremos à concepção de Charaudeau que compreende da seguinte maneira:

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Partindo dessa ideia, sobre a mecânica que envolve as representações sociais que Charaudeau se referiu, é necessário que saibamos diferenciar as formas de abordagem desse conceito para que possamos compreender melhor suas articulações dentro dos estudos de imaginários. Charaudeau (*ibid.*, p. 575) evidencia que essa questão apareceu em Durkheim com o nome de “representação coletiva”, porém, essa denominação foi contestada por Moscovici, uma vez que o autor compreende o uso de “coletivo” como uma palavra que remete a um grupo fechado em si mesmo e não às opiniões coletivas intracomunitárias. Assim, Moscovici propõe o uso da denominação “representações sociais”, que é um termo mais genérico, incluindo representações coletivas sem o preconceito da escala de generalização da noção, uma vez

que é necessário definir uma noção que explique e justifique as práticas sociais, suas normas e suas regras.

Entretanto, para Charaudeau, o que interessa é a forma como as representações sociais funcionam como mecanismos de construção de sentido, estabelecendo, assim, um diálogo interdisciplinar, de modo que esse mecanismo modela e formata a realidade em real significativa, por meio de uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários. Assim, pensar as representações sociais enquanto um mecanismo de construção de sentido envolve o contentamento do indivíduo em não apenas agir, mas também em considerar as razões, os motivos, as finalidades que legitimem suas ações.

Portanto, retomando a questão dos imaginários enquanto resultado dessa mecânica das representações sociais, ele se origina por meio de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional por meio da intersubjetividade das relações humanas e se deposita na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2017, p. 578). Assim, Charaudeau entende que o imaginário tem duas funções: uma de criação de valores e outra de justificação de ação. Partindo dessas duas funções dos imaginários, podemos compreender como o que se entende por “chavoso” pode exercer influência no discurso de Thiago, uma vez que ele se coloca em seu lugar de fala como jovem da periferia.

Podemos entender o surgimento do imaginário acerca do *chavoso* tomando como base o ambiente no qual se propaga esse estilo de vida: as periferias urbanas. Foi nesse ambiente periférico que o funk carioca se propagou em São Paulo e chamou a atenção da mídia, que abordava a questão com enfoques criminalizantes e moralizantes, acusando os *pancadões* de serem eventos promovidos por criminosos e marcados pelo consumo de drogas e por sexo ou práticas consideradas libidinosas (PEREIRA, 2014). Assim, as festas de *pancadões* que aconteciam nas periferias de São Paulo passaram a adquirir uma representação negativa, sobretudo devido ao trabalho da mídia. Observamos, aqui, como o imaginário foi se modificando por meio de um mecanismo de representação,

uma vez que as festas eram realizadas e se apresentavam como uma realidade, porém, a mídia realizou o trabalho de transformar essa realidade em real significativa, de conotação negativa. Essa representação oriunda da mídia e o trabalho de policiais na Operação Pancadão resultaram na perseguição aos pancadões. Nessa mesma época, um vereador da cidade de São Paulo, integrante da bancada da bala, apresentou um projeto que proibia a realização de festas de funk ou de qualquer outro tipo nos espaços públicos da cidade (PEREIRA, 2014).

Pensando no pancadão como fenômeno social, podemos considerar que uma imagem seria criada a partir do ambiente da festa, das músicas, dos acessórios e roupas usadas pelos frequentadores. Aqui se encontra o que, na perspectiva de Charaudeau sobre os imaginários, configura-se como construção de significação acerca dos objetos, fenômenos, seres e comportamentos. A partir dessa significação, que surgiu a imagem do chavoso. Dentro desse contexto negativo, representado pela mídia, envolvendo as operações policiais e o projeto que proibiu a realização dos pancadões, *chavoso* designava os jovens frequentadores das festas de funk da periferia. É um termo que vem do termo *chave de cadeia*, alguém que chama atenção da polícia, que a qualquer momento pode passar por uma situação de revista ou repressão policial. Porém, além disso, podemos encontrar um outro sentido que *chavoso* pode adquirir:

“Chavão” ou “chavoso” é quando um cara está bem vestido, ou tem algo que chame a atenção — é tipo chique, “da hora” — podendo ser um objeto, situação ou pessoa. “Chavoso” ou “chavão” é um neologismo da gíria “Chave de cadeia”, que em sua amplitude de significados também é considerado um sujeito que chama a atenção da polícia pelo seu modo de se portar ou maneira de se vestir (SANTOS, 2014, p. 18)

Dessa forma, percebemos que *chavoso* pode ser empregado em um sentido positivo, que se refere ao modo como os jovens da periferia se vestem. De forma nada discreta, com tatuagens, óculos de lentes espelhadas, correntes grossas no pescoço, bonés de marca

e camisas de time, o chavoso se apresenta para a sociedade. Esta imagem projeta-se a partir do funk ostentação. Em relato que resultou de uma pesquisa de campo, Pereira (2014) registra:

“Vida é ter um Hyundai e uma Hornet, dez mil pra gastar, Rolex, Juliet. Melhores kits, vários investimentos. Ai como é bom ser o top do momento”, música do Mc Danado, por exemplo, cita marcas e modelos de carro, moto, relógio, óculos escuros, entre outras. A expressão kit é recorrente em muitas letras de funk e faz referência às camisetas de marcas específicas e a acessórios de grife, como bonés e óculos escuros.

Assim, observamos que a cultura do jovem chavoso envolve interesses em marcas caras e de grife, podendo ser entendida como um refúgio almejado a partir da realidade marginalizada que a periferia vive, uma forma de resistência, de compreender que esses objetos podem atribuir ao jovem um valor social que não lhe permita viver situações de repressão. Dessa forma, a criação de valores acerca desses acessórios caros e ostensivos pode se justificar como ação de resistência da juventude das periferias.

O *ethos* coletivo do chavoso e o *ethos* singular do Thiago

As questões que envolvem o Chavoso da USP vão além do imaginário, e se completam ao lançarmos um olhar sobre a forma como ele projeta sua imagem no discurso. A imagem projetada de Thiago nos seus vídeos consiste no que chamamos de *ethos*. Esse conceito foi definido no Dicionário de Análise do Discurso da seguinte maneira: “Designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016). Assim, devemos levar em conta que a forma como Thiago se projeta em seu discurso se configura como uma estratégia para exercer influência sobre seu público.

Não se deve desconsiderar, antes do aprofundamento nos estudos do *ethos*, a perspectiva acerca das identidades. Para Charaudeau (2009), identidade é um conceito ligado a diversas

áreas, um conceito geral, o qual a filosofia contemporânea — principalmente a fenomenologia — trata a questão como o fundamento do ser, pois a identidade implica na tomada de consciência de si mesmo (corpo, saber, julgamentos e ações). Porém, para que seja possível essa tomada de consciência de si mesmo, é preciso que haja a diferença em relação a um outro, constituindo o princípio de alteridade. Desse modo, a identidade de um sujeito passa a “ser o que não é o outro”. Essa diferença desencadeia no sujeito um duplo processo de atração e rejeição em relação ao outro. Assim, a identidade se constrói a partir de um paradoxo, pois cada um precisa do outro em sua diferença para tomar consciência de sua existência, mas, ao mesmo tempo, desconfia desse outro e sente a necessidade ou de rejeitá-lo, ou de torná-lo semelhante para eliminar as diferenças. Além disso, Charaudeau (2009) aborda a concepção de *identidade social* e *identidade discursiva*.

De acordo com Charaudeau (2009), a *identidade social* é definida como a identidade que confere ao sujeito seu direito de palavra, isto é, a legitimidade. Desse modo, a identidade social tem como particularidade a necessidade de ser reconhecida pelos outros. Por legitimidade, o autor atribui o sentido de estado ou qualidade de quem é autorizado a agir da maneira pela qual age. Essa legitimidade surge a partir do reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos em nome de um valor aceito por todos. Assim, a identidade social consiste em algo atribuído-reconhecido em nome de um saber validado institucionalmente. No caso do Chavoso da USP, observamos a legitimidade dele a partir de sua vivência como um jovem morador de periferia, essa é a identidade social dele que estamos levando em consideração aqui, a forma como Thiago Torres possibilita a identificação de outros jovens com a identidade dele. Desse modo, a fala do Chavoso da USP é levada em consideração e exerce influência justamente por não se tratar de um olhar concebido por alguém de fora da comunidade, mas alguém que já passou por situações comuns às de qualquer outro jovem que mora na periferia urbana.

Em relação à *identidade discursiva*, Charaudeau (2009) desenvolve a ideia tomando como base a particularidade de ser construída pelo sujeito falante para responder à questão “*Estou aqui para falar como?*”. Assim, essa identidade depende de um duplo espaço de estratégias: de “credibilidade” e de “captação”. Nesse caso, a credibilidade está ligada à necessidade, para o sujeito falante, de que se acredite nele. Portanto, o sujeito deve defender uma imagem de si mesmo que lhe permita adotar diferentes atitudes discursivas (de neutralidade, de distanciamento e de engajamento). Já as estratégias de captação surgem quando não há uma relação de autoridade do Eu-falante para com o seu interlocutor, assim, a captação vem da necessidade para o sujeito de se assegurar de que seu parceiro na troca comunicativa percebe seu projeto de intencionalidade. Portanto, será preciso que o sujeito tente persuadir (por meio da razão) ou seduzir (por meio da emoção) o outro. Nesse sentido, o sujeito pode escolher entre diferentes atitudes, dentre as quais se destacam a polêmica, a sedução e a dramatização. Projetando essa noção para o Chavoso da USP, ele busca embasar seus relatos pessoais em conceitos estudados no curso de Ciências Sociais. Dessa maneira, ele busca a persuasão por meio da razão, utilizando argumentos lógicos e citações de autores e, por meio da emoção, projetando conceitos sociológicos para seus relatos pessoais.

Voltando para as questões acerca do *ethos* e levando em consideração o que foi exposto sobre as identidades social e discursiva, destacamos a seguinte fala de Charaudeau:

Em sua primeira componente, o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor; é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação. Em sua segunda componente, o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir. (CHARAUDEAU, 2006, p. 115)

Assim, compreendemos que o locutor se apresenta a princípio com uma identidade social e enuncia, com uma identidade psicológica, o que, respectivamente, consiste na *identidade social* e na *identidade discursiva*. O *ethos* é, portanto, de acordo com Charaudeau, resultado dessa dupla identidade fundida em uma única. Assim, o Chavoso da USP se apresenta com sua identidade social como um jovem de periferia que usa peças de roupa extravagantes, mas, inesperadamente, sua identidade social também se alarga para aquilo que o caracteriza como estudante de Ciências Sociais da USP. Diante desse quadro, a identidade discursiva, segundo o modo de enunciação apresentado, reafirma essa dupla filiação (da periferia e da academia).

Porém, precisamos levar em consideração que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais: o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como imaginário (CHARAUDEAU, 2006, p. 117). Desse modo, a identidade do Chavoso da USP se justifica a partir da realidade em que ele está inserido, com toda cultura da periferia urbana exercendo influência no estilo que ele adota para si.

Portanto, compreendemos que o *ethos* pode estar ligado não somente a identidade individual, mas a identidade de um grupo, por conta da relação que se estabelece com as representações sociais. Já que essa relação existe, há, também, o julgamento entre os grupos por meio de uma essencialização da visão de um sobre o outro. Sobre essa questão, de acordo com Charaudeau, destacamos:

(...) em decorrência de sua filiação, os indivíduos do grupo partilham com outros membros desse grupo caracteres similares, que, quando vistos de fora, causam a impressão de que esse grupo representa uma entidade homogênea. (CHARAUDEAU, 2006, p. 117)

Projetando essa perspectiva para o objeto de análise deste artigo, podemos imaginar que haja uma quebra de expectativa a partir da identidade discursiva do Chavoso da USP. Se o julgamento de um determinado grupo social resultar na visão de

que o *ethos* coletivo do chavoso esteja ligado à imagem representada pela mídia e pela polícia na época em que os pancadões foram proibidos, a universidade e as ciências sociais seriam elementos excluídos dessa leitura. Assim, quando Thiago Torres enuncia e se projeta como estudante do curso de Ciências Sociais, é projetado o *ethos* singular, o resultado da junção de sua identidade social e identidade discursiva. Desse modo, Thiago Torres faz uso de seu lugar de fala como jovem da periferia para atrair, em primeiro momento, a atenção dos jovens que se identificam com ele e que apresentem caracteres semelhantes devido as suas vivências. Só, então, ao enunciar, Thiago propaga saberes da academia, em um ambiente não formal, para quem não tem oportunidades de acesso à universidade.

Raça e racismo: o que é ser negro, branco ou pardo?

Vídeo sobre racismo no canal Chavoso da USP



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wh1x4dAMArS>.
Acesso em 15 jun. 2021

Agora, tomando como base o que já foi exposto na parcela teórica e as aplicações pontuais ao nosso objeto de estudo, vamos analisar alguns trechos do vídeo intitulado *RAÇA E RACISMO: O*

QUE É SER NEGRO, BRANCO OU PARDO?, que está no canal do Chavoso da USP.

O vídeo, postado no dia 26 de dezembro de 2019, já conta com mais 100 mil visualizações e 20 mil curtidas, é um vídeo que alcançou um público considerável. A duração é de pouco mais de 16 minutos, por conta disso, apenas alguns trechos foram selecionados a fim de mostrar como funciona o processo da projeção de *ethos* no vídeo.

O vídeo inicia com uma tela totalmente preta e uma voz em *off* grita “Aqui quem fala é primo preto, mais um sobrevivente” e só então aparece a imagem de Thiago sentado no seu cenário e falando para a câmera. A frase dita em *off* no começo do vídeo já é uma perfeita representação do *ethos* que Thiago projeta em seu discurso. Trata-se da projeção de sua identidade social, a fim de se apresentar como jovem negro e sobrevivente, e cumprir a função de abrir sua fala sobre racismo.

Na parcela imagética do texto, encontramos alguns elementos que refletem a identidade discursiva de Thiago, suas influências. Na parede, uma placa de Marielle Franco, vereadora filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, de esquerda, que fora assassinada no dia 14 de março de 2018, voz importante nas pautas sociais em prol das camadas oprimidas, inclusive nas lutas pelos direitos dos negros; há, também um pôster de Angela Davis, professora e filósofa dedicada à militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos; um pôster de Lenin, que foi um revolucionário comunista e político russo; em cima da mesa, alguns livros, uns empilhados e outros em posição de destaque: *Racismo Estrutural*, de Silvio Almeida, *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes e *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis. Todos os elementos até então citados reforçam marcas da identidade discursiva de Thiago, são objetos cuja representação possibilita estabelecer que o discurso deste vídeo será alinhado a ideologias que defendem pautas sociais e direitos de camadas oprimidas da sociedade.

Quando olhamos para a figura do Thiago, percebemos que ele reforça sua identidade social, construída por meio dos imaginários acerca da periferia urbana. Thiago aparece com correntes prateadas e grossas, tatuagem no pescoço, brincos nas duas orelhas e camisa de esporte, características comuns entre os chavosos. É por meio dessas representações que Thiago exerce sua influência sobre a parte do público destinatário, que se identifica com a imagem do Chavoso da USP.

Um trecho da fala de Thiago foi selecionado e transcrito para compor o *corpus* desta investigação:

O que é ser negro no Brasil? É ter a pele preta? É ter o cabelo crespo? É ter a mãe, o pai negro? E por que que eu pergunto o que é ser negro no Brasil? É diferente ser negro aqui e ser negro em outros *lugar*? Na verdade, sim. E eu vou começar falando um pouquinho de mim. Bom, como vocês sabem, eu nasci e cresci na Brasilândia, um dos *distrito* com a maior quantidade de pessoas *negra* em São Paulo. Então, eu cresci nessa realidade, onde a maioria das *pessoa* ao meu redor tinha a pele mais escura e eu tinha a pele mais clara. Se pá, meu nascimento foi, pra minha família, a representação perfeita daquele quadro, A Redenção de Cam, porque depois de várias *geração* de miscigenação, finalmente tinha nascido um descendente aparentemente branco. E não importava a textura do meu cabelo, o tamanho do meu nariz, a pele clara significava que eu era branco e ponto. E essa é a visão da sociedade brasileira, né, mano? Essa vontade de se afastar da sua ancestralidade negra, africana, indígena é tão grande, que a pessoa com os *traço* mais fino, a pele mais clara, automaticamente é classificada como branco, né? E foi assim que eu cresci, crente que eu era uma pessoa branca. A primeira vez que alguém contrariou essa ideia foi quando eu tinha 16 anos, né? Uma pessoa chegou pra mim e falou que eu não era branco, mas sim negro. E aquilo me deixou bastante chocado, né? Bastante curioso, bastante surpreso.

Nesse trecho transcrito, Thiago inicia sua fala com alguns questionamentos sobre o que é ser negro no Brasil e parte para a discussão a partir do relato de sua própria vivência. Em relação à forma do texto, percebemos que Thiago nem sempre faz a concordância dos plurais, dentro do padrão culto da língua, as palavras em itálico evidenciam isso, sendo essa uma marca linguística muito presente em camadas sociais de baixa

escolaridade, realidade de numerosas comunidades das periferias urbanas, ou seja, a falta de concordância dos plurais, que atravessa o modo de dizer do Thiago (traço da identidade discursiva), neste caso, é entendida como marca que reforça a identidade social do Thiago, que está aqui justamente para aproximar a linguagem dele à linguagem dos jovens das periferias que assistem ao vídeo.

Além dessa marca, percebemos no discurso do Thiago a presença do “né?”, contração de “não é?”, muito presente em diálogos orais, evidencia-se, então, que, por mais que Thiago esteja falando com uma câmera e não diretamente com alguém, ele busca estabelecer um diálogo informal com seu público, como se o assunto fosse tratado de forma descontraída, sem a formalidade acadêmica. E, por fim, Thiago utiliza o vocativo “mano”, tornando a aproximação entre ele e o público mais próxima ainda, o que evoca o uso do próprio termo “primo” antes utilizado, dentro do campo semântico da familiaridade e da intimidade. Agora, ele estabelece uma relação de irmandade com quem se identifica com a imagem do Chavoso. Essas marcas linguísticas exercem influência sobre os jovens que assistem, são estratégias que buscam identificação e aproximação da identidade social.

Sobre o conteúdo da fala, Thiago parte de sua individualidade para chegar a uma percepção mais global do racismo. Ele cita a obra *A redenção de Cam*, que consiste em um quadro que pode representar o processo de embaquecimento da população negra. O quadro em si não faz parte da realidade das periferias, já não é mais uma marca da identidade social do Thiago, mas de sua identidade discursiva. É um elemento que ele usa para embasar sua fala. Desse modo, percebemos que o *ethos* do Thiago é projetado por meio da união da sua identidade social e da sua identidade discursiva.

Considerações finais

Levando em consideração toda exposição feita nesta investigação, concluímos que o Chavoso da USP pode representar

uma efetiva estratégia para a redução das barreiras existentes entre as universidades e a periferia.

Por meio da forma como Thiago se apresenta, com brincos; tatuagens; boné; camisa de futebol; e utilizando uma linguagem simples e acessível, percebemos que o Chavoso da USP possibilita a identificação com jovens que pertencem ao mesmo grupo social que ele, exercendo, assim, o poder da influência por meio de sua identidade social. Pelo discurso, Thiago consegue propagar conceitos e saberes que circulam na academia, projetando, portanto, sua identidade discursiva.

É da soma dessas duas identidades em um único sujeito que Thiago Torres projeta o *ethos* do Chavoso da USP e, por meio da plataforma de vídeos *YouTube*, torna os saberes acadêmicos mais acessíveis aos jovens das periferias urbanas.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. *O ethos, uma estratégia do discurso político*. In: Discurso político. São Paulo: Contexto, 2006. p. 113-166.
- _____. *Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional*. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) O trabalho da tradução. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. *Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor*. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- RAÇA E RACISMO: O QUE É SER NEGRO, BRANCO OU PARDO? [s. l.]: Chavoso da USP, 2019. [ONLINE]. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wh1x4dAMArS>. Acesso em: 15 de jun. 2021.
- OLIVEIRA, Heli Sabino de; OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende de. *Juventudes, Periferias e o debate teórico acerca dessa temática no campo da educação*. *Ensaios Filosóficos*, Volume XIX — Julho/2019. p. 37-54.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Funk ostentação em São Paulo: imaginação, consumo e novas tecnologias da informação e da comunicação*. Revistas de Estudos Culturais, Janeiro/2014.

SANTOS, Rafael Ribeiro dos. *Funk Ostentação, imagens do consumo*. Orientador: Ricardo Alexino. 2014. 22f. TCC (Pós-graduação) — Curso de Mídia, Informação e Cultura, Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014 Disponível em: <https://bityli.com/B9Weq>. Acesso em: 27 abr. 2021.

O black é power e pop: imaginários sociodiscursivos sobre representatividade negra em propagandas de produtos para cabelos

Raquel Monteiro de Rezende¹

Palavras iniciais

Este trabalho se propõe a analisar peças publicitárias de produtos para cabelos a fim de identificar o processo de atualização que diz respeito à captação do consumidor negro. Baseando-se nos conceitos da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, a pesquisa pretende identificar de quais imaginários acerca da negritude tais campanhas têm se utilizado no decorrer das últimas décadas a fim de captar potenciais consumidores de produtos desenvolvidos para cabelos crespos e cacheados.

Para alcançar o objetivo proposto, são analisadas quatro peças publicitárias que circularam no Brasil em diferentes décadas — Janax (1957), Seda Anti Sponge (2006), Salon Line (2018) e Pantene (2021). Assim, a partir das escolhas lexicais e imagéticas observadas, será possível identificar o imaginário corrente acerca dos cabelos crespos à época da veiculação de tais campanhas. Deve-se ressaltar de antemão que enquanto as publicidades mais antigas que compõem o *corpus* circularam em suporte impresso, as mais recentes foram publicadas em meio digital, nas redes sociais das marcas citadas.

O artigo tem também o objetivo de apontar possíveis indícios de racismo institucional no *corpus* analisado. Segundo Silvio Almeida (2019), o racismo institucional difere do racismo

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense sob orientação da profa. dra. Patrícia F. N. Ribeiro, com financiamento da CAPES.

individual por ser de caráter coletivo. É o julgamento social, instalado nas instituições que estruturam a sociedade e que prevê privilégios ou desvantagens veladas baseadas na cor.

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os **padrões estéticos** e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. (ALMEIDA, 2019, p. 29, grifo meu).

Desse modo, a identificação da compreensão estética coletiva acerca dos cabelos crespos que se manifesta nas peças publicitárias examinadas pode revelar indícios de uma discriminação tácita no que se refere às compreensões compartilhadas socialmente sobre a aparência física negra.

Antes de apresentar a metodologia de pesquisa utilizada e iniciar a análise os movimentos de análise, o artigo discorre sobre dois conceitos-chave da Teoria Semiolinguística que servirão de base teórica para as observações propostas: contrato de comunicação e imaginários sociodiscursivos.

Contrato de comunicação

O contrato de comunicação é, conforme propõe a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, o espaço das estratégias e das restrições discursivas que são instauradas de acordo com as especificidades de atos de linguagem determinados.

Segundo Charaudeau, é na instância do contrato de comunicação que o enunciador, de acordo com uma intenção específica de comunicação, utiliza-se de manobras para atrair seu interlocutor, criando assim uma maior probabilidade de cativá-lo e, então, alcançar o triunfo da influência. Deve-se ressaltar que tal concepção dialoga com preceitos desenvolvidos anteriormente por outros teóricos, como Bakhtin (2011) e Benveniste (1989), que já

havia trazido à tona discussões sobre gêneros discursivos, dialogismo e intersubjetividade.

Além de comentar acerca da estabilidade dos gêneros, Bakhtin define a diferença entre oração e enunciado. Segundo o teórico, enquanto as orações se encontram no nível formal do aparato linguageiro, o enunciado, por exigir a alternância entre os interlocutores, é o objeto que, de fato, promove a comunicação humana.

Logo, nota-se a coincidência entre os preceitos de Bakhtin e a tese de Charaudeau no que diz respeito à organização dos sujeitos da linguagem, uma vez que, de acordo com os postulados da Teoria Semiolinguística, os enunciados planejados por um usuário são calculados e meticulosamente proferidos a fim de suscitar uma posição responsiva favorável por parte de seu interlocutor.

A execução recorrente de enunciados estratégicos em contextos previsíveis resulta no que se conhece por gênero. E assim, a partir de tal noção, chega-se à compreensão de contrato comunicativo desenvolvida por Charaudeau.

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de reconhecimento análoga à sua. (CHARAUDEAU, 2008, p. 56)

No caso da publicidade, por exemplo, contrato que serve de objeto de análise no trabalho que se apresenta, é perceptível a utilização planejada de elementos linguísticos a fim de que a finalidade enunciativa — convencer o outro a adquirir um determinado produto — seja alcançada.

Charaudeau afirma que o contrato propagandista baseia-se na lógica da promessa de preenchimento das faltas individuais que podem ser supridas pela aquisição de um bem, expectativa que se mostra nas argumentações e, de maneira implícita, nas narrativas que compõem o gênero publicitário. Segundo o autor, no discurso

publicitário o destinatário é levado, a partir das características contratuais observadas, a crer que possui uma falta que deve ser preenchida e que, para isso, “contará com a ajuda do auxiliar que lhe é proposto” (Charaudeau, 2010, p. 65).

Compreende-se, então, que o contrato publicitário aborda questões relativas aos anseios sociais, persuadindo o destinatário a adquirir produtos ou assumir posturas que são socialmente vistas como promotoras de benefícios. Tais benefícios são, contudo, conduzidos por imaginários, compreensões coletivamente aceitas que englobam ideais como os de beleza, que circulam nas propagandas de cosméticos.

Imaginários sociodiscursivos

A linguagem, muito além de instrumento de comunicação humana, funciona como o veículo que imprime significações diversas e dinâmicas. Deve-se ressaltar, porém que a significação do mundo não acontece ao sabor do acaso, sendo relevantes para tal processo as compreensões coletivas que são compartilhadas pelos indivíduos que convivem em uma mesma sociedade, podendo, então, que um mesmo objeto seja qualificado — ou até mesmo identificado — de maneira distinta em espaços e tempos diferentes. E é assim, a partir de tais compreensões coletivas, que surge o conceito de imaginários sociodiscursivos.

Charaudeau afirma que “o imaginário social é um universo de significações fundador da identidade de um grupo” (CHARAUDEAU, 2005, p. 204) e, uma vez que tais compreensões são cristalizadas pelo discurso, convém-se denominá-las de “imaginários sociodiscursivos”.

Ele resulta da atividade de representação que constrói os universos de pensamento, lugares de instituição de verdades, e essa construção se faz por meio da sedimentação de discursos narrativos e argumentativos. (CHARAUDEAU, 2017, p. 579)

Assim sendo, uma vez que possibilitam a identificação das compreensões compartilhadas por grupos sociais, os imaginários sociodiscursivos apresentam traços importantes das identidades coletivas. Deve-se ressaltar, todavia, que os imaginários sociodiscursivos “não são todos conscientes” (CHARAUDEAU, 2005, p. 205), podendo muitas vezes circular de maneira implícita, sem que sejam realizadas afirmações diretas.

O discurso publicitário, objeto de estudo do presente trabalho, é um espaço privilegiado da circulação de imaginários sociodiscursivos. Seguindo o princípio da influência, o enunciador do contrato propagandista busca a adesão do destinatário ao seu discurso de modo a convencê-lo à aquisição do produto e, desse modo, é comum que se promova a captação do outro pela exploração de imaginários.

Tal abordagem, porém, pode se mostrar problemática, sendo possível ocorrer a promoção de um produto por intermédio da abordagem de imaginários preconceituosos.

Assim sendo, considerando a sociedade brasileira que ainda hoje conserva traços relevantes de racismo estrutural, a presente pesquisa pretende analisar imaginários sociodiscursivos que circulem em propagandas de produtos para cabelos a fim de flagrar discursos racistas latentes em tais publicações.

Metodologia

Como já afirmado anteriormente, este artigo pretende identificar a circulação dos imaginários sociodiscursivos referentes aos cabelos crespos em propagandas de produtos capilares comercializados no Brasil. Para atingir o objetivo proposto, as manifestações lexicais e imagéticas de três peças publicitárias veiculadas no país em diferentes décadas serão analisadas sob perspectiva diacrônica com base nos preceitos desenvolvidos pela Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso.

Assim, pela observação de possíveis atualizações dos imaginários explorados nas campanhas em diferentes décadas, a

pesquisa se propõe a apontar mudanças de comportamento mercadológico assumidas por marcas de cosméticos para cabelos a partir da análise do *corpus* disponível. Deve-se ressaltar que a observação proposta pretende também indicar se em algum momento tais campanhas se utilizaram da exploração de imaginários racistas para promover seus produtos.

Kilomba (2019) afirma que o racismo não é um fenômeno inerente aos seres humanos, mas um fato social disseminado pela linguagem, que tem o poder de propagar valores sociais variados, uma vez que “o racismo não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes.” (KILOMBA, 2019, p. 130)

Desse modo, a partir dos imaginários sociodiscursivos identificados no *corpus*, será pensado como a representação dos cabelos crespos tem sido executada ao longo dos anos pelo mercado publicitário com vistas a captar o público consumidor e o que tais abordagens denotam no que se refere à compreensão coletiva acerca da negritude no Brasil.

Movimentos de análise

Considerando-se que regularidades verbais e imagéticas, além de construírem contratos, são também responsáveis pela propagação de imaginários sociodiscursivos, é perceptível, então, que campanhas publicitárias têm papel importante na compreensão coletiva de determinados fatos sociais.

No que se refere às propagandas de produtos capilares, nota-se que por muito tempo a finalidade da comunicação era muito específica de acordo com o público-alvo projetado: quando a peça era destinada a mulheres brancas, havia a promessa de manutenção de cuidado e beleza dos cabelos lisos; porém, quando o destinatário era a mulher negra, o pacto era por tratamentos que promovessem alisamento, transformando assim o cabelo crespo no padrão branco estabelecido.

Sendo assim, nas próximas subseções, as peças publicitárias que constituem o *corpus* serão analisadas a partir de suas composições lexicais e imagéticas de modo que seja possível flagrar os imaginários sociodiscursivos acerca dos cabelos crespos e cacheados, típicos da população negra, utilizados para captar a atenção do público-alvo a fim de incitá-lo à aquisição dos produtos promovidos.

Janax e Guarany (1957)

Na imagem a seguir, vê-se uma peça publicitária que circulou no ano de 1957 para promover os produtos Janax e Guarany, dois cosméticos capilares com poder alisante. Há, logo no início da publicação, a indagação “cabelos crespos?”, seguida da solução apresentada: “Janax”. Logo, nota-se, que a estratégia de promoção utilizada pela peça se dá justamente pela desvalorização do cabelo crespo, mediante a exploração da lógica *problema x solução*.

Figura 1. Janax, 1957

CABELOS CRESPOS?

"JANAX"

ALISA A FRIO
PERMITE MOLHAP

O cabelo fica solto e macio, facilitando o mise-en-plis ou qualquer penteado.

FIXADOR GUARANY

Assenta o penteado e alisa discretamente os cabelos crespos.

Aplicações: INSTITUTO DE BELEZA GUARANY
Av. Passos, 116 - 1.º and. - Rio - C. Postal 2777

DISTRIBUIDORES:
PERFUMARIA LOPES S/A
(Para toda a Brasil)
SAO PAULO
DIOGAS LTDA.
MURTINHO & OLIVEIRA, LTDA.
Rua Ibatanga, 402
BICOTE
CYRILLO R. DE SOUZA
R. do Pombal, 75 - 1.º

FORA DO BRASIL
PERFUMARIA LOPES S/A
RUA DO POMBAL, 75 - 1.º

Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2019/12/janax-e-fixador-guarany.html>. Acesso em: 21 de set. 2021.

Assim, em oposição à adversidade posta — ter cabelos crespos —, a publicação incita a potencial consumidora à aquisição do produto pela promessa dos seguintes resultados: cabelo “solto e macio”, possibilitando assim “o *mise-en-plis*² ou qualquer penteado” que só se tornam viáveis pelo processo do alisamento. Nota-se, então, a difusão da ideia do cabelo crespo como um limitador social, uma vez que a liberdade do uso de qualquer penteado é vista como uma exclusividade dos cabelos lisos. Ademais, o uso do termo “facilitando”, remete o destinatário à oposição de sentidos *fácil x difícil*, reforçando assim a ideia de que os cabelos crespos naturais, que não passam por tratamentos de alisamento como os anunciados por Janax e Guarany, são “difíceis”, uma qualificação negativa.

A peça é ilustrada pela imagem desenhada de um casal. Enquanto a figura do homem, com os cabelos curtos e ondulados, é retratada apenas parcialmente, a mulher aparece com o penteado modelado, enaltecendo a capacidade do produto de garantir os efeitos esperados. Assim, observa-se também que o público-alvo da propaganda é feminino, uma vez que é a imagem da mulher que tem maior destaque.

Como já observado, Janax era acompanhado do fixador Guarany, que promete diretamente o assentamento do penteado e o alisamento discreto dos fios. Vale ressaltar o uso do termo “assenta”, que, no caso em questão, refere-se ao manejo dos cabelos volumosos, característica natural dos cabelos crespos e cacheados. Assim, novamente os fios não lisos são qualificados negativamente, como necessitados de controle para que sejam socialmente aceitos.

Isso posto, pode-se afirmar que os produtos Janax e Guarany promovem a captação de seu público destinatário por meio de premissas que desvalorizam o cabelo crespo, abordando-o, mediante a utilização de qualificações negativas, como uma

² O dicionário Michaelis On-line traz a seguinte definição para o termo *mise-en-plis*: Processo que consiste em enrolar os cabelos ainda molhados, em geral utilizando um produto fixador, com o objetivo de mantê-los cacheados depois de secos.

adversidade que pode ser solucionada pelo processo do alisamento garantido pelos produtos anunciados.

Seda (2006)

Com o passar dos anos o movimento negro no Brasil obteve conquistas relevantes à luta contra o racismo. Em 1989, por exemplo, é estabelecida a lei 7716/89, que prevê os crimes de racismo e injúria racial, penalizando ofensas baseadas em raça ou cor. Todavia, o imaginário racista continuou a circular na sociedade, muitas vezes de maneira velada, em diferentes veículos, como na mídia de massa — por exemplo, em filmes e novelas — e na publicidade. Na propaganda a seguir, veiculada em 2006, é feita a promoção da linha Seda Anti Sponge. Mais uma vez, o discurso propagandista recorre à estratégia de incitação à aquisição do produto por meio da oferta de uma solução a um problema apresentado.

Figura 2. Seda Anti Sponge, 2006



Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/agenciaupbrasil/7296563304>.
Acesso em 20 set. 2021.

No caso em apreço, o problema que se apresenta é o cabelo qualificado negativamente como “armado e com frizz”, representado pela imagem de um leão ostentando sua juba volumosa. Apesar de não haver na peça a referência direta aos

cabelos crespos, sabe-se que tais qualificações são frequentemente atribuídas a este tipo de cabelo. Assim, novamente, a captação é feita pela promessa de cabelos lisos, como a juba alisada do segundo leão, que aparece retratando o potencial efeito do produto.

Nota-se aqui a referência aos cabelos crespos e cacheados pela alusão à rebeldia, pois além de o leão ser indiscutivelmente compreendido como um animal selvagem, o que remete ao ideal insubordinado dos cabelos volumosos, a propaganda de Seda, assim como a de Janax, utiliza-se de um termo derivado do substantivo “controle” para descrever o resultado prometido.

Kilomba (2019), ao discorrer sobre perguntas ofensivas que mulheres negras frequentemente recebem sobre seus cabelos, tais quais: “‘Como você lava seu cabelo?’, porque ele está sujo, e ‘Você o penteia?’, porque ele parece indomável” (KILOMBA, 2019, p.124), afirma que o discurso coletivo comporta compreensões que conectam o cabelo crespo a um ideal de sujeira e selvageria. Recorrendo aos conceitos da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, pode-se afirmar que os apontamentos de Kilomba reforçam a ideia de um imaginário racista que ainda envolve a negritude e os cabelos crespos e que se manifesta discursivamente.

Assim, por intermédio de representações indiretas, que não citam explicitamente o povo negro ou suas características físicas, nota-se, ainda no século XXI, a circulação de um imaginário negativo acerca dos cabelos crespos e volumosos, que os retrata como um transtorno que pode e deve ser corrigido pelo uso de cosméticos de alisamento.

Salon Line (2020)

Os últimos anos têm testemunhado o recrudescimento dos mais diversos movimentos de inclusão social, inclusive o antirracista³, que passa a ocupar espaço privilegiado na mídia e no

³ Eventos como os organizados pelo movimento americano *Black Lives Matter*, que se tornaram populares após manifestações organizadas em resposta às mortes

cotidiano acadêmico. Nesse contexto, surgem peças publicitárias interessadas em captar esse novo público que se mostra interessado por mudanças sociais, irrompendo, então, muitas campanhas comprometidas a valorizar destinatários até então excluídos socialmente.

A imagem abaixo, de uma campanha digital de promoção de um gel capilar da marca Salon Line, ilustra os caminhos comerciais mais recentes trilhados pelas marcas de cosméticos para cabelos. É importante que se note, antes de tudo, que o produto é integrante de uma linha chamada “#TôDeCacho”, o que já reflete a intenção de comunicação com o público mais jovem, potencialmente mais interessado nas discussões contemporâneas sobre inclusão social, e de valorização dos cabelos cacheados naturais.

Figura 3. Publicidade Gelatina Salon Line, 2018



Disponível em: https://www.instagram.com/p/BizB-ZCAJLC/?utm_medium=copy_link Acesso em 21 set. 2021.

O nome do produto, “Vai ter volume, sim”, também se mostra bastante representativo, principalmente se comparado às campanhas

violentas de Eric Garner e George Floyd, respectivamente em 2014 e 2021, revelam o recrudescimento do movimento antirracista nos países ocidentais.

analisadas anteriormente. Enquanto as outras peças garantiam o controle do volume e o alisamento dos cabelos, “Vai ter volume, sim” já se apresenta, por intermédio de seu nome, como uma afronta ao estabelecimento do padrão dos cabelos lisos imposto pelas campanhas anteriores, em clara dimensão polifônica.

A peça assegura “um volumão de arreentar”, também rompendo com a fórmula até então utilizada que prometia cabelos lisos como uma correção ao problema da aparência natural dos cabelos crespos e cacheados. A abordagem agora é inversa, uma vez que na nomeação “volumão” há a promessa de ainda mais volume aos cabelos já naturalmente volumosos.

Tal resposta vai ao encontro das reflexões de Kilomba a respeito da necessidade de enaltecer as características físicas do povo negro a fim de superar o imaginário racista ainda corrente nas sociedades ocidentais. Segundo a autora, “existe uma relação entre consciência racial e a descolonização do corpo negro” (KILOMBA, 2019, p, 128).

Pantene (2021)

A marca Pantene, em maio de 2021, promoveu em sua página oficial do Instagram a campanha da linha Unidas Pelos Cachos, que mostra, lado a lado, duas imagens: a de uma modelo negra com os cabelos crespos naturais e coloridos e a dos produtos anunciados.

Figura 4. Unidas Pelos Cachos, 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CO0tzPkFsMN/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Nota-se que, assim como ocorre no exemplo anterior, promovido pela Salon Line no ano de 2020, na campanha em apreço a falta a ser suprida é a do volume natural dos cabelos crespos, problema que pode ser sanado pelo uso do produto, que é anunciado na legenda como o segredo para o “volumão” que se busca, alcançando-se assim um “cabelo maravilhoso”.

Assim, tanto os componentes visuais – que mostram na primeira imagem uma mulher negra exibindo seus cabelos naturais ao olhar diretamente para a câmera –, quanto os discursivos da propaganda assumem a postura de enaltecimento dos cabelos crespos e cacheados pelo uso de figuras e termos semanticamente positivos para retratá-los, como “volumão”, “cachos” e “crespos”, que agora são compreendidos como traços positivos de um cabelo qualificado como “maravilhoso”. Assim sendo, ao invés de incentivar o alisamento, nota-se o estímulo para o cuidado dos

cabelos crespos com a proposta de deixá-los com saúde e mantendo sua aparência natural.

Há de se apontar também, novamente, a presença de uma *hashtag* na peça veiculada, a #UnidasPelosCachos, que, mais uma vez, assim como observado na análise anterior, além de indicar a intenção de comunicação com o público mais jovem, convida o consumidor ao compartilhamento de uma ideia, a de valorização dos cabelos crespos naturais.

Considerações finais

A análise do *corpus* permite a conclusão de que, ao longo do tempo, a indústria de cosméticos para cabelos apresentou comportamentos distintos no que diz respeito à exploração de imaginários sociodiscursivos acerca dos fios crespos e cacheados. Até um passado recente, os produtos voltados para os cabelos não lisos prometiam o efeito de alisamento, tornando assim possível que o consumidor negro pudesse aproximar sua aparência ao ideal estético branco.

Assim, nota-se que termos como “crespo”, “armado” e “volumoso” eram corriqueiramente utilizados em peças publicitárias de maneira pejorativa, como se, muito além de descrever uma textura capilar, tais adjetivos indicassem um inconveniente, evidenciando assim a compreensão do cabelo típico de pessoas negras como problemáticos e de aparência reprovável.

Contudo, em compasso com os movimentos contemporâneos antirracistas que se popularizaram na virada do século, o mercado passou a assumir nos últimos anos uma nova postura. Com o surgimento de novas marcas e linhas destinadas aos cuidados dos fios crespos e cacheados que visam à manutenção de sua aparência natural, as campanhas publicitárias também reinventam sua comunicação para atender a um novo público-alvo, o consumidor mais politizado que agora se mostra interessado em reafirmar a cultura e os traços físicos negros como forma de resistência.

Assim, notou-se, nas campanhas mais recentes de Salon Line e Pantene, publicadas respectivamente nos anos de 2018 e 2021 nas redes sociais das marcas, a identificação e qualificação dos cabelos crespos e cacheados de maneira diferente, enaltecendo-os pelo uso de elementos lexicais e imagéticos semanticamente positivos. O volume, até então representado como algo ruim, é então denominado pelas duas marcas como “volumão”. Enquanto a Salon Line qualifica a aparência natural dos cabelos crespos pela locução “de arrebentar”, Pantene refere-se ao crespo como um “cabelo maravilhoso”, renegando assim a necessidade do alisamento.

É possível, então, afirmar que há um recente movimento de atualização de imaginários nas campanhas de cosméticos capilares a fim de atender um novo público que surge da conscientização trazida por novos movimentos sociais. Se antigamente era comum a exploração de um imaginário implicitamente racista, hoje é nítida a intenção de desconstrução de compreensões antigas e a consequente circulação de um imaginário de inclusão em tais campanhas, mesmo que as intenções sejam, ainda, meramente mercadológicas.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Editora Jandaíra. Edição do Kindle.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad.: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Trad.: André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

_____. O discurso propagandista: uma tipologia, in Machado, Ida Lucia & Mello, Renato, *Análises do Discurso Hoje*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010, p.57-78.

_____. Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad.: Maria Aparecida Pauliukonis & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p.11-29.

_____. CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad.: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Entre a ficção e a realidade: o localizar-situar de modo descritivo em “A cartomante”

Thainá França Coelho¹

Introdução

Uma obra em quadrinhos, por vezes, é associada erroneamente ao mundo infantil, como algo fácil de ler, interpretar e de criar. Apesar da verdadeira paixão de crianças e adolescentes pelo mundo das HQ's, neste trabalho, pretende-se observar que o gênero textual revela muito mais complexidade do que se pensa, especialmente quando une o verbal e o não-verbal na mesma página e, como na obra a ser analisada, de forma tão original. Por isso, com base nos estudos semiolinguísticos de Patrick Charaudeau (2009), o artigo partirá de alguns conceitos dentro do modo descritivo, um dos modos de organização discursiva, para analisar o papel de cada parcela textual envolvida na narrativa adaptada.

Ao contrário de muitas expectativas em torno do que seria o modo descritivo, a perspectiva Semiolinguística não interpreta esse modo de organização como um reproduzidor da realidade, que apenas denota características dos mais variados seres e espaços para transportar determinada realidade ao interlocutor. Efetivamente, o descritivo é um procedimento discursivo, um processo na construção de um texto, diferentemente do termo “descrição”, que é o resultado de um discurso. Esse procedimento não poderá ser interpretado pelo leitor como uma visão da realidade do relator, pois a situação comunicativa, as visões de mundo do sujeito enunciador e sua intencionalidade irão interferir no modo de organização do discurso. Isso significa que descrever é

¹ Mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, sob orientação da profa dra. Beatriz dos Santos Feres.

um ato subjetivo, já que o sujeito descritor irá utilizar qualificações a partir da influência da cultura e comportamentos individuais e coletivos em sua vida.

O modo descritivo é composto por três componentes considerados autônomos e indissociáveis: nomear, qualificar e localizar-situar. Além disso, o modo de organização contém procedimentos discursivos e linguísticos incorporados aos componentes, os quais não apresentam um percurso obrigatório para que o modo seja realizado.

Primeiramente, nomear é fazer com que o ser exista, identificando-o, delimitando-o e especificando-o através de nomes comuns, próprios ou caracterizadores. Esse processo de identificação, para Charaudeau (2009, p. 112), é essencial, pois oferece ao ser a importância de existir no mundo, como os pais de um bebê se sentem ao encontrarem o nome perfeito de seu mais novo filho.

Além disso, o segundo componente, localizar-situar, faz com que os seres criem um efeito de verdade sobre o mundo relatado naquele momento. Em relação ao procedimento discursivo, em textos literários, por exemplo, há uma construção objetiva do mundo, que auxilia o narrador a convencer seu leitor da situação contada, determinando um espaço e momento específicos nas cenas, tornando-se, assim, uma “verossimilhança realista”, de acordo com Charaudeau (2009, p. 121). Ele também explica que, apesar da intenção de uma construção objetiva e realista do mundo, o recorte depende da visão do enunciador, logo, existindo uma questão subjetiva neste componente.

Em histórias em quadrinhos, o sujeito poderá descrever, verbalmente, e mostrar imageticamente, um universo a partir do seu próprio imaginário, sem a obrigação de comprovar ou manter-se no mundo realista, sendo uma construção subjetiva do mundo. Por último, em fotografias, por exemplo, esse posicionamento em um dado espaço e momento surge com a sensação da naturalidade de um passado, como explica Barthes:

A fotografia instaura, na verdade, não uma consciência do estar aqui do objeto (o que qualquer cópia poderia fazer), mas a consciência do ter estado aqui. Trata-se, pois, de uma nova categoria de espaço-tempo: local-imediata e temporal-anterior; [...] (BARTHES, 1990, p. 36).

Em todos os casos, o recorte é sempre feito pelo enunciador, restando somente o que ele pretende exibir para seu leitor e retirando o indesejado para o seu projeto. É interessante salientar que essa afirmação sobre a presença da consciência daquele que fotografa na sua fotografia dialoga com o que Charaudeau acredita sobre o que seria a imagem:

Isso se dá porque a imagem é o resultado da percepção direta que um sujeito tem do mundo físico, de uma impregnação, no seu cérebro e na sua memória de sujeito, o que produz uma 'imagem mental' como primeiro enquadramento do mundo (CHARAUDEAU, 2013, p. 383).

Logo, enquanto a imagem fornece ao leitor o conhecimento e reconhecimento de lugares e épocas através do olhar e aparelhagem do fotógrafo, os procedimentos linguísticos utilizados para localizar-situar são relacionados ao fornecimento da identificação de espaço e tempo, seja de maneira precisa, como o nome de uma cidade, estado ou país, datas e horários específicos, seja de modo indefinido, com os tempos verbais do imperfeito ou presente, seja com advérbios temporais.

Finalmente, qualificar faz com que os seres sejam de alguma maneira, criando particularidades nos seres através de características específicas ou comparações realizadas por meio de analogias. Essas características revelarão a visão do enunciador, pois o ato de qualificar exhibe as inúmeras visões de mundo daquele que enuncia e que irão ajudar a caracterizar os mais diversos seres existentes, de maneira objetiva ou subjetiva. Dessa forma, um ser torna-se único ao unir uma identificação, localização e um conjunto de qualificações particulares diferentes de outro ser. Relacionada aos outros modos de organização de discurso, a descrição ganhará sentido.

A encenação descritiva produz determinados efeitos, que podem não ser percebidos por seu interlocutor, como não ter sido criado com intenção do falante. Inicialmente, o efeito de saber é produzido a partir de identificações e qualificações que o sujeito falante fornece ao seu interlocutor. Ao apresentar e caracterizar personagens, lugares e épocas, o descritor aparenta ser o dono da verdade, aquele que é o único a oferecer os detalhes da história. Já o efeito de realidade e ficção realiza a ideia de um mundo realista, mas com traços ficcionais, criando uma alternância entre os dois universos.

Além disso, o efeito de confiança, como o próprio nome já diz, produz a manifestação do falante de maneira mais íntima, em uma intervenção que evidencia um pensamento mais reservado. Isso pode ser feito de maneira explícita ou implícita, ao convocar a atenção do leitor para algum detalhe na narrativa, ou apenas revelando uma reflexão sobre determinado personagem ou lugar. Por fim, o efeito de gênero é criado a partir de características específicas de gêneros textuais. Neste trabalho, o gênero conto irá se misturar com as histórias em quadrinhos, devido à adaptação da narrativa machadiana por Flavio Pessoa e Mauricio O. Dias. As ilustrações e fotografias, organizadas em quadros e determinadas a partir de um percurso de leitura, reforçam para o leitor as características tradicionais dos quadrinhos, enquanto o conto machadiano está presente na narrativa curta, narrador singular, com conflito, clímax e desfecho.

Portanto, neste artigo haverá a análise do componente descritivo, denominado localizar-situar, não só no texto verbal em si, no conto de Machado de Assis, mas também nas ilustrações de Flavio Pessoa e no diferencial desta adaptação, que é o uso de fotografias do século passado, pois, nos quadrinhos de “A Cartomante”, a importância de conferir verdade sobre o espaço e tempo no conto é notória, mas que ainda revelará intencionalidades e subjetividades dos enunciadores imagéticos.

A linguagem não verbal nos quadrinhos

Como já explicitado, analisar o modo descritivo não se limita ao texto verbal. O texto não-verbal contém, na maior parte de seu sentido, o auxílio do modo de organização descritivo, pois é na imagem que o leitor poderá enxergar cada componente dos processos discursivos de maneira mais nítida. É importante entender que, apesar disso, a imagem não é melhor do que um texto verbal, ou vice-versa, como Santaella afirma:

Isso também não quer dizer que as imagens precisem ser traduzidas verbalmente porque sofrem de uma debilidade em relação ao verbal. O velho dito de que uma imagem vale por 1000 palavras é tão enganoso quanto o seu oposto quer dizer que as palavras têm mais poder do que as imagens (SANTAELLA, 2012, p. 9).

Desse modo, é importante entender que a arte comunica, especialmente através de suas inúmeras técnicas criadas ao longo dos séculos, durante a existência da humanidade. Ao analisar os períodos históricos, percebe-se sua função essencial, mesmo que, para alguns, a arte seja, e deva ser, apenas arte. No entanto, sua expressão irá variar a partir do modo como a arte é criada e para quem ela é feita:

A arte varia de acordo com os instrumentos, meios e técnicas de que historicamente dispõe; varia também de acordo com as funções sociais e que não são as mesmas em todas as sociedades; varia, ainda, de acordo com os valores humanos que expressa (SANTAELLA, 2012, p. 21).

As histórias em quadrinhos, consideradas a nona arte, já são conhecidas e exaltadas mundialmente há mais de 80 anos. A beleza de unir ilustrações de grandes desenhistas com roteiros verbais marca a vida de milhões de pessoas, de crianças até adultos. A garantia de gerar diversas emoções no leitor a partir do desenho também cria inúmeros estudos sobre como a imagem é produzida e interpretada. As técnicas e o talento do artista nesse artesanato produzem um objeto único, pois ali não está somente uma imagem,

mas um produto de tempo, estudo e materiais específicos. É a partir de sua técnica e olhar que o leitor poderá entender detalhes do mundo nunca percebidos, como Santaella explicita:

As imagens como representações visuais diferem de acordo com a finalidade a que se prestam. Elas podem ter por finalidade aguçar e ampliar nossa capacidade perceptiva, regenerar nossa sensibilidade visual — uma das razões da arte, entre outras (SANTAELLA, 2012, p. 15).

Os mais diversos tipos de arte revelarão não só demarcações de tempo e espaço, respeitando o segundo componente descritivo, mas também irá qualificar, assim, demonstrando uma visão do enunciador, que pode ter a concordância de seu interlocutor, ou uma rejeição dessa qualificação. Por isso, é importante entender o papel do leitor imagético nessa instância de recepção. Para isso, Santaella explica o que é o signo de imagem:

A característica de semelhança entre o signo da imagem e o seu objeto de referência é também uma das causas para a polissemia do conceito de imagem. Partindo de um modelo triádico de signo, o signo de imagem se constitui de um significante visual (representamen para Peirce), que remete a um objeto de referência ausente e evoca no observador um significado (interpretante) ou uma ideia do objeto (NOTH; SANTAELLA, 2020, p. 33).

Como mencionado anteriormente, o narrador da história utiliza os componentes descritivos para relatar a seu destinatário o que aconteceu entre Rita, Camilo, Vilela e a cartomante na cidade carioca no século XIX. Entretanto, como parte brilhante do autor Machado de Assis, a narrativa é permeada por localizações exatas da cidade do Rio de Janeiro, posicionando o leitor em cada rua ou bairro que os personagens passam. Essa característica é relevante para o conto original e para a adaptação, que irá trazer mais detalhes pertinentes ao componente localizar-situar em suas páginas, tanto nas ilustrações de espaços internos de domicílios, como nas fotografias de logradouros.

Como primeiro exemplo, nas passagens 6 e 8 da adaptação em quadrinhos, quando Rita discute com Camilo sobre sua ida à

cartomante, vê-se a localização interna do ponto de encontro dos amantes. Este lugar é somente retratado e detalhado através da ilustração, com sofá vermelho em que o personagem masculino está sentado e a vista para a sala de jantar, onde sua amada encontra-se de pé. Além disso, gestos e olhares são destacados, como a lembrança da carta revelada para Rita na consulta e o olhar sério e concentrado, ao rememorar aquele instante. Enquanto isso, o texto original não aponta tais detalhes do espaço interno, pois o narrador verbal não se preocupa com esta descrição do espaço, mas indica quem é a dona da casa e a localização geográfica, que não aparece na adaptação:

A casa do encontro era na antiga rua dos Barbonos, onde morava uma comprovinciana de Rita. Esta desceu pela rua das mangueiras na direção de Botafogo, onde residia; Camilo desceu pela da Guarda Velha, olhando de passagem para a casa da cartomante (ASSIS, 2016, p. 378).

A última oração é mantida na página 10 dos quadrinhos, ao exibir o personagem Camilo espiando a casa da cigana, como será explicitado em breve, sobre o uso das fotografias. Dessa maneira, as ilustrações causaram retiradas de alguns fragmentos descritivos da obra original, no entanto, revelaram outras ao leitor imagético que não foram exibidas no momento da primeira publicação.

Figura 01. Ilustrações do lugar e casal



Fonte: PESSOA; DIAS; ASSIS, 2008, p. 6.

Em outras palavras, a imagem ali revelada nem sempre significará a sua referência, sua realidade, muito menos denotará sempre o mesmo significado para cada leitor que a consumir. Assim, nas histórias em quadrinhos, a imagem irá situar o leitor em cada cena em que os personagens atuam, oferecendo novos pontos de vista sobre o espaço, a época e a sociedade, de acordo com o projeto do enunciador. As HQs de super-heróis, geralmente, são criadas a partir de grandes momentos vivenciados pela sociedade real, garantindo um efeito de realidade ao leitor, porém revelam outro olhar sobre esses acontecimentos, inserindo novas realidades, com alienígenas invadindo o planeta Terra, prédios altos para exibir o voo do herói ou vilão em evidência, que poderão significar novas dimensões para o sujeito-destinatário, com um tom ficcional, mas que deve entender o limite entre as realidades e conhecimentos básicos, como a noção de tridimensionalidade. Essa aposta do enunciador parte do conhecimento sobre perspectiva que os dois parceiros na troca devem ter, auxiliando no entendimento sobre o que é real e o que é ficção a partir da imagem exibida. Esse efeito que a imagem proporciona é explicado por Charaudeau:

A semelhança dá a ilusão de que existe uma relação direta entre o Eu e o Mundo orientando o olhar em direção ao referente. A imagem se dá, assim, como transparente, como uma passagem que daria acesso direto ao mundo e ofereceria a ilusão de poder tocá-lo. A dessemelhança, por sua vez, estabelece um corte entre o Eu e o Mundo nos lembrando de que o que vemos não é o mundo físico (CHARAUDEAU, 2013, p. 385).

O conto de Machado de Assis, “A cartomante”, foi publicado na primeira página da Gazeta de Notícias em 1884, no Rio de Janeiro. Em 2008, a adaptação em quadrinhos do mesmo conto foi lançada, por Flavio Pessoa e Mauricio O. Dias, e será na adaptação que a imagem irá salientar essa diferença entre real e ficção que o conto proporciona.

A fotografia

Apesar da imagem, seja uma pintura, seja uma fotografia, exercer o papel da semelhança entre o mundo retratado e o mundo físico, há gradações dessa realidade entre as representações artísticas. Em relação à ilustração, a fotografia pratica a ideia de autenticidade com mais intensidade, pois seu leitor reconhece o mundo e trata aquele quadro como um estado fiel de um momento, enquanto o desenho desempenha um efeito ficcional, trazendo uma reconstituição do relato na imagem, de acordo com Charaudeau (2009).

Assim, como dito anteriormente, o efeito de realidade será produzido pela fotografia, mas é necessário entender como isso acontece nesse tipo de imagem. Desde sua criação, a fotografia tem a função de preservar memórias e instantes essenciais para uma sociedade. A arte da fotografia ajuda na recuperação de espaços e tempos de qualquer grupo social, congelando partes de um mundo real, tornando-se um grande artefato documental, um registro “natural” para que comunidades não esqueçam de sua trajetória:

Na fotografia, pelo menos ao nível da mensagem literal, a relação entre os significados e os significantes não é de “transformação”, mas de “registro”, e a ausência de código reforça, evidentemente, o mito do “natural” fotográfico: a cena *está aqui*, captada mecanicamente, mas não humanamente (o elemento mecânico é, aqui, garantia de objetividade); as intervenções humanas na fotografia (enquadramento, distância, luminosidade, nitidez, *filé*, etc.) pertencem, na verdade, ao plano da conotação: tudo se passa como se houvesse, no início (mesmo utópico), uma fotografia bruta (frontal e nítida), sobre a qual o homem disporia, graças a certas técnicas, os signos provindos do código cultural (BARTHES, 1990, p. 36).

Assim, como explica Santaella, “aquilo que vemos em uma foto não é uma imaginação, um sonho, uma recordação, mas a realidade em seu estado de passado” (SANTAELLA, 2012, p. 77). É a fotografia que nos remete a um passado, mesmo que recente. Ela lembra a todos detalhes que já tinham sido esquecidos, como roupas, objetos, entes queridos e construções antigas, como

representações daquilo que presenciamos, de acordo com o conceito de Peirce:

Uma palavra representa algo para concepção na mente do ouvinte, um retrato representa a pessoa para quem ele dirige a concepção de reconhecimento, um cata-vento representa a direção do vento para concepção daquele que o entende, um advogado representa seu cliente para o júri e júri que ele influencia [...] (PEIRCE, 1931-58 *apud* SANTAELLA; NOTH, 2020).

Não obstante, “embora o fator documental seja preponderante na fotografia, ela também pode preencher outras funções inclusive artísticas” (SANTAELLA, 2012, p. 15). Comumente, nas histórias em quadrinhos, o espaço é criado a partir de ilustrações, dependendo da intencionalidade do enunciador o número de detalhes exibidos no ambiente. Em oposição a isso, a obra ilustrada “A Cartomante” utiliza a fotografia para a criação do cenário. Assim, enquanto a ilustração apresenta seu viés artístico na própria essência, a fotografia combina sua característica de documento com o toque artístico no conto quadrinizado, unindo o ficcional com o real, parte importante da fotografia e da narrativa machadiana.

Por isso, a imagem fotográfica, dentro da narrativa quadrinizada, denota o localizar-situar, um dos componentes do modo descritivo, para seu leitor, já que irá apontar, por meio de imagens documentais, os locais do antigo Rio de Janeiro que o narrador relatou na obra original e nas legendas criadas na adaptação. Machado, entre uma de suas mais variadas distintas características, sempre familiariza o seu leitor com as ruas da cidade carioca, fazendo com que seus personagens passem pelos principais cantos da capital do país no século XIX. Dentro da obra, as páginas finais apresentam os créditos das fotografias utilizadas no conto, com a explicação de que muitos fotógrafos registraram a cidade brasileira no fim do século XIX e início do século XX.

O uso dessa ferramenta é tão frequente no texto que a adaptação utilizou as duas últimas páginas para colocar os créditos das imagens, com a descrição da localização correta e a referência

da página dentro do conto. As fotografias não irão ser fiéis ao lugar descrito pelo narrador em todas as ocasiões, pois algumas imagens serão de outras ruas próximas às mencionadas, mas servirão de cenário para ação dos personagens e irão constituir, perfeitamente, o componente de localização do modo descritivo.

Figura 02. Crédito das imagens utilizadas no conto



Fonte: PESSOA; DIAS; ASSIS, 2008, p. 32.

Ao longo do tempo, tornou-se normal e de considerada importância o ato de documentar o espaço e os costumes de uma sociedade através de imagens, como registros fiéis daquele local. Entretanto, o olhar daquele que retrata irá produzir um recorte na realidade: o produto é uma parte do acontecimento ou do mundo físico, pois ali está enquadrado o que era interessante para o fotógrafo naquele instante. Assim, como Charaudeau explica,

O visível nunca é a totalidade do que o olho vê. Ele é dado a ver em um quadro: o quadro é o signo de reconhecimento do representado por oposição ao campo de varredura da visão. Ele testemunha a operação de recorte-substituição-mostração do mundo “que se coloca sob os olhos”, o que está

distanciado no espaço e no tempo e, logo, orienta o olhar (CHARAUDEAU, 2013, p. 386).

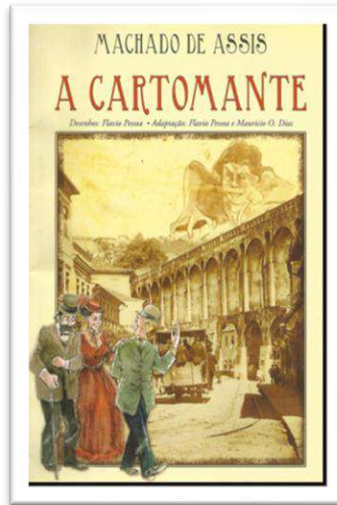
Dessa maneira, o enquadramento denota uma intencionalidade do enunciador, deixando visível apenas o que interessa para sua narrativa, com o objetivo de produzir o efeito de verdade no seu interlocutor. Enquanto isso, o que está fora do quadro, apesar de não-visível, permite criar questões sobre sua origem e condições de produção, a fim de entender se aquela imagem é realmente verdadeira, como o enunciador relata, ou editada para manipular imaginários sociais e opiniões públicas.

Contrariamente ao *punctum*, o *studium* é o momento de decifração e de interpretação que se faz pela percepção e pela recuperação dos índices a partir dos quais, por um trabalho mental de inferências, o sujeito convoca outras imagens e, logo, constrói diversas significações. Evidentemente, este trabalho de inteligibilidade depende da memória do sujeito olhante, que projetará nas imagens suas próprias referências (CHARAUDEAU, 2013, p. 392).

As imagens utilizadas na obra foram feitas no fim do século XIX e início do século XX, e, dentro da história em quadrinhos, servem como ambientação, garantindo o princípio de localização da trama, já respeitado no texto integral, como no trecho em que apresenta ao leitor o lugar da traição de Rita e Camilo: “A casa do encontro era na antiga rua dos Barbonos, onde morava uma comprovinciana de Rita. Esta desceu pela rua das Mangueiras, na direção de Botafogo, onde residia” (ASSIS, 2016, p. 378).

Outro exemplo está na própria apresentação da trama: A fotografia usada para a capa do conto adaptado exibe a antiga rua descrita anteriormente, hoje chamada de Evaristo da Veiga, e localiza o leitor diante da cidade do Rio de Janeiro em 1869, já que um dos principais pontos turísticos da cidade, os Arcos da Lapa, está no centro da fotografia, criando um efeito de confiança, ao revelar que o tempo, apesar de ter passado, não tirou a beleza do monumento carioca.

Figura 03. Capa de “A Cartomante”, versão em quadrinhos



Fonte: PESSOA; DIAS; ASSIS, 2008.

Dessa maneira, para leitores que conhecem o Rio de Janeiro atualmente, há a tentativa de reconhecimento e comparação entre cidade antiga e nova. Para os leitores que não conhecem o lugar, imagens mentais, criadas a partir da imaginação, tornam-se ferramentas para a compreensão do texto, completando, mentalmente, todo o lugar descrito e não exibido pela fotografia.

Dessa maneira, o conto torna-se mais vivo na imaginação do leitor, seja ele carioca, seja ele morador de outra cidade brasileira, pois perceberá o princípio de localização e o efeito de realidade no texto, especialmente quando encontrar os logradouros no mapa. Ele irá perceber o encontro de duas ruas que surgem em “A Cartomante”: Rua da Guarda Velha e Ruas dos Barbonos, anteriormente mencionada. Dentro da narrativa, há a exibição da antiga rua da Guarda Velha, hoje Treze de Maio, no início da trama. Na versão original, Camilo pergunta a localização da casa da cartomante à Rita, e ela responde: “Aqui perto, na rua da Guarda Velha” (ASSIS, 2016, p. 337). Já na adaptação, essa parte é extraída e a intervenção do narrador na fotografia é realizada através das legendas, com o trecho extraído do conto: “Camilo desceu pela rua

da Guarda Velha, olhando de passagem para a casa da cartomante” (ASSIS, 2016, p. 378) e da ilustração do personagem Camilo, que olha para a casa que compõe a imagem.

Figura 04. Fotografia da esquina da rua da Guarda Velha com intervenção do ilustrador



Fonte: PESSOA; DIAS; ASSIS, 2008, p. 10.

Nos quadrinhos, as imagens icônicas servem para que o leitor reconheça elementos compartilhados entre o seu mundo e o de Machado, por meio de seus saberes de crença e de conhecimento (imaginários sociodiscursivos), possibilitando que imagens mentais sejam elaboradas para ajudar na imaginação das sequências. À vista disso, a fotografia e a ilustração são produzidas e amarradas ao texto verbal do conto para recriar um ambiente de outrora, em que o leitor perceba, através das vestimentas dos personagens, meios de transportes e construções, o tempo e o espaço da trama. Assim, a imagem carrega representações para o autor e seu destinatário, como afirma Monnerat (2013):

Entender a imagem como discurso, portanto, significa, sobretudo, atribuir-lhe um sentido do ponto de vista social e ideológico (considerando as

formações sociais em que se inserem o sujeito autor e o sujeito receptor do texto-não verbal), e não concebê-la como simples descrição, ou segmentação de seus elementos visuais (MONNERAT, 2013, p. 411)

A página acima pode exibir o que seria entender a imagem como discurso, em vez de recortá-la para interpretar pequenas partes, e auxiliar na mediação de leitura. A fotografia da rua é usada como uma simulação da rua da Guarda Velha. Por cima, há a intervenção da ilustração, com a figura de Camilo. A imagem torna-se uma só: é a cena de uma rua em uma situação normal, com um homem avistando uma das casas existentes ali. Do ponto de vista do sujeito autor, algo rotineiro; dependendo da localização, o sujeito receptor pode interpretar como algo único, ultrapassado, antigo, pelas vestes do personagem e pela arquitetura das casas antigas.

Considerações finais

Assim, o componente de localização do modo descritivo, como visto no conto original e em sua adaptação, é feito pelo narrador verbal, através da ferramenta das legendas inseridas nos quadrinhos, e pelo narrador implícito, com as fotografias da mesma época. A imagem fotográfica, dentro da narrativa quadrinizada, denota o localizar-situar com efeito de realidade para seu leitor, já que irá apontar, por meio de imagens documentais, os locais do antigo Rio de Janeiro que o narrador verbal relatou na obra original e nas legendas criadas na adaptação. Isso transforma a HQ em uma edição original e atualiza o conto de Machado sem retirar características tão importantes de sua escrita.

Referências

ASSIS, M. A cartomante. *In: Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis*. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

- BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso: ensaios sobre fotografia, cinema, teatro e música*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. *Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética*. In: MENDES, E. et al. (orgs.). *Imagem e Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013.
- MONNERAT, R. *A imagem no discurso publicitário: Texto verbal e não verbal podem estar em conflito?* In: MENDES, E. et al. (orgs.). *Imagem e Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013.
- NÖTH, W.; SANTAELLA, L. *Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- PESSOA, F.; DIAS, M. O.; ASSIS, M. *A Cartomante*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- SANTAELLA, L. *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos, 2012. (Coleção Como eu ensino).

Bloco V

Semiótica

A semiótica tensiva, o sentido e a dança: estudos preliminares aplicados ao projeto tradutório de uma obra clássica do ballet

Camila do Amaral Gomes Lopes¹

Introdução

O ballet *O Lago dos Cisnes* é um dos ballets mais populares de todos os tempos. Tem sido remontado e apresentado ao longo dos mais de cem anos desde sua estreia, em 1877, por diversas companhias de ballet clássico e também em remontagens realizadas por companhias de dança moderna e contemporânea. Considerando que por ocasião de uma remontagem ou reapresentação de uma obra de dança esta não estará imune às coerções impostas pelo tempo, contexto social e político ou local em que é apresentada, entendemos que toda transmissão de uma coreografia será também um processo tradutório (VIEIRA, 2021). Sua temática, bem como a corporeidade intrínseca à obra, estará igualmente afetada por tais coerções ou pelas escolhas criativas de cada coreógrafo, tratado aqui como tradutor. Mesmo quando há o intuito de manter uma identidade mais próxima possível com a obra original, é flagrante a necessidade de se fazer adaptações, que se justificam pela corporalidade dos bailarinos e coreógrafos e/ou interesses artísticos diversos, ou até mesmo de caráter financeiro. Assim, o processo de tradução se estabelece, uma vez que cada coreógrafo/tradutor lança mão de seu fazer interpretativo da obra original e investir em um processo criativo, isto é, o fazer

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Orientadora: profa. dra. Renata Ciampone Mancini.

persuasivo com base em escolhas que levarão a obra traduzida a graus maiores ou menores de identidade com a obra de partida.

Compreendendo a remontagem de *O Lago dos Cisnes*, criada por Matthew Bourne em 1995, como um projeto tradutório, ou seja, uma adaptação do clássico escrito por Tchaikovsky, buscaremos analisar as estratégias enunciativas utilizadas para mobilizar sensivelmente o enunciatário traçando um paralelo entre a versão original clássica e a versão adaptada.

Tradução e tensividade

Segundo o dicionário de semiótica de Greimas e Courtés (2012), a tradução é a passagem de um enunciado para outro considerado equivalente e pode ser decomposta em dois aspectos: um fazer interpretativo (que o tradutor faz como leitor do texto de partida) e ainda um fazer persuasivo, ou produtor de texto (quando se coloca como enunciadador da obra de chegada). Considerando as especificidades das traduções intersemióticas, as quais consistem “na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais” (JAKOBSON, 1969, p 65), colocar-se-á em prática a interpretação e, ao mesmo tempo, as escolhas criativas do tradutor ao definir termos que sejam equivalentes ao que está sendo traduzido substituindo-o, por exemplo, por empréstimos, transferências semânticas e etc.

Isto é o que ocorre com os textos poéticos, como é o caso da dança. Citando o filósofo e crítico Max Bense, Haroldo de Campos (2006) distingue a informação estética da documentária e da semântica, afirmando que esta transcende às demais, posto que carrega a imprevisibilidade, surpresa e improbabilidade da ordenação de signos. Sendo ela inseparável de sua realização quando traduzida, já será em si outra informação estética, ainda que equivalente semanticamente, e autônoma, ainda que ligada à original de forma recíproca: “Então, para nós, tradução de textos criativos será sempre recriação, ou criação paralela, autônoma, porém recíproca” (CAMPOS, 2006, p. 24). Se, portanto, a tradução

é ao mesmo tempo um fazer interpretativo e um fazer persuasivo, devemos compreender este tradutor primeiro como um leitor que se baseará no texto de partida, que vai oferecer as estratégias criadas pelo autor para possibilitar tal interpretação, para depois compreender que ele também terá de criar suas próprias estratégias enunciativas para resolver possíveis problemas e coerções que se impõem. Ou, no caso de textos poéticos, como na análise aqui proposta, o tradutor lançará mão de sua potência criadora para fazer escolhas a partir de um ponto de vista, que não necessariamente concretizará padrões de equivalência totalmente reconhecíveis.

Dessa forma, entende-se que toda tradução está intimamente relacionada à instauração no texto de um ponto de vista, ou seja, à aspectualização. Segundo Gomes (2018), podemos considerar a análise da aspectualização sob duas perspectivas. No texto analisado, por exemplo, encontramos a instauração de um ponto de vista tanto no nível do enunciado, se considerarmos as ações narradas (o que ocorre, onde ocorre e em que tempo), quanto no nível da enunciação, observando o modo como os eventos são narrados (as estratégias que o enunciador utiliza para dizer o que diz). Assim, a geração de sentido no texto dependerá de como o enunciador organiza seus pontos de vista, à medida que sua forma de os organizar estabelecerá “não apenas caminhos de interpretação para o enunciatário, mas também modos de interação sensível com a obra, o que chamamos de engajamento sensível” (MANCINI, 2019, p. 103).

Ao analisar a obra de Matthew Bourne, buscaremos mapear seu arco tensivo, pois, segundo Mancini (2020), o que se traduz é o projeto enunciativo da obra, do qual faz parte este arco tensivo, que é o perfil sensível da obra, “passível de ser modulado a partir do conjunto de estratégias de textualização de que o enunciador se vale, com suas cifras tensivas subjacentes” (MANCINI, 2020, p. 17).

As estratégias de disposição dos elementos de conteúdo e expressão ficam subjugadas aos modos de engajamento sensível, na medida em que há uma

cifra tensiva que lhes é peculiar. Nesse sentido, entendemos que toda obra se estabelece em um arco tensivo (um arco de modulações sensíveis), a partir do qual são dispostos — pelo enunciador — momentos tônicos ou átonos, inflexões, efeitos de aceleração/tonicidade, em contraposição aos de desaceleração e atonia, que acabam por determinar uma interface sensível do leitor com a obra. (MANCINI, 2019, p. 102).

Os momentos de maior ou menor andamento² e tonicidade definidos pelo modo de enunciar definirão o arco tensivo da obra. Caberá à análise compreender o que se constitui como mecanismo de aceleração observando como o encadeamento segundo as estratégias de disposição dos elementos de expressão e conteúdo propõe modulações entre tonicidade e atonia.

A narrativa clássica de *o Lago dos Cisnes*

O Lago dos Cisnes é um ballet dramático criado em 1877 pelo compositor russo Pyotr Ilyich Tchaikovsky (1840-1893). A obra, que não teve muito sucesso, foi remontada por Marius Petipa (1818-1910) e Lev Ivanov (1834-1901) alguns anos após a morte de Tchaikovsky. Esta obra, já adaptada, estreada em 1985, se tornou referência e tomada como obra original e é a mais encenada até hoje. É esta que tomaremos como referência nesta análise. O enredo conta a história da princesa Odette, que foi transformada em cisne pelo feiticeiro Rothbart e apenas diante do amor incondicional de um homem, poderia ser libertada do feitiço. O príncipe Siegfried, que caçava junto ao lago, se depara com a rainha dos cisnes e por ela se apaixona. Ele promete salvar Odette do feitiço, porém é enganado e seduzido por Odille, filha de Rothbart. Odette se debate por ver seu amado quebrando o juramento que fez a ela e,

² Zilberberg (2006) destaca a prevalência do andamento na concepção geral de uma obra. Para o autor, “o andamento é senhor, tanto de nossos pensamentos, quanto de nossos afetos”, pois ele controla os aumentos e diminuições constitutivos de nossas vivências, dirigindo a duração do devir (ZILBERBERG, 2006, p. 168). E destaca: “O produto do andamento e da tonicidade tem por resultante necessária o impacto” (ibidem, p.171).

levada ao desespero, decide se atirar no lago e se matar para então estar livre para sempre; o príncipe corre atrás dela e também se atira no lago escolhendo a morte assim como sua amada. Após isto, o feiticeiro perde seus poderes e também acaba morrendo, e ao final, as almas dos dois apaixonados podem ser vistas pelos cisnes, que os reverenciam felizes em outra dimensão.

O projeto tradutório de Matthew Bourne e seu perfil sensível

Tomando como obra de partida a versão de *O Lago dos Cisnes* de Petipa e Ivanov, encenada pelo American Ballet Theater, em 2005 e disponível no *Youtube*, analisamos o projeto tradutório de uma das versões mais inovadoras desta obra clássica: *O Lago dos Cisnes* de Matthew Bourne, criada em 1995 cuja versão disponível no *Youtube* foi filmada em 2012. Esta é uma reconstrução contemporânea da peça clássica de Tchaikovsky que subverte a tradição e provoca uma série de questionamentos e críticas no mundo da dança. Mathew Bourne é considerado um artista subversivo e ousado, já realizou outras adaptações de peças de ballet clássico que tiveram grande repercussão entre o público e entre os críticos de dança, além de outros trabalhos autorais de igual importância.

O título da obra de partida foi mantido da obra original, bem como a trilha sonora, porém o enredo apresentado na versão contemporânea foi quase totalmente modificado incluindo elementos pertinentes à contemporaneidade. Na obra de Matthew Bourne, não há uma princesa frágil e doce que espera ser salva por um príncipe que a redimirá através do amor incondicional. Em vez disso, o coreógrafo coloca em cena um corpo de baile onde os cisnes são todos interpretados por homens, que realizam movimentações e expressões faciais vigorosas e fortes contrastando com a leveza etérea e a suavidade dos movimentos de ballet realizados pelas bailarinas vestidas de cisne na versão original. Além disso, a narrativa de base da obra traduzida continua sendo a busca pela liberdade, porém não mais por parte da princesa cisne, personagem

principal no original, mas sim de um príncipe reprimido e infeliz ao se deparar com a rejeição de sua mãe e com a frieza e falta de amor ao seu redor.

A primeira cena do espetáculo mostra o jovem príncipe Siegfried ainda criança. O menino tem um sonho em que um cisne aparece para ele e este sonho o perturba a ponto de ele acordar em estado de choque. Sua mãe entra em seu quarto e rapidamente o distrai desse momento impressionante e perturbador com as mais variadas obrigações de uma vida na realeza. O príncipe, personagem principal nesta versão, cresce e se torna um rapaz. Após ser submetido pelas exigências da vida pública, ele se cansa e decide tirar sua vida. Nesse momento, surge em cena um cisne, que o impede de cometer tal ato e, junto a um grande bando, realizam várias danças em conjunto se apresentando para o jovem príncipe, que observa tudo surpreso e encantado. Depois disto, temos um dueto intenso e expressivo entre o rapaz e o cisne numa sequência coreográfica com muito contato físico. A partir daí inicia-se uma trama cheia de elementos complexos que levam o espectador a compreender que ali existe uma relação amorosa entre os dois em que o príncipe se vê apaixonado e em êxtase pelo que acabou de experimentar, onde ele acredita ser possível ter o amor, a força, a liberdade e a sensualidade do cisne (VIEIRA, 2011).

No baile de aniversário do príncipe, num jogo que desafia a oposição entre realidade e fantasia, o príncipe vê materializado em sua frente à versão humana de seu amado cisne. Ali o jovem se vê desprezado e traído por ele e por sua mãe, com quem o duplo humano do cisne sugere ter um caso passionai. Num ato de desespero e loucura, Siegfried ameaça matar a própria mãe e termina sendo jogado em uma sala que parece ser um hospício, mas que depois, através de um jogo de luzes, se revela ser o seu próprio quarto. Desprezado, humilhado e ridicularizado, o rapaz é dopado e cai no sono, e então uma nova aparição dos cisnes o surpreende. O bando, agora agressivo, o ataca e tenta matá-lo, porém o cisne principal se sacrifica por ele e morre. Neste momento, há o desfecho surpreendente: todos os cisnes saem de cena e fica somente o

príncipe morto em sua própria cama. Sua mãe então entra no quarto, constata a morte do filho e chora junto ao seu corpo. Ao final, a imagem do cisne principal carregando em seus braços o jovem rapaz, que o corresponde em um abraço, aparece numa janela acima da cama em meio a uma fumaça, apontando para o encontro que finalmente teria acontecido no plano sobrenatural.

Do ponto de vista da narrativa, percebemos o paralelismo entre a estrutura narrativa das duas obras, entretanto podemos observar alterações significativas tanto no programa de base, como nos programas de uso e no arranjo entre eles. Siegfried inicia a narrativa em disjunção com a liberdade e o amor verdadeiro, o que busca intensamente ao longo da trama. Porém, sua mãe, uma mulher fria, amarga e defensora das convenções sociais, funciona na narrativa central como antissujeito, tentando impedir que seu filho fuja da vida sem sentido que leva para buscar a liberdade que deseja. Nesta obra, a mãe substitui o vilão da obra original. O feiticeiro Rothbart, que condena a princesa a uma maldição, não existe na versão contemporânea, fazendo com que a tonicidade criada especificamente pelo jogo de expectativas da temática do bem *versus* mal seja atenuada. Alguns outros programas de uso se entrelaçam e trazem para a história outras figuras, como o mordomo macabro, que em alguns momentos atua como destinador de Siegfried e figurativiza a temática da pressão social, o manipulando.

Outra figura é uma namorada arranjada pelo mordomo que, por sua vez, busca se aproveitar da situação para viver uma vida de privilégios e concretiza nesta figura o tema da falsidade e da vida de aparências e interesses da alta sociedade. Quem realmente pode dar a Siegfried a competência necessária para entrar em conjunção com seu objeto-valor é o cisne principal, representando, então, a figura que concretiza a temática da liberdade, do amor e também, conforme analisaremos mais adiante, as relações homoafetivas.

Em contraste com a figura da princesa cisne da versão original, que remete a temáticas como a fragilidade, pureza, dependência e resignação, o cisne da versão contemporânea nos apresenta o

inverso e remete à virilidade, agressividade, ousadia, liberdade e força. Se analisarmos a figura do príncipe, temos na obra original um homem corajoso, virtuoso, desejado, cheio de energia e detentor de uma competência capaz de interferir positivamente no desfecho da história de outro personagem; enquanto na obra adaptada temos um jovem triste, desacreditado, rejeitado, manipulado, incapaz, desesperançado e que necessita da intervenção de alguém que possa lhe salvar e possibilitar sua conjugação com seu objeto-valor.

Podemos observar, então, que em relação às escolhas figurativas, o enunciador da obra adaptada optou por inverter a lógica apresentada na obra original, e em relação à temática, acrescentou temas relevantes ao momento contextual em que a adaptação foi criada, e que por isso não estavam presentes na narrativa original. Dessa forma, desenhou um arco tensivo diferente, cheio de nuances e ápices em momentos distintos, ainda que tenha se ancorado nas principais temáticas presentes da obra original — amor, liberdade, morte e vida. Apesar dos dois enunciadores se utilizarem de elementos semelhantes no plano da expressão — a cor branca no figurino do cisne e escura no figurino dos vilões, a iluminação sombria com pouca luz e cores frias e a música dramática, que é a mesma nas duas versões, o fato de substituir as bailarinas do sexo feminino por bailarinos do sexo masculino para interpretar os cisnes, trocando os gestos leves e suaves por gestos e expressões faciais mais vigorosos e agressivos, já provoca um grande contraste com os elementos do conteúdo em relação à obra original, gerando tonicidade e levando o enunciatário a diferentes encaminhamentos internos em relação às expectativas e ao eixo ideológico.

Do ponto de vista da expressão, portanto, na versão adaptada temos inúmeros elementos que corroboram a criação de tonicidade ao longo da narrativa. À medida que o coreógrafo acrescenta elementos visuais que não existiam na obra original (como figurinos contemporâneos, movimentos característicos da estética contemporânea, cenários e iluminação totalmente diferentes dos

originais e etc.), ele cria na obra adaptada deslocamentos dos momentos de ápice sensível, bem como a intensificação de alguns e ainda o acréscimo de outros. Assim, subverte a lógica de expectativas e gera um impacto para o enunciatário, que tem como referência a tão conhecida obra *O Lago dos Cisnes*.

Voltando ao programa narrativo de base, em uma das cenas de grande impacto, alguns dos actantes assumem papéis diferentes. O cisne, antes adjuvante, passa a atuar como antissujeito. Ele e a “mãe” impedem que o personagem principal entre em conjunção com o amor à medida em que o cisne o despreza e o trai com sua própria mãe num envolvimento amoroso, e assim o fazem entrar em conjunção com a loucura — inaugurando mais uma temática na obra. Esta performance é representada pela isotopia³ sexual presente na movimentação e na expressão facial dos bailarinos, utilizada como estratégia ao longo de todo o espetáculo e intensificada nesta cena, o que gera neste ponto da narrativa um ápice sensível. Esta mudança no papel demonstrado pela transformação do modo de agir do personagem cisne provoca uma quebra de expectativa gerando tonicidade. O enunciatário é impactado pela contradição entre as duas personalidades do mesmo personagem e pela concessão provocada pela rejeição que o príncipe sofre por parte daquele que antes lhe deu afeto e poderia salvá-lo de sua vida triste.

Somado a isso, a cena apresenta outros elementos que reforçam a tonicidade. A música em sua intensidade, timbre, volume e densidade em grau máximo; expressões, gestos e movimentações de palco com qualidades rápida e forte e a presença de objetos cênicos bastante figurativos, como uma arma, que é disparada de repente (ouve-se um som alto de tiro) provocando um grande susto. Esta mudança cria uma contradição modificando a

³ José Luiz Fiorin (2018) trabalha o conceito de isotopia, em análise do discurso, afirmando ser a recorrência de um dado traço semântico ao longo de um texto. Segundo o autor, o que dá coerência semântica a um texto é a reiteração, redundância, ou a recorrência de traços semânticos, o que oferece para o leitor um plano de leitura, determinando um modo de ler o texto (FIORIN, 2018, p. 112).

chave axiológica. Por esse motivo, intensifica-se a tonicidade da cena nessa versão.

Ao longo de toda a obra, o enunciador se utiliza de muitas narrativas que se entrecruzam e acontecem em paralelo, oferecendo muita informação ao mesmo tempo para o enunciatário gerando tonicidade, à medida que ele precisa decifrar o que está acontecendo diante de seus olhos. Apesar disto, devemos ter em vista que este enunciatário é um enunciatário de uma prática⁴, o que o coloca numa posição de esperar tanto por um conteúdo reconhecível quanto por um alto nível de inovação. *O Lago dos Cisnes* é uma peça muito conhecida pelo público de dança e sua história reverbera por séculos, porém a companhia de dança de Matthew Bourne, por ser uma companhia de dança contemporânea, também já possui uma reputação subversiva. Sobre esta questão, trataremos mais tarde.

Outro recurso importante utilizado entre as estratégias de textualização é o jogo com a dinâmica de perspectivas, uma vez que constrói o desenrolar das cenas de modo a sugerir que os acontecimentos narrados talvez estejam acontecendo na mente do personagem, enfatizando a temática da loucura, que em uma das cenas finais será reforçada pela figura do hospício. Em diversas cenas é difícil perceber se o acontecido é de fato real ou fruto da imaginação do personagem, que desequilibrado por sua própria infelicidade parece ter sonhado, imaginado, ou delirado com tal acontecimento. São três as cenas em que o enunciador utiliza esta estratégia: a cena do encontro do príncipe com os cisnes no lago; a festa no palácio, onde há a aparição do cisne na versão humana; e a cena final, onde os cisnes reaparecem para o príncipe em seu quarto que culmina com o desfecho que deixa no ar, ao acabar o espetáculo, a pergunta não respondida: foi tudo real ou imaginação?

⁴ De acordo com Fontanille (2008), as práticas são um dos níveis de pertinência utilizados para dar conta da natureza do objeto semiótico em análise. Ela é um curso de ação e compreende as cenas predicativas com todos os elementos que fazem parte delas: o próprio texto, seu suporte, os papéis actanciais, os elementos do ambiente, usuários, observadores, etc.

Para criar esta suspensão, ou seja, um efeito de dúvida sobre a veracidade ou ficcionalidade dos acontecimentos, o enunciatário organizou a encenação teatral ao longo do espetáculo da seguinte forma: os personagens secundários que aparecem nas cenas citadas acima agem como se não estivessem vendo o que está acontecendo; as entradas e saídas de cena repentinas dos cisnes também foram estratégias para surpreender o espectador e sugerir que o personagem principal estivesse entrando em uma realidade paralela, que da mesma forma repentina como surge, também desaparece; a mudança na iluminação cênica do momento em que os cisnes estão em cena para o momento em que eles somem de cena; e a alocação dessas mudanças de cena de forma concomitante com as viradas expressivas da música e com as mudanças de cenário. Esse jogo com a dinâmica veridictória, provocada pela oscilação entre o consciente e inconsciente do personagem, garante momentos intermitentes de tonicidade ao longo de toda a obra, diferenciando-a, assim, da obra original, que apresenta uma narrativa mais linear, garantindo momentos de ápice sensível bem definidos. Esses momentos são claramente os picos com os quais o enunciatário se depara — a transformação da princesa em cisne pelo feiticeiro; o aparecimento de Odette para Siegfried no lago; a aparição de Odille e a subsequente cena em que Odette descobre a traição; a cena em que Odette decide se matar e o príncipe faz o mesmo; e a cena final, onde se vê a imagem dos dois personagens em conjunção com seus objetos-valor: o amor e a liberdade.

As duas versões apresentam um final semelhante. Em ambos, os sujeitos terminam em conjunção com seu objeto-valor, mas também com a morte. Entretanto, podemos diferenciar as possíveis perspectivas desse desfecho, pois, do ponto de vista do sujeito, há uma sanção positiva já que alcançaram o que desejavam, mas do ponto de vista do enunciatário pode ser negativa, uma vez que termina com a morte do personagem principal. Porém, se analisarmos a morte enquanto culminância das temáticas tratadas no desenrolar da narrativa, temos que, na obra original, a morte de

Odette significa o triunfo do mal sobre o bem e na obra adaptada, a morte de Siegfried significa o triunfo da liberdade sobre a opressão.

Na última cena do ballet, na versão clássica, o que leva Odette a optar pela morte é a decepção e o desespero de não ter recebido o amor daquele que poderia salvá-la. A realização deste amor seria um desfecho positivo tanto para a personagem quanto para o público, mas que não ocorreu. Ou seja, a morte nesse caso concretiza a privação de algo. Já na versão contemporânea, Siegfried é levado à morte não por escolha, mas pela ação opressora daqueles que deveriam amá-lo, e sua morte, portanto, concretiza a fuga de algo negativo — a morte como redenção. Observa-se então que o grau de concessividade experimentado pelo enunciatário na cena final do espetáculo nas duas versões não é o mesmo, sendo na obra original mais tônico que na obra adaptada. Entretanto, a partir da análise minuciosa dos dois espetáculos como um todo, na obra contemporânea pode-se perceber um impacto maior, uma vez que as diferentes estratégias utilizadas ao longo do texto traduzido vêm traçar um arco tensivo cheio de modulações, através de suas escolhas temáticas, entrecruzamentos de programas narrativos e diferentes pontos de vista, exigindo um engajamento sensível muito maior do enunciatário que na obra original.

Do nível das práticas na análise do *Iago* de Bourne

Segundo Fontanille (2008), para dar conta da natureza do objeto semiótico, é necessário ultrapassar os limites textuais e estudar os diferentes domínios, respeitando-se o princípio da imanência. Dessa forma, ele definiu níveis de pertinência que ajudam a “decidir sobre a natureza do conjunto expressivo que se vai levar em consideração” (PRADO, 2010, p. 108). Entende-se por pertinência, a regra adotada pelo semioticista para descrever o seu objeto a partir de um ponto de vista, enfatizando apenas os traços que interessam a este ponto de vista. Passando dos signos para os textos-enunciados, dos textos para os objetos, dos objetos para as práticas, das práticas para as estratégias e das estratégias para as

formas de vida, acrescenta-se a cada passagem uma dimensão ao plano da expressão e é preciso levar em consideração instâncias materiais diferentes. No caso das práticas, a análise inclui certo curso de ação, ou seja, considerando a enunciação em ato, devemos nos ater às cenas predicativas, à forma de interação do enunciatário e os regimes de crença envolvidos.

Sob esse aspecto, uma prática pode comportar um ou vários processos (um ou vários predicados), atos de enunciação que implicam papéis actanciais desempenhados, entre outros, pelos próprios textos ou imagens, por seus objetos-suportes, por elementos do ambiente, pelo transeunte, pelo usuário ou pelo observador, tudo o que forma a “cena” típica de uma prática. (FONTANILLE, 2008, p. 24).

Ao analisarmos esta obra adaptada, no nível das práticas semióticas, temos um enunciatário que já possui um conhecimento prévio dos códigos da prática de uma apresentação de dança. Aqui, portanto, se colocam duas questões principais: a construção de expectativas referentes ao ballet clássico, representada pelo título da obra (*O Lago* é uma obra clássica muito conhecida) e a construção de expectativas referentes ao perfil do enunciador. O enunciatário da prática da dança contemporânea, já não possui o mesmo perfil do enunciatário previsto do ballet clássico. Ele é conhecedor de sua estética experimental e de ruptura, por isso já espera de certa forma que ali se revele algum tipo de inovação e uma presença mínima de elementos de conteúdo (como narrativas lineares ou figuras bem definidas), admitindo, portanto, diversos caminhos de leitura possíveis. O nome do coreógrafo responsável pela montagem também apresenta de antemão possibilidades de expectativas diferenciadas devido ao seu perfil subversivo. Portanto, o enunciatário espera sim encontrar figuras de conteúdo presentes na obra original que lhe dá nome, porém, ao mesmo tempo já espera ser surpreendido na forma como este conteúdo lhe será apresentado.

A estratégia mais poderosa utilizada pelo enunciador neste projeto tradutório é sem dúvida a substituição da figura feminina

pela masculina. Os cisnes são representados por homens, isto gera uma concessão. Levando em consideração o perfil previsto desse enunciatário, poderíamos dizer que o grau de concessividade não seria tão alto. Entretanto, o tema da homossexualidade faz com que tal quebra de expectativa se intensifique ao longo da obra. A estética clássica da obra original é quebrada ao substituir tanto o gestual leve e suave das bailarinas cisnes por movimentos poderosos e fortes, quanto ao trocar a figura da feminilidade, representando seus papéis culturais, pela figura da masculinidade, que possui uma representatividade oposta.

Mesmo para o enunciatário da dança contemporânea, onde há um rompimento com os padrões clássicos, ao colocar em cena homens cisnes realizando suas danças vigorosas e um homem para ocupar o lugar da figura clássica da princesa cisne, realizando duetos com outro homem numa conotação sexual, Matthew Bourne modifica o direcionamento ideológico e desloca o jogo de expectativas para outro lugar e com isso leva o enunciatário ao ápice, colocando em discussão um tema relevante, porém tabu tanto na época em que a obra foi criada como nos dias de hoje.

Considerações finais

O tema do amor impossível concretizado pelas figuras de Odette e Siegfried ecoa através dos séculos desde que este ballet foi criado, sendo conhecido e lembrado por muitos. A maioria das pessoas, mesmo que nunca tenham assistido a um espetáculo de ballet, já ouviu falar sobre a história do *Lago dos Cisnes* e certamente compreendeu se tratar de uma história de amor que termina de forma trágica. Nessa mesma lógica, a adaptação criada por Matthew Bourne deixa para o público a mesma sensação: a certeza de que se trata de um amor impossível. Porém, ao trazer a mesma temática, potencializa-a através de outro tema ainda mais forte nos tempos atuais, revelando sua genialidade. A figura de dois homens vivenciando um amor impossível representa nesse caso um impacto muito maior para o enunciatário.

Ao observarmos a narrativa de forma mais detalhada, com toda sua axiologização, percebemos que a adaptação ainda complexifica a questão identitária do personagem principal. Essa ideia é reforçada pela forma como o autor relaciona expressão e conteúdo ao inserir e modificar elementos narrativos, perspectivas e escolhas temáticas e figurativas. Tais estratégias apontam para caminhos distintos de leitura sensível. Um elemento em especial se mostra crucial para amarrar a ideia de identidade presente na narrativa: o rapaz que aparece nos braços do cisne na cena final não é o Siegfried adulto, e sim a criança que aparece na primeira cena do espetáculo. Esse detalhe leva o espectador a se reconectar com a primeira cena reconstruindo todo o caminho de leitura. A primeira e a última cena se conectam completando, assim, o conflito existencial do personagem ao fazer referência à inocência do menino diante do homem que se tornou e reforçando ainda mais a suspensão provocada pela dúvida se tudo aquilo foi real.

As estratégias enunciativas utilizadas nesta obra adaptada, construída de forma tão complexa e cheia de nuances e detalhes, fazem da obra um projeto tradutório com traços igualmente importantes de identidade e inovação em relação à obra original. Ela produz, conforme pudemos perceber na análise aqui proposta, cifras tensivas que desenham um arco bastante diferenciado da obra original: *O Lago dos Cisnes* de Matthew Bourne produz uma “tempestade” de sensações e surpresas para o enunciatário.

Referências

BOURNE, Matthew. *Matthew Bourne's Swan Lake 2012*. Youtube, 7 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BvMT5MblXX4>>. Acesso em: maio 2021.

CAMPOS, H. de. *Metalinguagens e outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DIAMOND, Matthew. *Swan Lake by American Ballet Theatre in 2005*. Youtube, 19 out. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gfmc6ZVI7uA>>. Acesso em: maio 2021.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

FONTANILLE, J. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (orgs). Bauru: UNESP/FAAC, 2008.

GOMES, R. Um olhar semiótico sobre a atualidade: a aspectualização a partir de Greimas. *Revista Estudos Semióticos*, volume 14, n. 1 (edição especial), p. 108–116. São Paulo, 2018.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2012.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

MANCINI, R. Os modos de engajamento do leitor de Grande sertão: veredas em quadrinhos. *Todas as Letras*, v. 21, n. 1, p. 100-113. São Paulo, jan./abr. 2019.

_____. A tradução enquanto processo. *Cadernos de Tradução*, v. 40, n.3, p. 14-33. Florianópolis, 2020.

PRADO, M. G. S.; FONTANILLE, J. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. *Revista Estudos Semióticos*, v. 6, n. 1, p. 107-113, jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/download/49264/53346>. Acesso em: jun. 2021.

VIEIRA, Alba Pedreira. Analisando imagens dançantes do “Lago dos Cisnes”, de Matthew Bourne. In: *VI Reunião Científica da ABRACE*. v. 12, n. 1, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/2977/3122>. Acesso em: jun. 2021.

ZILBERBERG, C. Síntese da gramática tensiva. In: *Significação: Revista De Cultura Audiovisual*, v. 33, n. 25, p.163-204. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2006.65626>>. Acesso em: mai. 2021.

A Amiga Genial de Elena Ferrante: um estudo semiótico do tratamento de pessoa e de espaço na tradução do italiano para o português

Cecília Maculan Adum¹

Apresentação e base teórica

O presente capítulo configura um recorte da tese em fase final de produção. Aqui, vamos analisar a relação entre o uso de discurso direto, indireto e indireto livre e a questão da veridicção na obra *A amiga genial*, de Elena Ferrante, comparando o original italiano com a tradução brasileira de Mauricio Santana Dias. Nosso objetivo, nesta comunicação, é examinar o tratamento dado, no nível discursivo, à projeção de pessoa, com particular atenção à organização estabelecida pela hierarquia entre discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre no romance em questão e pelo ponto de vista do seu narrador sincretizado em observador e interlocutor.

A base teórica do trabalho, pautada na semiótica discursiva, sobretudo as contribuições dos estudos de pessoa, espaço, tempo e semântica discursiva (BARROS, 2005; FIORIN, 2013), tem como chave central, para as análises propostas, o conceito de projeto enunciativo, tal como elaborado por Mancini (2018; 2020) em seus estudos de tradução, bem como as proposições elaboradas por Soares e Mancini (2021) acerca das gradações e das possibilidades oriundas do jogo veridictório entre enunciador (que faz uso de um fazer persuasivo) e enunciatário (que se vale de um fazer interpretativo). Cabe dizer que, por conta da limitação gráfica que esse formato de artigo acarreta, não trataremos, aqui, das análises

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) — Bolsista pela CAPES —, sob a orientação da profa. dra. Lucia Teixeira.

e questões ligadas diretamente ao conceito de projeto enunciativo de tradução, limitando-nos às questões ligadas à veridicção e sua relação com o uso dos discursos direto, indireto e indireto-livre em *L'amica geniale* e *A amiga genial*.

O uso da semiótica, enquanto metodologia de análise e construção de sentido, parece-nos altamente profícuo para a análise e o estudo tradução, visto que traduzir é uma atividade semiótica. Usar as ferramentas que a semiótica nos oferece, somadas às referidas proposições de Mancini para melhor entender a tradução, representa, pois, uma possibilidade de interação entre duas áreas que já, e desde sempre, são e estão essencialmente ligadas.

A sintaxe discursiva trata das projeções e marcas (da enunciação sobre o enunciado) de pessoa, espaço e tempo, denominadas debreagens e embreagens. O enunciador e o enunciatário, sabemos, compõem o conceito de sujeito da enunciação e são desmembramentos desse sujeito.

Outros dois importantes procedimentos do nível discursivo são a ancoragem e a aspectualização, que pressupõem, necessariamente, um observador o qual, a partir de uma tomada de posição, avalia e julga os processos temporais, espaciais ou actanciais. E é esse julgamento por parte do ponto de vista do observador que nos permite perceber e entender, sob a ótica discursiva, o procedimento denominado aspectualização, que, nas palavras de Regina Souza Gomes, “pode ser percebida a partir do modo como os eventos são narrados, ou seja, sob a perspectiva da enunciação” (GOMES, 2018, p. 109).

José Luiz Fiorin, em *As astúcias da enunciação* (2016), particularmente no capítulo destinado ao estudo das projeções de pessoa, aborda, entre outras coisas, as questões pertinentes ao discurso reportado, ou seja, à citação que o narrador faz do discurso do outro. Fiorin nos lembra, ainda, de que são três as estratégias para se fazer uma citação: o discurso direto, o indireto e o indireto livre. Segundo o autor, o discurso direto, derivado de um processo de debreagem interna, é um simulacro da enunciação constituído por meio do discurso do narrador, criando, de modo geral, efeito

de sentido de realidade, visto que se tem a impressão de que o narrador apenas repete o dito pelo interlocutor. O uso de aspas, de dois pontos ou de travessão indica a fronteira entre as duas (diferentes) situações de enunciação, podendo haver, ainda, o uso de um verbo introdutor, que pode ser um *verbum dicendi* (como ocorre em *L'amica geniale*). Em relação ao discurso indireto, onde não há debreagem interna, Fiorin ressalta tratar-se de um discurso citado que é subordinado à enunciação do discurso citante. Nesse tipo de discurso, o enunciador traduz os propósitos do locutor, dá sua versão do discurso desse último. O discurso indireto exige um verbo introdutor ao discurso citado, sendo tal verbo, invariavelmente, um *verbum dicendi*. Já no discurso indireto livre, Fiorin esclarece haver duas vozes, a do narrador e a de uma personagem, não havendo, todavia, a enunciação da voz de tal personagem em primeira pessoa (como se dá no discurso direto), e não existindo subordinação a um *verbum dicendi* (como ocorre com o discurso indireto).

Retornando ao sujeito da enunciação, lembremos, compõe-se de enunciador e enunciatário, ocupando-se o primeiro do fazer persuasivo em relação ao segundo, que exerce, em contrapartida, um fazer interpretativo. Falar em sujeito da enunciação implica falar de fazer persuasivo e fazer interpretativo que, por sua vez, configuram passos importantes no estabelecimento não da verdade do texto, mas de sua veridicção, de seu dizer-verdadeiro, algo fundamental para a constituição dos mecanismos denominados contrato fiduciário e relação fiduciária. Se, por um lado, o fazer persuasivo (exercido pelo enunciador) tem a única finalidade de obter a adesão do enunciatário, o fazer interpretativo, por outro lado, é absolutamente necessário para que se instale um crer-verdadeiro no canal de comunicação estabelecido. Falar de fazer interpretativo significa falar de uma modalidade veridictória assentada sobre o “ser” versus o “parecer”. Parte-se, pois, do eixo do parecer (da aparência), chegando-se ao eixo do ser (da essência), concluindo-se, por fim, acerca do discurso, a verdade (aquilo que

parece e é), a falsidade (o que não-parece e não-é), o segredo (o que não-parece e é) ou a mentira (o que parece e não-é).

Em relação ao contrato fiduciário, Greimas e Courtés afirmam tratar-se de um contrato que “põe em jogo um fazer persuasivo de parte do destinador e, em contrapartida, a adesão do destinatário” (COURTÉS; GREIMAS, 2016, p.208).

Já a relação fiduciária é aquela que se dá entre os planos do ser e do parecer, e na qual, por conta do fazer interpretativo do destinatário, faz-se a asserção sucessiva de cada um dos referidos modos de existência, passando-se de um a outro.

Trata-se, no fim das contas, de produzir (e de interpretar) efeitos de sentido de “verdade”, já que a semiótica francesa não busca uma verdade ontológica nos discursos, preocupando-se, ao contrário, com os efeitos de verdade, com a veridicção.

Essa veridicção é “negociada” entre enunciador e enunciatário em um intento persuasivo que faz com que a crença em um se construa nos valores do outro, para que a intenção de um penetre e modalize a existência do outro (SOARES; MANCINI, 2021, p. 5).

Acerca das modalidades veridictórias, Mancini e Soares (2021) nos chamam a atenção para o fato de que podem ser divididas em implicativas, no caso da Verdade (parecer e ser) e da Falsidade (não parecer e não ser), e em concessivas, tal qual a Mentira (parecer e não ser) e o Segredo (não parecer e ser). E, impulsionados por questionamentos acerca das inúmeras e variadas possibilidades que o jogo veridictório oferece, propõem um olhar tensivo sobre tais questões.

Analisando, portanto, na obra escolhida, como se dão as escolhas relativas ao uso de discurso direto, indireto e indireto livre, feitas pelo Enunciador [Ferrante] (e discursivizadas pelo narrador-observador-interlocutor [Elena-Lenù]), observaremos quais os efeitos de sentido decorrentes de tais escolhas, buscando compreender de que modo elas se relacionam com o contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário.

A obra e a análise

Título da famosa tetralogia, cuja autoria é atribuída a Elena Ferrante (pseudônimo do(a) autor(a), cuja identidade se desconhece), *L'amica geniale* é também o título do primeiro desses quatro livros. O romance em questão é construído sobre o tema da amizade entre duas mulheres, neste caso, em particular, a amizade entre duas meninas, Lenù e Lila, percorrendo grande parte da infância e toda a adolescência dessas personagens. Ambientado nos arredores pobres do elegante e rico centro napolitano, ou, para usar o termo genérico selecionado por Ferrante, ambientado no “*rione*” (ou “bairro”), o romance em questão dá um especial valor à ambientação de Nápoles, descrevendo-a em cada uma de suas particularidades: os confrontos linguísticos (dialeto napolitano do bairro x italiano standard do centro), os problemas econômicos e sociais (que separam o “bairro” e o centro), a marginalidade (que permeia e constitui o “bairro”), a opressão e a violência às quais é, então, submetida, de um modo geral, a mulher. *L'amica geniale* apresenta ainda a relevante particularidade de que seu enunciador, de identidade indefinida e move-diça, projeta na narrativa também um narrador híbrido e move-diço, que se desdobra, ao longo do romance, em interlocutor, sincretizando-se, frequentemente, também em observador. Elena-Lenù configura, pois, um narrador-observador-interlocutor cuja memória e, conseqüentemente, ponto de vista guiam a construção e a estruturação do discurso enunciado, tornando visíveis as marcas do contrato fiduciário do romance.

Imboccammo **via Chiaia**. Fu come **passare un confine**. Mi ricordo un fitto passeggio e una sorta di **umiliante diversità** (...) erano **assolutamente diverse da noi**. Sembravano aver respirato **un'altra aria**, aver mangiato **altri cibi**, essersi **vestite su qualche altro pianeta**, aver imparato a **camminare su fili di vento**. Ero a bocca aperta (...) sembrava che non mi vedessero. **Non vedevano nessuno di noi** cinque. **Eravamo non percepibili**. **O ininteressanti** (...) Ci sentimmo a **disagio** e incantate, **brutte** ma anche spinte a **immaginarci come saremmo diventate** se avessimo avuto modo di

rieducarci e vestirci e truccarci e agghindarci **come si deve** (FERRANTE, 2011, p. 188, grifo nosso)².

Pegamos a **rua Chiaia**. Foi como **atravessar uma fronteira**. Lembro-me de uma calçada lotada e de algo como uma **humilhante diversidade** (...) eram **absolutamente diferentes de nós**. Pareciam ter respirado **outro ar**, ter comido **outro alimento**, estar vestidas como em **outro planeta**, ter aprendido a **andar sobre fios de vento**. Eu estava boquiaberta (...) pareciam não me ver. Não viam nenhum de nós cinco. **Éramos imperceptíveis**. Ou **desinteressantes**. Sentimo-nos incomodadas e encantadas, feias, mas também impelidas a **nos imaginar como nos tornaríamos** se tivéssemos tido meios de nos reeducar e vestir e maquiagem e enfeitar **como se deve** (FERRANTE, 2019, p. 187-188, grifo nosso).

Em relação à questão linguística que opõe bairro (onde se fala dialeto) e centro (onde se fala italiano), é fundamental esclarecer que se trata de uma oposição apenas referida, apontada pela narradora através do recurso *dicendi*. Em outras palavras, *L'amica geniale*, com exceção de três frases e de quatro termos avulsos em dialeto, é todo escrito em italiano. O que ocorre recorrentemente é a indicação, por parte de Elena-Lenù, de que um determinado personagem (do bairro, sempre) disse algo em dialeto, ainda que o enunciatório esteja diante de uma sentença escrita em italiano.

Lila mi **disse in dialetto**: “Non te ne importa?” (FERRANTE, 2011, p. 50, grifo nosso).

Lila me **disse em dialeto**: “você não se importa?” (FERRANTE, 2019, p. 47, grifo nosso).

Em alguns casos, também ocorre o uso do recurso de *verbum dicendi* para indicar uma fala em italiano (quando, novamente, o enunciatório está diante de uma sentença em italiano) e, também nesse caso, sempre em relação a personagens do bairro.

“Perché gli dici di no?” mi chiese Lila **in dialetto**
Risposi all'improvviso **in italiano**, per farle impressione (...):

² Todos os sublinhados e negritos são nossos.

“Perché non sono sicura dei miei sentimenti”.

Era uma frase que avevo aprendido lendo *Sogno* e Lila mi sembrò colpita. (FERRANTE, 2011, p. 99, grifo nosso).

“Por que você não quer namorar com ele?, perguntou Lila em dialeto.

Respondi imediatamente **em italiano**, para impressioná-la (...):

“porque não estou segura sobre meus sentimentos”.

Era uma frase que eu tinha aprendido lendo *Sonho*, e Lila me pareceu tocada. (FERRANTE, 2019, p. 95, grifo nosso).

Na tradução brasileira, o tradutor optou por manter o recurso de *verbum dicendi* (usado no texto italiano) como indicador de uso dialetal, mas decidiu não fazer o uso pontual de frases e termos avulsos em dialeto (como ocorre no texto original).

“Come m’hai chiamato? Non ho capito, ripeti, come m’hai chiamato? Hai sentito, Pascà, come m’ha chiamato?” (...) Piccola pausa per controllare il respiro, poi aggiunse: “Hai sentito **ca chillu strunz m’ha chiamato tàmmaro? Tàmmaro a me? Tàmmaro?**” (FERRANTE, 2011, p. 189-190, grifo nosso).

“De que é que você me chamou? Não entendi bem, repita, me chamou de quê? Você escutou, Pascá, o que ele disse?” (...) pequena pausa para controlar a respiração e emenda: “**ouviu que aquele merda me chamou de casca-grossa? Casca-grossa eu? Casca-grossa!**” (FERRANTE, 2019, p. 189-190, grifo nosso).

Algo a se considerar é o fato de Elena-Lenù configurar um actante de identidade movediça. Apesar de ter nascido e crescido no bairro, Elena-Lenù não se sente parte efetiva dele e, mesmo aspirando a uma vida nos moldes burgueses do centro rico de Nápoles, sente-se, também ali, uma estranha. O sentimento de pertencimento e de territorialidade em Lenù é sempre conflituoso e, por que não dizer, híbrido. Lenù é uma espécie de actante complexo, pois, ao mesmo tempo em que domina tanto o dialeto quanto o italiano standard e passa a (aparentemente) absorver (cada vez mais) os bons modos do centro, mantém parcialmente preservadas as maneiras e os pensamentos bruscos e violentos do bairro, sendo contemporaneamente centro e bairro, mas sentindo-

se, todavia, desconfortável e estranha em ambos os locais. E é isso — ser complexo — que lhe dá um caráter movediço, que lhe permite a mobilidade e que mantém o seu estranhamento e a sua inadequação.

Elena-Lenù se divide entre a excitação e a alegria diante de suas conquistas — escolares e pessoais — e a estranheza causada por um sentimento de não pertencimento a nenhum dos “territórios” por onde circulava e, até mesmo, onde vivia:

Comecei a me sentir claramente uma estranha, infeliz por meu próprio estranhamento. Eu tinha crescido com aqueles rapazes, considerava seu comportamento normal, a língua violenta deles era a minha. Mas seguia cotidianamente, já há seis anos, um percurso que eles ignoravam por completo, e que eu, ao contrário, trilhava de modo tão brilhante que chegava a ser a melhor. Com eles não podia usar nada daquilo que aprendia diariamente, eu tinha que me conter, de alguma maneira me autodegradar. O que eu era na escola, ali era obrigada a colocá-lo entre parênteses ou a usá-lo à traição, para intimidá-los (FERRANTE, 2019, p. 320).

Narradora em primeira pessoa, Elena-Lenù descreve e narra suas vivências, desempenhando importante papel no modo como é construído o texto, visto que é responsável direta pelo recorte aspectual dado ao discurso, por sua aspectualização. Elena-Lenù, a partir de uma tomada de posição, avalia e julga os processos temporais, espaciais ou actanciais e apresenta ao narratário seu ponto de vista acerca do espaço, do tempo e das pessoas que integram o discurso enunciado. Outro relevante procedimento realizado pela narradora Elena-Lenù é o modo como reporta o discurso alheio, alternando (não casualmente e nem aleatoriamente) discurso direto e discurso indireto (e, por vezes, o indireto livre) de modo a acentuar o recorte opositivo que faz dos espaços bairro e centro (de Nápoles). É necessário recordar ainda que a narrativa em 1ª pessoa é um importante recurso de veridicção, de criação do efeito de verdade. Trata-se da voz direta do narrador contando a própria história.

Parece-nos relevante, a esse respeito, ressaltar um aspecto da estruturação do texto italiano que se mantém na tradução

brasileira: o uso do discurso direto ocorre somente em relação aos atores do bairro, limitando-se à narradora; no que concerne aos atores habitantes do centro, ocorre, por vezes, o uso do discurso indireto e, prevalentemente, uma narrativa descritiva e demonstrativa da intervenção do observador.

Il ragazzo col pullover bianco si girò, trattenuto subito per un braccio dalla ragazza. Lui si divincolò, tornò indietro, **si rivolse** direttamente a Rino **con una serie di frasi insultanti** (FERRANTE, 2011, p. 189-190, grifo nosso).

O rapaz com o pulôver branco se virou, contido imediatamente pela jovem. Mas ele se desvencilhou, deu uns passos para trás e **se dirigiu** diretamente a Rino **com frases ultrajantes** (FERRANTE, 2019, p. 189-190, grifo nosso).

Lei si sentiva poco bene, aveva qualcosa in gola che le faceva male, ma **mi lodò** molto, si complimentò per quanto mi ero impegnata, **disse che mi vedeva un po' troppo pallida** e che aveva intenzione di telefonare a una sua cugina che abitava a Ischia per vedere se mi ospitava per un po' di tempo (FERRANTE, 2011, p. 194, grifo nosso).

Ela não se sentia muito bem, tinha algo na garganta que a incomodava, mas **me elogiou muito**, se congratulou por eu ser tão aplicada, **disse que estava me achando um tanto pálida** e que pretendia telefonar a uma prima sua que morava em Ischia para ver se me hospedava por um tempo (FERRANTE, 2019, p. 195, grifo nosso).

Esse aspecto estrutural do texto explicita, a nosso ver, uma presença hipertrófica da observadora sincretizada em narradora e interlocutora Elena-Lenù. Toda a divisão contrastante e opositiva (tanto espacial quanto linguística) entre bairro e centro é construída a partir do olhar de Elena-Lenù, que filtra (através do discurso indireto) a voz e a fala dos atores do centro; e, no caso dos atores do bairro, ainda que os “cite” por meio do discurso direto, faz questão de também filtrá-los, chegando a traduzir sua língua, de dialeto em italiano.

O fato de que a narradora “traduza” não só a “fala”, mas também a língua dos atores do bairro tem um impacto direto na veridicção do texto e, conseqüentemente, no contrato fiduciário

entre enunciador e enunciatário. Tal contrato se complexifica, visto que, no caso do texto italiano, nos diversos momentos em que se vale do discurso direto, Elena-Lenù afirma “A” (por exemplo, quando afirma que alguém disse algo em dialeto) mas o narratário se vê diante de “B” (a “fala” desse alguém aparece escrita/traduzida em italiano).

Gigliola mi **disse** con astio, **in dialetto**:

“Adesso la tua amica fa la principessa. Ma lo sa Stefano che quando Marcello andava a casa sua lei gli faceva un bocchino tutte le sere?”
(FERRANTE, 2011, p. 267, grifo nosso).

Gigliola me **disse** com rancor **em dialeto**:

“Agora sua amiga banca a princesa. Mas Stefano sabe que, quando Marcello frequentava sua casa, ela lhe fazia um boquete todas as noites?”
(FERRANTE, 2019, p. 270, grifo nosso).

No caso do texto brasileiro, o narrador mantém o uso do recurso de *verbum dicendi* para indicar a fala em dialeto (e, por vezes, em italiano), mas, para o narratário, são apresentadas sentenças escritas invariavelmente em língua portuguesa, não havendo nenhuma diferenciação, por uso de variante dialetal, entre as sentenças declaradas dialetais e aquelas ditas standard (tal qual ocorre no texto original). A única diferença que se percebe, em ambos os textos (brasileiro e italiano), é uma maior acentuação na informalidade linguística (o uso pontual de gírias, palavrões e expressões idiomáticas) na fala dos atores do bairro.

Mio padre, a sentire quella stranezza, **insultò** in modo molto osceno il ferroviere-poeta. Mía madre **disse che** qualcuno si sarebbe dovuto incaricare di spaccare a quell’uomo di merda la testa di merda che aveva (FERRANTE, 2011, p. 123, grifo nosso).

Ao ouvir aquela estranheza, meu pai **insultou** com palavras muito obscenas o ferroviário-poeta. Minha mãe **disse que** alguém deveria incumbir-se de arrebentar aquele homem de merda, com a cabeça de merda que tinha (FERRANTE, 2019, p. 120, grifo nosso).

Algumas conclusões, algumas provocações

Pautando-nos em conceitos que constituem a veridicção em semiótica, e considerando ainda que Mancini (2019; 2020) define os acentos e a tonicidade enquanto constituintes do chamado arco tensivo de um texto, poderíamos deduzir então que, a cada momento em que o enunciatário-narratário se depara com uma construção *dicendi*, usada após o discurso direto, “informando-o” de que um determinado personagem (do bairro, sempre) disse algo em dialeto, mas, ao mesmo tempo, “apresentando-lhe” uma sentença (proferida nesse discurso direto) em língua standard, esse enunciatário-narratário estaria diante, portanto, de um segredo (de algo que não parece dialeto, mas o é) e, conseqüentemente, diante de uma concessão. Ou, ainda, poderíamos inferir que, quando diante de construções *dicendi*, após discurso direto, e acerca da fala de personagens (do bairro), informando uma fala em língua standard e apresentando de fato uma fala em língua standard, o enunciatário-narratário estaria diante, então, de uma verdade, de algo que parece língua standard e de fato o é, e, por isso, estaria diante de um fato implicativo.

Parece-nos, contudo, necessário trazer alguns possíveis “impasses” presentes em tais situações. Nesta última situação, por exemplo, pode-se pensar que, ao enunciatário, pode causar (pelo menos nas primeiras ocorrências) um estranhamento a indicação de algo que ele já pôde claramente ver, ou seja, dizer que uma sentença já escrita em italiano standard seja em italiano standard. Pode-se, então, pensar que, mesmo sendo uma verdade, e, portanto, implicativa, esse estranhamento represente uma inicial reação a um momento razoavelmente tônico da narrativa (e não átono como costuma ocorrer com a lógica implicativa). E, indo além, tal reação se atenua conforme o enunciatário-narratário racionaliza e assimila que se trata de personagens naturalmente dialetófonos que estão em momentos excepcionais, falando (ou ao menos tentando falar) em italiano standard. Pode-se pensar que também a recorrência, ao longo da narrativa, desse recurso *dicendi*

para indicar um uso italiano standard já demonstrado na escrita vai amenizando o estranhamento causado em quem o lê.

Em relação à questão veridictória, particularmente no que concerne às situações em que o enunciatário-narratário se depara com construções escritas em língua italiana standard e, ainda sim, lhe é “informado” (com recurso *dicendi*) que se trata de dialeto napolitano, pode-se, a partir do que propõem Mancini e Soares, pensar em um gradiente de segredos. Isso se dá pelo fato de que alguns personagens (como Gigliola, Rino e Pasquale) são figurativizados e têm suas falas apresentadas de modo mais “compatível” com o espaço dialetófono (o espaço violento e vulgar do bairro), ocorrendo pontualmente o uso avulso de vocábulo ou expressão em dialeto (“tàmmaro” “casca-grossa”, na fala de Rino) ou pelo menos uma fala mais vulgar e violenta (bocchino / boquete, na fala de Gigliola).

Ocorre, portanto, que, nesses casos, a indicação de que falaram algo em dialeto (mesmo o enunciatário estando diante de sentença em italiano) não quebra a expectativa de modo tão tônico quanto como se dá nos momentos em que isso ocorre e não há nenhuma amostra de dialeto ou quando se trata de personagens figurativizados de modo pouco ou nada compatível com o quesito violência (como Nino).

Também nas ocorrências de construções *dicendi* (relativas a discurso direto), informando uma fala em língua standard e apresentando, de fato, uma fala escrita em língua standard, podemos pensar em uma gradação na “verdade” apresentada (cujo estranhamento causado pelo recurso *dicendi* redundante pode tornar levemente tônica). Em outras palavras, pode-se pensar, de fato, em uma “verdade” átona, no caso da professora, cuja descrição e figurativização (dada pela narradora Lenù) não apenas corrobora tal “verdade”, como também a torna quase previsível, visto que se trata de alguém que, mesmo vivendo no bairro, era capaz de falar um “italiano che assomigliava un poco a quello dell’Iliade” (FERRANTE, 2011, p. 89), “um italiano que parecia um pouco com o da Ilíada” (FERRANTE, 2019, p. 85). Também em

relação a Nino, o uso da língua italiana (associado à confirmação *dicendi*) é, de certa maneira, previsto pelo modo como a enunciadora-narradora o figurativiza: “diceva cose che io mi sentivo incapace di pensare [...] e le diceva in un italiano forte, avvincente” (FERRANTE, 2011, p. 212); “dizia coisas que eu me sentia incapaz de pensar (...) e as dizia num italiano forte, envolvente” (FERRANTE, 2019, p. 213). Ainda acerca de Nino, Lenù afirma que “parlava in un italiano da libro stampato, volendo” (FERRANTE, 2011, p. 250); “podia falar num italiano de livro, se quisesse” (FERRANTE, 2019, p. 252).

Sobre as ocorrências *dicendi* do uso da língua italiana em relação a Nino, todavia, pode-se dizer que um mínimo de tonicidade há, visto que ele não chega a falar um italiano da *Ilíada*, não representa uma instituição burguesa (como a professora) e era também um morador do bairro, ainda que, com o passar dos anos e com a mudança para fora do bairro, ele tenha se tornado cada vez menos dialetófono e mais italo-fono. Já em relação à Lila, nos momentos em que o enunciatário-narratário se vê diante de sentenças escritas em língua italiana e, ainda sim, acompanhadas da informação de que se trata de uma fala em italiano, pode-se pensar numa maior tonicidade, uma vez que o estranhamento será duplo: de um lado, a redundância na informação *dicendi*, de outro, o inesperado uso da língua standard por parte de uma personagem constantemente figurativizada como violenta e de fala vulgar (mas também extremamente inteligente). Nas palavras de Ferrante, uma personagem que, com os amigos do bairro, “só falava num dialeto cortante, cheio de palavrões” (FERRANTE, 2019, p. 54).

Tanto o recorte e o ponto de vista dados pela observadora, quanto o modo como tal narradora filtra e traduz (intra e interlinguisticamente) a “fala” dos atores do bairro, contrapondo-a à “fala” indiretamente reportada e também filtrada dos atores representantes do centro, são fundamentais para a constituição do contrato fiduciário referente a *L'amica geniale*. Pelo que pudemos observar, o contrato, acordado entre esse enunciador movediço e indefinido (Elena Ferrante) e seu enunciatário (previsto), constrói-

se em cima de um segredo: Elena-Lenù (sincretismo de narradora-observadora-interlocutora), também ela movediça e indefinida, apresenta a seu narratário suas memórias, suas vivências e, ainda que lhe mostre algo que não pareça ser (dialeto, pois se mostra italiano), o é, já que as marcas contextuais e históricas e o uso de recursos como a ancoragem, entre outros, comprovam que o anunciado o seja de fato (dialeto).

A saber, a história se passa no período de 1940 em diante, quando não se falava italiano fora dos centros exclusivamente burgueses e institucionais. Claramente, caso não haja, por parte do enunciatário previsto, o engajamento esperado e solicitado (caso não seja capaz, por exemplo, de observar as marcas e projeções histórico-contextuais acerca dos usos dialetal e standard), esse pode interpretar não um segredo, mas sim uma falsidade, algo que não parece (dialeto) e não o é, prejudicando, assim, também a construção opositiva entre os espaços geográficos enquanto formas de identidade cultural e linguística.

Referências

- BARROS, D. L. P. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 2005.
- COURTÉS, J.; GREIMAS, A. J. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima; Diana Luz Pessoa de Barros; Eduardo Peñuela Cañizal; Edward Lopez; Ignacio Assis da Silva; Maria José Castagnetti; Tieko Yamaguchi Miyazaki. São Paulo: Contexto, 2016.
- FERRANTE, E. *L'amica geniale*. Roma: E/O, 2011.
- _____. *A amiga genial*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2019.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, EdUSP, 1989.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

- FIORIN, J. L. Categorias da enunciação e efeitos de sentido. *In: Brait, Beth (Org.). Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas.* Campinas: Pontes, 2001.
- FIORIN, J. L. Enunciação e semiótica. *Letras, Santa Maria, Vol. 33,* p. 69-97 (semestral), 2006.
- GOMES, R. S. Uma abordagem semiótica da modalização na mídia impressa. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies, n. 5,* Edições Colibri/clunl, Lisboa, 2011, pp. 195-212.
- _____. (org.). *Aspectualização pela análise de textos.* Rio de Janeiro: Letras/UFRJ, 2014.
- MANCINI, Renata. A tradução enquanto processo. *CADERNOS DE TRADUÇÃO, v. 40, n.3,* Florianópolis, set./dez. 2020, p. 14-33.
- ROGATIS, T.de. *Elena Ferrante. Parole chiave.* Roma: E/O, 2018.
- SOARES, Vinícius Lisboa; MANCINI, Renata. Uma leitura tensiva das modalidades veridictórias. *Revista Tópicos Del Seminário. Dossiê: Claude Zilberberg: la semiótica tensiva, v.1.* Previsto para julho de 2021.
- ZINGARELLI, N. *Lo Zingarelli. Vocabolario della lingua italiana.* Bologna: Zanichelli, 2017.

A entrevista de emprego como prática semiótica

Elisa de Brito Quintanilha¹

Introdução

Este trabalho constitui uma das etapas da tese em andamento, “Espaço e gestualidade em entrevistas de emprego: análise de uma prática semiótica”. Seu objetivo principal é definir a prática semiótica da entrevista. Como ponto de partida, consideramos que

uma prática semiótica é a transformação de um curso de ação num encadeamento sintagmático de relações entre atos e actantes, fundado num sistema axiológico com uma ética e/ou uma estética e recoberto por configurações modais, estados passionais, conteúdos temáticos e figurativos (cf. FONTANILLE, 2014, p.68-69) (TEIXEIRA, 2021).

Para este trabalho, a sistematização teórica será ilustrada pela análise de uma entrevista de emprego em cenas de um dos filmes do *corpus* da pesquisa. A partir destas cenas, serão considerados os elementos constituintes de seu curso de ação, dentre eles, os actantes envolvidos e seus fazeres, o sistema axiológico de base, as configurações modais e estados passionais, bem como as coberturas temáticas e figurativas. O processo metodológico recobre tanto os pontos de regularidade dessa cadeia, para prever uma tipologia, quanto os momentos em que essa regularidade se rompe e permite o surgimento de eventos menos programados, indicadores de acidentes no curso da prática e os efeitos de sentido daí decorrentes. A prática em análise será localizada em determinado espaço e tempo, envolvendo uma gestualidade de apropriação, de movimento espacial e um ritmo de

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense com pesquisa financiada pela Capes, orientada pela profa. dra. Lucia Teixeira.

desenvolvimento temporal, indicados, nos enunciados que constituem a prática, por mecanismos de aspectualização.

Partimos da hierarquia das práticas disposta em seis níveis de pertinência semiótica que se encadeiam de forma ascendente na seguinte ordem: (1) Figuras-signos, (2) Textos-enunciados, (3) Objetos, (4) Práticas, (5) Estratégias e (6) Formas de vida. Na entrevista de emprego, podemos observar esse encadeamento sob a seguinte sequência ascendente: signos e figuras de ordem verbal e visual (gestualidade, vestimenta, configurações espaciais, disposição de objetos, efeitos de cromatismo, dentre outros) constroem textos-enunciados, que compreendem todos os elementos significantes que compõem a cena predicativa dessa prática. Ao nível dos objetos, temos dois caminhos possíveis: um sob a perspectiva do *corpus* da pesquisa, tendo os objetos que envolvem a circulação dos filmes nos quais se inserem as entrevistas selecionadas, tais como a tela de exibição ou o aparato tecnológico de veiculação como um computador ou uma televisão; outro sob a perspectiva do ato da entrevista, e na veiculação do discurso verbo-visual, percebendo um corpo-suporte no qual emergem os diferentes modos de expressão corporal.

A cena de entrevista dos filmes, neste trabalho, será considerada como unidade de análise, e não como etapa de um texto fílmico a ser analisado. Como o trabalho considera o corte das cenas de entrevista como a unidade de análise, tomando-a como exemplo, ao passarmos ao nível das práticas em si, tratamos de uma dimensão interpretativa e da sua integração ao nível superior, das estratégias. Essa dimensão interpretativa compreende a descrição de procedimentos de ordem sintática que concernem a organizações de ordem sintagmática, aspectual e rítmica, que compõem a eficiência da prática. No nível das estratégias, vemos que cada entrevista de emprego concorre com outras práticas de entrevistas de outros candidatos, e o ajustamento entre essas entrevistas que determina os critérios de aprovação de determinado candidato constitui a etapa final de uma estratégia de seleção, que se compõe não apenas pela entrevista de emprego,

última etapa do processo, mas também das outras práticas como a análise de currículos e a aplicação de testes de competências técnicas e comportamentais.

Outras estratégias podem ser consideradas. No âmbito fechado de cada entrevista, por exemplo, as estratégias argumentativas dos dois sujeitos em interação e suas reações afetivas e passionais podem constituir-se como estratégias capazes de desestabilizar ou de oferecer segurança aos envolvidos. Em âmbitos mais amplos, a estratégia da entrevista se submete às estratégias gerais de contratação e de configuração do quadro funcional da empresa. Todos esses movimentos precisam ser considerados a partir do exemplar ilustrativo que se vai analisar. Essas estratégias encadeiam-se a uma forma de vida empresarial. Esta, por sua vez, pode compreender uma forma de vida de uma empresa específica ou uma forma de vida de determinados tipos de empresa, como, por exemplo, a forma de vida das empresas familiares ou mesmo uma forma de vida empresarial geral, que compreenderia todos os tipos de empresas.

A cena predicativa da prática da entrevista

A prática da entrevista, como qualquer outra prática, recebe, em sua confrontação com outras práticas, uma “forma” que é de ordem predicativa e corresponde aos elementos materiais constituintes da prática que são extraídos dos níveis inferiores e superiores a ela, dando-lhe “sentido”. Com isso, a cena predicativa de uma prática comporta um ou vários predicados de ordens diversas, ou seja, ela mobiliza uma série de atos de enunciação que implicam papéis actanciais desempenhados pelos textos verbais e seus atores envolvidos, pelos elementos visuais, objetos-suporte, elementos constituintes do ambiente, possíveis observadores e tudo o mais que esteja presente nessa cena constituinte da prática.

As relações modais que se desenvolvem ao longo da prática, assim como os elementos passionais que se formam em seu curso, também compõem essa cena predicativa da prática da entrevista.

Com isso, temos a *forma da cena* caracterizada pelo conjunto que reúne papéis, atos, modalizações, paixões e a sintaxe figurativa. Esse conjunto se configura por duas propriedades essenciais: ser centrado sobre o predicado e ser delimitado pelas valências² actanciais e modais necessárias à atualização desse predicado. Em termos operativos, as valências atuam aos pares como duas profundidades, gradientes orientados e correlatos, que se unem formando um valor³, sendo cada par composto por uma valência extensa e outra intensa.

Podemos exemplificar, sem grande complexidade, o estabelecimento de valências de um valor em um dos aspectos da entrevista de emprego. Podemos pensar na figura do papel do candidato à vaga na entrevista e seus valores actanciais e modais. Tomemos como exemplo a personagem “Mae” do filme “O Círculo”⁴ no papel de candidata à entrevista: em termos actanciais, extensivamente, sob uma perspectiva classemática (extensa), se pensarmos em uma tonicidade fraca, temos um ser humano; e uma

² Fontanille e Zilberberg, em *Tensão e significação* (2001, p.16) explicam que “o termo valência foi adotado em semiótica para dar consistência a uma constatação muitas vezes verificada na análise dos discursos concretos: o valor dos objetos depende tanto da intensidade, da quantidade, do aspecto ou do tempo de circulação desses objetos como dos conteúdos semânticos e axiológicos que fazem deles “objetos de valor”. (...) trata-se, pois, de atribuir, de fato, um correlato ao valor propriamente dito e de controlar a distinção entre, de um lado, os investimentos semânticos dirigidos aos objetos de valor e, de outro, as condições tensivas e figurais que sobredeterminam e governam os primeiros.”.

³ Zilberberg e Fontanille (2001, p. 21) explicam que “A análise de um valor requer, por conseguinte, (i) ao menos dois gradientes que, na medida em que são orientados, funcionam para o sujeito de enunciação como profundidades, e (ii) em cada uma dessas profundidades, uma variação que é provavelmente identificável a uma variação de intensidade ou de extensidade, ou, para manter o isomorfismo entre a expressão e o conteúdo, a uma variação de tonicidade.”.

⁴ O filme em análise se trata de “O Círculo” (2017), do diretor Daves Ponsoldt, baseado na obra “The Circle” de Dave Eggers, que aborda a jornada de Mae Holland (Emma Watson), uma jovem recém-formada, exibindo seu ingresso e desenvolvimento profissional e social em uma companhia tecnológica. O trecho da entrevista pode ser observado neste link: >https://drive.google.com/file/d/1OR_gic4Uy8wPmWaAId5EVtFwXJvJiFE0/view?usp=sharing>.

mulher, se pensarmos em uma tonicidade mais forte. Intensivamente, pensando em seu gradiente tímico, investido de afetividade, temos, na hipótese de uma tonicidade fraca, a tranquilidade em relação à entrevista e, de uma tonicidade forte, a ansiedade em relação à personagem em questão. O exemplo poderia ser graficamente representado de acordo com o quadro a seguir.

Tabela 1

Rede de valências (profundidades) actanciais referentes ao sujeito “Mae” na entrevista no filme “O Círculo”		
Profundidades	Tonicidade	
	Fraca	Forte
Classemática (extensa)	Ser Humano	Mulher
Tímica (intensa)	Tranquilidade	Ansiedade

Exemplo de valências (profundidades) actanciais e respectivos valores. Fonte: pesquisa em curso da autora deste trabalho.

Análise da prática

O primeiro passo da análise de uma prática consiste na descrição do seu curso, construindo-o e segmentando-o, num processo pelo qual podem surgir problemas próprios ao objeto de análise que poderão ser interpretados ao longo de seu percurso analítico. Além disso, a descrição oportuniza o estabelecimento de regularidades, que é exatamente o propósito deste texto ao sistematizar um referencial com características habituais da prática em estudo que, ao ser confrontado com a análise de cada exemplar específico, contribuirá para que as peculiaridades de cada objeto sejam levantadas e devidamente interpretadas.

Um segundo passo consiste em demarcar quais actantes/atores compõem a prática. Na abordagem fílmica que configura nosso *corpus* de análise, a figura do enunciador é recoberta pela equipe que produz e dirige o filme, realizando as escolhas axiológicas da cena predicativa da prática da entrevista de emprego. Já os enunciatários seriam os espectadores previstos do filme. No entanto, vamos tomar aqui a cena enunciada como objeto de análise

e os sujeitos nela envolvidos como os atores que concretizam papéis actanciais e posições narrativas.

Em uma entrevista, sempre teremos S1⁵ para o entrevistador e S2 para o candidato. Quando eles estão em interação, podem ocorrer manipulações eventuais, mas, em regra geral, o entrevistador é o S1 e assume o papel de manipulador, e o candidato, S2, submete-se a ele porque quer o emprego. O entrevistador, como S1, deve preencher a vaga, mas, nessa situação, ele é manipulado pela empresa. Nesse caso, essa manipulação se dá em um esquema anterior, no qual a empresa é o S1 e determina que um funcionário, como S2, realize a entrevista, manipulando-o para que faça a melhor escolha. Se o S1 conduz o processo de maneira cordial que permita ao entrevistado expressar plenamente suas competências técnicas e comportamentais, levando-o ao sucesso, ele ocupa o papel actancial de adjuvante.

Nesse jogo actancial, a entrevista assume um papel importante, pois consiste na etapa do programa narrativo que se torna responsável pela transformação da narrativa. Temos o entrevistador no papel de S1, que entra em conjunção com o candidato ideal para a vaga. E temos diversos candidatos que assumem o papel de S2, manipulados pelo S1, e que disputam entre si uma mesma vaga. Com isso, uns são antissujeitos dos outros, pois todos desejam um mesmo objetivo disputando uma única vaga. De todos esses candidatos que assumem o papel de S2, um deles entrará em conjunção com seu objeto-valor, a vaga, enquanto os demais permanecerão em estado disjunto.

Se pensarmos em uma competência modal desse modelo geral da entrevista, do ponto de vista do sujeito entrevistado, teremos um sujeito que, ao se candidatar para a vaga, é dotado de um querer ocupá-la e, para se candidatar, pressupõe-se que ele possui um saber necessário à realização das funções anunciadas na divulgação da vaga, com isso, ele pode e deve participar das etapas do processo seletivo que se constituem como provas dessas competências

⁵ S1 e S2 são entendidos como Sujeito 1 e Sujeito 2 na cena da prática.

modais. A doação de competências é uma etapa anterior ao processo seletivo, em que o S2, por meio de cursos, estudos e demais aspectos do seu processo formativo, torna-se competente a disputar a vaga. Algumas etapas do processo seletivo confirmam essas competências previamente adquiridas, tornando o S2 apto a continuar no processo, ou as julgam insuficientes, impedindo o S2 de realizar sua *performance* nas fases preliminares do percurso narrativo do processo seletivo que precedem a entrevista.

Um terceiro ponto a ser observado é a sua eficiência, aquilo que faz dela uma prática bem-sucedida. Neste ponto, deve-se verificar o conjunto de características que se aplicariam a uma avaliação positiva da prática tanto em seu desenvolvimento, quanto em seu resultado. Para contribuir com essa tarefa, Fontanille (2008, p.50) definiu um modelo eficiente das práticas embasado sobre uma tipologia modal.

Tabela 2

Tipologia modal da Eficiência		
Nível	Mecanismo pelo qual é regida ou regulada	Tipo modal que identifica uma prática
Nível M1:	poder =	práxis
Nível M2:	poder + saber =	procedimento
Nível M3a:	poder + saber + querer =	conduta
Nível M3b:	poder + saber + dever =	protocolo
Nível M4a:	poder + saber + querer + crer =	ritual “autônomo”
Nível M4b:	poder + saber + dever + crer =	ritual “heterônomo”

Tipologia modal da Eficiência (FONTANILLE, 2008, p. 50)

Essa tipologia tem como principais representantes os tipos identificados como práxis, procedimento, conduta, protocolo e ritual, que se organizam por relações de predomínio de um tipo modal específico e também pelo arranjo dos diferentes tipos modais (querer, poder, dever, saber). E por que precisamos delimitar um modelo de eficiência da prática? Porque esse modelo trata da construção dos valores práticos que, por sua vez, estruturam a significação da ação em curso. Esses valores práticos

se diferenciam dos textuais e consistem em um dos aspectos que diferencia a análise da prática da análise de um texto enunciado. Nessa diferenciação entre tipos de valores, os textuais dependem de uma transformação narrativa global e completa, enquanto os práticos, ainda que envolvam uma transformação narrativa global, associam-se estreitamente à maneira como se procura fazer continuar, infletir e adaptar o fluxo da ação em andamento que caracteriza a prática. No curso da prática, essa eficiência é apreciada em função de processos de adaptação que se submetem a duas direções concorrentes: a da programação e a do ajustamento. Podemos compreender melhor essas direções a partir da definição de LANDOWSKI (2014, p.48) ao diferenciar as interações de ordem programática das que dependem do ajustamento.

O que denominamos “ajustamento” não consiste nem em adaptar-se unilateralmente a um outro ator, nem, em sentido inverso, em levar esse outro a submeter-se ao primeiro. A adaptação unilateral a um outro corresponde à *programação*. (...) Isso quer dizer que uma interação é de ordem programática quando, para chegar a seus fins, é suficiente que o ator se apoie em certas determinações preexistentes, estáveis e cognoscíveis, do comportamento do outro. Agora, nas interações que dependem do ajustamento, o ator com o qual se interage caracteriza-se certamente, também, pelo fato de que seu comportamento obedece a uma dinâmica própria, mas essa dinâmica, como no caso precedente, a leis preestabelecidas e objetiváveis. É, ao contrário, na interação mesma, em função do que cada um dos participantes encontra e, mais precisamente, *sente* na maneira de agir de seu parceiro, ou de seu adversário, que os princípios da interação emergem pouco a pouco. (LANDOWSKI, 2014, p. 48)

Com isso, percebemos que, na prática da entrevista, o roteiro protocolar segue as normas e regras preestabelecidas por uma etiqueta social empresarial que, por sua vez, rege as práticas empresariais e, especificamente, as de entrevista. Perguntas menos padronizadas podem escapar levemente ao protocolo e revelar graus de ajustamento no curso da ação da prática. Mas, somente na interação mesma de cada curso de ação, em nosso caso, do curso de cada entrevista, emergem as situações que demandam algum tipo

de ajustamento e seus respectivos mecanismos, que mobilizam as diferentes maneiras de sentir o modo de agir de cada parceiro.

E é exatamente essa competência estética, dada pela capacidade de sentir o outro no curso da prática, que permite a cada uma das partes envolvidas na prática se ajustar ao fazer do outro. Essa relação se caracteriza pela presença de sujeitos que, dotados de corpos, possuem uma sensibilidade que, em contágio mútuo, podem construir interações ajustáveis. As entrevistas envolvem em seu modelo canônico basicamente dois tipos modais: o protocolo, no que concerne às regras e normas, e a conduta, no que compete à capacidade de ajustamento.

Modelo de regularidade da entrevista

Em primeiro lugar, demarcamos os pressupostos da cena em termos hierárquicos, semânticos, e em relação aos eventos que precedem a entrevista. Em seguida, delimitamos os actantes da cena, seus fazeres e a demarcação da sua posição e dos atores na cena predicativa da prática, seguido do modo como a prática da entrevista está organizada, dado pelo seu sequenciamento. O terceiro fator é a organização dos eventos, sequenciada em quatro etapas, a partir dos exemplares escolhidos no *corpus* da pesquisa para análise. Na apresentação ou retrospectiva (1), são apresentadas questões como a memória profissional de origem do candidato, sua formação, a experiência ou mesmo alguma competência para a vaga. A fase seguinte (2) destaca uma característica do candidato e pode ser abordada por meio do compartilhamento de um caso de sucesso ou requerendo dele a solução de um desafio a partir de uma situação-problema. Na fase das perguntas abertas e atitudes (3), é o momento em que se abre um espaço para a ocorrência de situações menos encaixadas na programação protocolar da entrevista. É o instante pelo qual, muitas vezes, o candidato pode mostrar seu diferencial ou ter alguma expressão inadequada ao protocolo, dado o grau de abertura desta etapa. Para abordarmos a fase da adaptação prospectiva (4), é importante esclarecer que para Fontanille (2008, p. 60) “a adaptação

repousa sobre dois movimentos, duas tensões, uma retrospectiva e outra prospectiva, que dominam alternadamente.”. Fontanille define essas tensões da seguinte maneira:

A tensão retrospectiva predomina no início da sequência, a fim de constituir uma “memória da origem”, e após a reiteração, ela consiste, principalmente, na releitura de uma série de fatos e trocas anódinos, para transformá-los em uma sequência necessária de fases ligadas entre si por uma tensão que se apresenta como prospectiva. (...)

A tensão prospectiva predomina na continuidade da sequência, quando o trabalho de adaptação retrospectiva está terminado, e faz de cada novo motivo uma etapa da progressão que parece então inevitável, à espera dos ajustamentos ulteriores. (FONTANILLE, 2008, p. 60, grifo do autor)

Não por acaso, a tensão retrospectiva se identifica com a primeira fase da nossa sequência da entrevista, nomeada, neste texto, de adaptação ou retrospectiva, e a tensão prospectiva se identifica com a fase aqui denominada de adaptação prospectiva. A sequência da organização da entrevista foi organizada sobre esses pilares adaptativos, acreditando-se que essa estrutura teórica contribui para a organização de uma sequência geral da entrevista estabilizável na cultura comum dos parceiros envolvidos na interação da prática. A quarta fase da nossa sequência da entrevista consiste, assim, em uma adaptação prospectiva fundada sobre uma promessa, compreendida na entrevista, como uma promessa de sucesso, figurativizado pela aprovação. Deste modo, nessa fase, a empresa confirma se as competências curriculares do candidato se afirmam pelas suas características profissionais e comportamentais demonstradas no curso da prática da entrevista.

O sequenciamento modal da entrevista é outro tipo de sequenciamento e conta com duas etapas bem definidas: uma que estabelece um protocolo, regido pelo dever e exprimido pelas coerções da prática que abrangem suas regras e normas preestabelecidas; e outra que assume um leve caráter de conduta, que se exprime à medida que, no curso da prática, podem emergir perguntas abertas e atitudes do candidato, substituindo-se, assim,

um dever modal preestabelecido por um protocolo, por um querer modal que inaugura uma conduta.

O quarto ponto de regularidade consiste em demarcar quais as expressões do corpo no espaço que figurativizam a prática. Delimitamos cinco expressões do corpo que pretendemos observar nas análises das entrevistas individualmente: o contato visual, o contato verbal, o movimento, as expressões faciais e os gestos. Em termos de contato visual, podemos diferenciar o foco direto nesse contato visual em interação do foco indireto ou desfoco. Isso se dá na relação entre os olhares. Podemos caracterizar o contato verbal por uma entoação da voz de forma firme ou suave, por um uso de vocabulário prolixo ou simples e mesmo por uma elaboração do discurso objetiva ou subjetiva. Em termos de espaço, observaremos se a organização espacial estabelecerá um espaço mais aberto ou fechado, formal ou informal, com aspectos que apontem um espaço mais pessoal ou mais corporativo, mais hostil ou aconchegante, ou que determine qualquer outra relação que faça esse espaço operar como um aspecto pressuposto capaz de interferir no curso da prática. A semiotização do espaço exercerá coerção sobre o movimento do corpo.

A prática da entrevista pode motivar expressões faciais características da ansiedade e suas variações mais suaves, como um leve nervosismo, ou mais intensas, como o desespero. Nas entrevistas, essas expressões faciais podem oscilar em níveis de tranquilidade e de ansiedade e suas variantes. Tais expressões se tornarão objeto de análise quando refletirem ou motivarem alguma atitude diretamente relacionada à competência comportamental do candidato, de modo que operem como um possível diferencial para aprovação ou reprovação na entrevista. Os gestos, por sua vez, serão observados em duas direções, uma em relação à sua espacialidade (extensa), em termos de aproximação e afastamento, e em relação a uma afetividade (intensa), em termos de graus de ansiedade e de perturbação diante de perguntas não protocolares. As tonicidades mais forte e mais fraca dessas duas profundidades refletirão diferentes graus de afetividade na expressão gestual.

O quinto ponto a ser analisado seria a especificação das coerções presentes no curso da prática, refletidas pelas regras e normas protocolares predominantes nesse percurso. A duração da entrevista, sua estrutura tradicional ou não de início, meio e fim; se a interação se funda sobre um discurso preparado e encaixado precisamente no protocolo ou se deixa brechas para uma interação mais fluida; e a exigência de que o candidato tenha se informado previamente sobre a empresa são apenas alguns exemplos de possíveis coerções que marcam a fase modal protocolar do curso da prática da entrevista. A sexta fase do nosso processo de análise consistirá no ajustamento e no tipo de adaptação predominante no curso da prática. O ajustamento se dá de forma progressiva ao longo do curso da prática. Ele concerne ao modo como os sujeitos envolvidos na prática se ajustam às coerções características do protocolo da prática da entrevista em seu desenvolvimento, mas também corresponde ao modo como os atores, em interação, ajustam-se, mutuamente, às perguntas e respostas abertas e às atitudes do outro. A seguir, apresentamos a síntese da sistematização metodológica descrita e um exemplo de aplicação do modelo de análise.

Tabela 3

Síntese dos fatores que definem o modelo de regularidade da entrevista e aplicação à cena de entrevistas do filme “Um senhor estagiário” (2015) ¹		
	Fatores do modelo de regularidade	Exemplo de aplicação
1. Pressupostos da cena	<p><u>Hierárquicos:</u> Estabelecer papéis: contratante, contratado, entrevistador, entrevistado. *Pautado pela relação semântica de dominação e de poder.</p> <p><u>Eventos que precedem a entrevista:</u></p> <p>Da parte do contratante: -Disponibilidade da vaga -Anúncio da vaga (texto e escolha dos canais de divulgação) -Divulgação da vaga -Estruturação das etapas do processo seletivo</p>	<p><u>Hierárquicos:</u> -Contratante: Empresa do site About the fit -Entrevistadores: Depto. de talentos, figurativizado por duas mulheres e um homem. -Candidato: Ben -Relação semântica de dominação e de poder: tentativa de exercer poder sobre Ben por parte dos entrevistadores do departamento de talentos.</p> <p><u>Eventos que precedem a entrevista:</u></p> <p>Da parte do contratante: -Disponibilidade da vaga: programa de estagiários seniores. -Anúncio da vaga cartaz em papel -Divulgação da vaga: cartazes afixados nas ruas do bairro onde fica a empresa. -Estruturação das etapas do processo seletivo: envio de currículos, apresentação em vídeo, entrevista com o departamento de talentos.</p>

¹ O trecho da entrevista pode ser observado neste link: https://drive.google.com/file/d/1OR_gic4Uy8wPmWaAId5EVtFwXJvJiFE0/view?usp=sharing

	<p>-Candidatura / Fase de recebimento de currículos -Triagem de currículos -Agendamento de entrevistas</p> <p>Da parte do candidato: -Etapas comuns ao contratante: candidatura, envio de currículo, agendamento da entrevista -Separação de documentos -Coleta de informações sobre a empresa (negócio, valores, cultura) -Apresentação estética/ visual (vestimenta, cabelos, rosto) -Planejar o deslocamento para o local da entrevista</p>	<p>Da parte do candidato: -Etapas comuns ao contratante: candidatura, envio de currículo, agendamento da entrevista. -Separação de documentos:não aparece. -Coleta de informações: o candidato aparenta ter se informado sobre a empresa. -Apresentação estética: apresentação estética impecável e bastante formal. -Planejar o deslocamento: chegada tranquila à recepção e o fato de aguardar indicam a chegada dentro do horário.</p>
<p>2. Actantes da cena, seus fazeres e posições que ocupam na cena</p>	<p>Do ponto de vista discursivo: Enunciador/ Papel persuasivo. Enunciatário/ Papel interpretativo.</p> <p>Do ponto de vista narrativo: (seguindo o ponto de vista do enunciador no estabelecimento de papéis) -Sujeito: candidato -Objeto: aprovação na entrevista -Adjuvante: empresa, entrevistador(es)</p>	<p>Do ponto de vista discursivo: Enunciador: construído pelo conjunto da diretora Nancy Meyers, que assina a produção junto com Suzanne McNeill Farwell, somado à produtora Warner Bros.</p> <p>Enunciatário: Espectadores em geral, pessoas que gostam de filmes sobre a temática de carreiras, pessoas que gostam dos atores protagonistas do filme (Robert De Niro e Anne Hathaway).</p>

	<p>-Antissujeito: outros candidatos</p> <p>* Obs.: Essas duas últimas posições podem ser ocupadas pelos mesmos atores, por ambos ou por cada um. Um entrevistador pode ser adjuvante e antissujeito. Outro candidato pode também exercer os dois papéis. Por isso, a importância de mapear os actantes em cada caso do corpus.</p>	<p>Do ponto de vista narrativo: Sujeito: Benjamin (Ben) Objeto: Voltar a trabalhar. Especificamente, ser aprovado para trabalhar como estagiário sênior no site About the fit. Adjuvante: Empresa About the fit, seus entrevistadores. Anti-sujeito: Outros candidatos a estagiário sênior que aparecem no filme aguardando a entrevista junto a Ben na recepção da empresa.</p>
<p>1.3.Sequencia- mento da prática</p>	<p><u>Organização dos eventos:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1)Apresentação ou retrospectiva 2)Destaque de uma característica 3)Perguntas abertas e atitudes 4) Adaptação prospectiva <p><u>Sequenciamento modal:</u></p> <p>1) Protocolo: Regido pelo dever, exprime coerções da prática e se baseia em regras e normas preestabelecidas.</p> <p>2) Conduta: Regida pelo querer, se exprime por eventos de abertura no protocolo, e se baseia na demanda por ajustamento aos eventos que escapam às regras e normas padrão.</p>	<p>Organização dos eventos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A apresentação inicial em vídeo. As duas primeiras entrevistas mostram respostas retrospectivas de Ben: a primeira, em relação à sua formação e a segunda, em relação à sua experiência. 2) O destaque da característica de Ben aparece na sua apresentação em vídeo, no momento em que ele destaca “fui um homem de empresa minha vida toda. Sou leal, de confiança e sou bom numa crise”. 3) A entrevista não apresenta muitas perguntas abertas, mas podemos considerar os primeiros momentos do filme em que o candidato destaca sua vividez e seu desejo de voltar a trabalhar como uma possibilidade de abertura no discurso. 4) A terceira e última entrevista é composta por uma questão prospectiva, sobre como o candidato se vê em dez anos. Entretanto, o candidato faz o entrevistador perceber que essa pergunta é um pouco inadequada e, em alguns casos

		<p>descabida, para um candidato de setenta anos de idade. Assim, o entrevistador revê as competências de Ben e o aprova por ser mais do que qualificado para o cargo.</p> <p>Sequenciamento modal:</p> <p>1) Como bom conhecedor dos protocolos empresariais, até mais do que seus entrevistadores, Ben sabe de seus deveres e da importância, para ele, de seguir normas e regras.</p> <p>2) A abertura no protocolo da entrevista ocorre pelo conjunto gestual dos entrevistadores que se apresentam bem descontraídos para uma situação formal. Além disso, a contratação de um estagiário sênior já é por si só uma situação que foge ao padrão de estagiários. O filme constrói, então, uma ironia sobre o fato de os entrevistadores não adaptarem a este fato. Com isso, se pode falar de uma não conduta, e da não abertura dos processos protocolares, quando as circunstâncias recomendariam uma parcela mínima de adaptação da prática de entrevista de estágio.</p>
<p>4. Expressões do corpo que figurativizam a prática</p>	<p>Foram escolhidas cinco expressões corporais a serem abordados nas análises de cada caso:</p> <p>1) Contato visual (foco direto/indireto)</p> <p>2) Contato verbal (entoação da voz firme/suave, discurso subjetivo/objetivo,</p>	<p>Pensando-se no sujeito entrevistado:</p> <p>*Serão destacadas expressões que predominam neste sujeito, pois uma análise específica destes fatores envolveria um texto inteiro dedicado a esta análise detalhada.</p> <p>1) Contato visual: predomínio do foco direto.</p> <p>2) Contato verbal: Entoação da voz branda, mas com uma firmeza e segurança, discurso objetivo, vocabulário culto e simples.</p>

	<p>vocabulário simples/prolixo, dentre outros fatores)</p> <p>3) O Movimento/o espaço (aberto/fechado, formal/informal, pessoal/corporativo, hostil/aconchegante, dentre outros fatores). *A semiotização do espaço exercerá coerção sobre o movimento do corpo.</p> <p>4) A expressão facial (ansiedade/tranquilidade e suas variantes)</p> <p>5) A gestualidade (proximidade/afetos).</p>	<p>3) O Movimento/o espaço: A entrevista acontece em espaços abertos dentro das dependências da empresa, é delineado um ambiente espacial informal que contrasta com o caráter extremamente formal e da entrevista.*A semiotização do espaço exerce coerção sobre o movimento do corpo do entrevistado que apresenta uma postura predominantemente contida e ereta.</p> <p>4) A expressão facial: a expressão facial do sujeito entrevistado transmite tranquilidade e estabilidade na maior parte do tempo, conferidas pela sua experiência.</p> <p>5) A gestualidade: no gestual do sujeito entrevistado prevalece o afastamento. Como bom conhecedor da etiqueta empresarial, o referido sujeito procura manter a etiqueta empresarial durante toda a entrevista, mesmo quando estimulado à informalidade por seus entrevistadores.</p>
<p>5.Coerções da prática</p>	<p><u>Regras e normas do protocolo da entrevista:</u> Exemplos: -Estrutura dos eventos (tradicional /inovadora) -Discurso (fechado nas normas/ aberto a surpresas) -Saber sobre a empresa (exigido/ como diferencial)</p>	<p><u>Regras e normas do protocolo da entrevista:</u> Exemplos: Estrutura dos eventos: inovadora do ponto de vista das etapas da entrevista com apresentação em vídeo que acompanha o currículo. Tradicional, do ponto de vista das entrevistas em si e das perguntas não adaptadas à realidade da vaga. Discurso: discurso formal que, apesar das tentativas de flexibilização do discurso pelos entrevistadores, é rebatido pela formalidade natural à postura de Ben.</p>

		<p>Saber sobre a empresa: O candidato fez um estudo prévio sobre a empresa, o que é demonstrado em sua entrevista em vídeo quando ele diz que quer ser desafiado e quer aprender, apesar de poder demorar um pouco para desvendar a parte técnica. Ainda que ele fale, naquele momento da parte técnica da elaboração do vídeo de apresentação, é um argumento que reflete sua perspectiva de aprendizagem técnica sobre a rotina de trabalho no site About the fit.</p>
<p>6. Ajustamento e tipo de adaptação predominante</p>	<p><u>Ajustamento:</u> -Progressivo no curso da prática -Ajustamento às coerções -Ajustamento aos eventos não protocolares</p> <p><u>Adaptação:</u> -Retrospectiva (com base na memória dos sujeitos) -Prospectiva (com base em uma promessa — aprovação na entrevista, contratação)</p>	<p><u>Ajustamento:</u></p> <p>Adaptação retrospectiva: A adaptação retrospectiva fica por conta da pergunta sobre as experiências de Ben e sua formação.</p> <p>Adaptação prospectiva: A adaptação prospectiva fica por conta da projeção de Ben sobre uma possível aprovação para ser estagiário.</p>

Fonte: criação do autor- Síntese do modelo de regularidade da entrevista e exemplo de aplicação

Considerações finais

A apreciação da entrevista de emprego como prática semiótica e a demarcação de um sistema metodológico para sua análise se constituem como etapas principais da pesquisa em andamento sobre a gestualidade nesta prática empresarial. Essas etapas situam em que ponto a gestualidade se encontra no encadeamento do curso de ação e contribuem para a delimitação dos princípios norteadores da análise gestual nas próximas fases da pesquisa.

Referências

FONTANILLE, Jacques; Zilberberg, C. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir BEVIDAS. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

_____. *Significação e visualidade: exercícios práticos*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva; PORTELA, Jean Cristtus (orgs.). *Semiótica e mídia — textos, práticas, estratégias*. Bauru: Unesp/Faac, p. 15-74. São Paulo, 2008.

_____. Quando a vida ganha forma. In NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos; ABRIATA, Vera Lucia Rodella. *Formas de vida: rotina e acontecimento*. Editora Coruja. Ribeirão Preto, São Paulo. 2014.

_____. *Formas de vida*. Lima, Peru: Fondo Editorial, 2018.

LANDOWSKI, Eric. *Interações arriscadas*. Trad. Luiz Helena O. da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores; Centro de Pesquisas sociosemióticas, 2014.

O CÍRCULO. Direção: James Ponsoldt. Produção de Anthony Bregman, Gary Goetzman, James Ponsoldt, Tom Hanks. Estados Unidos: Imagination Abu Dhabi FZ, 2017.1 DVD.

UM SENHOR ESTAGIÁRIO. Dirigido por Nancy Meyers. Produzido por Nancy Meyers, Suzanne McNeill Farwell. Estados Unidos: Warner Bros, 2015. 1 DVD.

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê editorial, 2011.

Filmes

O CÍRCULO. Direção: James Ponsoldt. Produção de Anthony Bregman, Gary Goetzman, James Ponsoldt, Tom Hanks. Estados Unidos: Imagination Abu Dhabi FZ, 2017.1 DVD.



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Este livro apresenta os trabalhos do XII SAPPIL Linguagem, evento que reúne jovens pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF. O tema central é Linguagem e Democracia, englobando discussões sobre diversidade e inclusão social no programa. O volume 2 aborda teorias do texto, do discurso e da tradução, representando diferentes abordagens teóricas da análise do discurso, dos estudos da tradução, da linguística textual, da semiolinguística e da semiótica. O livro visa a contribuir para a formação crítica e cidadã dos leitores, incentivando a pesquisa e a transformação social a partir da produção científica em Estudos de Linguagem.

